

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

1930-1945 2 1951-1954



Editora FOLHA DIRIGIDA

O segundo volume de **A Era Vargas** mostra, com riqueza de detalhes, as mudanças estruturais empreendidas por Vargas na vida brasileira, tão logo assumiu o poder com a Revolução de 30 – como a retomada das propostas de José Bonifácio, o Patriarca da Independência voltadas para a educação e a decretação da primeira das leis trabalhistas, a lei dos dois terços, além da criação dos estratégicos ministérios do Trabalho e da Educação para gerir as novas prioridades ainda no governo provisório entre os anos de 30 e 34. Vargas, desde o primeiro momento no poder, se empenhou na defesa dos mais pobres para resgatar a dívida social do Brasil escravagista do Império; e do Brasil indiferente da República Velha. Ainda em julho de 31, ele também acaba com a farra das concessões para exploração de nossas riquezas minerais por estrangeiros, centralizando-as, por decreto, no Governo federal; em fevereiro de 32, após instituir novo código eleitoral, acaba com o voto de cabresto dos coronéis – o bico de pena –, instituindo o voto secreto e o voto feminino, avanço que a França, por exemplo, só concederia em 1945, ao término da 2ª. Guerra Mundial.

José Augusto Ribeiro reconstitui neste 2º volume, milimetricamente, com base em fontes isentas, a participação do Brasil e do Governo Vargas na 2ª. Guerra; desmonta inverdades históricas como a de que Getúlio se inspirou na Carta del Lavoro, da Itália fascista, para fazer as leis trabalhistas; ou a de que era simpatizante de Hitler. Este livro mostra - citando fatos incontestáveis - que o Brasil enfrentou a Alemanha nazista antes mesmo dos Estados Unidos, quando em 1938 proibiu o funcionamento no Sul das escolas em que só se ensinava e falava alemão; e tomou providências para instalar no Norte e Nordeste do Brasil os aeroportos que permitiram aos EUA criarem a “ponte da vitória”, nova rota de acesso à Europa ocupada pelos nazistas – pelo Sul da Itália.

Este livro ainda abrange o fim da primeira etapa da Era Vargas, com a saída do poder de Vargas em 45, também contestando mentiras históricas; detalha a eleição e o apoio de Vargas a Dutra, e também a traição deste; fala do autoexílio dele em

São Borja, até ser convencido a sair candidato a Presidente em 1950 para retomar os ideais da Revolução de 30. A campanha de 50 e as propostas do Vargas candidato, estão reconstituídas neste livro, cidade a cidade, que também detalha a vitória, a posse e a reação da direita da volta de Vargas ao poder para exercer um governo que ele sabia que talvez não terminasse; como não terminou quando optou por sair da vida para entrar na História.

Oswaldo Maneschy



José Augusto Ribeiro é jornalista profissional desde 1956, quando tinha 18 anos. Daquele ano até 1963, trabalhou em *O Estado do Paraná*, de Curitiba. No Rio de Janeiro, e em seguida, em São Paulo, passou, como costumava acontecer na época, por muitas redações: *Diário Carioca*, *O Cruzeiro*,

Folha de São Paulo, *Manchete*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Fatos e Fotos*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *TV-Globo*, *TV-Bandeirantes*.

Em rápidos intervalos, trabalhou no governo do presidente João Goulart, com o ministro do Trabalho Amaury Silva, na Comissão Nacional de Sindicalização Rural (1963/1964); como assessor de imprensa, na campanha do presidente Tancredo Neves, quando candidato a Presidente da República (1984-1985); e, na mesma função de assessor de imprensa, na campanha eleitoral de Leonel Brizola à Presidência, em 1994.

Publicou *De Tiradentes a Tancredo, uma história das Constituições do Brasil* (1987); *Nossos Direitos na Nova Constituição* (1988); *Curitiba, a Revolução Ecológica* (1993); e *Tancredo Neves, a noite do destino* (2015). Em 1979, realizou, com Neila Tavares, o curta-metragem *Agosto 24*, sobre a morte do presidente Vargas.

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

1930-1945 **2** 1951-1954

051.061
R 484e
v2

José Augusto Ribeiro

A ERA VARGAS

1930-1945 **2** 1951-1954

Os Dois Governos de Getúlio Vargas

Apoio:



NA 4404784
T 25165

Editora FOLHA DIRIGIDA

Copyright © 2001 José Augusto Ribeiro

Revisão: Osvaldo Maneschky e Apio Gomes

Capa e projeto gráfico: Marcelo Azevedo

Fotos: © Acervo da Fundação Getúlio Vargas; e Coleção Pedro Corrêa do Lago, gentilmente cedidas pelo proprietário – Também colaborou a Petrobras

2014

Todos os direitos desta edição reservados à

Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini, de estudos políticos do PDT.

Rua do Teatro, número 39 - Praça Tiradentes, Centro.

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.050-190

Telefones: (21) 2232 1016 e (21) 2232 2005

CIP-BRASIL. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

R369e

Vol. 2

Ribeiro, José Augusto, 1938-

Ribeiro, José Augusto, 1938-

A Era Vargas, volume 2 : 1950-1954 : o segundo governo Vargas / José Augusto Ribeiro. - Rio de Janeiro : Casa Jorge Editorial, 2001

ISBN 85-85835-29-2

1. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 2. Brasil - História - 1930-1945. 3. Brasil - História - 1945-1964. 4. Brasil - História - 1951-1954. I. Título.

01-1154

CDD 981

CDU 981

CAPÍTULO 1

NOVEMBRO, 1930

UM MINISTÉRIO SEM O COMANDANTE MILITAR DA REVOLUÇÃO **OS PRIMEIROS DIAS DO GOVERNO PROVISÓRIO**

8 DE NOVEMBRO, SÁBADO, DIÁRIO DE GETÚLIO VARGAS: "O GOVERNO É RECONHECIDO JÁ POR VINTE NAÇÕES ESTRANGEIRAS". OS PRIMEIROS PAÍSES A RECONHECEREM O NOVO GOVERNO BRASILEIRO TINHAM SIDO, PELA ORDEM, O PERU, PORTUGAL, ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA, BÉLGICA, ARGENTINA, VATICANO, PARAGUAI, CUBA E MÉXICO.

O primeiro governo Vargas teve início no dia 3 de novembro de 1930, quando, vitoriosa a revolução por ele liderada, Getúlio Vargas tornou-se Presidente da República, com o título de Chefe do Governo Provisório, e nomeou seu ministério: Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça; General Leite de Castro, da Guerra; Almirante Isaías de Noronha, da Marinha; Assis Brasil, o velho chefe libertador do Rio Grande, da Agricultura; o Embaixador Afrânio de Melo Franco, das Relações Exteriores; Juarez Távora, da Viação e Obras Públicas; e o banqueiro paulista José Maria Whitaker, da Fazenda.

Aranha, Melo Franco, Assis Brasil e Juarez Távora tinham participado ativamente da revolução e da campanha presidencial anterior a ela. O General Leite de Castro e o Almirante Isaías de Noronha vinham da recente rebelião militar do Rio, que a 24 de outubro depusera o Presidente Washington Luís. Whitaker pertencia aos grupos de São Paulo mais simpáticos à candidatura Vargas.

Mas o comandante militar da Revolução não figurava nem no ministério inicial do governo provisório nem em qualquer comando militar importante. O próprio Vargas informava, em seu diário, em registro já no dia 3 de novembro, em seguida à posse do governo provisório:

O coronel Gois Monteiro nada desejou. Continuava desconfiado de seus colegas da guarnição do Rio e acumulando forças do interior na Capital.¹

Gois Monteiro fora o Chefe do Estado-Maior da Revolução e o maior responsável por seu triunfo militar. Poderia ter ambições, mas naquele momento nada desejou. Ainda na fase da luta, Gois, que era tenente-coronel, recusara seu comissionamento (uma espécie de promoção provisória) no posto de general. Não queria despertar ciúmes e inveja no Exército.

Antes de ser transferido para a guarnição de São Luís das Missões, na fronteira do Rio Grande com a Argentina, em 1929 – transferência que fora uma punição política – ele servira por bom tempo na chefia do Estado-Maior, no Rio, e sabia o que dizia.

Gois não fez qualquer objeção à permanência, no Ministério da Guerra, do General Leite de Castro, ex-Comandante da Artilharia de Costa, primeiro chefe militar com efetivo comando de tropa a aderir ao movimento dos generais para a derrubada de Washington Luís, e por isso nomeado Ministro da Guerra da Junta Provisória que acabava de transferir o poder a Vargas.

Conhecia-se a preferência de Gois pelo General Álvaro Mariante, uma espécie de seu padrinho na carreira militar. Precavido como estava quanto a ciúmes e inveja, Gois sabia, mais que ninguém, das reações que a indicação do General Mariante ocasionaria. Leite de Castro tivera papel decisivo na deposição de Washington Luís, o que não acontecia com Mariante. Se fosse o escolhido, Mariante, velho e respeitado chefe militar, seria apontado como instrumento dócil e indefeso do coronel Gois Monteiro, para perpetuar seus poderes de ocasião. Gois acha melhor se fingir de morto.

Empossado o governo provisório na tarde de segunda-feira, 3 de novembro, já na manhã do dia seguinte, terça-feira, 4, Vargas reúne pela primeira vez o ministério, para combinar “medidas de ordem geral” e pedir muitas informações. No diário, ele registra:

Organizo minhas Casas Civil e Militar: para secretário [a Casa Civil], escolho Gregório da Fonseca e para chefe da Casa Militar o General Andrade

¹ Getúlio Vargas, Diário, vol. 1, p. 22.

Neves. Juarez Távora insiste em não continuar no Ministério, alega várias razões ponderáveis. Concorro, combinando que ele vá para o Norte, velar pela reorganização desses Estados, geralmente falidos pelas péssimas administrações, e será substituído pelo dr. José Américo, Presidente da Paraíba.²

Getúlio concorda que Juarez deixe o Ministério da Viação e Obras Públicas, tradicionalmente o de maiores verbas no orçamento federal, e por isso o mais cobiçado. Juarez, a rigor, nem assumira de fato esse Ministério, e já o deixa para ser delegado militar da Revolução no Nordeste e no Norte.

Essa decisão resultou, evidentemente, de uma conversa com Juarez. Da mesma forma, Getúlio conversara com Gois Monteiro no dia 3, e volta a estar com ele no dia 4:

O coronel Gois Monteiro almoça em minha companhia – continua trazendo tropas e prevenido com a guarnição do Rio.

Em suas memórias, Gois Monteiro conta que se mantivera “arredado e esquivo” na noite da chegada de Getúlio Vargas ao Rio e ao Palácio do Catete (31 de outubro, sexta-feira):

– Naquela noite, fiquei à parte, arredado e esquivo, com o mesmo ar de matuto de sempre e olhado com certa curiosidade, devido, talvez, à minha indumentária – um uniforme um tanto estranho, realçado por um grande lenço vermelho ao pescoço.

Já no sábado, 1º de novembro, Gois Monteiro instalava seu G.Q.G. (Grande Quartel General) na antiga Escola de Estado-Maior, no bairro do Andaraí. Esse quartel-general funcionaria até abril de 1931, “depois – diz Gois – de evacuada a última das tropas de fora da guarnição do Rio de Janeiro, que tinham vindo para a Capital da República por medida de segurança”.³

Levando em conta os acontecimentos dos dias anteriores, Gois achava melhor não relaxar as medidas de segurança. A Junta Provisória não só criara dificuldades para a entrega do poder a Vargas, como nomeara o General

² Ibidem. José Américo fora Secretário do Interior do governo da Paraíba e assumira o governo do Estado em seguida ao assassinato de João Pessoa.

³ Lourival Coutinho, *O General Gois Depõe*, p. 149.

Hastinfilo de Moura, comandante das forças governistas em São Paulo, para o cargo de interventor federal no Estado. Vargas e Gois tinham substituído esse comandante pelo velho general revolucionário Isidoro Dias Lopes, mas ainda não houvera tempo para renovar todos os comandos intermediários e não seria prudente excluir a hipótese de algum surto contrarrevolucionário. Era preciso ter cuidado também com grupos de extrema esquerda que no dia 27, aproveitando a confusão, haviam promovido atos de agitação e violência no centro do Rio, na expectativa de radicalizar a revolução.

– Nos primeiros meses do novo governo – diz Gois Monteiro – havia praticamente como que uma espécie de Exército duplo: o que obedecia diretamente às ordens do G.Q.G. revolucionário e o que obedecia ao Ministério da Guerra.⁴

Gois esteve com Vargas no Catete no dia da posse, mas não ficou para a cerimônia, para não abandonar por mais tempo seu posto de comando no G.Q.G. revolucionário.

O PRESIDENTE ESTABELECE SUA ROTINA

Na quarta-feira, 5 de novembro, Vargas já estabelecia aquela que seria sua rotina habitual ao longo dos quinze anos de seu primeiro governo e, anos depois, no segundo governo. Um resumo dos registros de seu diário mostra como o governo revolucionário foi impondo ordem a seu próprio trabalho, à medida que lidava com ameaças de desordem na cidade e no país:

Quarta-feira, 5 – Pela manhã, leio os jornais nos aposentos, faço toilette e dirijo-me para um gabinete particular no mesmo andar do dormitório, para despachar a correspondência. Almoço e, às 14 horas, desço ao salão de despachos. Aí atendo os Ministros da Guerra, Marinha e Justiça. Combinamos várias medidas. É preciso combinar um limite, ou, antes, temperar os poderes ditatoriais que me confere a revolução, para que não atente contra os ideais da

⁴ Idem, p. 150.

mesma com medidas restritivas da liberdade que possam ser consideradas como continuação do antigo regime.⁵

Quando diz que, depois da leitura dos jornais, fez a toilette, Vargas não é pedante. Era essa a maneira decorosa, na época, mesmo num diário íntimo, mas que algum dia poderia ser lido, de mencionar banho e barba e, implicitamente, o mais que se faz no banheiro.

O importante, aí, é o que vem imediatamente em seguida: “Dirijo-me para um gabinete particular, no mesmo andar do dormitório, para despachar a correspondência”.

Nesse gabinete particular, praticamente ao lado de seu quarto, despojados e espartanos ambos, ele passará a trabalhar todas as manhãs, algumas vezes de pijama e roupão, antes de fazer a toilette. (É possível que, pelas exigências de decoro da época, ele usasse, em vez de um roupão de banho, de tecido atalhado, um robe de chambre, longo como o roupão, estendendo-se até o joelho, mas de tecido sedoso. O robe era considerado elegante e permitia que seu portador recebesse outras pessoas. O roupão, não).

Nessas manhãs, o Presidente não se limitará a ler os jornais e a ler e despachar a correspondência. Nesse gabinete, em seu segundo governo, ele receberá todos os dias, quase às escondidas, os integrantes de sua assessoria econômica, encarregados de estudar e elaborar os grandes projetos com os quais mudará, em definitivo, a história do país: o projeto da Petrobrás; o do Plano do Carvão Nacional; o do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; o da Eletrobrás; o da extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais; o da desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária; e os do controle da remessa de lucros. Tudo isso está documentado no depoimento dos integrantes dessa assessoria invisível, silenciosa e perigosamente competente.

Pode ter sido assim, também (mas sobre isso o único depoimento de que dispomos são esses breves registros no diário), no primeiro governo e mesmo nesses primeiros dias, nos quais ele vai organizando sua rotina e enraizando o hábito de passar a manhã nesse pequeno gabinete íntimo de trabalho.

⁵ Getúlio Vargas, *Diário*, vol. 1, p. 22.

Não que não tenha a maior importância o que ele fará depois, no almoço e em seguida a este, quando desce para o salão de audiências, a grande sala no primeiro andar, na qual realizará, à cabeceira da grande mesa das reuniões ministeriais, suas audiências e encontros públicos – inclusive o derradeiro, na madrugada de 24 de agosto de 1954, a reunião do ministério pouco antes do desfecho trágico e, sobretudo, heroico, do suicídio.

Também o almoço e o jantar são encontros políticos.

No dia 4, ele almoçara com o coronel Gois Monteiro. No dia 5, após descer para o salão de audiências, despacha com os Ministros da Guerra, da Marinha e da Justiça, com os quais discute a necessidade de “combinar medidas” e estabelecer “um limite, ou, antes, temperar os poderes ditatoriais que me confere a revolução”, para evitar “medidas restritivas da liberdade que possam ser consideradas como continuação do antigo regime”.

Desses despachos oficiais e praticamente públicos resultaria a assinatura por Vargas, logo depois, de uma série de decretos que limitariam os poderes do governo provisório, chefiado por ele, e, sobretudo, de um outro decreto, conhecido como o Código dos Interventores, que estabeleceria normas para os novos governos estaduais, nomeados pelo governo provisório da Revolução.

É claro que, antes de discutir essas coisas com os Ministros da Guerra, General Leite de Castro, e da Marinha, Almirante Isaías de Noronha, que acabava de conhecer, Vargas conversara sobre elas com Gois Monteiro, no almoço da véspera, e com Oswaldo Aranha, nos muitos encontros que tinham diariamente e que nem eram registrados no diário do Presidente.

Num registro comum aos dias 6 e 7 de novembro, o diário de Vargas diz:

– Começam as medidas de ordem administrativa, o balanço das repartições, o exame da situação do Tesouro e do Banco do Brasil. Tudo deixa uma impressão de abandono, de desmando, de falta de escrúpulo no manejo dos dinheiros públicos.⁶

⁶ Idem, p. 23.

REFORÇADAS AS GUARDAS DO CATETE

O governo provisório começara a mexer nas contas nacionais. As reações internas se multiplicavam, ao mesmo tempo que a aprovação externa aumentava.

No registro dos dias 6 e 7, o diário menciona “desgosto na Marinha, isto é, nos elementos favoráveis à revolução, contra os velhos almirantes, acomodaticios, e que não querem deixar as posições”.

Dia 8 de novembro, sábado, diário de Getúlio Vargas:

– O governo é reconhecido já por vinte nações estrangeiras.

Os primeiros países a reconhecer o novo governo brasileiro tinham sido, pela ordem, o Peru, Portugal, Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Argentina, Vaticano, Paraguai, Cuba e México.

– Apesar de sábado não ser dia de despacho – diz o diário – recebo o Ministro da Fazenda [José Maria Whitaker], com quem trato longamente da situação do Tesouro e do Banco do Brasil, e combinamos várias medidas.

– Recebo a visita do Collor [Lindolfo Collor, futuro Ministro do Trabalho] e do Chefe de Polícia [Batista Lusardo], ambos alarmados com conspirações reacionárias na casa do ex-Ministro [Otávio] Mangabeira, onde compareciam oficiais de Marinha, e me comunicam a prisão [de Mangabeira].

– À noite, são reforçadas as guardas do Catete, com receio de ataques comunistas...

Ao longo do dia 27 de outubro, mais de uma semana antes, o Rio fora agitado por grandes ondas de violência urbana, todas atribuídas à ação dos comunistas. O que justifica esses receios – tantos dias depois.

No domingo, 9 de novembro, “um domingo chuvoso”, Vargas recebe, pela manhã, a visita de Gois Monteiro, Oswaldo Aranha e Francisco Campos, com os quais almoça. Já não há, aparentemente, necessidade de reforço na guarda do Palácio do Catete.⁷

O governo provisório está firme e Getúlio começará a tomar as grandes

⁷ Idem, *ibidem*.

decisões que mudarão o país, rompendo o imobilismo de sua vida econômica e social.

A partir desse momento é como se o Brasil decidisse avançar quarenta anos em quatro, saltando da situação de economia monocultora, indefesa diante da crise da economia mundial e do colapso das exportações de café, para a situação de país que começa a industrializar suas riquezas naturais. Saltando, também, da situação de sociedade que foi a última de um chamado mundo civilizado a libertar seus escravos e depois nada fez, em quarenta anos, por esses escravos transformados em trabalhadores teoricamente livres, para a situação de sociedade que passou a alinhar-se com as de mais avançados mecanismos legais de proteção ao trabalho.

Ela o será, de fato, nos quase quatro anos do governo provisório de Getúlio Vargas, até que entre em vigor em julho de 1934 uma nova Constituição, pela qual Vargas se tornará Presidente constitucional.

CAPÍTULO 2

NOVEMBRO, 1930

AS PRIMEIRAS DECISÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO
**VARGAS RETOMA AS PROPOSTAS
DE JOSÉ BONIFÁCIO**

GETÚLIO VARGAS CRIA OS MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO
E DECRETA AS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS, PARA RESGATAR A
DÍVIDA SOCIAL DO BRASIL ESCRAVAGISTA DO IMPÉRIO E DO
BRASIL INDIFERENTE DA REPÚBLICA VELHA.

As primeiras decisões de fundo de Getúlio Vargas, no início do governo provisório, foram, ainda em novembro de 1930, os decretos de criação dos Ministérios do Trabalho e da Educação, para dar início ao resgate da dívida social que o Brasil acumulava desde o regime escravagista do Império (e, antes, da Colônia) e que se agravara com a absoluta indiferença da Primeira República diante da questão social, que Washington Luís chegara a considerar simples caso de polícia.

Para os novos Ministérios, Vargas nomeou, respectivamente, o gaúcho Lindolfo Collor e o mineiro Francisco Campos.

Acusaram-no, por isso, de ter criado esses Ministérios desnecessariamente e demagogicamente, a fim de favorecer protegidos dos principais chefes políticos de Minas (Antônio Carlos, ex-Presidente do Estado, e o novo Presidente, Olegário Maciel) e do Rio Grande (Borges de Medeiros).

No caso de Minas, Vargas comentara a 1º. de novembro, em seu diário, que tinha causado certa dificuldade “o desejo manifestado por Minas – Artur Bernardes – de que esse Estado desse três ministros”.

– Enfim – prossegue o diário – conformaram-se com dois, devendo ser criado o da Instrução e Saúde Pública para Francisco Campos, que me pare-

ceu, aliás, um excelente nome.⁸

O outro ministro mineiro era o das Relações Exteriores, Embaixador Afrânio de Melo Franco.

Quanto à hipótese do favorecimento, é preciso considerar que, se fosse para isso, bastaria a Getúlio entregar outros Ministérios a Collor e Campos; ou criar Ministérios diferentes, politicamente mais rendosos, para eles.

Na verdade, a questão do trabalho e a da educação estavam intimamente ligadas, no espírito de Getúlio, à totalidade de sua herança política, e com essa questão ele assumira compromissos explícitos na campanha presidencial.

Se conseguissem libertar-se, por um instante, do preconceito (e da preguiça), os acusadores encontrariam sem dificuldade o que, sobre a criação desses dois Ministérios, o próprio Getúlio escreveria em sua mensagem de prestação de contas à Assembleia Nacional Constituinte eleita em maio de 1933.

Nessa mensagem, lida na sessão de instalação da Assembleia, no dia 15 de novembro de 1933, Getúlio criticava com veemência o Império e a República Velha, por sua conduta sistematicamente omissa diante das questões do trabalho e da educação no Brasil.

O Império, dizia Getúlio, recusou-se sempre a enfrentar o problema do trabalho servil. Quando teve de abolir a escravidão, pela Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, foi porque não conseguiria adiar mais uma vez um desfecho – tanto que o Brasil conquistou o privilégio humilhante de ser o último país dito civilizado a proibir o trabalho escravo. O Haiti, para nós tão atrasado e selvagem, fizera sua abolição em 1794, quase cem anos antes.

Pressionado pela Inglaterra, que controlava a economia brasileira, o Império proibira o tráfico negreiro. Se não o fizesse, a Inglaterra, senhora e rainha dos mares, apresaria em alto mar ou mesmo em nossas costas os navios e sua carga de escravos.

A Inglaterra não fazia isso por pretender-se a vanguarda da civilização e dos direitos humanos, mas por interesse econômico. Ela estava no lado lucrativo da história: comprava, cada vez mais barato, produtos primários brasilei-

⁸ Idem, p. 21.

ros, agrícolas (como o café) e minerais; e vendia ao Brasil, cada vez mais caros, produtos industrializados, que iam de enxadas a tecidos, da louça das privadas a locomotivas. Para que o Brasil pudesse comprar mais artigos ingleses, era preciso que aumentasse seu mercado interno, sua população consumidora – da qual os escravos não faziam parte (nem, depois, os trabalhadores ditos livres mas desprovidos dos direitos mais elementares e da renda necessária para se tornarem consumidores). Impedido o tráfico negreiro, o Brasil teria de importar trabalhadores livres, emigrantes, que não comprariam locomotivas, mas comprariam roupa e viajariam de trem.

Antes da Abolição, o parlamento imperial brasileiro votara, pressionado pela campanha abolicionista, duas leis que pretendiam reduzir, mas apenas prolongariam a escravidão – e dariam mais vantagens aos senhores que aos escravos.

A primeira foi a Lei do Ventre Livre. Ela emancipava, ao nascerem, os filhos da mulher escrava. Com os avanços da campanha abolicionista e a escravidão notoriamente no fim, não valia a pena sustentar bebês escravos que não chegariam a trabalhar para pagar a roupa, o teto e até mesmo o leite do seio materno, propriedade do dono dessa mãe.

A segunda seria a Lei dos Sexagenários, que emancipava automaticamente os escravos chegados à idade de 60 anos. Foi uma boa ajuda... aos senhores, que não mais teriam de garantir o sustento aos escravos velhos e menos prestantes no trabalho.

Não que faltassem propostas ou fórmulas para a abolição. Por exemplo, as de José Bonifácio, o grande cérebro e o grande homem de ação da independência do Brasil. Entre as propostas de José Bonifácio, é preciso registrar desde logo a de instalação obrigatória de aulas públicas em todas as vilas e cidades e de ginásios em todas as capitanias (depois províncias e hoje Estados) – proposta mencionada expressamente por Getúlio Vargas na mensagem à Assembleia Constituinte. Essa proposta de José Bonifácio (e de seu irmão Antônio Carlos) é, sem dúvida, precursora da política educacional do primeiro governo Vargas.

EM FAVOR DOS ESCRAVOS, DOS ÍNDIOS E DA REFORMA AGRÁRIA

José Bonifácio de Andrada e Silva foi o primeiro brasileiro a ser feito ministro de um governo do Brasil.

Enquanto o governo português estava em Portugal e de Portugal governava o Brasil, entendia-se que não houvesse brasileiros em seu ministério. O Brasil, embora muito mais rico que a metrópole, embora produzisse muito mais do que ela e em grande medida a sustentasse, era apenas uma colônia. Mesmo depois da transferência para o Brasil do governo português, demorou mais de dez anos a abertura do ministério a um brasileiro, José Bonifácio, nomeado ministro em 1822.

José Bonifácio, nascido em Santos, São Paulo, em 1763, era filho de um comerciante, o segundo mais rico da cidade. Revelara tanto talento nos estudos, na infância e adolescência, que os padres seus professores convenceram o pai a mandá-lo a Coimbra, sede, então, da mais importante universidade do mundo de língua portuguesa.

O Brasil era um poço de atraso, por imposição dos governos reacionários e obscurantistas de Portugal. Não havia no Brasil, mais produtivo que Portugal, escolas superiores. E estavam proibidas as fábricas e até as tipografias. José Bonifácio esgotou todas as possibilidades de estudar no Brasil e teve sorte de conseguir matrícula em Coimbra em 1783, quando estava com 20 anos. Se não fosse isso, correria o risco de envolver-se em conspirações como a Inconfidência Mineira e acabar no laço de uma corda, enforcado como Tiradentes.

Em Lisboa, logo ao chegar, e, em seguida, em Coimbra, nos anos em que foi aluno de sua universidade, José Bonifácio viu-se diante de um novo mundo. Segundo seu biógrafo Octávio Tarquínio de Souza, autor da História dos Fundadores do Império do Brasil, José Bonifácio "já tivera notícia, sem dúvida, de que nesse outro continente um vasto movimento de reforma política e de renovação intelectual se processava. Agora, a despeito de persistirem restrições e a censura, poderia tomar contacto com ele, ler os livros dos filósofos e pensadores que pregavam o domínio das luzes, o progresso do espírito humano,

a felicidade dos povos, contra o obscurantismo, a rotina, o despotismo”.

Em Coimbra, José Bonifácio deixaria registradas, em seus escritos, ideias como as de liberdade para os índios, terra para os índios, supressão do regime de tutela do índio e acesso à educação para o índio. Quanto aos escravos, diz Octávio Tarquínio, José Bonifácio queria “a extinção do comércio de carne humana e do regime de trabalho servil, preocupado com sua corruptora influência moral e social, com as suas injustiças e malefícios”.

Esses mesmos escritos revelam outras ideias de José Bonifácio no período de estudante em Coimbra: ele queria uma biblioteca e uma tipografia em cada capitania do Brasil e, segundo Octávio Tarquínio, “esboçava planos para acabar com as imensas propriedades territoriais que eram as sesmarias do tempo da colônia”: ou seja, planos para a reforma agrária.

Voltaire e Rousseau – acrescenta Octávio Tarquínio – foram talvez os autores cuja companhia mais buscou. Em toda a Europa do século 18, nenhum outro pensador, nenhum outro escritor foi mais inconformista e mais rebelde que esses dois. Nenhum foi mais longe na defesa da igualdade que Rousseau, nem mais longe na defesa da liberdade que Voltaire.⁹

UM BRASILEIRO NA REVOLUÇÃO FRANCESA

Formado em Coimbra em 1789, José Bonifácio viajou para Paris em 1790, em plena Revolução Francesa, meses depois da queda da Bastilha. Ainda em 1788, Marat, um dos primeiros líderes e tribunos da revolução, lia e comentava o Contrato Social, de Rousseau, nas ruas e nas praças de Paris, sob o aplauso de auditórios entusiasmados.

Terá José Bonifácio ouvido do próprio Marat ou de outros líderes da Revolução Francesa a leitura e o comentário, nas ruas de Paris, dos textos de Rousseau, de Voltaire e dos demais autores que contestavam o absolutismo dos governos e as injustiças da vida econômica?

⁹ Octávio Tarquínio de Sousa, *História dos Fundadores do Império do Brasil*, vol. 1 (José Bonifácio), pp. 64 a 66.

José Bonifácio esteve dois anos na França, 1790 e 1791. De 1792 a 1794, estudou na Alemanha, na Escola de Minas de Freiberg, e fez várias viagens pela Áustria, pela Itália e pela própria Alemanha. De 1796 a 1798 ficou entre a Suécia e a Noruega. Em 1799 foi à Dinamarca e em 1800 voltou para Portugal. Viagens, todas, de caráter científico.

Mais tarde ele teria de lutar muito para poder voltar ao Brasil. Nesse momento, preferiu ficar na metrópole. No Brasil pós-Inconfidência, no Brasil de uma repressão terrível, não havia universidades, não havia livros, nem sequer havia prelos. Homem de ciência, a essa altura reconhecido em toda a Europa, ele teria mais o que fazer num Velho Mundo que se renovava que num Novo Mundo que a submissão envelhecia.

José Bonifácio ficou em Portugal. Fez pesquisas mineralógicas, trabalhou em engenharia florestal, criou a cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra e afinal teve de acumular, sem vantagem pecuniária, uma porção de encargos – intendente geral das minas e metais do Reino, membro do tribunal de minas, diretor da casa da moeda, superintendente das minas e bosques de todos os domínios portugueses, superintendente das sementeiras de pinhais (para o plantio de pinheiros cuja madeira seria empregada na construção de navios), superintendente das obras públicas de Coimbra e diretor das obras de encanamento e dos serviços hidráulicos de Maranhães.

Em 1806, aos 43 anos de idade, mais de metade dos quais passados fora do Brasil, ele pedia:

– Estou doente, aflito e cansado, e não posso com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo em Coimbra e acabe minha jubilação, vou deitar-me aos pés de Sua Alteza Real [o Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI], para que me deixe ir acabar o resto dos meus cansados dias nos sertões do Brasil...

Não só esse pedido não foi atendido, como ainda o trataram pior.

JOSÉ BONIFÁCIO DEFENDE PORTUGAL DE ARMAS NA MÃO

Em 1808, D. João, Príncipe Regente, decidiu abandonar Portugal, ameaçado pelos exércitos franceses de Napoleão, que assolavam a Península Ibérica, como, de resto, toda a Europa, e já lhe avançavam pelo reino adentro. Também o pressionavam os aliados ingleses, que queriam, mais que tudo, derrotar Napoleão.

D. João e a corte escaparam para o Rio e o Brasil foi elevado de colônia a Reino Unido ao de Portugal. O Rio de Janeiro tornou-se a capital efetiva de um Império ainda considerável, que se constituía de Portugal, Brasil e possessões portuguesas na África (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor, Macau, Goa, Damão e Diú). D. João permaneceu no Brasil de 1808 a 1821. Nesse período, nenhum brasileiro teria a oportunidade de servir como ministro. Nem mesmo José Bonifácio, embora seu nome tivesse sido proposto mais de uma vez com o maior empenho.

Quando D. João, o futuro D. João VI, então Príncipe Regente, deixou Portugal, ainda vivia (e viveria até 1816) sua mãe, a Rainha D. Maria I, a Louca, que mandara enforcar Tiradentes.

Só recentemente viemos a saber que nessa fuga veio para o Brasil menos gente do que nos diziam. O que continua certo é que veio um bando considerável de parasitas da corte, gente inútil, intrigante e insaciável. Um homem da seriedade, do prestígio e da credibilidade de José Bonifácio foi obrigado a permanecer em Portugal.

Deixado para trás, José Bonifácio, que não era português, mas brasileiro, arrecadou armas e reuniu homens para a resistência, para defender o solo e o povo português, que o Portugal oficial abandonara. E alistou-se como especialista em munições e foi ao mesmo tempo uma das cabeças da resistência e um dos braços da produção de guerra. Na segunda invasão napoleônica, em 1809, José Bonifácio alistou-se como combatente. Estava com 46 anos de idade.

Com tanta bravura e competência combateu que passou de major a tenente-coronel e de tenente-coronel a comandante. Ousado, encarregava-se pessoalmente dos reconhecimentos mais arriscados. Desobediente, marchava sem-

pre na vanguarda da tropa sob seu comando – e foi preciso uma ordem expressa para que sossegasse no lugar próprio a seu posto, na retaguarda.

Só em 1819, já distante a ameaça de Napoleão, derrotado definitivamente em 1815 e encarcerado na distante ilha de Santa Helena, onde morreria em 1821, o governo português instalado no Rio permitiu que José Bonifácio voltasse para o Brasil, que ele deixara no século anterior. Para que lhe expedissem o passaporte, teve de provar antes, com todo o papelório que a burocracia não dispensa, que não furtara, “que não malbaratara os bens públicos confiados à sua gestão”. Aos burocratas que assim trataram José Bonifácio não consta que se tenham pedido contas: nem de seu zelo pelo erário, nem de sua bravura ou covardia em face do inimigo.

Na sessão de 24 de junho de 1819, José Bonifácio despediu-se da Academia de Ciências de Lisboa, da qual era o secretário-perpétuo. Tinha entrado para a Academia com 27 anos e agora a deixava com 56.

– É esta a derradeira vez – disse ele – sim, a derradeira vez, e com pesar o digo, que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas literárias e patrióticas, pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou como filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci.

De seus 56 anos de vida, José Bonifácio passara 36 fora desse novo Portugal, o Brasil, onde nascera.

NUM BRASIL DE ESCRAVOS

José Bonifácio queria apenas instalar-se numa pequena propriedade rural em São Paulo, o Sítio dos Outeirinhos, e explorá-lo sem o concurso do trabalho escravo, com trabalhadores livres, assalariados, procedentes da Europa.

Era impossível, porém, que um homem dessa dimensão e dessa importância conseguisse confinar-se a si mesmo, em momento como aquele, nesse generoso projeto privado. José Bonifácio não se pertencia – pertencia ao país e à época em que nascera.

Um de seus irmãos, Antônio Carlos, escapara por pouco da condenação à morte na Revolução Pernambucana de 1817 – uma revolução em favor da

independência e já da república, como a Inconfidência Mineira, um quarto de século antes. A Revolução Pernambucana de 1817 foi tão importante que muitos historiadores, como Oliveira Lima e Barbosa Lima Sobrinho, fazem dela – em vez do 7 de setembro de 1822 – a data verdadeira da independência do Brasil.

O Brasil ao qual José Bonifácio voltava tinha quatro milhões de habitantes, menos de um terço da população da Grande São Paulo de hoje. Desses quatro milhões, um milhão, a quarta parte, era de escravos. A taxa de analfabetismo chegava a 90% do total da população.

Com a fuga de D. João VI e de toda a corte, em 1808, para o Rio, teve de mudar de figurino a exploração do Brasil pela Coroa e pelas classes dominantes de Portugal – e pelos interesses já multinacionais, especialmente ingleses, a elas associados, ou melhor, que as vampirizavam e, em certo sentido, assalariavam. Já não bastava arrancar do chão da colônia e embarcar para os cofres e armazéns da metrópole riquezas naturais esgotáveis como o ouro e as pedras preciosas, ou mesmo renováveis, a longo ou a curto prazo, como o pau-brasil e o açúcar.

Até a transferência da corte para o Rio, Portugal proibía qualquer atividade industrial no Brasil. Nem mesmo prelos de impressão podiam existir na colônia – sem falar em teares e outras máquinas. Quando José Bonifácio chegou de volta, a indústria e o comércio estavam liberados e a economia se desenvolvia – na agricultura, nas minas, na fundição de ferro, nos meios de comunicação e transporte – porque o Brasil passara da condição de colônia à de reino unido ao de Portugal.

– Mas – escreverá Octávio Tarquínio de Souza na biografia de José Bonifácio – não se tocava no essencial, o regime da propriedade e do trabalho.¹⁰

José Bonifácio deve ter chegado de volta ao Brasil mais ou menos como os primeiros astronautas chegaram à Lua. O país que de Portugal ele observava de longe era como outro corpo celeste, tão inatingível deve ter-lhe parecido depois de 36 anos de separação. Talvez por isso ele tenha visto em conjunto e

¹⁰ Idem, p. 66.

em detalhe muita coisa que a própria Inconfidência Mineira não ousara enfrentar ou só enfrentara pela metade, como a escravidão.

Entre os papéis apreendidos aos inconfidentes figurava um projeto de constituição para o Brasil. Em face de divergências entre os chefes principais do movimento, esse projeto previa uma solução de compromisso para o problema da escravidão – a liberdade dos escravos nascidos no Brasil, enquanto os nascidos na África e trazidos para o Brasil permaneceriam escravos.

PRIMEIRAS PROPOSTAS DE INDEPENDÊNCIA

Logo depois de chegar ao Brasil, em 1819, José Bonifácio escrevera que “a sociedade civil tem por base primeira a justiça e por fim principal a felicidade dos homens”. Em nome disso, ele pedia a “expição de crimes e pecados velhos”, a começar pela abolição total e imediata do tráfico negreiro (que seria imposta, anos depois, pela Inglaterra) e a continuar pela extinção da escravatura, “feita gradualmente, para evitar traumatismos e súbitas perturbações”.

Se tivessem sido adotadas nesse momento, leis como a do Ventre Livre e dos Sexagenários teriam reduzido tanto a escravidão em algumas décadas que ela poderia ter sido extinta em definitivo muito antes da Lei Áurea de 1888. E note-se que José Bonifácio pensava em medidas abolicionistas muito menos oblíquas.

Em abril de 1821, D. João teve de voltar para Portugal, intimado por uma revolução liberal deflagrada na cidade do Porto. Essa revolução queria estabelecer em Portugal um regime constitucional, mas logo depois voltou-se contra o Brasil, pretendendo recolonizá-lo. O retorno de D. João para Portugal seria fundamental para os acontecimentos subsequentes: facilitava algumas coisas; mas dificultava outras.

D. Pedro, o filho mais velho de D. João, foi nomeado Regente do Brasil e permaneceu no Rio. Mas os compromissos constitucionais e liberais ou supostamente liberais (no sentido da liberdade política, não do sentido econômico dos postulados do neoliberalismo de hoje) da Revolução do Porto, esses compromissos contagiavam também o Brasil. Suas províncias organizavam-

se e mobilizavam-se para exercícios de democracia representativa.

Em São Paulo, o próprio governador e comandante militar, General João Carlos Oyenhausen, convocou eleições para a organização de um governo provincial representativo. Paralelamente, eram eleitos seis representantes da província às Cortes de Lisboa, que elaborariam a Constituição do Reino Unido, uma constituição única para Portugal e o Brasil. José Bonifácio foi escolhido para redigir a plataforma desses representantes. Submetida às câmaras municipais da província, a plataforma seria aprovada com poucas restrições.

A plataforma começava por opor-se à tendência dominante nas Cortes de Lisboa, que era a recolonização do Brasil, a ser realizada pela subordinação de cada uma de suas províncias ao governo de Portugal. José Bonifácio propunha, para garantir a unidade do Brasil, a existência de um governo geral executivo, ao qual ficariam sujeitos os governos provinciais. Já era, em embrião, a independência.

Além desse governo central brasileiro, a plataforma propunha a catequese e civilização dos índios, que não eram escravos e não podiam, teoricamente, ser escravizados, e a emancipação dos escravos, “de modo a se tornarem cidadãos ativos e virtuosos”.

Ao lado da independência, a plataforma de José Bonifácio tratava da questão do trabalho, pela emancipação dos escravos e a civilização dos índios – e também por um novo regime de terras, com a subdivisão da propriedade territorial, uma reforma agrária – e associava às duas a questão da educação, propondo a instalação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e freguesias consideráveis – e um ginásio em cada província, “para o ensino das ciências úteis”.

Redigida por um homem como José Bonifácio, que tivera o privilégio de estudar e ensinar na Universidade de Coimbra, de conviver com os mais importantes centros científicos da Europa do fim do século 18 e de ser eleito membro e secretário-perpétuo da Academia de Ciências de Lisboa – além de tornar-se um dos cientistas de maior renome da Europa – essa plataforma não evitaria o passo naturalmente seguinte, por mais ousado e atrevido que pudessem parecer: a criação, “desde logo”, de uma universidade com quatro faculda-

des – filosofia, medicina, jurisprudência e a de economia, fazenda e governo. (A primeira universidade reconhecida no Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, então Universidade do Brasil – teria de esperar pelo século 20 e pelo primeiro governo Vargas).

A resposta às propostas de José Bonifácio, antes mesmo que os seis representantes eleitos de São Paulo chegassem a Portugal, veio em dois decretos das Cortes de Lisboa, que muito acelerariam a independência do Brasil: o primeiro criava no Brasil governos provinciais subordinados separadamente a Lisboa e o segundo determinava o retorno imediato do Príncipe D. Pedro a Portugal.

JOSE BONIFACIO MINISTRO

É aí que começa o movimento popular e político para que D. Pedro permaneça no Brasil – movimento que ocorre simultaneamente e espontaneamente no Rio, em Minas e São Paulo. O governo provincial de São Paulo, eleito e colegiado, encarrega José Bonifácio de redigir uma representação a D. Pedro:

– Apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto... – escreve José Bonifácio – vimos nele exarado o sistema da anarquia e da escravidão... O segundo nada menos pretende que desunir-nos, enfraquecer-nos e deixar-nos em mísera orfandade... Como agora esses deputados de Portugal, sem esperar pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada província e de um reino inteiro?

É esse memorial redigido por José Bonifácio que pela primeira vez diz ao Príncipe D. Pedro que não vá, que fique aqui:

– Vossa Alteza deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constitucionais, não só para o bem geral mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal.

D. Pedro resolveu ficar e anunciou essa decisão a 9 de janeiro de 1822, que se tornaria conhecido como o “Dia do Fico”, ao receber representação no mesmo sentido que lhe foi entregue, em nome do Rio de Janeiro, pelo presidente do Senado da Câmara da cidade, José Clemente Pereira. Uma semana depois, a 16 de janeiro, D. Pedro nomeava José Bonifácio ministro do Reino e

dos Negócios Estrangeiros – na prática, um Primeiro-Ministro.

Já vimos quais eram as preocupações, as prioridades e as propostas de José Bonifácio para o Brasil – propostas de reforma social com as quais ele ia muito além das maiores ousadias da Inconfidência Mineira. Mas ao ser escolhido por D. Pedro, o primeiro brasileiro nomeado ministro, 14 anos depois da transferência da sede do Reino de Lisboa para o Rio, José Bonifácio sabia que, antes dessa reforma social, o Príncipe Regente confiava-lhe, “talvez sem uma ideia muito clara, missão das mais complexas: fundar um governo nacional, impedir a secessão das províncias, coordenar os impulsos revolucionários num sentido construtivo, preparar a ruptura com a antiga metrópole”.¹¹

Nos nove meses que antecederam a proclamação formal da independência, de janeiro a setembro de 1822, José Bonifácio entregou-se a cumprir essa missão, de manter a unidade nacional do Brasil. Com arrebatamento, sim, mas, sobretudo, com inteligência, serenidade e competência. Ainda em janeiro, ele deu ordem para que nenhuma lei vinda de Portugal fosse executada no Brasil sem autorização por escrito de D. Pedro.

Era, de fato, a independência: em vez de as ordens do governo do Rio dependerem da confirmação de Lisboa, as ordens de Lisboa é que passavam a depender do governo do Rio.

Só depois da proclamação da independência, no dia 7 de setembro de 1822, da aclamação de D. Pedro em outubro, de sua coroação em dezembro, da eleição da Assembleia Constituinte, no início de 1823, e de sua instalação, a 3 de maio desse ano, foi possível retomar o debate das questões da escravidão, da terra, do trabalho e da educação.

‘OS NEGROS SÃO HOMENS COMO NÓS’

Assim que instalada a Constituinte, José Bonifácio mandou-lhe uma apresentação na qual procurava demonstrar a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo. Com o acréscimo da seguinte observação: “Ainda

¹¹ Idem, p. 177.

que assim não fosse, a justiça social nos diria que os negros eram homens como nós, sentiam e pensavam como nós”.

José Bonifácio considerava um absurdo conciliar na mesma Constituição, de um lado o liberalismo político, a democracia e o estado de direito, e, do outro lado, a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

Essas ideias e as atitudes das quais as fazia acompanhar tornaram inevitável, em julho de 1823, a renúncia de José Bonifácio ao cargo de Ministro do Reino. Ele fora eleito constituinte por São Paulo e, deixando o ministério, passou a colaborar com o irmão Antônio Carlos, também deputado, na comissão encarregada de elaborar o projeto de Constituição.

O projeto, ao ser apresentado, tinha a encabeçá-lo as assinaturas de Antônio Carlos e José Bonifácio. Para conseguir maioria na comissão e neutralizar as reações mais hostis na própria Assembleia, era mais moderado e cauteloso que as ideias por tanto tempo defendidas pelos dois irmãos.

O projeto propunha apenas a criação de estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, a emancipação lenta dos escravos e contratos entre senhores e escravos, fiscalizados pelo governo. (Décadas antes, na Convenção de Filadélfia, de 1787, que votara a Constituição dos Estados Unidos, Benjamin Franklin, um dos pais fundadores do país e presidente da Sociedade Abolicionista da Pennsylvania, tivera de aceitar que a Constituição fosse omissa no caso da escravidão, para que pudesse haver uma Constituição. José Bonifácio com certeza sabia disso).

A ideia desses contratos entre senhores e escravos criava um fato novo. Se o escravo podia ser parte contratante, isso significava que ele era sujeito de direitos, e portanto pessoa, e não um mero objeto em relação ao qual o senhor dispusesse de direitos de vida e de morte. Era sem dúvida um ardil, mas era um passo à frente.

Publicado o projeto, que, para viabilizar-se, transigia até com a escravidão, José Bonifácio propôs que D. Pedro fizesse aprová-lo por aclamação pública. A situação interna do país, contudo, estava cada vez mais complicada e o governo e a Assembleia Constituinte viviam um confronto cada vez mais fundo.

D. Pedro não aceitou a ideia da aclamação, a crise transformou-se em

impasse. Em novembro de 1823, D. Pedro, num ato de força muito mais violento que a proposta de José Bonifácio, de plebiscitar um projeto não votado, fechou a Constituinte.

José Bonifácio foi preso, levado para a Fortaleza de Laje, na entrada da Baía de Guanabara, “recolhido a um subterrâneo, lugar imundo, úmido, com as paredes porejando água; nessa primeira noite, serviu-lhe de cama um pedaço de tapete velho, por extrema bondade de um oficial”.¹² Logo depois, ele e muitos outros foram exilados.

Com base no próprio projeto de Antônio Carlos e José Bonifácio, que servira de pretexto para o fechamento da Constituinte, D. Pedro encomendou a seu Conselho de Estado uma Constituição que seria outorgada por ele, ditatorialmente, em 1824, e vigorou até a proclamação da República, em 1889. Essa Constituição continha algumas proclamações democráticas, mas suprimia todas as propostas sociais de José Bonifácio e Antônio Carlos.

Ela não cuidava da emancipação dos escravos, como se não se constituísse de escravos a quarta parte da população do país; não cuidava dos índios, não cuidava dos trabalhadores livres, não cuidava da questão da terra, inseparável da questão do trabalho; e não acolhera a proposta de instalação de uma escola em cada vila e de um ginásio em cada sede de comarca, proposta formulada por José Bonifácio em seus dias de jovem estudante em Coimbra e incluída na plataforma que elaborara para os deputados de São Paulo às Cortes de Lisboa em 1821 e igualmente no projeto da comissão constitucional presidida por Antônio Carlos.

Essa constituição preservaria o regime do trabalho escravo por 64 anos, até 1888.

TRABALHO E EDUCAÇÃO, OS DOIS MAIORES PROBLEMAS

Na mensagem que leu na Assembleia Nacional Constituinte, em sua sessão de instalação, a 15 de novembro de 1933, prestando contas de seus atos como

¹² Idem, p. 286.

Chefe do Governo Provisório, Getúlio retoma o fio da história no ponto em que fora deixado por José Bonifácio em 1823, e refere-se aos problemas do trabalho e da educação como duas heranças negativas legadas pelo Império à República:

– O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevralgico da existência do regime, atuou até como fator de perturbação, pela forma brusca e pelo ambiente de exaltação política em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

– A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um de nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país, numa solidariedade admirável de todas as suas forças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus próprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agrícola, caíram em colapso, ante a desordem e o êxodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente à inexperiência da liberdade. Dominados pela ideia generosa, os pró-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados.

– Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quase completamente esquecida até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário.

Getúlio, em seguida, refere-se ao projeto de Constituição de Antônio Carlos e José Bonifácio:

– No projeto de Constituição de 1823 fora ele [o problema da educação popular] encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas públicas nos termos e de liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada [em janeiro de 1824, por D. Pedro I, após o golpe do fechamento da Constituinte em novembro de 1823] eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria pelo menos evitado os males do analfabetismo.

– Em resumo – diz Getúlio – o Império encerrou sua atividade deixando insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação.

Se pudesse haver dúvidas, essa referência expressa confirma o vínculo entre as ideias de Getúlio, em 1930, e as de José Bonifácio mais de cem anos antes.

Na segunda parte da mensagem, ao tratar das atividades de cada um dos ministérios do governo provisório, Getúlio retoma o tema da educação:

– Ao balancear, na primeira parte desta mensagem, as realizações do regime monárquico, deixei acentuado que o país, depois de meio século de vida política independente, estava ainda com dois problemas capitais de sua organização para resolver: o trabalho e a educação...

– Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingem nível superior de progresso pela educação do povo... Nesse sentido, nada temos feito de orgânico e definitivo... Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável... Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: é preciso que todos os brasileiros recebam educação.

O EXEMPLO DO JAPÃO

O que José Bonifácio propusera, desde seus dias de Coimbra até a Constituinte de 1823, tinha sido realizado, não no Brasil, mas no Japão. Getúlio diz:

– Relembrai o exemplo do Japão. O Imperador Matuzahito, certo dia, baixou um édito determinando “fosse o saber procurado no mundo, onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal forma que em nenhuma aldeia restasse uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar os seus filhos e irmãos mais moços”.

– O Imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de quarenta anos, de 1877 a 1919, fez com que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão vencia a Rússia e entrava para o rol das grandes potências.

Getúlio referia-se à chamada Restauração Meiji. O Japão isolara-se, desde a era das grandes navegações, do avanço dos países europeus e, em seguida, dos Estados Unidos, sobre a Ásia. Em meados do século 19, tornara-se

impossível manter esse isolamento.

A China já tinha sofrido as Guerras do Ópio, com as quais os países ditos civilizados decidiram obrigá-la a importar e consumir ópio, que ela não produzia. Com o ópio, a Europa e os Estados Unidos do homem branco e supostamente superior pagariam o muito que compravam aos chineses – em seda, chá, madeiras raras e outros produtos. O litoral da China foi transformado num colar de feitorias estrangeiras, nas quais a lei chinesa fora substituída pela lei dos ocupantes.

Em cidades submetidas à lei dessas feitorias estrangeiras, havia praças cujos bancos eram proibidos a chineses e cachorros. Da mesma forma, haveria nos Estados Unidos, ainda no século 20, banheiros, assentos de ônibus, bancos de praça e outros inimagináveis lugares proibidos a negros.

Temendo ver o Japão submetido a semelhante destino, o Imperador, que nesse momento era quase exclusivamente um líder religioso, retomou os poderes de governo delegados por seus antecessores aos xoguns (os senhores feudais) e, a partir desse édito sobre a educação, promoveu um dos mais velozes programas de desenvolvimento de que se tem registro na história da economia mundial.

O Japão pode, assim, abrir suas portas e seus portos ao comércio com todos os países do mundo sem ser, como a China, submetido, dominado e colonizado pelos mais fortes.

Ao contrário, o Japão tornou-se tão forte, rapidamente, que, em 1905, desafiado pela orgulhosa e poderosa Rússia dos Czares, derrotou-a e destruiu sua marinha de guerra.

Pouco antes da Restauração Meiji, os japoneses, que só conheciam navios de madeira, assombraram-se ao ver chegar às suas costas um navio americano de casco de aço. Na Guerra Russo-Japonesa, não muito tempo depois, foi com uma esquadra de navios moderníssimos, de casco de aço, construída quase toda em estaleiros japoneses, de capitais japoneses, por engenheiros e operários japoneses, que o Japão destróçou a esquadra russa.

De lá para cá, o Japão sempre teve posição preponderante na economia mundial e um sistema de ensino público tão bom que lá, praticamente, só

existiam escolas particulares para filhos de diplomatas, empresários, executivos, técnicos e outros residentes estrangeiros – escolas com ensino em língua estrangeira. Não que fossem proibidas as escolas particulares para japoneses e em idioma japonês: elas eram permitidas, apenas não existia mercado para elas.

– É dever do governo provisório – acrescentava Getúlio, concluindo suas observações sobre o modo como o Japão enfrentara a questão educacional – interessar toda a nação, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução desse problema.

A POPULAÇÃO AUMENTA UM TERÇO – AS MATRÍCULAS, TRÊS VEZES

De fato, o governo provisório obrigou todo o Brasil a mobilizar-se em torno de um grande programa educacional. Na trilha do exemplo japonês, o governo provisório de Getúlio Vargas recorreria a todos os seus poderes para promover essa mobilização.

Um decreto conhecido como o Código dos Interventores e destinado a regular os poderes e atribuições dos Interventores nomeados para responder pelos governos estaduais, determinou que os Estados empregassem 10%, no mínimo, das respectivas rendas na instrução primária, e deu a eles o poder de exigir até 15% das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução pública, quando por eles exclusivamente atendidos.

Getúlio não se limitou a exigir recursos dos Estados e municípios. Nos orçamentos de 1931 e 1932, o governo federal destinaria 5,14% de suas verbas para o Ministério da Educação, quase o dobro das verbas do Ministério da Agricultura (2,84%).¹³

A criação do Ministério da Educação e, principalmente, essa vinculação de recursos substanciais para o ensino produziram mudanças revolucionárias.

Em 1931, de cada mil brasileiros aptos a estudar, 513, mais da metade, não

¹³ Rosa Maria Barboza de Araújo, *O Batismo do Trabalho*, p. 71.

chegavam a entrar na escola. Dos 487 que entravam na escola, 110 matriculavam-se mas não frequentavam as aulas; 178 frequentavam-nas ao longo do primeiro ano, não chegando bem a ler; 85 frequentavam somente até o segundo ano, alfabetizando-se muito superficialmente; 84 avançavam um pouco além, mas sem concluir os estudos; e apenas 30 adquiriam integralmente a instrução elementar comum. Apenas trinta brasileiros em mil adquiriam, em 1931, a instrução elementar comum. Desses trinta, quantos frequentariam e concluiriam o ginásio? E quantos chegariam à universidade?

De 1930 para 1940, houve um salto quantitativo impressionante, que não pode deixar de ter sido também um salto qualitativo. Os números desse salto são os que figuram nos recenseamentos nacionais. Como não houve recenseamento em 1930, só é possível cotejar os dados de 1920 com os do recenseamento de 1940 – o que não altera muito as coisas se considerarmos a verdadeira estagnação social em que o Brasil vivia nos anos anteriores à Revolução de 30.

Em 1920, o Brasil tinha 30 milhões de habitantes e um milhão de matrículas no ensino primário; ou seja, a relação entre matrículas e população era de 3,4%. Em 1940, a população subira para 41 milhões e as matrículas para 3 milhões: a população aumentara um terço, as matrículas, três vezes, e agora correspondiam a 7,4% da população. É claro que esse aumento ocorreu, quase todo, depois de 1930.

No ensino secundário, os números eram igualmente expressivos. Em 1920, havia 109 mil matrículas para 30 milhões de habitantes, 0,36%. Em 1940, com 41 milhões de habitantes, ou seja um aumento de um terço na população, o número de matrículas subira para 260 mil, quase duas vezes e meia, ou 0,63% da população.¹⁴

Estatísticas mais recentes, citadas pelo brasilianista Stanley Hilton, mostram que essa revolução revelou-se ainda maior, embora os esforços do governo fossem “severamente prejudicados” por dificuldades orçamentárias:

¹⁴ Celso de Rui Besiegel, “Educação e Sociedade no Brasil”, em *História Geral da Civilização Brasileira*, direção de Bóris Fausto, vol. 11, *O Brasil Republicano/Economia e Cultura* (1930-1964), pp. 383-384.

– O número de estudantes por mil habitantes – escreve Stanley Hilton – cresceu de 50, em 1929, para 80 dez anos depois. A Revolução encontrou 28 mil escolas primárias em todo o Brasil; até 1940, conseguiria um acréscimo de 14 mil [ou seja, um aumento de 50% em dez anos]. A população que frequentava as escolas primárias aumentara em 75%, quando do início da guerra, em comparação com a de 1931; e o total de estudantes inscritos em escolas de nível secundário aumentou de 90 mil para 227 mil...¹⁵

São percentuais quase inacreditáveis. Em dez anos, o número de escolas primárias cresceu 50%; o número de estudantes por mil habitantes, 60%; a matrícula nas escolas primárias, 75%; e o total de alunos do ensino secundário, 150%.

¹⁵ Stanley Hilton, *O Brasil e as Grandes Potências*, p. 54.

CAPÍTULO 3

DEZEMBRO, 1930

CUMPRINDO OS COMPROMISSOS DA PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL **AS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS**

JÁ EM DEZEMBRO DE 1930, A PRIMEIRA LEI TRABALHISTA, A LEI DOS DOIS TERÇOS, GARANTE EMPREGO PARA O TRABALHADOR BRASILEIRO.

Na opinião de Getúlio Vargas, exposta em sua mensagem à Assembleia Nacional Constituinte em novembro de 1933, a Revolução de 30 tinha de iniciar o resgate de duas dívidas sociais, que a República herdara do Império e este do Brasil-Colônia: a da educação e a do trabalho.

Na mensagem à Constituinte, ao explicar suas decisões sobre a questão social nos três anos do governo provisório, especialmente a criação do Ministério do Trabalho, o Presidente Vargas retoma as críticas ao Império e à República Velha pela atitude omissa que mantiveram ao longo de mais de cem anos.

O Império, ao desmoronar, diz Getúlio, deixara intacta a questão do trabalho, porque a escravidão chegara até as portas da República e o trabalho livre permanecera sem qualquer organização. A Primeira República também não se preocupara com isso e sua Constituição, votada em 1891, limitou-se a garantir o livre exercício de qualquer profissão. Só em 1926, 35 anos depois, uma emenda constitucional permitiu que o Congresso votasse leis trabalhistas.

– Cristalizara-se – diz Getúlio – a mentalidade política... que julgava o problema operário, no Brasil, simples caso de polícia... No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A Revolução teve de começar pela providência inicial: a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Ministério do Trabalho foi criado por decreto de 26 de novembro de 1930, menos de um mês depois da instalação do governo provisório. Com sua

criação e, em seguida, com a aprovação das primeiras leis de proteção ao trabalho e a instituição da Justiça trabalhista, Getúlio realizaria a segunda das grandes propostas de José Bonifácio – a outra era a relativa à educação – e completaria o resgate da dívida social que o Império transferiria à República.

A 12 de dezembro, menos de um mês depois da criação do Ministério, o governo aprovaria a primeira de suas leis trabalhistas – a Lei dos Dois Terços, ou lei de nacionalização do trabalho.

EMPREGO PRIMEIRO PARA OS BRASILEIROS

O Brasil era um mercado de trabalho ainda muito pequeno, de poucos empregos para os próprios brasileiros. Apesar disso praticava, não em seu interesse mas no de países estrangeiros, aos quais seus governos anteriores não queriam desagradar, uma política de imigração indiscriminada e sem controle.

O resultado é que faltavam empregos para brasileiros perfeitamente aptos, em setores nos quais era absoluto o predomínio do trabalhador estrangeiro. Isso não acontecia só em ocupações de alta qualificação profissional, técnica ou mesmo científica. No setor de restaurantes, bares e estabelecimentos similares, por exemplo, 80% de todos os empregos eram ocupados por estrangeiros ou brasileiros naturalizados.

A Lei dos Dois Terços, dizia o Ministro do Trabalho Lindolfo Collor em sua exposição de motivos, não tem por objetivo forçar o desemprego de estrangeiros e sim garantir a preferência legal para os brasileiros. Nem se trata de uma lei original:

– Todos os países cuidadosos de sua ordem social e de seu desenvolvimento econômico – acrescenta o Ministro – praticam a defesa de seu território contra invasões desordenadas de estrangeiros.

A lei estabelecia, como regra geral, que dois terços dos empregos, em qualquer empresa, deveriam ser reservados a trabalhadores brasileiros. Salvo, é claro, o caso de empregos que exigissem qualificação profissional, técnica ou científica que pretendentes brasileiros não tivessem.

Para que a lei não fosse acusada de xenofobia, a exposição de motivos

citava a legislação semelhante de mais de vinte países, entre os quais os Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Inglaterra. E ainda o documento “Regulamentação das Migrações”, do Bureau Internacional do Trabalho, precursor da atual Organização Internacional do Trabalho, segundo o qual as restrições à imigração constituíam remédio legítimo contra o desemprego. Cada país, além disso, tinha o direito de escolher os elementos que, por sua qualificação, preenchessem as lacunas da mão de obra nacional.

Essa primeira lei criou alguns problemas de curto prazo e exigiu pequenas adaptações: depois incorporou-se naturalmente aos hábitos da vida econômica e profissional do Brasil.

O regime de prioridade para o trabalhador nacional, vigente em todos os países – e com mais ferocidade no mais rico de todos os tempos, os Estados Unidos – seria abalado no Brasil pelo arrastão neoliberal do fim do século 20. Com a abertura comercial indiscriminada e descontrolada, passamos a exportar empregos para os países produtores das mercadorias e componentes que comprávamos, naquilo a que se deu o nome de a “farra dos importados” e ia de automóveis a brinquedos, de caviar a sucos de fruta, de canetas a computadores.

Com as privatizações e o escancaramento da economia brasileira ao capital internacional, passamos a receber grande número de funcionários estrangeiros das multinacionais agora controladoras de antigas estatais e de empresas privadas desnacionalizadas. Esses estrangeiros passaram a desalojar brasileiros de funções técnicas e até de empregos não qualificados.

A LEI DOS SINDICATOS ERA FASCISTA?

A segunda lei trabalhista importante, a lei dos sindicatos, de 19 de março de 1931, é que estigmatizou o primeiro governo Vargas e até hoje tenta estigmatizar a Era Vargas, qualificando toda a sua legislação social de fascista e inspirada na Carta del Lavoro, o código trabalhista de Mussolini.

Teoricamente, a Lei dos Sindicatos reafirmava apenas o que estava numa lei do início do século 20, que reconhecia o direito dos trabalhadores de se organizarem em associações representativas e incumbidas da defesa de seus

interesses coletivos e profissionais.

Na prática, ela ia muito mais longe. Ela estabelecia, por exemplo, o reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, e previa a organização dos sindicatos, tanto de trabalhadores quanto de empregadores, em federações profissionais, regionais ou nacionais, e em confederações nacionais. Estabelecia também o princípio da unicidade sindical: em cada circunscrição territorial haveria apenas um sindicato de trabalhadores e outro de empregadores, de cada categoria profissional ou econômica.

Algumas semelhanças com a legislação italiana serviram, desde logo, para a tentativa de estabelecer uma identificação ideológica entre essa lei e a Carta del Lavoro de Mussolini, embora a lei brasileira tivesse mais semelhanças ou mais pontos de contacto com a legislação francesa, que de nenhum modo poderia ser considerada fascista.

No início, só a Lei dos Sindicatos foi identificada com a Carta del Lavoro. Com o tempo, todas as leis trabalhistas do primeiro governo Vargas passariam a ser tratadas da mesma forma. Seria isso verdade?

Para responder a essa pergunta, teríamos de verificar, antes, se o primeiro signatário dessas leis, o Presidente Getúlio Vargas, era fascista ou tinha pendores fascistas. (Depois ele seria acusado até de inclinações e preferências nazi-fascistas, mas nesse momento, 1930-1931, o nazismo ainda não estava nem no poder nem nas manchetes).

As influências intelectuais preponderantes na formação e no espírito de Getúlio Vargas eram todas avançadas, generosas, progressistas, reformistas.

Os republicanos do Rio Grande, liderados por Júlio de Castilhos, tinham lutado, em primeiro lugar, pela abolição da escravatura, e, em seguida, pela República. Proclamada esta, lutaram pelo princípio positivista, formulado por Augusto Comte, da incorporação do proletariado à sociedade moderna. Nada conseguindo dessa luta no Congresso Constituinte federal de 1890-1891, levaram suas ideias para a primeira Constituição republicana do Rio Grande.

Nas primeiras décadas da República, até 1930, deputados e senadores representantes do Rio Grande no Congresso Nacional seguiram quase todos, ortodoxamente, um suposto dogma do positivismo – segundo o qual a lei não

deveria interferir na liberdade do trabalho, e portanto, não deveria estabelecer normas de proteção ao trabalhador. Para tais parlamentares, esse dogma não entrava em contradição com a ideia positivista da incorporação do proletariado à sociedade moderna.

Exemplo disso seria a conduta de Borges de Medeiros, como Presidente do Rio Grande do Sul, na grande onda de greves de 1917, o ano mais dramático, para a economia brasileira, da Primeira Guerra Mundial. Ele respeitou o direito de greve, que fazia parte da liberdade de trabalho, não permitiu violências contra os trabalhadores, e atendeu diretamente às reivindicações destes, naquilo que dizia respeito a funcionários e empregados do serviço público e de empresas controladas pelo governo estadual. No mais, esperou que as empresas privadas envolvidas cedessem às pressões dos grevistas – o que elas fizeram.

Nos Estados Unidos, era essa a tradição da luta sindical – o governo limitava-se a não permitir violências contra a ação dos sindicatos, e estes tratavam de tornar realidade as reivindicações dos trabalhadores.

Certamente alinhados a esse modelo, quase todos os deputados e senadores do Partido Republicano do Rio Grande opuseram-se, no Congresso, a todas as propostas de leis trabalhistas substanciais, apresentadas especialmente pelo deputado Maurício de Lacerda, que se considerava trabalhista, era visto como socialista e fora autor de um projeto de Código do Trabalho.

Getúlio Vargas não era um positivista ortodoxo e não tinha compromissos com essa postura mumificada. Já na plataforma da Aliança Liberal, lida no Rio, no comício da Esplanada do Castelo a 2 de janeiro de 1930, ele dissera que a questão social não era caso de polícia e propusera explicitamente a adoção de leis de proteção ao trabalho.

Um ano depois, ele assina a Lei dos Sindicatos, que o marcará para sempre, na opinião dos adversários de então e dos futuros, como um tremendo fascista.

UM SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO

Muito antes de assinar a Lei dos Sindicatos, e antes até do comício de 2 de janeiro, no Rio, no qual anunciara a plataforma da Aliança Liberal, Getúlio

Vargas, então governador do Rio Grande, recebera no Palácio Piratini, em Porto Alegre, a visita de um professor de Direito do Trabalho chamado Joaquim Pimenta, cuja história pessoal é inevitavelmente parte desta história.

Nas primeiras linhas das memórias de Joaquim Pimenta veremos por quê:

– Uma impressão que muito cedo se me gravou no espírito de criança foi o que eu ouvia contar do tratamento que era dado aos escravos. Por qualquer motivo fútil, amarrados ao tronco e açoitados. Se o açoite não era castigo suficiente para apagar a falta ou aplacar a cólera do senhor, retalhavam-se-lhes as nádegas a navalha, as quais eram salgadas, em seguida.¹⁶

Joaquim Pimenta nasceu em Tauá, no Ceará, em 1886, quatro anos depois do nascimento de Getúlio Vargas, em São Borja, no Rio Grande do Sul. Assim como Getúlio, ele não teve tempo de ver escravos açoitados e retalhados. O Ceará e o Rio Grande foram províncias pioneiras na libertação dos escravos. Mas a impressão que ficou na memória do menino Joaquim Pimenta não terá sido substancialmente diferente daquela que se fixara no espírito do menino Getúlio Vargas.

Getúlio Vargas, porém, cresceu vivendo experiências diferentes. Seu pai, o General Manoel do Nascimento Vargas, emancipara, sem indenização, todos os escravos que tinha. A experiência de Joaquim Pimenta era esta:

– O que mais me causava pena era ver pretas velhas, anos após a Abolição, ansiosas pelo marido, pelo filho, pelo neto, vendidos para outros municípios ou Estados distantes. Liberata era uma delas. Fora escrava de meu avô materno, tendo ficado conosco, mesmo depois de livre. Era uma das nossas mães pretas. Velava por nós e ralhava-nos com autoridade. Tinha um filho único, o Luís, nome que jamais esqueci, de tantas vezes que o ouvi por entre lágrimas. Tinha sido vendido a um senhor de escravos do Piauí. Passaram-se tempos, veio o 13 de maio e quando, em 1909, deixei Tauá, Liberata continuava a esperar, chorando, o filho que não voltava.¹⁷

Como Getúlio Vargas, Joaquim Pimenta fora profundamente marcado pela

¹⁶ Joaquim Pimenta, *Retalhos do Passado*, p. 11.

¹⁷ *Idem*, p. 12.

Abolição. Isso explica que, tão diferentes em temperamento, em origem e em formação, os dois se tivessem tornado tão próximos em pensamento.

A família de Pimenta era muito pobre e ele só conseguiu iniciar os estudos graças ao padre Joaquim Ferreira de Melo, pároco de Inhamum, pequeno município do qual Tauá era um distrito. O padre ensinou as primeiras letras ao menino, que começou a trabalhar, ainda na infância, como cobrador de impostos nas feiras, alfaiate, sacristão e professor de uma escola noturna para menores.

Em 1904, com 18 anos, Joaquim Pimenta seguiu para Fortaleza, para continuar os estudos. Com a experiência que já acumulara, conseguiu emprego como professor primário, enquanto fazia o curso e exames preparatórios no Liceu do Ceará. O Liceu foi possivelmente a primeira escola que Joaquim Pimenta frequentou como aluno; em 1906, com vinte anos, entrou para a Faculdade de Direito de Fortaleza.

Já era jornalista e socialista. Nessa época, no Brasil, mesmo no Rio, a Capital Federal, e em São Paulo, a segunda maior cidade, pouquíssimos jornalistas o eram profissionalmente, em condições de sustentar-se do trabalho jornalístico. Para a maioria, o jornalismo constituía atividade literária ou política; ou atividade política e secundariamente literária. Para Joaquim Pimenta, era sobretudo atividade política. Em compensação, era muito mais fácil que hoje, ou melhor, era possível os jornalistas criarem seus próprios jornais. Com um grupo de amigos e colegas de Faculdade, Joaquim Pimenta fundou sucessivamente uma revista de oposição, *A Fortaleza*, um jornal anticlerical, *O Demolidor*, e outro de propaganda socialista, *O Regenerador*. Nos jornais grandes colaborava quando deixavam. Um artigo no *Jornal do Ceará* levou-o pela primeira vez à prisão.

Em 1909, Joaquim Pimenta transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, em Pernambuco, pela qual se formou.

Socialista, jornalista, professor e advogado, era natural que Joaquim Pimenta se aproximasse do movimento sindical, ainda incipiente, mas já vigoroso, e fosse por ele adotado como um de seus maiores conselheiros.

Em 1919, Joaquim Pimenta liderou uma greve geral dos trabalhadores do Recife, contra a multinacional Pernambuco Tramways, que explorava os ser-

viços de energia elétrica e bondes e demitira todos os seus empregados que tinham comparecido à Assembleia de fundação do sindicato dos trabalhadores na empresa. A fundação do sindicato coincidira com a reivindicação de aumento de salários (a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, provocara enormes aumentos de preços) e da adoção da jornada de trabalho de oito horas.

A greve isolou Recife e teve o apoio da maior parte da população da cidade, muito mal servida pela Tramways e ainda mais por sua atitude indiferente e arrogante, o que era a conduta habitual das todo-poderosas multinacionais concessionárias de serviços públicos no Brasil. Com esse apoio e mais o dos sindicatos e dos trabalhadores de todo o Estado, a greve foi vitoriosa e a Tramways teve de aceitar um acordo pelo qual atendia a quase todas as reivindicações dos grevistas.

Em 1921, Joaquim Pimenta lideraria outra greve, a “Campanha da Fome”, ainda maior e de repercussão nacional. A Assembleia do Estado aprovara um aumento de impostos, em especial impostos indiretos, sobre vendas a varejo, que ficou conhecido como “Orçamento-Monstro”. Eram tão pesados os impostos que o aumento de preços correspondente tornaria inacessíveis aos assalariados até os produtos mais baratos.

As fábricas e os transportes foram paralisados pelos trabalhadores e Pimenta conseguiu a adesão dos empresários do comércio, que fecharam lojas e armazéns. O governo do Estado e a Assembleia foram obrigados a ceder e os novos impostos tiveram redução substancial. Mas as lideranças conservadoras da política pernambucana chegaram à conclusão de que estava na hora de enquadrar os sindicatos e pessoas como Joaquim Pimenta.

Ameaçado de morte, o que não o intimidava, amigos convenceram-no de que também sua mulher e seus filhos corriam perigo. Ele acabou concordando em mudar-se para o Rio.

Socialista revolucionário, Joaquim Pimenta procurava não ser dogmático, intolerante e inflexível. Suas convicções políticas vinham muito mais da vida e da experiência que dos livros – embora raros teóricos, se é que algum, tivessem lido mais que ele. Os anos de ação política, a mais radical, na vida sindical tinham-no convencido de que, em vez de entregar o destino dos trabalha-

dores e dos explorados em geral a um remoto e indefinido futuro, devia aproveitar as oportunidades que o presente oferecesse.

Foi assim que, já no Rio, Pimenta participou em 1926 da fundação do Partido Democrático Nacional, partido de oposição. Seguindo a mesma linha, de não ser dogmático e do contra, Joaquim Pimenta compareceu, em agosto de 1929, à convenção em que o Partido Democrático decidiu incorporar-se à Aliança Liberal e, por 343 votos a dois, apoiar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

Joaquim Pimenta foi um dos 343 votos a favor:

– Mas aproveitei o momento para uma série de considerações sobre a batalha que se ia travar em torno do problema da sucessão presidencial, cujo desfecho eu aponte, preso a um dilema: ou a vitória pelas urnas ou a vitória pelas armas. Já eu acreditava mais nesta do que naquela, em que a violência e a fraude é que sempre decidiam a favor dos governos.

Na noite de 7 de setembro de 1929, Joaquim Pimenta estava em Belo Horizonte, num comício da Aliança Liberal, diante do Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas. Passava de meia-noite, o público e os oradores estavam sonolentos, quando Antônio Carlos, o Presidente de Minas e principal articulador da Aliança Liberal, pediu a Joaquim Pimenta que falasse, para encerrar o comício, que estava morno e desinteressante, depois de um professor que lera as vinte laudas de um ensaio histórico-sociológico certamente da maior importância, mas não para as milhares de pessoas que estavam ali, de pé, horas a fio, na expectativa, na melhor das hipóteses, de alguma esperança. Na pior, de palavras de ordem.

– Fale você – disse Antônio Carlos a Joaquim Pimenta – e dê o comício por terminado.

Pimenta falou menos de dez minutos, e terminou dizendo:

– Agora, o lema vai ser este: o voto no bolso e o rifle nas costas, para garantir o voto!...

No dia seguinte, Joaquim Pimenta foi despedir-se de Antônio Carlos. Tinha de voltar pelo noturno, o trem da noite, ao Rio. Antônio Carlos acolheu-o com um abraço efusivo:

– Conseguiu ontem uma coisa que dificilmente se consegue dos mineiros: sacudir-lhes os nervos. Você eletrizou-os com aquele lema do voto no bolso e do rifle nas costas... Deu-me, então – diz Pimenta – uma carta de apresentação para o Dr. Getúlio Vargas, em Porto Alegre, para onde segui logo após o meu regresso ao Rio.¹⁸

ENCONTRO COM GETÚLIO

Joaquim Pimenta passou talvez duas semanas no Rio Grande do Sul:

– Senti-me diante de um povo cujo passado, de sangrentas e famosas escaramuças históricas, tivera nos pampas os seus campos de treinamento. O gaúcho ainda trazia nas veias o sangue farroupilha, das insurreições avoengas, borbulhando, fervendo, por décadas a fio, em lutas fratricidas, acesas por rivalidades e ódio hereditários, entre republicanos e federalistas ou “maragatos”. Mesmo assim, com um sentimento de brasilidade, talvez mais vivo ou mais vigilante do que em outro qualquer Estado...

– Foi, sobretudo, o que bem deparei ao tomar parte em um comício de intensa vibração cívica, com passeata pelas ruas de Porto Alegre, em propaganda das candidaturas da Aliança Liberal à presidência e vice-presidência da República.

Depois de tudo o que tinha vivido, depois do comício de Belo Horizonte e, nele, de sua proclamação revolucionária, Pimenta não fora ao Rio Grande como simples jornalista, para observar e descrever a cena política daqueles dias. Pela carta de Antônio Carlos e pelo que já soubesse de Joaquim Pimenta, Getúlio Vargas percebia não ser disso que se tratava.

Em Porto Alegre, Joaquim Pimenta esteve três vezes com Getúlio Vargas.

– Além de uma visita de cortesia, duas vezes estive com o Dr. Getúlio Vargas, no palácio do governo, onde ele residia com a família. Na primeira, pediu-me impressões dos Estados do Norte, do ponto de vista eleitoral e em relação à sua candidatura.

¹⁸ Idem, pp. 381 e 382.

Na última visita, abordou-se a questão social no Brasil. E Pimenta decidiu ser extremamente hábil e delicado, o que não era de seu hábito:

– Comecei como apalpando o terreno, que eu reputava delicado para atacá-lo logo de frente, dada a sua complexidade, sobretudo em um país do qual podia dizer-se que, em matéria de direito do trabalho, continuava na retaguarda de outros, [que se encontravam] industrialmente em plano igual e com uma população proletária numericamente inferior.

O indômito Joaquim Pimenta estava cerimonioso, talvez intimidado diante do Presidente do Rio Grande do Sul, candidato opositorista a Presidente da República.

Getúlio, porém, surpreendeu Joaquim Pimenta com a declaração categórica de que seria um dos pontos essenciais do seu programa de governo ir ao encontro do operariado, proporcionando-lhe um regime de proteção dos seus interesses profissionais.

– Fiquei mais à vontade, mais desembaraçado para manifestar-me sem reservas.

Pimenta, porém, tinha data marcada de volta ao Rio – em navio, como quase sempre na época, e não em avião, como depois. Getúlio Vargas, que o recebera na dupla condição de presidente do Rio Grande e candidato à Presidência da República, despediu-se dele pedindo que apresentasse, por escrito, “o que pudesse ser objeto de uma legislação trabalhista”.

Isso foi em setembro de 1929. Mais de um ano depois, chefe do Governo Provisório da Revolução Victoriosa, Getúlio Vargas chamaria de novo o perigoso revolucionário Joaquim Pimenta, não mais para apresentar propostas, mas para elaborar leis. Mas ainda estamos em setembro de 1929:

– De Pelotas, e em papel de carta do hotel onde me hospedei apenas um dia, para realizar naquela cidade uma conferência pública, lhe enviei um pequeno plano, cuja cópia, no mesmo papel, ainda guardo, porém em fragmentos, faltando partes, para ser reproduzida na íntegra. Sugeriu que fossem reformadas as poucas leis que já tínhamos, começando pela lei sindical, que era de 1907, as de acidentes de trabalho, de férias, de cooperativas, e que se tornasse o seguro social, até então circunscrito a caixas de aposentadorias e pensões

para ferroviários e portuários, extensivo a todos os trabalhadores, sem distinção de categoria profissional, além de outras medidas não menos inadiáveis. Ainda era um programa mínimo, porque, com a minha experiência pessoal, teria de levar em conta a resistência que as “classes conservadoras”, e em um governo que só poderia ser “conservador”, naturalmente iriam opor a um plano de reformas sociais mais avançado ou mais amplo.

Para o socialista revolucionário Joaquim Pimenta, o governo resultante de uma vitória eventual da Aliança Liberal só poderia ser “conservador”. Mas teve uma primeira surpresa:

– Com surpresa, verifiquei que na plataforma, lida na Esplanada do Castelo, em que traçava os rumos do seu governo, se fosse eleito, o Dr. Getúlio Vargas ia além das sugestões que eu apresentei.¹⁹

Se a plataforma surpreendeu Joaquim Pimenta, maior surpresa deve ter sido a rapidez da ação de Getúlio em seguida à vitória da revolução.

QUEM FEZ AS LEIS TRABALHISTAS

Menos de um mês depois da investidura do governo provisório, o Ministério do Trabalho tinha sido criado e começava a funcionar. O Ministro era o ex-deputado Lindolfo Collor, do Rio Grande, que se especializara, como jornalista e parlamentar, em questões econômicas e financeiras.

Dos parlamentares que mais se tinham dedicado à luta pelos direitos trabalhistas, nenhum se destacara mais que Maurício de Lacerda, deputado socialista pelo então Distrito Federal, que desde os anos dez liderava esse debate na imprensa e na Câmara. Maurício de Lacerda mais tarde seria mais conhecido como pai de Carlos Lacerda, mas em 1930 era mais famoso do que seria o filho. Num de seus livros, *A Evolução Legislativa do Direito Social Brasileiro*, Maurício de Lacerda escreverá que foi convidado por Getúlio para ser o primeiro Ministro do Trabalho, mas não aceitou.²⁰

¹⁹ Idem, pp. 383 a 385.

²⁰ Maurício de Lacerda, *A Evolução Legislativa do Direito Social Brasileiro*, p. 32.

Esse convite talvez explique uma suposta demora de Vargas para aceitar o nome de Lindolfo Collor. Mauricio de Lacerda tinha mais experiência que ninguém para as tarefas que seriam conferidas ao Ministério do Trabalho, mas com certeza era radical demais para as forças mais conservadoras que tinham apoiado a Revolução.

Aceitando nomear Lindolfo Collor, Getúlio tomou a iniciativa – que Collor não rejeitou nem contestou – de cercá-lo de especialistas nas questões do direito do trabalho. Os dois primeiros foram Joaquim Pimenta e o também professor Evaristo de Moraes, igualmente socialista.

Aos dois juntaram-se dois outros socialistas, ainda mais radicais, Carlos Cavaco e Agripino Nazaré, e o industrial paulista Jorge Street, que não era socialista mas tinha assumido tais posições em defesa dos direitos sociais que fora obrigado a deixar os postos de direção que exercia em entidades empresariais de São Paulo.

Lindolfo Collor ficou pouco tempo no Ministério do Trabalho. Joaquim Pimenta permaneceu, trabalhando como assessor jurídico com os sucessores de Collor, Salgado Filho, Waldemar Falcão e Marcondes Filho. Eis o balanço que Joaquim Pimenta fez da ação do Ministério do Trabalho no período entre a criação do Ministério, em novembro de 1930, e a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em novembro de 1933:

– Basta... considerar que, em três anos de governo provisório, atingimos, nos domínios do Direito do Trabalho, o mesmo nível de legislação de qualquer dos países europeus ou americanos, culturalmente mais avançados ou mais antigos do que o Brasil. O fato é tanto mais digno de apreço, porque, até 1930... estávamos nós em um humilhante posto de retaguarda, ao lado, se não abaixo de nações que não ofereciam o mesmo nível de progresso industrial, nem tão pouco as condições materiais de existência de que já dispunha o povo brasileiro.²¹

Essas primeiras leis trabalhistas, especialmente a dos sindicatos, foram todas elaboradas por Joaquim Pimenta, que, na lei dos sindicatos, contou com a colaboração de Evaristo de Moraes. Como poderiam ser fascistas leis elabo-

²¹ Joaquim Pimenta, *Retalhos do Passado*, p. 385.

radas por Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes?

No caso da lei dos sindicatos, temos ainda uma espécie de laudo técnico definitivo nos estudos do professor Evaristo de Moraes Filho, filho de Evaristo de Moraes, que em seus livros faz críticas veementes ao Presidente Vargas, mas ressalva ter essa lei muito mais identidade com a lei francesa correspondente que com qualquer outra. A França não estava – longe disso – submetida a qualquer regime fascista.

No Brasil, os grupos de nosso espectro político mais aparentados com o fascismo, manifestaram-se contra a Lei dos Sindicatos. Em ato público em Fortaleza, Ceará, com a presença do Ministro Lindolfo Collor, o presidente da Legião Cearense do Trabalho, Severino Sombra (ele e ela precursores da futura Ação Integralista), condenou a Lei de Sindicalização, porque ela proibia a pregação política nos sindicatos.²²

Não só os grupos de extrema direita tomavam posição contrária à política trabalhista e especialmente às leis de proteção ao trabalho do governo Vargas. No Rio Grande do Sul, foi assim, fato registrado por Rosa Maria Barboza de Araújo:

– Se a oligarquia gaúcha fez algumas restrições ao Ministro Collor, estas se devem menos às posições do Ministro do que as de seus assessores, cujo socialismo reformista, como o de Joaquim Pimenta e Evaristo de Moraes, ou o socialismo revolucionário, proclamado por Carlos Cavaco, assusta os conservadores rio-grandenses.²³

Afinal, há um último depoimento que deve ser registrado – o de Mário Pedrosa, um dos mais importantes intelectuais da esquerda brasileira, integrante e líder de sua facção mais radical, o trotskismo. Insuspeito de condescendência com o Presidente Vargas, filiado em 1945 à UDN, a União Democrática Nacional, à qual se associou inicialmente boa parte da esquerda antigetulista, Mário Pedrosa diria muitos anos depois, em 1978, em entrevista ao *Jornal do Brasil*:

– Nós, da esquerda, queríamos sindicatos livres da tutela do Estado e com-

²² Rosa Maria Barboza de Araújo, *O Batismo do Trabalho*, p. 82.

²³ *Idem*, p. 83.

batíamos a nova lei. Mas não há dúvida de que existia um ponto positivo – ela garantia os sindicatos contra invasões policiais, frequentes e comuns na época... Todos diziam que a nova lei era fascista, mas no interior, se os sindicatos não recebessem as garantias que ela oferecia, não teriam condições de sobrevivência.²⁴

Como disse Joaquim Pimenta, os elaboradores dessa e outras leis trabalhistas do início do primeiro governo Vargas não estavam preocupados com filigranas intelectuais, mas com os meios de garantir efetivamente a organização e o funcionamento dos sindicatos.

O governo provisório da Revolução sabia-se efêmero e precisava ter certeza de que, depois, os sindicatos não seriam fechados e proibidos, como tantas vezes antes – violência da qual Joaquim Pimenta fora vítima pessoalmente em Pernambuco. Essa certeza dependia de mecanismos como aqueles estabelecidos na Lei dos Sindicatos de 1931.

Em muitos lugares, até no Rio Grande do Sul, tão avançado politicamente – contará Leonel Brizola muito tempo depois – a abertura e o funcionamento de sindicatos só se tornaram possíveis com o apoio do Exército, contra a violência de governos e polícias estaduais, de prefeitos e empregadores e até de autoridades religiosas.

Como escreveu um autor insuspeito de qualquer parcialidade a favor do Presidente Vargas, Leôncio Martins Rodrigues, a ação do Ministério do Trabalho favoreceu a rápida multiplicação dos sindicatos.

– Tomando por base o ano de 1930, o número de sindicatos aumentou mais de três vezes até 1939. A tendência foi a formação de sindicatos fora da área do Rio e São Paulo, que contava, em 1934, com 44% do total de sindicatos, passando para 21% em 1939. A ação governamental favoreceu a criação de sindicatos nas regiões mais atrasadas do país. Em 1945, no final do Estado Novo, existiam no Brasil 873 sindicatos de empregados registrados no Ministério do Trabalho.²⁵

²⁴ Idem, p. 152.

²⁵ Leôncio Martins Rodrigues, “Sindicalismo e Classe Operária”, em *História Geral da Civilização Brasileira*, direção de Bóris Fausto, vol. 10, *O Brasil Republicano / Sociedade e Política (1930-1964)*, p. 528.

Mais que a lei dos sindicatos em si, a ação do governo provocou reações que retardaram a decretação das demais leis trabalhistas em estudo no Ministério. Seria, aliás, inútil decretar uma lei atrás de outra, numa verdadeira enxurrada, sem condições de fazer cumprir cada uma delas. A lei dos dois terços fora quase uma decisão de emergência, para atenuar a crise de emprego e para sinalizar a determinação do governo provisório quanto a seus compromissos diante da questão social finalmente reconhecida. A lei dos sindicatos abriu caminho para as leis trabalhistas que viriam depois.

AS LEIS DA PREVIDÊNCIA

Enquanto os sindicatos se organizavam e registravam, o Ministério do Trabalho cuidava de sua própria organização e o grupo de consultores e assessores liderado por Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta discutia e elaborava os projetos que deveriam converter-se nas leis seguintes.

De todas elas, só foi aprovada ainda na gestão de Lindolfo Collor a chamada Lei das Caixas, a principal de um conjunto de leis de reorganização e ampliação do pouco de previdência social que existia no Brasil. Decretada em outubro de 1931, ela foi precedida de nove leis menores e preparatórias, assinadas a partir de dezembro de 1930, para viabilizar as mudanças maiores que viriam em seguida.

A primeira permitia que os recursos das caixas de aposentadorias e pensões já existentes – e limitadas a poucas categorias profissionais, praticamente só os ferroviários e os portuários – fossem aplicados também na construção de casas para os associados, desde que com suficientes garantias hipotecárias.

A segunda, também de dezembro de 1930, apenas um mês e meio depois da instalação do governo provisório, estendia ao pessoal dos serviços de força, luz, bondes e telefones, tanto estatais como privados, os benefícios das caixas de aposentadorias e pensões, até então restrito ao pessoal das ferrovias e dos portos. Esse decreto não só ampliava o sistema das caixas como impedia que empregados com mais de dez anos de serviço fossem despedidos sem inquérito administrativo que provasse a ocorrência de falta grave. Era o pri-

meiro passo substancial para a estabilidade no emprego, que depois as leis trabalhistas estenderiam a todos os trabalhadores.

A discussão das questões da previdência não se limitou à assessoria do Ministério do Trabalho, mas foi levada a uma grande comissão, cujos debates eram diários e publicados pelos jornais. Mais de setecentas emendas, procedentes de todas as regiões do país, chegaram à comissão e muitas foram aproveitadas.

Assinada a 1º. de outubro de 1931, a nova Lei das Caixas de Previdência tratava especialmente dos recursos financeiros das Caixas, resultantes da contribuição dos associados ativos, ou seja os trabalhadores e empregados, proporcionalmente ao salário de cada um, dos associados aposentados e das empresas, à base de 1,5% de sua receita bruta (mas a contribuição da empresa não poderia ser inferior ao total arrecadado de seus empregados). O governo também contribuiria, com fundos provenientes do aumento das tarifas dos serviços públicos a que estivessem vinculadas as caixas. Essas receitas seriam aplicadas exclusivamente em títulos federais, no financiamento da casa própria e na compra de sede própria das caixas.

Aos 50 anos de idade e 30 de serviço efetivo, os associados teriam direito à aposentadoria, correspondente a 70 a 100% da média dos salários dos três últimos anos. A pensão para a família do trabalhador ou do aposentado morto corresponderia à metade da aposentadoria. A lei garantia também aos empregados das empresas ligadas a cada Caixa a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, salvo caso de falta grave, apurada em inquérito.

Hoje, mais de oitenta anos depois, a previdência social regrediu tanto no Brasil que não se poderia pensar em restabelecer essas garantias de quando ela começava.

AS OUTRAS LEIS

Em março de 1932, Lindolfo Collor deixou o Ministério do Trabalho, rompendo com Getúlio Vargas, da mesma forma que outros gaúchos do governo, como o Ministro da Justiça Maurício Cardoso e o Chefe de Polícia Batista

Lusardo, no curso de uma crise em que boa parte das lideranças políticas do Rio Grande do Sul passou para a oposição.

O novo Ministro do Trabalho, Joaquim Pedro Salgado Filho, manteve os assessores de Collor – especialmente Joaquim Pimenta – e encaminhou a Getúlio todos os projetos deixados pelo ex-ministro Lindolfo Collor.

Com exceção da lei do salário mínimo, que só entraria em vigor, efetivamente, em 1940, os projetos elaborados na gestão de Lindolfo Collor foram convertidos em lei ainda em 1932.

Entre as leis de 1932, figurava a limitação da jornada de trabalho, que em todo o mundo fora a maior e mais sangrenta batalha das lutas sociais. O Ministério, ao propor a redução da jornada de trabalho a oito horas diárias ou 48 semanais, lembrara que o regime anterior era “caótico”: na indústria, por exemplo, a jornada variava de oito a doze horas.

No Brasil, curiosamente, a lei da jornada de trabalho enfrentou menos reações que, por exemplo, a lei de férias e a regulamentação do trabalho do menor, se bem que as entidades patronais tivessem conseguido introduzir nela algumas exceções (por exemplo, a de que em caso de necessidade a empresa industrial poderia estender a jornada de trabalho a até 12 horas, pagando por fora as horas extras).

A mesma coisa aconteceu com a lei de regulamentação do trabalho da mulher, que proibía o trabalho noturno e qualquer trabalho nas quatro semanas anteriores e nas quatro semanas posteriores ao parto (nessas oito semanas de trabalho proibido, a empresa teria de pagar metade do salário à empregada licenciada).

Ainda em maio de 1932 foi decretada – e bem recebida pelos industriais – a lei que instituía comissões mistas de arbitramento e conciliação, forma embrionária dos futuros organismos da Justiça do Trabalho. Em agosto, o Presidente Vargas assinou a lei das convenções coletivas de trabalho. Esta foi mal recebida pelas entidades empresariais, porque suas lideranças mais conservadoras, ou melhor, mais reacionárias, temiam os dispositivos que permitiam aos sindicatos fiscalizar a execução das convenções. Também foi mal recebida a lei de acidentes do trabalho, porque, como a das convenções coletivas,

dava poderes de fiscalização aos sindicatos.

Todas essas leis foram elaboradas pelos mesmos assessores que tinham redigido a lei dos sindicatos, especialmente os socialistas Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, que permaneceram no Ministério do Trabalho depois da saída de Lindolfo Collor e ao longo da gestão de Salgado Filho, cuja ação assegurou que os projetos do período Collor viessem a transformar-se em leis.

Nesse momento, o Brasil situou-se na dianteira dos Estados Unidos, mergulhados na grande depressão decorrente da crise das bolsas de valores em 1929. Em novembro de 1932, Franklin Roosevelt venceu as eleições presidenciais nos Estados Unidos, em oposição ao então Presidente Herbert Hoover, que achava que o mercado seria capaz de resolver todos os problemas sociais.

Roosevelt tomou posse em março de 1933 e tentou, quase imediatamente, regulamentar salários e jornada de trabalho. Essa tentativa, impugnada pelos grandes grupos econômicos, foi considerada inconstitucional pela Corte Suprema dos Estados Unidos.

O Presidente Getúlio Vargas, portanto, conseguiu nesse momento avançar mais que Roosevelt nos Estados Unidos. E como isso contrariava interesses poderosos, passou a ser acusado de fascista, enquanto Roosevelt era acusado de chefiar um governo de tendências... comunistas!

CAPÍTULO 4

FEVEREIRO, 1931

GETÚLIO ASSINA O DECRETO QUE PERMITE A COMPRA DE
ESTOQUES DE CAFÉ PELO GOVERNO FEDERAL

A POLÍTICA NACIONALISTA

SE A PRIMEIRA LEI TRABALHISTA DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REVOLUÇÃO DE 30 FOI A CHAMADA LEI DOS DOIS TERÇOS, OU LEI DE NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO, ERA NATURAL QUE AS PRIMEIRAS MEDIDAS ECONÔMICAS DESSE GOVERNO FOSSEM TOMADAS EM DEFESA DA PRODUÇÃO NACIONAL.

País de economia reflexa, inteiramente dependente do comportamento e do desempenho da economia dos países mais ricos, o Brasil, em outubro/novembro de 1930, no momento da deflagração e vitória do movimento revolucionário e da investidura de seu governo provisório, enfrentava simultaneamente as consequências de duas crises: a depressão econômica mundial, desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York em 1929, e o desastre a que a economia brasileira fora levada pela política de Washington Luís, de valorização artificial da moeda brasileira e dos preços internacionais do café, nosso principal produto de exportação.

No momento da revolução, os números ainda não eram conhecidos, mas as reservas de ouro do Brasil tinham caído de 796 mil contos (um conto de réis correspondia a mil mil-réis), em janeiro de 1930, para 343 mil em abril. Em agosto estariam reduzidas a 134 mil contos.²⁶

Para dispor de reservas capazes de garantir a conversão do mil-réis em ouro, o Brasil teria de aumentar seu endividamento, tomando novos empréstimos no exterior – hipótese cada vez mais difícil e mais cara, devido à situação

²⁶ Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, pp. 18 e 19.

da economia mundial e à da economia brasileira.

Tudo ficaria mais fácil se as exportações de café estivessem numa fase boa. Mas elas estavam péssimas antes mesmo da crise da bolsa de Nova York em 1929. Já no fim de 1928, era sabido que a safra cafeeira de 1929-1930 seria muito maior que a capacidade de sua absorção pelo mercado mundial. Disso decorreria grande aumento dos estoques brasileiros de café, com a queda de seus preços e a conseqüente redução, por parte da economia brasileira, de sua expectativa de receita em dólares (dólares, por sinal, necessários para a recomposição das reservas de ouro indispensáveis à conversibilidade do mil-réis e de sua transformação, pelo plano de Washington Luís, em cruzeiro conversível).²⁷

– O café – escreve Stanley Hilton – constituiu 60% do total das exportações durante o período 1889-1930 [e] submetia as finanças nacionais à flutuação do mercado internacional. O impacto da depressão foi marcante. Os preços do café caíram, em 1931, a apenas um terço daqueles que haviam predominado nos cinco anos anteriores à crise.²⁸

Mesmo que não tivesse acontecido a crise mundial de 1929, esse aumento de estoques teria agravado a resistência dos banqueiros estrangeiros a conceder novos empréstimos para a política de valorização dos preços do café – política que, no fundo, era apenas um enorme subsídio aos produtores e, sobretudo, aos intermediários. Estes eram, cada vez mais, casas comissárias controladas por grupos estrangeiros e pelos próprios bancos emprestadores de dinheiro.

No período 1926-1928, o Brasil conseguira empréstimos no valor de 25 milhões de libras, o que certamente deslumbrou o espírito facilmente sugestionável de Washington Luís. Já em 1929, os empréstimos liberados para o Brasil reduziam-se a 2,5 milhões de libras, ou seja, a décima parte do período anterior. Tal queda não poderia ser debitada exclusivamente ou substanci-

²⁷ Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil e a Economia Mundial", em *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 11, p. 16.

²⁸ Stanley Hilton, *O Brasil e as Grandes Potências*, p. 29.

almente à crise da bolsa de Nova York, que só aconteceu em outubro, no quarto e último trimestre do ano.

Somadas as reservas em ouro e em divisas estrangeiras, seu total, de 31 milhões de libras em setembro de 1929, estava reduzido a 14 milhões um ano depois. No início de 1931, elas tinham desaparecido. É claro que foi impossível o governo brasileiro manter o valor do mil-réis: entre 1929 e 1930, ele se desvalorizou 8%; de 1930 para 1931, desvalorizou-se 42%.

Getúlio sabia que as leis trabalhistas produziriam resultado a longo prazo, mas que a curtíssimo prazo era preciso cuidar da recuperação da economia brasileira. A economia brasileira era, em 1930, principalmente o café. E o café era principalmente São Paulo.

– O pânico e a confusão dominavam os meios cafeeiros ao surgir a Revolução de 1930 – diria a historiadora paulista Vavy Pacheco Borges.²⁹

COMO TRANQUILIZAR SÃO PAULO

Era preciso tranquilizar São Paulo e garantir-lhe que a revolução não fora feita contra os paulistas e que seu governo provisório não pretendia puni-los pelos atos e pelos erros de Washington Luís. Na campanha presidencial, Getúlio fora recebido triunfalmente em São Paulo, pela manifestação espontânea de uma multidão de operários – o que assustara grande parte das elites paulistas, inclusive aquelas poucas que apoiavam Getúlio contra o candidato paulista Júlio Prestes.

O café era a riqueza e, nesse momento, o desespero das elites, não ainda dos trabalhadores industriais da cidade. No início da crise do café, essas elites tentaram safar-se levando o governo do Estado a tomar novos empréstimos estrangeiros para custear a política de valorização dos preços, que em certos momentos consistia apenas na compra do café em poder dos particulares pelo próprio governo, a preços artificialmente valorizados. Em 1929, porém, com a dificuldade cada vez maior na tomada de empréstimos, surgem iniciativas alternativas:

²⁹ Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*, p. 141.

– Outra providência que a oligarquia toma em sua defesa – diz Vavy Pacheco Borges – é a baixa dos salários dos trabalhadores. Desde a crise de 1929, os fazendeiros reduzem de 35 a 40% a remuneração do trabalho agrícola... Em compensação permitem que esses empregados plantem cereais entre as ruas dos cafezais...³⁰

Até para preservar a simpatia e o apoio dos trabalhadores de São Paulo, Getúlio precisava salvar as elites de São Paulo antes que a crise do café atingisse mais profundamente a cidade e suas indústrias e levasse a elas a redução de salários – que ainda não tinham qualquer proteção legal – e de quebra aumentasse os índices já perigosamente altos do desemprego.

Nisso, Getúlio foi ajudado pela espantosa e inacreditável intransigência de Washington Luís, que não entendera a lógica de sua própria política econômica e recusara, até o fim, todos os apelos de São Paulo em favor da intervenção – financeira, naturalmente – do governo federal, em favor da economia cafeeira.

Até a crise de 1929, como escreveu Vavy Pacheco Borges, não havia conflito entre os interesses da oligarquia cafeeira e Washington Luís, seu representante na área federal. Com a crise, Washington Luís negou-se a sustentar a valorização do café. Júlio Prestes, na presidência do Estado de São Paulo, é quem tenta atender aos cafeicultores e talvez por isso não perde o apoio paulista na eleição de 1930.

– A própria Aliança Liberal, através de seus maiores expoentes – acrescenta a mesma autora – basicamente não se coloca contra a política econômica e financeira vigente. Vargas, na plataforma da Aliança, diz que “a defesa do café constitui, sem dúvida, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil”. Ele critica a valorização posta em prática em São Paulo, classificando-a mais como uma “valorização imediata” que “defesa propriamente dita”. Lembra no mesmo discurso a oposição do Conselheiro Antônio Prado, fundador do Partido Democrático (que o apoia contra Júlio Prestes), a essa valorização.³¹

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ Idem, pp. 53 a 55.

Washington Luís, sem dúvida um homem honesto, irritava-se com a frivolidade de alguns barões do café, com seus automóveis de luxo, seus palacetes em Paris, suas amantes, suas noitadas de caviar e champanhe – e não admitia desviar recursos públicos para alimentar tantos pecados.

O dinheiro que Washington Luís negava para a farra dos barões não era, porém, poupado em benefício da economia brasileira: era dissipado, sem controle, na manutenção da conversibilidade do mil-réis.

Na campanha presidencial e na revolução, Getúlio tivera nas elites de São Paulo o apoio do Partido Democrático e de dois jornais importantes, O Estado de S. Paulo, de Júlio Mesquita, e o Diário Nacional, ligado ao Partido Democrático. Muito maior fora o apoio da multidão de operários que o recebera em São Paulo nos primeiros dias de janeiro de 1930, mas esse apoio fora neutralizado pela fraude eleitoral. Numa eleição minimamente honesta, Getúlio teria em São Paulo muito mais votos do que teve em 1930: tanto que em 1945, candidato ao Senado em São Paulo, elegeu-se e elegeu seu companheiro de chapa, Marcondes Filho; e em 1950, candidato a Presidente, venceu de novo no Estado. Em nome desse apoio popular, Getúlio poderia confiar o recém-criado Ministério do Trabalho a São Paulo. Mas entregou a São Paulo o Ministério da Fazenda e outros postos de comando da área econômica.

O Ministro da Fazenda será José Maria Whitaker e sua escolha terá a complementá-la, já em abril de 1931, a nomeação do também paulista Paulo Prado para a presidência do Conselho Nacional do Café, então criado. O comportamento de Getúlio e essas nomeações tranquilizam a oligarquia cafeeira, certa, agora, de que o governo revolucionário não permitirá a falência da cafeeicultura, que seria a falência de São Paulo e sabe-se lá do que mais.

GETÚLIO PERMITE A COMPRA DOS ESTOQUES DE CAFÉ

Decidido a agir rapidamente, já em 1º de fevereiro de 1931 Getúlio assina o decreto que permite a compra de estoques de café pelo governo federal. Era o que se pedia a Washington Luís e ele recusara até o fim. Getúlio, porém, não se limita aos desejos dos barões do café, aos quais Washington Luís recomen-

dara um “salve-se quem puder!”, sem considerar que a merecida ruína deles teria como consequência uma crise econômica e social devastadora.

Os barões do café estavam acostumados a nada ceder. Agora, porém, o governo não é controlado por eles e impõe, compensando a permissão para a compra dos estoques encalhados, uma taxa sobre cada pé de café, a proibição de novas lavouras e a retenção de 20% de todo o café exportado.

A taxa sobre cada cafeeiro e a proibição de novas lavouras destinam-se a reduzir a superprodução e a desestimular a manutenção de pés de café antigos e pouco produtivos.

A política anterior, de valorização artificial dos preços, estimulava a expansão das plantações e a manutenção de cafeeiros velhos. A retenção de 20% de todo o café exportado é um primeiro passo para a racionalização do comércio exportador, até aqui dominado pelas casas comissárias e pelos bancos estrangeiros: ele agora será gerenciado pelo governo federal.

É o início de uma política que pela primeira vez subordina os interesses da economia cafeeira e seus beneficiários – especialmente os intermediários que operavam especulativamente e sem riscos – ao interesse nacional, não mais aos ganhos e à ganância das casas comissárias estrangeiras.

Se o país vai pagar pelos estoques comprados para salvar a economia de São Paulo, vai também cobrar dos interesses agora beneficiados a contribuição por eles devida ao conjunto da economia brasileira. Da mesma forma, o governo provisório faz de sua decisão de gastar dinheiro comprando o café encalhado um instrumento de controle – e contenção – dos interesses estrangeiros que dominavam a economia cafeeira de São Paulo.

O golpe é sentido. O Diário Nacional, ligado ao Partido Democrático e criado para combater privilégios oligárquicos como a fraude eleitoral, defende, talvez sem perceber, a fraude cafeeira. E diz:

– A lavoura parece alarmada com a possibilidade de o governo federal estocar café e vir a concorrer com os produtores no mercado de consumo.

Não era com os produtores que o governo queria concorrer. Era com as casas comissárias estrangeiras que decidira, não concorrer, mas disputar o controle do comércio internacional do café brasileiro, até então submetido

aos interesses estrangeiros.

Ainda em fevereiro de 1931, a Sociedade Rural Brasileira, verdadeiro partido político dos interesses cafeeiros, diz-se preocupada com as medidas do governo federal, e que guardar café é apenas trocar o estoque de mão, e começa a pedir a queima do café estocado...³²

O governo talvez já tivesse cogitado disso, mas ofereceria antes outra surpresa, que assusta os barões do café. Essa surpresa beneficia os interesses coletivos de São Paulo e de todo o país. A 23 de fevereiro, num discurso em Minas sobre a questão da siderurgia, Getúlio anuncia que o governo federal assumirá a dívida dos Estados – e a de São Paulo resultava sobretudo de empréstimos tomados no estrangeiro para financiar a produção e o comércio de café e, em especial, as casas comissárias e os bancos estrangeiros envolvidos nesse comércio.

Mas anuncia também, como contrapartida, uma reforma tributária que transferia para a União, para o governo federal, o imposto sobre a exportação de café antes cobrado pelos Estados. Esse imposto, em São Paulo, era uma fonte de receita para o governo estadual, que aplicava grande parte de seus recursos precisamente na compra de estoques encalhados de café...

O FUTURO ESTÁ NA SIDERURGIA

Muito antes de suas primeiras decisões como Chefe do Governo Provisório em 1930, Getúlio, na juventude, formara opinião sobre o futuro da economia brasileira. Em 1906, ainda estudante, em discurso de saudação ao Presidente eleito Afonso Pena na visita deste a Porto Alegre, ele protestara contra o destino dos países condenados a recomprar, industrializados e muitíssimo mais caros, os produtos de sua própria exportação.

Era o caso do Brasil, que produzia minério de ferro de boa qualidade e em grande quantidade, e importava até a enxada com que seu jeca-tatu plantava um pouco de mandioca para não morrer de fome.

³² Idem, p. 143.

No mesmo dia e no mesmo discurso de 23 de fevereiro de 1931, no qual anuncia a transferência dos Estados para o governo federal dos impostos de exportação sobre o café, o Presidente Vargas define o plano do governo revolucionário para a siderurgia, ou melhor, o plano de desenvolvimento industrial que pode arrancar o Brasil do atraso, mas tem de começar pela produção de aço, de modo a agregar valor ao minério de ferro até então exportado apenas em bruto, a preços vis, e viabilizar a produção das máquinas que vão fabricar os artigos de consumo.

Em 1926, deputado federal e membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Getúlio votara pelo parecer do deputado Francisco Campos, seu futuro Ministro da Educação e, depois, da Justiça, favorável à decisão do Tribunal de Contas da União de anular as concessões de exploração de minério de ferro feitas ao grupo Itabira Iron pelo Presidente Epitácio Pessoa.

Esse voto e a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, favorável a ele, não impediram que o plenário da Câmara mantivesse as concessões da Itabira Iron. Com isso a questão continuava pendente.

Ao visitar Minas e a Belgo-Mineira e anunciar os objetivos de seu governo em relação ao problema da siderurgia, o Presidente Vargas não ignorava o conjunto do problema siderúrgico no Brasil. Depois do discurso de 1906, de saudação a Afonso Pena, e do debate de 1926 na Comissão de Constituição e Justiça, ele estivera em 1927 na usina da Belgo-Mineira, a convite do Presidente de Minas, Antônio Carlos, e conversara longamente com os diretores do empreendimento, controlado por um grupo belgo-luxemburguês.

A Belgo-Mineira viera para o Brasil com o propósito de produzir aço a partir do minério de ferro de Minas Gerais, mas sua usina não era das maiores. A Itabira Iron prometia reiteradamente construir uma grande usina siderúrgica, mas isso era só para conseguir as concessões de exploração e exportação do minério de ferro. Ela queria repetir no Brasil o modelo colonial de exportação de minério praticado no Congo Belga e que consistia em a empresa exportadora dispor de jazidas exclusivas, ferrovia exclusiva e porto oceânico exclusivo. Esse modelo podia empobrecer ainda mais o Congo, mas devia remune-

rar adequadamente o Rei da Bélgica. (Oficialmente, o Congo era propriedade do Rei, não da Bélgica). Para o Brasil, que não era uma colônia como o Congo Belga, esse modelo não interessava, mas muitas de suas autoridades e a própria maioria da Câmara dos Deputados tinham fingido acreditar na Itabira Iron e em seu chefe Percival Farquhar, quando estes se fingiam decididos a produzir aço no Brasil.

Na plataforma da Aliança Liberal, lida no Rio e em São Paulo nos primeiros dias de 1930, Getúlio definira sua opinião sobre o modelo de um desenvolvimento industrial no Brasil, o que incluía, em primeiro lugar, um projeto nacionalista para o minério e a siderurgia:

– O surto industrial só será lógico, entre nós – dizia Getúlio na plataforma – quando estivermos habilitados a fabricar, se não toda, pelo menos a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis. Daí a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só nosso desenvolvimento industrial que o exige: é também a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos na constituição dos seus mais elementares rudimentos de defesa.

Desde a campanha presidencial, Getúlio dizia que o desenvolvimento industrial e a própria segurança nacional requeriam que o Brasil desenvolvesse a indústria siderúrgica.

– Nossa época – afirmava ele – marca, na história do mundo, grave momento de sérias transformações sociais.

O Brasil deveria adotar como postulado cívico “o compromisso de ampliar nossas lavouras e aperfeiçoar nossas indústrias, de forma tal que passe a ser considerado deslize de patriotismo alimentarmo-nos ou vestirmo-nos com tecidos ou gêneros importados”.

Hoje pareceria exagerada essa recomendação, de evitar produtos importados em nossa alimentação e vestuário. Na época, era natural, porque o Brasil vestia-se de tecido importado, comia manteiga importada e importava até privadas para seus banheiros e enxadas com as quais era plantado seu feijão.

Mais importante, porém, que a ampliação daquelas lavouras primitivas e improdutivas, seria o desenvolvimento da capacidade de fabricar aço, força

impulsora de todo o progresso industrial e também do desenvolvimento da agricultura.

Em 23 de fevereiro de 1931, em Minas, sua primeira viagem desde a investidura do governo provisório, Vargas, no discurso que faz ao ser recebido em Belo Horizonte, começa dizendo que queria visitar Minas e a Paraíba, logo que assumiu a Presidência, mas só agora conseguia realizar a primeira dessas aspirações:

– Queria expressar-vos pessoalmente o meu profundo reconhecimento pela espontaneidade e entusiasmo com que o povo mineiro aceitou minha candidatura.

Mas ele não tinha ido a Minas apenas para expressar gratidão. Fora falar do futuro do Brasil:

– O problema máximo, pode dizer-se básico, da nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil, a idade do ferro marcará um período de sua opulência econômica. Na solução desse problema, em que se enquadra a fórmula principal do nosso progresso... podeis contar com o governo... que mobilizará a totalidade dos recursos disponíveis...³³

Esse discurso é interpretado como de condenação ao projeto do grupo Farquhar, que, na prática, detinha o monopólio da exportação de minério, da qual dependia, por sua vez, a implantação da siderurgia. No discurso, a siderurgia é apresentada como o “problema maior” da economia brasileira... Vargas declara-se favorável à nacionalização das riquezas minerais do país e exorta os mineiros a transformarem a siderurgia em um ideal.

Na visita à usina da Belgo Mineira, em seguida, ele diz que, se a iniciativa privada não se mostrar capaz de atender às necessidades do consumo, em níveis compatíveis com o desenvolvimento da economia nacional, o governo será obrigado a intervir diretamente na fundação da grande siderurgia.

Além de condenar em tese o projeto Farquhar/Itabira, o discurso era uma advertência direta, porque estava vencido o prazo concedido ao grupo Farquhar para iniciar as obras da usina siderúrgica que ele se comprometera a construir.

³³ Humberto Bastos, *A Conquista Siderúrgica*, p. 133.

O contrato original, que autorizava as empresas de Farquhar a explorar e exportar minério e previa a construção de uma usina siderúrgica, fora assinado em 1920, no governo do Presidente Epitácio Pessoa. Em 1922, o governo de Minas, chefiado por Artur Bernardes, impugna as concessões e inicia uma luta política e judicial que se estende até 1927.³⁴

Farquhar, por sua vez, enfrentava outras dificuldades, especialmente o fracasso de suas tentativas de conseguir financiamento para dois ramais ferroviários, um entre as jazidas e a linha da Estrada de Ferro Vitória a Minas e o outro entre essa linha e o porto de Aracruz, no litoral do Espírito Santo.

Para conseguir a confirmação do contrato, ele renuncia ao monopólio do transporte do minério e assume o compromisso de só iniciar a exportação de minério bruto depois de construir a siderúrgica. Mas as coisas mudam, em Minas e na República, e melhoram para Farquhar.

Arthur Bernardes, Governador de Minas em 1922, fora eleito Presidente da República nesse ano e exercera o cargo até 1926, quando foi substituído por Washington Luís. Um dos sucessores de Bernardes em Minas foi Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que mudou de orientação e aceitou liberar o grupo Farquhar do prazo estipulado para a construção da usina siderúrgica.

Depois de salvo e regularizado seu contrato, graças à condescendência de Antônio Carlos como Presidente de Minas, esperava-se que a Itabira acelerasse as providências para a construção dos trechos de estrada de ferro necessários e para o próprio trabalho de mineração, já que por enquanto não precisaria preocupar-se com a siderúrgica.

Com a garantia dos novos acordos, Farquhar tentou levantar 55 milhões de dólares em empréstimos para os equipamentos da estrada de ferro e do porto e para as operações de extração de minério. Tirando proveito da condescendência que agora lhe estendiam o governo federal e o de Minas, Farquhar não incluiu, nos orçamentos apresentados para justificar os empréstimos, qualquer provisão para as obras da usina.

Da mesma forma que nas anteriores tentativas de levantar dinheiro,

³⁴ Idem, p. 168.

Farquhar não conseguiu os 55 milhões. Sua reputação nos bancos já não era grande coisa. Além disso, a crise da bolsa de Nova York fechara o mercado de capitais para bons tomadores, quanto mais para ele.

Fracassou também o lançamento de ações da Itabira Iron nas bolsas de Nova York, Paris e Londres. Farquhar aproveita mais essa adversidade e consegue convencer o governo de Minas a anular simplesmente a cláusula que ainda o obrigava a construir a usina. Isso foi em setembro de 1930, pouco mais de um mês antes de Getúlio assumir a Presidência da República.

Getúlio encontrou o problema nesse pé e em função disso fez o discurso de fevereiro de 1931 em Minas.

Já a 4 de março, menos de dez dias depois desse discurso, o Governador de Minas, Olegário Maciel, agora Interventor, nomeado pelo governo provisório da Revolução, decretou a caducidade do contrato da Itabira Iron com o governo do Estado. Em maio, Getúlio fez a mesma coisa com os contratos entre a Itabira e o governo federal. A Itabira naturalmente recorreu dessas decisões, invocando uma cláusula contratual que lhe permitia pagar multa pelo atraso e pedir prorrogação de prazo. O governo federal criou uma comissão revisora para examinar o recurso.

Na opinião pública ganhava terreno o apoio à resistência de Getúlio. Monteiro Lobato, já um dos escritores mais populares do país, publicou em 1931 um livro de grande sucesso, com o título *Ferro*, no qual dizia:

– Pelo contrato que o governo federal assinou com a Itabira Iron Ore Company, essa empresa ficou autorizada a exportar anualmente 3 milhões de toneladas de minério de Minas Gerais. Exportar minério jamais foi negócio para país nenhum; só o é para quem o recebe. Está aí a Espanha, que exportou seu minério para a Inglaterra e assistiu à tremenda expansão inglesa, feita com a máquina com que, por meio desse material, a Inglaterra se armou. Só uma coisa consegue o país que exporta minério: ficar desfalcado dele. O lucro que deixa é quase irrisório.

O governo, porém, não poderia precipitar-se. A situação financeira do país era grave e seria necessário negociar logo com o mercado financeiro internacional uma reestruturação da dívida externa. Nesse quadro, a perspectiva de

exportar minério não devia ser excluída a curto prazo, pelo que acrescentaria à receita de divisas.

A VEZ DO PETRÓLEO

Enquanto ganhava algum tempo para fortalecer-se na questão da siderurgia, o governo provisório cuidava também da questão do petróleo. Até aquele momento – apesar de uma luta de décadas em todo o mundo pelo controle de reservas e mercados petrolíferos, e de guerras, revoluções e golpes de estado em vários lugares, inclusive na América Latina (caso do México, mergulhado numa revolução interminável, iniciada em 1910) – até aquele momento o governo brasileiro não interviu na questão do petróleo e os governos estaduais podiam outorgar e outorgavam sem qualquer controle ou critério grandes concessões a grupos estrangeiros.

A Royal Dutch Shell, por exemplo, atuava no Brasil desde 1921, dispondo de enormes áreas de concessão que obtivera por meio de uma subsidiária, a Companhia Brasileira de Petróleo. A Standard Oil, futura Exxon, tinha como intermediária a Companhia Geral de Petróleo Pan-Brasileira. Só em 1921, as duas tinham assinado cerca de 120 contratos de concessão.

Em 1927, o deputado Ildefonso Simões Lopes, do Rio Grande do Sul, fizera um discurso de grande impacto na Câmara, denunciando o perigo dessas concessões descontroladas. O Estado do Amazonas, o de maior extensão territorial no Brasil, concedera grande parte de seu território a empresas petrolíferas. Das seis áreas em que fora dividido o Estado, quatro estavam em poder de testas de ferro da Standard Oil.

Em julho de 1931, Getúlio tomou a primeira de uma série de decisões que se prolongariam até o ano de sua morte, 1954, e que foram determinantes nos acontecimentos de sua vida e do país – a começar por um decreto que suprimia a prerrogativa até então exercida sem qualquer controle pelos governos estaduais, de outorgar concessões a quem quer que fosse para a exploração de reservas de petróleo. Pelo decreto de julho de 1931, qualquer concessão ou simples autorização de pesquisa e prospecção passava a depender da concor-

dância do governo federal.

Ainda não era a definição de uma política petrolífera completa, mas já era a adoção de um critério válido para todo o país – um critério nacionalista. Enquanto não se discutia e decidia o regime da indústria do petróleo no Brasil, acabava-se, pelo menos, com a farra das concessões, que retalhavam o território dos Estados e permitiam a entrega, por exemplo, de maior parte do grande Estado do Amazonas aos testas de ferro de grupos estrangeiros cuja identidade nem sequer era conhecida.

O decreto de julho de 1931 colocou sob controle do governo federal todas as futuras concessões e também, em grande medida, as que já tinham sido outorgadas pelos Estados. Só assim seria possível inventariar as possibilidades da indústria petrolífera no Brasil e discutir seu futuro e definitivo regime.

A questão do petróleo seria objeto, no primeiro governo Vargas, de novas e importantíssimas decisões em 1934 e 1938, e no seu segundo governo figuraria como uma de suas prioridades, a Petrobrás.

No caso do petróleo, naquele momento, o governo provisório de Getúlio não tinha como ir além dessa primeira medida de controle. No caso da siderurgia, sim, ele devia manter-se na ofensiva, tomando sempre a iniciativa.

O Brasil não tinha condições de financiar a pesquisa de possíveis reservas de petróleo e a construção de refinarias, estas o ponto de partida de uma indústria petrolífera – até por não se ter certeza da quantidade e da possibilidade de extração do petróleo ainda não descoberto em seu território. Mas o Brasil sabia, com alguns números indiscutíveis, do volume de suas reservas de ferro e das necessidades de seu mercado em matéria de produtos siderúrgicos. Iniciar uma indústria siderúrgica estava ao alcance do governo brasileiro, ainda que dependesse para isso da contribuição de capitais e empréstimos externos. Depois de implantada a indústria do aço é que chegaria o momento de tomar iniciativas para a criação e o desenvolvimento de uma indústria petrolífera vinculada aos interesses brasileiros e não ao interesse dos grandes grupos internacionais.

Assim, Getúlio, em seguida, voltou-se de novo para o aço.

DE NOVO O AÇO

Em agosto e setembro de 1931, o governo provisório toma, sobre a questão do aço, duas medidas que são consideradas contraditórias, a criação de duas comissões de objetivos aparentemente opostos. A primeira, no âmbito do Ministério da Guerra, é a Comissão Nacional de Siderurgia, encarregada de reestudar todo o problema siderúrgico e propor novas orientações ao governo. A segunda, no Ministério de Viação e Obras Públicas, é a Comissão Revisora, com a responsabilidade de reexaminar o contrato da Itabira Iron.

Na verdade as duas eram necessárias – uma para discutir a política siderúrgica a longo prazo, uma vez resolvido o problema Farquhar; a outra para resolver esse problema. A Comissão do Ministério da Guerra opinou contra o projeto Farquhar e sugeriu, como diretriz de longo prazo, condicionar a exportação de minério bruto à importação de carvão mineral para uma futura usina siderúrgica. (Getúlio era mais radical e defendia o aproveitamento do carvão nacional, principalmente de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e tomou medidas para isso). A comissão revisora acaba por provocar a prorrogação do prazo dado a Farquhar.

O Ministério da Viação e Obras Públicas submeteu o novo contrato do grupo Farquhar à Comissão Siderúrgica Nacional, do Ministério da Guerra, que o rejeitou. Isso foi em fevereiro de 1932, já num momento de grande agitação política e pouco antes da revolução paulista de julho, que paralisaria quase toda a ação do governo no campo dos projetos de longo prazo.

O impasse prosseguiu, com pareceres conflitantes das diferentes áreas do governo envolvidas na questão, ao longo de todo o ano de 1933 e do primeiro semestre de 1934. Em 1934 surgiu um novo complicador, a Assembleia Nacional Constituinte, cujas decisões seriam soberanas. Assim, no dia 10 de julho, menos de uma semana antes de ser promulgada e entrar em vigor a nova Constituição, o Presidente Vargas assinou o Código de Minas, inspirado e elaborado pelo Ministro da Agricultura, Juarez Távora, que considerava distintas a propriedade do solo e a dos recursos minerais do subsolo.

O proprietário da terra não seria dono das riquezas de seu subsolo. Estas

pertenciam à Nação, ao patrimônio público. Com essa disposição, o Código de Minas garantia ao governo federal os instrumentos necessários para evitar e anular golpes como o do grupo Farquhar e as concessões petrolíferas anteriores à Revolução de 30. Como a nova Constituição aprovava expressamente os atos do governo provisório, o Código de Minas também ficou protegido das investidas dos grupos prejudicados.

Com a vigência da nova Constituição e a instalação, em seguida, da Câmara e do Senado, Getúlio, sem alternativa à vista até aquele momento, encaminhou ao Congresso a versão mais recente da proposta de Farquhar – exportação de minério, sem a ferrovia e o porto exclusivos previstos na concessão original e também sem a construção da usina siderúrgica.

O ex-Presidente Arthur Bernardes, agora deputado por Minas, pediu o parecer dos Estados-Maiores do Exército e da Marinha. Ambos opinaram contra e, pela primeira vez, sustentam que, por motivos de segurança nacional, o governo devia assumir diretamente a construção e exploração da usina siderúrgica. O Conselho do Almirantado, também chamado a opinar, vai mais longe e declara que a exportação de minério pela Itabira será apenas um eufemismo destinado a mascarar a “espoliação pura e simples”.

O grupo Farquhar/Itabira era forte no Brasil e permanecia forte, politicamente, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Getúlio teve de manobrar e esperar. Em 1939, às vésperas da guerra, numa situação em que tanto os Estados Unidos quanto a Inglaterra precisariam muito do apoio e de recursos estratégicos do Brasil, Getúlio conseguiu anular definitivamente as concessões da Itabira e criar, para a exploração e exportação do minério de ferro de Minas Gerais, a Companhia Vale do Rio Doce. A criação da Vale foi quase simultânea à da Companhia Siderúrgica Nacional, que construiu e operou a primeira grande siderúrgica brasileira, a Usina de Volta Redonda.

A política siderúrgica do primeiro governo Vargas foi complementada pela adoção de uma verdadeira política carbonífera, enfrentando a resistência ao consumo do carvão nacional – resistência preconceituosa e estimulada pelos vendedores do carvão importado que o Brasil consumia.

De 1900 a 1920, embora sem ter ainda uma verdadeira indústria siderúrgi-

ca, o Brasil importara em média 1,5 milhão de toneladas de carvão por ano – e chegara a 1920 produzindo apenas 400 mil toneladas anuais. Essa produção era praticamente a mesma em 1930, mas passou a crescer significativamente depois de um decreto do governo provisório, que tornava obrigatório o uso do carvão nacional, embora ainda em proporções muito tímidas: 10% de carvão nacional para 90% de carvão estrangeiro. A produção nacional, 390 mil toneladas em 1930, saltou para 1,4 milhão de toneladas em 1940.

CAPÍTULO 5

NOVEMBRO 9, 1930

EM SEIS DIAS APENAS, A ANISTIA

O AVANÇO DEMOCRÁTICO DA REVOLUÇÃO DE 1930

VITORIOSA A REVOLUÇÃO, GETÚLIO, EM SEU DISCURSO

DE POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO, NOS PRIMEIROS DIAS DE NOVEMBRO DE 1930, ANUNCIAVA UM PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL DE 17 ITENS. O PRIMEIRO ERA A ANISTIA.

A candidatura de Getúlio Vargas à sucessão de Washington Luís, a Aliança Liberal e sua campanha e, afinal, a Revolução de 1930 tinham sido movimentos inspirados e impulsionados também pelo propósito de democratizar a república no Brasil – paralelamente ao compromisso de dar início ao resgate da imensa dívida social deixada pelo Império e pela República Velha.

O resgate da dívida social ampliaria em medida sem precedentes o mercado interno e acionaria os mecanismos da expansão industrial do país, o que significava adotar a tese nacionalista do desenvolvimento autônomo da economia brasileira, contra a hipótese de um suposto, humilhante e cabisbaixo desenvolvimento “associado” e dependente.

A República, desde sua proclamação em 1889, e particularmente em sua realização nos anos seguintes, tornara-se oligárquica e antidemocrática.

As candidaturas eram impostas; as eleições, falsas; os raros dissidentes que conseguiam vencer as duas barreiras viam-se despojados do mandato pelas famosas “degolas”, no processo conhecido como reconhecimento de poderes.

Já era praticamente impossível um dissidente vencer eleições que muitas vezes se realizavam na casa do chefe político situacionista, com um escrivão preenchendo, “a bico de pena”, nos livros eleitorais, o nome de cada eleitor e o voto respectivo, sempre a favor do candidato do governo.

Quando a eleição se realizava na seção eleitoral, com a presença de eleitores, o que só acontecia nos lugares maiores, nos quais existiam jornais e um mínimo de opinião pública, a inexistência do voto secreto constrangia eleitores que gostariam de votar em candidatos oposicionistas mas temiam as represálias e a perseguição.

Se um candidato oposicionista vencia esses dois obstáculos, sua eleição ficava ainda na dependência do reconhecimento de poderes, que era a avaliação, pela casa legislativa para a qual supunha ter sido eleito, dos documentos comprobatórios de seu triunfo. O que quer que dissessem esses documentos, quaisquer que fossem as evidências públicas de sua vitória, um candidato amplamente majoritário ou candidatos amplamente majoritários poderiam ser degolados e substituídos por adversários derrotados.

MAIS QUE UMA CANDIDATURA DE PROTESTO

A candidatura de Getúlio Vargas à Presidência fora inicialmente um protesto contra a imposição, por Washington Luís, da candidatura de seu pupilo Júlio Prestes no momento em que se esperava uma candidatura mineira para assegurar aquele mínimo de rotatividade no poder que seria, na impossibilidade de alternância de partidos opostos, o revezamento entre os dois Estados de maior eleitorado, São Paulo e Minas, no exercício do governo.

Vetada por Washington Luís a candidatura do Presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, e imposta a do Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, as forças mineiras propuseram a candidatura do Presidente do Rio Grande, Getúlio Vargas.

Candidatura de protesto e oposição, dizia-se, não teria ela a menor chance de vencer, contando apenas com o apoio dos governos de Minas, do Rio Grande do Sul e da Paraíba. Era, porém, a mais forte candidatura de oposição em quarenta anos de república e onze eleições pelo voto direto (mas não secreto).

De onze eleições, em apenas quatro o Presidente eleito tivera adversário de algum significado eleitoral: o Marechal Hermes da Fonseca, em 1910, enfrentado por Rui Barbosa, na Campanha Civilista; Epitácio Pessoa, em 1919,

pelo mesmo Rui; Artur Bernardes, em 1922, pela “Reação Republicana” do ex-Presidente Nilo Peçanha; e, por último, lutando contra Getúlio Vargas, Júlio Prestes, alterego de Washington Luís numa espécie de reeleição oblíqua, já que a reeleição direta só seria possível mais de sessenta anos depois, em 1998.

As duas candidaturas de Rui Barbosa apoiaram-se quase exclusivamente na opinião pública e empolgaram as grandes cidades, nas quais o eleitorado tinha acesso aos comícios e aos jornais. A candidatura de Nilo Peçanha, em 1922, tivera maior apoio político, contando com o governo de seu próprio Estado, o antigo Estado do Rio, e o do Rio Grande do Sul.

A candidatura de Getúlio Vargas, em 1929-1930, arregimentava ainda mais apoio político que a de Nilo Peçanha, e teve a sustentá-la novamente o Rio Grande e mais Minas Gerais, então o maior eleitorado do país, superior ao de São Paulo, e a Paraíba.

A simples progressão dessas candidaturas oposicionistas deveria ser suficiente para convencer Washington Luís de que a história não continuaria a repetir-se indefinidamente. Washington Luís, porém, estava dominado por uma teimosia assombrosa. A teimosia converteu-se na obtusidade que o cegou e destruiu.

Se o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas não fosse suficiente para abrir os olhos e acordar os neurônios de Washington Luís, os episódios da campanha eleitoral, em janeiro e fevereiro de 1930, poderiam tê-lo advertido – especialmente a grande manifestação operária na chegada de Getúlio a São Paulo nos primeiros dias de janeiro. A manifestação assustou até mesmo as lideranças do Partido Democrático, que fazia oposição a Washington Luís e mobilizava o apoio das dissidências da oligarquia paulista a Getúlio.

Depois disso e apesar disso, Washington Luís manteve-se, obstinada e obtusamente, no curso que se traçara: eleger Júlio Prestes a qualquer preço, esmagar Minas pela degola de seus deputados eleitos e neutralizar o Rio Grande, sem puni-lo como a Minas, sem as mesmas degolas, para parecer que o Rio Grande abandonara Minas e agora unia-se traiçoeiramente ao governo.

Podia ser um projeto astucioso, mas a astúcia exige inteligência e Washington Luís, dominado pela obsessão, não vivia seus momentos mais bri-

lhantes. Pela teimosia e cegueira, Washington Luís ajudou a montar a Revolução de 30 e a desencadear a desgraça de seu próprio governo.

Quanto mais Washington Luís afundava nas areias movediças da obsessão, mais avançavam os compromissos da candidatura de Getúlio Vargas, da Aliança Liberal e finalmente da Revolução de 30 com um projeto de abertura democrática.

A FARRA DAS DEGOLAS

Sem perceber em que águas revoltas e profundas se metia, Washington Luís excedeu-se nas degolas ao achar que vencera, com a candidatura de Júlio Prestes, as eleições de março de 1930. Além da notável escassez de discernimento que o acompanharia em todo esse período, Washington Luís deixou-se dominar pelo desejo do revide. Não perdoava a Antônio Carlos e às demais lideranças mineiras que tinham apoiado Getúlio Vargas a atitude insubmissa a seu desejo de fazer mais um paulista Presidente da República. Também não perdoava o atrevimento da Paraíba, de alinhar-se à candidatura oposicionista de Getúlio Vargas. Por ordem de Washington Luís, o Congresso Nacional eleito paralelamente ao pleito presidencial de 1º. de março decidiu degolar as bancadas de Minas e da Paraíba. Mas não a do Rio Grande do Sul.

Washington Luís temia o Rio Grande, que tinha litoral oceânico e fronteiras com a Argentina e a República do Uruguai, além de confinar com o rio Uruguai, caminho rápido e fácil para o grande estuário do Prata. Minas não tinha saída para o mar. A Paraíba tinha, mas estava encravada entre Pernambuco e o Rio Grande do Norte, sem fronteiras com qualquer território estrangeiro.

A Paraíba participara, com Pernambuco, da luta contra os holandeses, no século 17, da revolução republicana de 1817 e da Confederação do Equador, em 1824. Minas vivera a revolta de Felipe dos Santos e a Inconfidência Mineira, no século 18, além da revolução liberal de Teófilo Otoni em 1842. Admiráveis como tinham sido, esses movimentos não conseguiram durar tanto quanto a grande rebelião do Rio Grande, a Revolução Farroupilha e a República de Piratini, que se prolongaram por dez anos, de 1835 a 1845.

Ou porque conhecesse esses fatos, na condição de diletante de institutos históricos, ou por algum cálculo mais imediatista e de péssima pontaria, Washington Luís, ao ordenar a degola dos congressistas de Minas e da Paraíba, proibiu também a degola dos eleitos pelo Rio Grande do Sul, partidários de Getúlio Vargas. Se agiu assim por medo do Rio Grande ou se agiu por vingança e oportunismo, Washington Luís errou nesse momento mais que em qualquer outro, anterior ou posterior.

Talvez ele pensasse que separaria o Rio Grande de Minas – um Rio Grande traidor, poupado das degolas, Minas degolada e traída. Essa operação imatura, quase infantil, revoltou Minas e esquentou ainda mais o Rio Grande, que já estava em brios (e que, aliás, sempre estivera em brios) – e agora sentia-se no dever de renovar as provas de seu compromisso com Minas.

Tivesse degolado a bancada do Rio Grande junto com a de Minas e a da Paraíba e Washington Luís poderia talvez retardar a Revolução de 30. Não poderia evitá-la – já que ela não era uma revolução apenas contra a degola de mandatos políticos, mas uma revolução contra a degola permanente de todos os direitos de cidadania no Brasil – do direito de voto aos direitos trabalhistas e sociais e aos direitos econômicos. Para ele, teria sido melhor que a Revolução acontecesse contra outro governo, não contra o seu.

O PROGRAMA POLÍTICO DO GOVERNO PROVISÓRIO

Vitoriosa a Revolução, Getúlio, em seu discurso de posse como Chefe do Governo Provisório, nos primeiros dias de novembro de 1930, anunciava um programa de reconstrução nacional de 17 itens. Alguns diziam respeito ao avanço democrático que a Revolução prometera, reafirmando os compromissos eleitorais da Aliança Liberal.

O primeiro era a anistia. Anistia para os rebeldes, militares e civis, do ciclo de rebeliões deflagrado em 1922 pelo levante dos 18 do Forte de Copacabana. Anistia para militares e civis que, sem terem participado dessas rebeliões, foram castigados por causa delas.

Os itens seguintes tratavam de questões afins – como a extirpação ou

inutilização dos agentes de corrupção; a criação de um conselho consultivo, “composto de personalidades eminentes e sinceramente integradas na corrente das ideias novas”; a reforma do sistema eleitoral, “tendo em vista principalmente a garantia do voto” (pela adoção do voto secreto); e, “feita a reforma eleitoral, consultar a nação sobre a escolha de seus representantes”.

Os outros itens desse programa tratavam de questões como a educação e o trabalho, o desenvolvimento industrial, o transporte e a agricultura.

No item da agricultura, Getúlio falava explicitamente em “promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferencialmente ao nacional, estimulando-o a construir, com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade”. Era a reforma agrária.

Muitos obstáculos teriam de ser vencidos para que a revolução e seu governo provisório realizassem esse programa.

ANISTIA EM SEIS DIAS

A 9 de novembro foi assinado o decreto da anistia. Ela tinha sido negada, ao longo de oito anos, por três Presidentes: Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís. A 12 de novembro, os jornais publicam outros decretos, assinados na véspera: a Lei Orgânica do governo provisório, que limitava os poderes do governo; e os decretos de dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias estaduais e das câmaras municipais; a nomeação de interventores em todos os Estados, menos em Minas, onde Olegário Maciel preservaria o título de Presidente.

A fase armada da Revolução de 1930 tivera início no dia 3 de outubro. No dia 24 uma junta militar depôs o governo do Presidente Washington Luís. No dia 3 de novembro tomou posse o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas.

De 3 a 9 de novembro, o intervalo seria de apenas de seis dias. Em seis dias apenas, o governo provisório da Revolução de 30 concedeu a anistia, que vinha sendo reclamada pelo menos desde 1922, oito anos antes. Em seis dias

o governo revolucionário decretou a anistia, ampla, geral e irrestrita.

Em 1964 ocorreria no Brasil um golpe de Estado que assumiu o nome de Revolução. Ela levaria 15 anos para conceder anistia – e assim mesmo depois de uma grande, longa e intensa campanha popular.

Só essa diferença seria suficiente para absolver a Revolução de 1930. O golpe de 1964 levou 15 anos para anistiar aqueles que punira, que banira, que cassara, aos quais subtraíra todos os direitos políticos. A Revolução de 30 não demorara 15 anos, mas apenas seis dias, para decretar a anistia dos civis e militares punidos desde 1922.

GETÚLIO ANUNCIA A REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL

A revolução vencera militarmente e derrubara a república velha, mas tinha pela frente um desafio sem precedentes – reorganizar politicamente e democratizar a república. Se convocasse eleições imediatamente, as velhas oligarquias venceriam e voltariam e a revolução teria sido feita para nada. Se as eleições demorassem muito, a revolução se reduziria a uma ditadura. Getúlio precisava avançar com seu projeto político e equilibrar o avanço desse projeto com o de outros compromissos da revolução, especialmente o projeto econômico do desenvolvimento industrial e o projeto social das leis trabalhistas e do desenvolvimento da educação.

Assim como o projeto econômico e o projeto social de Getúlio mudavam radicalmente a sociedade brasileira, o projeto democrático não poderia ser apenas a restauração da ordem política anterior, com a exclusão de 90% dos brasileiros de um mínimo de cidadania. As eleições que a revolução convocasse teriam de ser diferentes de todas as anteriores.

Exemplo disso foi dado pelo próprio Getúlio, no dia 2 de janeiro de 1931, ao ser homenageado pelas Forças Armadas. Em seu discurso, ele diz que o Código Eleitoral a ser elaborado pelo governo provisório para regular a eleição da futura Assembleia Nacional Constituinte adotará o mecanismo da representação profissional, ou seja, a eleição de representantes dos trabalhadores e de outras categorias profissionais, como os profissionais liberais e os

funcionários públicos, e também dos empresários e outros produtores.

Essa decisão, da mesma forma que a lei dos sindicatos e as demais leis trabalhistas, figurará entre as razões dos adversários e inimigos de Getúlio para atribuir-lhe pendores fascistas – pelo fato de que o mecanismo da representação profissional, corporativa, seria a espinha dorsal do regime político da Itália de Mussolini.

De fato, o fascismo italiano substituíra a representação política, tal como existia na Itália e no Brasil de antes de 1930 (e tal como existe hoje na Itália e no Brasil), pela representação dos grupos profissionais (trabalhadores) e econômicos (empregadores). Mussolini tornou-se Primeiro-Ministro da Itália em 1922 depois da Marcha sobre Roma, com a qual os fascistas pretendiam e conseguiram assustar o parlamento, os partidos políticos, a imprensa, o empresariado e especialmente o Rei Vitório Emanuel. A marcha era sem dúvida uma operação golpista, mas tecnicamente Mussolini chegara ao poder pela via constitucional, nomeado pelo Rei e aprovado pela maioria do parlamento – um parlamento eleito exclusivamente pela representação política tradicional, através dos partidos. Mussolini conviveu algum tempo com esse parlamento que o fascismo repudiava e até com os partidos de esquerda nele representados, como o Partido Comunista e o Partido Socialista. Como faria Hitler na Alemanha, de 1933 em diante, Mussolini foi dando um jeito de livrar-se dos deputados e dos jornais oposicionistas mais incômodos, e acabou por livrar-se dos partidos de esquerda, proibidos, e do próprio parlamento. A ideia de um parlamento corporativista nunca chegou a materializar-se de fato e a fachada da ditadura pessoal de Mussolini passou a ser o Grande Conselho Fascista. (Que, por ironia, demitiria e mandaria prender Mussolini em 1943...)

Getúlio não queria nada parecido com o modelo italiano e, felizmente, para encurtar a discussão, foi absolvido nesse caso por um de seus adversários mais insuspeitos, o professor, deputado, senador, embaixador e ministro Afonso Arinos de Melo Franco, líder da oposição na Câmara dos Deputados em agosto de 1954, na crise que levaria o Presidente Vargas ao suicídio.

Nos anos 30, quando se discutia a representação profissional e o Código Eleitoral do governo provisório e, em seguida, a Assembleia Nacional Consti-

tuínte, decidiam adotá-la, Afonso Arinos, então um jovem jornalista e escritor, escreveu uma carta a Oswaldo Aranha, um dos líderes da Revolução, apoiando a ideia.

Depois da morte de Getúlio, Afonso Arinos voltou a defender sua adoção nos anos 30. Foi no livro *Um Estadista da República*, biografia de seu pai, o Embaixador Afrânio de Melo Franco, o primeiro Ministro do Exterior de Getúlio no governo provisório de 1930.

Nesse livro, Afonso Arinos diz que a representação profissional fora adotada por Getúlio, não por qualquer inspiração de índole fascista, mas apenas para evitar a hegemonia das bancadas de Minas e São Paulo na futura Assembleia Constituinte. Mais, até, a hegemonia de Minas que a de São Paulo.

No Congresso da República Velha, fechado pela Revolução de 30, Minas Gerais, então o Estado de maior população e eleitorado, tinha 37 deputados – quase invariavelmente reunidos, como observava Afonso Arinos, na famosa “carneirada” de Minas, grupo “silencioso, cabisbaixo e obediente”, para recorreremos à expressão do também mineiro Gustavo Capanema sobre seu próprio partido, o antigo PSD.

Para os 37 deputados de Minas, São Paulo tinha 22 e o Rio Grande apenas 16 – menos de metade da bancada mineira. Essa preponderância numérica dos representantes de Minas, explicava Afonso Arinos, vinha do Império e era devida “à maior população da província, por sua vez ligada ao grande afluxo de forasteiros na era do ouro”:

– No Império, a bancada mineira tinha 20 deputados, contra 14 da Bahia, 13 de Pernambuco, 12 do Rio de Janeiro e 9 de São Paulo, para só contar as mais influentes províncias. Na Primeira República, para 37 mineiros havia 22 paulistas e baianos, 17 fluminenses e pernambucanos e 16 gaúchos.

Para Afonso Arinos, a Revolução de 30 foi, “neste como em vários outros pontos, essencialmente antimineira” – antimineira, não antipaulista, como tantos em São Paulo achavam (e continuam a achar) que seria:

– Minas perdeu sua antiga supremacia numérica. O decreto-lei 22.621, de 1933, preparatório da Constituinte, manteve a distribuição de 1891 [da Constituição da República Velha], com ligeiras modificações. Assim... Minas pros-

seguiu com 37 deputados, São Paulo e Bahia com 22, Rio e Rio Grande com 17, Pernambuco com 16 etc. Mas o peso da bancada mineira ficou quebrado com a inovação da bancada classista, inaugurada no mesmo decreto-lei. Eram 40 deputados, eleitos pelas organizações sindicais e dóceis ao Chefe do Governo, que foram mantidos pela Constituição, com o número fixado em um quinto da representação popular.³⁵

Se, apesar desse depoimento insuspeito de Afonso Arinos, ainda houver quem queira atribuir a representação profissional às supostas e jamais provadas inclinações fascistas do Presidente Getúlio Vargas, essa acusação terá de ser estendida à Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34, que não só não foi dominada por Getúlio como votou uma Constituição em grande medida voltada contra ele. A Constituinte decidiu incorporar à Constituição, em caráter permanente e definitivo, o mecanismo da representação profissional. Era fascista a Constituinte?

A DEMORA DO CÓDIGO ELEITORAL

Depois do discurso às Forças Armadas, no qual anunciara a adoção do princípio da representação profissional, Getúlio confiou a elaboração do projeto de Código Eleitoral não a seu Ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, mas ao Ministro da Agricultura Assis Brasil. Por uma boa razão.

Assis Brasil era líder do Partido Libertador, herdeiro dos federalistas do início da República e das guerras civis no Rio Grande do Sul. Sua luta fora sempre contra a fraude e pela verdade eleitoral. Do início da República, em 1889, até a eleição de Getúlio Vargas para o governo do Rio Grande do Sul, quase quarenta anos depois, em 1928, os federalistas e depois os libertadores denunciaram a mentira eleitoral da República Velha.

As mais importantes rebeliões do ciclo tenentista – o 5 de julho de 1922 (levante do Forte de Copacabana, no Rio), o 5 de julho de 1924 (levante em São Paulo) e a Coluna Prestes, de 1924 a 1926 – fizeram de Assis Brasil seu

³⁵ Afonso Arinos de Melo Franco, *Um Estadista da República*, pp. 412 e 413.

patrono e, afinal, “chefe civil da Revolução Brasileira”, como o consideravam Prestes e os demais líderes militares do tenentismo. Na eleição de Getúlio para o governo do Rio Grande, em 1928, os libertadores foram atraídos pela disposição de Getúlio de pacificar o Estado e dar início a uma era de respeito à verdade eleitoral. Sem apoiá-lo diretamente, o Partido Libertador absteve-se de lançar candidato e declarou que abria um crédito de confiança a Getúlio.

Uma das primeiras dificuldades de Getúlio, no posto de Governador do Rio Grande, foi impor a seu Partido Republicano a aceitação da primeira derrota que sofrera numa eleição municipal, para garantir a posse do prefeito libertador eleito contra o candidato republicano.

Lançado o nome de Getúlio à Presidência, muitas das lideranças libertadoras no Rio Grande opuseram-se ao apoio do partido à sua candidatura, alegando que Getúlio, um homem da oligarquia republicana, não merecia confiança. Assis Brasil, com grande autoridade e obstinação, impôs aos libertadores a aliança com Getúlio, com um argumento ao qual eles não podiam opor contestação.

– Getúlio vai nos dar a anistia, o voto secreto e o voto proporcional. É por isso que lutamos há tanto tempo!

O apoio de Assis Brasil e sua luta pelo apoio do Partido Libertador a Getúlio aumentavam consideravelmente a legitimidade e a representatividade da campanha da Aliança Liberal. Assim também, a presença de Assis Brasil no governo provisório da Revolução significava não apenas a união política do Rio Grande como, em escala nacional, o apoio daquela que talvez fosse a maior liderança moral da vida política brasileira.

Diante desse papel histórico de Assis Brasil, era natural que fosse confiada a ele a presidência do grupo encarregado de elaborar o novo Código Eleitoral.

Assis Brasil, porém, assumira outros encargos, que o obrigaram até a licenciarse do Ministério da Agricultura apenas uma semana depois de empossado. Ele teve de fazer, desde esse momento e ao longo do ano de 1931, várias viagens a Buenos Aires, como embaixador extraordinário na Argentina. Assis Brasil já estava com 73 anos de idade e tinha sido diplomata de carreira e embaixador na Argentina em 1890, no início da República. Sua presença

frequente em Buenos Aires, agora, devia-se ao agravamento da disputa territorial entre a Bolívia e o Paraguai, que resultaria, em julho de 1932, na Guerra do Chaco. A disputa era menos de territórios que de subsolo e encobria a corrida de dois grupos multinacionais, a Shell e a Standard Oil, pelo petróleo da região. Como presidente do Partido Libertador e o mais velho e experiente líder da Aliança Liberal, Assis Brasil era chamado a todo instante para resolver crises no Rio Grande e em São Paulo.

Isso atrasou a elaboração do Código Eleitoral e de um projeto de nova Constituição, trabalho também delegado à comissão presidida por Assis Brasil. Nomeada por Getúlio no dia 10 de fevereiro de 1931, a comissão só começou a trabalhar em maio. E até o fim desse ano pouco avançou, limitando-se a realizar estudos.

Como reconheceria o próprio Assis Brasil, Getúlio não teve qualquer responsabilidade na demora do projeto de Código Eleitoral, trabalho que seria naturalmente demorado, mesmo que a comissão pudesse dedicar-se a ele em tempo integral. O problema é que muitos líderes do Partido Libertador, como Raul Pilla, e do Partido Democrático de São Paulo, que tinha apoiado Getúlio e a revolução, passaram o ano de 1931 cobrando a realização de eleições o quanto antes.

Em São Paulo, especialmente, a demora passou a ser atribuída a Getúlio e aos líderes militares do tenentismo, que teriam interesse em prolongar o período de governo discricionário. Aí existia um jogo não muito sutil de interesses: muitos dos “democratas” aflitos pela demora das eleições o que queriam na realidade era criar dificuldades à execução das leis trabalhistas decretadas por Getúlio e à realização de seu programa econômico, que contrariava interesses estrangeiros e seus sócios brasileiros.

Em novembro de 1931, o agravamento desses conflitos – em especial o conflito entre as lideranças paulistas e o governo provisório – resultou na demissão do Ministro da Fazenda, o paulista José Maria Whitaker. Getúlio pediu a Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça, que assumisse cumulativamente o Ministério da Fazenda. Eram tais as responsabilidades de Aranha e as desses dois Ministérios que logo ficou evidente a impossibilidade de prolon-

gar a acumulação. Getúlio talvez tenha manobrado com a habilidade na qual seus adversários e desafetos só viam malícia e maquiavelismo. Em vez de liberar Aranha do Ministério da Fazenda, Getúlio liberou-o do Ministério da Justiça, substituindo-o pelo também gaúcho Maurício Cardoso, que, embora oriundo do Partido Republicano Rio-grandense, gozava da confiança dos libertadores e dos paulistas.

Maurício Cardoso assumiu o Ministério da Justiça no dia 31 de dezembro de 1931 e, rapidamente, transformou os estudos da comissão presidida por Assis Brasil em projeto de um código eleitoral, que Getúlio converteria em lei já a 24 de fevereiro de 1932.

O código eleitoral de 1932 resgatava todos os compromissos assumidos por Getúlio na campanha da Aliança Liberal, principalmente aqueles que tinham levado Assis Brasil a conduzir seu Partido Libertador para a candidatura de Getúlio. O código estabelecia o voto secreto, o voto da mulher, a criação de uma Justiça Eleitoral independente, a representação profissional e a representação proporcional, que asseguraria a presença das oposições e das minorias nas casas legislativas. (Na França, o país mais civilizado do mundo, o voto da mulher só foi instituído em 1945. No Brasil, já em 1932).

Em maio, Getúlio marca para daí a um ano, a 3 de maio de 1933, a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, e nomeia comissão para elaborar um projeto de constituição.

1932: A ELEIÇÃO JÁ TINHA SIDO MARCADA

Já estavam, portanto, adotadas todas as medidas para a reconstitucionalização do país quando estourou em São Paulo, a 9 de julho de 1932, a chamada Revolução Constitucionalista, pedindo exatamente aquilo que Getúlio já fizera – a convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte.

Maurício Cardoso ficou pouco tempo no Ministério da Justiça. Nomeado em dezembro de 1931, já em julho do ano seguinte, com João Neves, Lindolfo Collor, Borges de Medeiros, Batista Lusardo e Raul Pilla, ele estaria apoiando o levante de São Paulo e sairia do governo.

Assis Brasil não. Proclamado, pela Coluna Prestes, Chefe Civil da Revolução Brasileira, Assis Brasil, que encarnava a luta pela reforma eleitoral, pelo voto secreto, pelo fim das atas falsas e das eleições a bico de pena, não rompeu nesse momento com Getúlio. Nem depois. Quando os libertadores gaúchos uniram-se a Borges de Medeiros para apoiar São Paulo, Assis Brasil pediu a Getúlio que o liberasse do Ministério da Agricultura, mas permaneceu na embaixada do Brasil em Buenos Aires e aceitou, em plena revolução, assumir a embaixada em Londres. Na correspondência com Getúlio, Assis Brasil deixou sempre claro que Getúlio nada fizera para retardar a reforma eleitoral.

Getúlio fora recebido apoteoticamente em São Paulo, em janeiro de 1930, na campanha da Aliança Liberal – uma recepção tão grande e espontânea que assustara até mesmo seus aliados do Partido Democrático, desacostumados a tanto povo na rua, manifestando opinião e desejos.

Não foi só por isso, mas foi também por isso que as forças oligárquicas de São Paulo reagiram tanto à Revolução de 30. “Em São Paulo ninguém entra” – escrevera um jornal paulista no momento em que, cessada a resistência do governo de Washington Luís, as forças revolucionárias procedentes do Sul já tinham entrado no território de São Paulo.

Talvez se pensasse, entre as lideranças paulistas, que um movimento centralizado na figura de um Presidente do Rio Grande do Sul, derrotado fraudulentamente na disputa pela Presidência da República por um candidato de São Paulo, exerceria, vitorioso pelas armas de uma revolução nacional, uma prática de retaliação contra os vencidos, isto é, contra São Paulo.

A revolução, em 1930, não fora feita contra São Paulo, mas contra as oligarquias que dominavam esse Estado e, por extensão, todo o país.

Victoriosa, a revolução não só não esmagou São Paulo, como salvou sua economia. Como reconheceriam paulistas insuspeitos, nenhum governo, nem os governos chefiados por paulistas, como o de Washington Luiz, fez tanto por São Paulo quanto o governo de Getúlio Vargas.

Washington Luiz, na busca insana do prestígio monetário, aprisionaria a economia cafeeira de São Paulo numa armadilha sem saída...

A revolução, comandada pelo Presidente do Rio Grande, que tantos

paulistas tinham sido induzidos a supor que se fizera contra São Paulo, teve como uma de suas primeiras preocupações libertar São Paulo da armadilha do café. O governo federal comprou, por isso, todos os estoques de café acumulados de São Paulo. Comprou e queimou. Comprou e jogou no mar. Comprou e destruiu. Muitas vezes, em todo o país e mesmo em São Paulo, perguntaram: por que destruir, por que jogar ao mar tanto café?

Que se perguntasse isso em todo o resto do Brasil estava certo. Em São Paulo, não. Todo esse café foi comprado, pago e destruído a pedido das instituições representativas de São Paulo, como a Sociedade Rural Brasileira, e para salvar a economia de São Paulo, socializando e distribuindo pelo conjunto do país os prejuízos de medida tão radical. Assim como a política de valorização do café retirara renda de todo o país para concentrá-la em São Paulo, a queima dos estoques de café obrigou novamente o país inteiro a assumir os prejuízos resultantes, de um lado, da incompetência dos governos paulistas; e do outro de sua submissão aos interesses dos comissários e exportadores de café, que eram, cada vez mais, dominados pelos grupos multinacionais da alta-finança e do comércio cafeeiro. A queima dos estoques de café fora pedida ao governo federal pela Sociedade Rural Brasileira, a principal e mais poderosa entidade da cafeicultura paulista: era a única maneira, dizia a Sociedade, de valorizar os preços internacionais do café.

Toda aquela ilusão de hegemonia paulista não passava de uma bobagem: a economia de São Paulo dependia do resto do país, pelo qual era apoiada e financiada. Aquela história de locomotiva arrastando atrás de si vinte vagões vazios constituía outra bobagem – e não fora sequer inventada por paulistas, mas, em época anterior, pelo baiano Artur Neiva.

1933: AS ELEIÇÕES MAIS DEMOCRÁTICAS

A Revolução Constitucionalista de São Paulo nem era constitucionalista nem era revolução, mas uma reação armada à Revolução Vitoriosa de 1930 e, portanto, uma contrarrevolução. A lógica visível, digamos assim, dessa contrarrevolução, seria libertar os paulistas da opressão exercida sobre eles

pelo governo central e, em particular, pelo tenentismo.

Quando se protestava contra o tenentismo – e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*, diria que jamais um tenente voltaria a mandar em São Paulo – não se falava de truculência militarista, mas de medidas que poderiam perfeitamente ter sido tomadas por autoridades civis.

Como interventor em São Paulo, nos meses iniciais da Revolução de 30, o “tenente” João Alberto executara uma política trabalhista mais avançada que a de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, permitindo, por exemplo, o funcionamento dos sindicatos e até a realização de um comício do Partido Comunista. Por essa razão, João Alberto foi denunciado como comunista num relatório policial de Paulo Duarte, o democrata, o liberal, ligadíssimo ao grupo de *O Estado de S. Paulo*, e então delegado de ordem política. Ora, João Alberto rompera dramaticamente com Prestes, de quem fora chefe de estado-maior de um dos destacamentos da Coluna, exatamente por não aceitar a adesão de Prestes ao comunismo. Apesar disso, foi acusado por Paulo Duarte de ser uma espécie de agente comunista em São Paulo.

Segundo o escritor (comunista) Leôncio Basbaum, o operariado de São Paulo não participou da Revolução Constitucionalista, entre outras razões por não ser confiável. Mais que isso, o movimento sindical e as lutas trabalhistas foram duramente reprimidos nos meses da revolução, pelo governo “constitucionalista” de São Paulo, chefiado pelo ex-interventor Pedro de Toledo.³⁶ Outro depoimento muito esclarecedor é o de Lutero Vargas, filho do Presidente Vargas, que lutou na frente da Mantiqueira, na divisa de Minas com São Paulo, num corpo de “provisórios” de São Borja, comandado por seu tio Benjamim Vargas. Os “provisórios” foram atacados por granadas que continham apenas areia. Era a sabotagem dos operários das fábricas convertidas para produzir armas.³⁷

³⁶ Leôncio Basbaum, *História Sincera da República*, em Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada, p. 61.

³⁷ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada, p. 61.

A Revolução Constitucionalista foi derrotada e não impediu que a contagem regressiva para as eleições de maio de 1933 prosseguisse sem interrupção. Também a atividade conspiratória não se interrompeu. Os líderes do movimento paulista, alguns deles gaúchos, partiram para o exílio mas continuaram a agir.

Em janeiro e fevereiro de 1933, três e dois meses antes das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, continuavam as articulações para um novo levante armado, sob a liderança de São Paulo. João Neves, pouco antes, escrevera do estrangeiro pelo menos duas cartas destinadas ao Brasil, para dizer, em meio a outras coisas, que apostava na não realização das eleições. Seria o receio de que a nova Constituição, pretexto para a guerra civil de 1932, não devolveria o poder à oligarquia paulista e, sobretudo, não provocaria o retrocesso, a neutralização das mudanças introduzidas por Getúlio na política econômica, especialmente a do café?

As eleições de maio de 1933 foram as mais democráticas até então realizadas no Brasil, graças ao voto secreto e ao voto da mulher. Não apenas foi a primeira vez que as mulheres votaram como também foi a primeira vez que mulheres tiveram a possibilidade de ser votadas. A Constituição elaborada pela Assembleia Constituinte escolhida nessas eleições foi a primeira, no Brasil, a incorporar direitos sociais. Essa eleição e essa Constituição ampliaram consideravelmente o número de brasileiros efetivamente dotados de alguma forma de cidadania.

CAPÍTULO 6

JULHO, 1934

O BRASIL REDEMOCRATIZADO

O PERÍODO CONSTITUCIONAL

PROMULGADA A NOVA CONSTITUIÇÃO, A ASSEMBLEIA NACIONAL
CONSTITUINTE CUMPRIU A OBRIGAÇÃO, QUE ELA PRÓPRIA SE IMPUSERA,
DE ELEGER O NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
GETÚLIO VENCEU COM 175 VOTOS.

Nas questões econômicas e sociais, a Constituição de 1934, resultante da Revolução de 1930, foi um grande avanço em relação às nossas constituições anteriores: a do Império, outorgada em 1824, e a da primeira República, votada em 1891.

A Constituição de 1934 transformara em norma constitucional os princípios fundamentais das leis trabalhistas, conferira proteção constitucional a algumas das diretrizes da política econômica nacionalista de Getúlio Vargas e definira uma ordem econômica inspirada pela ideia da função social da propriedade e, portanto, da justiça social. Na prática, essa ordem econômica poderia revelar-se ilusória, total ou parcialmente, mas era muito mais generosa que o individualismo escravista-capitalista da Constituição do Império e da Constituição da República Velha.

A Constituição de 1934 fora também um avanço em matéria política e eleitoral. Ela aprovara e com isso tornara definitivas conquistas como o voto secreto, o voto feminino e a Justiça Eleitoral.

Ao mesmo tempo, ela criava obstáculos consideráveis à ação do governo.

Exemplo indiscutível era o fato de, menos de uma semana antes da promulgação da Constituição, o governo ter adotado por decreto uma das leis mais importantes do ciclo da Revolução de 1930, em cuja rápida aprovação pelo

futuro Congresso não podia ter maiores esperanças: o Código de Minas, que separava a propriedade do solo da propriedade do subsolo e transferia esta última à União, ao patrimônio público federal. Foi esse Código de Minas, decretado ainda com base nos poderes discricionários do governo provisório da Revolução de 30, que permitiu as medidas nacionalistas adotadas em seguida pelo Presidente Vargas, na linha das que vinha decretando desde 1930, para proteger nossas reservas de ferro e petróleo e desenvolver as respectivas indústrias.

A Constituição de 1934 não criava qualquer obstáculo às regras do Código de Minas, assim como não os criava em relação a outros grandes eixos da política econômica nacionalista do governo provisório – fosse em relação ao petróleo ou às outras riquezas minerais do país. Sem querer, porém, e contra o propósito de seus capítulos relativos à ordem econômica e social do país, ela restaurava em grande medida os poderes de que os Estados dispunham antes da Revolução de 30 e, assim, devolvia às oligarquias regionais grande parte dos privilégios suprimidos pela revolução. Além disso, estabelecia mecanismos tão complicados de funcionamento dos poderes constitucionais – em particular no relacionamento entre o governo e o Congresso – que tolhia enormemente a ação do governo. Isso significava que as oligarquias estaduais e maiorias ocasionais no Congresso poderiam imobilizar o governo, tolher o avanço econômico e social, que a própria Constituição consagrava, e até mesmo empreender movimentos de retrocesso em relação a medidas da Revolução de 1930.

Promulgada a nova Constituição, a Assembleia Nacional Constituinte cumpriu a obrigação, que ela própria se impusera, de eleger o novo Presidente da República. Getúlio teve 175 votos, contra 59 dados a Borges de Medeiros e quatro ao General Gois Monteiro, além oito votos para outros nomes.

Getúlio Vargas, até então Chefe do Governo Provisório da Revolução de 30, foi empossado como Presidente constitucional no dia 20 de julho. Ele tinha confidenciado a um amigo que seria o primeiro a pedir a reforma dessa Constituição, e chegou a preparar, para a solenidade de posse, um discurso, que na hora preferiu não ler, no qual dizia:

– Quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e

confunde a cada passo os poderes da República.

Mas o destino do Brasil sob o regime dessa Constituição, sem dúvida democrática, avançada e generosa, não estava subordinado nem à sabedoria ou insensatez de seus mecanismos, nem ao empenho ou aos desejos daqueles que deveriam aplicá-la e cumpri-la: o governo, o Congresso e os partidos ainda inexpressivos que tinham sido fundados.

A ideia da “globalização” só surgiria, com esse nome e as características que hoje conhecemos, muitas décadas depois. Mas o mundo dos anos 30 já sujeitava o destino de países como o Brasil ao jogo, aos conflitos e aos acidentes de uma ordem (ou desordem) mundial determinada pelas grandes potências.

No caso do Brasil, as potências que mais contavam, em 1934 e nos anos seguintes, eram os Estados Unidos e a Alemanha.

Ainda hoje, tanto tempo depois, ainda não se desfizeram os equívocos que nos submetem, no Brasil, a um círculo vicioso de desinformação sobre o papel de nosso país nesse período e na Segunda Guerra Mundial, desencadeada cinco anos depois, mas já então latente.

HITLER E ROOSEVELT

Na primeira metade dos anos 30 houve no mundo duas grandes revoluções: uma, na Alemanha, para trás – a ascensão de Adolf Hitler e a fundação de seu Terceiro Reich; outra, nos Estados Unidos, para a frente – a eleição do Presidente Franklin Delano Roosevelt e o lançamento de seu New Deal, um ambicioso programa de crescimento econômico e avanço social para recuperar os Estados Unidos da devastação provocada pela grande crise de 1929.

Antes de Hitler e Roosevelt, Getúlio Vargas chegara ao poder no Brasil, na revolução de outubro de 1930 – que foi nossa versão, antes do original, do New Deal rooseveltiano. (No futuro, é possível que a revolução de Getúlio Vargas venha a ser considerada, na história do século XX, tão importante quanto a revolução de Roosevelt).

Getúlio assumiu a chefia do governo provisório do Brasil em novembro de 1930. Roosevelt foi eleito Presidente em novembro de 1932 e assumiu o

governo dos Estados Unidos no início de 1933. Só se conheceram pessoalmente em 1936, quando Roosevelt passou de navio pelo Rio, a caminho da Conferência Internacional de Consolidação da Paz, realizada em Buenos Aires. No Rio, nesse primeiro encontro, Roosevelt e Getúlio conversaram sobre a hipótese de guerra na Europa e as repercussões de uma guerra europeia no continente americano.

– Roosevelt – escreveria Hélio Silva – entusiasmou-se com o Presidente do Brasil e disse mesmo que, se fosse brasileiro e Getúlio Vargas se candidatasse a Presidente, daria a ele o seu voto.³⁸

Roosevelt disse mais, como revelaria anos depois o Senador Edward Burke no Congresso dos Estados Unidos:

– O New Deal (o programa do próprio Roosevelt, de reforma social e econômica) tem dois criadores. Um sou eu. O outro é o Presidente Vargas, do Brasil.

Nesse momento, Hitler estava no auge do poder – e não pensava apenas na Europa. Pensava também nas Américas. E no Brasil.

A Gestapo fora encarregada de levantar os números relativos às colônias alemãs na América do Sul. Pelas estatísticas americanas, havia 125 mil alemães vivendo no Brasil em 1936. As estatísticas alemãs mencionavam 900 mil. O Reich – escreveu Hélio Silva, explicando esse número, aparentemente absurdo, de 900 mil alemães – considerava sob jurisdição alemã todos os descendentes de alemães emigrados.

– O nacional-socialismo – segundo Hélio Silva – procurava, no exterior como no interior, assegurar a simpatia dos jovens. Entre 1.400 escolas estabelecidas no estrangeiro desde 1933, contavam-se 1.150 no Brasil. Em fins de 1937, só no Rio Grande do Sul, havia cerca de 3 mil professores alemães.³⁹

As escolas alemãs e as organizações nazistas, ostensivas ou disfarçadas, adotavam os mesmos métodos postos em prática na Áustria, antes de sua ane-

³⁸ Hélio Silva, 1939: *Véspera da Guerra*, volume XI de “O Ciclo de Vargas”, p. 103.

³⁹ *Idem*, p. 107.

xação forçada à Alemanha, e na Tchecoslováquia antes que no acordo de Munique os governos da Inglaterra e da França dessem liberdade a Hitler para desmembrá-la e invadi-la.

A INSURREIÇÃO COMUNISTA DE 1935

É no mínimo curioso que Roosevelt tenha sido tomado de tanto entusiasmo por Getúlio no momento de sua escala no Rio em 1936.

Se fosse um ano antes, daria para entender mais facilmente. Getúlio estava na chefia do governo brasileiro desde 1930 e antecipara-se a Roosevelt, que só se tornaria Presidente no início de 1933, na adoção de medidas firmes e ousadas de recuperação econômica e de proteção aos direitos trabalhistas. Decisões de Roosevelt sobre a limitação da jornada de trabalho e outras normas de proteção aos trabalhadores tinham sido anuladas como inconstitucionais pela Suprema Corte dos Estados Unidos. Getúlio, ao contrário, conseguira que a Assembleia Nacional Constituinte aprovasse, em 1934, todos os seus atos, além de incorporar os princípios da legislação social à nova Constituição do Brasil.

Em novembro de 1936, quando Roosevelt passou pelo Rio, Getúlio vivia outra situação, com o Brasil em estado de guerra interna, em consequência do levante da Aliança Nacional Libertadora, designado até hoje como a “Intentona Comunista”, de novembro de 1935. A insurreição, derrotada pela resistência da maior parte das Forças Armadas, apoiava-se na Aliança Nacional Libertadora, organização civil de inclinação fortemente esquerdista, proibida e clandestina desde julho de 1935. Decidida pelo Partido Comunista do Brasil e pelo Komintern, a Internacional Comunista, com sede em Moscou, fora realizada quase exclusivamente por militares, liderados por Luís Carlos Prestes, e comandada por Prestes e emissários estrangeiros do Komintern (pelo menos os alemães Arthur Ewert, conhecido como Harry Berger, e Olga Benário Prestes; o americano Victor Baron; o belga Jules León Valée; o argentino Rodolfo Ghioldi; e o ucraniano Bóris Stuchevsky).

Em 1930, Prestes, então exilado em Buenos Aires, recusara a chefia do

estado-maior da Revolução da Aliança Liberal, e rompera com seus antigos companheiros da Coluna Prestes – entre os quais João Alberto, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Eduardo Gomes – que tinham decidido apoiar Getúlio. Victoriosa a Revolução, Prestes não voltou para o Brasil e, até o fim da vida, queixar-se-ia de não ter voltado por não ter sido corretamente anistiado. Da Argentina, Prestes foi para a então União Soviética, e lá, em 1934, entrou para o Partido Comunista do Brasil. Em 1935 voltaria clandestinamente ao território brasileiro, com o nome falso de Antônio Vilar, e passaporte português falso, para liderar a insurreição de novembro.

Até hoje se discute se a insurreição foi decidida no Brasil, pela Aliança Nacional Libertadora e pelo PCB, ou se foi decidida em Moscou, pelo Komintern, que pretendia ser a instituição coordenadora da ação dos partidos comunistas de todo o mundo, mas em muitos casos parecia mais a direção suprema de cada um desses partidos, exercida por delegação do Partido Comunista da União Soviética. Anos atrás, o noticiário dos jornais chegou a atribuir a um dos filhos de Luís Carlos Prestes, Yuri, historiador, residente na Rússia, a afirmação de que encontrara documentos comprobatórios da decisão do Komintern para que se empreendesse o levante de 1935.

Se a decisão fora tomada pelo Komintern, ficaria difícil sustentar que o governo da União Soviética, chefiado por Stálin, nada tinha a ver com ela. O Komintern, organização internacional dos partidos comunistas, era controlado pelo Partido Comunista da União Soviética – e o Partido Comunista da União Soviética era controlado por Stálin, que também controlava o governo soviético. Um levante decidido pelo Komintern seria, portanto, um levante decidido por um governo estrangeiro – contra o governo brasileiro, nesse momento um governo constitucional; um levante executado por brasileiros sob o comando de alguns brasileiros, Prestes, Silo Meirelles, Agildo Barata e outros, e de estrangeiros como Harry Berger e Ghioldi. Prestes sempre sustentou que o levante fora decidido no Brasil, pelo PCB, que então se chamava Partido Comunista do Brasil, e pela ANL, a Aliança Nacional Libertadora. Daí ter causado surpresa a notícia de que seu filho Yuri, historiador, descobrira na Rússia, depois da dissolução da União Soviética, documentos segundo

os quais o levante de 1935 fora determinado pelo Komintern.

A presença de tantos estrangeiros no comando do movimento levantava outra questão. Prestes tornara-se um herói brasileiro como comandante da Coluna que se imortalizara com seu nome nos anos 20. Seria agora apenas a figura de proa de um movimento estrangeiro em território brasileiro? Se a insurreição nominalmente comandada por ele derrubasse o governo Vargas, quem passaria a mandar no Brasil? Prestes e seus companheiros brasileiros do PCB ou os estrangeiros que o Komintern mandara para o Brasil? Ou o Brasil passaria a ser governado pela União Soviética, isto é, por Stálin?

Outro ponto obscuro está registrado num dos livros do Ciclo de Vargas, de Hélio Silva, o primeiro historiador a ter acesso aos arquivos de Getúlio Vargas: o possível papel da Inglaterra e seus serviços secretos no episódio – papel mencionado numa carta de Oswaldo Aranha, então Embaixador do Brasil em Washington, a Getúlio.

Aranha, o grande artífice da aproximação política e econômica entre o Brasil e os Estados Unidos, temia as reações da Inglaterra a essa aproximação, que poderia prejudicar interesses britânicos no Brasil e em toda a América Latina, e recomenda cuidado e atenção para os movimentos dos agentes ingleses.

Em carta a Getúlio, datada de 3 de dezembro de 1935, dias depois do levante, Aranha diz:

– A Inglaterra, ao que pressinto, vai agir contra os nossos interesses. [Ela] não sabe esquecer nem perdoar. O Intelligence Service está em atividade contra o teu governo, e no fundo dessas últimas desordens deve haver algo dessa mão misteriosa... Tenho notícias seguras. A intriga internacional neste momento é mais séria do que a inocência brasileira poderá supor.⁴⁰

O que se pode perguntar hoje, a partir dessa advertência, é se a diplomacia e os serviços secretos ingleses não teriam facilitado a volta ao Brasil de Luís Carlos Prestes, mesmo no desconhecimento e à revelia deste. Como se explicaria, por exemplo, que as polícias da França, dos Estados Unidos e da

⁴⁰ Hélio Silva, 1937 – Todos os golpes se parecem, vol. IX de “O Ciclo de Vargas”, p. 84.

Argentina, escalas de Prestes na viagem da Rússia ao Brasil, não desconfiassem nem do passaporte falso nem do falso português portador desse passaporte?

Essas polícias também não desconfiaram da Sra. Antônio Vilar, Maria Bergner Vilar, apesar de seu prenome e sobrenome alemães de solteira. Ela era Olga Benário, que fora registrada na Alemanha, ao nascer, com o nome de Maria Bergner. Militante e dirigente comunista, cumpria pena de três meses de prisão na Alemanha, condenada por ter participado, num tribunal de Berlim, da operação armada para resgate e fuga do dirigente comunista Otto Bauer, seu namorado. Olga já usara e viria a usar outros nomes, vivia em Moscou e trabalhava para o Komintern (segundo William Wack, autor do livro *Camara-das*, escrito com base em arquivos liberados depois do fim da URSS, Olga era também agente da espionagem militar soviética). Na viagem para o Brasil, seu passaporte registrava o sobrenome falso de Vilar, precedido do nome verdadeiro de Maria Bergner.

Com ou sem a cobertura do serviço secreto britânico, da qual suspeitava Oswaldo Aranha, Prestes chegou ao Rio em abril de 1935 para comandar o levante de novembro.

Nos primeiros momentos, o levante teve êxito em Natal, no Rio Grande do Norte, onde chegou a funcionar por alguns dias um governo revolucionário. O levante em Natal foi, por alguma razão, precipitado, e permitiu que o governo e as forças militares se organizassem para enfrentar os próximos golpes. Houve um levante no Recife, logo dominado, e dois no Rio: um na Escola de Aviação Militar, no subúrbio de Realengo, vencido em poucas horas, e outro no 3º. Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, que duraria algumas horas mais e foi também derrotado pelas forças legalistas.

No mesmo dia da eclosão do movimento em Natal, 25 de novembro, o governo pediu ao Congresso a decretação do estado de sítio, imediatamente autorizado. O choque provocado no Rio pelos combates no quartel da Praia Vermelha, praticamente destruído pelo bombardeio da artilharia de terra e de navios da Marinha de Guerra, e o noticiário dos jornais, que chegaram a falar em 60 mortos e em oficiais legalistas assassinados pelos colegas comunistas enquanto dormiam, criaram no país um clima de histeria como nunca se vira antes.

Ao estado de sítio sucedeu-se a reforma da Constituição, pelo Congresso, para permitir a decretação do estado de guerra, muito mais rigoroso que o estado de sítio, e a demissão de militares e funcionários civis envolvidos no levante de novembro e outras atividades contra o regime.

Getúlio, acusado até hoje de ter sido o inspirador e iniciador de todas as violências praticadas em resposta ao levante comunista, foi, ao contrário, a força moderadora. No início da tarde de 27 de novembro, os últimos combatentes do 3º. R.I., na Praia Vermelha, liderados pelo capitão Agildo Barata, renderam-se às tropas legalistas do General Eurico Gaspar Dutra, comandante da 1ª. Região Militar. Getúlio e o Ministro da Guerra, General João Gomes, foram para a Praia Vermelha. O Ministro queria fuzilar sumariamente os rebeldes vencidos e rendidos, o que Getúlio e Dutra impediram. Dutra, subordinado hierarquicamente ao Ministro, não tinha autoridade legal para contê-lo. Getúlio, Presidente da República, tinha. E proibiu os fuzilamentos.

AS PRISÕES E O CASO OLGA BENÁRIO

Com o estado de sítio e em seguida o estado de guerra, o poder efetivo dos comandos militares avultou enormemente sobre o das autoridades civis. A própria Chefia de Polícia do Distrito Federal, exercida por Filinto Muller e formalmente uma repartição civil do governo federal, passou a operar sob o controle dos comandos militares. O próprio Getúlio, com toda a sua autoridade e popularidade, sabia-se uma espécie de refém e percebeu que teria de agir com habilidade e cuidado para retomar poderes que tinham entrado na órbita das prerrogativas de alguns comandantes militares e policiais mais exaltados.

Milhares de pessoas foram presas em todo o país, acusadas de cumplicidade com o levante de novembro de 1935, muitas delas vítimas de intrigas e vinganças locais. No Rio, Alzira Vargas, filha e secretária do Presidente, pediu ao pai a liberdade de três de seus professores na Faculdade de Direito – Castro Rebelo, Leônidas de Rezende e Hermes Lima – presos pela polícia. Eram, os três, intelectuais de esquerda, mas nada tinham a ver, dizia Alzira, com a insurreição. A reação inicial de Getúlio foi de ceticismo e impotência:



– Não foi eu que mandei prender, não posso soltar...

Em seguida, o Presidente sugeriu:

– Deem um jeito para que o caso chegue oficialmente à Presidência...

O caso chegou, Getúlio entendeu-se com quem mandara prender, possivelmente o Ministro da Guerra, e os três professores foram postos em liberdade.⁴¹

A mesma coisa aconteceu com o escritor Graciliano Ramos, diretor da Instrução Pública (hoje seria Secretário da Educação) em Alagoas, preso por instigação de integrantes do movimento integralista, de extrema direita, movimento que ele, em artigos e conversas, atacava com ironia feroz.

Preso em Maceió, Graciliano foi transferido para a Casa de Detenção, na rua Frei Caneca, no Rio, e em seguida para a colônia correcional da Ilha Grande, ao largo de Angra dos Reis. Quando Getúlio soube, fez o que sugerira à filha no caso dos professores: deu um jeito de soltar Graciliano e logo em seguida, embora o soubesse comunista, nomeou-o para o cargo de inspetor federal de ensino, graças ao qual o escritor pode garantir o sustento de sua família e produzir grande parte de sua notável obra literária.

Prestes e Olga foram presos em março de 1936, no subúrbio carioca do Méier. Prestes, julgado e condenado em vários processos, cumpriu pena até 1945, quando a anistia cancelou os anos restantes de sua sentença. Olga foi expulsa como estrangeira indesejável e levada para a Alemanha. Outro livro sobre esse período, Olga, de Fernando Morais, destaca o fato de que a Alemanha não pedira a extradição de Olga – contra quem não existia nesse momento qualquer processo criminal nos tribunais alemães.

Getúlio é até hoje acusado de ter sido o maior responsável pela expulsão de Olga Benário, então grávida, e por sua entrega, no porto de Hamburgo, à Alemanha de Hitler. Presa em Berlim, ela aí deu à luz sua filha (e de Prestes) Anita Leocádia. Com pouco menos de um ano, a menina era entregue à avó paterna, D. Leocádia, mãe de Prestes (caso não o fosse, seria, com o fim da amamentação, encaminhada a um orfanato e educada à moda nazista). Olga,

⁴¹ Informação de Alzira Vargas do Amaral Peixoto ao autor, 1979.

mandada a seguir para o campo de concentração feminino de Ravensbruck, morreu em 1942, na câmara de gás.

A expulsão de Olga Benário, no dia 23 de setembro de 1936, foi executada pela polícia do Distrito Federal, chefiada por Filinto Muller, inimigo pessoal de Prestes desde que este o degradara e expulsara da Coluna, nos anos 20, acusando-o de traição por ter realizado uma manobra de recuo da tropa sob seu comando (para Filinto, essa manobra fora o recurso tático aconselhável nas circunstâncias, não para fugir da força inimiga, mas para poupar e acumular forças com vistas a um contra-ataque).

Embora a polícia dispusesse naquele momento, em virtude do estado de guerra, de poderes de fato para agir arbitrariamente, Filinto Muller agiu por ordem do Ministro da Justiça Vicente Rao, professor de Direito, ligado ao Partido Democrático de São Paulo e mais tarde à UDN, a União Democrática Nacional, o mais antigetulista dos partidos de oposição aos dois governos Vargas. Filinto recebera, dos delegados de polícia encarregados do caso, a proposta de expulsão – semelhante a centenas de outras, de estrangeiros envolvidos em atividades políticas contra o governo. Filinto aceitou a proposta e encaminhou-a ao Ministro da Justiça Vicente Rao.

Vicente Rao só assinou a ordem de expulsão de Olga Benário Prestes depois que o Supremo Tribunal Federal negou um pedido de habeas corpus em favor dela. E depois que Getúlio assinou o decreto que considerava Olga Benário estrangeira indesejável e determinava sua expulsão. Com Olga, foi levada para a Alemanha, no mesmo navio, e também presa ao desembarcar em Hamburgo, Elise Saborowski, a mulher de Harry Berger, principal representante do Komintern no comando do levante.

Os diários do Presidente Vargas, publicados em 1995, nada dizem, nos registros de setembro de 1936, sobre Olga Benário e sua extradição. Nos registros de novembro de 1935, sobre o levante comandado por Prestes, e num de março de 1936, sobre a prisão deste, também não existe qualquer referência a Olga. Sobre a prisão de Prestes, Getúlio escreveu:

– Foi um fato sensacional, de larga repercussão no país. Tive o aviso pela manhã... Após o almoço... recebi o Chefe de Polícia (Filinto Muller), a quem

felicitei vivamente pela brilhante diligência. Acredito que essa prisão tenha um efeito muito deprimente para a propaganda comunista no Brasil.

Linhas adiante, uma reflexão que mostra Getúlio sem rancor em relação a Prestes:

– Prestes talvez não seja tão perigoso como supõem ou como talvez ele próprio se julgue. Perigosa é a legenda em torno do seu nome...

Em outro registro, a 19 de março, Getúlio resume a reunião que tivera, nesse dia, com os ministros militares, os ministros da Justiça e do Trabalho, o chefe de Polícia e o presidente da Comissão de Repressão ao Comunismo, deputado Adalberto Correia, e refere-se novamente a Prestes:

– Após explicar o motivo da reunião, que era combinar medidas para a repressão ao comunismo ante o atual momento, dei a palavra ao chefe de Polícia. Este, baseado na documentação apreendida após a prisão de Luís Carlos Prestes, no andamento do processo conspiratório e em novas articulações, considerava o momento grave e acentuava a necessidade de providências enérgicas. O deputado Adalberto Correia expôs longamente o ponto de vista da Comissão, os tropeços criados pelo Judiciário, a necessidade de medidas extremas, até o fuzilamento...

O último registro que menciona Prestes no diário de Getúlio é o dos dias 26 e 27 de maio:

– Foi publicado nos jornais, provocando revolta na opinião, um telegrama de 60 deputados comunistas espanhóis, intimando-me a soltar o Prestes. Diariamente recebo de diversos países, exceto a Rússia, telegramas e cartas desse teor...⁴²

É curioso que a Rússia, União Soviética na época, não se empenhasse pela libertação de Prestes. Não foi por delicadeza com o Brasil, porque os dois países não tinham relações diplomáticas na época. Na verdade nem o governo nem o Partido Comunista da União Soviética, ambos dirigidos por Stálin, fizeram qualquer gesto em favor dos cabeças da rebelião de novembro no Brasil. E tudo indica que, de volta à União Soviética, mais de um dos estrangeiros

⁴² Getúlio Vargas, *Diário*, volume 1, pp. 484, 488 e 510.

mandados ao Brasil para a rebelião teve como destino o fuzilamento, a pretexto de alguma forma de crime político, mas na verdade para queima de arquivo. E, anos mais tarde, quando o governo soviético e a Alemanha de Hitler uniram-se no Pacto Ribbentrop-Molotov, em 1939, a mãe de Prestes, D. Leocádia, não foi atendida quando tentou em Moscou que os soviéticos propusessem aos alemães a troca de sua nora Olga Benário por alemães que estavam prisioneiros na União Soviética.

No Brasil, assim como não permitira o fuzilamento sumário dos rebeldes do quartel da Praia Vermelha no momento de sua rendição, Getúlio evitou que tivesse curso a proposta do deputado Adalberto Correia, que, aceita, significaria em primeiro lugar o fuzilamento do próprio Prestes. Adalberto Correia era irmão de Otávio Correia, o civil morto na marcha dos sobreviventes da rebelião do Forte de Copacabana em julho de 1922. Otávio Correia juntou-se, já na praia de Copacabana, aos tenentes Eduardo Gomes, Juarez Távora, Siqueira Campos e aos que morreram na fuzilaria daquela manhã. Prestes só não estava entre eles porque, atacado de tifo, desmaiara ao fardar-se para tomar o caminho do Forte e fora recolhido ao hospital.

Da mesma forma, Getúlio não aceitou a “intimação” dos deputados espanhóis para soltar Prestes. Todas as referências a Prestes são serenas, sem rancor, especialmente quando Getúlio diz que o perigo maior não é Prestes, mas a legenda que se teceu em torno de seu nome.

Se assim reagia a Prestes, embora pudesse pensar que, em caso de vitória do levante, seu governo seria derrubado e sua vida não seria poupada, Getúlio iria encarniçar-se, feminista como era, num ato de vingança sobre Olga Benário?

Há, porém, outra questão a considerar.

Naquela altura, setembro de 1936, todos os países que mais tarde combateriam Hitler e a Alemanha estavam nos melhores termos com ambos. Tanto que as Olimpíadas de 1936 foram realizadas em Berlim, com a participação entusiástica de delegações da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. A delegação alemã incluiu até atletas judeus, manobra dos nazistas para desacreditar as denúncias de perseguição antisemita na Alemanha. Se o levante comandado por Prestes tivesse acontecido na França, na Inglaterra, nos Esta-

dos Unidos ou mesmo na União Soviética, o pedido de expulsão feito pela polícia poderia ter tido o mesmo desfecho que teve no Brasil – e Olga teria sido, da mesma forma, mandada para a Alemanha. Se Olga tivesse feito na União Soviética o que fez no Brasil, seria indiscutivelmente fuzilada.

O primeiro encontro de Getúlio com Roosevelt foi nos últimos dias de novembro de 1936. Olga Benário tinha sido embarcada para a Alemanha em setembro. Apesar do estado de guerra e da expulsão de Olga, o Presidente dos Estados Unidos continuou a achar que se fosse brasileiro votaria em Getúlio Vargas para Presidente do Brasil.

O ANO DE 1937

Apesar da vigência quase ininterrupta do estado de guerra, 1937 foi um ano de grande agitação política. Getúlio fora eleito Presidente em 1934, pela Assembleia Nacional Constituinte, para um mandato que se encerraria em 1938. Em janeiro desse ano haveria eleições diretas para a escolha do novo Presidente – que teria de ser outro, porque a reeleição não era permitida.

Surgiram duas candidaturas – a do Governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, cunhado de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, de enorme influência no eleitorado e nas elites paulistas, e a de José Américo de Almeida, ex-Ministro da Viação e Obras Públicas de Getúlio, paraibano e um dos principais auxiliares de João Pessoa, então Governador da Paraíba e candidato a Vice de Getúlio em 1930, assassinado pouco antes da Revolução. Lançou-se também candidato o líder integralista Plínio Salgado, beneficiado, depois do levante comunista de 1935, pelo aumento da influência do integralismo, movimento de extrema-direita inspirado no fascismo italiano.

Embora José Américo estivesse longe de pertencer à esquerda, as forças políticas e populares, assim como as tendências eleitorais, começaram a polarizar-se em torno das duas candidaturas – em torno de José Américo as esquerdas, tanto as moderadas, que também pagavam o preço político do levante de 35, quanto as mais extremadas, em busca de novos espaços. Em torno de Armando de Salles, um democrata liberal e centrista, organizaram-se não só as

forças de centro como as forças regionais, capitaneadas por São Paulo e fartas das novidades da Revolução e do getulismo: as velhas oligarquias derrotadas em 1930 e 1932 tinham tido uma primeira revanche na Constituinte de 1934 e outra na eleição parlamentar que se seguiu. Esperavam, com a eleição de Armando de Salles, acabar com o que sobrava da Revolução de 30. A extrema direita, naturalmente, ficou com Plínio Salgado, o líder integralista.

Esse era o quadro eleitoral. Paralelamente, havia conspirações de toda ordem. Falava-se em novas articulações de esquerda, e sabia-se de movimentos de extrema-direita numa ampla e contínua extensão territorial de enorme presença de emigrantes e filhos de emigrantes alemães e italianos: o sul do Brasil, a Argentina e o Uruguai.

No Rio Grande do Sul, o Governador Flores da Cunha armava fortemente, até com equipamento de artilharia, sua polícia fardada, a Brigada Militar do Rio Grande, e organizava corpos de “provisórios” semelhantes àqueles de 1930 e da mobilização contra a Revolução “constitucionalista” de 1932.

Isso tudo, em conjunto, fazia supor também que as forças armadas poderiam intervir no processo político, instalando uma ditadura militar que cortasse o nó de tantos impasses. Mas que ditadura? Mais provavelmente uma ditadura de direita, simpática às ditaduras nazista e fascista da Alemanha e da Itália – o grosso do poderio militar, no Brasil, situava-se nos Estados do Sul, nos quais era maior a influência do pensamento direitista e a infiltração nazi-fascista.

Getúlio liquidou, em primeiro lugar, a ameaça militar representada por Flores da Cunha, reforçando a 3ª. Região Militar, sediada em Porto Alegre, com unidades do Exército em todo o Rio Grande do Sul, e nomeando, para seu comando, o General Daltro Filho, com quem poderia contar em qualquer circunstância. Em seguida, assinou um decreto que subordinava a Brigada Militar e os corpos de provisórios do Rio Grande ao comando da 3ª. Região Militar. Flores da Cunha percebeu que não tinha saída, renunciou ao governo do Rio Grande e fugiu para o Uruguai. Em seu lugar, o General Daltro assumiu cumulativamente o cargo de Interventor Federal no Estado.

CAPÍTULO 7

NOVEMBRO, 1937

O GOLPE ACONTECERIA COM GETÚLIO, SEM GETÚLIO OU CONTRA ELE.

O GOLPE DO ESTADO NOVO: NOVEMBRO DE 1937

O FATO DE O GOLPE TER SIDO LIDERADO POR GETÚLIO VARGAS E NÃO DESFECHADO CONTRA ELE TRANQUILIZARA OS ESTADOS UNIDOS, QUE TEMIAM UM GOLPE CONTRA GETÚLIO E A INSTALAÇÃO, NO BRASIL, DE UM GOVERNO MILITAR ALIADO AOS GRUPOS MILITARES PRÓ-FASCISTAS DA ARGENTINA E DO URUGUAI, NUMA VERDADEIRA FRENTE ANTIAMERICANA QUE DOMINARIA GRANDE PARTE DA AMÉRICA DO SUL E ABRIRIA SUAS PORTAS PARA HITLER.

Em novembro de 1937, Getúlio assumiu a liderança de um golpe de Estado que aconteceria com ele, sem ele e até mesmo contra ele. Pelo fato de que esse golpe estabelecia um Estado autoritário e uma constituição centralizadora, foi inevitável a suposição de que a partir desse momento o governo brasileiro passaria a apoiar a Alemanha de Hitler contra os Estados Unidos.

O Brasil já se tinha tornado o principal parceiro comercial da Alemanha na América do Sul depois de 1934, apesar das reações dos Estados Unidos (e de ameaças mais ou menos verdadeiras de bloqueio). A Alemanha precisava de grandes fornecimentos de algodão e de café, o que não acontecia com os Estados Unidos. As exportações de café brasileiro para os Estados Unidos enfrentavam a concorrência de outros países produtores. E o algodão teria de concorrer com o produzido nos Estados Unidos. Em troca das importações alemãs de café e algodão brasileiros, o Brasil aumentou suas compras na Alemanha – carvão, folha de flandres, equipamentos elétricos pesados e produtos metalúrgicos – em prejuízo mais da Inglaterra que dos Estados Unidos.

Segundo uma avaliação depois corrigida, os dez anos entre 1928 e 1938 teriam reduzido a participação dos Estados Unidos no comércio exterior brasi-

leiro de 27 para 23%. Os números corrigidos, porém, acabaram por determinar que a faixa das compras brasileiras nos Estados Unidos manteve-se inalterada até 1939. Mas a participação inglesa caiu de 22 para 10% e a francesa de 6 para 3%. Enquanto isso, a participação alemã crescia de 12 para 25%.

Já em 1937, o governo brasileiro realizava estudos e tentava iniciar negociações para o financiamento e a montagem de uma indústria siderúrgica no Brasil. Essas negociações tinham como prioridade os Estados Unidos, mas incluíam a Alemanha e, em particular, a Casa Krupp.

O governo de Hitler chegou a achar que o golpe do Estado Novo, combinando-se com o crescente comércio entre o Brasil e a Alemanha e mais a possibilidade de apoio alemão ao projeto siderúrgico brasileiro, abria perspectivas para uma aliança política Rio-Berlim:

– No fim de 1937, depois da implantação do Estado Novo – escreveu Stanley Hilton – Berlim até cogitava de persuadir o Rio a assinar o Pacto Anticomintern (que unia a Alemanha, a Itália e o Japão, numa aliança destinada a enfrentar a União Soviética).⁴³

O governo do Presidente Roosevelt entendeu de outro modo o golpe do Estado Novo. O fato de o golpe ter sido liderado por Getúlio Vargas e não desfechado contra ele tranquilizara os Estados Unidos, que temiam um golpe contra Getúlio e a instalação, no Brasil, de um governo militar aliado aos grupos militares pró-fascistas da Argentina e do Uruguai, numa verdadeira frente antiamericana que dominaria grande parte da América do Sul e abriria suas portas para Hitler. Um levante do movimento integralista em maio de 1938, no qual Getúlio Vargas escapou por pouco de ser assassinado no Palácio Guanabara, no Rio, confirmou meses depois a existência desse risco.

Em Washington, o Subsecretário de Estado Sumner Welles passou a contestar “os que acusavam o novo regime brasileiro de fascista”. Para o governo dos Estados Unidos, o Estado Novo assegurava a certeza de que, agora, o Brasil estaria com os Estados Unidos e contra a Alemanha de Hitler. Em Londres, Lord Marley, líder da Oposição na Câmara dos Lordes, declarou que a

⁴³ Stanley Hilton, *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, p. 31.

ditadura brasileira tinha sido estabelecida justamente para evitar a infiltração nazista e fascista...⁴⁴

Na primeira quinzena de janeiro de 1938, menos de dois meses depois do golpe do Estado Novo, o Presidente Getúlio Vargas viajou ao Rio Grande do Sul, para encontrar-se com o Presidente da Argentina, General Agustin Justo, na inauguração da ponte Uruguaiana-Paso de Los Libres, que ligaria os dois países por sobre o rio Uruguai. Em Porto Alegre, o então Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, Chefe do Estado-Maior da 3ª. Região Militar (e, nesse momento, para todos os efeitos, seu Comandante, em virtude do gravíssimo estado de saúde do General Daltro Filho, o Comandante efetivo), alertou o Presidente para a ação do governo da Alemanha e do partido nazista junto às comunidades de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul.

Uma política imprevidente de imigração, anterior a 1930, permitira a formação, no Brasil, de quistos como esses agora explorados pelos agentes nazistas no Rio Grande do Sul. Outro historiador insuspeito de simpatias por Getúlio Vargas, John Wills Foster Dulles, escreveu:

– Das três comunidades de súditos dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), a maior era a italiana, centralizada em São Paulo, com mais de 4 milhões de pessoas. Duzentos e vinte mil japoneses viviam quase todos no campo. Quanto aos alemães, mais de oitocentos mil, localizados no sul, eram muito orgulhosos das suas escolas e da sua superioridade e colaboravam o mínimo com a campanha das autoridades para nacionalizar o Brasil. Essa resistência era estimulada pela Embaixada alemã...⁴⁵

Diante do gravíssimo e irreversível estado de saúde do General Daltro, o Presidente nomeou Cordeiro de Farias para o cargo de Interventor no Rio Grande do Sul, com poderes e ordens para enfrentar energicamente a ameaça nazista. Cordeiro fechou todos os escritórios do partido nazista, deportou seu principal representante e proibiu a propaganda nazista nos jornais em língua alemã.

⁴⁴ John Wills Foster Dulles, Getúlio Vargas, p. 193.

⁴⁵ Idem, *ibidem*.

Um primeiro levantamento revelou que das duas mil e oitocentas escolas particulares existentes no Rio Grande, apenas vinte usavam a língua portuguesa nas aulas. Cordeiro passou então a instalar escolas públicas nas quais o ensino era ministrado em português e foi fechando todas as escolas alemãs.

Em Santa Catarina, 25% da população falavam alemão. O Interventor Nereu Ramos foi até mais duro que o Coronel Cordeiro de Farias – tornou obrigatório imediatamente o ensino em português e proibiu o ensino em qualquer idioma estrangeiro. Como observou Hélio Silva, “foi em Santa Catarina que o governo brasileiro teve de enfrentar maiores dificuldades [porque] em muitas localidades não se falava absolutamente o português...”

No Rio Grande do Sul havia cidades com maioria alemã – Novo Hamburgo, São Leopoldo, Marcelino Ramos etc. “Já não se tratava do perigo das minorias alemãs, pois em muitas localidades os brasileiros [é que] eram minoria.”⁴⁶

O fechamento das escolas alemãs fora só o primeiro passo. O seguinte foi dar combate à infiltração das comunidades alemãs pelos agentes do Partido Nazista e da rede de espionagem do Abwehr, o Departamento do Exterior do Alto Comando das Forças Armadas do Terceiro Reich. O famoso Almirante Wilhelm Canaris, chefe do Abwehr, conseguira um acordo, em meados dos anos 30, com o Ministério do Exterior, pelo qual as missões diplomáticas alemãs em países-chave serviriam como postos de controle para espionagem e depósito de materiais confidenciais especiais – códigos, cifras, instruções, até que futuros agentes precisassem deles – e a embaixada no Rio foi uma das missões para as quais ele enviou tais materiais.⁴⁷

O golpe do Estado Novo surpreendera e chocara Oswaldo Aranha, então Embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Aranha fora o grande articulador civil da Revolução de 30 e, no início do governo provisório de Getúlio Vargas, chegara a ocupar simultaneamente os dois ministérios mais importantes, o da Justiça e o da Fazenda. Aranha pediu demissão da Embaixada, Getúlio negou,

⁴⁶ Hélio Silva, 1937, *Todos os golpes se parecem*, pp. 108 a 111.

⁴⁷ Stanley Hilton, *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, p. 40.

Aranha veio para o Rio e em março de 38 Getúlio convenceu-o assumir o Ministério das Relações Exteriores. Aranha estabelecera tais vínculos nos Estados Unidos, como Embaixador, que sua presença no Ministério foi vista em Washington como sinal inequívoco de que os Estados Unidos teriam o apoio do Brasil contra Alemanha de Hitler.

Antes de assumir, Aranha escreveu longa carta a Sumner Welles, Subsecretário de Estado dos Estados Unidos, sobre a situação no Brasil:

– Posso assegurar-lhe – garantiu Aranha nessa carta – que a solução atual foi, pode-se dizer, providencial para meu país.

Providencial para o Brasil e igualmente para os Estados Unidos, péssima para a Alemanha de Hitler.

As medidas do governo brasileiro levaram o Embaixador da Alemanha, Karl Ritter, já a 27 de março de 1938, à presença de Aranha, no Ministério das Relações Exteriores, “para manifestar desagrado pela orientação brasileira”, que, segundo o Embaixador, revelava má vontade para com os alemães nazistas. Na opinião de Ritter, o Partido Nazista era a própria Alemanha e não havia como dissociar um da outra. Por essa razão, entendia que o Partido Nazista tinha direito de funcionar no Brasil e que o governo da Alemanha tinha o direito de proteger as minorias alemãs e manter organizado o partido nos países estrangeiros – objetivos com os quais o governo alemão não transigia.

Ritter protestava não só contra a proibição do partido e outras organizações, como contra a proibição de reuniões na Casa Alemã, em Porto Alegre, e a prisão de Ernest Dorsch, dirigente nazista da Frente Alemã do Trabalho, que atuava junto aos sindicatos brasileiros. Aranha não aceitou o protesto e respondeu que não tinha cabimento o Brasil estender a componentes de partidos políticos estrangeiros as regalias concedidas a representantes diplomáticos.⁴⁸

Três dias depois desse encontro, a 30 de março de 1938, o embaixador Ritter enviou a Berlim um memorando (relatório B7/7), no qual dizia:

– É difícil perceber por que o governo brasileiro tem levado a efeito nos últimos meses uma campanha contra todos os elementos alemães no Brasil...

⁴⁸ Eurico Gaspar Dutra, *O Dever da Verdade*, p. 144.

Cheguei agora à conclusão de que essas coisas não acontecem acidentalmente... A questão alemã é assunto de discussões constantes do Presidente com seus ministros e com os principais interventores, generais e secretários dos três Estados do Sul... Embora sua posição tenha sido ameaçada e esteja grandemente enfraquecida no momento, o Presidente teria força para evitar esse ataque contra o elemento germânico, se realmente quisesse fazê-lo. Se não o deseja, quais são as suas razões?

– O Presidente – prosseguia Ritter – está obcecado com a ideia de eliminar as diferenças étnicas existentes na população brasileira e criar uma raça brasileira homogênea, com língua e cultura uniformes. Aí, então, os *volksdeutscher* [os “alemães” nascidos ou que vivessem fora da Alemanha e seus descendentes], aproximadamente um milhão nos três Estados do Sul, perturbam-no fortemente, porque mantiveram sua língua, sua cultura e sua consciência racial alemã, mais que os italianos, os holandeses, os polacos e outros. A mesma atitude explica a supressão ocasional de escolas alemãs e da língua alemã nas igrejas – sem considerar se estão envolvidos nacionais alemães ou cidadãos brasileiros de origem alemã.

– Politicamente – concluía o Embaixador da Alemanha – ele (Getúlio) opõe-se a tudo que seja alemão e a todas as atividades alemãs. Acredito que essa atitude não seja temporária, mas devemos contar com ela como permanente.⁴⁹

Pouco depois dessa intervenção arrogante e inábil do Embaixador Ritter, o Presidente Vargas proibiu, por decreto de 18 de abril de 1938, qualquer atividade política de estrangeiros no Brasil. Ritter escreve a Berlim. A proibição era genérica e tratava em pé de igualdade os estrangeiros de qualquer nacionalidade, mas o Embaixador pede que os jornais alemães a combatam como um ato “conscientemente inamistoso” do governo brasileiro para com a Alemanha – um ato “provocado pela influência dos Estados Unidos”. No mesmo dia, o Cônsul-Geral Lorenze, encarregado do Departamento de Política Cultural da Embaixada, diz num memorando que os novos “regulamentos”

⁴⁹ Idem, p. 345.

contra as atividades políticas de estrangeiros tornam quase impossível a atividade da Auslandorganisation no Brasil.

Essa Auslandorganisation era a organização do Partido Nazista para o relacionamento deste com os alemães nascidos ou que vivessem no estrangeiro, os volksdeutscher. Com a proibição, ficava também difícil a situação do adido cultural Hans Mening Von Kossel, que era ostensivamente e se declarava publicamente presidente do Partido Nazista do Brasil – partido que se organizava sob a proteção de dispositivos da Constituição de 1934, não de qualquer condescendência do governo Vargas.

CAPÍTULO 8

ABRIL, 1938

UMA VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA NO SUBSOLO

PETRÓLEO

COM BASE NA CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937,
O GOVERNO ADOTA UMA DECISÃO MAIS IMPORTANTE ATÉ QUE A PROPOSTA
DE CRIAÇÃO DA PETROBRÁS, EM DEZEMBRO DE 1951, NO PRIMEIRO
ANO DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: A NACIONALIZAÇÃO
DAS RESERVAS BRASILEIRAS DE PETRÓLEO.

A Constituição do Estado Novo, autoritária em suas disposições políticas, era nacionalista na ordem econômica que definia. A Revolução de 30 fora democrática no plano político e nacionalista no plano econômico. O Estado Novo seria um retrocesso em relação às propostas políticas de 1930, mas assumia o resgate de suas propostas econômicas e sociais.

Nesse sentido, o econômico e social, o Estado Novo começou muito antes do golpe e da Constituição de 10 de novembro de 1937. E um pouco antes da vigência da Constituição de 1934, que punha fim ao governo provisório da Revolução de 30. Uma semana antes da promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, Getúlio, prevalecendo-se das prerrogativas do governo provisório, adotara por decreto o Código de Minas, que separava a propriedade do solo da propriedade das riquezas do subsolo, fazendo destas propriedade nacional, patrimônio público.

A Constituição do Estado Novo acentuaria o perfil nacionalista da Constituição de 1934, que, aliás, determinava a nacionalização dos bancos e das companhias de seguros, mas não a do petróleo. Ela acentuaria, mais ainda, o perfil das decisões do governo provisório de Getúlio em matéria econômica.

Com base no Código de Minas decretado dias antes da entrada em vigor

da Constituição de 1934, Getúlio conseguiria anular as autorizações para a pesquisa de petróleo outorgadas antes da Revolução de 30 a grupos multinacionais e seus representantes, sobretudo no Estado do Amazonas, no qual, de seis autorizações, quatro tinham sido dadas a empresas que pertenciam a um mesmo grupo norte-americano (a Standard Oil, futura Exxon).

Além disso, a Constituição de 1934 permitia a empresas “organizadas no país”, que podiam ser controladas por estrangeiros, requerer e receber autorizações ou concessões para a exploração de minérios, o que incluía o petróleo. Apesar dessa permissão, nem a Shell, nem a Standard Oil nem qualquer outra das grandes multinacionais do petróleo apresentara qualquer proposta de pesquisa ou exploração. O que interessava a esses grupos era apenas comprar áreas presumidamente petrolíferas, para mantê-las como reserva estratégica.

Já em abril de 1938, e com base na Constituição de 10 de novembro de 1937, o governo adotaria uma decisão mais importante até que a proposta de criação da Petrobrás, em dezembro de 1951, no primeiro ano do segundo governo Vargas: a nacionalização das reservas brasileiras de petróleo.

Se a proposta de criação da Petrobrás desencadeou grande controvérsia e a campanha interna e internacional que levaria o Presidente Vargas ao suicídio em agosto de 1954, por que não aconteceu a mesma coisa em 1938? Possivelmente porque a situação internacional era melhor para o Brasil em 1938 do que na década de 1950 e porque Getúlio pode agir com ousadia, na certeza de que o Presidente Franklin Roosevelt obrigaria o governo dos Estados Unidos e as multinacionais do petróleo a respeitarem a decisão brasileira.

No momento em que Getúlio agiu, em abril de 1938, as manchetes dos jornais de todo o mundo registravam o choque da nacionalização do petróleo no México, decretada pelo governo do General Lázaro Cárdenas.

– A atitude do General Lázaro Cárdenas – escreveu Mário Victor em seu livro *A Batalha do Petróleo Brasileiro*⁵⁰ – era um exemplo para todos aqueles que, no Brasil, se preocupavam com a defesa das riquezas minerais, notadamente o petróleo. Era uma preocupação que datava dos idos de 1927,

⁵⁰ Mário Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro*, p. 98.

quando [Ildefonso] Simões Lopes [deputado do Partido Republicano Rio-grandense], em discurso na Câmara Federal, advertira contra a investida dos estrangeiros na aquisição de áreas presumidamente petrolíferas. Em abril de 1938, já desabavam sobre o México as mais terríveis pressões da diplomacia inglesa e norte-americana. Era chegado, portanto, o momento propício para a adoção de medidas preventivas em defesa do petróleo brasileiro.

Na longa história das revoluções e do petróleo mexicano, muitos tinham sido os atos de intervenção política e militar dos Estados Unidos, a começar pela anexação de cerca de metade do território mexicano, quase cem anos antes. Desta vez, porém, os Estados Unidos não intervieram – não por magnanimidade, mas porque o governo Roosevelt sabia da inevitabilidade da guerra entre as grandes potências e precisava preservar seus interesses estratégicos maiores no conjunto das três Américas. Uma intervenção militar direta no México e qualquer intervenção oblíqua no Brasil seriam um desastre político para os Estados Unidos – ainda mais com a Argentina já seriamente inclinada pela Alemanha de Hitler (e com o Uruguai e o Chile igualmente ameaçados).

Roosevelt ficara aliviado com o desfecho da crise de 1937 e com o fato de Getúlio Vargas ter garantido sua permanência no poder por meio do golpe de 10 de novembro. Roosevelt contava com a lealdade de Getúlio, mas sabia que o compromisso maior de Getúlio não poderia ser com os Estados Unidos: teria de ser com o Brasil e os interesses brasileiros.

Foi assim que Getúlio pode realizar, a partir de 11 de abril de 1938, a primeira nacionalização do petróleo brasileiro.

O princípio da nacionalização já tinha sido estabelecido pela Constituição de 1937. A Constituição de 1934 permitia a exploração de minas e jazidas minerais (o que incluía o petróleo) por empresas “organizadas no Brasil”. Uma subsidiária da Shell ou da Esso poderia tranquilamente, com a ajuda de alguns testa de ferro nativos, naturalmente bem pagos, registrar-se como empresa organizada no Brasil e habilitar-se a concessões para a pesquisa e extração de petróleo. Por isso e para evitar que tais grupos invocassem direitos adquiridos previamente, o Código de Minas, decretado dias antes da vigência da Constituição de 1934, criara mecanismos de defesa das reservas brasilei-

ras. Esses mecanismos tinham permitido ao governo, bem antes do golpe do Estado Novo, anular as inacreditáveis concessões petrolíferas outorgadas antes da Revolução de 1930.

A Constituição de 1937 substituíra o conceito de empresas “organizadas no Brasil” por dois princípios bem mais rigorosos.

O primeiro repetia a norma do decreto assinado por Getúlio nos primeiros meses do governo provisório da Revolução de 30, para impedir e anular as concessões irresponsáveis que vinham sendo feitas por alguns Estados:

“Art. 143 – O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais depende de autorização federal”.

O segundo dizia:

“Parágrafo 1º. – A autorização só poderá ser concedida a brasileiros ou empresas constituídas por acionistas brasileiros”.

Uma empresa simplesmente organizada no Brasil poderia ter alguns acionistas minoritários brasileiros, acionistas titulares de duas ou três ações, como aconteceria ao longo de décadas com os diretores brasileiros da Light, que explorava serviços de eletricidade no Rio e em São Paulo. A maioria das ações pertenceria, como na Light, aos donos estrangeiros. Já uma empresa constituída exclusivamente por acionistas brasileiros não seria tão facilmente controlável do estrangeiro. Se fosse, as multinacionais não lutariam tanto nem gastariam tanto dinheiro para amaciar, em países como o Brasil, as leis sobre capitais estrangeiros e remessa de lucros.

É possível que Getúlio já pensasse, em 1938, na solução do monopólio estatal que seria adotada na Lei da Petrobrás, nos anos 50. Foi essa uma das alternativas propostas em estudo do Estado-Maior do Exército, chefiado pelo General Gois Monteiro. Mas a prioridade, em 1938, era a siderurgia: o Brasil já explorava e exportava minério de ferro e praticamente não produzia aço, precisando importar até enxadas. O petróleo ainda não tinha sido descoberto em nenhum ponto do território brasileiro e o Brasil não dispunha de qualquer refinaria para o desdobramento de derivados de petróleo.

O conjunto de decretos sobre petróleo que Getúlio assinou a partir de abril de 1938 partia de um pressuposto definido e defendido pelo general Júlio

Caetano Horta Barbosa, futuro presidente do Conselho Nacional do Petróleo: o de que a base da indústria do petróleo é o refino – e as refinarias devem preceder, se necessário, a exploração e a própria descoberta de petróleo. Para Horta Barbosa e sua equipe, a chave da indústria do petróleo estava na refinação, existindo ou não petróleo nacional: só quem refinasse estaria em condições de fixar os preços dos derivados. O mercado do óleo bruto era livre no mundo e a indústria do refino deveria preceder a descoberta do óleo.

Essa não era uma afirmação arbitrária e fora comprovada pouco antes em dois países vizinhos do Brasil, a Argentina e o Uruguai.

A Argentina dispunha de sua estatal petrolífera, a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), já nos anos 20. No começo, a YPF limitava-se a produzir petróleo. O refino e o mercado estavam sob o controle das multinacionais, especialmente a West India, subsidiária da Standard Oil, e os preços da gasolina e da nafta eram determinados em Nova York.

Um dos diretores da YPF, o General Enrique Mosconi, propôs ao Presidente da República, o velho líder radical Hipólito Yrigoyen, a construção de refinarias pela empresa estatal. Mosconi, anos antes, comandara uma base das primeiras unidades da aviação militar da Argentina. Um dia os aviões não puderam decolar, por falta de combustível: o governo atrasara o pagamento e o vendedor sustara o fornecimento. Mosconi, alarmado, passou a estudar a questão do petróleo e afinal foi chamado para a diretoria da YPF. Assim que a primeira refinaria entrou em funcionamento, a YPF conseguiu baixar o preço da gasolina, dos 30 centavos de dólar fixados pela Standard Oil para 20 centavos – uma redução substancial. Só a refinaria de La Plata, que custara 24 milhões de pesos, permitiria à Argentina, até 1935, economias de mais de 400 milhões.

Em 1930, Yrigoyen foi derrubado, no golpe de Estado direitista do general José Félix Uriburu, no momento em que negociava com o governo da União Soviética a compra de gasolina a 12 centavos o litro. Um dos primeiros atos do governo Uriburu foi romper relações comerciais com a União Soviética e evitar esse contrato.

O Uruguai, que não produzia petróleo algum, montara também um parque

de refino e já refinava mais de metade de seu petróleo importado.

É claro que as multinacionais reagiram. Não no Uruguai, mercado muito pequeno. Na Argentina, em 1935, elas associaram-se a grupos locais e importaram grande quantidade de petróleo bruto, que passaram a vender a preços abaixo da tabela e com grandes comissões aos intermediários. Era uma operação de dumping, para liquidar a YPF. O Presidente da República já não era o general Uriburu, mas o general Agustin P. Justo, eleito com o apoio dos radicais e até dos socialistas, mas que não tinha força suficiente para resistir ao cerco sem concessões.

O governo, para não permitir a liquidação da YPF, teve de autorizar a entrada das multinacionais no mercado, concorrendo com ela. O patrimônio da Standard Oil passou para o governo por cerca de 100 milhões de dólares e foi transferido à Shell, que daí em diante dividiria seus lucros com o governo. O acordo previa também que a Shell deixaria o mercado brasileiro livre para a Standard Oil.⁵¹

Getúlio sabia bem da situação da Argentina, tornara-se amigo do Presidente Justo, a quem conhecera em janeiro, na inauguração da ponte Uruguiana-Paso de los Libres, e concluía que na questão do petróleo só poderia agir com audácia se agisse com inteligência – e que também não seria inteligente agir sem audácia. Esse caminhar sobre o fio de uma navalha ficaria mais claro nos episódios seguintes da luta contra a Itabira Iron e pela criação da indústria siderúrgica no Brasil – mas hoje ele parece claro também na questão do petróleo.

O governo brasileiro já tinha a seu favor os dispositivos da Constituição de 1937 que faziam depender de autorização do governo federal o aproveitamento dos recursos minerais e só permitiam essa autorização a brasileiros ou empresas cujos acionistas fossem todos brasileiros.

Assim, o decreto de 11 de abril, o primeiro da legislação petrolífera de 1938, repetia a norma constitucional e entrava – da mesma forma que o Código de Minas de 1934 – nos casos particulares que ela pudesse atingir. O Código de Minas anulava as enormes e irrefletidas concessões de terras suposta-

⁵¹ Idem, p. 132.

mente petrolíferas de antes de 1930. O decreto de 11 de abril de 1938 fazia a mesma coisa, mas com maior competência jurídica, ao dizer – e aqui temos de traduzir o rigor da linguagem legal para a clareza da linguagem leiga – que a lei não reconhecia o domínio de particulares, isto é, a propriedade privada, sobre jazidas de petróleo e gases naturais, pelo fato de não ter sido descoberta nenhuma jazida suscetível de utilização industrial ao longo de todo o período que se estendia até a decretação do Código de Minas, em julho de 1934. Até o Código de Minas, o proprietário da superfície era considerado proprietário também das riquezas do subsolo. Um parágrafo desse decreto acrescentava ficarem “de nenhum efeito os manifestos e registros de jazidas de petróleo e gases naturais que porventura hajam sido efetuados com fraude da lei”.

O decreto desapropriava sem indenização todos os latifúndios subterrâneos que os grandes grupos multinacionais da indústria petrolífera vinham acumulando – acumulação realizada, mais frequentemente, por meio de concessões como aquelas do Amazonas, de antes de 1930, que retalhara esse Estado, o maior do Brasil, mais extenso que a maioria dos países do mundo, em seis concessões, quatro das quais ao mesmo grupo norte-americano. Mas também consumada, tal acumulação, por meio de acordos, sacramentados por escrituras, entre os proprietários da superfície e empresas petrolíferas interessadas apenas no subsolo e seus recursos minerais.

O decreto de 11 de abril de 1938 deve seu texto final, assim com os demais desse ano sobre a questão do petróleo, ao talento jurídico e político do então Ministro da Justiça Francisco Campos. Conhecido já nessa época, no irresistível humor dos mineiros, como “Chico Ciência”, hoje só nos lembramos de Francisco Campos no papel de autor da Constituição autoritária de 1937 (e do que ela tinha de pior) e de autor também, quase trinta anos depois, do primeiro Ato Institucional do ciclo de governos militares iniciado em 1964 pelo golpe contra o Presidente João Goulart.

É preciso, porém, deixar registrado o que o Brasil, apesar de tudo, deve ao Ministro Francisco Campos pela competência dos decretos de 1938 sobre petróleo. E deixar registrado, também, que em 1926, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, fora ele o relator do caso da Itabira Iron e

autor do parecer, aprovado com o voto do então deputado Getúlio Vargas, que deu início à luta pela derrubada das concessões a esse grupo de poderosos aventureiros internacionais e pela construção da indústria siderúrgica no Brasil.

O decreto de 11 de abril liquidava antecipadamente qualquer alegação de direito adquirido que viesse a ser apresentada contra as suas disposições.

Assim, eram tornados nulos os contratos assinados entre os Grupos Shell e Standard Oil e vários proprietários de terras nas áreas de São Paulo e Paraná. Segundo diria o General Horta Barbosa, o objetivo da Standard Oil e da Shell era, “à sombra de nossa legislação anterior ao Código de Minas, apossar-se das terras supostamente petrolíferas, impedindo, de fato, toda e qualquer possibilidade de pesquisa”.

Mal os escritórios de advocacia e consultoria contratados pelos grandes grupos multinacionais começavam a situar-se diante dessas anulações, mais amplas que a mais atrevida reforma agrária, e o Presidente Getúlio Vargas, no dia 29 de abril, assinou o decreto (nº. 395) que nacionalizava também a indústria do refino de petróleo.

Até então, as medidas de defesa do petróleo brasileiro poderiam ser consideradas reações poéticas do governo da Revolução de 30 e do governo constitucional de 1934: anular concessões anteriores, concentrar no governo federal o poder de deferir novas concessões, separar a propriedade da superfície da propriedade do subsolo – tudo isso poderia ser contornado pelo poder maior, o poder econômico de quem controla o refino do petróleo e, controlando o refino, controlará todo o mercado.

Agora, porém, com o decreto de 29 de abril, o governo brasileiro intervinha também na fração mais rica da indústria petrolífera – o setor da refinação. Até então, qualquer empresa poderia construir e operar refinarias de petróleo no Brasil. Nenhuma se interessara por isso, embora, vizinhos do Brasil, a Argentina tivesse montado o parque de refino que lhe economizava e já dava tanto dinheiro e o Uruguai refinasse mais de metade de seu consumo de petróleo. Agora, por esse decreto, só poderiam operar no Brasil refinarias de capital social constituído exclusivamente por brasileiros natos, titulares de ações nominativas. Além disso, a direção e a gerência das empresas refinadoras teri-

am de ser confiadas exclusivamente a brasileiros natos.

O decreto, refletindo as conclusões e preocupações dos Generais Horta Barbosa e Ibá Jobim Meirelles, era ainda mais rigoroso que o de 11 de abril, que não exigia brasileiros natos nem como acionistas nem como diretores e gerentes das empresas. E concentrava no governo federal a competência exclusiva de autorizar a instalação de qualquer refinaria ou depósito, assim como de limitar a capacidade de produção e a natureza e qualidade dos produtos refinados. E declarava de competência exclusiva do governo federal o poder de autorizar, regular e controlar a importação, a exportação e o transporte de petróleo e seus derivados – aí incluídos a construção de oleodutos e a distribuição e o comércio do petróleo.

Embora nada fosse estatizado ou monopolizado, o decreto submetia o conjunto da indústria e do comércio de petróleo e seus derivados ao governo federal – o que não era novidade nem extravagância, porque todos os países, sabendo-se às vésperas de uma guerra de escala sem precedentes, tratavam de proteger-se com medidas semelhantes.

Dois setores altamente lucrativos mas não estratégicos do ciclo da economia petrolífera, também sujeitos ao controle do governo federal, foram deixados, na prática, em poder das multinacionais – a distribuição e o varejo. Com isso ficavam amaciadas as resistências desses grupos, que, de fato, preferiram os lucros imediatos da nova situação aos riscos da resistência e da luta pelo domínio do refino e, em seguida, da extração do petróleo bruto.

Também pelo decreto de 29 de abril foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, mas este só passou a ter existência e poderes efetivos por outro decreto, de julho (nº. 538) que lhe dava poderes para opinar sobre a conveniência da outorga de autorização de pesquisa e concessões de lavra de jazidas de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas.

Em geral, o conjunto de decretos de 1938 sobre o petróleo é tratado como se tivesse havido apenas um, o de criação do Conselho Nacional do Petróleo, CNP, sendo tudo mais consequência disso. É claro que, no início, o CNP parecia ser mais importante que os atos de nacionalização das reservas petrolíferas do país. O CNP foi o órgão capaz de fazer valer tudo o que tinha sido

disposto nos decretos anteriores. O CNP foi o antecessor da Petrobrás e, mesmo depois do surgimento desta, desempenhou ainda por muitos anos um papel normativo de enorme importância.

(No arrastão neoliberal da década de 1990, o CNP foi substituído pela Agência Nacional de Petróleo, ANP. Na prática, a tarefa da ANP não era defender os interesses nacionais na questão do petróleo, mas conceder a grupos estrangeiros áreas nas quais a Petrobrás tinha verificado a existência de possibilidades de extração de boas e lucrativas quantidades de petróleo).

Um terceiro decreto, de dezembro de 1938, declarava depender do governo federal a autorização para o funcionamento de empresas destinadas ao aproveitamento de recursos minerais: só seriam autorizadas empresas constituídas exclusivamente de acionistas brasileiros. Esse decreto referia-se a recursos minerais em geral – o petróleo e os outros. Porque a luta não era apenas pelo petróleo. Era também, e prioritariamente nesse momento, pelo ferro e pelo aço.

Com base nos decretos de abril, foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Petróleo o general Horta Barbosa, que definira e defendera, como prioridade de um projeto de indústria petrolífera, a montagem de um parque de refino, modelo adotado nos decretos de 1938. O Conselho era constituído de representantes dos Ministérios da Guerra, Marinha, Agricultura e Viação e Obras Públicas e de organizações representativas da indústria e do comércio.

Ainda em 1938, o General Horta Barbosa visitou a Argentina e o Uruguai, para observar os progressos da indústria petrolífera nos dois países – cuja prioridade continuava a ser um conjunto de refinarias. De volta ao Brasil, Horta Barbosa idealizou um plano para a indústria da refinação, baseado na construção de uma refinaria para 10 mil barris diários, no Rio. Essa refinaria utilizaria petróleo importado e seu lucro líquido seria empregado na intensificação da pesquisa.⁵²

A Segunda Guerra Mundial, deflagrada em setembro de 1939, retardou esse projeto. Em 1945, porém, o Presidente Getúlio Vargas planejava aplicar na construção das primeiras refinarias brasileiras de petróleo o saldo comerci-

⁵² Idem, *ibidem*.

al que o Brasil acumulara ao longo da guerra – de 700 a 800 milhões de dólares em valores da época, alguns bilhões em dinheiro de hoje. Vargas, porém, foi deposto em outubro, cinco meses depois da rendição da Alemanha, seis meses depois da morte de Franklin Delano Roosevelt. Talvez para não ter a possibilidade de fazer isso...

O LEVANTE INTEGRALISTA E A EXPULSÃO DO EMBAIXADOR DA ALEMANHA

No mesmo mês de abril de 1938 em que assinaria os decretos de nacionalização da indústria petrolífera, Getúlio teve de enfrentar os protestos da diplomacia alemã. A Alemanha de Hitler podia gostar das medidas econômicas nacionalistas contra os grandes consórcios petrolíferos ligados aos Estados Unidos e à Inglaterra, mas não das medidas nacionalistas de natureza cultural contra a infiltração nazista no sul do Brasil.

O embaixador Ritter protestou, agora por instruções de Berlim, contra a proibição do Partido Nazista no Brasil. O protesto, escrito, alegava que o Partido Nazista, ao contrário dos partidos parlamentares de outros países, era um partido estatal, ao qual se confiavam tarefas oficiais. Por isso a proibição atingiria um órgão do governo da Alemanha. Esse novo protesto foi apresentado a 10 de maio de 38. Na madrugada seguinte houve o levante armado dos integralistas, que cercaram o Palácio Guanabara para prender ou assassinar o Presidente Vargas.

Dominado o levante e presos os participantes diretos, os documentos apreendidos e o depoimento dos detidos levaram a outras prisões – inclusive de alemães envolvidos.

Ritter, já no dia 12, comunica a Berlim:

– Não houve surpresa para o observador das condições locais. Essa é a segunda revolta que tem de ser sufocada com derramamento de sangue, desde que a ditadura do Presidente teve início a 10 de novembro do ano passado. (O embaixador exagerou: um primeiro levante integralista, a 10 ou 11 de março, não chegou a começar, foi abafado antes, sem derramamento de sangue...)

– Desta vez chegou mesmo a ser feita uma tentativa para prender o próprio Presidente. Ele e sua família, inclusive as mulheres, tiveram de se defender com revólver em punho. Esses incidentes confirmam, uma vez mais, a impopularidade do regime atual, desde que o Chefe de Estado rompeu sua palavra com o Partido Integralista. Somente se se estabelecer um controle militar sobre todo o país será possível manter o regime no poder. Esperam-se novas revoltas no futuro.

– Em vista da atitude inamistosa do governo para com os interesses alemães no Brasil, tomo a liberdade de sugerir que a essa insurreição seja dado um tratamento sensacional na imprensa alemã e, se possível, também na imprensa de outros países europeus. Isso faria que o atual governo percebesse aqui que pode tornar-se impraticável para ele continuar a mostrar tão pouca compreensão pelos interesses alemães, como vem fazendo até agora...⁵³

Em fins de junho, suicida-se na prisão um dos alemães presos. Chamava-se Kopp e, nascido no Brasil, sua nacionalidade oficial era a brasileira. Para a Alemanha, para a embaixada alemã e para ele próprio, Kopp era um *volksdeutscher*, um alemão longe da Alemanha, e mantinha estreita ligação com o Adido Cultural, Von Cossel, que se apresentava como presidente do Partido Nazista do Brasil. A 29 de junho, Ritter envia novo relatório a Berlim e reconhece que as ligações pessoais de Kopp eram particularmente íntimas com os responsáveis pelos assuntos culturais na embaixada e no partido. Outro alemão preso, Horn, revelou que algum tempo antes Kopp lhe mostrara dois documentos. Um deles era o plano para uma nova revolta integralista, que seria deflagrada proximamente nos Estados do Sul... Como temia o governo dos Estados Unidos.

Em agosto, Ritter foi à Alemanha, para estar presente à convenção anual do Partido Nazista. Aranha aproveitou a oportunidade e deu instruções ao embaixador do Brasil em Berlim, Moniz de Aragão, para manifestar à chance-

⁵³ O III Reich e o Brasil (Documentos autênticos capturados na Segunda Guerra Mundial), 1968, pp. 47 e 48. Também em Hélio Silva, 1938 – Terrorismo em Campo Verde, vol. X de “O Ciclo de Vargas”, pp. 264 e 265.

laria alemã o desejo do governo brasileiro de que Ritter fosse retirado da embaixada no Rio. Não tendo sido atendida essa “sugestão”, o governo brasileiro expulsou Ritter, declarando-o *persona non grata*. Em represália o Secretário de Estado Ernst von Weizsacker exigiu a saída de Moniz de Aragão de Berlim.

Assim, em outubro de 1938, o Brasil foi o primeiro do continente americano, bem antes, até, dos Estados Unidos, a romper com a Alemanha nazista e enfrentar Hitler. Por isso, o Marechal Cordeiro de Farias diria em suas memórias:

– Declarei minha guerra à Alemanha em 1938, antes, portanto, do início da Segunda Guerra Mundial.⁵⁴

Cordeiro de Farias só pode declarar sua guerra à Alemanha porque Getúlio Vargas o nomeara, com essa missão, Interventor no Rio Grande do Sul.

Enquanto isso, a Inglaterra e a França confraternizavam com Hitler e, pelo Acordo de Munique, autorizaram-no a invadir e retalhar a Tchecoslováquia, onde, mais que espaço vital para outros *volksdeutscher*, o Terceiro Reich encontraria urânio para seu programa nuclear: urânio que passou a ser negado a esses aliados e aos Estados Unidos e que os Estados Unidos viriam procurar no Brasil, como veremos adiante.

O próprio Roosevelt não estava nesse momento em maus termos com Hitler e dirigiu a este um apelo dramático em favor da paz. Getúlio, que enfrentava no Brasil a ação da diplomacia alemã e do Partido Nazista, comentou com seu secretário particular Luís Vergara:

– Em lugar de gastar palavras, seria melhor cuidar logo de ir preparando os Estados Unidos para a guerra.⁵⁵

Getúlio, de sua parte, tentava preparar o Brasil para a tempestade que via pela frente. As Forças Armadas estavam completamente desaparelhadas, não só para ações ofensivas, como para uma simples presença defensiva. O levante integralista de maio de 38 confirmara o receio de novas ações no sul do

⁵⁴ Aspásia Camargo e Walder de Gois, *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*, p. 273.

⁵⁵ Luís Vergara, *Eu fui secretário de Getúlio Vargas*, p. 167.

Brasil, em articulação com as organizações dos *volksdeutscher* (que em muitos casos se militarizavam e armavam sob a cobertura de entidades esportivas juvenis e clubes de caça e pesca) e com grupos civis e militares de extrema direita na Argentina e no Uruguai. O levante de maio confirmara também o envolvimento de militares brasileiros – até generais e almirantes – com a conspiração integralista.

A situação na Argentina era inquietante. Em setembro de 1930, dias antes do início da Revolução de Outubro no Brasil, o Presidente da Argentina, o velho líder radical Hypólito Yrigoyen, tinha sido deposto num golpe de Estado sob a liderança do general Uriburu, de indiscutível inclinação fascista. Em 31, Uriburu teve de convocar eleições e o vencedor foi o General Agustin Pedro Justo, com o apoio de correntes radicais e até socialistas. Justo e Getúlio tornaram-se amigos e até 1937, quando terminou o mandato de Justo, o Brasil nada teria a temer de parte do governo argentino. Mas o novo Presidente, Roberto Ortiz, civil, era fraco politicamente e estava ainda mais fraco de saúde. A expectativa de sua renúncia ou mesmo de sua morte excitou o apetite de grupos militares e civis de índole fascista.

Enquanto a guerra não vinha, porque Hitler ia arrebatando no grito o que queria, e com a cumplicidade dos governos da França e da Inglaterra; e enquanto, por isso, não se erguiam barreiras políticas ao comércio internacional, Getúlio procurava comprar armas onde as encontrasse disponíveis. Em plena crise dos protestos alemães contra suas medidas antinazistas, a Casa Krupp fechou um acordo para fornecer equipamento bélico ao Brasil. Isso, porém, não deteve Getúlio na hora de expulsar o embaixador Ritter. Em função dos interesses a longo prazo da economia brasileira, Getúlio, nesse mesmo ano de 38, intensificou as tentativas de levantar financiamento para a implantação da grande siderurgia no Brasil e nacionalizou a indústria petrolífera. Mas era preciso, a curtíssimo prazo, reaparelhar o Exército e a Marinha e desenvolver a aviação militar. Assim como negociara com a Krupp, Getúlio negociou com os Estados Unidos.

JORRA PETRÓLEO EM LOBATO

Em janeiro de 1939, a história do Brasil mudaria de curso em consequência daquilo que na hora poderia ter parecido aos menos informados um acontecimento secundário. Um pequeno acontecimento no lugar chamado Lobato, no Recôncavo Baiano, perto de Salvador.

Essa história foi reconstituída pelo depoimento de um dos pioneiros da pesquisa de petróleo no Brasil, Oscar Cordeiro, a outro pioneiro, o mais discutido deles, o escritor Monteiro Lobato.

– Em dezembro [de 1938], os testemunhos já começavam a dar sinais de impregnação de petróleo, segundo as análises do dr. Fróes de Abreu, um homem de bem naquela quadrilha. Aqueles sinais de petróleo próximo agitaram o Departamento. Mandaram para Lobato o engenheiro Custódio Braga e logo depois... Moacir da Rocha... Desconfiei de alguma ursada – e foi o que não tardou. Certos, no Departamento Mineral, de que o petróleo do Lobato saía mesmo, o pirotécnico do Departamento, Luciano Jacques de Moraes oficiou ao Conselho Nacional do Petróleo, sugerindo a conveniência da paralisação da perfuração do Lobato... Gritei, berrei, espernee e continuei nos trabalhos da perfuração, mas parece que vieram ordens para me afastar... Resisti a tudo e fiquei, mais atento que nunca.

– No dia 20 de janeiro entramos numa camada de arenito bastante impregnada de petróleo. Custódio, Moacir e Miranda (José Miranda, outro técnico) costumavam ficar na cidade; quem dirigia o serviço era o perfurador Ernesto, apenas. Arquitetei um plano. Dei jeito de um velho operário amigo de Ernesto convidá-lo a passar o domingo fora. No dia 21, sábado, ele fechou o serviço ao meio-dia e foi para casa. Fiquei sozinho no campo, alegre, ansioso, satisfeito, torcendo por dentro para que não me aparecesse nenhum sabotador. O último testemunho retirado do poço mostrava-se impregnadíssimo, mas Ernesto, que nunca vira petróleo, não dera atenção. No dia 22, domingo, fui cedíssimo para Lobato e tive a mais formidável sensação de minha vida.

– O petróleo manava da boca do poço e corria pelo chão, rumo ao leito da estrada de ferro. Voltei correndo para casa. Mande telegramas para Getúlio,

Horta Barbosa, Fróes e outros, menos a Fernando Costa, que era Ministro novo [da Agricultura] e cujas ideias sobre petróleo eu desconhecia. Segunda-feira o Interventor [Artur Neiva] foi com uma comitiva visitar o Lobato. Fui com eles e encontrei o Braga e seus companheiros desapontadíssimos com o desastre de um petróleo que eles tinham ordens para sabotar e que saíra na ausência deles, de noite... Encontramos a boca do poço obstruída e o petróleo que havia escorrido rumo ao leito da estrada de ferro fora oculto por uma camada de areia. “Então, o que há?”, foi a pergunta de todos. E eles, com caras criminosas: “Não há nada”.

– Mas os presentes insistiram na retirada dos tampos que obstruíam o poço. Braga alegou que era trabalho demorado, de horas. O Interventor disse que esperaria – e o sabotador não teve mais remédio, foi obrigado a dar ordens aos operários. Removidos de pronto os embaraços, a sensação dos presentes foi prodigiosa, ao verem o petróleo do Brasil borbotar daquele poço. Estava acabada a lenda do não há petróleo no Brasil. O prêmio que tive foi o decreto do Sr. Getúlio Vargas nacionalizando as minas de Lobato, sem a menor indenização. Fui corrido de Lobato, fui expulso do meu campo. E como não encontrasse fundamento para me submeter ao Tribunal de Segurança, o governo demitiu-me da presidência da Bolsa de Mercadorias, instituição por mim fundada e da qual fui presidente por 12 anos.⁵⁶

Oscar Cordeiro acreditava-se vítima de uma conspiração de funcionários corruptos, pagos pelas multinacionais para impedir, de qualquer maneira, que se descobrisse petróleo no Brasil. Essa conspiração certamente existira e ainda existia, mas nesse momento havia um fato novo ou um conjunto de fatos novos, resultantes dos decretos sobre petróleo de 1938.

Se o noticiário dos jornais não fosse suficiente, o governo disporia pouco depois do testemunho do engenheiro Fróes de Abreu, um de seus técnicos mais respeitados.

– O engenheiro Fróes de Abreu também estivera em Lobato e voltara de lá convicto: era petróleo, sim. Ia dizer isso em seu discurso de posse na Acade-

⁵⁶ Edson de Carvalho, *O drama da descoberta do petróleo brasileiro*, pp. 374 a 376.

mia de Ciências, no Rio, diante dos então donos da geologia brasileira. Mas os doutores da academia, à afirmação de Fróes de Abreu de que o petróleo era uma realidade no Recôncavo Baiano, franziram a cara e sorriram irônicos, como se o novo acadêmico estivesse dizendo uma heresia. Fróes insistiu na leitura de seu discurso e foi o tumulto. Um dos doutores, mais inflamado, chegou a gritar que só um doido ou um ignorante poderia acreditar na balela do petróleo baiano. Fróes dobrou as laudas, deixou a tribuna, indignado e derrotado.⁵⁷

A notícia do jorro de petróleo, negro e forte, no primeiro poço de Lobato, fora publicada nos jornais de 21 de janeiro – acrescida de um detalhe significativo: o lençol petrolífero fora encontrado a apenas 210 metros de profundidade.

O governo não só não ignorou a notícia como providenciou a continuidade do trabalho em Lobato. Já a 8 de fevereiro, porém, um decreto do Presidente Vargas, atendendo a ponderações dos órgãos de segurança nacional, declarou reserva petrolífera a área do Recôncavo, na Bahia, tendo como centro o poço nº. 163, situado em Lobato, nos arredores de Salvador, dentro da qual não seriam outorgadas autorizações de pesquisa nem concessões de lavra de jazidas de petróleo e gases naturais.⁵⁸

Oscar Cordeiro protestou, mas sua luta nesse momento não era mais com multinacionais corruptoras e funcionários brasileiros corruptos. Pelos decretos sobre petróleo de 1938, o governo tinha de tomar conta do poço de Lobato, especialmente depois de seus resultados positivos.

Da mesma forma que a autorização a Oscar Cordeiro, foram canceladas as de Edson de Carvalho em Riacho Doce (onde afinal não se encontrou petróleo), as de Monteiro Lobato em São Paulo e Mato Grosso (igualmente frustradas) e também as do industrial Guilherme Guinle, no Recôncavo.

Os decretos de 1938 não estatizavam, apenas nacionalizavam a indústria do petróleo no Brasil.

⁵⁷ Lourival Coutinho e Joel Silveira, *O Petróleo Brasileiro, Traição e Vitória*, pp. X e XI.

⁵⁸ Mário Victor, *A Batalha do Petróleo Brasileiro*, p. 101.

– Mas o governo, claramente – escreve Mário Victor – não queria correr o menor risco, mesmo com pioneiros como Oscar Cordeiro, de permitir a entrada clandestina dos grandes consórcios internacionais na pesquisa, extração ou refinação de petróleo: eles ficariam confinados às etapas, altamente lucrativas e sem qualquer risco, da distribuição e do varejo de derivados de petróleo.⁵⁹

Além do mais, seria inútil correr com a perfuração de poços de petróleo em Lobato antes de construir refinarias. O petróleo bruto extraído no Brasil teria de ser entregue às multinacionais, para refiná-lo fora do Brasil. Se voltasse, sob a forma de derivados, pagaríamos por ele em dólar, aos preços impostos pelas multinacionais.

VITÓRIA FINAL CONTRA FARQUHAR

O grupo Farquhar/Itabira era forte no Brasil e permanecia forte, politicamente, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Getúlio teve de manobrar e esperar. Em 1939, às vésperas da guerra, numa situação em que tanto os Estados Unidos quanto a Inglaterra precisariam muito do apoio e de recursos estratégicos do Brasil, Getúlio conseguiu, graças a Roosevelt e suas gestões junto ao governo britânico, anular definitivamente as concessões da Itabira e criar, para a exploração e exportação do minério de ferro de Minas Gerais, a Companhia Vale do Rio Doce.

Se houvesse, nos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, a menor suspeita de que o Brasil de Getúlio Vargas poderia apoiar Hitler naquela que seria a Segunda Guerra Mundial, nem Roosevelt se empenharia, nem o governo britânico cederia reservas estratégicas que estavam em poder de um grupo multinacional com raízes na Inglaterra.

A criação da Vale foi quase simultânea à da Companhia Siderúrgica Nacional, que construiu e operou a primeira grande siderúrgica brasileira, a Usina de Volta Redonda.

⁵⁹ Idem, *ibidem*.

CAPÍTULO 9

1939

ROOSEVELT RECEBE GOIS MONTEIRO NA CASA BRANCA **GETÚLIO APOIA OS ESTADOS UNIDOS ANTES MESMO DA GUERRA**

QUASE TRÊS MESES ANTES DO INÍCIO DA GUERRA NA EUROPA, O BRASIL COMEÇOU A NEGOCIAR A CESSÃO AOS ESTADOS UNIDOS DE BASES NO NORDESTE E EM FERNANDO DE NORONHA. O ACORDO COM O GOVERNO BRASILEIRO SERIA TEORICAMENTE UM ACORDO DESTINADO A DEFENDER O BRASIL. MAS ELE NA VERDADE SE DESTINARIA A DEFENDER OS ESTADOS UNIDOS.

Em maio de 1939, desembarcou no Rio, à frente de uma primeira missão militar norte-americana, o General George C. Marshall, Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos. Marshall verificou pessoalmente a que ponto chegava o desaparelhamento das forças militares brasileiras e voltou impressionado. Tanto que levou em sua companhia para os Estados Unidos, a bordo do cruzador Nashville, outra missão militar, esta brasileira e chefiada pelo general Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército. Quase ao mesmo tempo vinha ao Rio novo grupo norte-americano – a missão técnica enviada pela United States Steel, para avaliar o projeto da indústria siderúrgica.

Getúlio foi acusado de praticar, a partir daí, um jogo duplo, de falsidades, fazendo promessas de apoio ora aos Estados Unidos, ora à Alemanha. Não é verdade. Getúlio, com os Estados Unidos, teve entendimentos comerciais, diplomáticos e políticos. Com a Alemanha, teve entendimentos comerciais e diplomáticos – políticos não.

A 1º. de junho, quando o General Marshall ainda estava no Brasil, a Alemanha de Hitler engoliu o orgulho ferido pela expulsão de Ritter, oito meses antes, e mandou novo embaixador ao Rio, Kurt Prufer. A Alemanha continua-

va a necessitar de café, algodão e outros produtos brasileiros e pretendia comprá-los, embora não houvesse qualquer dúvida de que o entendimento político do governo brasileiro era com os Estados Unidos.

A 22 de junho de 1939, menos de três meses antes da eclosão da guerra na Europa, o General Gois Monteiro foi recebido com um almoço na Casa Branca pelo Presidente Roosevelt. Esse encontro, que imediatamente Gois comunicou por carta a Getúlio, marcaria o início de um dos mais decisivos acordos políticos e militares da Segunda Guerra Mundial.

– Com expressões muito afáveis – escreveu Gois – [Roosevelt] referiu-se à visita que fez ao Brasil e disse então que o senhor deve aos Estados Unidos uma visita que ele espera se realizar o mais breve possível... No decurso de sua conversação, chamou-me particularmente atenção a grande importância que ele empresta às ilhas de Fernando de Noronha e à região do cabo de São Roque (no litoral do Rio Grande do Norte) e a afirmação de que os alemães pretendem bases navais e aéreas nas costas ocidentais da África (Canárias-Cabo Verde) com a cumplicidade da Espanha, e dali darem um salto mais, nas costas da Colômbia, Venezuela e Brasil.⁶⁰

Apesar de vagas referências de Hitler, em 1933, a uma futura Alemanha Austral, em regiões do sul do Brasil, estendendo-se pela Argentina e talvez pelo Uruguai, pode ser que ele não tivesse, em 1939, e mesmo depois, ao longo da guerra, “ambições” territoriais no Brasil.

Essa é a opinião do brasilianista Stanley Hilton, em seu livro *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*.⁶¹ É pouco provável, porém, que Hitler não tivesse ambições territoriais no Brasil. Com quase um milhão de “alemães” (volksdeutscher) no sul do país, pelos cálculos do governo do Reich e do Partido Nazista (embora fossem, na maior parte, brasileiros, filhos e até netos de imigrantes alemães), ele se sentiria prazerosamente obrigado a incorporá-los a seu império.

É fora de dúvida, no entanto, que Hitler pretendia saltar sobre as costas do

⁶⁰ Hélio Silva, 1939 – Véspera de Guerra, vol. XI de “O Ciclo de Vargas”, p. 150.

⁶¹ Stanley Hilton, *A Guerra Secreta de Hitler no Brasil*, pp. 15 e 16.

Brasil, a partir de bases nas Canárias, em Cabo Verde e no litoral da África, no mínimo para estabelecer em território brasileiro bases das quais pudesse saltar para outros objetivos. Evidentemente, objetivos nos Estados Unidos.

Com esse almoço de Gois Monteiro na Casa Branca, quase três meses antes do início da guerra na Europa, o Brasil começou a negociar a cessão aos Estados Unidos de bases no Nordeste e em Fernando de Noronha. Roosevelt, habilíssimo, limitou-se a mencionar a hipótese do salto alemão nas costas do Brasil – assim o acordo com o governo brasileiro seria teoricamente um acordo destinado a defender o Brasil. Mas ele na verdade se destinaria a defender os Estados Unidos e na prática serviu também para que os Estados Unidos iniciassem uma ofensiva contra Hitler.

As bases do Nordeste brasileiro foram o “Trampolim da Vitória” que possibilitou o salto oposto ao pretendido por Hitler: em vez de a Luftwaffe saltar sobre as costas do Brasil, para daí atacar os Estados Unidos, foi a Força Aérea dos Estados Unidos que saltou para bases brasileiras e destas para o território africano e daí para a invasão da Sicília e do resto da Itália – ou seja, para a entrada dos Aliados na chamada Fortaleza Europa, a Europa dominada por Hitler, do Mar Báltico, em seu extremo norte, ao Mediterrâneo, no Sul, e do litoral da França, da Bélgica e da Holanda, no Atlântico, aos montes Urais, já na Rússia. Sem a invasão da Sicília e do resto da Itália pelos Aliados, com o concurso das bases brasileiras, teria sido muito mais difícil e demorada a invasão da Normandia, na França, que até hoje é vista como o começo do fim de Hitler. (De outro ponto de vista, esse começo do fim pode ter ocorrido na derrota alemã em Stalingrado, na então União Soviética, em 1943, antes do desembarque na Normandia.)

Depois do encontro com Roosevelt, Gois Monteiro teve outra conversa importantíssima, a 10 de julho, pouco mais de um mês antes da guerra, com o Subsecretário de Estado Sumner Welles e com os principais senadores e deputados das comissões de Orçamento e Defesa do Congresso dos Estados Unidos, tanto democratas (partido de Roosevelt) como republicanos (da oposição).

– [Propuseram] – telegrafou Gois ao general Eurico Dutra, Ministro da Guerra – todo auxílio material ao Brasil, solicitando apenas [que] o Brasil

forneça todo o manganês e outras matérias-primas necessárias à sua preparação urgente, em troca de material bélico.⁶²

De volta ao Brasil no início de agosto, Gois Monteiro escreve ao general Marshall uma carta que mostra como o governo brasileiro situava-se inequivocamente contra a Alemanha e a favor dos Estados Unidos. Estávamos a menos de um mês do início da guerra, e ainda a mais de dois anos da entrada dos Estados Unidos nela, o que só aconteceria em dezembro de 1941, em seguida ao ataque japonês a Pearl Harbour. E já estávamos apoiando os Estados Unidos contra a Alemanha de Hitler!

– O Brasil – escreveu o General Gois – prosseguirá na organização de suas forças militares com a brevidade que lhe permitirem seus recursos econômicos... tendo em vista o interesse comum da defesa dos nossos países, particularmente no que diga respeito à liberdade de comunicações marítimas e domínio aéreo do Atlântico Sul. Tendo sempre em conta o emprego mais provável de seus meios, o Brasil procurará organizá-los de acordo com as ideias seguintes: a) centro de gravidade de suas forças na parte meridional do país, em caso de mobilização e concentração; b) preparação da defesa do litoral em combinação com a missão militar americana... c) preparação de bases aéreas do Nordeste do país, de acordo com as nossas conversações, abrangendo os portos acessíveis a desembarques e a ilha de Fernando de Noronha...

Havia o receio de levantes pró-Alemanha no sul, com a ajuda de integralistas, de alemães étnicos e de agentes nazistas; e de conflitos com a Argentina ou de ações pró-nazistas a partir de território argentino. Por isso, Gois Monteiro acrescentava, na carta ao General Marshall:

– Se o Brasil for envolvido em conflito armado ou se apresentar a iminência desse conflito, sua posição geográfica e sua situação no concerto dos países sul-americanos exigem preventivamente a concentração de suas forças principais no setor sul, à condição de que fiquem garantidas as comunicações marítimas e a integridade do Nordeste – e para esse fim as Forças Aéreas e Navais dos Estados Unidos poderão utilizar-se das bases construídas pelo Brasil nos

⁶² Hélio Silva, 1939..., p. 154.

pontos mais convenientes, muito particularmente em Natal e Fernando de Noronha... Seria também conveniente receber vossas esclarecidas sugestões acerca do fornecimento de manganês aos Estados Unidos e bem assim sobre os processos de troca desse minério. Na primeira conversa que tive com o Presidente Vargas, este me declarou que julgava conveniente a minha ida à Europa, para atender aos convites de vários países, anteriormente aceitos, mesmo o da Alemanha, nação a que estamos presos por importantes encomendas de material bélico... Certamente essa viagem poderá produzir estranheza em certos círculos políticos, mas podeis ficar tranquilo que absolutamente não trarão essas visitas nenhuma consequência de natureza política, e nada será ventilado capaz de modificar ou influir sobre o que ficou assentado entre nós.⁶³

Gois acabou não indo à Alemanha, porque a 1º. de setembro os exércitos de Hitler invadiram a Polônia e começou a Segunda Guerra Mundial. Nada, a rigor, desaconselharia a viagem de Gois Monteiro à Alemanha mesmo depois disso. Tanto o Brasil quanto os demais países do continente americano declararam-se neutros, apoiando uma proposta dos Estados Unidos. O fato de Gois não ter ido não é levado em consideração. Se fosse, a viagem seria apontada até hoje como prova de duplicidade do Presidente Vargas.

A declaração de neutralidade dos Estados Unidos e dos outros países das Américas foi adotada por unanimidade na Cidade do Panamá, na primeira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Américas, instalada a 23 de setembro. É possível que Roosevelt desejasse, já então, evitar a neutralidade e tomar contra a Alemanha o partido da Inglaterra, da França e da Polônia invadida. Se isso acontecesse, o Brasil já estava praticamente comprometido a apoiar os Estados Unidos. Roosevelt, porém, por mais apoio que tivesse em países como o Brasil, não tinha apoio dentro dos Estados Unidos para entrar desde logo na guerra.

A Alemanha, é claro, gostou da declaração de neutralidade e procurou tornar-se simpática. O embaixador do Brasil em Berlim, Ciro de Freitas Valle,

⁶³ Idem, pp. 155 a 158.

foi informado, ainda nos dias da Conferência do Panamá, de que o governo alemão desejava continuar o comércio com os países neutros.

A neutralidade tornou-se atitude coletiva e unânime dos países do continente americano no encerramento da Reunião de Consulta interamericana a 3 de outubro. Neutralidade, porém, não é cegueira nem compromisso de cruzar os braços. O fato de se terem declarado neutros e assinado os documentos da reunião de Consulta não poderia impedir que os Estados Unidos e o Brasil continuassem e, agora, acelerassem os entendimentos iniciados pelo General Gois Monteiro em Washington. A 5 de outubro, Marshall escreveu a Gois:

– Pela lei existente, temos autorização para vender a um país amigo qualquer material excedente e não mais necessário para fins militares. Lamento que esse material seja limitado em qualidade e quantidade... A presente lei não nos permite vender armamentos novos fabricados nos arsenais do governo. O projeto que autorizava isso foi vetado na última sessão do Congresso... O plano geral de suas forças militares parece perfeito e estou satisfeito de verificar que o senhor encarou o estabelecimento de bases aéreas no Nordeste... Com referência à aquisição de manganês brasileiro pelos Estados Unidos, farei isso em correspondência posterior, depois de determinar definitivamente nossas necessidades.⁶⁴

Era um não ao pouco que o Brasil pedia em troca do muito que se dispunha a conceder. O Brasil, que poderia assumir uma posição mais neutra, dispunha-se a ceder bases no Nordeste e em Fernando de Noronha e a fornecer todo o manganês de que os Estados Unidos necessitassem. A ditadura “fascista” brasileira não dependia de leis e vetos de qualquer Congresso. Ah! que delícia de ditadura! Já os Estados Unidos...

Marshall revelou, nos dez anos seguintes, maior percepção e sensibilidade política que qualquer outro comandante militar norte-americano. Mas não era Roosevelt. Confrontado com esse problema, da impossibilidade de fornecer armas aos países dos quais os Estados Unidos precisavam – e Roosevelt não se via confrontado só com o problema do Brasil, mas especialmente com

⁶⁴ Idem, pp. 160 a 163.

o da Inglaterra asfixiada por Hitler e ameaçada de invasão – Roosevelt inventou a lei do Lend & Lease, que acabaria por revogar o não de Marshall a Gois Monteiro.

A lógica dessa lei – tão responsável pela vitória aliada quanto as bases do Nordeste e de Fernando de Noronha – foi exposta pelo próprio Roosevelt em termos que o caipira mais atrasado, o hillbilly mais folclórico das Montanhas Rochosas entenderia: se a casa do meu vizinho pega fogo, eu não preciso vender minha mangueira a ele – basta emprestar, depois ele devolve.

O APELO DE EINSTEIN E O URÂNIO DO BRASIL

Ainda em outubro de 1939, quando a vital negociação com o Brasil era embaraçada por tolices burocráticas dessa ordem (que talvez encobrissem a oposição de grupos econômicos poderosos ao apoio de Roosevelt ao projeto siderúrgico do Presidente Vargas; ou mesmo à posição antinazista de Vargas e Roosevelt), ainda em outubro Roosevelt, advertido por uma carta de Albert Einstein sobre os preparativos da Alemanha de Hitler em busca de armas atômicas, criou uma comissão consultiva sobre urânio.

Apesar de todas as alegadas inclinações nazi-fascistas do governo Vargas, o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a cooperar com Estados Unidos, contra a Alemanha de Hitler, no campo da energia nuclear.

Gois Monteiro, em julho de 1939, recebera o pedido de manganês brasileiro para os Estados Unidos. O manganês, produzido por pouquíssimos países, era um insumo fundamental da siderurgia. A participação do manganês na produção de aço é mínima, mas sem manganês não se tem aço.

O caso do urânio é parecido. Pouquíssimos países dispunham de reservas de urânio. Nos acordos de Munique com Hitler, em 1938, os governos da França e da Inglaterra tinham entregue a Hitler o destino da Tchecoslováquia. Junto com ele entregaram, talvez sem saber, as reservas de urânio desse país “distante e desconhecido”, que, segundo o então Primeiro-Ministro da Inglaterra, Neville Chamberlain, não mereceria a vida de um único soldado britânico.

Com as reservas de urânio da Tchecoslováquia em seu poder desde antes do início da guerra, Hitler só não chegou à bomba atômica antes dos Estados Unidos porque, influenciado por seus astrólogos, decidiu que isso era bobagem – e melhor seria concentrar-se na produção de armamento que não dependesse da maturação de pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico. Graças a Deus, havia astrólogos em Berlim...

Já em 1940, quando nem o Brasil nem os Estados Unidos tinham entrado na guerra, e ainda não tinham sequer rompido relações diplomáticas com a Alemanha, o Brasil estabeleceu com os Estados Unidos um primeiro programa de cooperação para a prospecção de recursos minerais. Programa pelo qual, segundo referência de uma das pesquisas mais documentadas sobre esse período, o livro *Estado Nuclear no Brasil*, de Carlos A. Girotti, “foi feito um levantamento minucioso de nossos recursos”.⁶⁵

O resultado deve ter sido animador, porque a 10 de julho de 1945, seis dias antes do teste nuclear de Alamogordo, primeira explosão de um artefato atômico, e menos de um mês antes do lançamento da bomba de Hiroxima – o Brasil assinou o que ficaria conhecido como o “Primeiro Acordo Atômico EUA-Brasil”.⁶⁶ O Brasil dispõe hoje, e sabe disso, da quinta reserva de urânio do mundo. Em 1945, essas reservas não eram conhecidas. Mas o Brasil dispunha de grandes quantidades de tório nas areias monazíticas abundantes em alguns pontos de seu litoral, especialmente na região de Guarapari, no Espírito Santo. O tório pode converter-se em urânio 234 e integrar misturas que compõem o elemento combustível de reações nucleares. Por esse primeiro acordo, de 1945, o Brasil venderia aos Estados Unidos, a preço insignificante, três a cinco mil toneladas de areias monazíticas por ano, ao longo de três anos...

Apesar do acordo sobre minerais estratégicos, o projeto siderúrgico brasileiro não andava nos Estados Unidos. No início de 1940, era evidente que

⁶⁵ Carlos A. Girotti, *Estado Nuclear no Brasil*, p. 20, citando Regina Lúcia Moraes Morel, *Ciência e Estado, a Pesquisa Científica no Brasil*.

⁶⁶ *Idem*, p. 21.

tinham malogrado negociações empreendidas, por exigência dos Estados Unidos, com a United States Steel, norte-americana e um dos maiores grupos siderúrgicos do mundo. Roosevelt queria apoiar o plano de Getúlio, mas teve de curvar-se às pressões do Congresso e da própria indústria siderúrgica dos Estados Unidos, para que o projeto brasileiro fosse entregue à iniciativa privada... norte-americana. O governo brasileiro voltou-se mais uma vez para a Alemanha, renovando contactos com a Krupp, que se dizia interessada no projeto.

A Alemanha acreditava que os Estados Unidos estavam desinteressados do negócio, e que seria importante aproveitar a oportunidade de reforçar a posição alemã no Brasil. O fato, porém, de a Alemanha estar totalmente concentrada no esforço de guerra tornava praticamente impossível qualquer colaboração. Para o Reich, portanto, tratava-se de ganhar tempo.

Já o Presidente Roosevelt estava disposto, pessoalmente, a conceder o financiamento para a construção da siderúrgica, mas defrontava-se com um impasse: a Federal Loan Administration (Administração Federal de Empréstimos) e o Departamento de Estado só concordariam se o projeto fosse entregue a uma empresa norte-americana. Nenhuma delas, porém, mostrava qualquer interesse no negócio. As conversações prosseguiram, mas, assim como as com o governo alemão, seu caráter era puramente dilatório...

Era essa a situação em maio de 1940. Apesar de tantas dificuldades no projeto siderúrgico, o Brasil tornara-se de tal maneira o parceiro confiável dos Estados Unidos na América do Sul que o Subsecretário Sumner Welles transmitiu a Carlos Martins, sucessor de Oswaldo Aranha na Embaixada do Brasil em Washington, suas preocupações e seus planos de ação relativamente ao Uruguai. Os serviços secretos norte-americanos tinham detectado sinais de um golpe em articulação em Montevideu por grupos simpatizantes do Eixo. Os Estados Unidos, por isso, e a pretexto de uma visita de cortesia, enviariam dois cruzadores leves para o Atlântico Sul, com a missão, se necessário, de bloquear o Rio da Prata. Sumner Welles pretendia aproveitar a oportunidade para que dois oficiais superiores do Estado-Maior dos Estados Unidos viessem ao Brasil discutir a instalação de bases militares dos Estados Unidos em Fernando de Noronha e no Nordeste brasileiro.

A CONEXÃO MULTINACIONAL

Nessa mesma altura de 1940, enquanto as tropas de Hitler reiniciavam a ofensiva e avançavam sobre a Dinamarca, a Noruega, a Holanda, o Luxemburgo, a Bélgica e a França, chegou a Nova York o advogado alemão dr. Gerhard Westrick, que se apresentava como simples consultor comercial encarregado de interesses privados. Na verdade sua missão era diplomática, delegada pelo Ministro do Exterior da Alemanha nazista, Joachim von Ribbentrop: convencer empresários americanos, especialmente da indústria do petróleo, a suspenderem os fornecimentos à Inglaterra, a pretexto de que esta já se encontrava na contagem regressiva da capitulação, embora ainda não invadida pela Alemanha.

Com um séquito que incluía seus filhos e a misteriosa baronesa Ingrid von Wagenheim, que também conversava com muitos empresários, oferecendo sabe-se lá o que, o dr. Westrick instalou-se no caríssimo hotel Plaza, com despesas pagas por uma das futuras Sete Irmãs do cartel petrolífero, a Texaco, que lhe pôs também à disposição um escritório em sua sede em Nova York. Os honorários e outras despesas do dr. Westrick eram pagos pela Texaco e também, possivelmente, pela ITT, a gigante americana da telefonia de longa distância. (Na Alemanha, o dr. Westrick era advogado tanto da Texaco quanto da ITT).

Entre outros empresários, o dr. Westrick e a baronesa Ingrid conversaram com Henry Ford, o maior dos fundadores e um dos maiores magnatas da indústria automobilística, cujo antissemitismo obsessivo despertava enormes esperanças em agentes alemães como o dr. Westrick e a baronesa, pagos por empresas americanas poderosíssimas para a promoção, em território norte-americano, de ações pró-nazistas que não agrediriam apenas a Inglaterra, mas, a prazo um pouco mais longo, os próprios Estados Unidos.

O argumento principal dos dois agentes nazistas era que a guerra poderia terminar em três meses se as empresas americanas estrangulassem a Inglaterra, impedindo-a de resistir, uma vez suspensos os fornecimentos norte-americanos de caráter estratégico, como o petróleo.

Alemães como eram, o dr. Westrick e a baronesa trabalhavam em defesa

de sua pátria. Já o apoio e o financiamento que recebiam, de dirigentes de empresas sediadas nos Estados Unidos, como a Texaco e a ITT, só poderiam ser qualificados de traição – e assim o seriam, por um futuro Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, que era senador e presidiu uma comissão parlamentar de inquérito sobre o comportamento das grandes companhias petrolíferas norte-americanas nesse período.

A chegada e a atuação do dr. Westrick e sua baronesa não foram nem o primeiro nem o único episódio nesse processo de atos de traição.

Em 1926, a Standard Oil assinara um acordo com a I. G. Farben, alemã, do setor químico, para a troca de pesquisas e patentes. Os americanos da Standard Oil estavam especialmente impressionados com os progressos da indústria alemã na produção de óleo a partir do carvão (a Alemanha não tinha petróleo) e nas pesquisas que levavam ao desenvolvimento da borracha sintética. A Alemanha de 1926, ainda dobrada ao peso de sua reconstrução e das reparações de guerra impostas pelos países aliados vencedores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), preferia cooperar a competir. Pelo acordo de 1926, a I. G. Farben ficaria fora da indústria do petróleo, o que preservava o mercado alemão de derivados de petróleo para a Standard Oil, e esta ficaria fora da indústria química.

A chegada de Hitler ao poder, em 1933, não interrompera a cooperação entre as duas empresas. Foi depois disso que os alemães tiveram acesso às patentes do chumbo tetraetila, essencial para os aviões que dependiam de combustível de cem octanas – e para o estabelecimento do poderio militar da Luftwaffe, a força aérea do Terceiro Reich. Mesmo depois disso e do agressivo rearmamento alemão empreendido por Hitler, a Standard Oil absteve-se de realizar pesquisas sobre a borracha sintética, confiando que Hitler permitiria à I. G. Farben fornecer sua tecnologia aos americanos.

Pior ainda: depois dos avanços militares realizados por Hitler na Europa, com a anexação da Áustria e a invasão do território sudeto da então Tchecoslováquia, a Standard continuou a prestar informações vitais à Alemanha.

A STANDARD OIL, A TEXACO E A SHELL

A Standard Oil tinha sede nos Estados Unidos e os Rockefeller, seus controladores, eram cidadãos americanos, com deveres para com os Estados Unidos. A Shell era um grupo sediado na Inglaterra e na Holanda – e tinha deveres para com a Holanda, que a Alemanha invadiria já em maio de 1940, e com a Inglaterra, que Hitler fazia tudo para invadir. Acontece, porém, que o presidente da Shell, Henri Deterding, holandês de nascimento, fora casado com uma aristocrata russa emigrada, que estimulava ainda mais seu anticomunismo já visceral. O anticomunismo não levou Deterding a tornar-se um democrata radical, mas a simpatias pelo nazismo, que se tornaram verdadeiro fanatismo quando, em 1936, ao completar 70 anos, ele se casou mais uma vez, com uma alemã também nazista.

Deterding afirmava, em público, que os nazistas eram a única solução capaz de enfrentar e liquidar o perigo comunista. Por isso e por esse casamento, acabou afastado, pela maioria dos acionistas, da direção da Shell, que exercera por trinta anos. Mas não sossegou.

Deterding instalou-se, com a mulher nazista, numa propriedade em Mecklenburg, na Alemanha. Embora aposentado, viajava frequentemente à Holanda, para estimular e articular o estreitamento das relações entre os holandeses e a Alemanha nazista. Deterding tornou-se tão íntimo dos grandes chefes nazistas que, quando morreu, em março de 1940, seis meses depois da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Hitler e Goering mandaram coroas a seu funeral.⁶⁷

Além da Shell e da Standard Oil, uma terceira das futuras Sete Irmãs, a Texaco, americana como a Standard Oil, também se envolvera a fundo com a Alemanha nazista, bem antes da visita do dr. Westrick aos Estados Unidos.

Em 1937, durante a Guerra Civil Espanhola, petroleiros da Texaco, carregados de óleo cru destinado à Bélgica, foram desviados da rota e desembarcaram sua carga em portos da Espanha controlados pelas tropas rebeldes do

⁶⁷ Anthony Sampson, *The Seven Sisters*, p. 96.

General Franco. Os Estados Unidos, assim como a Inglaterra e a França, tinham-se declarado neutros em face da situação da Espanha (quando o certo teria sido apoiarem o governo republicano eleito, contra a rebelião de ultradireita liderada por Franco), enquanto a Alemanha nazista e a Itália fascista apoiavam abertamente os rebeldes contra a república espanhola. O Presidente Roosevelt mandou advertir o presidente da Texaco, Torkild Rieber, de que a empresa poderia ser processada por violação da neutralidade e conspiração. Não adiantou. A Texaco deixou de desembarcar petróleo em portos na Espanha e passou a desembarcá-lo na Itália de Mussolini, que o entregava às forças rebeldes de Franco. Com a Itália, o governo dos Estados Unidos mantinha relações diplomáticas e comerciais normais – não havendo como impedir essas operações da Texaco.

A Texaco, além disso, concedeu ao General Franco créditos no valor de 6 milhões de dólares, para pagamento depois de terminada a guerra civil, e destinados à compra de petróleo. Era muito dinheiro e muito petróleo. Se considerarmos que em 1973 a cotação internacional estava em 3 dólares o barril (preço que vigorava por muito tempo e só então seria abruptamente elevado no primeiro dos chamados choques do petróleo), com 6 milhões de dólares de crédito em aberto o General Franco poderia comprar pelo menos 2 milhões de barris, sem qualquer pagamento à vista.

Com a ajuda econômica e militar da Alemanha e da Itália, especialmente com as tropas de terra da Divisão Azul alemã e os ataques aéreos da Luftwaffe do Marechal Goering, além da neutralidade dos governos dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França e do petróleo da Texaco, Franco derrotou e destruiu a república espanhola, fazendo da Espanha uma aliada de Hitler – e da Península Ibérica um território que poderia ser facilmente dominado pelo Terceiro Reich para servir de base a operações alemãs contra a Inglaterra, contra a França e até contra os Estados Unidos.

Torkild Rieber, o presidente da Texaco, estava decidido também a ajudar diretamente a Hitler. Por um primeiro acordo, ele comprometeu-se a fornecer à Alemanha petróleo produzido na Colômbia. Iniciada a guerra, Rieber contornou o bloqueio britânico decretado contra a Alemanha mandando seus na-

vios carregados de petróleo a portos de países neutros. Na impossibilidade de retirar da Alemanha o dinheiro desses carregamentos, Rieber aceitou receber em pagamento três navios que estavam em Hamburgo. Os nazistas gostaram e Rieber foi encontrar o Marechal Goering em Berlim.

A pedido de Goering, Rieber viajou a Washington em janeiro de 1940 para apresentar ao Presidente Roosevelt um plano de paz que previa a rendição da Inglaterra. Em janeiro de 40, Hitler já invadira e dominara a Polônia, com o apoio da União Soviética, com a qual firmara em agosto de 1939 o Pacto Ribbentrop-Molotov (às vésperas da invasão). Mas ainda não atacara a Europa Ocidental, o que só faria a partir de abril de 1940, com a invasão, sucessivamente, da Dinamarca, da Noruega, da Holanda, da Bélgica, do Luxemburgo e da França. Se a Inglaterra não se rendeu nem depois da queda da França, não seria em janeiro, muito antes disso e quando ninguém poderia acreditar na derrocada francesa, que ela o faria. Roosevelt, naturalmente, ignorou a proposta e fez mais, aconselhando Rieber, que presidia uma empresa americana, a "cortar sua conexão nazista".⁶⁸

Rieber não aceitou o conselho e em seguida mandou o dr. Westrick aos Estados Unidos, com a missão de atrair empresários americanos para a posição alemã, de modo a enfraquecer a posição de Roosevelt, que ainda era de neutralidade, considerando a guerra uma questão exclusivamente europeia. Era tal o envolvimento dos grandes grupos multinacionais com a Alemanha de Hitler que a viagem e os contactos do dr. Westrick foram organizados pelo coronel Sosthenes Behn, presidente da ITT (Westrick era advogado da ITT e da Texaco na Alemanha). O coronel Behn, cidadão americano, era visitante habitual da Alemanha de Hitler e interlocutor frequente dos figurões do Terceiro Reich. Cheio de boa vontade, também ele, para com os chefões do nazismo, o coronel Behn foi à Holanda e à Alemanha, em plena guerra, para organizar a missão do dr. Westrick.

⁶⁸ Idem, p. 98.

HOMENS DE OLHOS DE ÁGUIA

É incrível que homens como esses, de olhos e garras de águia, não contassem com atos de resistência e represálias a suas iniciativas – e muito menos com a competência e a determinação dos adversários.

Na Europa dominada por Hitler, a Inglaterra ficara praticamente sozinha depois da queda da França, em junho de 1940. Mas ela sabia que poderia contar com o apoio do Presidente Roosevelt, o que ainda não significava o apoio total e incondicional dos Estados Unidos. A maioria do Congresso norte-americano era isolacionista e opunha-se à entrada dos Estados Unidos na luta contra Hitler. Boa parte da imprensa tinha a mesma atitude (a televisão ainda era inexpressiva e o rádio não dispunha de influência proporcional a seu público enorme), e muitos empresários estavam em dúvida. Dos que não estavam, sobressaía a figura de Henry Ford, antissemita em tal estado de delírio que financiara a publicação em grande escala de um livro infamante, Os protocolos dos sábios de Sião, sobre uma suposta conspiração judaica para o domínio do mundo: livro de autoria atribuída a alguns dos cérebros dessa inexistente conspiração, mas na verdade produzido, décadas antes, pela polícia secreta czarista, na Rússia, para justificar a perseguição, a deportação e o massacre dos judeus, em sucessivos pogroms, por ela própria engendrados ou diretamente executados.

Agora Henry Ford vivia tomado pelo delírio de que as sociedades secretas judaicas que ele próprio ajudara a construir na imaginação, e apenas nela, dos leitores mais crédulos dos Protocolos, iriam assassiná-lo a sangue-frio. Não foi por acaso que o dr. Westrick e sua baronesa Ingrid procuraram Henry Ford nos Estados Unidos.

Certamente com a concordância e a cobertura de Roosevelt, a Inglaterra mantinha nos Estados Unidos, sob a chefia do futuramente famoso Sir William Stephenson, um dispositivo de seu não menos famoso e eficiente serviço secreto. Como saberíamos muito tempo depois pelas aventuras de outro agente secreto britânico, James Bond, código 007, personagem de ficção mas não tanto, Stephenson teria até licença para matar – ou poderia sequestrar e man-

dar preso para a Inglaterra o dr. Westrick e a baronesa Ingrid. Mas preferiu fazer o que era mais inteligente politicamente: desmascarar o agente alemão, despertar os jornais, mostrar à opinião pública norte-americana o perigo e o caráter traiçoeiro da ação nazista, alertar empresas do porte da Standard Oil e da Texaco e empresários do poder de Henry Ford da vocação suicida de suas atitudes e iniciativas.

Sir William Stephenson era muito mais experiente em ações de guerra política e psicológica que empresários ambiciosos e míopes como o coronel Behn, da ITT, e Torkid Rieber, da Texaco, ou paranoicos como Deterding, da Shell, e Henry Ford. Sir William conseguiu que um dos jornais mais influentes dos Estados Unidos, o New York Herald Tribune, denunciasse a presença, a identidade, os objetivos e as ações do dr. Westrick.

Expulsos dos Estados Unidos, o dr. Westrick e sua baronesa tiveram de dar a volta ao mundo. Sairam não de Nova York, no Atlântico, para a Europa e a Alemanha; mas de São Francisco, na costa do Pacífico, para o Japão, e do Japão, via Sibéria, tomaram o caminho de Berlim. Rieber, naturalmente, teve de renunciar à presidência da Texaco, como antes Deterding fora afastado da presidência da Shell.

O DISCURSO DE GETÚLIO NA QUEDA DA FRANÇA

Confrontadas com esses episódios de intriga e traição, que tinham como protagonistas algumas das maiores empresas e alguns dos maiores empresários dos Estados Unidos e da Inglaterra, as atitudes do Presidente Getúlio Vargas demonstravam um sentimento de lealdade que impressionava o Presidente Roosevelt.

Getúlio não era cidadão americano, e não estava ligado a qualquer grupo econômico sediado e com interesses nos Estados Unidos; tinha, ademais, o dever de defender os interesses de seu país, o Brasil, contra quem quer que fosse (sendo que, em muitos casos, o interesse do Brasil conflitava com o de grupos econômicos e do próprio governo dos Estados Unidos). Apesar disso, Getúlio era mais confiável que cidadãos americanos como Henry Ford e em-

presas americanas como a Texaco, a ITT e a Standard Oil.

Foi com certeza por essa razão que o Presidente Roosevelt não se abalou nem impressionou com um discurso que o Presidente Vargas leu a bordo do cruzador Minas Gerais, então capitânia da esquadra brasileira. Esse discurso, a 11 de junho de 1940, nas comemorações da Batalha de Riachuelo, coincidiu com o colapso da França, a que se seguiram a queda de Paris e a capitulação da III República, derrotada pelas forças de Hitler. O discurso foi interpretado, especialmente por uma parte da imprensa norte-americana e pela maior parte da intelectualidade brasileira, como de adesão do governo brasileiro à Alemanha.

Paris, para nós, era a alma do mundo e o símbolo da liberdade. Mas Paris caiu não por culpa do Brasil, do governo brasileiro ou do Presidente Vargas: caiu devido à fraqueza e à covardia das elites francesas. Essa França pela qual sofriam os intelectuais brasileiros negara ajuda à Espanha republicana e fora cúmplice da ação brutal da Alemanha contra os republicanos espanhóis. Essa França concordara com a invasão e o esquitejamento da Tchecoslováquia – mesmo tendo o dever de saber que lá estavam reservas de urânio que poderiam permitir a Hitler o domínio do resto do mundo. Essa França não erguera um dedo contra a anexação da Áustria.

Afinal, o que dissera o Presidente Vargas que parecesse desviar o Brasil do caminho que até ali seguia, de maior e mais confiável aliado dos Estados Unidos na América do Sul?

Ele começara por observar que já não existiam antagonismos no Continente:

– Estamos unidos – acrescentou – por vínculos de estreita solidariedade a todos os países americanos, em torno de ideais e no interesse comum da nossa defesa.

Até aí, nada que não fosse a reafirmação da aliança do Brasil com os Estados Unidos e das resoluções da Reunião de Consulta Interamericana do Panamá. Ou seja: a guerra é, por enquanto, uma guerra europeia que não nos diz respeito. Mas estamos desde já unidos para enfrentar sua eventual chegada ao nosso hemisfério.

Em seguida, o Presidente lê o parágrafo que vai estigmatizá-lo:

– Atravessamos nós, a humanidade inteira transpõe um momento histórico de graves repercussões, resultante da rápida e violenta mutação de valores. Marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política, e sentimos que os velhos sistemas e formas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início, tumultuoso e fecundo, de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das ideias mortas e dos ideais estéreis. Por isso mesmo – acrescentava o Presidente Vargas – o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, para dar ao povo tudo quanto seja necessário para seu engrandecimento como coletividade... Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordens. À democracia política substitui [-se] a democracia econômica, em que o poder, emanado diretamente do povo, é instituído para defesa de seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas...

Que defesa haveria aí do modelo nazista e do modelo fascista? A referência à democracia econômica aplicava-se também ao New Deal e ao que acontecia nos Estados Unidos desde a investidura de Roosevelt, no início de 1933. Se Roosevelt fosse o autor dessas palavras, teria cabimento suspeitá-lo de adesão a Hitler? Contrapor a Alemanha de Hitler e os Estados Unidos de Roosevelt à França derrotista e derrotada seria defender a Alemanha? Hoje temos perspectiva e serenidade para situar esse discurso em seu verdadeiro contexto. Naquele momento, porém, o que ficou foi a impressão de uma apologia do Terceiro Reich.

O próprio governo alemão acreditou que o governo Vargas, impressionado pela invasão da França, estava aderindo a Hitler. O Embaixador Pruffer, que fora mandado para o lugar de Ritter e comportava-se sem a arrogância e a exuberância deste, recebeu autorização para comunicar ao governo brasileiro a possibilidade de uma grande transação de 300 milhões de marcos e a entrega

rápida de uma siderúrgica, um ano depois do fim da guerra.

Do ponto de vista dos interesses do Brasil, o discurso do Presidente Getúlio Vargas tinha sido um sucesso.

A missão da United States Steel mandada ao Brasil um ano antes, em meados de 1939, opinara contra o projeto siderúrgico, alegando que para o Brasil sairia mais barato continuar importando aço. Vetado o projeto por um dos mais poderosos consórcios siderúrgicos privados do mundo, só a iniciativa e recursos estatais permitiriam ao governo brasileiro levar adiante seu propósito de instalar a grande siderurgia no país. Em seguida ao discurso no Minas Gerais, o Departamento de Estado mudou de posição e passou a endossar a opinião do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Jefferson Caffery, segundo a qual a concessão do financiamento ao projeto siderúrgico brasileiro era da mais alta importância, “a fim de evitar que Vargas se voltasse para Berlim”. (Não a Roosevelt, mas aos que a ele se opunham, o Brasil e o próprio embaixador Caffery precisavam dar a impressão de que Getúlio poderia renunciar à aliança com os Estados Unidos).

Roosevelt não se abalou com o discurso do Presidente Vargas porque sabia o que não sabiam os intelectuais angustiados com a queda de Paris, mas indiferentes à cumplicidade do governo da França com as ações de Hitler na Espanha e na Tchecoslováquia – além da Áustria natal de Hitler, anexada ao Terceiro Reich em março de 1938, deixando de ter existência nacional.

O que Roosevelt sabia e os intelectuais brasileiros não sabiam era que, com a queda da França, a força de submarinos da Alemanha passava a operar nos portos do Golfo da Biscaia, no Atlântico, e não mais do Báltico, milhares e milhares de milhas mais longe. Os submarinos alemães estavam agora mais distantes dos aviões e navios ingleses e operariam em todo o Atlântico – inclusive nas proximidades do Brasil e dos Estados Unidos – com muito mais facilidades e amplitude.

Para Roosevelt, o importante nesse momento não era o que dissesse o Presidente Vargas – era o que o Brasil fazia e estava disposto a fazer. Daí que em setembro de 1940 o Coronel Lehman Miller, Chefe da Missão Militar dos Estados Unidos no Brasil, entregou a Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior

do Exército brasileiro, um relatório secreto do Estado-Maior do Exército norte-americano, sugerindo, entre outras medidas urgentes, que o Brasil colocasse à disposição dos Estados Unidos, quando necessários, os principais portos, aeroportos e hospitais do país e que o Brasil admitisse o trânsito de tropas norte-americanas por seu território.

Dias depois da entrega desse relatório, o Eximbank foi autorizado a emprestar à futura empresa brasileira CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, que só seria fundada em abril de 1941, 20 milhões de dólares, em duas prestações iguais, a juros de 4% e com prazo de 13 anos.

Uma coisa, portanto, era o que o Presidente Vargas pudesse dizer, levando em conta o interesse brasileiro a cada momento. Outra, a posição do Brasil do ponto de vista prático. No mesmo momento em que o Presidente Vargas fazia esse discurso considerado antiamericano, o Brasil tornava-se um parceiro ainda mais importante dos Estados Unidos: porque a Alemanha, uma vez conquistada a França, passava a operar sua guerra submarina a partir do golfo da Biscaia, no litoral francês, e não mais das antigas bases no Báltico, muito mais distantes da Inglaterra, que ela queria invadir, e das rotas percorridas pela marinha mercante dos Aliados. Qualquer que fosse a interpretação atribuída às palavras do Presidente Vargas, o Brasil seria uma grande base da contraofensiva aliada.

OS ESTADOS UNIDOS PROCESSAM A STANDARD OIL

No mesmo momento em que dava apoio ao governo brasileiro para o desenvolvimento de sua indústria siderúrgica, o que correspondia à confiança que tinha na ação do Presidente Getúlio Vargas, o governo dos Estados Unidos estava processando a Standard Oil, com base na lei antitruste, “por ter feito acordos restritivos com a I.G.Farben”.

– A verdade – escreveu o jornal PM, de Nova York – é que Adolf Hitler usou e continua usando cidadãos norte-americanos e as próprias leis norte-americanas para o avanço da causa nazista neste hemisfério.⁶⁹

⁶⁹ Idem, p. 94.

Quando a guerra começou, em setembro de 1939, o governo americano constatou que os alemães não tinham transmitido a tecnologia nem permitido a fabricação de borracha sintética nos Estados Unidos.

– Nós (os Estados Unidos) – diria Wendell Berge, então Procurador Geral assistente dos Estados Unidos – não tínhamos experiência, informação ou know how e não tínhamos obtido permissão da Alemanha para fabricar borracha sintética. O governo dos Estados Unidos não tinha conhecimento desses fatos. Os termos do acordo Standard Oil-I.G. Farben eram secretos. Poucas semanas antes do ataque japonês a Pearl Harbor [dezembro de 1941], a Goodrich e a Goodyear foram impedidas, pelo poderio combinado da Standard Oil e da I. G. Farben, de produzir borracha sintética nos Estados Unidos.⁷⁰

Do Ministério da Justiça, que realizara a investigação de abertura do processo, o caso Standard Oil-I.G. Farben passou a uma comissão do Senado encarregada de investigar questões de defesa nacional e presidida pelo então senador e futuro Presidente Harry Truman.

A Standard Oil seria acusada de omissão no caso da tecnologia da borracha sintética, o que deixaria os Estados Unidos em situação difícilíssima no momento em que, mais adiante, depois do ataque à base norte-americana de Pearl Harbor, os japoneses passaram a ocupar as plantações de seringueira da Malásia. Depois de uma audiência da comissão do Senado, um repórter perguntou a Truman se considerava traição os acordos da Esso com a I.G. Farben.

– Sim – respondeu o senador – que mais poderiam ser?⁷¹

Deve ter sido nessa altura que os Estados Unidos se voltaram para o Brasil, onde o governo Vargas organizou o chamado Exército da Borracha, com o qual se pretendia transformar a economia extensiva da borracha, na Amazônia, numa economia intensiva, como na Malásia.

Deve ter sido também nesta altura que Roosevelt pensou pela primeira vez em criar uma empresa petrolífera estatal, controlada pelo governo, para fazer frente aos grandes consórcios privados que deixavam, não o governo, mas o

⁷⁰ Constantino Ianni, *Descolonização em Marcha*, p. 270.

⁷¹ Anthony Sampson, *The Seven Sisters*, p. 95.

conjunto dos Estados Unidos, sua sociedade, sua economia, sua segurança, nas situações em que agora se descobriam a cada momento: fornecendo petróleo a Franco, na Espanha, e à própria Alemanha em guerra com a Inglaterra e a França; privados de borracha natural pelo avanço do Japão nas plantações do Sudeste da Ásia, e de borracha sintética pelos acordos secretos entre a Standard Oil e a Alemanha nazista; e palco de conspirações como a do dr. Westrick, financiado pela Texaco e pela ITT para tramar com empresários americanos, como Henry Ford, a paralisia do próprio governo dos Estados Unidos e a capitulação da Inglaterra.

Não será fora de propósito considerar que a solução adotada dez anos depois por Getúlio Vargas para a questão do petróleo brasileiro – a empresa estatal Petrobrás – tenha sido inspirada pelo que Roosevelt e os Estados Unidos sofriam nesse momento e pelo projeto que Roosevelt discutiu seriamente com seus assessores, de criar uma empresa petrolífera controlada pelo governo, talvez nos moldes da British Petroleum, existente na Inglaterra desde a época da Primeira Guerra Mundial.

Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, a criação dessa estatal tornou-se desnecessária, porque Roosevelt passou a ter poderes de emergência para enquadrar qualquer empresa que tivesse operações nos Estados Unidos e para defender os interesses nacionais dos Estados Unidos não só contra a agressão por parte de governos e consórcios estrangeiros, mas também contra os ataques das próprias empresas americanas por tanto tempo acumpliciadas com a Alemanha de Hitler.

ROOSEVELT DISCUTE A DEFESA DAS AMÉRICAS

No início de 1941, porém, Roosevelt enfrentava problemas como esses, da Standard Oil, da Texaco e da ITT, e mais uma avaliação pessimista sobre o possível desfecho da guerra na Europa. Os estados-maiores achavam que, derrotada a França e transformado o continente europeu na Fortaleza Europa, dominada por Hitler do Atlântico à União Soviética e do Báltico ao Mediterrâneo, a Inglaterra, ou melhor, as Ilhas Britânicas, que abrigavam a Inglaterra,

a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte (a Irlanda do Sul, república independente, era antibritânica), não resistiriam mais de seis a oito meses.

Já no dia 16 de janeiro, Roosevelt reuniu na Casa Branca os Secretários de Estado, da Guerra e da Marinha e os chefes de Estado-Maior. Diante das notícias pessimistas sobre a capacidade de resistência da Inglaterra e das hipóteses sobre possíveis iniciativas do Japão, aliado da Alemanha e da Itália, decidiu-se que a Marinha norte-americana deveria manter postura defensiva no Pacífico, onde o Japão poderia atacar. No Atlântico, ela teria de patrulhar o litoral dos Estados Unidos e, na medida do possível, proteger os comboios marítimos que levassem suprimentos à Inglaterra.

A posição dos Estados Unidos ainda era de neutralidade. Por influência e a pedido dos Estados Unidos, a neutralidade era também a posição dos demais países das Américas, inclusive o Brasil, o que contesta a versão segundo a qual o governo do Presidente Vargas preferira a neutralidade para não ficar contra a Alemanha de Hitler (como já vimos foi para ficar com os Estados Unidos, a pedido destes, que o Brasil optara pela neutralidade). Mas a guerra avançava rapidamente e Hitler, vencedor na Europa, detinha a iniciativa. Em fevereiro de 1941, ele designou o jovem General Erwin Rommel para o comando de duas divisões alemãs, embrião do futuro e mortal Afrika Korps, que deveriam socorrer as forças italianas em retirada depois da ofensiva das forças britânicas do General Wavell no Norte da África.

A entrada de uma grande força alemã e do mais brilhante e ousado general alemão no teatro de guerra até então secundário do Norte da África mudava radicalmente o que se poderia pensar nos Estados Unidos sobre o rumo dos acontecimentos. Era inevitável que a guerra deixasse de ser europeia e passasse a ameaçar os outros continentes. Com a vitória sobre a França, Hitler conquistara bases no litoral francês da Biscaia para que seus submarinos atacassem os comboios destinados à Inglaterra com petróleo e outros suprimentos. Se o General Rommel vencesse no Norte da África, Hitler teria linhas de suprimento confortáveis e confiáveis para iniciar operações a partir da extremidade do continente africano mais próxima da América do Sul, em Dacar, no Senegal (colônia francesa), contra o continente americano. Enquanto a guerra

era apenas um conflito europeu, os países das três Américas estavam geograficamente fora dela. A guerra na África suscitava o problema da vulnerabilidade dos países americanos a uma futura ação de Hitler.

Ainda em fevereiro, e com certeza já na expectativa desses desdobramentos da guerra, os Estados Unidos ofereceram ao Brasil o envio de material de guerra no valor de 100 milhões de dólares, para pagamento em minério de ferro, nos termos dos entendimentos realizados com o General Gois Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, em sua visita aos Estados Unidos em outubro de 1940. Como a guerra transbordava da Europa para o mundo todo – embora, inicialmente, só para o Norte da África – o minério de ferro do Brasil e o próprio Brasil passavam a ter uma importância estratégica que não tinham antes.

No início de abril, Rommel reconquistara todos os territórios “italianos” do Norte da África, hoje integrantes da Líbia, menos a fortaleza de Tobruk, em poder dos ingleses. Rommel só se deteve nas fronteiras do Egito, para não alongar perigosamente suas linhas de comunicação.

Não podia haver dúvida, nesse momento, de que o avanço alemão no norte da África ameaçava fisicamente as Américas.

CAPÍTULO 10

ABRIL, 1941

ROOSEVELT ACERTOU AO ACREDITAR NA LEALDADE DE GETÚLIO **O BRASIL CEDE BASES AOS ESTADOS UNIDOS**

NÃO SE TRATAVA DE INTUIÇÃO, E SIM DE INFORMAÇÃO. ROOSEVELT CONHECERA GETÚLIO PESSOALMENTE EM 1936, QUANDO HITLER PARECIA UMA AMEAÇA DISTANTE, OU, AOS OLHOS DE ALGUNS, UMA ABENÇOADA BARREIRA CONTRA A EXPANSÃO DO COMUNISMO SOVIÉTICO.

É em abril de 1941 que o governo brasileiro cria oficialmente a Companhia Siderúrgica Nacional, que construirá a Usina de Volta Redonda com os recursos do empréstimo norte-americano concedido em setembro de 1940, e decide ceder aos Estados Unidos a operação de bases no nordeste do Brasil – nos mesmos pontos que poderiam ser atacados pela Alemanha a partir da África.

A criação da Companhia Siderúrgica Nacional era o desfecho de uma luta cuja etapa mais recente já contava 20 anos e da qual o Presidente Getúlio Vargas participava pelo menos desde 1926, quando foi um dos signatários do parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, redigido por seu futuro Ministro Francisco Campos, que propunha a anulação das concessões de jazidas de minério de ferro em Minas Gerais ao grupo Percival Farquhar/Itabira Iron.

Desde os primeiros meses do governo provisório da Revolução de 1930, Getúlio lutara e agira para retomar essas concessões, o que só conseguiu, em caráter definitivo, em 1939, já no Estado Novo. Desde 1937, por proposta do industrial Guilherme Guinle, com o apoio de grupos nacionalistas civis e militares, Getúlio estudava a criação de uma empresa estatal para construir e operar uma grande usina siderúrgica no Brasil. Em 1938, Getúlio criara a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, chefiada pelo tenente-coronel

Edmundo de Macedo Soares e Silva, que logo entrou em entendimentos com a Alemanha, em busca de financiamentos.

Não nos escandalizemos! Nesse mesmo ano de 1938, a Inglaterra e a França firmaram com a Alemanha o Acordo de Munique, que deixou Hitler de mãos livres para atacar a Tchecoslováquia. O Brasil tinha relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha, como todos os países respeitáveis do mundo, a começar pelos Estados Unidos. Mas não assinara com ela qualquer acordo político e militar e até expulsara o embaixador alemão quase no mesmo momento em que a Inglaterra e a França celebravam com Hitler esse Pacto de Munique em setembro de 1938, quando ninguém mais poderia ter ilusões quanto à possibilidade de “apaziguar” Hitler, que, seis meses antes, em março, invadira e anexara à Alemanha sua Áustria natal, suprimindo a multissecular existência nacional desta.

Se é que alguém tinha dúvidas originalmente quanto aos planos expansionistas de Hitler, já não poderia tê-las depois da anexação da Áustria, em março de 1938. Pois seis meses depois disso, em setembro, quando o Brasil enfrentava e afrontava o embaixador alemão Karl Ritter (que seria expulso em outubro), Neville Chamberlain, Primeiro-Ministro da Inglaterra, e Edouard Daladier, Primeiro-Ministro da França, fizeram uma viagem humilhante à Alemanha, para assinar em Munique o acordo que entregava a Tchecoslováquia a Hitler e que Chamberlain, sempre andando solenemente de guarda-chuva, consideraria a garantia de paz no planeta. Paz que não duraria mais de um ano, porque a Segunda Guerra Mundial seria iniciada por Hitler em setembro de 1939.

O Brasil não negociou nem aceitou qualquer acordo militar ou político com Hitler, apenas propôs uma operação comercial, o financiamento de uma usina siderúrgica, operação semelhante a muitas outras que eram realizadas pela Inglaterra e pela França, paralelamente ao acordo político e militar de Munique, e por muitos outros países. Apesar disso, o governo do Presidente Getúlio Vargas seria acusado de tendências nazifascistas que nunca teve e de atos de cumplicidade que jamais praticou.

Segundo Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda no Estado Novo e chefe do Gabinete Civil da Presidência no segundo

governo Vargas, o Brasil só teve a siderurgia e Volta Redonda porque a Casa Krupp, alemã, comprometera-se a construir a usina e, mesmo depois de iniciada a guerra, ofereceu-se para mandar ao Brasil materiais e equipamentos para a obra.⁷²

A alternativa privada americana deixara de existir. A U.S. Steel reconheceu a viabilidade do projeto, mas não se dispusera, como pretendia o governo dos Estados Unidos, a construir uma siderúrgica no Brasil, por entender que o melhor para o Brasil seria continuar importando aço, que assim sairia mais barato. Logo em seguida ao anúncio de que a Krupp poderia financiar Volta Redonda, tornou-se evidente que no Uruguai e na Argentina aumentava a influência dos grupos favoráveis ao alinhamento com a Alemanha. O Subsecretário de Estado Sumner Welles, que era um ministro de fato das Relações Exteriores nas relações dos Estados Unidos com a América Latina, chegou à conclusão de que a proposta da Krupp “asseguraria a predominância alemã na vida econômica e militar do Brasil por muitos anos”. Em pouco tempo a política dos Estados Unidos foi revista e o projeto da siderurgia brasileira aprovado.⁷³

A Companhia Siderúrgica Nacional foi legalmente organizada com recursos das Caixas Econômicas do Rio e de São Paulo, subscritoras de 50% de seu capital; do governo federal, 44%; e de particulares, 6% do capital. O empréstimo concedido pelos Estados Unidos serviria para pagar o equipamento a ser importado – e aí o problema não era só como pagar ou com que pagar, mas conseguir prioridade, nas difíceis condições de um mundo em guerra, para a reserva, a compra e o embarque de tais equipamentos. Na maior parte, as empresas fornecedoras estavam comprometidas com as prioridades da economia de guerra: muitas delas alegavam o receio de que contratos assinados com o Brasil viessem a ser anulados pela comissão reguladora das prioridades de exportação. Podia ser verdade, mas podia ser também má vontade: junto com a U. S. Steel, toda a indústria pesada dos Estados Unidos opusera-se ferozmente ao apoio do governo Roosevelt ao projeto siderúrgico do Presidente

⁷² Jornal Politika, 4 de junho de 1972.

⁷³ Orlando Miranda, *Nosso Século*, vol. 6, p. 82.

Vargas. Na melhor das hipóteses, esse projeto roubava à indústria americana um mercado em expansão. Na pior hipótese, o desenvolvimento da siderurgia no Brasil alimentava o surgimento de uma concorrência indesejável.

Roosevelt, indignado com o comportamento de empresas como a Standard Oil, a Texaco e a ITT e de empresários como Henry Ford, entendia que os interesses maiores dos Estados Unidos, de seu povo, de sua sociedade e até de sua economia, estavam longe das ambições de tais empresas e empresários. Num conflito mundial, como começava a caracterizar-se aquele que de início pareceria apenas uma guerra europeia, era preciso considerar também o papel e as aspirações de aliados como o Brasil. Era preciso fortalecer politicamente governos como o do Presidente Vargas, ou eles seriam derrubados pelas conspirações de interesses econômicos acumpliciados com a Alemanha nazista. Até empresas americanas estavam metidas nisso...

Não havia por que duvidar das intenções de Getúlio Vargas. Ainda que não fosse possível financiar seu projeto siderúrgico, ele apoiaria os Estados Unidos e os Aliados contra Hitler. Se ele, porém, não se fortalecesse, ou, pior, se perdesse forças substancialmente, seu apoio aos Estados Unidos e aos futuros Aliados contra a Alemanha poderia ser a senha para derrubá-lo. Da queda de Getúlio não poderia resultar outra coisa no Brasil senão um novo governo voltado para a Alemanha e contra os Estados Unidos. Na hipótese mais delirante, que seria a substituição de Vargas por um governo comunista, como o pretendido no levante de 1935, o fato, em 1939 e 1940, é que os partidos comunistas estavam subordinados à aliança entre a União Soviética e a Alemanha, pelo Pacto Molotov-Ribbentrop, de agosto de 1939. Um governo comunista no Brasil, de setembro de 1939 a junho de 1941, quando Hitler invadiu a União Soviética, não poderia ser um governo antinazista.

Roosevelt acertou ao acreditar na lealdade de Getúlio. Não se tratava de intuição, e sim de informação. Ele conhecera Getúlio pessoalmente em 1936, quando Hitler parecia uma ameaça distante, ou, aos olhos de alguns, uma abençoada barreira contra a expansão do comunismo soviético.

Já no início de 1939, bem antes do início da guerra, a Escola Superior de Guerra dos Estados Unidos estudava meios de proteger o Brasil “contra as

manobras nazistas". Não era para menos. Em 1938, o governo brasileiro derrotara o levante armado do movimento de extrema-direita dos integralistas, com a indiscutível participação de alguns agentes nazistas. Nesse mesmo ano, Hitler anexara a Áustria, sem qualquer reação significativa das futuras potências aliadas, e conseguira a concordância da Inglaterra e da França à ocupação dos territórios dos sudetos, etnicamente alemães, na então Tchecoslováquia. Se o governo brasileiro fosse conduzido pelo oportunismo, não teria feito, nessa época, os acordos que fez com os Estados Unidos. O mais seguro, diante do acovardamento da Inglaterra e da França, era não ficar contra a Alemanha.

Em função dos estudos da Escola de Guerra dos Estados Unidos, tinham-se encontrado, em novembro de 1940, quase um ano depois do início da guerra e já com a França derrotada e a Europa continental transformada em fortaleza nazista, o Chefe do Estado-Maior da Armada do Brasil, almirante Castro e Silva, e o chefe da Missão Naval dos Estados Unidos, capitão A. T. Beauregard. Em nome dos respectivos governos, os dois assinaram uma declaração com o título *Compreensão e Acordo*, na qual reconheciam "a necessidade de manter abertos os portos e campos de aviação brasileiros em caso de ataque, até que pudessem chegar reforços dos Estados Unidos"; e que, quando necessário, o Brasil colocaria à disposição das forças navais dos Estados Unidos bases navais e aéreas, ancoradouros e facilidades portuárias e permitiria operações avançadas e discretas na área de Natal (Rio Grande do Norte).⁷⁴

Os Estados Unidos só entrariam na guerra em dezembro de 1941. Mais de um ano antes, em novembro de 1940, quando a guerra estava circunscrita à Europa, o Brasil dispunha-se a colocar bases navais e aéreas à disposição dos Estados Unidos. Já em 1940, porém, Roosevelt preocupava-se com a hipótese de a guerra espalhar-se da Europa para o mundo inteiro, o que incluiria o continente americano.

A 28 de fevereiro de 1941, ele tornou explícita essa preocupação, ao dizer, em discursos a industriais em Hollywood, que "o problema da defesa nacional dos Estados Unidos transformara-se no problema da defesa do Hemisfério

⁷⁴ Hélio Silva, 1942, *a Guerra no Continente*, vol. XII de "O Ciclo de Vargas", pp. 48 a 52.

Ocidental em todas as Américas". A partir daí, a defesa do Nordeste deixava de ser um assunto exclusivamente brasileiro.

Sobre isso diria o marechal Estevão Leitão de Carvalho, na época um dos mais importantes chefes militares brasileiros:

– A região Nordeste era de capital importância para os Estados Unidos, no caso de entrarem eles na conflagração... Era indispensável à sua segurança uma grande base aérea naquela região, a fim de fechar, no sul, a linha de posições avançadas que se estende a sudeste do território dos Estados Unidos, a que pertencem, entre outras, Porto Rico e Trinidad... Subentendia-se que essas forças [dos Estados Unidos] impediriam o inimigo de tomar pé no saliente Nordeste, de onde poderia atingir, com poderosos aviões, o Canal do Panamá e as belonaves norte-americanas encontradas no raio de ação desses aparelhos.⁷⁵

Em abril de 1941, o governo brasileiro confirmou oficialmente sua concordância com a utilização de bases brasileiras pelas forças norte-americanas. Já em fevereiro e março concordara com o fornecimento do minério de ferro, que, para os Estados Unidos, ganhava importância estratégica cada vez maior, em troca de material de guerra.

Apesar da boa vontade de Roosevelt, havia resistência, nos Estados Unidos, ao fornecimento de armas e equipamentos siderúrgicos ao Brasil. Resistências naturais, de um lado, porque a indústria americana estava já produzindo em regime de pleno emprego e não dava conta sequer das necessidades do mercado interno. Resistências políticas, porém, de outro lado, por parte dos grupos industriais prejudicados com a próxima perda do mercado siderúrgico brasileiro e dos grupos econômicos e políticos empenhados em manter os Estados Unidos fora da guerra e até em termos amistosos para com a Alemanha.

Por isso, ao mesmo tempo que negociava com os Estados Unidos e concordava com todas as suas propostas, o Presidente Vargas cobrava a entrega do armamento alemão comprado pelo Brasil em 1938. A Alemanha precisava de tudo quanto produzia e estava em dificuldades para cumprir o contrato com

⁷⁵ Idem, pp. 50 e 51.

o Brasil. Mas havia outro obstáculo: a Inglaterra apresara em 1940, dois navios brasileiros que transportavam equipamentos da Krupp para o Brasil; apesar dos protestos brasileiros, apresaria outros que saíssem da Alemanha para qualquer porto brasileiro.

A Inglaterra tinha o apoio dos Estados Unidos e não podia ignorar que a ajuda brasileira aos Estados Unidos era ajuda, por extensão, à própria Inglaterra. Mesmo assim, hostilizou grosseiramente o Brasil. Bloqueou em Lisboa, meses a fio, o navio brasileiro Siqueira Campos, que trazia para o Brasil armas compradas na Alemanha para a defesa do território brasileiro (que afinal serviria para operações contra a Alemanha e, portanto, a favor da Inglaterra). E apresou, em águas territoriais brasileiras, o navio francês Mendoza, apesar dos protestos do governo brasileiro. Por isso, e com toda a razão nesse caso, os Generais Eurico Dutra, Ministro da Guerra, e Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior do Exército, chegaram a propor ao Presidente Vargas o rompimento do Brasil com a Inglaterra. O Presidente preferiu ser tolerante com a Inglaterra, aliada dos Estados Unidos, embora o rompimento com a Inglaterra não significasse nem rompimento com os Estados Unidos nem adesão à Alemanha.

Só depois do famoso discurso do Presidente Vargas a bordo do Minas Gerais, em junho de 1940, o General Marshall, Chefe do Estado-Maior do Exército do Estados Unidos, definiu, a pedido do Subsecretário de Estado Sumner Welles, os objetivos das forças armadas norte-americanas no Nordeste do Brasil.

– A meta – escreveu Marshall – consistia em estabelecer a segurança do Nordeste contra qualquer esforço do Eixo para obter ali uma posição... Estava dentro da capacidade das nações do Eixo estabelecer pequenas forças no Nordeste brasileiro, antes mesmo que os Estados Unidos pudessem interpor uma efetiva resistência armada... Passo a passo, o raio de ação das forças armadas alemãs se estendia naquela direção. Os submarinos alemães estavam operando na costa oeste da África, provavelmente abastecidos nas ilhas Canárias ou nas colônias francesas ou espanholas da África Ocidental. Dacar, antigo ponto terminal das rotas alemãs transatlânticas, estava dominada por Vichy (o

governo colaboracionista da França ocupada). E Vichy colaborava com a Alemanha. Os aviões quadrimotores alemães, capazes de cruzar o Atlântico, já estavam em serviço. Nos últimos seis meses, em três ocasiões, navios mercantes da Alemanha haviam furado o bloqueio inglês e navegado da Europa para o Brasil. Em vista desses fatos e da rapidez com que a Alemanha desenvolvia suas operações, Marshall antevia a clara possibilidade de uma ocupação, por pequenas forças alemãs, no Nordeste do Brasil, o que obrigaria os Estados Unidos a um grande esforço para desalojá-las. Se as tropas americanas lá estivessem, os papéis se inverteriam. Caberia, então à Alemanha exercer um grande esforço para substituí-las.⁷⁶

O relatório Marshall não se limita a pedir autorização para o uso de bases aéreas e navais; propunha o envio de tropas de terra norte-americanas para proteger o Nordeste. Marshall recomendava um total de 9.300 homens, a maior parte para Natal e em seguida para Recife e Fernando de Noronha. Já havia forças disponíveis e também os meios de transporte e a expedição poderia ter início dentro de vinte dias.

Já em maio, os Estados Unidos e a Inglaterra aprovaram um plano para a eventualidade da entrada dos Estados Unidos na guerra, desejada por Roosevelt, mas bloqueada pela maioria isolacionista no Congresso. A atenção americana estava voltada para o Pacífico. A hipótese de um ataque japonês era considerada e o alvo mais provável seriam as Filipinas. Hoje se discute se Roosevelt teria tido conhecimento prévio do ataque a Pearl Harbor. E se, de certa maneira, não o teria provocado ou deixado que ocorresse, pois só com um impacto direto dessa ordem ele conseguiria levantar a opinião pública e levar o país à guerra.

O Japão só poderia atacar no Pacífico. E a Alemanha? Não aproveitaria a oportunidade para atacar no Atlântico? Como escreveu Hélio Silva, a eventualidade de uma ofensiva nazista pelo Atlântico não era desprezada:

— ...a costa brasileira, notadamente a vasta região do Norte ao Nordeste, da Bahia ao Pará, com uma área de quase 3 milhões de quilômetros quadrados e uma extensão costeira de 3.800 quilômetros, proporcionaria ao invasor terre-

⁷⁶ Idem, pp. 56 a 58.

no adequado à construção de bases para a sua aviação e navegação submarina, ameaçando frontalmente a integridade do Canal do Panamá, ligação interoceânica indispensável ao livre jogo estratégico das duas esquadras americanas. A defesa do Nordeste não poderia ser feita com os fracos efetivos de que dispúnhamos.⁷⁷

Por isso Roosevelt, em novo discurso, ainda em maio, voltou a alertar os americanos:

– É tempo de compreendermos que a segurança dos lares americanos, mesmo no interior de nosso país, tem relação direta com a permanente segurança dos lares na Nova Escócia, em Trinidad ou no Brasil. Estamos colocando nossas forças militares em posições estratégicas.⁷⁸

GETÚLIO: PODEM CONTAR CONOSCO

Em 20 de maio, o embaixador Jefferson Caffery conversa com o Ministro do Exterior Oswaldo Aranha, que pede mais informações sobre os planos de guerra de Roosevelt e sobre “as razões para acreditar que os Estados Unidos poderiam lutar com sucesso contra a Alemanha”.

Essa informação – diz Hélio Silva – era especialmente importante tendo em vista a quantidade de alemães no Brasil (o Partido Nazista considerava alemães também os descendentes de alemães, o que elevaria para quase um milhão de pessoas a colônia alemã em território brasileiro) e o fato de um número crescente de pessoas acreditar na vitória da Alemanha.

A resposta do governo dos Estados Unidos chega em apenas 48 horas, assinada pelo Subsecretário de Estado Sumner Welles:

– Por favor torne claro ao chanceler brasileiro que não há governo, em parte alguma, com o qual o governo deste país se considere em termos mais íntimos de confiança do que com o do Brasil... Creio que você poderia afirmar a Aranha que, em nosso refletido julgamento, o governo alemão e seus aliados

⁷⁷ Idem, p. 48.

⁷⁸ Idem, p. 57.

jamais alcançarão a vitória enquanto não obtiverem o domínio dos mares, especialmente o Atlântico... No momento é altamente confidencial, mas o Presidente Roosevelt autorizou-me a comunicar ao Presidente Vargas, por seu intermédio, que uma boa parte da esquadra dos Estados Unidos está, no momento, navegando sob ordens secretas, do Pacífico para o Atlântico, e que essa parcela da esquadra chegará ao Atlântico a 8 de junho...⁷⁹

Em seguida a essa resposta de Sumner Welles, o embaixador Caffery é recebido pessoalmente pelo Presidente Vargas, a 28 de maio. Getúlio manda um recado:

– Pode dizer ao Presidente Roosevelt que estou de inteiro acordo com o ponto de vista exposto no seu telegrama. Pode dizer-lhe, ainda mais, que o Brasil honrará as obrigações contraídas no Panamá e em Havana. Em outras palavras – vocês podem contar conosco.

Ao mesmo tempo que fazia tais concessões, o Brasil queixava-se da dificuldade de obter armamento nos Estados Unidos. Caffery encampa as queixas brasileiras e escreve ao Departamento de Estado:

– Respeitosamente devo apontar que as autoridades brasileiras têm tornado efetivas uma série de medidas de defesa do hemisfério somente porque nós pedimos: estamos empenhados em negociações para tirar fotografias aéreas do Nordeste, para nosso próprio uso; estamos pedindo permissão para participar das manobras do Exército brasileiro no Nordeste; conseguimos persuadir os brasileiros a concordar com a proibição da venda de material estratégico para as forças do Eixo; asseguramos a cooperação das autoridades brasileiras para construir uma série de bases aéreas; sugerimos que transferissem tropas para o Nordeste e eles as estão movimentando para lá; por sugestão nossa, a Marinha brasileira está empenhada na construção de uma base naval em Natal... Os alemães continuam a oferecer-se para mandar armas para cá. O General Gois, há poucos dias, disse ao General Miller que os alemães ofereceram enviar para o Brasil um carregamento de armas num navio alemão.⁸⁰

⁷⁹ Idem, p. 54.

⁸⁰ Idem, pp. 54 e 55.

Enquanto negociava com os Estados Unidos o fornecimento de armas no valor de 100 milhões de dólares, em troca de minério de ferro, o governo brasileiro insistia com a Alemanha para que cumprisse o compromisso, firmado em 1938, de entregar 10 milhões de dólares em equipamento militar. A Alemanha, porém, não estava em condições de garantir qualquer entrega que dependesse de atravessar o bloqueio britânico.

Outro perigo imaginado pelos americanos – e que, segundo Hélio Silva, talvez não devesse ser mencionado a Vargas – não estava num ataque por parte de forças alemãs, mas na possibilidade de captura de aeroportos e portos no Nordeste por grupos brasileiros agindo de combinação com pequenas forças alemãs. “Estas, chegando pelo ar e talvez por mar, calculariam seu movimento de modo alcançar aqueles locais assim que fossem tomados”.⁸¹ Assim fora realizada a conquista da Noruega pela Alemanha, sob a liderança do líder nazista norueguês Quisling. Também na Áustria, no Anschluss (“Anexação”), e na ocupação do território dos sudetos, na Tchecoslováquia, Hitler contara com as forças nazistas locais.

Antes de qualquer resposta do governo brasileiro, o General Lehman Miller, chefe da missão militar dos Estados Unidos no Brasil, recebeu, a 23 de junho, de um colega, o General Gerow, um plano de ocupação, pelos Estados Unidos, de uma base no Nordeste, “a pretexto de participação nas manobras brasileiras”.

O Chanceler Oswaldo Aranha, informado pelo Embaixador Caffery, “levantou as mãos agitado e profundamente alarmado”. Sem conhecer o contexto dos entendimentos entre Roosevelt e o Presidente Vargas, esse General Gerow, que ainda não tinha entrado na história, propunha, por escrito, que o Brasil fosse tratado como inimigo. Caffery, rapidamente, conseguiu que ideias como essa e colaboradores como esse General Gerow fossem neutralizados.

Ao mesmo tempo que queriam mandar tropas de terra para o Brasil, militares americanos queriam forças brasileiras, talvez simbólicas, em eventuais operações de ocupação do Surinam (a Guiana Holandesa) e dos Açores (por-

⁸¹ Idem, p. 58.

tugueses). Oficialmente, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos não tinham entrado na guerra. Getúlio respondeu que concordaria, desde que, no caso do Surinam, houvesse concordância do governo holandês da Rainha Juliana (no exílio), e, no dos Açores, que se permitisse ao Brasil consultar Portugal no momento oportuno.

Depois da proposta do General Gerow, de invasão do nordeste por forças americanas, poder-se-ia esperar até que o governo brasileiro refluísse para uma atitude verdadeiramente neutra, cômoda e segura. O Presidente Vargas, porém, foi fiel a seus compromissos com os Estados Unidos. O curioso é que um dos militares brasileiros que mais criou problemas foi o Brigadeiro Eduardo Gomes. O Brigadeiro, principal autoridade militar brasileira no Nordeste, chegou a prender alguns militares americanos, por irregularidades meramente formais. Em 1945, o Brigadeiro seria o candidato das forças "redemocratizadoras" à Presidência da República, enquanto o Presidente Getúlio Vargas era deposto a pretexto de sua suposta hostilidade aos Estados Unidos.

O Embaixador Caffery mostrou-se, nesse momento, tão tolerante com figuras como o Brigadeiro Eduardo Gomes quanto o Presidente Vargas o fora diante de propostas verdadeiramente insultuosas como a do General Gerow. Em telegrama ao Secretário de Estado Cordell Hull, Caffery escreveu:

– O Brasil está ao lado dos Estados Unidos, disposto a cooperar na defesa do Hemisfério, mas os americanos parecem mais ansiosos em enviar tropas para o Nordeste que em ajudar o Brasil a defender essa região. O Brasil só convidará os americanos a mandar tropas quando a ameaça nazista parecer iminente. Antes disso, o Brasil nada fará enquanto os Estados Unidos não lhe enviarem o material adequado para defender-se.

O avanço da Alemanha, nesse momento, em todas as frentes da guerra, era de tal ordem e velocidade que Roosevelt temia um próximo ataque alemão ou à Islândia, no Atlântico Norte, ou a Natal, no Atlântico Sul. Os Secretários da Guerra e da Marinha, com os quais Roosevelt se aconselha, acham que, se o governo alemão conseguir tomar conta de Dacar, é bem provável que tente ocupar Natal. O Embaixador Caffery procura Oswaldo Aranha no dia 28 de

junho. A resposta é pronta: seria um erro pedir permissão para enviar tropas americanas ao Nordeste. Se o Nordeste está indefeso é porque os Estados Unidos ainda não haviam cumprido a promessa de mandar armas para cá. Caffery esperava essa resposta e no fundo concordava com ela.

O Presidente Vargas poderia evitar qualquer ameaça alemã se procedesse como vinha procedendo a Argentina, que se enquadrara na postura de neutralidade recomendada unanimemente pelas reuniões interamericanas. O Presidente Vargas, porém, estava apoiando ativamente os Estados Unidos. Mas não podia concordar com a ocupação do Nordeste por tropas americanas. No caso das bases, os americanos poderiam usá-las, mas elas seriam bases brasileiras, sujeitas à autoridade do governo brasileiro.

Preocupado com o avanço alemão e com as mudanças na situação geral da guerra, Sumner Welles telegrafa ao embaixador Caffery e diz ser cada vez mais iminente a possibilidade de uma agressão alemã ao continente americano.

CAPÍTULO 11

JULHO, 1941

O CORREDOR OU, COMO CHAMADO DEPOIS, O TRAMPOLIM DA VITÓRIA **O BRASIL ENTRA NA GUERRA ANTES DOS ESTADOS UNIDOS**

O ATAQUE JAPONÊS A PEARL HARBOR, BASE AERONAVAL DOS ESTADOS UNIDOS NO ARQUIPÉLAGO DO HAVAÍ, POSSESSÃO NORTE-AMERICANA, SÓ ACONTECEU EM DEZEMBRO DE 1941; DIAS DEPOIS DO ATAQUE JAPONÊS, MILITARES AMERICANOS DESEMBARCAVAM NO NORDESTE BRASILEIRO, DISFARÇADOS COMO TÉCNICOS CIVIS DA PAN AMERICAN.

Em julho de 1941, o Presidente Vargas assinou o decreto que autorizava a empresa Panair do Brasil, subsidiária da Pan American (futuramente Panam) norte-americana, a construir, ampliar e melhorar aeroportos em todo o litoral do Nordeste e do Norte do Brasil, de Salvador ao Amapá.

O Ministro da Aeronáutica, Joaquim Pedro Salgado Filho, observara a necessidade urgente de construir e equipar as bases aéreas do nordeste e do norte, de modo a estabelecer uma rota que permitisse aos aviões norte-americanos atingir a África e, desse modo, levar suprimentos aos aliados.

A rota que se estabeleceu, o Corredor ou, como chamado depois, Trampolim da Vitória, proporcionaria apoio de grande importância quando os aliados invadissem o norte da África e desencadeassem a campanha da Itália.

Os Estados Unidos ainda não tinham entrado na guerra e o Brasil já lhes dava apoio dessa ordem contra a Alemanha de Hitler e seus aliados. O ataque japonês a Pearl Harbor, base aeronaval dos Estados Unidos no arquipélago do Havaí, possessão norte-americana, só aconteceu em dezembro de 1941: dias depois do ataque japonês, militares americanos desembarcavam no Nordeste brasileiro, disfarçados como técnicos civis da Pan American, que pagaria por

essas obras (certamente com a cobertura financeira do governo norte-americano). Com isso o Brasil entrava na guerra antes mesmo dos Estados Unidos.

Ainda em julho, Roosevelt consultara o governo brasileiro sobre se participaria de operações militares nos Açores e em Cabo Verde, possessões portuguesas na área africana do Atlântico, para impedir que fossem transformadas em bases alemãs, o que fragilizaria ainda mais o Nordeste do Brasil. Coube ao Ministro da Guerra, General Eurico Dutra, responder. Ele disse – e por isso será novamente acusado de pertencer a uma facção pró-nazista – que, “com os escassos meios de que dispõe o Exército brasileiro, uma tal aventura seria temerária e quase ridícula”. Em seu relatório, Dutra sugere que o Brasil permaneça, “por ora”, neutro (como, aliás, os Estados Unidos).

Para efeitos oficiais, a permissão para a ampliação e a construção de aeroportos no Nordeste, pela Panair do Brasil, dizia respeito apenas a voos comerciais. Como esses aeroportos seriam verdadeiras bases militares, havia problemas militares a regular. Para isso, os dois governos assinaram a 24 de julho um acordo pelo qual ficava constituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado-Maior. O Brasil, pelos termos do acordo, prometia: ajudar, com todas as suas forças e com todos os meios de que dispusesse, a defesa comum do continente americano; construir bases aéreas e navais e autorizar sua utilização pelas outras repúblicas americanas; organizar a defesa de sua costa e ilhas. Os Estados Unidos, em troca, prometiam: auxiliar o Brasil com suas forças, contra ataques de nações não americanas; e auxiliar o Brasil na obtenção de armamento e de todos os meios materiais necessários...

A 26 de julho, Vargas escreve a Roosevelt, dizendo que os pontos de vista deste sobre a defesa do Hemisfério coincidem com os seus, mas que é necessário ajustar previamente as medidas a tomar e os objetivos visados – o que deve constituir objeto imediato dos estudos da comissão mista.

– Quero mais uma vez – acrescenta a carta – dizer que o Brasil continua disposto a emprestar inteira colaboração aos Estados Unidos, empregando todas as suas forças e os meios de que dispuser para assegurar a defesa comum do continente.⁸²

⁸² Hélio Silva, 1942: a guerra no continente, p. 68.

Nenhuma palavra, porém, sobre o envio de tropas americanas para o Brasil.

O BRASIL EVOLUI PARA ENTRAR OFICIALMENTE NA GUERRA

Na manhã de 7 de dezembro de 1941, o Japão atacou Pearl Harbor, o que levou os Estados Unidos a entrarem oficialmente na guerra, até porque imediatamente as potências do Eixo declararam-se em guerra com eles.

No dia seguinte, o Presidente Vargas reuniu o ministério e decidiu, com apoio unânime dos ministros, declarar a solidariedade do Brasil aos Estados Unidos.

O melhor relato da decisão do governo brasileiro foi feito pelo próprio Embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, em telegrama ao Departamento de Estado:

– Todo o ministério, especialmente o General Dutra, manifestou-se abertamente e de forma decisiva pró-Estados Unidos. Após a reunião, Gois procurou Aranha, declarando que era a vez dele, Gois, mostrar que era mais favorável aos americanos do que qualquer um dos outros.

Já a 15 de janeiro de 1942, realizava-se no Rio a III Reunião de Consulta dos Países Americanos, convocada para discutir a nova situação. O Brasil, pela palavra de seu Ministro do Exterior, Oswaldo Aranha, propôs o rompimento coletivo dos países americanos com o Eixo. Essa resolução teve de reduzir-se a uma simples recomendação, porque a delegação da Argentina não a aceitou (o governo argentino, ao contrário do brasileiro, manteve-se neutro, em posição muito simpática à Alemanha, até perto do fim da guerra, em 1945). Apesar desse impasse, Oswaldo Aranha anunciou dramaticamente, na sessão de encerramento da conferência, o rompimento do Brasil com a Alemanha e seus aliados do Eixo.

A represália, que Getúlio e Aranha sabiam inevitável, mas não os deteve na decisão do rompimento, veio imediatamente – e navios mercantes brasileiros, desarmados, e repletos não só de carga como de passageiros inocentes, passaram a ser torpedeados pelos submarinos alemães.

Getúlio, por ele, declararia guerra imediatamente à Alemanha e seus alia-

dos, mas ainda era preciso vencer grandes resistências, inclusive nas Forças Armadas. Dutra e Gois Monteiro, antes os maiores opositores da entrada do Brasil na guerra, tinham apoiado Getúlio decididamente na decisão de romper com a Alemanha e seus aliados. Ao lado e abaixo deles, porém, era grande nas Forças Armadas a convicção de que o Brasil não devia meter-se nessa guerra, até por não dispor de armamento e outros recursos para enfrentar o poderio nazista. Se o Brasil sossegasse, sua marinha mercante não seria mais atacada pela força submarina alemã.

Segundo a história oficial até hoje repetida sem maior cuidado de investigação da verdade, Getúlio foi forçado a entrar na guerra por pressão de uma campanha popular conduzida pela UNE, a União Nacional dos Estudantes.

Uma primeira e inevitável pergunta deveria ter sido feita e não foi: se o Estado Novo era uma ditadura implacável, porque tolerou e permitiu as repetidas passeatas e a campanha da UNE?

O que de fato aconteceu foi praticamente o contrário dessa versão.

É preciso ouvir o depoimento do professor Cibilis Viana – futuramente chefe da Assessoria Econômica do Presidente João Goulart, na década de 1960, e Secretário do Governo e Secretário da Fazenda do Governador Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, nas décadas de 1980 e 1990. Em 1942, estudante de economia, Cibilis era vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) do Rio Grande do Sul, quando essa entidade foi convidada, assim como as demais uniões estaduais de estudantes, para um encontro com o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, no Rio.

Como o presidente da UEE do Rio Grande estava impossibilitado de viajar, coube a Cibilis, o vice, substituí-lo. E o que Cibilis conta⁸³ é que, ao chegarem ao Ministério da Educação, o Ministro Gustavo Capanema perguntou se poderiam acompanhá-lo a um encontro com o Presidente Getúlio Vargas.

Claro que poderiam – e o convite não chegava a ser uma surpresa, por ser comum o Presidente receber delegações de estudantes em visita à cidade. Getúlio fora muito ativo politicamente, como estudante: tinha sido um dos

⁸³ Informações de Cibilis Viana ao autor.

fundadores de um jornal dos alunos da Faculdade de Direito de Porto Alegre, O Debate; escreveu na revista *Pantum*, da Faculdade de Direito, em 1906, um ensaio em defesa do capitão Alfred Dreyfus, o único oficial judeu do Estado-Maior do Exército francês, condenado à prisão na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, ao norte do Brasil, sob a acusação – falsa – de espionagem.

O verdadeiro espião, um capitão de origem húngara chamado Esterhazy, seria desmascarado depois, mas Dreyfus nunca se recuperou do trauma, da vergonha e da humilhação de seu processo e de sua condenação. Getúlio, estudante em Porto Alegre, já recebia livros e outras publicações da Europa, e tomou conhecimento dos detalhes do caso Dreyfus sobretudo pelas denúncias de Émile Zola, o grande escritor do realismo e do naturalismo francês do século 19, que publicara um documento devastador, *J'Accuse* (“Eu acuso”), denunciando desde o Estado-Maior francês ao Presidente da República Francesa pela infame condenação de Dreyfus.

Do conjunto da obra de Zola, Getúlio admirava sobretudo o romance *Germinal*, sobre a luta de mineiros que entram em greve contra suas insustentáveis condições de vida e de trabalho.

Ainda em 1906, Getúlio fora escolhido para falar em nome dos estudantes, na saudação destes ao Presidente eleito Afonso Pena, que visitaria Porto Alegre. Nesse discurso, o jovem estudante não se limitara a saudar o Presidente eleito, mas levantaria uma questão que o acompanharia e inspiraria pelos quase cinquenta anos de sua vida política posterior. O Brasil, dizia ele, produz e exporta produtos primários – o ferro, por exemplo – e importa produtos industriais elaborados a partir desses produtos primários, produtos elaborados e naturalmente muito mais caros.

O Brasil, segundo Getúlio, precisava entrar na fase da siderurgia, para industrializar seu minério de ferro. No momento desse encontro com os estudantes da UNE, ele lutava para desenvolver a siderurgia no Brasil, pela Companhia Siderúrgica Nacional, pela Usina de Volta Redonda.

A CONVERSA DE GETÚLIO COM OS ESTUDANTES

Com tais antecedentes e com tais urgências, a conversa de Getúlio com os estudantes foi muito cordial:

– Meus amigos – disse ele – fizemos tudo para manter o Brasil fora dessa guerra. Agora não dá mais. E espero contar com o apoio de vocês.

Segundo Cibilis Viana, o presidente da UNE, Luís Pais Leme, perguntou a Getúlio o que ele esperava dos estudantes. Getúlio respondeu:

– Vocês são jovens, mas são muito experientes. No momento certo, vocês saberão o que fazer.

Despediram-se e, na calçada do Palácio do Catete, alguém perguntou a Pais Leme, presidente da UNE, o que ele entendia da conversa com Getúlio. Pais Leme, que não era nenhum getulista, e depois entraria na UDN, o grande partido de oposição a Getúlio, respondeu:

– Vamos para a rua. Ele sugeriu que nós vamos para a rua, pedir a entrada do Brasil na guerra.

Aí, sim, é que a UNE foi para a rua, estimulada por Getúlio e não contra ele, para pedir a entrada do Brasil na guerra.

Se esse depoimento fosse insuficiente ou considerado suspeito, teríamos outro, este absolutamente insuspeito, do Professor Arnaldo Lopes Sussekind, funcionário do Ministério do Trabalho praticamente desde sua criação, e, depois do golpe de 1964, que derrubara o governo do Presidente João Goulart, Ministro do Trabalho do General Humberto Castello Branco, sucessor de Jango, no regime militar iniciado nesse momento.

Os estudantes já estavam mobilizados e realizando suas passeatas, que a polícia nem proibia nem impedia, quando, na madrugada de 21 de agosto de 1942, três altos funcionários do Ministério do Trabalho, Max do Rego Monteiro, José de Segadas Viana e Arnaldo Lopes Sussekind, foram convocados para uma reunião urgente e secreta no gabinete do Ministro Marcondes Filho.

– Em virtude dos sucessivos torpedeamentos de navios mercantes brasileiros – diz Sussekind em seu depoimento – Getúlio resolvera declarar guerra à Alemanha e à Itália. Mas considerou imprescindível que o povo lhe solici-

tasse esse pronunciamento. Por isso, fomos incumbidos de organizar imediatamente uma passeata, cujo local de concentração foi o campo do Fluminense. No percurso pela rua Paissandu, os cartazes que levávamos, pedindo a guerra, motivaram a adesão de centenas de pessoas, até chegada ao Palácio do Catete. Getúlio, então, discursou, e, pouco depois, foi declarada a guerra ao Eixo.⁸⁴

Esses depoimentos deixam claro que foi de Getúlio – não o contrário – a iniciativa de mobilizar os estudantes e os sindicatos em defesa da entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha de Hitler.

AS DIFICULDADES EM NATAL

Ainda em agosto, o Chefe da Missão Militar dos Estados Unidos, General Lehman Miller, queixa-se ao Departamento de Estado de que o plano de manobras na área de Natal vinha sendo sabotado pelos militares brasileiros:

– As autoridades militares brasileiras – diz ele – parecem ter verdadeiro horror da presença de tropas americanas em seu território.⁸⁵

Um dos militares brasileiros que mais vai criar problemas é o Brigadeiro Eduardo Gomes, que mandará prender alguns militares americanos, por desembarcarem irregularmente. E Getúlio é que era pró-nazista!

Como reconhece o General Miller em seu relatório, os militares brasileiros, de modo geral, consideravam o desembarque de militares americanos no Brasil um ato de violação da soberania nacional. De fato, depois do desastroso plano do General Gerow, de invasão do Nordeste por tropas americanas, não se poderia esperar dos comandantes brasileiros senão essa atitude de reserva. Além disso, os comandantes brasileiros temiam algum levante no sul do Brasil, com apoio de grupos nazistas da Argentina.

– O Embaixador [Caffery] – diz o General – viu esse relatório, que só foi preparado depois de consultá-lo. Ele me informa que o governo brasileiro já decidiu tomar uma posição mais decidida em favor da cooperação com os

⁸⁴ Arnaldo Lopes Sussekund, Arnaldo Sussekund, um construtor do Direito do Trabalho, p. 103.

⁸⁵ Idem, p. 71.

Estados Unidos e está iniciando a preparação psicológica para a eventual participação de nossas forças armadas na defesa do Nordeste.⁸⁶

No fim de agosto, o General Miller visitou o Nordeste e daí seguiu para os Estados Unidos, de onde só voltaria ao Rio mais de um mês depois. A 29 de outubro, recém-chegado, ele procura o General Gois Monteiro. Este, em ofício secreto a Dutra, reconstitui o encontro:

– Visivelmente acanhado, Miller referiu-se a assuntos como a desconfiança quanto aos propósitos do Brasil, a tendência germanófila da maioria dos oficiais brasileiros, a ocupação preventiva do Nordeste por forças americanas, a protelação da entrega de armamento por esses motivos etc., enfim, uma série de alegações... confirmadas, a seu ver, pelo impasse nos trabalhos da Comissão Mista dos Estados-Maiores.

– Fiz-lhe então sentir o nenhum cabimento de suas asserções, numa formal contestação que me pareceu tê-lo impressionado fortemente. Miller insiste, porém, em que é imperioso os Estados Unidos garantirem a proteção militar do Nordeste, antecipando-se a um possível golpe alemão, e menciona a opinião dominante no War Department [Ministério da Guerra dos Estados Unidos], de que a condição imposta pelo Brasil, de solicitação prévia feita por ele, pode resultar em proveito dos alemães.

Os termos usados por Miller deixaram em Gois Monteiro a impressão de que esse era o ponto de vista dos militares, mas não necessariamente o do Presidente Roosevelt.

– As suspeitas dos militares americanos – escreve Hélió Silva – seriam acentuadas pelas informações chegadas aos Estados Unidos, de fontes brasileiras, sobre a ação da Quinta Coluna [espiões, sabotadores e ativistas nazistas] e da forte simpatia entre comandantes militares brasileiros, como Dutra e Gois, pelos feitos militares alemães. Gois responde, com toda a franqueza, que o Brasil está disposto a cumprir lealmente os seus compromissos, mas não admite delegar a outra nação o ônus e a honra de defender seu próprio território. A confiança – acrescenta Gois – deve ser recíproca. O Brasil confiou a

⁸⁶ Idem, p. 74.

autoridades norte-americanas documentos de grande significação, pelo seu caráter sigiloso e concedeu grandes facilidades em seu território aos Estados Unidos. Não se pode, por isso, compreender os motivos alegados para a proteção dos fornecimentos, que agora se via ser patentemente intencional.⁸⁷

De agosto a dezembro, a preocupação de Roosevelt com um possível ataque alemão a Natal ou à Islândia foi ultrapassada por outra e maior preocupação: o rapidíssimo agravamento das relações dos Estados Unidos com o Japão. A 7 de dezembro, o Japão atacou as bases dos Estados Unidos em Pearl Harbor, no Havaí, e em Corregidor, nas Filipinas.

Nesse momento, as bases do Nordeste brasileiro passam a ser triplamente indispensáveis: em primeiro lugar, para evitar um ataque alemão ao continente americano; em segundo lugar, para permitir que forças norte-americanas atravessem o Atlântico, a fim de operar na África e, a partir da África, na Europa; e, em terceiro lugar, para ligar os Estados Unidos a seu novo teatro de operações, o Pacífico.

O Embaixador Carlos Martins é procurado em Washington pelo Subsecretário Sumner Welles e telegrafa diretamente ao Presidente Getúlio Vargas:

– Welles, a pedido do Presidente Roosevelt, solicitou-me transmitir a V. Exa. o seguinte: aviões militares que os Estados Unidos enviarão para o Extremo Oriente não podem mais utilizar a rota do Pacífico e serão forçados a partir via Natal-África. Sendo indispensável a vistoria minuciosa dos motores e demais instalações, para prevenir atos de sabotagem, o Presidente Roosevelt solicita ao governo brasileiro permissão para enviar pessoal técnico às bases de Belém, Natal e Recife, em número aproximado de cinquenta em cada base, encarregados apenas desse serviço. Compreendendo nossa suscetibilidade, declara formalmente não se tratar de organização militar, mas simplesmente de técnicos.

Hélio Silva, que publica o telegrama, acrescenta:

– Getúlio concorda imediatamente, mas a execução dessa providência é realizada sem a menor sensibilidade pelos comandos norte-americanos.⁸⁸

⁸⁷ Idem, pp. 75-77.

⁸⁸ Idem, p. 80.

OS AMERICANOS DESEMBARCAM FALSOS TÉCNICOS EM NATAL

Os americanos que desembarcam nas bases do nordeste nada têm de técnicos. São fuzileiros fardados e armados, em grupos de quarenta a cinquenta. Por ordem de comandantes militares brasileiros – o General Gustavo Cordeiro de Farias, Comandante da Guarnição de Natal; o general Zenóbio da Costa, Comandante da 8ª Região Militar; e o General Mascarenhas de Moraes, Comandante da Zona Militar do Nordeste – esses fuzileiros são desarmados e detidos.

O Presidente Vargas recebe explicações e satisfações da Embaixada dos Estados Unidos e mais uma vez acomoda as coisas, de modo que as bases do Nordeste brasileiro possam, sem mais agravos, servir ao objetivo maior, que é a luta contra o Eixo. Os americanos, como registrará Hélio Silva, estavam em pânico:

– A Embaixada dos Estados Unidos tenta atenuar a reação dos comandos militares brasileiros, demonstrando que a situação é crítica. Numa série de notas enviadas ao Presidente Vargas, a embaixada diz: a extensão da batalha do Atlântico talvez seja a ampliação das operações alemãs de larga escala contra a Rússia. Incursões aéreas ou de superfície contra as instalações de Recife e Natal são também possíveis. Avisa o Chefe de Operações Navais que, de acordo com a declaração de um agente alemão importante, os alemães pretendem brevemente apossar-se de Portugal e dos Açores. O mesmo agente adiantou que os nazistas haviam assentado planos para se apoderarem do Brasil quando fosse propício o tempo e que para isso já existem turistas nazistas no Brasil em número suficiente.

As operações nas bases aéreas do Nordeste deveriam ser sigilosas. Mas em poucos dias tornaram-se ostensivas, quando a *Life*, a revista semanal ilustrada do grupo Time-Life, de Henry Luce, publicou (a 15 de dezembro de 1941) uma reportagem fotográfica sobre as bases aéreas brasileiras.

O Presidente Vargas protestou, comunicando a Roosevelt seu desagrado: a reportagem só serviria para aumentar as pressões alemãs sobre o Brasil (logo

depois, de fato, começaram os ataques dos submarinos alemães a navios mercantes brasileiros). Luce foi chamado à Casa Branca e advertido: sua revista violara as normas da censura (não da censura brasileira, mas da censura do governo democrático dos Estados Unidos). A reportagem revelava – e isso confirma a importância do apoio do Brasil aos Estados Unidos – que já nesse momento bombardeiros dos Estados Unidos decolavam dessas bases para objetivos na África e na Europa. Na legenda de uma das fotos, Life fazia referência a “um aeródromo dos Estados Unidos”, o que presumia a cessão de território brasileiro aos Estados Unidos.

Outra revista de Luce, Time, tinha criado no início de 1941 uma edição aérea expressa para a América Latina e frequentemente seus artigos criavam problemas como o da imprudente reportagem da Life. Na “biografia” que escreveu do grupo Time-Life, Robert Elson, por muito tempo um dos editores mais importantes da revista, acentuaria a importância do Brasil:

– Nos anos 30, o Hemisfério Sul fora um campo na guerra da propaganda em que os nazistas tomaram a ofensiva... Muito do enorme esforço diplomático dos Estados Unidos resultava do receio de uma ameaça nazista às possessões europeias no Caribe e, depois da entrada dos Estados Unidos na guerra, ao Brasil.

O Brasil não estava oficialmente em guerra, o que só aconteceria em agosto de 1942: mas era como se estivesse, em virtude de sua ajuda aos Estados Unidos. As ameaças alemãs ao Brasil resultavam do apoio brasileiro aos Estados Unidos, antes mesmo da entrada destes na guerra.

Agora, depois de Pearl Harbor, não era só o Brasil que estava ameaçado. Os Estados Unidos já tinham sido atacados em suas ilhas no Pacífico, mas seu território continental chegou a estar sob ameaça direta, em virtude das operações dos submarinos alemães. Time criticava a condução da guerra pelo governo dos Estados Unidos: por exemplo, a censura às notícias sobre as perdas alarmantes infligidas pelos submarinos alemães à navegação aliada na Costa Leste (no Atlântico), restrição que, no entendimento dos editores de Time, escondia o fracasso da Marinha, que não previra essa ofensiva nem tomara medidas para enfrentá-la... A revista escrevia, mais:

– O governo hesitava mesmo antes de decretar o black out nos balneários do litoral do Atlântico, onde as luzes brilhantes dos hotéis de luxo destacavam a silhueta dos petroleiros próximos, tornando-os alvos fáceis para os submarinos.⁸⁹

Logo depois do ataque japonês a Pearl Harbor, Roosevelt e o Primeiro-Ministro da Inglaterra, Winston Churchill, decidiram reconsiderar a linha estratégica que eles próprios tinham definido mais de um ano antes, em novembro de 1940, e resumido com a palavra de ordem “Europa primeiro”. Mesmo que fossem atacados pelo Japão, o que se previa desde muito tempo antes, os Estados Unidos, continuariam a dar prioridade à Europa, para destruir o poderio militar da Alemanha, o mais forte integrante do Eixo (na verdade, para salvar a Inglaterra – tanto que a principal ressalva a esse conceito estratégico era não correr o risco de queda da Inglaterra).

Agora, em dezembro de 41, depois de Pearl Harbor, Roosevelt e Churchill decidem desenvolver o plano alternativo de um desembarque em Casablanca, no litoral atlântico do Norte da África. Em julho de 42, essa alternativa seria radicalizada, com a adoção de uma nova prioridade: “Primeiro a África”. Ou seja, o desembarque no norte da África precederia qualquer tentativa de abrir uma segunda frente europeia (a outra frente europeia era a que opunha as forças nazistas às da União Soviética).

O Brasil ainda não tinha entrado na guerra e nem mesmo rompido relações diplomáticas com a Alemanha – o que faria em janeiro de 1942, logo depois de Pearl Harbor – mas Roosevelt e Churchill adotavam uma reviravolta estratégica que dependia do Brasil. Essa operação “África primeiro” só seria possível com o concurso do Brasil, pois 35 mil combatentes norte-americanos teriam de ser transportados dos Estados Unidos para Casablanca via Natal e Fernando de Noronha. Roosevelt e Churchill não tinham dúvida de que poderiam contar com o apoio do Brasil.

Bem antes de Pearl Harbor e da entrada dos Estados Unidos na guerra, o

⁸⁹ Robert T. Elson, *The World of Time – The Intimate History of a Publishing Enterprise – 1941-1960*, p. 10.

governo brasileiro já apoiava os Estados Unidos como nenhum outro país. Em seguida a Pearl Harbor, os Estados Unidos fazem uma constatação assustadora: além de ocupar alguns centros importantes de produção de petróleo, o Japão ocupava os maiores centros de fornecimento de borracha para os Estados Unidos. Pearl Harbor fora apenas um símbolo: o pior era a expansão japonesa sobre territórios mal defendidos naquela vastidão que é a Ásia meridional – territórios produtores de petróleo e borracha.

Um bom exemplo da importância do apoio do Presidente Vargas aos Estados Unidos seria vivido pela mulher de Henry Luce, a futura Embaixadora Clare Booth Luce, nos primeiros dias de 1942. Na “biografia” da principal revista de Luce, *Time*, que escreveria muitos anos depois, Robert Elson contou:

– A vitória ainda estava muito longe, nesse doloroso inverno, quando Luce e sua mulher Clare Boothe Luce, partiram em rumos opostos, ele para a Inglaterra, ela para o Extremo Oriente, como enviada especial da *Life*. Não havia [depois de Pearl Harbor] transporte comercial pelo Pacífico, de modo que Mrs. Luce teve de fazer uma longa rota – Miami, Brasil, África, Oriente Médio, Índia... Na primeira etapa dessa jornada, ela encontrou-se no mesmo avião que o General Joseph W. Stilwell, a caminho de seu novo posto, Chefe de Estado-Maior do Generalíssimo Chiang Kai-chek e comandante das forças americanas na área China-Índia-Birmânia.⁹⁰

Já era o chamado Trampolim da Vitória e muito mais que isso, pois até um comandante militar da importância do general Stilwell dependeu das bases brasileiras para atingir seu posto de combate na China, do outro lado do mundo.

Quando aviões, pilotos, mecânicos e técnicos das forças armadas americanas começaram a operar nas bases e aeroportos do Nordeste, duas empresas ligadas a países e governos do Eixo ainda operavam no Brasil. Uma era a Condor, organizada no Brasil como empresa brasileira mas controlada e dirigida por alemães. A Condor teve suas operações no Brasil suspensas pelo governo brasileiro no fim de 1941.

⁹⁰ *Idem*, pp. 11-12.

A outra era a italiana Lati, que os governos da Alemanha e da Itália usavam em operações de espionagem e propaganda, além de contrabandear grande quantidade de material de guerra, como quartzo, mica e diamantes. A Lati foi fechada no Brasil em janeiro de 1942.

Uma pergunta ficou pendente depois da proibição da Condor e da Lati: em plena guerra, quem fornecia às duas, no Brasil, o combustível e os lubrificantes sem os quais não poderiam voar? Só poderiam ser as empresas petrolíferas americanas, como a Standard Oil e a Texaco, ou a anglo-holandesa Shell (quando a Inglaterra era brutalmente bombardeada e a Holanda, invadida em maio de 1940, estava sob ocupação militar alemã).

Uma das testemunhas convocadas a prestar depoimento no Comitê Truman no Senado dos Estados Unidos, W.S. Farish, afirmou que os fornecimentos da Standard Oil às linhas aéreas do Eixo eram feitos com o conhecimento e o consentimento da Embaixada americana no Rio. O Secretário de Estado assistente Adolf Berle contestou essa afirmação.

A Condor e a Lati foram proibidas e fechadas pelo governo brasileiro. A Standard Oil ficou impune nos Estados Unidos.

BORRACHA DO BRASIL PARA OS ALIADOS

Nos anos que se tinham seguido à ascensão de Hitler, grandes multinacionais como a Standard Oil e a Shell “colaboraram” ativamente com a Alemanha. Henri Deterding, o presidente da Shell, chegou a tornar-se nazista. A Texaco abasteceu clandestinamente as forças do Generalíssimo Franco na guerra civil na Espanha. A Standard Oil fez pior, entregando à Alemanha a tecnologia dos combustíveis de alta octanagem para aviões de combate, sem receber a contrapartida prevista no contrato, que era tecnologia da borracha sintética.

A única alternativa para os Estados Unidos depois de Pearl Harbor foi recorrerem novamente à ajuda brasileira. Para atender às necessidades militares dos Estados Unidos, o governo brasileiro deu início à chamada “Batalha de Borracha”. Dezenas, talvez centenas de milhares de brasileiros foram leva-

dos para as regiões produtoras, na Amazônia, para a coleta do látex nos seringais nativos e para o desenvolvimento de uma indústria improvisada que substituisse a borracha natural das regiões ocupadas pelo Japão e a borracha sintética cuja tecnologia a Standard Oil se esquecera de receber dos alemães da I.G. Farben.

A borracha tinha sido uma das grandes riquezas da economia brasileira até que mudas e sementes da seringueira foram contrabandeadas para a Ásia, dando início ao cultivo racional da hevea. A borracha brasileira era coletada na floresta, de árvores nativas, e não podia competir, nem em quantidade nem em preço, com a nova produção asiática.

De 1920 para 1930, a produção brasileira reduziu-se de 30 mil para 17 mil toneladas. Em 1932, descera a 8 mil toneladas. Com a guerra, a borracha brasileira voltou a ter mercado e em 1941 a produção recuperava os índices de 1930 – 17 mil toneladas. Depois de Pearl Harbor e da vertiginosa expansão dos japoneses por todo o Pacífico, os Estados Unidos aceleram os entendimentos com o Brasil, para o fornecimento não só de borracha, mas também de minérios, café e outros produtos. Esses entendimentos resultarão nos chamados Acordos de Washington, assinados já em março de 1942.

O Brasil, que já vinha dando total apoio político e militar aos Estados Unidos, passa agora a dar uma contribuição econômica e comercial ainda maior ao esforço de guerra norte-americano. No caso da borracha, houve um esforço gigantesco. Com recursos locais e dos Estados Unidos, da Rubber Development Corporation, o governo brasileiro cria o Banco de Crédito da Borracha, que financiará a extração do látex e a comercialização da borracha. Em seguida, a Coordenação da Mobilização Econômica, dirigida por João Alberto, inicia a mobilização de 50 mil trabalhadores para os seringais da Amazônia. Só assim será possível compensar a borracha que os Aliados perderam nas plantações do Pacífico, depois de Pearl Harbor, e que deveria ser substituída pela borracha sintética “esquecida” pela Standard Oil e pela I. G. Farben.

A 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompera relações diplomáticas com a Alemanha e os demais países do Eixo. Em agosto, declarou guerra, oficialmente. Mas a verdade é que estava em guerra com o Eixo desde 1938, muito antes dos Estados Unidos, quando o Presidente Vargas mandou fechar as es-

colas alemãs e expulsou o Embaixador Ritter. A guerra que o General Cordeiro de Farias considerava ter iniciado contra a Alemanha de Hitler nesse momento não foi uma guerra pessoal: ele só a empreendeu por iniciativa e por ordem do Presidente Getúlio Vargas. De 1938 à declaração formal de guerra em agosto de 1942, nenhum governo foi tão firme e tão coerente quanto o do Presidente Vargas diante da Alemanha de Hitler e ao lado do Presidente Roosevelt e dos Estados Unidos.

Uma derradeira desinformação é a que diz respeito à suposta demora no embarque das tropas brasileiras, da FEB (Força Expedicionária Brasileira), para a Itália. O Presidente Vargas, segundo essa versão, teria declarado guerra ao Eixo por não poder mais resistir à pressão das ruas, mas retardou o quanto pode o embarque das tropas brasileiras.

Ora, o papel estratégico do Brasil na guerra não era mandar um contingente simbólico à Itália – era garantir as bases aéreas do Nordeste, o Trampolim da Vitória. Isso o Presidente Vargas assegurou, sem sacrifício da soberania brasileira. A FEB e a FAB foram para a Itália mais por interesse do Brasil que dos comandos aliados – para garantir a participação do Brasil, futuramente, nas negociações de paz. O que não tinha sentido era apressar o embarque da FEB e da FAB e desguarnecer o enorme território brasileiro, cuja defesa preocupava, em primeiro lugar, o próprio Presidente Roosevelt.

Quando o Brasil rompeu com a Alemanha no início de 1942 e entrou formalmente na guerra em agosto desse ano, a Alemanha ainda estava na ofensiva e o Brasil pagou preço altíssimo por sua decisão – navios afundados, vidas perdidas, sacrifícios econômicos. Graças às bases do Nordeste do Brasil, os Aliados conseguiram atravessar o Atlântico rumo à África e da África atravessaram para a Sicília e para a Itália continental, em plena Fortaleza Europa. Sem o Brasil e sem as decisões do Presidente Getúlio Vargas, o desfecho da guerra teria sido muito mais difícil para os Aliados.

Mas houve mais, como lemos de novo em Hélio Silva, um pesquisador infelizmente menosprezado pela ciência oficial, talvez por ser apenas jornalista, mas que levantou e publicou documentos fundamentais, indispensáveis, hoje, ao trabalho da ciência oficial:

– No dia 1º de maio [de 1944] iniciou-se oficialmente o último período de instrução antes do embarque do primeiro escalão [da Força Expedicionária Brasileira, a FEB]... Aquele compasso de espera se devia aos ingleses. A 22 de maio, o Subsecretário de Estados [dos Estados Unidos], Edward Stettinius, faz uma longa exposição a Cordell Hull [o Secretário de Estado] sobre a missão que exercera em Londres, do dia 7 ao dia 29 de abril. Entre as incumbências que lhe dera o governo norte-americano estava a solução do embarque da Força Expedicionária Brasileira. Em conversa com o Primeiro-Ministro Churchill, no dia 15 [de abril], este lhe dissera, de forma incisiva, que julgava um grande erro permitir que, naquela ocasião, fosse enviada do Brasil mais do que uma força simbólica, ou uma Brigada, para o teatro de operações no Mediterrâneo.

Se dependesse de Churchill, não haveria tropas brasileiras na Europa, na guerra contra Hitler. E por mais de cinquenta anos foi jogada sobre Getúlio Vargas a responsabilidade por uma suposta demora no embarque dessas tropas! Stettinius transmitiu a Washington o veto de Churchill e recebeu novas instruções, que reiteravam as anteriores:

– Tendo recebido ordens de Washington, por telegrama no dia 16 [de abril de 1944], Stettinius volta a falar com Churchill e Anthony Eden [Ministro do Exterior de Churchill]. Explica a importância, não só para a política interna brasileira, mas também para o prestígio do Brasil como país aliado. Não era possível adiar por mais tempo o embarque da FEB. Eden promete, então, que no dia 24 [dali a mais de uma semana] iria rever o assunto, em reunião com o gabinete de guerra. Ele próprio era favorável e tinha esperanças de que o Primeiro-Ministro e o gabinete de guerra viriam a dar a necessária aprovação.

Essa promessa era de 16 de abril. A 22 de maio, mais de um mês depois, Stettinius ainda aguardava “a aprovação inglesa para qualquer momento”. Foi preciso que se passasse mais um mês para que, no dia 27 de junho, fundeasse no Rio o navio-transporte norte-americano General Mann, que conduziria o primeiro escalão da FEB para a Itália.⁹¹

⁹¹ Hélio Silva, 1944: o Brasil na Guerra, vol. XIII de “O Ciclo de Vargas”, pp. 232-233.

Só essa negociação com os ingleses levou dois meses. E ainda hoje há historiadores que acusam Getúlio Vargas de ter sabotado a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial!

Os fatos acima citados são, todos eles, de conhecimento público, assim como as tortuosas interpretações que têm sustentado a lenda de uma posição brasileira pró-Eixo e contra os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. Diante do círculo vicioso que há meio século nos submete às sequelas da desinformação, é difícil saber o que mais devemos lamentar num tipo de pesquisa que perpetua tantas falsificações – se o preconceito ou a preguiça.

CAPÍTULO 12

JANEIRO, 1945

O MINISTÉRIO JÁ DISCUTE A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES

GETÚLIO COMEÇA A DESMONTAR O ESTADO NOVO

AO LONGO DA GUERRA, AS DUAS MAIORES DEMOCRACIAS DO MUNDO,
OS ESTADOS UNIDOS E A INGLATERRA, CONVERTERAM-SE
TAMBÉM EM DITADURAS — IGUAIS À DO BRASIL. UMA COM ELEIÇÕES,
OS ESTADOS UNIDOS. OUTRA SEM ELEIÇÕES, A INGLATERRA...

Para a história oficial, escrita na maior parte por adversários e desafetos do Presidente Getúlio Vargas, os primeiros meses do ano de 1945 foram de demolição de seu governo, por iniciativa e ação exclusiva de grupos oposicionistas.

Grande importância é atribuída, até hoje, a uma entrevista do ex-Ministro José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, publicada em fevereiro no *Correio da Manhã*, com críticas candentes, quase desabridas, ao governo e o anúncio de que as oposições teriam candidato próprio às próximas eleições presidenciais. A entrevista foi republicada no dia seguinte em outro jornal, *O Globo*, com uma informação adicional: esse candidato já estava escolhido; era o brigadeiro Eduardo Gomes.

Para a história oficial, a entrevista de José Américo acabou com a censura à imprensa e detonou a contagem regressiva para a derrubada do Presidente Vargas.

Essa versão é contestada por Barbosa Lima Sobrinho, que, além de insuspeito, por sua isenção e independência, foi triplamente testemunha e protagonista dos acontecimentos da época: como jornalista militante, que escrevia pelo menos uma vez por semana no *Jornal do Brasil*; como presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, uma das mais importantes autarquias econô-

micas do governo federal; e como fundador e dirigente do Partido Social Democrático, o PSD, o maior dos partidos então criados, e redator de seu programa.

Segundo Barbosa Lima Sobrinho, a entrevista de José Américo e toda a onda dos grupos de oposição choviam no molhado, porque o Presidente Vargas já tinha tomado todas as medidas necessárias para a restauração do estado de direito e para a liquidação do Estado Novo.⁹² Essas medidas só não tinham sido adotadas antes por causa da guerra. No início de 1945, os chefes de governo das duas maiores democracias do bloco do Aliados, o Presidente Franklin Roosevelt, dos Estados Unidos, e o Primeiro-Ministro Winston Churchill, da Inglaterra, eram na prática tão ditadores quanto o Presidente Getúlio Vargas – se não mais, em virtude da legislação de emergência e de guerra em vigor em todos os países beligerantes. E mais: a Inglaterra não realizou qualquer eleição geral, para a renovação de seu parlamento e de seu governo, ao longo de toda a guerra.

DEMOCRACIAS COM DITADORES E DEMOCRACIAS SEM ELEIÇÕES

Ninguém poderia pretender que o Brasil, especialmente o Brasil do período do Estado Novo, de 1937 a 1945, fosse mais democrático que a Inglaterra.

A Inglaterra, no entanto, já vivera no próprio século 20, ao longo da Primeira Guerra Mundial, o precedente de eleições canceladas e mandatos parlamentares prorrogados.

No início da Primeira Guerra, em agosto de 1914, funcionava na Inglaterra um parlamento eleito em 1910, cujo mandato, em condições normais, não poderia ir além de 1915. Com a guerra, esse parlamento foi prorrogado, por sua própria decisão, sem que houvesse maiores protestos. A eleição seguinte só se realizou em 1918, a 14 de dezembro, um mês depois do fim da guerra. Foram oito anos sem qualquer eleição geral.

A prorrogação, sem a realização de eleições, repetir-se-ia na Segunda

⁹² Valentina da Rocha Lima, Getúlio, uma História Oral, p. 148.

Guerra Mundial. A guerra teve início a 1º. setembro de 1939. A Inglaterra era governada por um gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro Neville Chamberlain, do Partido Conservador, que se comprometera até o pescoço com uma política de apaziguamento de Adolf Hitler e da Alemanha nazista. Chamberlain substituíra, em 1937, o Premier Stanley Baldwin, também conservador, que voltara ao poder (já tinha sido Primeiro-Ministro antes) graças à vitória dos conservadores na eleição geral de 1935.

A eleição de 1935 foi a última eleição geral na Inglaterra antes da Segunda Guerra Mundial. Chamberlain, sem nova eleição, substituiu Baldwin em 1937, o que era perfeitamente normal, porque o mandato do parlamento estendia-se até 1940 (embora pudesse ser reduzido, pela dissolução da Câmara dos Comuns e convocação de eleições gerais antecipadas, prática peculiar ao parlamentarismo britânico). Da mesma forma, Chamberlain, desgastado e desmoralizado pelo fracasso de suas concessões a Hitler, teve de renunciar em 1940, quando a Alemanha nazista, depois de ter invadido e dominado a Polônia, derrotou e invadiu a Dinamarca, a Noruega, a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo e a França.

Em lugar de Chamberlain, assumiu o governo da Inglaterra, como Primeiro-Ministro, o então Primeiro Lord do Almirantado (Ministro da Marinha), Winston Churchill, que formou um governo "nacional", com o apoio dos dois outros partidos representados no parlamento, o Trabalhista e o Liberal.

Desse momento em diante, não houve até o fim da guerra, em 1945, nenhuma eleição geral na Inglaterra (apenas as chamadas eleições suplementares, para preencher cadeiras vagas pela morte ou renúncia de membros da Câmara dos Comuns, já que estes, no parlamentarismo britânico, não tinham suplentes). A última eleição geral fora em 1935, e ninguém, em qualquer momento ao longo desses anos, cobrou a realização de eleições gerais num país em guerra, sob bombardeio aéreo, ameaçado pela ação de uma quinta-coluna de agentes inimigos clandestinos e com suas liberdades públicas suspensas pelos poderes extraordinários e extremos concedidos pelo parlamento a seu governo.

O próprio Winston Churchill comentaria em suas memórias, depois da guerra, a extensão das responsabilidades que exercia, que não diziam respeito

apenas à censura à imprensa e à suspensão de todas as liberdades públicas, mas configuravam – palavras do próprio Churchill – poderes de vida e morte sobre todos os cidadãos e residentes do Reino Unido e poderes absolutos sobre seus bens e direitos.

(No Brasil houve também eleições em 1935, eleições legislativas, e depois em 1945, para Presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. Na Inglaterra, depois das de 1935, só haveria eleições gerais em 1945, o mesmo que no Brasil).

Nos Estados Unidos, o curso da guerra não exigiu a supressão de eleições, como na Inglaterra. O Presidente Roosevelt, eleito em 1932, fora reeleito em 1936, para um segundo mandato que se estendia de março de 1937 a março de 1941. Embora a Segunda Guerra Mundial tivesse começado na Europa em setembro de 1939, os Estados Unidos mantiveram-se neutros – e por sua influência o Brasil e os demais países da América Latina também se declararam neutros.

Só em dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, a grande base aeronaval norte-americana no Havaí, os Estados Unidos entraram na guerra. Um ano antes, entretanto, em novembro de 1940, o Presidente Roosevelt fora reeleito para um terceiro mandato – fato sem precedentes na história dos Estados Unidos.

Já no início da república norte-americana, no século 18, o primeiro Presidente, George Washington, não queria aceitar, mas afinal aceitou, um segundo mandato – o que estabeleceria um precedente, que não estava na letra, mas estaria no espírito da Constituição dos Estados Unidos.

De Washington em diante, e até Franklin Roosevelt em 1940, todos os Presidentes dos Estados Unidos tiveram apenas um ou dois mandatos. Abraham Lincoln, o maior de todos eles, talvez tivesse tido um terceiro mandato, dada a difícil e dramática situação do país depois da Guerra Civil. Lincoln, porém, foi assassinado no início de seu segundo mandato. Mais de meio século depois, já nos anos 20 do século 20, houve um Presidente, Warren Harding, que decidiu propor ao Congresso uma emenda constitucional para proibir a reeleição dos Presidentes.

– Vou dizer ao Congresso que um único mandato para o Presidente é mais que suficiente. Não aguento mais isto aqui. Hoje em dia ninguém aguentaria. Se eu conseguir que o Congresso limite a Presidência a um só mandato, será que se aplicará a mim?

Essa declaração é atribuída a Warren Harding por Gore Vidal, em *Hollywood*, um dos últimos volumes da série de romances históricos nos quais, como se lê na apresentação de sua edição brasileira, o escritor traçou a biografia dos Estados Unidos. Vidal escreveu sobre George Washington, Abraham Lincoln, Theodore Roosevelt, o magnata da imprensa William Randolph Hearst, Franklin Delano Roosevelt e muitas outras figuras da história dos Estados Unidos e frequentemente diz que nada inventou sobre os personagens “reais” desses livros, apenas sobre os fictícios. Além de um impressionante trabalho de pesquisa sobre seus personagens reais, Gore Vidal consultou para esses livros – em certos pontos muito mais reveladores que a história oficial – os historiadores mais credenciados.⁹³

Harding, pelos registros da história oficial, morreu em 1923, no segundo ano do mandato, de um ataque cardíaco, traumatizado pela confirmação de sérias acusações de corrupção em seu governo. Investigações posteriores resultaram na prisão e condenação de alguns auxiliares de Harding, mas deixaram claro que ele era absolutamente inocente, salvo da incapacidade de controlar a ação desses auxiliares. Harding queixava-se das pressões que sofria para fazer certas nomeações e concessões. Por isso queria acabar com a reeleição, em nome da qual ou a pretexto da qual cobravam-lhe tantas coisas e aconteciam tantas outras das quais ele só viria a saber nos dias ou nas horas anteriores à própria morte.

No caso de Franklin Roosevelt, foi bom que o Presidente Harding não tivesse tido sequer tempo de vida para acabar com a reeleição.

Os Estados Unidos só entrariam oficialmente na Segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941. Na prática, da mesma forma que o Brasil, estavam nela desde o início. A impossibilidade de um terceiro mandato para Roosevelt em

⁹³ Gore Vidal, *Hollywood*, p. 432.

novembro de 1940 teria sido pior que a impossibilidade de sua reeleição em 1936 e viria a constituir a maior das vitórias políticas e militares de Hitler desde sua chegada ao poder, em 1933.

Assim como Churchill em 1940, Roosevelt receberia, a partir de dezembro de 1941, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, poderes extraordinários, semelhantes aos que o Presidente Getúlio Vargas exercia no Brasil (e aos que Churchill exercia na Inglaterra). Sobre os poderes de Churchill já registramos as impressões dele mesmo. Sobre os poderes de Roosevelt, basta lembrar o que se fez, nos Estados Unidos, por ordem dele, ordem escrita e jamais negada.

Os Estados Unidos entraram na guerra quando atacados pela aviação japonesa na base norte-americana de Pearl Harbour, no arquipélago do Havaí, que ficava mais ou menos a meio caminho entre o Japão e o litoral do Oceano Pacífico dos Estados Unidos. Era natural que surgisse, em seguida, o receio de ataques japoneses, aéreos, navais e submarinos a alguns pontos desse litoral, especialmente localidades da Califórnia, como Los Angeles e São Francisco.

Essas e outras cidades tinham, secularmente, grande população de origem japonesa – e o governo receava a presença e a ação, nessas cidades e em sua população, de agentes cooptados pelo governo japonês, os quais poderiam constituir aquilo que então se chamava uma quinta-coluna, um verdadeiro exército que não teria nem artilharia, nem infantaria, nem cavalaria, nem engenharia – as quatro colunas de um exército clássico, mas agentes secretos, invisíveis e por isso mais perigosos.

Na impossibilidade de identificar e neutralizar esses agentes, o governo dos Estados Unidos decidiu, por ordem executiva com a assinatura pessoal do Presidente Franklin Roosevelt, transferir para campos de concentração em regiões desérticas do interior do país, todos os habitantes de origem nipônica do litoral do Pacífico dos Estados Unidos.

Isso incluía, naturalmente, cidadãos japoneses residentes em São Francisco, Los Angeles e outras grandes cidades, assim como em pequenas localidades. O que até se explicaria. Esses cidadãos japoneses poderiam estar vinculados a juramentos incondicionais de fidelidade à pátria – e obrigados a prestar

a esta, e em especial a seus serviços secretos, informações que ameaçariam a segurança dos Estados Unidos. É claro que muitos cidadãos japoneses residentes nos Estados Unidos não estavam em tal situação – ou eram fiéis aos Estados Unidos, sua pátria de adoção, ou não pretendiam envolver-se na guerra, o que significava, na prática, que não estavam com o Japão.

Além de cidadãos japoneses residentes no litoral do Pacífico dos Estados Unidos, a ordem executiva do Presidente Roosevelt, o maior dos democratas do mundo daqueles dias, incluía, com a determinação de serem também recolhidos a campos de concentração, todos os japoneses naturalizados cidadãos norte-americanos. Já não se tratava de estrangeiros, mas de cidadãos americanos que tinham jurado a bandeira dos Estados Unidos. Mais: também foram recolhidos a campos de concentração no deserto, longe de sua casa e família, cidadãos americanos nascidos nos Estados Unidos, cidadãos natos, que não eram naturalizados, por serem filhos de japoneses. Era como se recolhessem a um campo de concentração o próprio Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt – pois, pela Constituição e pelas leis dos Estados Unidos, ele não era um cidadão norte-americano diferente daqueles americanos natos, mas filhos de japoneses, que ele mandara para campos de concentração.

Isso aconteceu nos Estados Unidos, a democracia do Presidente Roosevelt. No Brasil houve repressão, até severa, a atividades nazistas e fascistas, mas poucas pessoas foram levadas a campos de concentração.

Ao longo da guerra, portanto, as duas maiores democracias do mundo, os Estados Unidos e a Inglaterra, converteram-se também em ditaduras – iguais à do Brasil. Uma com eleições, os Estados Unidos. Outra sem eleições, a Inglaterra...

A OUTRA HISTÓRIA DE 1945

Feitas essas ressalvas, podemos reconstituir, sem os preconceitos da história antigetulista que se tornou oficial, a crônica dos acontecimentos de 1945, especialmente a liquidação do Estado Novo pelo próprio Presidente Getúlio Vargas.

Se aceitarem que o Estado Novo foi decretado a contragosto e por não haver alternativa, os adversários e desafetos do Presidente Getúlio Vargas terão de aceitar também a hipótese de que a Constituição de 10 de novembro de 1937 e o regime por ela instituído eram por definição provisórios. Essa hipótese figura, por exemplo, em todos os escritos de Alberto Pasqualini nesse período – e Pasqualini aceitou, no Estado Novo, ser membro de uma espécie de conselho do Departamento Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul, conselho que substituiu a antiga Assembleia Legislativa estadual; e, depois, Secretário do Interior e Justiça do Interventor Ernesto Dornelles.

Um dos mais argutos e privilegiados observadores daquele período, genro e confidente de Getúlio Vargas e então Interventor no Estado do Rio de Janeiro, Ernâni do Amaral Peixoto, lembraria muitas vezes que o Presidente não realizou o plebiscito previsto pela Constituição de 10 de novembro de 1937, para confirmar sua vigência. Getúlio, segundo Amaral Peixoto, evitou deliberadamente o plebiscito e na verdade não permitiu que ele fosse convocado. Com isso pretendia impedir que a Constituição de 1937 fosse legitimada e se tornasse definitiva; e assegurar que permanecesse provisória.⁹⁴

A instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas, em novembro de 1937, fora recebida e saudada com alívio pelos governos dos Estados Unidos e da Inglaterra. Para ambos, ela significava que daí em diante o Brasil estaria certamente contra a Alemanha de Hitler.

Se não fosse pela guerra, o Estado Novo teria terminado muito antes e certas verdades oficiais sobre a história desse período seriam diferentes.

O fim do Estado Novo, pedido publicamente pelo chamado Manifesto dos Mineiros, de 24 de outubro de 1943, seria anunciado pelo próprio Getúlio, em discurso de 10 de novembro desse ano, aniversário do golpe de 37, no qual respondeu indiretamente ao manifesto:

– É singular e merece reparo irônico que esses inquietos reformadores improvisados, sempre conhecidos no cenário político pelas suas tendências retardatárias, se erijam em profetas democráticos exatamente na ocasião em

⁹⁴ Informação de Amaral Peixoto ao autor, 1979.

que os povos da velha estrutura representativa preferem adiar as convocações à vontade popular e manter os chefes nos seus postos. Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro.

Nesse momento, outubro/novembro de 1943, o Brasil estava em guerra já por mais de um ano com a Alemanha. Sua participação principal na guerra não seria a FEB, a força expedicionária enviada à Itália. Os Estados Unidos não tinham interesse nenhum da FEB, que foi quase uma imposição de Getúlio, para que o Brasil, no fim da guerra, tivesse voz nas negociações da paz. O que interessava aos Estados Unidos eram as bases aéreas no Norte e Nordeste do Brasil, a partir das quais seus aviões transportariam tropas e armamento para Dacar, na África Francesa, daí para o Norte da África, em seguida para a Itália e para um possível desembarque no sul da França. A pressão militar aliada no Mediterrâneo, ou seja, no Norte da África, na Itália e, se fosse o caso, no Sul da França, desviaria forças alemãs, enfraqueceria suas defesas no litoral atlântico da França e da Holanda, a partir do qual Hitler pretendia invadir e derrotar a Inglaterra. Mais que isso, porém, o fortalecimento dos Aliados, obtido graças ao Brasil, em toda a área do Mediterrâneo, permitiria a invasão da Normandia, o Dia-D de junho de 1944, a libertação da França e a invasão da própria Alemanha. Sem isso, a União Soviética, vitoriosa em Stalingrado, invadiria sozinha a Alemanha e tomaria conta da Europa.

Se os signatários do Manifesto dos Mineiros tivessem, nesse momento, possibilidade política e/ou militar de derrubar o governo Vargas, a maior resistência que enfrentariam seria do Presidente Roosevelt e do governo dos Estados Unidos. Daí a observação de Getúlio sobre a ocasião em que os povos da velha estrutura representativa preferiam adiar as convocações à vontade popular e manter os chefes nos seus postos. Roosevelt, em novembro de 1943, terminava o penúltimo ano de seu terceiro mandato, e em novembro de 44 seria reeleito mais uma vez, apesar de já muito doente. Na Inglaterra, nem eleições havia – nem eleições nem oposição, porque o governo de Winston Churchill tinha o apoio e a participação dos trabalhistas e dos liberais, que

não correriam o risco de enfraquecer e derrotar a Inglaterra pelo gosto de vencer os conservadores.

A Alemanha fora batida em Stalingrado em fevereiro de 1943, mas os Estados Unidos, a Inglaterra, a França Livre do General Charles De Gaulle e os outros aliados só conseguiram desembarcar na Normandia em junho de 1944, o que assegurava que a vitória sobre a Alemanha seria compartilhada entre esses aliados e a União Soviética. Pouco depois da invasão da Normandia, Paris foi libertada em agosto e outras forças aliadas desembarcaram no sul da França. Nos primeiros dias de setembro, tropas dos aliados “ocidentais” chegaram perto da fronteira alemã.

No dia 7 de setembro, Getúlio discursa nas solenidades do aniversário da Independência e reafirma que a preparação das eleições – ou seja, do fim do Estado Novo – terá início logo depois do fim da guerra. Muitos dos comandantes aliados achavam que ainda em setembro a guerra poderia chegar ao fim, com o colapso da Alemanha. Mas Hitler conseguiu resistir, montou uma contraofensiva e a guerra na Europa durou até maio de 1945.

Os aliados só conseguiriam entrar na Alemanha, garantindo o fim rápido da guerra, em março de 1945, mas já em janeiro, um mês antes da entrevista de José Américo a Carlos Lacerda, Getúlio reuniu o ministério para examinar os estudos, prontos, “sobre as modificações relativas aos órgãos de representação”, e sobre a convocação das eleições.

Quando a famosa entrevista foi publicada no *Correio da Manhã*, já tinham saído, sem qualquer oposição ou sanção da censura e do governo, duas entrevistas do General Gois Monteiro (1º e 7 de fevereiro), pedindo eleições e anistia, e do General Flores da Cunha, antigo aliado e depois adversário de Getúlio.

Embora a guerra prosseguisse (e só terminaria na Europa em maio e no Japão em agosto), já em fevereiro de 1945 o governo Vargas adotava as primeiras providências legais para a realização de eleições ainda nesse ano e anunciava a próxima decretação da anistia, para libertar todos os presos políticos, permitir o retorno de eventuais exilados e arquivar quaisquer processos judiciais de natureza política em andamento. Essas medidas precipitaram a

campanha eleitoral para a sucessão de Getúlio e, naturalmente, o processo de formação de partidos políticos.

A reconstituição dessa cronologia, embora sumária, mostra que, tanto quanto a oposição, em seguida agrupada na União Democrática Nacional, a UDN, o governo Vargas tomava iniciativas. Além disso, produzia fatos concretos, não apenas palavras, com o objetivo de realizar a abertura política e as eleições.

Em 22 de fevereiro de 1945, Getúlio recebeu do Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho, que exercia cumulativamente o Ministério do Trabalho, uma exposição de motivos sobre a adaptação das normas constitucionais à nova situação. O documento, publicado na íntegra pelo jornal situacionista carioca *O Radical*, enfatizava que a iniciativa do processo de redemocratização partia do próprio governo e defendia a realização de eleições diretas para os poderes Executivo e Legislativo, em nível tanto federal quanto estadual. Desaconselhava, entretanto, a convocação de uma Assembleia constituinte, reivindicação oposicionista, e propunha que a liberalização deveria ocorrer de acordo com a Constituição de 1937.

Esse documento, muito criticado pela oposição, serviu de base para a Lei Constitucional nº 9, também conhecida como Ato Adicional, assinada em 28 de fevereiro de 1945, fixando o prazo de 90 dias para a convocação das eleições. A reação oposicionista à nova lei também foi extremamente negativa, chegando o *Diário Carioca* a publicar em manchete: "Em moldes totalitários! Decretado o Ato Adicional. Mantidos os poderes ditatoriais do Presidente da República".

Em meio às reações provocadas por suas propostas, Marcondes Filho foi substituído no Ministério da Justiça pelo então interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães.

GETÚLIO PREVÊ O CONFRONTO COM OS ESTADOS UNIDOS

Num dos melhores estudos já produzidos sobre esse período, *Trabalhismo e Populismo*, o caso do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado apresentada em 1984 na Universidade de São Paulo, o cientista político Miguel Bodea

revela e documenta quais eram, nos meses finais da Segunda Guerra Mundial, as previsões e preocupações de Getúlio Vargas:

– Getúlio Vargas foi certamente o primeiro – e possivelmente único líder político brasileiro – a antever, ainda antes da derrota militar definitiva do Eixo, o inevitável enfrentamento do nacionalismo progressista brasileiro com um novo adversário: o imperialismo norte-americano.⁹⁵

Diante de tal possibilidade ou fatalidade, coloca-se, no momento da abertura política e da demolição do Estado Novo pelo próprio governo, uma nova questão: como conquistar (no caso, reconquistar) poder político suficiente para garantir a continuidade e a ampliação do projeto nacional iniciado a partir da Revolução de 1930.

– É aí – diz Bodea – que tem origem a ideia de um Partido Trabalhista, compromissado com esse projeto nacional e capaz de realizar uma estratégia de alianças políticas indispensável à luta de resistência contra as inevitáveis campanhas de demolição, junto com o modelo político do Estado Novo, da política social e da política nacionalista da Revolução de 30.

Miguel Bodea menciona a propósito um discurso do Presidente Vargas, a 7 de novembro de 1944, no qual ele diria:

– A política que o Brasil precisa seguir é a da expansão das trocas, sempre que não sejam dirigidas pelos monopólios internacionais, que nos tolerassem, na situação de meros servidores dos interesses financeiros privados. Como as plantas novas, certas atividades econômicas nacionais carecem de ser protegidas contra os excessos de sol, os vendavais e as pragas.

– Já em 1936, o Tratado de Comércio proposto pelos Estados Unidos, e por nós aceito sem restrições, objetivava principalmente salvaguardar a liberdade de comércio entre os países democráticos, ameaçada pelos expedientes perigosos postos em prática pelos que hoje combatemos de armas na mão. Não podemos admitir a hipótese, por isso mesmo, de que, terminada a guerra e depois de tantos sacrifícios, venham a persistir nas relações entre os povos os mesmos processos condenáveis de dominação econômica.

⁹⁵ Miguel Bodea, *Trabalhismo e Populismo, o caso do Rio Grande do Sul*, p. 243.

Os anos de 1944 e 1945 – diz Bodea – vem portanto amadurecer, em Vargas, a convicção, justificada ou não, mas essencial para a compreensão de sua estratégia política futura, de que tanto a legislação trabalhista se encontrava ameaçada, no plano interno, pelo retorno ao cenário nacional das forças liberal-oligárquicas derrotadas em 1930, quanto o próprio projeto de desenvolvimento nacional autônomo poderia ser solapado por forças externas, apoiadas na avassaladora hegemonia norte-americana que já se desenhava ao final da Segunda Guerra Mundial.⁹⁶

O Presidente Vargas sabe que o Estado Novo é transitório – e ele próprio contribuiu para isso ao impedir o plebiscito que confirmaria a Constituição de 1937 – e só perdura já por tanto tempo porque a guerra se prolonga. O fim da guerra e, antes mesmo dele, o declínio e a derrocada do poder de Hitler e seus aliados repõem na agenda das prioridades políticas a questão da democracia. Mas como fazê-lo, pergunta Miguel Bodea, sem ter de abandonar, *pari passu*, o projeto nacional-desenvolvimentista que o Estado Novo iniciara?

Essa pergunta, segundo Bodea, é uma das chaves do entendimento da questão dos partidos políticos surgidos em 1945.

O CORREIO DE PERÓN

Justamente nesse período, o Presidente Vargas passa a receber informações minuciosas sobre as ações de Juan Domingo Perón, então Vice-Presidente da Argentina, procedentes de um “emissário” por iniciativa própria ou de Perón, Caio Júlio César Vieira. Perón, segundo esse “emissário”, criticava asperamente, na época, os “velhos políticos”, os “carcomidos”, que “existiam no Brasil e outros países que praticavam a deturpada democracia liberal”.

Apesar disso, segundo Perón, a constitucionalização da Argentina tornava-se uma necessidade imposta pela proximidade do fim da guerra. O Brasil teria de seguir esse exemplo para poder manter boas relações com os Estados Unidos e a Inglaterra. Perón não tinha por que preocupar-se dessa forma com o Brasil. A

⁹⁶ Idem, p. 198.

Argentina oficial, governamental, de 1945, de cujo governo ele participava, e a Argentina de 1939 a 1945 tinham mantido e ainda mantinham uma atitude “neutra” que era inequivocamente simpática à Alemanha de Hitler. O Brasil estava em guerra com a Alemanha desde agosto de 1942 e apoiava os Estados Unidos desde antes da entrada destes na guerra, além de lutar contra Hitler desde 1938. Quem precisava agradar os Estados Unidos e a Inglaterra era a Argentina – até porque Perón e seus companheiros do GOU, o Grupo de Oficiais Unidos, que então dominava o governo argentino, tinham documentados antecedentes fascistas. O Brasil, ao contrário, estava na situação de ser agradado.

É por isso que o “emissário” César Vieira parece discutível. Ele só entra na história nesse momento, empenhadíssimo em equiparar o Presidente Vargas a Perón e em submeter o governo brasileiro à mesma atitude que, segundo ele, será a do governo argentino.

Em carta ao Presidente Vargas, César Vieira “reage alarmado às conjecturas de Perón” e diz textualmente:

– Ante meu pessimismo quanto à sobrevivência de sua obra social na Secretaria do Trabalho, após a inauguração do regime constitucional na Argentina, que teria – forçosamente em [seu] Congresso – capitalistas que empreenderiam a defraudação das leis sociais que ele fizera decretar – o Vice-Presidente (Perón) segredou-me que os representantes do povo argentino no futuro Congresso não poderiam mais voltar atrás, porque a massa trabalhadora impediria a supressão ou entorpecimento das leis que a protegem e amparam; além disso, as sementes que lançara frutificariam, no futuro, em benefício dos supremos interesses da nação.

Suspeito ou apenas inconfiável como possa parecer esse suposto emissário César Vieira, o fato é que suas cartas foram preservadas nos arquivos do Presidente Vargas. Ainda que Perón não merecesse a comparação com o Presidente Vargas e que a Argentina não tivesse naquele momento a situação de autoridade e prestígio políticos do Brasil, havia, objetivamente, o fato registrado por Miguel Bodea como a grande premonição do Presidente Getúlio Vargas – o inevitável confronto, depois da guerra, entre o nacionalismo brasileiro e a inflexão dos Estados Unidos para uma política imperialista. Getúlio

pensava nisso como uma tendência histórica, que talvez pudesse ser temperada pela personalidade e pela sensibilidade do Presidente Roosevelt. Com a morte de Roosevelt em abril de 1945, a tendência tornou-se fatalidade, nas mãos fortes e na inteligência escassa de seu sucessor, Harry Truman.

A partir da morte de Roosevelt, as duas situações se equiparam: a do Brasil pró-aliado desde antes da guerra; e a da Argentina, "neutra" até as vésperas do colapso da Alemanha, já em 1945. Como diz Miguel Bodea, o dilema com o qual se defrontavam tanto Vargas quanto Perón indicava como única saída forjar instrumentos que permitissem manter as linhas mestras do nacional-desenvolvimentismo e a legislação social depois de uma inadiável reconstitucionalização.

É da Argentina e da correspondência de César Vieira que vem o receio de que a reconstitucionalização possa mascarar o retrocesso social e político. No espírito do Presidente Getúlio Vargas, só existe uma solução:

— A única saída possível seria a criação de partidos políticos que pudessem enfrentar as forças liberal-conservadoras que remontavam suas máquinas eleitorais, apoiadas nas oligarquias regionais. Caso contrário, as forças derrotadas em 1930 voltariam a ser maioria, envoltas, ainda por cima, pela legitimação conferida pelos processos eleitorais.⁹⁷

CONTRA O PARTIDO ÚNICO

O Presidente Getúlio Vargas, ao instituir o Estado Novo, extinguiu os partidos políticos então existentes, quase todos regionais e/ou oligárquicos. Mas não cedeu à tentação de substituí-los por seu próprio partido único e às pressões e tentativas de sedução nesse sentido.

Na noite do golpe de 1937, acrescenta Miguel Bodea, Getúlio afirmaria que a verdadeira função dos partidos, dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, "essa, de há muito, não exercem os nossos agrupamentos partidários nacionais...".

⁹⁷ Idem, *ibidem*.

Getúlio extinguiu nessa noite os partidos então existentes, que eram, praticamente todos, agrupamentos regionais sem maior conteúdo ou compromisso programático. Mas não aceitou, nem nesse momento nem nos meses e anos seguintes, a proposta de seu Ministro da Justiça, Francisco Campos, de criação de um partido único. Em conversa com Luís Vergara, seu secretário particular, Getúlio diria não querer “embrenhar-se novamente pelo cipó da política partidária...”.

– Se acabei com os partidos, como posso ser o primeiro a querer restabelecê-los, embora sob a forma de partido único, como deseja o próprio Campos?”.

Em 1945, o Brasil voltará a ter partidos.

– Nesta nova conjuntura – diz Miguel Bodea – o Presidente Getúlio Vargas é, portanto, forçado a pensar concretamente a questão partidária, que havia menosprezado no período anterior, tanto pela hostilidade em relação aos partidos tradicionais quanto pela aversão à criação de um partido único de sustentação ao regime.

– Havia dois caminhos a seguir e Vargas tentaria, simultaneamente, trilhar os dois. O primeiro caminho, de viés mais conservador, seria criar um partido nacional que centralizasse e arregimentasse as forças políticas vinculadas às oligarquias locais, subordinando-as aos interesses maiores da estratégia de desenvolvimento nacional autônomo. O segundo caminho, que abriria uma dinâmica de mobilização popular potencialmente progressista, seria a criação de um grande partido urbano de massas, que mobilizaria o voto operário e popular, contrapondo-o às máquinas eleitorais dos notáveis.⁹⁸

⁹⁸ Idem, p. 201.

CAPÍTULO 13

MARÇO, ABRIL, 1945

ATÉ O PARTIDO COMUNISTA FOI PERMITIDO

OS NOVOS PARTIDOS

JÁ ESTAVAM EM FUNCIONAMENTO OS DOIS PARTIDOS MAIORES, O PSD GOVERNISTA E A UDN OPOSICIONISTA, E LANÇADOS OS RESPECTIVOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA, O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES PELA UDN E O GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PELO PSD, QUANDO GETÚLIO, EM 18 DE ABRIL, DECRETOU A ANISTIA.

Em março de 1945, os novos partidos políticos já estavam em fase de organização.

O grupo mais rápido não foi, como se poderia supor, o das forças oposicionistas, mobilizadas desde 1943 pelo Manifesto dos Mineiros, pelo lançamento da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência em fevereiro e pela criação da União Democrática Nacional, a UDN.

Mais rápido foi o grupo governista conservador. Já a 27 de março, o interventor federal em Minas Gerais, Benedito Valadares, apresentou a candidatura do general Dutra à Presidência. (Dutra, então Ministro da Guerra, fora escolhido pelo Presidente Getúlio Vargas para disputar sua sucessão porque o candidato oposicionista era também um militar, o Brigadeiro Eduardo Gomes. Duas candidaturas militares dariam mais equilíbrio e estabilidade à transição).

O lançamento da candidatura Dutra seria o primeiro passo público para a criação do Partido Social Democrático, o PSD, que herdaria a liderança da grande maioria dos interventores e prefeitos, representantes do governo federal nos Estados e municípios em todo o país.

No Rio Grande do Sul, para tomarmos um exemplo expressivo, o PSD foi estruturado sob a presidência de Protásio Vargas, irmão do Presidente, e com

o acompanhamento atento deste e do interventor federal no Estado, o general Ernesto Dornelles. O PSD gaúcho teve desde o início a participação de líderes getulistas de perfil já então trabalhista, como José Diogo Brochado da Rocha, ex-diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, detentor de forte liderança sobre a massa dos ferroviários gaúchos, e como o futuro Presidente João Goulart.

Reagindo à rapidez do lançamento da candidatura Dutra, que era também o lançamento do PSD, o grupo oposicionista fundou a UDN no dia 7 de abril, véspera do ato público em que mais de cinco mil pessoas assinariam a ata de fundação do PSD. A 21 de abril, a convenção nacional da UDN homologaria a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes às eleições presidenciais.

Paralelamente, o ex-Ministro da Justiça, agora apenas Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, passou a cuidar da organização do futuro Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB – que coincidia com o chamado “movimento queremista”. O queremismo vinha da palavra de ordem “queremos Getúlio!” e reivindicava a convocação de uma Constituinte com Vargas no poder, política endossada pelo movimento sindical e também pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB), que nesse momento voltava à legalidade.

O queremismo mobilizava especialmente as lideranças sindicais que compartilhavam, talvez sem disso terem consciência, as preocupações de Getúlio com a inevitável tentativa de derrubada, junto com o modelo ditatorial do Estado Novo, da política trabalhista e da política nacionalista do governo Vargas. “Queremos Getúlio!” não significava que os queremistas quisessem a prorrogação ou a perpetuação do Estado Novo. O Partido Comunista, mais sofisticado intelectualmente, adotara a palavra de ordem “Constituinte com Getúlio!”. Para o PC, o símbolo era uma abstração, a Constituinte. Para o queremismo, o símbolo era uma pessoa, Getúlio Vargas, que todos conheciam. Nem todos os brasileiros sabiam o que era a Constituinte. Mas todos sabiam quem era Getúlio Vargas – e muitos mantinham para com ele uma postura de gratidão que perduraria por toda a sua vida e mesmo depois disso. Este foi, com certeza, o grande alimento espiritual, o grande segredo do PTB e do trabalhismo brasileiro, não só em 1945 mas também pelas décadas seguintes.

O ENCONTRO DO QUEREMISMO COM ALBERTO PASQUALINI

As lembranças de Leonel Brizola permitem-nos reviver a saga da organização do trabalhismo em 1945. Ele, jovem estudante, era naturalmente contra o Estado Novo. Todos eram – até Getúlio Vargas, o Presidente da República e chefe do Estado Novo.

Ao surgirem os novos partidos, alguns sabem logo onde situar-se, de acordo ou com suas convicções ou com suas conveniências – e até, em alguns casos, de acordo com ambas. Não os jovens. Especialmente um como Leonel Brizola, que chegara adolescente a Porto Alegre, movido pela obsessão de estudar, que fora engraxate e carregador de malas na estação da estrada de ferro e mais tarde diria que por pouco escapara de tornar-se um pequeno marginal – o que explicava outra de suas obsessões: abrir escolas, criar oportunidades para crianças, adolescentes e jovens sem horizontes como ele era ao partir para a grande cidade.

O espectro de escolhas que se oferecia aos jovens de 1945 começava pelo Partido Comunista, que lutava pelos pobres, pelos trabalhadores – e estava associado às lutas contra a barbárie nazi-fascista, desde a Guerra Civil Espanhola, a partir de 1936; e especialmente na Segunda Guerra Mundial, com a resistência na França, os partisans na Itália, os guerrilheiros de Tito na Iugoslávia e a resistência de todos os povos da União Soviética à invasão alemã desde junho de 1941. Mas o Partido Comunista era uma escolha intelectual, doutrinária, sectária e excludente: em 1945, era muito mais uma escolha para intelectuais em desconforto de consciência que uma escolha para jovens que tivessem, literalmente, como no verso dessa época de Carlos Drummond de Andrade, “duas mãos e o sentimento do mundo”.

Do outro lado, o lado conservador, situavam-se os partidos das elites: a UDN oposicionista e o PSD governista. Na extrema direita ressurgia, sob a legenda do Partido de Representação Popular, a antiga Ação Integralista Brasileira, que trovejara antes do Estado Novo:

– Quem não estiver conosco estará contra nós! E cabeças rolarão sobre cabeças!

Nessa gritaria de ofertas, Leonel Brizola e outros jovens estudantes foram atraídos – como ele contaria – por outro chamado, quase silencioso, de um grupo de trabalhadores, sindicalistas, que numa pequena sede no centro antigo de Porto Alegre formavam aquilo que viria a ser a seção local do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

Não eram apenas jovens inexperientes politicamente, mas jovens profundamente vividos, como Leonel Brizola, que nesse momento procuravam um caminho.

Entre os que procuravam caminhos práticos, embora já tivesse percorrido longos e fecundos caminhos teóricos, figurava um ainda jovem professor de 44 anos chamado Alberto Pasqualini.

Em março de 1945, Pasqualini publicou em Porto Alegre, no *Correio do Povo*, o mais importante jornal do Rio Grande do Sul, o artigo “Sugestões para um Programa de Governo”. Até hoje, Pasqualini é apontado como o proponente de um trabalhismo “sério”, em oposição ao suposto populismo de outras lideranças do PTB e do próprio Getúlio Vargas. Sem dúvida Pasqualini era o proponente de um trabalhismo sério, e por isso seu depoimento é importante.

Pasqualini não era um desconhecido. Recém-formado na Faculdade de Direito, participara ativamente, no comando militar do porto de Porto Alegre, das operações armadas da Revolução de 1930; tinha sido vereador de 1935 a 1937 e, no Estado Novo, fora conselheiro do Departamento Administrativo do Estado e Secretário do Interior e Justiça do interventor Ernesto Dornelles.

Já em janeiro de 1945 ele entrara na discussão sobre o fim do Estado Novo, com um artigo sob o título “Plebiscito ou Constituinte”. Nesse artigo, embora estivesse em oposição ao governo Vargas, ele contestava o argumento segundo o qual o Estado Novo seria necessariamente fascista por prescrever em sua Constituição um modelo econômico corporativista, que, aliás, jamais chegou a ser realizado ou sequer iniciado.

– Frequentemente se aponta a organização corporativa da economia nacional, prevista na Carta de 1937, como ponto de contato com o regime fascista – escreveu Pasqualini. – Podem-se, sem dúvida, fazer restrições ao corporativismo, mas não se pode afirmar seja ele uma criação típica e neces-

sária do fascismo. O sistema corporativo pode coexistir com a democracia e, principalmente, com a democracia capitalista, desde que tenham uma existência a latere, isto é, desde que o seu caráter seja econômico e não político, e desde que se observem também os princípios democráticos nos diferentes corpos que o integram. Creio que as maiores reservas que se fazem à Carta de 1937 não dizem respeito, propriamente, aos seus princípios sociais e econômicos, mas à distribuição e funcionamento dos poderes políticos e ao mecanismo representativo.⁹⁹

Pasqualini, na oposição, poderia intuir ou adivinhar as preocupações do Presidente Vargas, nesse mesmo momento, com a necessidade de preservar os avanços sociais e econômicos do governo saído da Revolução de 1930. Mas ninguém teve mais pontaria que ele: o que era preciso substituir era o modelo político autoritário da Constituição do Estado Novo, não sua organização e sua política econômica e social. O fato era que os adversários alvejavam o Estado Novo não para atingir sua organização política, mas para alcançar sua política econômica e sua política social, que, como dizia Pasqualini, estavam fora das reservas feitas à Carta de 1937.

O artigo sobre o corporativismo parece não ter tido maior repercussão na época, até porque foi superado por outro artigo, de março, "Sugestões para um Programa de Governo". Neste, Pasqualini dizia:

– De todas as questões de caráter fundamental, que, neste momento, devem ou deveriam merecer atenção e estudo... a que sobreleva e tem primazia e prioridade sobre as demais é, sem dúvida, a questão social... O que denominamos "bem-estar social" tem um sentido distributivo.¹⁰⁰

Já em fevereiro de 1945, Pasqualini defendia, em outro artigo, a criação de colônias agrícolas, contra a concentração da propriedade rural e em benefício dos agricultores sem terra.

– Todos aqueles que possuem bens e desejam conservá-los – advertia Pasqualini, ciente de quanto a guerra exigira em todo o mundo dos mais po-

⁹⁹ Alberto Pasqualini, *Obra Social e Política*, vol. I, p. 338.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 363.

bres e do quanto eles eram credores dos países vitoriosos – todos deveriam compreender que quando um esfaimado ronda a porta, é mais seguro dar-lhe meios de vida ou um prato de comida do que chamar a polícia. Infelizmente, nem todos pensam assim...

Na opinião de Pasqualini, “o Estado não poderia ser mero guardião da tranquilidade pública, tal como o viam, com estreiteza, os liberais do século passado”. O Estado não pode ser policial, deve ser o Estado que “dá a todos o mesmo ponto de partida, pela educação universal, e que atenua as diferenças sociais com os equipamentos comuns de saúde e os recursos do crédito”. A maior arma do Estado, acrescenta, é o crédito.¹⁰¹

ABRIL, MAIO: A ANISTIA, A LEI ELEITORAL E A FUNDAÇÃO DO PTB

Já estavam em funcionamento os dois partidos maiores, o PSD governista e a UDN oposicionista, e lançados os respectivos candidatos à Presidência, o Brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN e o General Eurico Gaspar Dutra pelo PSD, quando Getúlio, em 18 de abril, decretou a anistia, beneficiando de direitistas a esquerdistas, libertando os últimos presos políticos, entre os quais Luís Carlos Prestes, permitindo o retorno dos últimos exilados e incorporando à campanha eleitoral todos aqueles que até então estivessem impedidos de atuar politicamente.

A anistia e, a seguir, o estabelecimento de relações diplomáticas com a então União Soviética (a pedido dos Estados Unidos e da Inglaterra, pedido apoiado, internamente, até pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, que encabeçaria uma passeata no Rio a seu favor), viabilizariam o aparecimento e o fortalecimento de outra grande corrente política, capaz de rivalizar com a UDN e o PSD. Essa outra corrente era o agrupamento das esquerdas, encabeçado pelo Partido Comunista, reorganizado e legalizado sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

O Partido Comunista iniciou sua atividade legal dessa época muito favo-

¹⁰¹ Idem, p. 345.

recido pelo prestígio de que então desfrutava a União Soviética, vitoriosa sobre a Alemanha nazista em Stalingrado, em 1943, na primeira grande derrota militar de Hitler desde o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939. No momento da anistia no Brasil, da libertação de Prestes e do lançamento da atividade legal do Partido Comunista, em abril de 1945, o Exército soviético avançava na Alemanha, para alcançar Berlim e liquidar o que restava – e ainda era muito forte – do império nazista.

Uma das primeiras decisões do Partido Comunista nesse período foi apoiar a campanha queremista, com a palavra de ordem “Constituinte com Getúlio!”. O que, inclusive, levaria Prestes à praça pública para falar em comícios em defesa do Presidente que ele tentara liquidar, talvez até fisicamente, em novembro de 1935, e cujo governo o mantivera preso por nove anos.

O apoio do Partido Comunista ao movimento queremista nem absorveu esse movimento nem impediu o surgimento de um Partido Trabalhista completamente independente do PC e até, algumas vezes, em franca oposição a ele.

Lutando para disputar espaço em três frentes – à esquerda com o Partido Comunista; no centro, com os grupos mais progressistas da UDN (de um deles, a Esquerda Democrática, surgiria o Partido Socialista Brasileiro, PSB); e à direita com o aparelho governamental abrigado no PSD – o Partido Trabalhista Brasileiro, PTB, foi fundado a 15 de maio de 1945.

O PTB, INSTRUMENTO DE LUTA CONTRA A INDIFERENÇA

Getúlio estimulou o aparecimento do PTB não para servir de muralha à esquerda e ao Partido Comunista; mas para operar como instrumento de luta contra a indiferença social da direita e mesmo dos grupos de centro então empenhados na restauração das liberdades públicas, e insensíveis às condições sociais da vida econômica brasileira, condições agravadas pelas vicissitudes da guerra. Essa luta acontecia na Inglaterra, na França libertada, nas demais áreas da Europa resgatadas ao domínio nazista e nos Estados Unidos. No Brasil, essa correção das condições sociais começara antes, antes mesmo que nos Estados Unidos, pela ação, desde novembro de 1930, do governo

provisório da Revolução, chefiado por Getúlio Vargas.

Quem comandou nacionalmente a organização do PSD foi o recém-nomeado Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, até então Interventor Federal em Pernambuco. Da mesma forma, quem estimulou a formação do PTB foi o então Ministro do Trabalho e ex-Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho.

Agamenon era considerado um conservador nacionalista, o que fazia dele muito mais um reformista que um conservador. Nos anos 30, exercendo o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ele indicara o então deputado Barbosa Lima Sobrinho, de Pernambuco como ele, para relator do projeto de nacionalização da indústria dos seguros e de criação do Instituto de Resseguros, de acordo com as determinações nacionalizantes da Constituição de 1934. No início do Estado Novo, já Interventor Federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães indicara Barbosa Lima Sobrinho para o cargo de presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool. Nesse cargo, Barbosa Lima Sobrinho elaborou e submeteu a Getúlio, que o sancionaria sem mudar uma vírgula, o projeto do Estatuto da Lavoura Canavieira, promotor da primeira experiência de reforma agrária e sindicalização rural realizada no Brasil.

Agamenon Magalhães podia ser um temperamento autoritário, mas não era o conservador que o supunham. Ministro da Justiça na fase da abertura política de 1945, ele escolheu o mesmo Barbosa Lima Sobrinho, da nacionalização dos seguros e do Estatuto da Lavoura Canavieira, para redigir o programa do partido do governo.

Foi Barbosa Lima Sobrinho quem escolheu o nome de Partido Social Democrático, PSD, em homenagem ao SPD, o Partido Social Democrático da Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial – um partido democrático de tendências socialistas ou no mínimo de compromissos sociais. No Brasil, com o tempo, a sigla PSD passaria a significar uma proposta sempre de contemporização, sempre de conciliação – uma proposta no fundo conservadora e, com o tempo, reacionária. Na verdade esse significado não correspondia ao fato de que o PSD abrigava ao mesmo tempo grupos conservadores e reacionários, mas também grupos reformistas e avançados.

Em 1945, a sigla PSD e assustou o presidente pro forma do PSD, Benedito

Valadares. Foi Agamenon Magalhães que fez aprovar, contra Valadares e seus temores, as propostas de Barbosa Lima Sobrinho – chamar o partido de PSD e adotar em seu programa as teses da social-democracia europeia.¹⁰²

Com toda a inclinação esquerdista, democrático-socialista, de Barbosa Lima Sobrinho, boa parte do PSD viria a operar como o partido dos grandes interesses oligárquicos e rurais (enquanto a UDN seria, como o MDB na segunda metade da década de 1960 e ao longo dos anos 70, o grande partido das cidades e de suas vozes liberais; mas também pouco sensível à questão social).

Diante da UDN e desse PSD que dispunha, inclusive, em alguns Estados (como o Rio Grande do Sul), de um departamento trabalhista, o PTB surgia como um fenômeno talvez incompreensível.

O que importa é que as diversas correntes formadoras do PTB organizaram um partido que teria forças interiores para viver vinte anos em crescimento constante, até 1965, quando da extinção de todos os partidos políticos pelo Ato Institucional nº. 2. Eleitoralmente, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PTB foi Getúlio Vargas. Quem venceu foi Getúlio, mas sua vitória pessoal assegurou as vitórias do PTB até sua extinção, em 1965.

Estavam assim os partidos envolvidos na luta eleitoral e afinal, a 28 de maio de 1945, o governo decretou o novo Código Eleitoral. O Código marcava as eleições para 2 de dezembro e estabelecia requisitos para a formação de partidos políticos.

A grande inovação era tornar obrigatória, pela primeira vez, a formação de partidos de caráter nacional. Com isso se pretendia não apenas evitar a fragmentação partidária, mas também impedir o reaparecimento dos velhos partidos oligárquicos com bases essencialmente estaduais e defensores de programas comprometidos com interesses regionais.

O Código Eleitoral marcou também para 6 de maio de 1946 as eleições para os governos e Assembleias legislativas estaduais.

A partir daí, partidos e agrupamentos políticos começaram a tomar providências para a obtenção do registro junto à Justiça Eleitoral.

¹⁰² Informação de Barbosa Lima Sobrinho ao autor, 1996.

CAPÍTULO 14

MARÇO, 1945

CONVERSAS COM JOÃO NEVES

GETÚLIO PROPÕE ANTECIPAR SUA SAÍDA

A UDN RECUSA A PROPOSTA DE SAÍDA ANTECIPADA DO PRESIDENTE,
PORQUE TEMIA SUA SUBSTITUIÇÃO PELO MINISTRO DA GUERRA,
GENERAL GOIS MONTEIRO. ATÉ SETEMBRO, ELA PREFERE
QUE GETÚLIO PERMANEÇA NA CHEFIA DO GOVERNO.

Nos últimos dias de fevereiro chegara ao Brasil, para visitar a mãe gravemente doente no Rio Grande do Sul, o então Embaixador do Brasil em Lisboa, João Neves da Fontoura, amigo de juventude de Getúlio, com quem rompera já nos primeiros momentos da Revolução de 30, a quem combatiera na Revolução paulista de 1932 e de quem se reaproximara depois.

– As viagens – lembraria João Neves em um trecho de suas memórias, publicadas em 1960 – eram, então, não só perigosas como incertas e irregulares (a guerra só terminaria em maio)... Passavam-se às vezes dez dias sem chegar a Lisboa um avião procedente da América do Sul. A 24 (de fevereiro) consegui embarcar... Escalei em dia em Natal e só desci no Rio a 26, encontrando uma atmosfera de graves agitações internas. O menos que se dizia era que Vargas não amanheceria no Palácio, pois sua deposição já se achava concertada nos quartéis.¹⁰³

À espera do embarque para o sul, João Neves esteve com Getúlio, que passava o verão em Petrópolis. Achou o Presidente inseguro “e até restritivo quanto ao apoio de alguns dos seus mais próximos colaboradores”. Esse de-

¹⁰³ João Neves da Fontoura, “Um episódio desconhecido na campanha de 1945”, trecho de livro de memórias, transcrito por Hélio Silva em 1945 – Por que depuseram Vargas, p. 228.

poimento de João Neves não deve ser tomado ao pé da letra nem considerado minimamente insuspeito, porque João Neves voltaria a romper com Getúlio, ao ser por este afastado, em 1953, do Ministério do Exterior de seu segundo governo. Esse rompimento não teria volta, por duas razões: uma, a falta de tempo, pois Getúlio morreria logo, pouco mais de um ano depois; a segunda, a campanha que a partir de sua demissão João Neves moveu contra Getúlio, a mais violenta e venenosa, no meio século de sua convivência.

Com esta ressalva, vejamos o que diz João Neves:

– Vargas perguntou-me o que pensava. Respondi-lhe que não havia mais que acelerar os preparativos para a convocação da Constituinte, mas paralelamente impunha-se a escolha de um candidato a opor ao nome do Brigadeiro [Eduardo Gomes], o qual, dadas as circunstâncias só poderia ser o do General Eurico Dutra. Ele concordou plenamente...

João Neves viaja então para o Rio Grande, mas não demora a voltar. Sua mãe melhora e ele pensa em embarcar para Lisboa. Getúlio, porém [diz ele], inventa pretextos para retê-lo no Brasil. Passam a encontrar-se todas as noites no Palácio Guanabara, no Rio, depois que Getúlio volta de Petrópolis.

– Uma vez, reexaminando com ele a questão política (a candidatura Dutra já estava posta), fiz-lhe ver que a agitação perdurava apenas porque os adversários estavam convictos de que ele manobrava na sombra, para continuar; e, assim, não haveria tranquilidade enquanto o soubessem no governo.

Getúlio – prossegue João Neves – ouviu com toda a atenção, “dizendo que por seu gosto iria embora imediatamente”.

João Neves pergunta:

– Por que não o fazes, transmitindo o poder ao Ministro da Guerra? Ele que presida às eleições... Respondeu-me que nada opunha a essa ideia. Prometeu refletir...

Era Ministro da Guerra nesse momento o General Gois Monteiro, pois Dutra se afastara para assumir a candidatura. No dia seguinte, Getúlio chamou João Neves e disse:

– Conversei com o Gois. Ele concordou. Vai tratar do assunto contigo. Acho que com a minha renúncia será fácil chegarem os dois lados a uma solu-

ção de caráter nacional, pois desaparece o obstáculo que é minha presença no governo. Caberá a ti negociá-la, em benefício da paz interna.

Essa reconstituição da conversa parece literária demais para ser literal. Dois homens da idade de Getúlio e João Neves, um com mais de sessenta anos e o outro com quase isso e que se conheciam desde a juventude e da Faculdade de Direito, não se falariam na intimidade de maneira tão formal e pedante. Mas o sentido do diálogo pode ter sido esse mesmo, enfeitado pelos pendores literários de João Neves. De volta ao coloquial, porque agora é ele que fala e não querará parecer pomposo e ridículo, João Neves continua:

– No dia imediato, o General Gois Monteiro foi almoçar comigo. Debatesmos o caso... Comunicou-me que estava disposto a apoiar a decisão de Vargas... assumindo o governo após a renúncia dele e garantindo o pleito na data marcada.

Gois Monteiro entendia, porém, que sua investidura no governo em seguida ao afastamento de Getúlio deveria ser precedida de um entendimento nacional, “encontrando-se um candidato de paz que somasse todas as correntes”.

João Neves, que já estava encarregado de conduzir a fórmula do afastamento do Presidente, foi então encarregado pelo General Gois de “tentar a solução, mas sob estrito sigilo”. Tentar a solução era conversar com a UDN e com o PSD, para retirarem as candidaturas do Brigadeiro Eduardo Gomes e do General Dutra, em benefício de um terceiro candidato, de “união nacional”.

O primeiro contacto procurado por João Neves foi com o ex-deputado Raul Fernandes, um dos dirigentes mais influentes e respeitados da UDN, inclusive por sua amizade com o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Raul Fernandes não pensou duas vezes:

– Ele me declarou, desde logo, que a entrega do governo ao General Gois não se lhe afigurava de molde a inspirar confiança às oposições, pois o Ministro da Guerra fora coautor do Estado Novo e era um espírito politicamente instável.

Isso, de fato, significava que a UDN preferia a manutenção de Vargas na Presidência à entrega do governo a Gois Monteiro.

Apesar desse veto, Raul Fernandes dispôs-se a levar a proposta de João Neves ao conhecimento da direção da UDN e do próprio Brigadeiro Eduardo Gomes.

– Dois dias depois – conclui João Neves – [Raul Fernandes] convocou-me a um encontro... A resposta era categoricamente negativa.¹⁰⁴

Já em agosto ou mesmo em setembro de 1945, a UDN e o Brigadeiro Eduardo Gomes preferiam a permanência de Getúlio Vargas na Presidência, com os poderes ditatoriais do Estado Novo, à sua substituição pelo Ministro da Guerra, General Gois Monteiro. Permanência que se prolongaria até a posse de um novo Presidente, a ser eleito a 2 de dezembro.

SETEMBRO: OITO PONTOS DO PRIMEIRO PROGRAMA DO PTB

Pela legislação decretada pelo próprio Getúlio, os ocupantes de determinados cargos, inclusive o de Presidente, teriam de desincompatibilizar-se até 2 de setembro, três meses antes da eleição.

Getúlio, apesar das sucessivas manifestações do movimento queremista e dos sindicatos, deixou passar o 2 de setembro sem afastar-se do governo. Nem isso sossegou a oposição.

O perigo maior para ela seria Getúlio mudar a legislação eleitoral por ele próprio decretada e lançar-se candidato à Presidência, para voltar ao governo legitimado pelo voto direto. A oposição temia também que Getúlio cancelasse as eleições presidenciais, para permanecer no poder, mas sem cancelar as eleições para os deputados e senadores que comporiam uma Assembleia Constituinte. Seria a “Constituinte com Getúlio”, preconizada pelo Partido Comunista. Getúlio, com sua popularidade, poderia fazer a maioria dessa Constituinte. Com a eleição presidencial antes ou depois da Assembleia Constituinte, teria todas as chances de eleger-se Presidente.

Era ingênuo supor que Getúlio, com a campanha na rua e o país mobilizado, pudesse, depois de 2 de setembro, alterar a lei eleitoral para fazer-se candidato. Era igualmente ingênuo acreditar nas possibilidades de êxito da campanha pró-Constituinte com Getúlio depois que o Presidente não se desincompatibilizou.

¹⁰⁴ Hélio Silva, 1945..., pp. 229 a 232.

Segundo a história anti-Getúlio, este não encorajava abertamente o queremismo, mas nada fazia para evitar seu crescimento. Não se encontra registro, porém, nessa história, de episódios como a decisão de Getúlio de não se desincompatibilizar no dia 2 de setembro e como sua tentativa de deixar imediatamente a Presidência, transferindo-a ao Ministro da Guerra, General Gois Monteiro.

Uma pergunta que parece inevitável é esta: se não o queriam mais na Presidência, por que não aceitaram sua substituição (já que não existia Vice-Presidente ou outro sucessor constitucional) pelo Ministro da Guerra?

Já que não aceitavam a substituição do Presidente, por que os queremistas deteriam sua campanha a partir do esgotamento do prazo da desincompatibilização? Se o Presidente Vargas não podia ser substituído pelo Ministro da Guerra, por que não manter o Presidente na Presidência ao longo das deliberações da Constituinte?

Foi talvez com esse propósito que o movimento queremista realizou, a 30 de setembro, mais um comício, que se converteu em passeata até o Palácio Guanabara, onde estava Getúlio.

O Presidente reafirmou sua decisão de não ser candidato:

– Ao homem que se aproxima do fim de suas atividades públicas e que outro desejo não tem a não ser recolher-se à tranquilidade de seu lar, é profundamente comovedor e eloquente este movimento a que acabei de assistir... Está traçado o caminho das urnas... Ninguém poderá detê-las. Eu quero apenas presidir a essas eleições, em que o povo brasileiro escolha livremente os seus representantes.

Pouco antes, a UDN não aceitara a proposta de Getúlio de deixar o governo imediatamente, passando a Presidência ao General Gois Monteiro, que substituíra Dutra no Ministério da Guerra. Para a UDN, Gois seria pior que a permanência de Getúlio, porque conduziria o processo eleitoral de forma a beneficiar Dutra. Que oposição! E até hoje a história oficial não registra esse episódio.

No dia 14 de setembro realizava-se no Rio a primeira convenção nacional do PTB, que aprovaria o programa do partido. Desse programa, oito pontos foram sempre considerados os fundamentais:

1. Reexame da Constituição (de 1937), sem que fossem reduzidos os direitos por ela assegurados aos trabalhadores.

2. Amparo da legislação aos trabalhadores rurais e também aos trabalhadores das autarquias e servidores públicos, quando seus direitos fossem inferiores aos dos trabalhadores nas empresas privadas.

3. Criação de órgãos paritários da Justiça do Trabalho em todos os grandes centros trabalhistas do país, assegurando-se um rápido andamento nos processos.

4. Ampliação da representação das classes, sem preponderância de qualquer delas, em todos os órgão que interessassem ao capital e ao trabalho.

5. Planificação econômica, atingindo todos os setores e visando – por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado – que a produção do país atendesse às necessidades internas.

6. Melhor distribuição de riquezas, reconhecido ao capital o direito a um lucro com limite razoável.

7. Extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se possibilidade de posse da terra a todos os que quisessem trabalhá-la.

8. Direito de greve pacífica e a distinção entre greve legal e ilegal.

Esse programa assumia como compromissos do PTB as preocupações imediatas de Getúlio Vargas, como a garantia aos direitos dos trabalhadores na votação de mudanças constitucionais ou mesmo de uma nova Constituição; e ainda aquilo que o governo Vargas não conseguira realizar ou completar, como a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e a criação de órgãos da Justiça do Trabalho em todas as grandes cidades.

Mas assumia também projetos para o futuro que o Presidente endossaria ou que já estavam explícitos ou implícitos em sua ação política e governamental: caso da representação de classes, sem preponderância de qualquer uma delas, em todos os órgãos que interessassem ao capital e ao trabalho. Isso dizia respeito em especial aos órgãos da Previdência Social, financiada pelas contribuições de empregados, empregadores e governo: quase vinte anos depois, os institutos previdenciários passaram a ser administrados diretamente por direções colegiadas compostas de representantes dos empregados, dos

empregadores e do governo; e era comum unirem-se contra os representantes do governo os representantes de empregados e empregadores, embora os respectivos sindicatos vivessem, fora da Previdência, conflitos às vezes terríveis.

Três dos oito itens principais do programa do PTB encampavam e resumiam ideias da Revolução de 1930 e do governo Vargas: planificação econômica, melhor distribuição de riquezas e extinção do latifúndio improdutivo.

Além de aprovar o programa do partido, sua primeira convenção nacional confirmou Paulo Baeta Neves na presidência do diretório nacional e escolheu um Presidente e um Vice-Presidente de honra – Getúlio Vargas e o Ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho.

Getúlio não se limitaria ao papel passivo de aceitar o programa e sua escolha como Presidente de honra do partido.

Embora tendo lançado pelo PSD a candidatura de seu Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, à Presidência da República, em confronto com a candidatura oposicionista do Brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN, o principal partido de oposição, o Presidente Vargas recomendou ao PTB, no momento dessa primeira convenção nacional, que examinasse a possibilidade de lançar uma candidatura própria. Getúlio chegou a sugerir dois nomes – Oswaldo Aranha e João Neves da Fontoura.

Com o apoio de Getúlio, um candidato próprio do PTB poderia vencer. Isso aconteceria com o General Dutra, impopularíssimo e, no entanto, eleito por uma declaração sumária de apoio do Presidente deposto.

CAPÍTULO 15

OUTUBRO A DEZEMBRO, 1945

PRIMEIRA DECISÃO DO NOVO GOVERNO: ABRIR O PETRÓLEO A CAPITALS
ESTRANGEIROS

OUTUBRO: A QUEDA DE GETÚLIO

DEPOSTO, ELE SE RECOLHE A SÃO BORJA E, SEM SAIR DE LÁ,
GANHA AS ELEIÇÕES EM DEZEMBRO, ELEGENDO O GENERAL DUTRA
PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E ELEITO, ELE PRÓPRIO,
PARA SENADOR POR DOIS ESTADOS E DEPUTADO POR SETE.

Partidos como o PTB estavam inteiramente absorvidos pela campanha política e pela eleição, marcada para 2 de dezembro. Como se não pudesse mais ocorrer algum imprevisto. Mas o desfecho da campanha não seria tão simples assim.

No dia 10 de outubro o Presidente Vargas fez um discurso no qual se referia aos quatro objetivos fundamentais do PTB:

– Primeiro, defender os trabalhadores das tentativas de absorção por parte de elementos extremistas; segundo, evitar que os operários constituam massa de manobra para os políticos; terceiro, permitir que os trabalhadores escolham representantes saídos do seu seio; quarto, permitir a organização constitucional em bases verdadeiramente democráticas.

No mesmo dia, entretanto, o Presidente assinaria um decreto-lei que antecipava para 2 de dezembro, junto com a eleição para Presidente e para os deputados e senadores que comporiam a futura Assembleia Nacional Constituinte, as eleições para governador de Estado, até então previstas para o ano de 1946.

As oposições consideraram a antecipação um golpe para tumultuar a campanha e talvez inviabilizar as eleições. Ou para Getúlio vencê-las obliquamente. Pelo novo decreto, os então Interventores nos Estados poderiam

desincompatibilizar-se e disputar o cargo de governador, que certamente conquistariam com a ajuda de Getúlio e dos novos interventores por ele nomeados. Mesmo o General Dutra, lançado candidato por Getúlio, não gostou da mudança, embora ela tivesse sido feita, segundo tudo indica, para garantir sua vitória sobre o Brigadeiro Eduardo Gomes. Pelo calendário anterior, o próximo Presidente, que seria o Brigadeiro Eduardo Gomes ou Dutra, presidiria à eleição dos próximos governadores e nomearia os novos interventores. Pelo novo calendário, o novo Presidente encontraria governadores eleitos simultaneamente com ele e em dívida, quase todos ou mesmo todos, com Getúlio.

Essa reação de forças civis foi levada aos meios militares, nos quais já vinha sendo trabalhada a tese da deposição de Getúlio, sob o argumento de que sua presença no governo era incompatível com a dignidade das Forças Armadas, depois da participação destas na guerra. E funcionou, embora omitisse o fato de que Getúlio alinhara o Brasil com os países da frente aliada contra Hitler quando a maioria dos comandantes militares ainda resistiam majoritariamente a isso.

À mudança nas regras da eleição somavam-se outros fatores nas preocupações dos militares, como a fundação do PTB e o crescimento do queremismo. E surgiu outro fato de difícil explicação num homem tão sereno, incapaz de agir irrefletida ou impulsivamente, como o Presidente Vargas: a escolha de seu irmão Benjamim Vargas para Chefe de Polícia do então Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro).

O Chefe de Polícia, João Alberto, revolucionário de 1922, de 1924, da Coluna Prestes e de 1930, deixaria o cargo para assumir a Prefeitura do Rio, também de nomeação pelo Presidente da República. Benjamim Vargas pode ter sido sugerido a Getúlio pelo Ministro da Justiça Agamenon Magalhães. Se não o foi, o fato é que, quando Getúlio manifestou receio pelas reações que a escolha provocaria, Agamenon insistiu:

– Mas, dr. Getúlio, se o senhor não pode nomear nem seu Chefe de Polícia, então o senhor está deposto.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Informação de Alzira Vargas do Amaral Peixoto ao autor, 1979.

Getúlio cedeu e a nomeação de Benjamim Vargas serviu para vencer as últimas resistências militares. Gois Monteiro, Ministro da Guerra e como tal responsável apenas pelo comando do Exército, assumiu de fato os poderes de Comandante Geral das Forças Armadas, passando a exercer também o controle da Marinha e da Aeronáutica, e deu início, com a concordância de Dutra e do Brigadeiro Eduardo Gomes, ao golpe de 29 de outubro, que deporia o Presidente.

Os militares mobilizaram-se e mobilizaram tropas para cercar Getúlio no Palácio Guanabara, sua residência oficial. E mandaram um emissário, o General Cordeiro de Farias, com a notificação de sua derrubada. Getúlio sabia que não tinha como resistir – e que não dispunha de legitimidade para isso.

Em agosto de 1954, na crise que resultaria em seu suicídio, ele dissera ao Marechal Mascarenhas de Moraes, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que só morto deixaria a Presidência, porque a exercia em função de um mandato popular, conferido em eleição direta. Em 1945, não resistira porque seu governo, o do Estado Novo, não resultava de mandato popular, mas do aval das Forças Armadas.

Getúlio não tinha Vice nem qualquer outro substituto automático. Gois Monteiro já tinha sido vetado quando Getúlio propôs antecipar sua saída do governo. A Presidência foi entregue, então, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares. Getúlio viajou para São Borja, instalou-se na fazenda Santos Reis, de um de seus irmãos, e depois na de Itu, e não saiu de lá até as eleições de 2 de dezembro.

Afastado do governo, Getúlio começa a afastar-se do PSD, fundado sob sua inspiração e orientação. Ou o PSD começa a afastar-se dele.

– O golpe de outubro de 1945 – diz Miguel Bodea – põe fim ao sonho de Vargas de organizar os dois partidos a partir de uma posição de poder. O PSD nasce como partido essencialmente vinculado à estrutura de poder estatal e, em particular, às máquinas das interventorias estaduais. Liderar o PSD de forma efetiva só será possível a partir do controle pelo menos parcial do aparelho de Estado. É esse controle que justamente escapa a Vargas em 1945. Na verdade, o PSD, já a partir de 1945, expressará cada vez mais um segmento

das próprias forças liberal-conservadoras.¹⁰⁶

A propósito disso, Bodéa cita o historiador paulista Edgar Carone:

– O golpe e a queda de Getúlio Vargas representam luta entre as duas facções das classes dirigentes, cada uma delas tentando alianças e conchavos para permanecer ou conquistar o poder. Só que as alas vencedoras, a de Eduardo Gomes e as da UDN, que nesse momento se aconchavam com Dutra e as do PSD, representam, uns e outros, civis e militares, os grupos mais reacionários e anticomunistas, os grupos mais entreguistas e desnacionalizadores, que vão tomar conta do poder e destruir, uma a uma, grande parte das conquistas econômicas e sociais estruturadas nos 15 anos anteriores.¹⁰⁷

No início do ano, aliás, Lutero Vargas, o filho mais velho de Getúlio, fora alertado em Nova York por um grande empresário americano, provavelmente David ou Nelson Rockefeller, este Coordenador de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, de que Roosevelt estava gravemente doente e sua morte era esperada para qualquer momento.

– Logo depois da morte de Roosevelt – dissera o interlocutor de Lutero Vargas – seu pai será deposto, a pretexto de que chefia uma ditadura. Na verdade, querem derrubá-lo por causa de Volta Redonda e outras iniciativas dele. E o senhor verá que não derrubarão ditadores como Franco e Salazar. Nem Perón.¹⁰⁸

O primeiro ato do novo governo, chefiado pelo Presidente José Linhares, foi abrir a interesses estrangeiros a indústria de refinação de petróleo, publicando no Diário Oficial uma resolução nesse sentido do Conselho Nacional de Petróleo, para a qual o presidente desse órgão, coronel João Carlos Barreto, vinha pedindo sem resultado a autorização do Presidente Vargas.

Um dos atos seguintes de Linhares foi revogar o decreto de Getúlio que antecipara as eleições de governador para 2 de dezembro.

¹⁰⁶ Miguel Bodea, *Trabalhismo e Populismo*, p. 203.

¹⁰⁷ *Idem*, *ibidem*.

¹⁰⁸ Informação de Lutero Vargas ao autor, 1979.

NOVEMBRO: ELE DISSE!

Deposto pela conspiração civil-militar que articulara o golpe de 29 de outubro, Getúlio seguiu para a fazenda Santos Reis e depois para a de Itu, em São Borja, às margens do rio Uruguai, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina. De lá ele não saiu uma única vez até 2 de dezembro, data das eleições em razão das quais, embora tivessem sido por ele próprio convocadas, fora destituído e de certo modo confinado em lugar tão distante e isolado dos acontecimentos políticos.

Sem fazer campanha, sem pedir um só voto, sem se afastar dos confins da região missioneira, Getúlio Vargas foi eleito senador em dois Estados, o Rio Grande do Sul e São Paulo – em São Paulo, cuja aristocracia tanto resistira a ele desde 1930! – e, além disso, deputado federal em sete Estados.

Mais que isso: com uma simples declaração de poucas linhas, o Presidente deposto atendeu aos apelos que recebia de amigos, de um dos partidos que ajudara a fundar, o PSD, e de correntes ponderáveis do PTB, e, assim, garantiu a eleição para a Presidência da República do General Dutra, que lhe devia as promoções mais importantes na vida militar, mais o posto de Ministro da Guerra e afinal a candidatura presidencial. Apesar disso, o General Dutra voltara-se contra ele no golpe de 29 de outubro.

Em novembro, excluída pelo diretório nacional a hipótese da candidatura própria, o PTB ficou entre a abstenção e o apoio ao General Dutra. Por 17 votos a 13, o diretório decidiu pela abstenção, defendida pelo presidente do partido, Baeta Neves. O grupo pró-Dutra, encabeçado por Hugo Borghi, empresário paulista e maior articulador e financiador da campanha queremista, não aceitou a tese da abstenção e passou a lutar junto aos diretórios regionais, para convencê-los de que o diretório nacional adotara apenas uma recomendação, não uma imposição. Borghi, em pessoa, empenhou-se então em conseguir o apoio de Getúlio a Dutra.

Getúlio resistiu. No dia 10 de novembro, ele lançou um manifesto aos trabalhadores, a favor do PTB – e apenas do PTB – e de seus candidatos. Nesse momento a eleição parecia perdida para Dutra, a não ser que Getúlio o

apoiasse – e o manifesto, limitando ao PTB e seus candidatos o pedido de apoio do ex-Presidente, excluía expressamente a candidatura de Dutra.

É possível que ainda em novembro Getúlio trabalhasse com a hipótese de uma candidatura civil alternativa, que, com seu apoio, poderia dar novo desfecho à eleição.

O manifesto de 10 de novembro (dirigido “aos trabalhadores do Brasil”) foi lido na primeira convenção estadual do PTB do Rio Grande do Sul e dizia:

– Condensai vossas energias e moldai a vossa consciência coletiva ingressando no PTB. A hora não é de preocupações pessoais. É de ideias e programas. O PTB é o herdeiro e continuador dos postulados da Revolução de 30.

Os articuladores da candidatura Dutra e seus defensores no PTB podem ter compreendido o significado, o alcance e a consequência desse manifesto – e a aposta que Getúlio fazia no papel e no futuro do partido.

Getúlio não estava fazendo preço pelo apoio a Dutra, mas deixando claro que sua prioridade não era a eleição de 2 de dezembro, mas a preservação e o progresso dos postulados da Revolução de 1930, da qual o PTB era declarado herdeiro e continuador.

A enorme romaria a São Borja, em busca do apoio de Getúlio ao General Dutra, aumentou ainda mais. A 19 de novembro, João Neves escreve, argumentando que a escolha é entre a vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes, “que será a nossa irremediável derrota e a do General Dutra, sob cujo governo é possível rearticular forças poderosas”.

A 20 de novembro, na expectativa de obter o apoio de Vargas, foi o próprio Dutra que escreveu – ao PTB – para declarar que se dispunha a assumir três compromissos, caso eleito: a escolha do Ministro do Trabalho em comum acordo com o partido, apoio ao programa do PTB e reconhecimento e aperfeiçoamento das leis trabalhistas e de amparo social. A 24, João Neves volta a escrever, empenhado em desfazer as últimas expectativas de Getúlio quanto a uma candidatura alternativa:

– Não haveria nem remota possibilidade de se articular uma terceira candidatura com possibilidade de êxito. Ao contrário, ela garantiria a vitória matemática do Brigadeiro, pela dispersão de forças... Duas únicas oportunidades

nos restavam: deixar o Brigadeiro ganhar ou inclinarmo-nos para o general Dutra, malgré tout...

Foi em resposta à carta do candidato ao PTB, mas com certeza influenciado pelos argumentos de João Neves, que Getúlio assinou a 25 de novembro seu manifesto recomendando a candidatura do general Dutra. Manifesto lido por Hugo Borghi na noite de 27, no comício de encerramento da campanha de Dutra, e divulgado pelos jornais do dia 28, exatamente uma semana antes da eleição.

No manifesto, Getúlio dizia:

– O momento não é de nomes, mas de programas e princípios... O general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD, em repetidos discursos e, ainda agora, em suas últimas declarações, colocou-se dentro das ideias do programa trabalhista e assegurou a esse partido garantias de apoio, de acordo com suas forças eleitorais. Ele merece, portanto, os nossos sufrágios.

Ressalvava, contudo, que o endosso não era incondicional:

– Estarei ao lado do povo, contra o Presidente, se não forem cumpridas as promessas do candidato.

A decisão de Getúlio provocou protestos no PTB. Segadas Viana, um dos principais organizadores do partido, e Baeta Neves, seu Presidente, opuseram-se ao apoio a Dutra, sob o argumento de que a Comissão Executiva Nacional não fora ouvida. Segundo Miguel Bodea, é provável que Vargas tenha apoiado Dutra “exclusivamente para evitar o mal maior que seria ver a UDN apossar-se do Governo Federal, legitimada, ainda por cima, pelo voto popular”.¹⁰⁹

A curta declaração de Getúlio – curta e fria – foi rápida e entusiasticamente difundida em todo o país, em especial pelos adeptos de Dutra mais hostis ao Presidente Vargas, sem que fosse preciso sequer citar o nome de Getúlio como seu autor e subscritor. Nos muros, nos cartazes, nos volantes e folhetos de propaganda, lia-se apenas a frase:

– Ele disse!

¹⁰⁹ Miguel Bodea, *Trabalhismo e Populismo*, p. 28.

“Ele”, todos sabiam quem era. E todos sabiam o que ele tinha dito: decidira recomendar o voto na candidatura do General Dutra a Presidente da República. Muitos, incontáveis eleitores depositaram na urna a cédula com o nome do General Dutra apenas porque “ele” tinha dito. Na verdade não votavam em Dutra, votavam “nele”.

Dutra entrara na campanha porque escolhido por Getúlio. (Incrível que tivesse ajudado a depor esse Presidente a quem devia tudo, dos bordados de general à candidatura!) A impressão generalizada era a de que Dutra sofreria uma derrota humilhante, desmoralizadora, no confronto com o candidato da oposição ao Presidente Vargas, lançado pelo principal partido oposicionista, a UDN, União Democrática Nacional, o lendário Brigadeiro Eduardo Gomes.

Se dependesse apenas de Dutra, o eleito seria o Brigadeiro. Getúlio é que virou o jogo.

GETÚLIO GANHA A ELEIÇÃO

A eleição realizou-se a 2 de dezembro. Os eleitores votariam para Presidente da República, para deputado federal e para senador (poderiam dar dois votos para senador, porque eram duas por Estado as vagas para o futuro Senado). Não votariam, contudo, para governador.

Para quem tivesse acompanhado atentamente a campanha, em especial pelo noticiário e pela cobertura fotográfica dos jornais – já que a televisão ainda não existia no Brasil e a presença do rádio em eleições ainda era insuficiente para dar ideia disso – a derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes foi um assombro.

Os comícios do Brigadeiro eram enormes, animadíssimos, aplaudidíssimos; os de Dutra, pequenos, pífios, desanimados.

Os resultados, entretanto, não podiam ser discutidos. Dutra teve mais de 3 milhões, 3.251.507 votos, 55% do total; o Brigadeiro, apesar de seus comícios, pouco passou dos 2 milhões, e terminou com 2.039.342 votos, 35% do total. O candidato do Partido Comunista, Yedo Fiúza, teve 569 mil votos, 9,8%, quase 10% do total.

Graças à vitória de Dutra, assegurada pelo pronunciamento de Getúlio uma semana antes da eleição, a UDN, que parecia ser a demolidora do governo Vargas, só teve maioria em cinco Estados – Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe e Bahia – e no Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro). Não teve maioria nem em Minas nem em São Paulo, e muito menos no Rio Grande do Sul.

A mesma vitória que alcançara contra a UDN, na disputa da Presidência, o PSD conseguiu nas eleições para a Constituinte.

Estavam em jogo 320 cadeiras de deputados e senadores. O PSD conquistou 177 delas (com 151 deputados e 26 senadores) – 16 cadeiras a mais que a maioria absoluta (metade mais uma das cadeiras). A UDN, com toda a pose e toda a onda a seu favor, ficaria com 87 cadeiras; o PTB, graças ao desempenho de Getúlio, elegeu 24 constituintes (2 senadores e 22 deputados); o Partido Comunista fez 14 deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, eleito pelo Distrito Federal. Os outros partidos elegeram 17 constituintes.

O PTB só conseguira organizar-se e apresentar candidatos em 14 Estados, enquanto a UDN, o PSD e o Partido Comunista disputavam em todos.

Ainda assim, o PTB saiu da eleição como o terceiro partido na Constituinte, atrás apenas do PSD e da UDN e na frente do PC.

O PTB fez mais de 600 mil votos em todo o país nas eleições para deputado – e mais de 300 mil deles foram dados a Getúlio, candidato à Câmara em sete Estados (o que a lei, naquele momento, permitia).

Votado exclusivamente nos sete Estados em que foi candidato, apenas a deputado ou (caso do Rio Grande e São Paulo) a deputado e senador, Getúlio teve ao todo 1.150.000 votos – quase 40% dos votos de Dutra em todos os vinte Estados (sendo Dutra candidato a Presidente e Getúlio só a senador ou deputado).

Getúlio foi eleito senador em dois Estados: no Rio Grande pelo PSD, em São Paulo pelo PTB. Em São Paulo, o PTB elegeu também o senador Marcondes Filho. Getúlio foi eleito deputado também no Rio Grande e em São Paulo (candidato mais votado) e mais pelo Distrito Federal (candidato mais votado), pelo Estado do Rio e Minas Gerais (segundo candidato mais votado) e ainda pela Bahia e pelo Paraná. No Distrito Federal, Getúlio teve

116 mil votos para deputado; o segundo mais votado no PTB teria pouco mais de 3 mil.

Graças à votação de Getúlio, o PTB revelou-se mais forte no Distrito Federal, onde elegeu 9 deputados; em São Paulo, 6 deputados; e em Minas, 2 deputados. Em São Paulo, além disso, Getúlio elegeu-se também para o Senado, mas a Justiça Eleitoral decidiu que ele assumiria a cadeira de senador pelo Rio Grande. (Em São Paulo, os dois senadores eleitos eram do PTB, Getúlio e Marcondes Filho).

No Rio Grande, os resultados da eleição de 2 de dezembro confirmariam ainda mais enfaticamente a vitória pessoal de Getúlio. Confinado à fazenda em São Borja, sem fazer campanha – seus únicos atos de campanha foram o manifesto de 10 de novembro pró-PTB e o de 28 desse mês, recomendando a candidatura Dutra – Getúlio teve mais de 74% dos votos do Rio Grande na eleição para senador.

Foram 461 mil votos, mais que os 447 mil do general Dutra, candidato à Presidência (sem contar com os 110 mil – 18% – do Brigadeiro Eduardo Gomes). Mais votos do que Dutra teve também o companheiro de chapa de Getúlio para o Senado pelo PSD, o ex-interventor Ernesto Dornelles, com 460 mil votos. Havia outros candidatos ao Senado. O da UDN, Joaquim Luís Osório, teve 95 mil votos (15%). Luís Carlos Prestes, candidato do Partido Comunista, apenas 37 mil (6%).

CAPÍTULO 16

1946

A CONSTITUINTE MANTÉM A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NOVO

O GOVERNO DUTRA E A CONSTITUINTE

A DECISÃO DA CONSTITUINTE PERMITIRIA QUE O GOVERNO DUTRA RECORRESSE A MEDIDAS REPRESSIVAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1937, ESPECIALMENTE MEDIDAS CONTRA OS SINDICATOS, MEDIDAS QUE GETÚLIO NÃO USARA.

O General Eurico Gaspar Dutra, eleito graças ao “ele disse!” de Getúlio, tomou posse na Presidência da República a 31 de janeiro de 1946, com um ministério que incluía um representante do PTB, o Ministro do Trabalho Octacílio Negrão de Lima. Logo, porém, afastaria o PTB do governo e chamaria para ele a UDN do Brigadeiro Eduardo Gomes, que perdera a eleição e chegava ao poder pegando carona nos votos conseguidos (contra ela, note-se) por seu demônio de estimação, Getúlio Vargas.

No mesmo dia instalava-se a Assembleia Nacional Constituinte, cuja simples existência despertava grandes expectativas, como se fosse dotada do poder mágico de resolver todos os problemas.

Na Constituinte, o domínio do PSD era absoluto. A Constituinte compunha-se de senadores e deputados que se reuniram e deliberariam em conjunto. De um total de 320 eleitos, entre deputados e senadores, 177 pertenciam ao PSD. O segundo partido, a UDN, tinha 87 representantes; o PTB, 24; o Partido Comunista, 15; os outros partidos, reunidos, 17. Para 177 representantes do PSD, havia 143 que não eram do PSD. Ainda que todos esses 143 constituintes se unissem contra o PSD, o que era impensável, o PSD ainda teria 16 votos de vantagem, mais que a maioria absoluta. Na Comissão de Constituição, composta de 37 membros e encarregada de elaborar o projeto constitui-

onal, o PSD, com 19 votos, também tinha maioria absoluta.

Ao estimular a iniciativa da criação do PSD, Getúlio pensava nele como um partido moderado, de centro, mas aberto a mudanças e decidido a lutar pelos avanços da Revolução de 30. Assim pensavam também alguns dos fundadores do PSD, como Barbosa Lima Sobrinho, que lhe escolhera o nome em homenagem ao SPD, o partido democrático do socialismo alemão dos anos seguintes ao fim da Primeira Guerra Mundial. Teoricamente, o programa do PSD, redigido por Barbosa Lima Sobrinho, era muito mais avançado que o da UDN e mais avançado mesmo que o do PTB. Com a queda de Getúlio, porém, o PSD aderiu à vocação íntima de muitos dos seus integrantes – o poder praticamente a qualquer preço, sempre que possível com habilidade e bons modos.

Na Assembleia Nacional Constituinte o PSD foi a grande força conservadora – não dos avanços da revolução de 30 e do primeiro governo Vargas, em todas as suas fases, mas dos interesses mais retrógrados da propriedade e do poder econômico, nacional e estrangeiro.

A CONSTITUINTE MANTÉM A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NOVO

Já no início dos trabalhos, a maioria pessedista leva a Constituinte a declarar-se incompetente para intervir nas decisões do governo Dutra. E a decidir expressamente que a Constituição de 1937, a Constituição do Estado Novo, permanecerá em vigor até que seja aprovada a nova Constituição.

Essa decisão desmente todas as alegações apresentadas para justificar o golpe de 29 de outubro contra o Presidente Vargas: o que se pretendia era apenas afastá-lo a fim de que ele não pudesse mais dispor de instrumentos de poder para assegurar a manutenção de sua política econômica e social e de suas leis trabalhistas.

Pior que isso, a decisão da Constituinte permitiria que o governo Dutra recorresse a medidas repressivas previstas na Constituição de 1937, especialmente medidas contra os sindicatos, medidas que Getúlio não usara. Getúlio, aliás, realizara uma ampla abertura democrática ao longo do ano de 1945,

inclusive respeitando o direito de greve, que essa Constituição proibia.

A história oficial, de índole udenista e antigetulista, costuma referir-se apenas ao fim da censura à imprensa, em seguida à publicação pelo Correio da Manhã e O Globo, da celebrada entrevista de José Américo a Carlos Lacerda. Essa história não se detém, contudo, na grande liberdade de que os sindicatos e todos os partidos, inclusive o comunista, desfrutaram ao longo de 1945.

Assim como o governo provisório do Presidente José Linhares, o governo Dutra revelar-se-ia um período de reversão deliberada de decisões e políticas do Presidente Vargas. A primeira decisão do governo Linhares fora a abertura da indústria de refino do petróleo a interesses estrangeiros. Logo depois, Linhares revogou a Lei Antitruste, a lei contra abusos do poder econômico decretada por Getúlio pouco antes de ser deposto.

No governo Dutra, uma das primeiras medidas foi uma lei antigreve, o decreto-lei 9.070, assinado a 15 de março de 1946, que agravava as proibições da Constituição de 1937, proibições que o governo Vargas não fizera valer em 1945.

A liberdade sindical assegurada por Getúlio em 1945 tivera como correspondência avanços salariais significativos e justificados pelo aumento do custo de vida em decorrência da guerra.

Em 1946, o quadro mudou. A Assembleia Nacional Constituinte decide declarar-se incompetente para tratar de assuntos correntes e diz que o governo poderá exercer todos os poderes da Constituição de 1937. O governo Dutra assume, então, sua predestinação repressora. Repressora, sobretudo, de qualquer avanço social.

Isso correspondia a uma situação internacional – o início da Guerra Fria e a expansão do Império Americano, com base no predomínio que os Estados Unidos tinham tido na guerra. Enquanto os Estados Unidos e o Brasil foram presididos por homens como Franklin Roosevelt e Getúlio Vargas, a situação era uma. Agora era outra, com Roosevelt morto e substituído por uma figura muito menor, como Harry S. Truman. No Brasil a situação também era outra. Dutra não tinha a dimensão nem o discernimento de Getúlio Vargas.

Já em 1946, Luís Carlos Prestes, libertado pela anistia de Getúlio em abril de 1945 e em dezembro eleito senador pelo Partido Comunista no Distrito

Federal, dizia que a classe média se proletarizava a passos largos. De fato, o governo Dutra praticou desde o início, embora seu primeiro Ministro do Trabalho fosse Octacílio Negrão de Lima, do PTB, uma política de repressão salarial e sindical.

A conduta do governo Dutra em 1946 estendeu-se por todo o mandato presidencial, até 31 de janeiro de 1951. Octávio Ianni, um dos maiores estudiosos das condições econômicas e sociais desse período, escreveria:

– Os reajustamentos salariais foram... pouco expressivos, já que as greves eram reprimidas. Não houve qualquer iniciativa governamental para o reajustamento salarial durante todo o período do governo Dutra. Apesar da inflação (o custo de vida aumentou no Rio mais de 60% no governo Dutra), as únicas alterações salariais no período ocorreram por iniciativa autônoma de empresários isolados, para responder às reivindicações diretas de seus operários, que conseguiram romper com os controles estatais sobre seus sindicatos.¹¹⁰

O salário-mínimo, reajustado por Getúlio em 1943, permaneceu congelado ao longo dos cinco anos do governo Dutra.

MARÇO, 1946: DUTRA ASSINA A LEI ANTIGREVE

Como se a repressão policial não bastasse, Dutra, valendo-se das prerrogativas que lhe tinham sido concedidas pela Constituinte, ao reconhecer a vigência da Constituição de 1937, assinou a 15 de março de 1946 o decreto-lei 9.070, que era uma verdadeira lei antigreve – e, mais que isso, uma verdadeira lei antissindicato e antitrabalho.

Na Constituinte, a reação foi verbal e retórica. Em nome da Esquerda Democrática, agrupamento mais avançado da UDN, que em pouco tempo se converteria no Partido Socialista Brasileiro, o PSB, o deputado Hermes Lima discursou protestando contra esse decreto, que, “pretextando regulamentar as greves, suprimiu completamente tal direito”... Dias depois, o Partido Comunista apresentava requerimento, com pedido de urgência, desaprovando o de-

¹¹⁰ João Almino, *Os Democratas Autoritários*, p. 281.

creto de Dutra. O requerimento foi rejeitado, principalmente por causa da resistência do PSD. O PTB, que participava do governo, ou engrossou a resistência do PSD ou omitiu-se. O Ministro petebista do Trabalho também não se opôs ao decreto-lei 9.070.

A posição cúmplice do Ministro do Trabalho Octacílio Negrão de Lima e a omissão da bancada do PTB na Constituinte talvez só possam ser explicadas pelo fato de que nesse momento Getúlio Vargas não exercia qualquer liderança sobre a bancada trabalhista, entre outras razões porque assumira, por decisão da Justiça Eleitoral, o mandato de senador pelo PSD.

Mas a ação repressora do governo Dutra não ficou aí. Com base nos dispositivos da Constituição de 1937, que Getúlio enterrara quase toda em 1945 e a Constituinte desenterrava em 1946, o governo Dutra, já agora com base no decreto-lei 9.070, passou a intervir sistematicamente nos sindicatos que se tivessem manifestado simpáticos às greves. E, a pretexto de impedir a eleição de candidatos comunistas, decidiu, a 26 de março de 1946, suspender por um ano as eleições sindicais e prorrogar por igual período o mandato das diretorias então em exercício.

Era essa a redemocratização, pretexto para a derrubada de Getúlio em outubro de 1945...

GETÚLIO NA CONSTITUINTE

Eleito simultaneamente para tantos mandatos – senador por São Paulo e pelo Rio Grande, e deputado federal por sete Estados – Getúlio assumiria afinal, por decisão da Justiça Eleitoral, o mandato de senador pelo Rio Grande do Sul.

Voltando ao Rio em junho de 1946, ele tentou exercer o mandato, e de saída foi criticado por demorar tanto a assumi-lo. Na verdade só quem tinha o que fazer na Constituinte nos meses de fevereiro a junho eram os 32 integrantes da comissão que elaboraria o projeto de Constituição. Os 32 eram apenas dez por cento da Constituinte. Os outros 288, 90% do total, passavam as tardes no plenário da Assembleia fazendo, como se dizia, a “autópsia do Estado Novo”. Em junho, concluído o projeto da Comissão, a Constituinte passou a

ter trabalho para a totalidade de seus 320 integrantes. Foi exatamente nesse momento que Getúlio voltou ao Rio para exercer o mandato.

Mas seus inimigos mais intolerantes da UDN estavam decididos a impedir que ele o fizesse. No dia em que se anunciou presença de Getúlio, o Senador Otávio Mangabeira, Ministro do Exterior de Washington Luís em 1930, propôs um voto de aplausos às Forças Armadas, por terem derrubado o governo Vargas em 1945. Como se Getúlio fosse responsável por todos os erros da República Velha e de Washington Luís, determinantes da revolução em 1930...

Mangabeira queria provocar o revide de Getúlio. Este, porém, não se deixou cair na armadilha. Rareou suas idas ao Senado, fez alguns discursos de crítica à política econômica do governo Dutra, absolutamente submissa aos interesses dos Estados Unidos (ao contrário da conduta de Getúlio nos quinze anos de seu primeiro governo), e retirou-se para São Borja.

O que a história oficial registra é que Getúlio foi posto para fora da Constituinte, que ele convocara, por essa reação de Mangabeira. O que de fato aconteceu foi outra coisa. A presença de Getúlio provocou ataques tão violentos a seu governo que uma das sessões terminou em luta corporal. Getúlio anunciou então que se retiraria, mas que estaria à disposição dos adversários fora do recinto da Assembleia...

Getúlio não tinha porque envolver-se num debate tão passional e descontrolado sobre seu governo. E não tinha condições de fazer-se ouvir, se tentasse oferecer qualquer contribuição significativa ao debate da nova Constituição. Para conter e evitar a radicalização, que nesse momento não se limitava à Assembleia Constituinte, mas já chegara às ruas, sua ausência e seu silêncio contribuiriam mais. E eram indispensáveis para tentar ainda viabilizar o que sobrava do acordo PSD-PTB.

INAUGURAÇÃO DE VOLTA REDONDA: GETÚLIO NÃO É CONVIDADO

Essa tentativa tornava-se a cada dia mais difícil, porque o governo Dutra acercava-se cada vez mais da UDN. Ainda em junho de 1946, foi inaugurada a

Usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional, que Getúlio deixara 80% pronta. Getúlio não mereceu sequer um convite para a inauguração e nos discursos da solenidade seu governo foi mencionado com álgida distância.

Não se tratava de hostilidade gratuita ou de simples rivalidade. O governo Dutra, eleito graças ao prestígio popular do Presidente Vargas, evoluía rápida e firmemente para posições de direita. Um ano depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo já mergulhara na Guerra Fria. Os Estados Unidos, governados por Harry Truman desde a morte de Roosevelt, tinham agora como objetivo estratégico o que chamavam a "contenção" da União Soviética e dos países sobre os quais ela estendia sua influência. E na busca desse objetivo praticavam uma política interna repressiva – já os primórdios do macartismo – e exigiam a mesma coisa dos países aliados. Essa política repressiva em países como o Brasil levava de carona uma política econômica de favorecimento dos interesses do poder econômico internacional, especialmente dos Estados Unidos.

Um homem como Getúlio Vargas, que fora na guerra e até antes dela o melhor e mais confiável aliado de Franklin Roosevelt, era agora um perigo. O próprio Roosevelt seria em 1946, com suas ideias de avanço econômico e reforma social, um Presidente inconveniente. Felizmente fizera o favor de morrer antes do fim da guerra.

A ação cada vez mais repressiva do governo brasileiro contra os sindicatos e os movimentos de esquerda, num momento em que a inflação reduzia os salários e o governo os mantinha praticamente congelados, culminou a 15 de agosto, com a suspensão do jornal do Partido Comunista, a *Tribuna Popular*, por ordem do Ministro da Justiça Carlos Luz.

Sem explicar as razões da proibição – que só poderia ser compreendida na lógica paranoica da guerra fria; porque nesse momento o Partido Comunista era o mais legalista e o mais apaziguador movimento político em funcionamento no Brasil, além de estar em plena existência legal, reconhecido como fora pela Justiça Eleitoral e com representantes na Assembleia Nacional Constituinte – o Ministro Carlos Luz recorreu à Constituição do Estado Novo e a uma lei estadonovista de 1938 para suspender o jornal. Não por um dia, mas por quinze.

Se Getúlio Vargas, como Presidente da República, tivesse feito isso depois da anistia, da legalização do PC, das eleições e da entrada em funcionamento da Constituinte, seria acusado, no mínimo, de ter radicalizado suas tendências fascistas. Carlos Luz, porém, não recebeu as acusações que Getúlio receberia. Nem o Presidente Dutra, que poderia ter evitado a decisão de seu Ministro da Justiça e não o fez.

Na Constituinte, todos os partidos, menos o PSD, manifestaram-se contra a suspensão da Tribuna Popular. O PTB protestou, mas seu porta-voz nesse episódio, o deputado Gurgel do Amaral, do então Distrito Federal, fez questão de dissociar o Presidente Dutra da decisão do Ministro da Justiça, atribuindo a medida a uma conspiração contra Dutra, não contra o Partido Comunista:

– Assim – diria Gurgel do Amaral – acabarão por incompatibilizar o governo do General Dutra com a opinião pública!

Era uma tentativa ingênua, ao contrário das de Getúlio, de preservar o acordo PSD-PTB. Por ser tão ingênua, não produziu consequências. Nem poderia tê-las produzido, porque os dias seguintes agravaram a situação no Rio. Seria igualmente ingênuo dissociar esses novos acontecimentos de um ato gratuito, inoportuno e incompetente como a suspensão da Tribuna Popular.

Com seu jornal suspenso por quinze dias, o PC martirizado alcançava e influenciava um público muito maior. Todas as manifestações populares no Rio daquele momento eram atribuídas à influência maligna do Partido Comunista. Algumas eram dele, outras eram de organizações não comunistas e seria preciso admitir que acontecessem até manifestações espontâneas.

GETÚLIO VOLTA A FALAR

Nos últimos dias de agosto – ainda na vigência da suspensão da Tribuna Popular, do Partido Comunista – verificou-se um ataque a uma padaria nas imediações do Palácio do Catete, sede da Presidência da República. Poderia ter sido a manifestação espontânea de fregueses irritados e da mesma forma poderia ter sido um ataque deliberado e planejado pelos comunistas.

A polícia demorou a aparecer, embora a padaria ficasse nas imediações do

Palácio do Catete. A demora da polícia permite outras desordens. A consequência é que a intervenção policial tardia resulta na prisão... não de desordeiros, mas de vários deputados. Todos deputados de esquerda, e especialmente do Partido Comunista. Nenhum deputado participara do quebra-quebra da padaria, nem das outras desordens. A polícia, porém, fora orientada a prender comunistas; não desordeiros.

No dia seguinte, o Partido Comunista requeria na Assembleia Nacional Constituinte que se instituísse uma comissão encarregada de investigar os acontecimentos. Na prática seria uma comissão para interpelar o governo sobre a sequência de atos de violência que este vinha praticando. O PSD, que controla a maioria absoluta da Assembleia, opõe-se à interpelação e propõe uma alternativa, naturalmente aprovada: uma comissão será encarregada de manifestar apoio ao governo, “por seu empenho em defesa da ordem”, e aproveitará para esclarecer se houve ou não excessos na repressão.

Getúlio afastara-se da Constituinte em junho, logo depois de assumir o mandato de senador, para não ter de reagir a provocações como a de Octávio Mangabeira, o líder da oposição. Agora ele volta ao plenário da Assembleia, não para complicar, mas para facilitar as coisas.

No final do debate de 31 de agosto, sobre as desordens ocorridas no Rio, nenhuma de responsabilidade ou iniciativa do PTB, Getúlio explica seu silêncio “pelo firme propósito de não contribuir para desviar a atenção desta ilustre Assembleia com assuntos estranhos à sua função específica, que é discutir e votar uma Constituição”.

Essa atitude, porém, diz Getúlio, “não importa em censura, nem na mais leve restrição, à opinião dos nobres colegas que, pensando de modo contrário, aqui têm versado, aliás alguns com grande brilho, matéria constitucional”.

O FIM DA CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO DE 1946

Não era só Getúlio que se empenhava na preservação do acordo PSD-PTB. O PSD também, especialmente no Rio Grande do Sul. Em setembro de 1946, depois dos incidentes no Rio, o PSD tentaria uma derradeira manobra

para evitar uma candidatura autônoma do PTB, a candidatura Pasqualini, ao governo do Rio Grande. A manobra do PSD foi o lançamento do nome de Pasqualini como candidato ao Senado, para uma terceira vaga criada pela Constituinte e a ser disputada na eleição de janeiro de 1947, juntamente com a escolha dos governadores.

É claro que essa manobra fracassou e Pasqualini manteve-se candidato pelo PTB ao governo do Estado.

Enquanto isso, a Assembleia Nacional Constituinte concluía seus trabalhos e votava a Constituição de 1946, em cuja elaboração o PTB teve pouca ou nenhuma influência, com pouco mais de vinte votos num total de 320 cadeiras. Influência mesmo tiveram forças absolutamente estranhas à Assembleia e aos interesses brasileiros. Como escreveu Moniz Bandeira em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*:

– A Assembleia Constituinte elaborou a nova Carta Magna sob pressão dos trustes americanos, notadamente a Standard Oil de New Jersey e a ITT. O artigo 5º, sobre a concessão dos serviços de telégrafos e telecomunicações, interessava à ITT. Os artigos 151, 152 e 153, sobre a propriedade do subsolo e o aproveitamento industrial das minas e jazidas, inquietavam a Standard Oil. Um cidadão americano, chamado Paul Howard Schoppel, chegou ao Rio para acompanhar os trabalhos da Constituinte. Hospedou-se no Hotel Glória. O ex-Presidente da República e Senador Arthur Bernardes denunciou-o. Schoppel era agente da Standard Oil. Tinha como objetivo a modificação do que dispunha a carta do Estado Novo sobre a exploração do petróleo. E conseguiu. O art. 153 da Constituição saiu conforme os seus desígnios.¹¹¹

Pelo que nos tem sido dito desde aquela época, a Constituição de 1937 era toda ruim, e a de 1946 seria, em todos os pontos, um avanço sobre ela. Não foi. Na questão do petróleo, a Constituição de 1937, embora ditatorial, era mais avançada – defendia e garantia o interesse nacional. A Constituição de 1946, influenciada não pelo PTB, mas por Mr. Schoppel, da Standard Oil, recuou na questão do petróleo, para permitir que sua exploração fosse outor-

¹¹¹ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 310.

gada a “sociedades registradas no Brasil”, o que abria inteiramente a indústria petrolífera às multinacionais, bastando arregimentarem meia dúzia de testas de ferro para formalizar o registro de uma sociedade no Brasil.

O caso do petróleo explica algumas das cautelas de Getúlio na convocação da Constituinte.

Getúlio, na Lei Constitucional nº 9, em fevereiro de 1945, determinara a realização de eleições, mas não disse que seriam para uma Constituinte. Seriam eleições para Presidente da República e para um Poder Legislativo – o Parlamento previsto pela Constituição de 1937. Esse Parlamento certamente modificaria, e profundamente, a Constituição de 37. Mas, na expectativa de Getúlio, preservaria aquilo que essa Constituição tinha de avanço, como a regulamentação do problema do petróleo. A Constituinte ampla, geral e irrestrita, tal como definida depois da deposição de Getúlio, pelo governo do Presidente José Linhares, zerou tudo e, no caso do petróleo, fez a vontade de Mr. Schoppel. Quanto terá custado essa operação?

O PTB ainda não era o partido avançado que seria depois, e alguns de seus representantes ficaram atrás de alguns constituintes da própria UDN em questões como o direito de greve. No caso do petróleo, a grande voz nacionalista na Constituinte seria a do ex-Presidente Arthur Bernardes, deputado pelo Partido Republicano de Minas. Os representantes do PTB empenharam-se principalmente em medidas de justiça social ou de “interesse social”. Nem Alberto Pasqualini, o grande teórico do trabalhismo brasileiro naquele momento, estava integrado, nessa altura, na luta nacionalista que levaria Getúlio Vargas de volta à Presidência e, algum tempo depois, à tragédia de 24 de agosto de 1954.

CAPÍTULO 17

1946-1950

DUTRA AFASTA O PTB DE SEU GOVERNO

GETÚLIO ENTRE O EXÍLIO E A LUTA

EM 1945, AO SER DEPOSTO, GETÚLIO DEIXARA 708 MILHÕES DE DÓLARES DE RESERVAS CAMBIAIS EM MOEDA FORTE. COM A “FARRA DOS IMPORTADOS” DO INÍCIO DO GOVERNO DUTRA, AS RESERVAS, NO INÍCIO DE 1947, ESTAVAM REDUZIDAS A 92 MILHÕES DE DÓLARES — POUCO MAIS DE DEZ POR CENTO DO TOTAL DE 1945.

Mal tinha ficado pronta a nova Constituição, em setembro de 1946, e apenas começavam a organizar-se os trabalhos legislativos normais do Senado e da Câmara dos Deputados, com a conversão da Assembleia Nacional Constituinte em Congresso Nacional, quando o Presidente Dutra fechou um acordo político com a UDN, para que esta integrasse seu ministério e lhe desse apoio parlamentar. A UDN, com 87 representantes no Congresso, entre deputados e senadores, era muito maior que o PTB, com 24. E mais confiável para a linha repressiva e de sujeição aos piores interesses econômicos norte-americanos que o governo Dutra adotava no arrastão da Guerra Fria.

O PTB foi afastado do governo, com a substituição do Ministro do Trabalho Octacílio Negrão de Lima pelo advogado Morvan Dias de Figueiredo, ligado à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), e por esta indicado. Não que Octacílio Negrão de Lima atrapalhasse de qualquer maneira a represão aos sindicatos, muito pelo contrário...

Até João Neves da Fontoura, do PSD mas ligado nesse momento a Getúlio, perdeu o lugar, substituído no Ministério das Relações Exteriores por Raul Fernandes, da UDN.

Getúlio ainda tentou salvar o acordo PTB-PSD no Rio Grande do Sul — ou

permitiu que outros o tentassem. Tanto que em outubro Loureiro da Silva, por inspiração de Getúlio ou de seus amigos, recusou a própria candidatura a governador do Estado, para deixar em aberto a hipótese de aliança com o PSD.

– O movimento pró-candidatura trabalhista – escreveria Miguel Bodea – volta-se então, definitivamente, para Alberto Pasqualini. Nos últimos dias de outubro, ainda há uma tentativa extrema de selar um acordo PTB-PSD, mas no dia 28 os entendimentos fracassam definitivamente. Tudo indica que Vargas, Loureiro e seus seguidores “pragmáticos” eram favoráveis a uma candidatura “unitária”, ou seja, o apoio do PTB a Walter Jobim, candidato do PSD. Repetia-se, de certa forma, o movimento de novembro de 1945: as lideranças e bases do PTB rebelavam-se, implicitamente, contra a orientação de Vargas, recusando apoiar o candidato do PSD. Só que desta vez a revolta não levaria à abstenção, mas sim ao lançamento de uma candidatura alternativa.¹¹²

A 7 de novembro, Getúlio reúne-se com Pasqualini, mas não consegue que ele aceite a candidatura Jobim. A 9 de novembro é com o diretório estadual do PTB que Getúlio se reúne. O diretório não só rejeita o acordo com o PSD como fecha questão em torno da candidatura de Pasqualini. O diretório decide ainda que Getúlio, como presidente de honra do partido, presida, nos dias 11 e 12 de novembro, a convenção regional que vai homologar o nome de Pasqualini. Ele aceita e, discursando na convenção, diz:

– Era meu desejo, repito, ver o Rio Grande unido e tudo fiz para conseguir essa união. Os dois partidos, o Social Democrático e o Trabalhista, não deveriam enfraquecer o quadro das forças majoritárias... (isto é, explica Bodea, o eleitorado “getulista” que se revelara ampla maioria nas eleições de 1945).

– O PTB – define Getúlio – surgiu como uma afirmação contra a máquina eleitoral montada em nome da liberdade política, sacrificando a igualdade social.

A missão do PTB seria, portanto – segundo Bodea – garantir a continuidade das conquistas de 1930, principalmente a legislação trabalhista, que Vargas e seus seguidores acreditavam ameaçadas pelas forças políticas liberal-conservadoras:

– A criação e o fortalecimento de um partido de massas urbano tornava-se,

¹¹² Miguel Bodea, *Trabalhismo e Populismo*, p. 36.

nesta visão, a única maneira de contrabalançar essas forças e evitar que o Parlamento fosse totalmente dominado pelos partidos vinculados à estrutura de poder das oligarquias liberal-conservadoras.

A manutenção do “quadro das forças majoritárias”, pelo acordo PSD-PTB, seria, portanto, um fator de apoio ao equilíbrio entre a liberdade política e a igualdade social, para que uma não sacrificasse a outra. Getúlio não quer jogar nos braços da UDN os grupos e personalidades do PSD que prefeririam a aliança com o PTB. Talvez seja o caso de Walter Jobim, a quem Getúlio se refere com o maior respeito:

– Os dois candidatos são dignos e representam suas correntes com um passado de serviços do povo.

Prevendo, certamente, a vitória de Jobim, Getúlio chama atenção para um fato novo e revolucionário:

– O PTB não será derrotado porque, mesmo que não eleja seu candidato, suas ideias conquistarão os que porventura forem vitoriosos... Vão os trabalhadores do Rio Grande medir suas energias com os quadros clássicos da política. Os quadros políticos clássicos, com os métodos tradicionais, terão que defrontar a nova mentalidade vibrante de entusiasmo, lutando pela liberdade econômica do povo.

Pasqualini não esteve presente a esse discurso de Vargas. Para não constranger os delegados que confirmariam ou não sua candidatura, ele preferiu não participar da sessão deliberativa da convenção. No dia seguinte, 12 de novembro, Pasqualini foi recebido “entusiasticamente” pelos convencionais, já como candidato do PTB ao Palácio Piratini.¹¹³

GETÚLIO DEFENDE O NACIONALISMO

No discurso à convenção do PTB do Rio Grande do Sul, Getúlio acentuara o papel que o partido deveria desempenhar, defendendo as conquistas da Revolução de 1930 e opondo-se aos que, em nome da liberdade política, agi-

¹¹³ Idem, p. 37.

am contra a igualdade social.

A 29 de novembro de 1946, Getúlio voltou a falar em Porto Alegre, no primeiro comício da campanha de Pasqualini, no Largo da Prefeitura. Mais de um ano depois, era seu primeiro pronunciamento em praça pública desde o golpe de 29 de outubro de 1945, que o afastara da Presidência. Miguel Bodea reconstitui esse momento:

– Getúlio Vargas dirige-se a uma imensa e entusiasmada massa... O discurso de Getúlio, para surpresa geral, é o mais radical de toda a campanha, flanqueando pela esquerda as próprias posições de Pasqualini... Pela primeira vez na campanha eleitoral eram levantadas a bandeira anti-imperialista e a questão nacional, relativamente ausentes na pregação pasqualinista.¹¹⁴

Perdida a batalha para afastar da UDN pelo menos a fração gaúcha do PSD, chega a hora de definir limites e esclarecer a situação. Getúlio critica pela primeira vez o PSD, comparando-o à UDN:

– De um lado estão os partidos que, com nomes diferentes, significam a mesma coisa. Têm a mesma substância política, social e econômica... São os expoentes da democracia burguesa, a velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social. Do outro lado está o Partido Trabalhista Brasileiro.

Getúlio ataca a “democracia capitalista” e “os trusts e monopólios”. Afirma que foi derrubado, em 1945, “vítima dos agentes da finança internacional, que pretendem manter nosso país na situação de simples colônia”. (Em outro discurso no Senado, em 1947, ele dirá que sua queda não se devera à questão da democracia, mas à questão nacional).

– A velha democracia liberal e capitalista – prossegue Getúlio – está em franco declínio, porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem vários partidos, com rótulo diferente e a mesma substância.

Em contraposição à velha democracia liberal e capitalista, Getúlio, sem que qualquer conveniência ou receio consiga detê-lo diante de palavras perigosas, defende “a evolução para o socialismo”:

¹¹⁴ Idem, p. 41.

– A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio.

Para Getúlio, a democracia socialista é a democracia do PTB. E ele conclui, “ovacionado pela multidão”, como registrariam os jornais:

– Se um conselho posso dar ao povo é que se integre na ação do Partido Trabalhista.

Esse discurso e o apoio de Getúlio a Pasqualini servem de motivo para uma reação imediata e contundente do PSD. Deputados do PSD criticam-no na Câmara e o próprio Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, contesta a afirmação de Getúlio de ter sido derrubado por influência dos agentes da finança internacional:

– Custa a crer – diz o General Canrobert – tenha o Sr. Getúlio Vargas feito tais declarações. É de se esperar, caso afirmativo, venha ele oferecer à Nação as provas de suas graves revelações, servindo-se da tribuna do Senado, ou mesmo da liberdade de imprensa ora em pleno vigor. O golpe de 29 de outubro foi obra do mais puro patriotismo e as responsabilidades dele decorrentes caem inteiramente sobre as Forças Armadas nacionais, embora tenham os militares contado nesta jornada de indeclinável dever com o apoio unânime da opinião pública. O fato teve tão elevados propósitos que não pode ser deformado ou deturpado ao sabor dos interesses pessoais ou partidários. Por isso sinto-me obrigado a formular a minha formal repulsa a tais declarações.

Em Porto Alegre, a Comissão Executiva estadual do PSD reúne-se a 5 de dezembro e declara, em documento oficial:

– Não pode o Partido Social Democrático e com ele não pode o Rio Grande – temos a certeza – faltar com a sua tradição, que lhe aponta o caminho da bravura e da dignidade cívicas. A palavra do Senador Getúlio Vargas, definindo-se finalmente, a favor do Partido Trabalhista Brasileiro, o afastou livre e espontaneamente, por ato exclusivo seu, do nosso convívio. Não mais, portanto, pertence ele ao Partido Social Democrático.

A Executiva do PSD gaúcho decide também fazer “um apelo veemente ao Senador Getúlio Vargas, no sentido de que resigne o mandato que os votos do Partido Social Democrático lhe outorgaram, porque o Senhor Getúlio Vargas

não mais pertence aos quadros do Partido e, conseqüentemente, não pode representar o seu pensamento no Senado Federal”.

Já de volta ao Rio, Getúlio responde. Não se apresentara, não se oferecera para ser lançado candidato por nenhum partido. Fora feito candidato no Rio Grande por dois partidos, o PSD e o PTB, e, eleito senador pelo Rio Grande e por São Paulo e deputado por sete Estados, nem sequer exercera o direito de escolher que mandato assumiria, concordando com a decisão que o reconheceria eleito pelo Rio Grande do Sul, por ser o Estado que lhe dera maior votação.

A alegação de que o mandato pertencia ao PSD era simplesmente ridícula. Se Getúlio garantira nacionalmente a vitória de um espantalho como o General Dutra contra o Brigadeiro Eduardo Gomes, não iria depender, para sua própria eleição, de um partido que só existia porque ajudado por ele. Sem sair de São Borja, sem pedir para si um único voto, Getúlio tivera 74% dos votos no Rio Grande, mais que o próprio Dutra como candidato a Presidente. Getúlio arrastou com ele o outro candidato ao Senado indicado pelo PSD, o ex-interventor Ernesto Dornelles, e deixou o candidato da UDN, Joaquim Luís Osório, com 15%, e Luís Carlos Prestes, lançado pelo Partido Comunista, com 6%. A levar a sério o argumento pueril da Executiva do PSD gaúcho, o Presidente Dutra é que deveria renunciar ao mandato, pois, eleito graças ao prestígio e à recomendação de Getúlio, desonrara todos os compromissos assumidos com este e com o PTB.

GETÚLIO DEFENDE SEU GOVERNO

No dia 12 de dezembro de 1946, Vargas faria no Senado um discurso que se tornou famoso, em defesa de seu governo.

– Minha eleição – disse ele, referindo-se ao mandato que exercia e aos demais para os quais fora eleito – adquire uma expressão nacional e pesam sobre meus ombros as responsabilidades da confiança do povo brasileiro. Ao povo, pois, eu me dirijo.

Muitas das iniciativas e decisões de Getúlio no exercício da Presidência da República de 1930 a 1945 não eram objeto de controvérsia e não precisa-

vam de defesa. O ponto crítico era o golpe de 10 de novembro de 1937, era o Estado Novo:

– Em 1937 – diz Getúlio – eu não quis o poder. Era indispensável enfrentar com um governo forte todas as influências internacionais que nos lançavam a uma guerra civil. Posso ter errado na forma. Mas a história provou que cumpri meu dever.

O discurso converte-se em depoimento e Getúlio reconstitui alguns dos episódios decisivos dos anos do Estado Novo:

– Hitler costumava afastar da vida os chefes de Estado que se não afastavam do seu caminho – e eu mesmo tivera uma experiência desses hábitos [Getúlio quase foi assassinado, em maio de 1938, no ataque integralista ao Palácio Guanabara, no Rio]. Para que minha missão pudesse ser cumprida, precisava viver e contemporizar. A linha de neutralidade rigorosa era a única defesa.

A neutralidade do Brasil – e de Getúlio – só foi rigorosa da boca para a fora. Desde 1938, o Brasil agia contra a Alemanha e bem antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, dava todo apoio a eles. A dificuldade não estava no Brasil, mas nos Estados Unidos, onde o pensamento isolacionista e a oposição a Roosevelt dificultavam a resistência à Alemanha de Hitler. Getúlio, então, revela um fato que as circunstâncias o tinham obrigado a manter sob reserva:

– Enquanto não se conseguia a evolução da política externa dos Estados Unidos, meu compromisso pessoal com o Presidente Roosevelt era contemporizar, assegurar a ordem interna no Brasil e manter a unidade continental.

– Graves e dolorosos foram esses dias de ação silenciosa e esquiva, esperando todas as noites a morte, enfrentando todos os dias as investidas dos que imaginavam desviar o Brasil de seu destino continental, e sofrendo as injustiças de campanhas que o desconhecimento da realidade fomentava contra a diretriz que devia ser prudente e cautelosa, sábia e sutil.

– Cordell Hull (Secretário de Estado dos Estados Unidos no governo Roosevelt) e Sumner Welles (Subsecretário) já testemunharam também como o Brasil foi fiel a seus compromissos. Não estávamos fazendo política internacional. Fortalecíamos a ação genial de Roosevelt, que precisava da união da

América para salvar a Europa. Cobrimos o flanco dos Estados Unidos, política e militarmente.

Enquanto o Brasil e ele próprio, com risco até de vida, cobriam o flanco dos Estados Unidos, poderosas empresas americanas, que tinham para com os Estados Unidos deveres que Getúlio e o Brasil não tinham, colaboravam escandalosamente com Hitler. Enquanto a Standard Oil, a Texaco e a International Telephone and Telegraph-ITT acumpliciavam-se com a Alemanha de Hitler, o Brasil de Getúlio Vargas e o próprio Getúlio expunham-se a grandes riscos para apoiar Roosevelt e os Estados Unidos contra o nazismo.

O PTB PERDE E GANHA

Para o PTB e para Getúlio a eleição no Rio Grande foi, naquele momento, janeiro de 1947, a mais importante – embora o PTB conseguisse, ao contrário de 1945, disputar em todos os vinte Estados então existentes no país e no Distrito Federal (então a cidade do Rio de Janeiro). Pasqualini, candidato apenas do PTB, quase ganhou a eleição no Rio Grande, apesar de ter contra sua candidatura forças tão poderosas – o governo federal, o governo estadual, os comunistas, os integralistas e quase toda a Igreja. Walter Jobim, candidato do PSD, do Partido Comunista e dos integralistas, teve 229 mil votos (41%) e Pasqualini 209 mil (38%).

Se Pasqualini vencesse, a responsabilidade por esse resultado poderia ser atribuída à UDN, que, em vez de apoiar Walter Jobim e ajustar-se ao pacto nacional com Dutra e o PSD, coligou-se com o PL (Partido Libertador) e apresentou candidato próprio. Esse candidato, Décio Martins Costa, teve 105 mil votos. A maioria dos eleitores do candidato da UDN/PL certamente preferiria Jobim ao perigoso Pasqualini.

A irrisória diferença que deu a vitória a Jobim confirmava a previsão de Getúlio, em novembro, ao dizer que o PTB não seria derrotado porque, mesmo não elegendo seu candidato, suas ideias conquistariam os vitoriosos, em decorrência da manifestação de uma nova, grande e irresistível presença – a presença nas eleições dos trabalhadores organizados.

Pasqualini perdeu, mas o PTB elegeu seu candidato a Senador, o ex-Ministro do Trabalho e da Aeronáutica Salgado Filho, e fez a maior bancada na Assembleia Legislativa do Rio Grande, encarregada inicialmente de elaborar a nova Constituição do Estado. Com 23 deputados, o PTB suplantava largamente o PSD, que elegera apenas 16; o PL, com 5 deputados, a UDN e o PRP (integralista), com 4 cada, e o PC, com 3 deputados.

Para Miguel Bodea, as eleições de 1947 representaram, apesar da derrota de Pasqualini, “um grande triunfo para o PTB, como partido”:

– Não só os trabalhistas conduziram Salgado Filho ao Senado... como também suplantaram a legenda pessedista nas eleições proporcionais, pela pequena diferença de 819 votos... Em relação ao resultado de 1945, tratava-se de um salto impressionante: o PTB passava de 6% para 31% dos votos proporcionais, enquanto o PSD baixava de 62% para 30%... O PTB ostentava a maior bancada, bastando-lhe a adesão de 5 deputados dos partidos menores, para obter a maioria absoluta.¹¹⁵

Dos 23 deputados eleitos pelo PTB, o mais votado foi José Diogo Brochado da Rocha, cuja situação de liderança natural, e intelectual, faria dele o líder da bancada e depois presidente da Assembleia. Do PTB original, anterior à adesão de Pasqualini e sua União Social Brasileira, foram eleitos o líder marítimo Guilherme Mariante e o professor Lino Braun. Resultados como esses eram de esperar – e o que mais causou impressão, quando os números finais se tornaram conhecidos, foi a significativa presença de jovens na bancada do PTB. Jovens como o advogado Egydio Michaelsen, um dos fundadores da USB e futuro Ministro da Indústria e Comércio; como o economista Fernando Ferrari, que chegaria à liderança do PTB na Câmara dos Deputados; como o pecuarista João Goulart; e como o estudante de engenharia Leonel Brizola.

Em Porto Alegre o PTB venceu em toda a linha e Pasqualini derrotou Jobim por 43 a 23 mil votos (55% a 29%). Esse resultado estabeleceu um padrão histórico: até a extinção do partido pelo segundo ato institucional, em 1965, os candidatos do PTB a governador sempre ganharam em Porto Alegre.

¹¹⁵ Idem, p. 64.

Além do Rio Grande, o PTB era forte sobretudo em São Paulo e no então Distrito Federal. O Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), porém, era administrado por um prefeito de livre escolha do Presidente da República e não elegia nem governador nem Assembleia Legislativa; de modo que não serviria para testar a evolução do PTB.

Em São Paulo já tinham começado as lutas grupais que enfraqueceriam e quase liquidariam o partido. Apesar da vitória pessoal de Getúlio em 1945, eleito senador em São Paulo juntamente com o ex-ministro Alexandre Marcondes Filho, arrastado por ele e por seu prestígio, São Paulo seria sempre o Estado mais difícil para o PTB. Não só em virtude dessas lutas intestinas, mas porque a maior parte das elites paulistas não suportava Getúlio e igualmente o PTB. Eram dificuldades de cúpula, porque na base Getúlio sempre teve em São Paulo votos e apoio majoritários do povão.

Hugo Borghi, um dos líderes do movimento queremista, empolgara a direção estadual do PTB e se fizera candidato ao governo do Estado. Os grupos do PTB de São Paulo mais identificados com Getúlio impugnaram a candidatura Borghi e apoiaram Ademar de Barros, do PSP (Partido Social Progressista), que tinha sido interventor, nomeado por Getúlio, e ganharia a eleição, com a adesão até do Partido Comunista. (Em 1964, novamente governador, Ademar seria um anticomunista quase histérico na campanha golpista para a derrubada do Presidente João Goulart). Com a vitória de Ademar em 1947, o PTB mais getulista foi vitorioso em São Paulo – o que teria consequências em 1950, na eleição de Getúlio para seu segundo governo.

DUTRA CONTRA OS COMUNISTAS E OS SINDICATOS

Em 1945, na festa da demolição do Estado Novo, o Brasil atendera aos pedidos dos Estados Unidos e estabelecera relações diplomáticas com a União Soviética. Sem isso, dizia-se, os Estados Unidos não poderiam garantir a admissão do Brasil na Organização das Nações Unidas. O que era discutível: nenhum país colaborara mais que o Brasil na luta dos aliados contra Hitler; nenhum país corra mais riscos nessa luta que o Brasil.

Os direitos do Brasil decorriam de seus sacrifícios e de sua participação na guerra contra Hitler. Já em 1938, quando Roosevelt encontrava-se isolado nos Estados Unidos e sem liberdade para agir, o Brasil expulsara o embaixador da Alemanha, Karl Ritter. Nesse momento a Inglaterra e a França baixavam a cabeça e, pelo Acordo de Munique, entregavam a Hitler toda a Tchecoslováquia e suas reservas de urânio. Era a covardia aliada à incompetência. Ninguém, depois, pediu a cabeça de Neville Chamberlain, o primeiro-ministro da Inglaterra, signatário desse acordo pusilânime. Pediram, porém, a cabeça de Getúlio Vargas.

Em 1945, convinha aos futuros gerentes da Guerra Fria e de seus horrores, e aos dóceis aliados de que dispunham no Brasil, em nome de figuras de retórica que nada significavam, como “o Ocidente” ou “o Hemisfério”, que se desse algum prestígio à União Soviética e ao próprio Stálin. Realizou-se, então, no Rio, uma passeata pela Avenida Rio Branco, a principal da cidade, uma passeata da União Nacional dos Estudantes, a UNE, em favor da União Soviética, o futuro monstro comunista. Liderou-a o Brigadeiro Eduardo Gomes, que em 1935 fora ferido na revolta comunista na Escola de Aviação e estava na linha de frente do golpe para a derrubada de Getúlio Vargas.

Quando o Brigadeiro Eduardo Gomes liderou essa passeata, o Exército Vermelho da União Soviética, o país mais sacrificado e sangrado pela guerra, já avançava pelo território alemão, rumo a Berlim. Era preciso, portanto, agradá-la. Em 1947, a guerra tinha terminado dois anos antes e quem tinha bala na agulha cuidava da Guerra Fria, a guerra do futuro, travada para conter e, se possível, destruir a União Soviética.

Em 1947, o Partido Comunista foi posto na ilegalidade. Nesse ano, o governo Dutra interveio em 143 sindicatos, destituindo seus diretores eleitos, em geral a pretexto de serem ligados ao comunismo internacional. No fim do governo Dutra, em janeiro de 1951, estavam sob intervenção cerca de 400 sindicatos, de um total de 944. No dia 1º de maio de 47, em sua mensagem pelo Dia do Trabalho, Getúlio dirigia-se aos trabalhadores:

— Que vos posso dizer senão que as leis sociais não foram revogadas mas não estão sendo rigorosamente aplicadas?

GETÚLIO ASSUME A PRESIDÊNCIA NACIONAL DO PTB

Em junho de 1948, quando teve de assumir pessoalmente a presidência nacional do PTB para encerrar um período autodestrutivo de luta de facções, Getúlio mandou pedir na Inglaterra documentos e literatura que lhe permitissem aprofundar o estudo das propostas e ideias do Labour Party britânico. Esse pedido foi feito pelo ex-Ministro do Trabalho e da Aeronáutica do Presidente Vargas, Joaquim Pedro Salgado Filho, então vice-presidente nacional do PTB, ao diplomata brasileiro Pio Correia, que servia na embaixada brasileira em Londres.

O Partido Trabalhista britânico participara do primeiro governo trabalhista na Inglaterra, o do Primeiro Ministro Ramsay MacDonald, nos anos 20. No período da guerra, o Partido Trabalhista participou ativamente do chamado governo nacional, chefiado pelo conservador Winston Churchill, com o encargo principal de conciliar a questão social com o esforço de guerra. O Partido Trabalhista e seus teóricos tiveram sinal verde do próprio Churchill para porem em prática suas ideias de reforma social, o que, na ocasião, contribuía para mobilizar o povo inglês no esforço de guerra.

Pouco antes de assumir a presidência nacional do PTB, em junho de 1948, Getúlio desligara-se formalmente do PSD nacional. Ele já estava afastado do PSD do Rio Grande do Sul desde novembro de 1946.

A eleição de Getúlio para a presidência nacional do PTB, com Salgado Filho como vice, e na prática presidente em exercício a maior parte do tempo, resultara dos conflitos cada vez piores em algumas seções estaduais do partido, especialmente a de São Paulo.

Na eleição de janeiro de 1947, o PTB entrara dividido na disputa do governo do Estado. Hugo Borghi, um dos dirigentes estaduais do partido, conseguira lançar-se candidato, mas essa decisão foi impugnada e anulada. Borghi relançou-se, então, pelo Partido Trabalhista Nacional, o PTN, grupo sem qualquer expressão. O grupo mais ligado a Getúlio e ele próprio apoiaram a candidatura de Ademar de Barros, do PSP, Partido Social Progressista.

Adhemar venceu a eleição para governador e tornou-se a grande liderança

popular em São Paulo e candidato em perspectiva à Presidência da República. Essa hipótese, contudo, seria torpedeada meses depois, ao se realizar, em novembro de 1947, uma nova eleição, para escolha do vice-governador de São Paulo.

Ademar apoiou a candidatura de Luís Novelli Jr., genro do General Dutra, na expectativa de estancar as ameaças de intervenção federal contra seu governo. Getúlio e Luís Carlos Prestes apoiaram o outro candidato, Cirilo Júnior, do PSD. Com o apoio de Dutra e Ademar, o vitorioso foi Novelli, que já em 1948 romperia com Ademar.

Se tivesse ficado com Cirilo Júnior e garantido sua eleição, Ademar poderia ser candidato à Presidência em 1950. Com um vice hostil, e genro do Presidente, à espera de sua vaga, Ademar teve de transferir esse projeto para as eleições de 1955 e reformular seu projeto para 1950: o melhor, agora, seria apoiar um candidato viável contra Dutra (Ademar, em 1945, apoiara o brigadeiro Eduardo Gomes, cuja UDN fora o cérebro das articulações de Novelli Jr. com ele, Ademar). O candidato mais viável contra Dutra era, evidentemente, Getúlio.

Até hoje se discute se Getúlio, a essa altura, já pensava em voltar à Presidência. Os adversários, todos, dizem que sim, que ele só pensava nisso. Os partidários citam as iniciativas e esforços de Getúlio para viabilizar outra candidatura – assim como fizera em 1945. Para Miguel Bodea, que realizou a mais extensa e profunda das pesquisas sobre a evolução do antigo PTB no Rio Grande do Sul, a seção gaúcha teria adotado como objetivos estratégicos, em seguida às eleições de 1947, a conquista do governo do Estado em 1950 e “servir de base de sustentação regional para o retorno de Vargas à Presidência em 1950”.

Motivos e expectativas à parte, era inevitável alguma aproximação entre Getúlio e Ademar de Barros, ambos repudiados e hostilizados pela aliança UDN-PSD, ou melhor, pela aliança UDN-Dutra, que já não abrangia a totalidade do PSD. Em dezembro de 1949, Loureiro da Silva, um dos dirigentes do PTB gaúcho mais próximos de Getúlio, esteve com Ademar, numa espécie de missão exploratória, em São Paulo.

Episódios como esse já diziam respeito aos lances iniciais da campanha que conduziria ao segundo governo Vargas.

É preciso, porém, registrar desde logo um dado relativo à política econômica do governo Dutra, de sujeição às imposições muitas vezes dos escalões inferiores do governo e dos interesses econômicos dos Estados Unidos. Submetendo-se a essas imposições, até porque seu titular não desfrutava do respeito conquistado por Getúlio Vargas e porque, ao contrário deste, fora por muito tempo considerado partidário da Alemanha e da Itália nos conflitos da Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra promovera aquilo que, em situação semelhante, meio século depois, seria a “farra dos importados”.

Em 1945, ao ser deposto, o Presidente Getúlio Vargas deixara 708 milhões de dólares de reservas cambiais em moeda forte. Com a “farra dos importados” do início do governo Dutra, as reservas, no início de 1947, estavam reduzidas a 92 milhões de dólares – pouco mais de dez por cento do total de 1945.

Com essas reservas, Getúlio pretendia construir uma nova usina de Volta Redonda, para duplicar a produção de aço no Brasil, ou financiar a construção das primeiras refinarias de petróleo no país.

Outros são os números de Assis Chateaubriand, um jornalista insuspeito de complacência pelo Presidente Vargas. Segundo Chateaubriand, a queima de reservas brasileiras subira assustadoramente. Em 1946, fora de mais de 600 milhões de dólares; em janeiro de 1951, ao fim do governo Dutra, totalizaria dois bilhões de dólares.

Dois bilhões de dólares que poderiam ter servido para a duplicação de Volta Redonda, para a construção das primeiras refinarias de petróleo, para a geração de eletricidade, para a expansão da rede de transportes, para o desenvolvimento da agricultura, para a educação, para a saúde, para a reforma agrária, para a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo – e até para aquilo que, na visão da hipocrisia reacionária, sempre foi a injúria suprema: aumentar os salários.

O conhecimento desses números deve ter pesado consideravelmente na decisão que Getúlio Vargas tomaria no dia em que completava 67 anos de idade – a decisão de aceitar sua candidatura à Presidência da República nas eleições marcadas para 3 de outubro de 1950: vinte anos exatamente depois do início da Revolução de 1930.

CAPÍTULO 18

ABRIL, 1945

CANDIDATO ELE NÃO QUERIA SER

RUMO À ELEIÇÃO DE 1950

CARLOS LACERDA JÁ ESCREVIA: "O SR. GETÚLIO VARGAS
NÃO DEVE SER CANDIDATO. SE FOR, NÃO DEVE SER ELEITO.
SE ELEITO, NÃO DEVE SER EMPOSSADO. SE FOR EMPOSSADO,
DEVEMOS RECORRER À REVOLUÇÃO PARA IMPEDI-LO DE GOVERNAR".

Fundado em maio de 1945, o PTB só conseguira disputar em 14 Estados as eleições de dezembro desse ano. Elegera dois senadores, Getúlio Vargas e Alexandre Marcondes Filho, e 22 deputados à Assembleia Nacional Constituinte. Nas eleições seguintes, em janeiro de 1947, o PTB crescera muito pouco – embora disputando em todos os vinte Estados de então – e perdera muito terreno em São Paulo, especialmente para o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros.

Em 1950, porém, o PTB, praticamente sozinho, com o apoio apenas do PSP e contra todos os outros partidos, seria o partido ganhador da eleição presidencial, com a vitória de Getúlio Vargas. A história dessa eleição não tem grandes mistérios, mas desvenda a cegueira e a obtusidade de boa parte das lideranças conservadoras que mandavam cada vez mais no governo e no Congresso, ao longo da presidência do General Dutra.

Aproximando-se as eleições presidenciais de 1950, Getúlio passou a ser procurado e sondado, ou para ser candidato ele próprio, ou, de preferência, para apoiar outro candidato.

Candidato ele não queria ser, aos 67 anos de idade e depois de tudo que já tinha feito. Propôs outros nomes – todos vetados, ou pelos partidos ou pelo General Dutra. A eventual bênção de Getúlio tornava malditos até mesmo

candidatos antes lançados e apoiados pelo próprio General Dutra.

Getúlio fizera tudo para viabilizar outra candidatura que não a sua e fora frustrado nesse projeto pela intransigência tanto da UDN quanto do Presidente Dutra.

Apesar do rompimento, por Dutra, dos compromissos que tomara a iniciativa de oferecer ao PTB e firmar com ele, Getúlio encarou sem qualquer hostilidade ou restrição – a Dutra, ao PSD e à própria UDN – a chegada da sucessão presidencial de 1950.

Getúlio teria apoiado, por exemplo, seu velho amigo Oswaldo Aranha, que se ligara à UDN e apoiara em 1945 o Brigadeiro Eduardo Gomes. A UDN, porém, não aceitava Aranha, por sabê-lo amigo de Getúlio. Getúlio apoiaria também o então Vice-Presidente da República, Nereu Ramos, do PSD. Dutra, porém, não aceitava Nereu Ramos, pela mesma razão de ser amigo e ter o apoio de Getúlio.

Getúlio pensou em outros nomes, do PSD e da UDN, que poderia apoiar. Apoiaria até uma nova candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, se ela tivesse o apoio do PSD. E pensou especialmente numa candidatura do PSD com o apoio da UDN.

Algum vento de loucura afastaria um do outro os dois maiores partidos, PSD e UDN, e estes de Getúlio e do PTB.

Os grupos radicais da UDN, nos quais já preponderava a influência de Carlos Lacerda, forçaram o lançamento de nova candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, sem examinar e de certo modo excluindo a hipótese do apoio do PSD e do próprio Getúlio ao Brigadeiro.

Inviabilizada a candidatura de aliança, o PSD desistiu do entendimento com a UDN, e também não quis saber de entendimento com Getúlio. Acabou, o PSD, lançando a candidatura do deputado mineiro Cristiano Machado.

O PTB passou, então, a insistir com Getúlio para que aceitasse ser candidato.

Lacerda já propunha o golpe, e escreveu na Tribuna da Imprensa:

– O Sr. Getúlio Vargas não deve ser candidato. Se for, não deve ser eleito. Se eleito, não deve ser empossado. Se for empossado, devemos recorrer à

revolução para impedi-lo de governar.

Esse golpismo explícito não era segredo. Foi publicado no jornal.

Getúlio, enquanto isso, era procurado por pessoas de todas as correntes que queriam seu apoio. Mas também por gente diferente dos velhos chefes políticos, emissários do PTB que chegavam não para pedir, mas para oferecer apoio.

Eram pessoas modestas, nem todos operários, muitos funcionários públicos, que deviam a Getúlio a possibilidade, antes inexistente, para uns de ter a proteção da lei trabalhista; para outros, de inscrever-se em concurso para o serviço público, classificar-se bem e alcançar uma nomeação sem favoritismo. Boa parte do PTB compunha-se de pessoas assim, que o queriam de volta.

Não o queriam de volta para que lhes fizesse qualquer favor, do que, aliás, não precisavam. Queriam-no de volta porque esperavam dele que esses ganhos individuais fossem ampliados e estendidos a todos. Não eram ambições egoístas, individuais. Antes seriam ambições coletivistas.

De muitos Estados, o "Velho" Getúlio, como o chamavam, embora tivesse apenas 67 anos, recebia em São Borja delegações desse PTB, que lhe pedia para ser seu candidato à Presidência.

Ele, fundador simultaneamente do PTB e do PSD, tinha-se desligado do PSD e ligava-se apenas, nesse momento, ao PTB. Sabia, porém, que o PTB, como partido, não tinha força para disputar sozinho uma eleição presidencial.

Getúlio tentou tudo. Mas teve de render-se à evidência de que nem a UDN nem Dutra queriam entender-se com ele, o que excluía até o entendimento com o PSD.

Isolados pelos grandes partidos, sobravam o PTB e o PSP de Ademar de Barros, este centrado em São Paulo mas já com alguma expansão por outros Estados, na esteira das iniciativas ousadas, e frequentemente discutíveis, do governo de Ademar. Ademar era uma grande liderança popular em São Paulo, Getúlio uma grande liderança popular no Rio Grande e em outros Estados. Os dois acabaram unidos e Getúlio tornou-se, afinal, candidato à Presidência.

Candidato à Presidência em 1950, ele seria agora beneficiário do voto secreto, do voto da mulher e das garantias então representadas pela Justiça

Eleitoral que ele próprio instituíra vinte anos antes, em seguida à Revolução de 30.

Getúlio aceitou a candidatura no início da tarde de 19 de abril de 1950, seu aniversário de 67 anos, num churrasco na fazenda de João Goulart, jovem amigo e filho de seu velho amigo Vicente Goulart.

Muitas delegações tinham ido até ele e ele sem dúvida sabia o que esperavam. E disse:

– Levai-me convosco!

Que poderia significar isso: “Levai-me convosco!”?

Os emissários do PTB não tinham dúvidas. “Levai-me convosco!” significava que Getúlio Vargas entregava-se às correntes de avanço que sua revolução desencadeara – e que com esse fim e nesse sentido aceitava ser candidato. Significava ser conduzido pelas multidões de brasileiros antes destituídos e despossuídos e que, com ele, começavam a ter acesso a alguma forma de cidadania.

A candidatura de Getúlio, em 1950, era também a retomada de sua luta de 1930, vinte anos antes.

MAIS UMA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

A 6 de junho, reunido no Rio, o Diretório Nacional do PTB decidira, por unanimidade, recomendar à Convenção Nacional do partido a candidatura do ex-Presidente Getúlio Vargas às eleições presidenciais de outubro. No dia seguinte, um grupo de representantes do diretório chegou a São Borja para comunicar a decisão a Getúlio. Este, no mesmo dia, respondeu, em carta a Salgado Filho que ficaria conhecida como “carta-manifesto”:

– Estão sempre presentes ao meu espírito os insistentes apelos quotidianamente recebidos de todos os pontos do país para concorrer... Fui dos primeiros a apoiar a democrática sugestão do governador Walter Jobim, para que se tentasse o encontro de um candidato comum... Apressei-me mesmo a dar àquela sugestão todo o meu apoio pessoal... Não foi, assim, por obra ou imposição nossas que não se chegou a um entendimento geral. Bem sei que a esta altura a União Democrática Nacional já sufragou, pelo voto unânime de seus con-

vencionais, o nome do eminente brasileiro Brigadeiro Eduardo Gomes, assim como o Partido Social Democrático está às vésperas de aprovar a escolha do preclaro compatriota Dr. Cristiano Machado.

Quando se reunisse a Convenção Nacional do PTB, dali a dez dias, a convenção do PSD já teria produzido o fato consumado e irreversível da candidatura Cristiano Machado. Ainda assim, Getúlio propõe mais uma tentativa de negociação:

– Sem me querer furtar à imposição proveniente da direção do Partido Trabalhista Brasileiro, desejaria que, antes de qualquer resolução definitiva, V. Exa. tomasse a seu cargo a patriótica tarefa de consultar as direções supremas do PSD e da UDN, sobre a possibilidade de um reexame da situação.

– Se, entretanto, as circunstâncias não permitirem uma solução favorável... fica V. Exa. autorizado a transmitir a todos os nossos companheiros de luta e aos trabalhadores em geral minha firme decisão de submeter-me ao desejo deles, aceitando a candidatura.

Esse último apelo não deu resultado. A 16 de junho, dia da convenção do PTB, não havia qualquer possibilidade de reconsideração de suas decisões por parte do PSD e da UDN. Os dirigentes desses partidos, que poderiam beneficiar-se do apoio de Getúlio Vargas até ao brigadeiro Eduardo Gomes, ignorariam o que sucedia diante dos olhos de todos? Como disse Getúlio em seu discurso, irradiado de São Borja para a convenção do PTB no Rio:

– Afastado há quase três anos da Capital da República... durante estes longos trinta meses de ausência, os céus que cobrem este rincão perdido na solidão e no silêncio, foram diariamente sulcados por aviões que me traziam a alegria de rever velhos amigos, assim como a inesperada e honrosa visita de inúmeros brasileiros, que aqui vieram apresentar-me as suas demonstrações de apreço e confiança em minha ação política.

– Simples cidadão, sem a mínima parcela de autoridade pública, vi com prazer transporem a soleira de minha casa homens de todos os credos, de todas as regiões do país, de todas as filiações partidárias, muitos deles meus intrépidos adversários de ontem, trazendo-me, sem exceção, o conforto de uma simpatia espontânea e desinteressada.

Diariamente, dissera Getúlio, desciam aviões em São Borja, com passageiros que queriam vê-lo. São Borja fica no extremo oeste do Rio Grande, às margens do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina. Para chegar a São Borja, era preciso alcançar primeiro Porto Alegre, no extremo oposto, quase no litoral leste do Rio Grande e quase em face do Atlântico.

Graças ao pioneirismo do Rio Grande no desenvolvimento da aviação comercial no Brasil, Porto Alegre desfrutava de situação privilegiada na tábua de voos de 1950. Mesmo assim, quase todos os voos para Porto Alegre dependiam de escalas, porque Porto Alegre, além de ficar, no mapa do Rio Grande, no lado oposto a São Borja, situa-se perto do extremo sul do Brasil. Os aviões compatíveis com a maioria dos aeroportos, sobretudo o famoso DC-3, ainda o principal avião da campanha presidencial de 1960, dez anos depois, não podiam voar para Porto Alegre diretamente do Rio ou mesmo de São Paulo, e menos ainda de Belo Horizonte ou de outras capitais de Estado, sem escalas de reabastecimento.

Se chegar a Porto Alegre oferecia tais dificuldades e demoras, muito maiores eram os obstáculos na etapa seguinte, de Porto Alegre a São Borja, em pequenos aviões executivos, na maioria monomotores (a hélice, é claro, pois a era do jato mal estava começando no Brasil), aviõezinhos de velocidade e autonomia de voo muito inferiores às do DC-3.

Diante de tais distâncias e dificuldades, era preciso que os visitantes estivessem tomados por enorme determinação, para cobrir tantas etapas e tal quilometragem, em demanda de São Borja. Sem as mesmas distâncias e dificuldades aeronáuticas, teria havido romaria comparável à casa do brigadeiro Eduardo Gomes, o candidato da UDN, e de Cristiano Machado, candidato do PSD, ou em busca de outros presidenciáveis cogitados e largados pelo caminho?

Tanta gente procurando Getúlio, tantos aviões descendo em São Borja só podiam significar que o nome dele valia alguns votos. Ou melhor, alguns milhões de votos.

A MONTAGEM DA CAMPANHA

Getúlio lançar-se-á à campanha a partir do Rio Grande, mas os comícios só começarão em agosto. Na segunda quinzena de junho, depois da convenção do PTB, e em todo o mês de julho, ele fica em São Borja, ocupado com a organização da campanha, com entendimentos políticos, com problemas do PTB e com a preparação de seus discursos – que constituiriam, examinados em conjunto, um completo plano de governo. Em cada um desses 78 discursos, ele tratará sempre de problemas específicos da região onde fala e de problemas nacionais, particularmente aqueles de maior repercussão local. Em Volta Redonda, por exemplo, ele discutirá a siderurgia. Na Bahia, o petróleo, descoberto em Lobato em seu primeiro governo. Em São Paulo, a questão do emprego e do salário. No Rio Grande, a agricultura, o problema da terra e a extensão dos direitos sociais ao trabalhador do campo.

Em menos de dois meses, de 9 agosto a 30 de setembro de 1950, Getúlio estará em cada um dos vinte Estados de então e mais na cidade do Rio de Janeiro, capital da República. Ele falará, nesta ordem, em Porto Alegre; São Paulo e Santos (São Paulo); Rio (Distrito Federal); Pirapora (Minas); Carolina (Maranhão); Marabá e Santarém (Pará); Manaus (Amazonas); Belém (Pará); São Luís (Maranhão); Teresina e Parnaíba (Piauí); Fortaleza (Ceará); Mossoró e Natal (Rio Grande do Norte); Souza, Campina Grande e João Pessoa (Paraíba); Recife e Caruaru (Pernambuco); Maceió e Penedo (Alagoas); Aracaju (Sergipe); Feira de Santana, Salvador, Ilhéus e Vitória da Conquista (Bahia); Vitória (Espírito Santo); Campos, Niterói e Petrópolis (Estado do Rio); Juiz de Fora (Minas); Volta Redonda (Estado do Rio); Governador Valadares, Belo Horizonte, Uberaba e Uberlândia (Minas); Goiânia (Goiás); Cuiabá, Corumbá e Campo Grande (Mato Grosso); Presidente Prudente, Araçatuba, São José do Rio Preto, Barretos, Ribeirão Preto, Araraquara e Campinas (São Paulo); Poços de Caldas (Minas); Taubaté, Sorocaba, Piracicaba e Bauru (São Paulo); Londrina, Ponta Grossa e Curitiba (Paraná); Joinville, Itajaí e Florianópolis (Santa Catarina); e Erechim, Passo Fundo, Carazinho, Santa Maria, Cachoeira, Santa Cruz do Sul, Caxias, São Jerônimo, Pelotas, Rio Gran-

de, Bagé, Uruguaiana, Alegrete, Livramento, São Gabriel, Santo Ângelo e São Borja (Rio Grande do Sul).

Ainda não existiam, em 1950, as técnicas de marketing político que hoje fazem a fortuna tanto de profissionais sérios quanto de verdadeiros impostores, nem os jatinhos e aeroportos que permitem rápidos deslocamentos e muito menos a onipresença e a onipotência da televisão e das pesquisas. Campanha era comício – e o rádio, em expansão, permitia que a palavra dos candidatos atingisse muito mais gente que as multidões reunidas em praça pública para ouvi-los, mas igualmente para vê-los.

Muito mais que de recursos financeiros fartos – mais tarde causa de tantos escândalos – uma campanha como a de Getúlio Vargas em 1950 dependia sobretudo de organização e inteligência. Organização para levá-lo a todos os Estados e, nestes, aos lugares nos quais sua presença e sua palavra teriam mais repercussão. E inteligência para saber o que dizer. Não o saber o que dizer do oportunismo e da desonestidade fantasiados de marketing, mas o da experiência, da sensibilidade, do conhecimento da realidade – e sobretudo da coragem. A conveniência recomendaria que Getúlio calasse sobre certas questões que não estavam na agenda da campanha. E ele decidiu suscitá-las precisamente onde provocariam as maiores e as piores reações, para que ninguém se enganasse quanto a seus propósitos. Em São Paulo, ele falou, e não poderia deixar de falar, da questão do trabalho e da questão dos salários – e da necessidade de aumentá-los. Mas foi na zona agrícola e pecuária do Rio Grande, região dominada pelo pensamento mais conservador, que ele mais defendeu a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo.

A preparação desses discursos exigiu tempo e reflexão, além da coleta de dados. Porque neles Getúlio associará ao que propõe aquilo que já fez ou tentou fazer. Ele próprio diria, num dos últimos comícios, que organizara esses discursos de forma a constituírem, além de uma plataforma, a mais cabal prestação de contas de seus atos no primeiro governo.

Ainda em julho, enquanto se montava a logística da campanha que o levaria a realizar, com as escalas inevitáveis do avião a hélice, voos quase equivalentes a uma volta completa do mundo, Getúlio consolidou o acordo político

com o Governador de São Paulo, Ademar de Barros, e seu Partido Social Progressista (PSP).

Ademar esteve na Fazenda do Itu, em São Borja, no dia 11 de julho, e confirmou a disposição, já manifestada mais de seis meses antes, de apoiar a candidatura Vargas. Pedia, em troca, o direito de indicar o candidato a Vice-Presidente e o apoio de Getúlio e do PTB ao candidato do PSP ao governo de São Paulo, professor Lucas Nogueira Garcez.

– A esperança de Ademar, aliás não expressa de forma clara no encontro de Itu – diz Miguel Bodea – seria obter o apoio de Vargas às suas próprias pretensões presidenciais em 1955. O acordo PTB-PSP [era] importante para Vargas em nível nacional, sobretudo por lhe facilitar o acesso ao eleitorado paulista – onde não gozava de grandes simpatias [nas] elites e [na] classe média, embora na corrida senatorial de 1945 tivesse demonstrado sua força [nas] camadas populares.¹¹⁶

Ademar pretendia que o candidato a Vice-Presidente fosse o senador Olavo de Oliveira, do Ceará, mas a maioria do PSP preferiu, e ele aceitou, o deputado João Café Filho, do Rio Grande do Norte, antigo jornalista e dirigente sindical.

No dia seguinte ao do encontro com Ademar, o grupo gaúcho do PSD Autonomista – dissidência do PSD que rompera com o General Dutra e não aceitara a candidatura Cristiano Machado – reiterava seu apoio a Getúlio, com um manifesto no qual dizia:

– As urnas de 3 de outubro mostrarão que o genuíno espírito do PSD se consubstancia na dissidência autonomista. Aos nossos companheiros de todos os municípios pedimos que se incorporem aos comitês autonomistas e que se manifestem, prestigiando esse movimento de redenção do Partido. Estamos a serviço do Rio Grande, certos de interpretar a vontade do povo. O nosso caminho é o da organização, o das urnas e o da vitória.

A adesão formal do PSD Autonomista facilitava o apoio de outros grupos do PSD a Getúlio, em alguns casos sem qualquer declaração explícita. A esse

¹¹⁶ Idem, p. 218.

fenômeno os jornais deram o nome de “cristianização”, significando que o candidato oficial do PSD, Cristiano Machado, fora “cristianizado”, ou seja, abandonado e, talvez, crucificado como Cristo.

Completada a montagem política da candidatura, Getúlio teve ainda, em julho, antes de lançar-se à campanha que o levaria a percorrer cerca de 40 mil quilômetros em menos de dois meses, de enfrentar, na política do Rio Grande, uma tragédia.

Em um de seus primeiros roteiros eleitorais, o senador Salgado Filho, candidato do PTB ao governo do Rio Grande, morre em acidente aéreo no município de São Francisco de Assis. Passavam-se apenas 15 dias da formalização de sua candidatura pela coligação PTB-PSP-PSD Autonomista. E faltavam apenas dois meses para o dia da eleição.

CAPÍTULO 19

AGOSTO, 1950

EM SÃO PAULO, ELE DESAFIA UMA ARISTOCRACIA INCONFORMADA

OS PRIMEIROS COMÍCIOS

EM SEUS DISCURSOS, GETÚLIO DIZ ABERTAMENTE O QUE PENSA E DEFENDE O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO, CONGELADO PELO GOVERNO DUTRA, E EXTENSÃO DAS LEIS SOCIAIS AO TRABALHADOR DO CAMPO.

O primeiro comício da campanha de Getúlio – a 9 de agosto – realizou-se em Porto Alegre, com a presença de Ademar de Barros (que criticou duramente o General Dutra), de João Goulart, Alberto Pasqualini e Leonel Brizola. Getúlio, nesse primeiro discurso da campanha, expõe algumas das propostas que vão compor sua plataforma de governo. Delas mencionaremos aqui apenas duas: a que ele dirige aos produtores e a que dirige aos trabalhadores.

Dirigindo-se aos produtores rurais, num Rio Grande que era o maior fornecedor de alimentos do país, ele defende “duas providências... necessárias para o desenvolvimento da produção nacional: o preço mínimo e o financiamento oportuno”.

– Com a segurança do preço mínimo, tranquiliza-se o produtor quanto ao receio das oscilações causadas pela interferência dos especuladores. Esse preço mínimo é a garantia de compra pelo Estado dos excessos que não encontram colocação no mercado.

Aos trabalhadores – mas também aos produtores, como a avisar a estes que o apoio do governo exigirá contrapartidas – Getúlio afirma:

– É preciso melhorar o standard de vida dos brasileiros e reajustar os salários dos trabalhadores. Devem ser estendidas ao trabalhador rural as mesmas vantagens de que já goza o trabalhador urbano: salário mínimo, seguro contra acidentes, aposentadorias e pensões para os casos de enfermidade, velhice,

viuvez, orfandade e invalidez.

E censura a gestão da previdência social depois de seu afastamento do governo em 1945:

– Os institutos criados no meu Governo, para amparar os trabalhadores e custeados por estes, estão sendo desvirtuados na sua finalidade. Vão, aos poucos, se transformando em rendosas fontes de empregos, em luxuosas máquinas burocráticas, demoradas e ineficientes no serviço de assistência aos seus associados.

O que havia de previdência social no Brasil até a Revolução de 30 era quase nada. Em quinze anos, Getúlio montara uma rede de institutos e caixas de previdência que já dava cobertura a praticamente todas as categorias profissionais urbanas. O passo seguinte deveria ser a extensão dos direitos sociais e da proteção previdenciária aos trabalhadores rurais, mas antes seria necessário conter e corrigir o desvirtuamento, a verdadeira corrupção dos órgãos da previdência, facilitada e até estimulada pela repressão política do governo Dutra aos sindicatos, impedidos não só de reivindicar o avanço das condições de trabalho, mas também de fiscalizar e controlar a aplicação das contribuições previdenciárias descontadas dos salários.

Quanto aos salários, Getúlio conseguira elevá-los, pela instituição e pela exigência de cumprimento das leis trabalhistas, especialmente a do salário mínimo, congelado ao longo de todo o governo Dutra.

O salário mínimo talvez fosse a mais palpável, a mais “física”, literalmente, das conquistas sociais da Revolução de 30. Seu congelamento seria a metáfora, o símbolo do congelamento de todos os avanços sociais, econômicos e políticos da Revolução. O protesto contra o congelamento do mínimo leva Getúlio a lembrar 1930. Ele diz:

– Rio Grande! Rio Grande! A 3 de outubro de 1930 parti contigo, de arma em punho, para uma campanha de redenção nacional. A 30 de outubro de 1945, incompreendido, fatigado das lutas, baixei sobre o teu solo generoso e acolhedor. Sigo, agora, outra vez, para uma nova luta no prélio das urnas, que se deve realizar a 3 de outubro de 1950. Parto para iniciar uma campanha que, no Rio Grande, devo encerrar. Deixo-te, confiante na tua bravura, na tua leal-

dade, no teu valor. Levo-te no coração e no espírito. Se sucumbir na luta, meus restos repousarão no teu solo. Se vencermos, tu estarás a meu lado, com todo o povo brasileiro, e eu te representarei em tuas justas e nobres aspirações.

Palavras proféticas! Quando sucumbir, em agosto de 1954, daqui a quatro anos e duas semanas, depois de vencer essa eleição e no governo realizar a retomada de muitas de suas metas de 1930, Getúlio voltará de novo para o solo do Rio Grande. Agora, definitivamente.

Retomando a convocação de outubro de 1930, ele diz:

– Vamos empreender uma campanha de renovação nacional, sob o aspecto social, político e econômico. Vale a pena fazê-lo. E, ainda uma vez, conclamarei: Povo do Rio Grande! Povo do Rio Grande!... Ergue-te como em 1930, dentro da paz e da ordem, levando tua cédula às urnas, novamente de pé, pelo Brasil!

Nesse primeiro comício, Getúlio recomenda a seus eleitores os candidatos do PTB no Rio Grande, mas não pôde mencioná-los pelo nome porque, em consequência da morte de Salgado Filho, o PTB ainda discute suas candidaturas majoritárias.

No dia seguinte, 10 de agosto, Getúlio viaja para São Paulo, e a nova Comissão Executiva do PTB do Rio Grande, presidida por João Goulart, anuncia a escolha desses candidatos majoritários: Alberto Pasqualini permanece candidato ao Senado; Salgado Filho será substituído, como candidato a governador, pelo senador e ex-interventor Ernesto Dornelles.

O SEGUNDO COMÍCIO: SÃO PAULO

O segundo comício da campanha seria realizado em São Paulo – a 10 de agosto – e teria mais importância política e eleitoral que o de Porto Alegre. Em São Paulo, em 1945, Getúlio fora o candidato a senador mais votado e garantira a eleição de seu companheiro de chapa, o ex-Ministro do Trabalho e da Justiça Alexandre Marcondes Filho. Em 1930, nos primeiros dias de janeiro, Getúlio fora recebido pela maior manifestação popular já vista em São Paulo. Se houvesse um mínimo de verdade eleitoral, Getúlio em 30 teria vencido em São Paulo. A vitória para o Senado em 1945 confirmara sua enorme

popularidade em São Paulo. Agora, candidato a Presidente, ele tinha de enfrentar os velhos ódios de uma velha aristocracia que ainda não aceitava a Revolução de 1930 e as mudanças econômicas e sociais por ela promovidas.

Getúlio decidira dizer o que pensava, especialmente onde a verdade fosse mais perigosa. Em São Paulo, atento à hostilidade dessa aristocracia inconformada, ele poderia limitar-se a falar de suas decisões como Presidente em favor de São Paulo. Afinal, o governo provisório da Revolução salvara a economia cafeeira paulista, cuja desgraça fora agravada pela insensatez e pela arrogância de Washington Luís. Getúlio poderia limitar-se a falar da importância da indústria e da agricultura de São Paulo no futuro próximo e, a longo prazo, da economia brasileira. Ele poderia, até, homenagear retoricamente o papel dos trabalhadores de São Paulo, dos operários e dos imigrantes, na construção de um novo país.

No discurso em São Paulo, novamente acompanhado de Ademar de Barros, Getúlio não se dirige apenas ao público que o conhecia no Rio Grande. Dirige-se a um público muito maior de trabalhadores industriais, que o tinham aplaudido em 1930, mas cujos votos a seu favor haviam sido fraudados; e ao público dos herdeiros desses trabalhadores industriais que o tinham eleito senador por São Paulo, o mais votado, em dezembro de 1945. E também se dirige a um público menor, mas muito mais poderoso, de industriais, empresários e proprietários – que ganhavam dinheiro e, em compensação, criavam empregos.

Em Porto Alegre, no primeiro discurso da campanha, Getúlio dissera aos produtores que os apoiaria, com crédito pronto e preços mínimos; mas que aumentaria os salários dos trabalhadores. Em São Paulo, ele aprofunda a discussão de suas propostas, sem limitar-se ao que seria bem-ouvido pelas elites de São Paulo, mas dizendo exatamente o que elas não queriam ouvir.

O discurso começa pela reconstituição dos antecedentes de sua própria candidatura e da aliança PTB-PSP, a aliança trabalhista-progressista.

– Trabalhistas e progressistas, logicamente – diz Getúlio – só se sentiriam bem sob a mesma bandeira, dada a identidade dos seus propósitos, porque uns e outros propugnam uma democracia que preze a si própria, fundada na justiça social.

A base da aliança com Ademar de Barros era, portanto, a justiça social,

nesse momento a bandeira do PSP ademarista assim como do PTB getulista. Além dessa identidade, os dois partidos estavam unidos pelo fato de terem sido excluídos, ambos, dos entendimentos entre os grandes partidos conservadores, em busca de uma candidatura presidencial de composição entre eles.

– Falava-se – diz Getúlio – da necessidade de uma solução harmoniosa para o problema. O que se viu foi a exclusão dos trabalhistas e progressistas – que apenas seriam consultados! Como se um acordo, realmente digno desse nome, pudesse começar por um processo de exclusão que dividia em vez de unir; e como se a democracia fosse propriedade de alguns e, portanto, a negação de si mesma – pois só seria democrática uma solução em que todos tivessem igual direito de voto, e não a que se tentou impor, reduzindo progressistas e trabalhistas a meros caudatários das demais correntes de opinião.

O simples fato da exclusão bastaria para unir PTB e PSP – dois partidos de base popular e comprometidos com ideias que fatalmente seriam qualificadas, depreciativamente, de populistas. A questão, porém, naquele momento, não era de ciência política. Ademar de Barros, mais tarde um reacionário anticomunista furioso, fora eleito governador de São Paulo com apoio até do Partido Comunista, ainda legal, e seguia um rumo programático quase paralelo ao de Getúlio e do PTB.

Excluídos pela maioria conservadora, os dois partidos tinham essa afinidade que consideravam “popular” e seria qualificada de “populista”. Getúlio, além disso, dispunha do patrimônio político e eleitoral de suas ações, como Presidente por 15 anos, de 1930 a 1945, em favor de São Paulo. Já no início desse discurso em São Paulo, ele lembra:

– Seja-me permitido relembrar que, em meu governo, jamais deixei de atender aos interesses legítimos de São Paulo. Um governo que não atenda aos justos reclamos de São Paulo, em suas aspirações de crescer e produzir, atenta... em primeiro lugar contra os interesses supremos da nacionalidade.

Getúlio lembra dois setores da indústria que tinham crescido em seu governo e depois definharam. O primeiro fora a indústria da seda:

– Dezenas de milhares de trabalhadores do campo encontraram nova ocupação no plantio das amoreiras e na produção dos casulos. Outros tantos mi-

lhares de operários especializaram-se rapidamente em novos misteres, movimentando, com singular produtividade, cerca de 160 tecelagens que funcionavam, em 1945, em território paulista. Desses prósperos estabelecimentos, pela falta de qualquer proteção por parte do Governo Federal [no governo Dutra], que até facilitou a invasão dos mercados brasileiros pelos concorrentes do exterior, só restam, na atualidade, 14 fábricas em funcionamento.

O segundo setor protegido por seu governo, e depois abandonado e moribundo, dividia-se entre a lavoura algodoeira e a indústria do algodão, que nos anos 30 “se transformaram em dois poderosos núcleos da economia nacional”:

– Sobrevindo a guerra, prestou-se imediatamente, por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, larga assistência financeira ao produtor, assegurando-se o financiamento das safras e a sustentação do mercado até 1945.

Para sustentar o mercado e garantir as safras, o governo Vargas chegara a fazer emissões de dinheiro, garantidas pelos estoques transferidos ao controle da União. Com a queda de Getúlio, em 1945, a política mudaria:

– O governo abandonou a lavoura e a indústria algodoeira à sua própria sorte. Estancou, bruscamente, o crédito agrícola. E, enquanto outros países proporcionavam prêmios aos exportadores, no Brasil, asfixiando-se a exportação, instituiu-se a obrigatoriedade da retenção de 20%... e chegou-se até à proibição das remessas de tecidos para o exterior.

O abandono dessa política, em seguida a seu afastamento da Presidência em 1945, seria, segundo Getúlio, desastroso e destrutivo. Ele protestaria, em discurso no Senado:

– Era, como disse então, um dever que tinha para com São Paulo, que me elegera como o mais votado dos seus senadores.

A advertência não fora ouvida – e as previsões de Getúlio confirmaram-se ao longo do governo Dutra:

– A exportação de tecidos, que era, no primeiro semestre de 1945, aproximadamente de 700 milhões de cruzeiros, não passou, em igual período [de 1949], de 34 milhões, o que representa diminuição de mais de 20 vezes... Algumas fábricas chegaram à insolvência. A maioria delas diminuiu as horas

de trabalho. Pesa, assustadoramente, sobre um milhão de trabalhadores e suas famílias, a ameaça do desemprego e da fome.

APOIO À AGRICULTURA E AO TRABALHADOR RURAL

Defendendo-se, em seguida, da acusação de que só pensa na indústria, Getúlio diz:

– Recebi, mais uma vez, dos meus gratuitos adversários, a acusação de favorecer a indústria, em detrimento das atividades rurais. No entanto, quando assumi, em 1930, o governo da República, a lavoura cafeeira tinha sido violentamente golpeada pela crise, consequente à valorização artificial, que graves e profundos abalos provocou em todo o arcabouço da economia nacional, fundamentada na monocultura. E foi o reajustamento econômico que arrancou da falência a agricultura nacional. Com a criação, posteriormente, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, iniciou-se o revigoramento e a tonificação de todo o organismo agropecuário que, com os financiamentos instituídos, se ia libertando dos intermediários e especuladores. Coube, também, ao meu governo, elaborar o Plano de Emergência, para a garantia de preços e mercados, e, sobretudo, levar a efeito o fomento do cooperativismo, que tantos e tão assinalados serviços prestou e presta à produção rural do país.

As estatísticas confirmavam as afirmações de Getúlio: de 1930 a 1945, foi de 5 milhões de hectares o aumento da área cultivada no Brasil, ou seja, 50 mil quilômetros quadrados. O Estado de Alagoas tem pouco mais que a metade disso, 27 mil km². A Albânia, com os mesmos 27 mil km², também. A extensão do aumento da área cultivada no Brasil corresponderia também a pouco mais da metade do território de Cuba, de 110 mil quilômetros quadrados. Outra referência seria o Uruguai, com 177 mil quilômetros quadrados. Os 5 milhões de hectares ou 50 mil quilômetros do avanço da agricultura no Brasil significariam, grosso modo, um terço do Uruguai, pouco menos de metade de Cuba e quase duas vezes a Albânia ou o Estado de Alagoas.

– Nenhum governo, mais do que o meu, procurou assistir as forças legiti-

mas da produção e atender, ao mesmo passo, às justas reivindicações das massas trabalhadoras.

Paralelamente ao aumento da área cultivada, o governo Vargas empenhara-se num programa de mecanização da agricultura, seguindo o exemplo dos Estados Unidos:

– Os americanos do norte, que reconhecidamente ostentam a maior produção agrícola do mundo, empregam mais de 3 milhões de tratores no trabalho rural, inteiramente mecanizado e só assim eficientemente produtivo.

Getúlio aproveitara as necessidades da guerra, que conjugavam interesses brasileiros a urgências militares e estratégicas dos Estados Unidos e dos demais Aliados, para conseguir apoio e ajuda à criação e instalação da Fábrica Nacional de Motores. Ela começaria produzindo motores de avião, para o esforço de guerra aliado contra Hitler, e depois passou a produzir motores e veículos terrestres, inclusive tratores: duzentos por mês.

Deposto Getúlio em 1945, o projeto dos tratores foi abandonado e a própria Fábrica Nacional de Motores começou a ser desmantelada – apesar do esforço de sua direção, em sucessivos apelos ao governo Dutra, com sucessivos pedidos de permissão para prosseguir no programa de trabalho definido no governo Vargas.

Não interessava ao modelo econômico imposto ao governo Dutra – e por ele imposto ao país – que o Brasil produzisse tratores, caminhões ou automóveis. A esse modelo interessava que o Brasil os importasse, em benefício dos países tradicionalmente exportadores desses veículos – especialmente os Estados Unidos, que, morto Roosevelt e finda a guerra, não queriam mais a expansão da capacidade industrial do Brasil.

Getúlio, porém, insiste na tese pela qual lutava desde a juventude, desde a saudação, como estudante, ao Presidente eleito Afonso Pena, em 1906:

– É tarefa premente a industrialização de nossas matérias-primas e a sua defesa contra a concorrência alienígena que pretenda prejudicá-la através de dumpings e monopólios.

Em seguida, Getúlio trata da reforma agrária, embora não lhe dê esse nome (mais tarde, na campanha, ele rejeitará a expressão “reforma agrária” – a ex-

pressão, não a ideia):

– Precisamos de uma nova lei agrária que, nos termos da Constituição vigente, condicione o uso da propriedade a uma finalidade social. O direito de propriedade da terra ficará assim subordinado ao bem-estar e ao progresso social. O latifúndio, que é a terra improdutiva, não aproveitada, à espera de valorização, deve ser desapropriado pelo Estado, para fins de utilização econômica. Mas quem for proprietário de terras e não puder aproveitá-las, por falta de recursos, precisa receber financiamento, para poder produzir. A própria terra é a mais sólida das garantias. Essas medidas devem ser completadas com o vigoroso amparo às cooperativas agrícolas, o fornecimento de máquinas, sementes, fertilizantes, e a incentivação do ensino técnico, a fim de que se possa ampliar e fortalecer a nossa produção rural.

Em vez de desapropriar, ele prefere agir sobre as terras devolutas, pertencentes ao patrimônio público:

– Devem ser aproveitadas para a cultura e cedidas as suas glebas aos trabalhadores que queiram fecundá-las com o seu trabalho. Urge retornarmos à política da fundação de colônias agrícolas, para distribuição gratuita da terra aos agricultores pobres, que precisam receber, como receberam do meu Governo, assistência médica, financeira e técnica.

A ideia de projetos de colonização, com o aproveitamento e a partilha de terras do patrimônio público, será várias vezes discutida na campanha, como contrapeso à ameaça implícita ao latifúndio. Segundo Getúlio, o dono de grandes extensões que não tiver recursos para tornar sua terra produtiva disporá de financiamento para trabalhá-la. Mas a terra que permanecer deliberadamente improdutiva, à espera de valorização para venda com lucro sem causa, essa poderá ser desapropriada.

Depois de definir os critérios de uma reforma agrária moderadíssima para os padrões de hoje, mas talvez radical e revolucionária para os do retrocesso social a que o país vinha sendo conduzido no governo Dutra, Getúlio retoma a proposta de extensão dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores na agricultura e na pecuária:

– Nestes últimos anos em que me dediquei aos labores do campo, pude

observar a precária situação dos trabalhadores rurais. Eles precisam ser amparados pelas leis que protegem os trabalhadores urbanos, notadamente as que se referem ao salário mínimo, estabilidade no cargo, assistência médica e hospitalar, proteção contra acidentes do trabalho e aposentadorias e pensões nos casos de invalidez ou velhice. São medidas profundamente justas e humanas e só encontram resistência nalguns espíritos reacionários, que têm de suas prerrogativas um conceito semifeudal e por isso atacam o trabalhismo. Fala-se muito no êxodo do trabalhador do campo para a cidade. Uma das causas desse fenômeno bem pode ser a falta de assistência ao trabalhador rural.

Sabedor de que será atacado pelo que faça ou não faça, assim como pelo que fizera ou deixara de fazer, Getúlio antecipa-se:

– Aqueles que, procurando combater-me, não podem negar a realidade da legislação trabalhista do meu Governo, pretendem atribuí-la à evolução natural, como se o seu desenvolvimento fosse obra do acaso, independente da interferência constante do poder público.

– A esses eu pergunto: por que, até 1930, sem possuir a segurança dos mais elementares direitos, os trabalhadores arcavam sob o peso dos mais arbitrários deveres, enquanto as falsas elites dominantes, infensas ao drama quotidiano do proletariado, se revezavam no poder, em grupos oligárquicos, através dos passes de mágica da burla eleitoral, que negava, ao povo, o voto secreto e não concedia às mulheres o direito de voto?

– A esses eu pergunto – onde está o aumento do salário mínimo, tantas vezes prometido, há vários anos, e que até hoje não passou das entrevistas ministeriais e do verbalismo dos bajuladores?

O salário mínimo fora reajustado por Getúlio em 1943 e mantido nos mesmos níveis ao longo de todo o governo Dutra. O que explicava também outra pergunta de Getúlio:

– Por que se levaram a termo tantas intervenções nos sindicatos dos trabalhadores, amordaçando-os violentamente, quando reivindicavam os seus mais sagrados direitos? A resposta não virá jamais. Porque, do muito que prometeram, nada fizeram, e muito do que têm feito, contra os interesses dos trabalhadores, não tinham, evidentemente, prometido.

MANAUS: CONTRA A ENTREGA DA AMAZÔNIA

O comício seguinte foi em Manaus, a 20 de agosto. O tema do discurso de Getúlio é a nova e recente tentativa de entrega da Amazônia a interesses estrangeiros organizados numa entidade supostamente científica, o Instituto Internacional da Hileia Amazônica, sob o patrocínio das Nações Unidas:

– Não é de hoje, não é destes anos atribulados do segundo pós-guerra, que olhos cobiçosos se voltam para as nossas grandes possibilidades. Antes mesmo do conflito mundial, levantavam-se vozes que pretendiam apaziguar as querelas europeias acenando com uma compensação – a criação de colônias nas extensas terras do nosso maravilhoso vale.

– Recentemente, sob outra forma e com outros empresários, a antiga ideia tomou vulto numa alta Assembleia internacional. Não fora o protesto unânime de brasileiros responsáveis e as reservas do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, e o nosso desarvorado governo federal teria concordado totalmente com a entrega das assombrosas virtualidades amazonenses aos trustes cosmopolitas, sob o disfarce de proteção das Nações Unidas, organismo transnacional de conciliação dos interesses econômicos das grandes potências.

“Nações Unidas, organismo transnacional de conciliação dos interesses econômicos das grandes potências”: é assim que Getúlio Vargas, um de seus fundadores nos anos da guerra, refere-se à ONU de 1950, inteiramente dominada pelos Estados Unidos. No que, aliás, a União Soviética e seus aliados tinham grande culpa, porque tinham entrado numa espécie de greve contra as atividades da ONU e, de fato, a entregaram aos aliados mais submissos dos Estados Unidos.

Com a União Soviética ausente do Conselho de Segurança, porque sabotava todos os organismos da ONU, os Estados Unidos conseguiram apoio, sob a bandeira da ONU e por ordem desta, para entrar na Guerra da Coreia, uma guerra na verdade entre o governo norte-americano e o governo soviético.

Getúlio via claro, que a ONU de 1950 não era a mesma de 1945, destinada a trabalhar pela paz. A ONU de 1950 era uma agência dos interesses econômicos das grandes potências – e só faltou que Getúlio explicitasse: das grandes

potências capitalistas.

Nesse quadro de submissão de todos os problemas ao interesse dos Estados Unidos, Getúlio adverte que, vencida a primeira ameaça recente à Amazônia, já se manifesta uma segunda ameaça:

– A segunda ameaça parece conjurada por algum tempo, mas não está longe a data em que voltarão à carga os colonizadores potenciais. Por isso mesmo, nesta campanha presidencial fiz questão de vir até aqui não para disputar votos, mas para dar-vos o penhor público da minha solidariedade.

Em resposta a essas tentativas de internacionalização, ele propõe uma solução nacional e nacionalista:

– Em vez da Amazônia internacionalizada, que pretendem alguns poucos brasileiros mal orientados, levarei avante a ideia antiga de uma Amazônia bem brasileira, interessando as nações fronteiriças e promovendo a integração econômica e social da bacia do grande rio. Não é com europeus ou povos de outras latitudes que domaremos o caudal gigantesco e o séquito dos seus poderosos afluentes. Será entre nós, com os brasileiros de todo o país, gente adaptada ao solo e à natureza peculiar da linha equatorial, que dividiremos os encargos atuais.

No Maranhão, Getúlio discursa em São Luís, a “Atenas Brasileira”. Em homenagem às tradições de cultura da cidade, o tema é o conjunto de realizações de seu primeiro governo na área da educação:

– Não foi por acaso que a evolução política do Brasil, após a Revolução de 1930, coincidiu com o renascimento da sua vida intelectual e com o surpreendente despertar do impulso criador no sentido da brasilidade na literatura e nas artes. É que essas manifestações esplêndidas da vida popular e a orientação governamental que presidi brotaram das mesmas fontes e se irmanaram nas mesmas aspirações.

A evolução cultural, o renascimento coincidiram com a criação do Ministério da Educação, um dos primeiros atos do primeiro governo Vargas, em 1930:

– Coube ao meu Governo tomar, desde logo, as providências legislativas e administrativas adequadas para a reestruturação do ensino em todo o país. As reformas do ensino superior e secundário, decretadas em abril de 1931, cons-

tituem hoje, um marco histórico no desenvolvimento cultural do Brasil. O ensino primário – primeiro passo para a formação da juventude – tomou tal incremento que, de 27 mil escolas primárias existentes no país em 1932, passamos a mais de 40 mil nos primeiros oito anos, acusando, em 1939, uma frequência de cerca de 76 mil professores e de três e meio milhões de alunos inscritos. Não foi menor o aumento dos estabelecimentos de ensino secundário, que em dez anos do meu Governo tiveram desenvolvimento maior do que o verificado em todo um século de independência.

Em Fortaleza, no Ceará (23 de setembro), Getúlio lembra sua candidatura anterior à Presidência, em 1930, quando incluiu na plataforma da Aliança Liberal a “preocupação pela sorte das populações do Nordeste”.

– Posso hoje afirmar-vos – diz Getúlio – que, em menos de 15 anos, o meu Governo construiu na vasta região nordestina, que se estende do Piauí ao norte da Bahia, açudes públicos com capacidade de acumulação mais de três vezes superior à que fora aqui concentrada em quase meio século, ou seja, desde 1888 – data em que o Governo Imperial iniciou a construção do primeiro – até o advento da Revolução de 30.

Em 1930, a capacidade de acumulação dos açudes construídos desde 1888, mais de quarenta anos antes, era de 630 milhões de metros cúbicos. Em 1944, já tinha passado a marca de 2 bilhões de metros cúbicos.

Isso quanto aos açudes de responsabilidade exclusiva do poder público. Em regime de cooperação, ou seja, em parceria entre governo e particulares, apenas 36 açudes tinham sido construídos no Nordeste até 1930, com pouco mais de 30 milhões de metros cúbicos de acumulação.

– Quando deixei o governo, havia nestas regiões 225 açudes particulares abertos, sob regime de cooperação, com capacidade total de acumulação superior a 456 milhões de metros cúbicos, isto é, mais de 15 vezes a existente em 1930. Para a capacidade total dos açudes particulares, que existiam no começo de 1945, concorreu o meu Governo com mais de 93%, cabendo às administrações anteriores menos de 7%.

Os açudes tinham por objetivo neutralizar ou, no mínimo, reduzir os efeitos da seca sobre a economia nordestina. Desenvolvê-la era outra coisa. E um

dos maiores indutores do desenvolvimento, nas décadas de 1930 e 1940, e igualmente na de 1950, ainda era a expansão dos transportes.

– Só nos primeiros dez anos que se seguiram à Revolução de 1930 – diz Getúlio – a rede rodoviária do Nordeste alcançou quase o dobro de extensão, passando de pouco mais de 26 mil quilômetros para quase 50 mil quilômetros de rodovias. No Ceará, a rede rodoviária triplicou; no Piauí, o aumento foi de mais do dobro. Em Sergipe e na Bahia, o aumento foi superior a 150% – e isto só no decênio 1930-1940, sem falar nas rodovias abertas ou concluídas nos cinco anos seguintes, até fins de 1945.

NATAL, O GRANDE CENÁRIO DA GUERRA NO BRASIL

De Fortaleza, Getúlio seguiu para Natal, no Rio Grande do Norte, que fora a grande base aérea brasileira dos Aliados na luta contra a Alemanha de Hitler na Segunda Guerra Mundial, mas, além disso, a maior base aérea utilizada pelos Estados Unidos fora de seu território.

– A vossa capital, que revejo com indizível emoção, continua sendo para mim o cenário do mais grave acontecimento histórico do meu governo, o que arrastou consigo reflexos incalculáveis na vida do povo brasileiro e mesmo dos nossos irmãos das Américas. Aqui, em hora decisiva para os destinos da humanidade, encontraram-se o Presidente dos Estados Unidos da América e o Chefe do Governo do Brasil. E desse encontro, no momento mais trágico da Segunda Guerra Mundial, resultou a nossa fraternidade de armas e a nossa determinação em face do futuro.

No dia do encontro, no início de 1943, em momento dramático e decisivo da guerra, Getúlio passava por um dos mais trágicos instantes de sua vida. Seu filho Getulinho estava internado em São Paulo, vítima de poliomielite e em risco de vida. Getúlio abriu-se com o filho mais velho, Lutero, médico, cirurgião e ortopedista competentíssimo – a única pessoa fora do alto-comando militar e de um círculo restritíssimo do governo a saber do segredo.

Roosevelt, de volta de um encontro com Churchill em Casablanca, no norte da África, faria escala em Natal, na base que o Brasil colocara à disposição

dos Aliados, e queria reunir-se com Getúlio, com quem já estivera em 1936, no Rio.

Não seria uma conversa para troca de amabilidades e trivialidades. Tratava-se de discutir o futuro da guerra e a participação do Brasil e das bases brasileiras do Nordeste na estratégia dos Aliados.

Ao filho médico, o Presidente pergunta:

– Como está seu irmão?

Lutero contaria muitos anos depois ao autor deste livro que Getúlio vivia essa decisão dividido entre o dever de Presidente e o dever de pai, entre a cabeceira do filho doente, na verdade moribundo, e o encontro com Roosevelt em Natal. Lutero compreendeu que o dever de Presidente seria, em Getúlio, maior que o dever de pai. Ciente da responsabilidade que assumia, Lutero respondeu, na linguagem quase bíblica que marcava sua convivência com o pai Presidente:

– Pode viajar, meu Pai.

Getúlio viajou, cumpriu o dever de Presidente. Dias depois, o filho doente estava morto.

Se não fosse encontrar-se com Roosevelt, Getúlio seria acusado de antepor o sentimento de pai aos deveres de Presidente. Como foi, acusaram-no de indiferença ao sofrimento do filho moribundo.

Em Natal, no comício, Getúlio não tem uma queixa, uma palavra de alusão, a mais oblíqua, a mais disfarçada, ao preço que a vida lhe cobrara por esse momento.

Ele não estava no “cenário do mais grave acontecimento histórico” de seu primeiro governo – como o chamara – com o propósito de exhibir os próprios sofrimentos. Estava lá para convocar seus concidadãos a uma reflexão sobre o mundo de 1950.

O objetivo desse discurso é transmitir ao país seus pontos de vista sobre a defesa nacional. Na retórica da Guerra Fria, primária e irracional, defesa nacional é mobilização e luta, quanto mais intolerantes melhor, contra o “comunismo”. Ou seja, a mesma ação repressiva que vinha sendo praticada pelo governo Dutra.

Para Getúlio, defesa nacional é outra coisa:

– Sem as indústrias metalúrgicas, tanto do ferro como de outros metais – cobre, alumínio, zinco, manganês, estanho; sem as indústrias leves, têxteis, mecânicas e alimentares, devidamente aparelhadas, e ainda, ou principalmente, sem produção satisfatória... da energia elétrica, nenhum país pode considerar-se com a sua posição defensiva realmente assegurada.

Essa concepção mais ampla dos requisitos da defesa nacional é a mesma de países com os Estados Unidos, sempre apontados como exemplo para o Brasil. Aqui, porém, essa concepção enfrentou reações, explicáveis segundo Getúlio, “num país de colheitas e atividades extrativas”.

– Sem embargo das resistências opostas – e Deus sabe como foram numerosas e fortes – [o governo] lançou, com a siderurgia em Volta Redonda e outros empreendimentos correlatos, o fundamento correto de um programa de defesa nacional.

Graças a esse programa, “já vemos saírem dos nossos altos fornos as chapas e os perfis leves e pesados destinados à fabricação dos navios, das máquinas agrícolas e de grande parte do material bélico até pouco tempo totalmente importado”.

O AÇÚCAR E A ELETRICIDADE

Aquilo que Getúlio diz sobre a importância da indústria na defesa nacional vale para toda a economia – inclusive para a agricultura, tema de seu discurso no Recife, a 27 de setembro:

– Quando assumi, em 1930, a Chefia do Estado, a vossa economia se achava em completa desordem e os seus dois produtos básicos – o açúcar e o algodão – eram vendidos a preço vil.

– A lavoura da cana, tradicional monocultura da vossa terra, naufragava em plena crise. Medidas acertadas deram-vos não só o equilíbrio econômico e financeiro, arrancando as vossas principais fontes de riqueza da insolvência, como proporcionaram outras oportunidades de progresso, tornando mais variada a vossa produção.

– Muitas empresas, graças à política do Instituto do Açúcar e do Alcool, órgão planejado, executado e sempre amparado no meu governo, puderam acumular reservas e melhorar instalações. Algumas, mais avançadas, começaram a desdobrar a matéria-prima e a trabalhar os subprodutos. A cana, que por mais de dois séculos apenas produzira açúcar, entrou a influir com maior amplitude na prosperidade da região.

– Cana é açúcar, cana é álcool, cana é papel, cana é adubo. Com os capitais acumulados e o auxílio governamental, com créditos a juros baixos e a prazos longos, para os empreendimentos industriais, podereis completar o beneficiamento do produto que ocupa o vosso labor fecundo desde que o Brasil nasceu. E, com o pleno emprego da mão de obra disponível, tereis ocasião de reivindicar o que é contrapeso indispensável à prosperidade econômica: a melhoria de salários e a concessão de maiores benefícios ao trabalhador rural.

Como sempre, Getúlio associa o avanço econômico ao avanço social. Como Presidente, ele apoiará novamente a economia canavieira e a agroindústria açucareira. Mas exigirá, em contrapartida, a melhoria dos salários e maiores benefícios ao trabalhador rural, ao qual seu segundo governo fará tudo para estender os direitos sociais já assegurados aos trabalhadores urbanos.

– Os meus adversários – diz ele – na pressa inconsiderada dos ataques, continuam a atirar-me, ao mesmo tempo, a pecha de “Pai dos Pobres” e de “Pai dos Ricos”. Como homem público, entretanto, nunca fui faccioso ou extremado. Antes de mais nada procurei agir com justiça e realizar o bem comum. Ricos e pobres são igualmente brasileiros. Se aos primeiros, muitos dos quais estiveram à beira da insolvência, que agravaria a situação das classes desfavorecidas e dos assalariados, abri oportunidades de reerguimento e facilitei o crédito, consolidando e fortalecendo as bases da agricultura e da indústria, também não desamparei os trabalhadores. Defendi-os contra a ganância dos exploradores, e rompendo resistências que se levantaram à minha ação, iniciei, com firmeza e segurança, a legislação trabalhista no Brasil.

– Há ainda um problema fundamental, que cumpre não adiar. Desta tribuna, quero anunciar o propósito de estender ao trabalhador rural, progressivamente, as prerrogativas da legislação que ampara os trabalhadores urbanos:

melhoria de padrão de vida, salário mínimo que deve ser atualizado para todos, visto que ainda se mantém nos níveis em que o deixei quando a vida era muito mais barata; estabilidade funcional; seguro contra acidentes; assistência médica e hospitalar gratuita e lei de aposentadoria e pensões.

Em Maceió, a seguir, Getúlio fala da construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso, iniciada em seu primeiro governo e que aproveitará o potencial do grande rio São Francisco.

– Iniciada no meu governo, a obra de captação da energia de Paulo Afonso e Itaparica foi das poucas que o governo atual não descontinuou. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco era, depois de Volta Redonda, uma das constantes de esforços do meu governo. Aço, carvão e energia elétrica – tal o triângulo do progresso nacional.

O São Francisco, entretanto, não fornecerá apenas eletricidade – e Getúlio é profético:

– Quando forem ultimadas as obras de captação das cachoeiras sanfranciscanas, o que se impõe imediatamente é o início de uma policultura adiantada nas terras marginais, com a ampliação das lavouras já tradicionais e a criação de outras novas. Só por este modo estancaremos a sangria permanente que sofre o vosso Estado, fornecendo às cidades litorâneas do Brasil mão de obra não qualificada, que avilta o preço do trabalho, ou “deslocados” que engrossam a onda de párias nas grandes cidades.

Getúlio não viveria para ver o vale do São Francisco nos dias de hoje, com sua exuberante e variada agricultura e uma indústria a ela ligada que chega até à produção de vinhos.

CAPÍTULO 20

SALVADOR, 30 DE AGOSTO

QUEM ENTREGA SEU PETRÓLEO ALIENA A PRÓPRIA SOBERANIA

BAHIA: PETRÓLEO E INDEPENDÊNCIA

“QUANDO A MAIS TERRÍVEL GUERRA DA HISTÓRIA AMEAÇOU
SUBJUGAR O MUNDO INTEIRO ÀS FORÇAS DO NAZI-FASCISMO, FIZ TUDO
QUANTO EM MIM CABIA PARA QUE O BRASIL COOPERASSE
COM AS NAÇÕES ALIADAS EM DEFESA DA LIBERDADE NO MUNDO”.

Na Bahia, onde se confirmara em 1939 a existência de petróleo no Brasil, Getúlio defende, no comício de Salvador, a 30 de agosto, uma política petrolífera nacionalista:

– Após o primeiro ano do governo provisório, resultante do movimento renovador de 1930, já informava a Nação sobre providências tomadas com a firme decisão de iniciar a luta pela descoberta do petróleo brasileiro e sua efetiva incorporação ao patrimônio nacional.

Era preciso, em primeiro lugar, “destruir com fatos o derrotismo que uma literatura falsamente técnica e tecnicamente equívoca infundia”.

– No entanto – diz Getúlio – o petróleo baiano emergiu em Lobato, a 21 de janeiro de 1939, descoberto pelos técnicos do Ministério da Agricultura, com o material precário que possuíamos. O trabalho prosseguiu constante e, em 1945, os poços baianos já constituíam quatro centros de considerável importância econômica.

Em 1950, mais de dez anos depois da descoberta de Lobato, o problema é diferente:

– Outros são, agora, os argumentos com que se pretende dificultar a exploração e a industrialização petrolífera por parte do Estado. Nova onda de pessimismo e desalento se levantou, a partir de 1945, contra a capacidade dos

brasileiros, atingindo, infelizmente, as altas esferas oficiais. O próprio Poder Executivo, em mensagem dirigida à Câmara dos Deputados, opinou pela impossibilidade de levarmos a bom termo, sem concessões a empresas estrangeiras, a exploração e a industrialização do petróleo brasileiro.

Era o projeto do Estatuto do Petróleo, elaborado pelo governo Dutra, de acordo com as conveniências das multinacionais do petróleo.

– Pouco tempo depois, entretanto, eclodiu, em todos os recantos do país, histórica reação em defesa da Lei 395, a lei nacionalizadora do nosso petróleo, promulgada, em 1938, pelo meu governo.

– O poder público está enrodilhado num cipoal de contradições e incertezas. No entanto, não faltam os exemplos das perigosas situações criadas aos países que confiaram a exploração de suas reservas petrolíferas a grupos estrangeiros. Por outro lado, a posição vantajosa do Uruguai, que refina, sob monopólio estatal, o petróleo importado para o seu consumo interno, mostra como essa solução merece ser cuidadosamente examinada antes de qualquer providência definitiva.

– Não nos devem seduzir, por isso, por mais tentadoras que se apresentem, as sugestões dos que advogam a entrega, a organizações internacionais, do petróleo cuja existência no Brasil, graças ao meu governo, já não podem mais negar. Nem nos devemos intimidar com as veladas ameaças que se agitam contra a nossa indeclinável decisão, porque precisamos ser realistas e perseverar na incondicional defesa dos supremos interesses da Nação.

– Já o disse e repito solenemente, que “quem entrega o seu petróleo aliena a sua própria independência”.

Getúlio explica por que seu primeiro governo não conseguiu avançar mais, e o que, em sua opinião, deve ser feito agora:

– O que nos cumpre é intensificar as pesquisas, aumentar, multiplicar a produção. E para isso é imprescindível adquirir o material necessário. Durante a guerra negaram-se a vendê-lo, sob o fundamento da própria guerra. Mas a conflagração terminou em 1945. E quando deixei o governo, logo depois do conflito mundial, o Brasil era, pela primeira vez, na sua história, credor internacional, através de divisas que tinham valor ouro. Éramos credores dos Esta-

dos Unidos, da França e da Inglaterra, além de outros países, de mais de 13 milhões de contos, ou seja, 13 bilhões de cruzeiros.

Pelos cálculos de hoje, as reservas brasileiras passavam de 700 milhões de dólares de então, hoje consideráveis bilhões de dólares, que Getúlio pretendia, finda a guerra e normalizado o comércio mundial, aplicar nas primeiras refinarias e, na medida do possível, também na ampliação de Volta Redonda. Ele então pergunta:

– Que fizeram desse dinheiro? Por que não compraram material para o reaparelhamento dos nossos transportes? Por que não adquiriram máquinas, sondas e perfuratrizes para incrementar a pesquisa e desenvolver a produção de petróleo? Por que fundiram as nossas reservas em quinquilharias, automóveis, em objetos de luxo, em coisas que não aproveitam à comunidade, que não criam riqueza? São essas as perguntas que o povo faz pela minha voz e ficamos, ele e eu, aguardando respostas claras, límpidas, que todos possam verificar. É preciso dizer a verdade. Fala-se muito em colaboração do Brasil, em solidariedade americana, já não digo para a defesa do continente, mas para a defesa da própria democracia. Está certo. Não o negamos. Mas não se deve exigir do Brasil colaboração e sacrifício, distribuindo aos outros os benefícios. Temos importantes e urgentes problemas a resolver. O petróleo é um deles. Se desejam a nossa cooperação eficiente, devem, primeiramente, auxiliar-nos a conseguir a solução, de acordo com os interesses brasileiros, atendendo-os de preferência.

Os Estados Unidos, no governo Roosevelt, haviam ajudado o Brasil a construir Volta Redonda. Agora, sem Roosevelt e sem os perigos decorrentes da guerra, o interesse norte-americano era garantir o petróleo brasileiro para suas próprias empresas petrolíferas. Não para extraí-lo, mas para mantê-lo como reserva estratégica, enquanto a situação política internacional lhes permitisse explorar as concessões de que dispunham em outras e mais distantes áreas do planeta. Se e quando sobreviesse outra guerra, recorreriam às concessões mais próximas, no Brasil e outras regiões da América Latina.

– Não nos opomos, como se costuma insinuar – diz Getúlio – à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham. So-

mos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas, ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital cosmopolita. Falemos claro: o que é imprescindível à defesa nacional, o que constitui alicerce da nossa soberania, não pode ser entregue a interesse estrangeiros: deve ser explorado por brasileiros com organizações predominantemente brasileiras, e, se possível, com alta percentagem de participação do Estado, evitando-se desse modo a penetração sub-reptícia de monopólios ameaçadores. Quando o meu governo iniciou as gestões para a grande exploração siderúrgica não faltaram vozes agourentas e interesseiras que prognosticassem o nosso fracasso. Mas Volta Redonda está aí.

DAS COLÔNIAS À PALAVRA DO PAPA

O pronunciamento seguinte, em Niterói, a 3 de setembro, Getúlio tratou da política externa:

– Quando a mais terrível guerra da História ameaçou subjugar o mundo inteiro às forças do nazi-fascismo, fiz tudo quanto em mim cabia para que o Brasil cooperasse com as Nações Aliadas em defesa da liberdade no mundo.

– Não é necessário recordar o que representou o aproveitamento das bases do nosso Nordeste – navais e aéreas – para que, como disse claramente o eminente então Secretário de Estado norte-americano, Sr. Cordell Hull, “a maré virasse contra os partidários de Hitler e Mussolini”.

A firmeza e a valia do apoio brasileiro na guerra dava autoridade a Getúlio para discutir agora a questão do colonialismo. A Alemanha já tinha perdido suas colônias africanas no fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918. A Itália, para a qual Mussolini criara um império também na África, fora despojada dele pela Segunda Guerra Mundial. Em 1950, as principais potências coloniais são países que o Brasil ajudara contra Hitler: a Inglaterra e a França. A Inglaterra, em 1947, fora obrigada a conceder independência à Índia, mas ainda tinha muitas possessões ao redor do mundo, inclusive a Guiana Britânica, na América do Sul, além de ilhas e arquipélagos no Caribe. A França estava em guerra na Indochina, já enfrentava considerável contestação na Argélia, na

Tunísia e no Marrocos, e permanecia dona e senhora absoluta de outro pedaço da América do Sul, a Guiana Francesa, além de possessões insulares no Caribe. Getúlio diz:

– Sempre me manifestei infenso ao colonialismo, onde quer que ele predominasse como método de dominação política das grandes nações. Bem sei que, respeitante ao nosso Continente, como aos demais, a Carta das Nações Unidas estabelece as regras da progressiva a gradual emancipação dos povos. Mas, no que toca à América, já atingimos a fase da natural libertação de todos os grupos humanos. Agora, é preciso conjugar o esforço dos governos para pôr termo aos regimes de opressão política e de exploração econômica.

O tema da política externa comporta nova declaração sobre a questão dos capitais estrangeiros:

– Na esfera internacional, cabe também um grande golpe de vista sobre o desenvolvimento das riquezas do nosso país. Tenho sobre este assunto pronunciamentos categóricos. Deles não me poderia apartar no governo. Não sou, como tendenciosamente afirmam forças reacionárias, inimigo da cooperação do capital estrangeiro. Ao contrário, convoquei-o muitas vezes a cooperar com o Brasil durante os anos de minha administração. Sou adversário, sim, da exploração do capitalismo usurário e oportunista, visando exclusivamente o lucro individual e fugindo à função mais nobre de criar melhores condições de vida para todos. Por isso, sempre preferi e continuo a preferir, como método de ação, o sistema das sociedades de economia mista, no estilo de Volta Redonda, que hoje merece os aplausos de todos os brasileiros.

De Niterói, Getúlio segue para Petrópolis, o aristocrático refúgio serrano do Imperador Pedro II, de muitos Presidentes, inclusive o próprio Getúlio, e das famílias mais abastadas do Rio, então Capital Federal. Nesse reduto dos ricos e de um catolicismo extremamente conservador, ele resolve falar das relações de trabalho e do pensamento social da Igreja:

– Não conheço exemplo semelhante ao vosso. A vossa cidade, nascida sob o signo imperial, continuou sendo, como nos velhos tempos, estação climática, ponto de repouso preferido da camada social rica, enquanto ao lado se desenvolvia o operariado e crescia o número de estabelecimentos fabris. As-

sim, temos ao mesmo tempo a Petrópolis dos elegantes, do descanso de diplomatas e abastados, convivendo, por contiguidade, com a classe trabalhadora.

– O Brasil anterior a 1930 vivia meio século atrasado das concepções socioeconômicas da vida moderna nas comunidades evoluídas. A evolução nacional estava paralisada desde o evento de 1888 [a Abolição], porque o trabalhador não recebera senão o reconhecimento jurídico do seu estado. A universalização do salário fora apenas um passo, mas o trabalho permanecia uma mercadoria, como mercadoria fora até aquela data o escravo.

A Revolução de 30 e o primeiro governo Vargas tinham dado início a uma era de dignificação do trabalho. A propósito disso e nessa estufa de conservadorismo que é a Petrópolis dos ricos, Getúlio cita um pronunciamento então recente do Papa Pio XII, comentado na imprensa brasileira pelo líder católico Tristão de Athayde:

– Bem atrasado se mostraria aquele que, nos velhos países industriais, pensasse ainda hoje, como há um século ou mesmo há meio século.

– Segundo os comentários do Sr. Tristão de Athayde – acrescenta Getúlio – esse texto é uma condenação formal do feudalismo e do patriarcalismo econômicos, tanto nos velhos países industriais como nos países cuja industrialização começa apenas a ser encarada, e constitui uma resposta àqueles que argumentam que o Brasil ainda não está maduro para essas experiências.

Para Tristão de Athayde, “o Papa vem dizer exatamente o oposto, considerando que nos velhos países, como nos novos, devem ser desde já superadas e corrigidas as formas feudais e patriarcais, pela evolução progressiva dos direitos do trabalhador”.

– Oferecendo um exemplo – acrescenta Getúlio – o ilustre comentarista [Tristão de Athayde] diz textualmente: “quem no Brasil é contra o Sr. Getúlio Vargas porque ele é o autor de uma legislação social que deu ao operário brasileiro a consciência de que já existe, cai sob a condenação das palavras do Santo Padre”.

– Ora – conclui Getúlio – se a nossa legislação social tem por si o apoio da autoridade máxima da Igreja Católica, como o afirma o ilustre líder católico, por sinal nosso adversário político, é porque obedeceu aos princípios de justi-

ça social conformados nas fontes mais puras do pensamento cristão. Estamos, pois, em boa companhia e seguindo caminho certo. Nem mesmo os católicos poderão dissentir da nossa orientação, pelo menos nesse setor, se quiserem sinceramente seguir os ensinamentos do próprio Papa, que definem sabiamente os fundamentos sociais do verdadeiro humanismo econômico.

No momento em que Getúlio percorre o antigo Estado do Rio, Alberto Pasqualini, candidato a senador no Rio Grande do Sul, assume a defesa do ex-Presidente:

– O movimento trabalhista é, sem dúvida, no Brasil, a obra de um rio-grandense e de um filho da fronteira: Getúlio Vargas. Poderá até parecer estranho e paradoxal que o trabalhismo seja impulsionado justamente por um homem que tem as suas origens e as suas raízes no meio pastoril, que, como sabeis, é geralmente conservador. Só esse fato seria bastante para nos dar a medida do grau de evolução e de antevisão de nosso eminente candidato à Presidência da República.

O pronunciamento de Pasqualini foi feito na cidade de Alegrete, no Cine Teatro Glória, em conferência transmitida pelo rádio para toda a cidade e para as regiões próximas. Pasqualini diz que a campanha eleitoral de 1950 é a continuação e ampliação da Revolução de 1930 e de seus objetivos:

– Estamos agora empenhados em uma nova luta. O seu objetivo fundamental deverá ser a realização da segunda etapa do trabalhismo. A primeira, até 1945, foi a instituição das garantias jurídicas do trabalho e do trabalhador. A segunda será a ampliação dessas garantias e sua extensão a todo o proletariado, particularmente aos trabalhadores do campo, que vivem praticamente abandonados e entregues à própria sorte. Será ainda a instituição de um novo sistema econômico, onde o poder aquisitivo e os meios de produção estejam ao alcance de todos aqueles que desejam realmente ser úteis à coletividade.

– No sistema capitalista atual – diz Pasqualini – os meios de produzir, isto é, a terra, as fábricas, as máquinas, os instrumentos de trabalho, o dinheiro, o crédito, estão nas mãos de poucos. Entende o socialismo que não devem ficar nas mãos de ninguém, mas que devem ser transferidos à propriedade ou exploração do Estado, isto é, da coletividade.

– Sustentamos nós, porém, que, num país como o Brasil, em que tudo ainda está praticamente por fazer, os meios de trabalhar e de produzir devem estar ao alcance daqueles que possuem realmente capacidade e vontade de realizar empreendimentos úteis à coletividade. Entendemos, por exemplo, que, se um trabalhador rural tem necessidade de um pedaço de terra e quer trabalhar, deve o poder público fornecer-lhe os meios para adquiri-la e os instrumentos para cultivá-la.

– Defendemos a tese de que todo ganho ou remuneração deve provir de uma atividade socialmente útil e que onde há ganhos sem correspondência num trabalho dessa natureza, existe apenas parasitismo e usura social, isto é, uma forma de exploração do homem pelo homem.

– O objetivo fundamental do trabalhismo é, precisamente, eliminar essa exploração, porque, em relação aos que possuem, ela custa apenas uma redução dos ganhos, mas, ao trabalhador, custa o suor do seu rosto e o pão de seus filhos.

– Todos aqui, trabalhistas, ou forças políticas aliadas, estamos empenhados nessa luta. Não importa o tempo que ela possa durar. O essencial é que lutemos com convicção, com perseverança, com sinceridade – com o desprendimento de quem prega um ideal e realiza um apostolado.

VOLTA REDONDA: NO 7 DE SETEMBRO

Em Volta Redonda, no Dia da Independência, 7 de setembro, Getúlio recorda a luta pela siderurgia e pela Companhia Siderúrgica Nacional:

– Quando assumi o governo nacional, com a vitória do movimento de 1930, a nossa produção siderúrgica – entre gusa, aço e laminados – beirava as 100 mil toneladas. Mas hoje, 20 anos depois, a situação se mostra diversa. O parque siderúrgico nacional, com o impulso que recebeu e graças à contribuição de Volta Redonda, produziu em 1949 – entre gusa, aço e laminados – um milhão e setecentas mil toneladas.

– Mas não devo ir adiante antes de evocar, a propósito, um nome que deve ficar guardado, com respeito e saudade, hoje e sempre, em nossos corações e

na história de Volta Redonda. É o de Franklin Roosevelt. Para a realização de empreendimento de tamanha significação para a vida nacional, contamos com o seu apoio, com a sua ajuda incondicional, decidida e surda mesmo a todas as reservas e insinuações contrárias aos nossos justos anseios, comportando-se em suma, como um perfeito cidadão do Brasil e do mundo, como ele realmente chegou a ser considerando mais tarde no consenso universal.

Se tivesse sido possível cumprir o cronograma original, Volta Redonda começaria a operar já em 1944 e estaria pronta em 1945. A guerra, porém, atrasara as obras:

– Apesar disso, ao deixar o governo, em outubro de 1945, ficou a usina praticamente concluída, tanto que no ano seguinte pode ser inaugurada. De longe, lá dos meus gratos pagos gaúchos, ouvi a ressonância desse acontecimento sem par na história da expansão industrial do Brasil e ouvi, também, a glorificação de nomes de pessoas que pouco ou nada tinham concorrido para que ele se transformasse em realidade.

Getúlio, que não fora sequer convidado para a inauguração, reagiu com humor a tais homenagens:

– Sorri porque sei quanto são vãs, efêmeras e passageiras essas ingênuas manifestações de vaidade. Proferidas ao vento, arrasta-as o vento e não voltam mais. A lembrança duradoura dos verdadeiros construtores deste monumento – essa se perpetuará e se renovará, fundida no aço que daqui continuará a sair para construirmos com ele um Brasil mais rico e livre entre as nações mais dignas do mundo.

– Não falo assim porque o meu nome tenha sido omitido nas magnas celebrações. Isso não importa. Não me magoou o esquecimento. Magoou-me, sim, que fosse deslembado o vosso, trabalhadores de Volta Redonda! Porque se no frontal desta usina algum nome deve se inscrever é o vosso, o dos trabalhadores brasileiros que, obscuramente, desde que o nosso país nasceu, com ela sonharam. Volta Redonda foi edificada pelo povo brasileiro. Nós, os que a erguemos e a fizemos funcionar, fomos apenas os instrumentos dessa vontade coletiva que, poderosa e tenaz, atravessou séculos e venceu.

No comício de Vitória, no Espírito Santo, escoadouro do minério extraído

do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, o tema principal seria a luta de Getúlio, em seu primeiro governo, pela exploração desse minério em benefício da economia brasileira:

– As concessões dadas, no início do regime republicano, à iniciativa particular, se, por um lado, facilitaram a construção da Estrada de Ferro Vitória [Vitória a Minas], não corresponderam, contudo, à exploração, em larga escala, de uma das mais opulentas reservas econômicas do Brasil.

– Combati, por julgá-la nociva aos interesses nacionais, desde 1926, quando exerci, como deputado, o mandato que me outorgara o meu Estado natal, a famigerada concessão Itabira Iron. Posteriormente, como Presidente da República, envidei os melhores esforços, visando a recuperação das nossas jazidas de ferro. Encaminhei ao Poder Legislativo a solução do assunto, só afinal, conseguida, em agosto de 1939, quando decretei a anulação do contrato da Itabira Iron.

Na anulação das concessões da Itabira, o governo brasileiro conseguiu o apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra.

– Compreenderam, nitidamente, [os Estados Unidos e a Inglaterra] quão falsa era a tese imperialista de que as fontes de matéria-prima, em poder de países pouco desenvolvidos, deveriam ser apropriadas, ainda que violentamente, pelos países industrializados que, porventura, tivessem necessidade delas. Necessitados de minério de ferro do mais alto teor metálico, para os esforço de guerra, não hesitaram em reconhecer que aqui o encontrariam em proporções ilimitadas, desde que se respeitasse a igualdade de tratamento entre nações soberanas. Assim, não tiveram dificuldades em oferecer-nos o concurso do seu capital e da sua técnica em troca da garantia, por nossa parte, de um abastecimento constante da matéria-prima desejada.

– Constituiu-se a Companhia Vale do Rio Doce, com capital subscrito pelo Tesouro Nacional, pelas Caixas Econômicas, pelos institutos de previdência e por acionistas brasileiros. A cooperação estrangeira se limitou à concessão de um empréstimo para aquisição de equipamentos, garantido, exclusivamente, pela própria empresa.

– Com esse grande empreendimento, habilitou-se o Brasil a ampliar a ex-

portação e a industrialização do seu minério de ferro, servindo à sua própria economia e à das nações amigas.

Em Belo Horizonte, a 9 de setembro, Getúlio retoma a questão do minério:

– Vós defendestes, com denodo e persistência, o vosso patrimônio. Nem sempre, porém, foi possível resguardá-lo da cobiça alienígena. Várias jazidas passaram a mãos estranhas e até um monopólio foi concedido a certa empresa, no começo deste século, para exploração dos minérios de ferro do Vale do Rio Doce, que figuram entre os mais numerosos e inesgotáveis do mundo.

– Coube ao meu governo, neste terreno, a execução das medidas decisivas para a preservação do vosso patrimônio. A nacionalização das minas e o aproveitamento racional das riquezas do subsolo por brasileiros e em favor de brasileiros, constituiu uma das campanhas mais árduas e difíceis da minha administração.

– Não preciso estender-me em pormenores que são do conhecimento de todos. Elaborou o meu governo o primeiro Código de Minas, que era reclamado e projetado em vão por todos os chefes de Estado, desde a proclamação da República; arrancou das mãos dum sindicato estrangeiro e restituiu aos brasileiros o controle integral das riquezas do subsolo e a exploração das jazidas de ferro do Vale do Rio Doce; descobriu o petróleo no subsolo da Bahia e tudo fez para que ficassem as refinarias em mãos de brasileiros; demonstrou a possibilidade do aproveitamento industrial dos carvões brasileiros do sul do país e tomou todas as medidas necessárias para que se concretizasse essa industrialização; destinou a brasileiros todas as concessões de pesquisa e de lavra nas minas do Brasil. Finalmente, coube ao meu governo inaugurar no país a indústria pesada e a grande siderurgia, com o aproveitamento integral dos minérios de ferro e de carvão das jazidas brasileiras.

No relato dessas realizações, Getúlio não busca apenas “justo motivo de orgulho e contentamento”:

– Minhas vistas se voltam para o futuro próximo, na convicção de que ainda precisamos fazer muito e muito mais. A Usina Siderúrgica de Volta Redonda foi, unicamente, um marco inicial; outras terão de vir. Talvez possa o país agora esperar de vós, mineiros – que possuíis as mais gigantescas jazidas

de ferro – o próximo e fecundo esforço para o desdobramento da grande siderurgia de Volta Redonda no vosso território. Creio que o Brasil inteiro estaria disposto a cooperar convosco em semelhante empresa.

A LEI AGRÁRIA E A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

Em São José do Rio Preto, na região noroeste de São Paulo e uma espécie de escala na rota de penetração do Brasil Central, Getúlio lançara no Estado Novo a campanha da “Marcha para o Oeste”, um projeto de interiorização do desenvolvimento, precursor, em certo sentido, da mudança da Capital Federal para Brasília. A “Marcha para o Oeste” pretendia estimular inicialmente a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central.

– Foi, portanto, de propósito – diz Getúlio – que escolhi São José do Rio Preto para, nesta minha jornada cívica, falar ao Brasil sobre assuntos relacionados com a tão debatida questão agrária.

Getúlio não só evita, como rejeita, a expressão “reforma agrária”. Não por medo de reações contrárias, já que tem falado francamente – e insistentemente – em ideias igualmente hostilizadas pelo pensamento conservador, como a extensão dos direitos sociais aos trabalhadores do campo. Mas podemos supor que o faz para evitar mal-entendidos. Tanto que em discursos anteriores, como o de São Paulo, ele defendera sem qualquer ambiguidade um programa de distribuição gratuita de terras a agricultores pobres, acompanhada de assistência médica, financeira e técnica. De acordo com a proposta de Getúlio, o governo recorreria às terras devolutas de posse do poder público, mas poderia desapropriar o latifúndio que estivesse improdutivo, não por falta de recursos do proprietário, mas para fins de especulação e à espera de valorização.

– Não é mal somente nosso – prossegue Getúlio – mas de quase todos os países novos, falar-se em reforma agrária onde não há nada a reformar, mas sim a prover e organizar. Nesta altura do progresso social e econômico do Brasil, o de que precisamos é de uma lei agrária, que estabeleça, como ponto de partida para as demais soluções, o conceito social da propriedade.

– Este conceito já decorre, aliás da Constituição de 18 de setembro de

1946, quando condiciona o bom uso da propriedade ao bem-estar social, e estabelece que a lei poderá promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos, por meio de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia indenização em dinheiro.

Getúlio prefere evitar a desapropriação de terras, mas deixa claro que, se necessário, desapropriará:

– O abandono das terras e o interesse social, tendo em vista as necessidades dos centros populosos das grandes cidades, e as exigências técnicas da colonização, é que justificam a desapropriação de terras.

Para Getúlio, a expressão reforma agrária aplica-se a países de população agrária intensa, nos quais os agricultores pobres só terão acesso a seu próprio pedaço de terra se as áreas já apropriadas forem divididas e distribuídas.

– Num país como o nosso, imenso e despovoado – diz ele – não podemos tratar de matéria tão debatida, tendo nas mãos, unicamente, as cartilhas com que se reivindicam, em países de população agrária intensa, melhor distribuição das terras e a revogação de preceitos jurídicos que condições locais alteraram.

– Basta olhar no Brasil – acrescenta – os exemplos de São Paulo e do Rio Grande do Sul, para vermos como, onde não há ranços feudais, a propriedade rural se vai aos poucos subdividindo com as partilhas e com a colonização.

Citando estudos da sociologia norte-americana, Getúlio propõe que a futura lei agrária brasileira conceitue diferentemente os vários tipos de latifúndio, a fim de adotar normas específicas para cada caso. Grandes propriedades bem aproveitadas, geradoras de empregos e de alimentos e outros produtos agrícolas, não devem ser tratadas do mesmo modo que a grande extensão improdutiva.

Um tipo de latifúndio com o qual Getúlio não tem contemplação é o de “extensas áreas que, próximas principalmente de grandes centros urbanos, permanecem de todo desaproveitadas”:

– Nesse e em muitos outros casos – diz ele – o latifúndio é, em geral, uma grande extensão de terra não cultivada, improdutiva, esperando valorização que, muitas vezes, chega através de melhoramentos públicos para os quais os proprietários em nada concorrem. A ocupação pelo Estado é uma medida que

se impõe, indenizando os proprietários e distribuindo as terras entre os agricultores pobres, gratuitamente.

O que Getúlio não quer – e por isso recusa a expressão reforma agrária – é fazer da desapropriação o instrumento único ou principal da distribuição de terras:

– País despovoado, devemos, por conseguinte, tratar com seriedade dos problemas da colonização e da imigração, por meio de leis adequadas ao nosso meio. Temos experiências próprias no sul do país. Utilizando-as e consultando as de outros países semelhantes ao nosso, podemos encarar a colonização sob um sentido prático, de modo a acelerar o povoamento do solo, aumentar a produção e, conseqüentemente, o nosso poderio econômico.

Qualquer programa de colonização e, mais amplamente, qualquer programa de distribuição de terras só terá sucesso se incluir mecanismos de crédito, seguro e mecanização da lavoura e ainda leis sobre o trabalho rural e contratos agrícolas.

O crédito rural deve ser distribuído em empréstimos a prazo suficiente e juros baixos, concedidos por instituição consagrada “especialmente a essa modalidade de transações: o futuro Banco Rural Brasileiro”.

– O crédito assim disciplinado – conclui Getúlio – facilitará o desenvolvimento da mecanização das nossas lavouras, progresso que o governo federal auxiliará por meio de fornecimento, a baixo preço, de tratores e de outros veículos a motor, através da Fábrica Nacional de Motores e de outras que o governo venha a constituir, sob a forma de sociedades mistas.

Como sempre, o que Getúlio oferece de apoio a empresários e proprietários tem como contrapartida a concessão de garantias e benefícios aos trabalhadores. Neste caso ele é ainda mais específico: além das observância das leis sobre o trabalho, aqueles que receberem terras para produzir terão de cumprir a legislação sobre contratos agrícolas.

Contratos agrícolas são contratos civis, não trabalhistas, pelos quais uma pessoa produz nas terras de outra e paga pelo uso da terra – ou em dinheiro, ou com uma parte de sua produção (meação, parceria) ou em trabalho mesmo. Quando se for estender ao campo os direitos trabalhistas, esses contratos agrícolas passarão a ser tratados como relações de trabalho protegidas pela lei trabalhista.

CAPÍTULO 21

SETEMBRO, 1950

GETÚLIO: "CHEGO À MINHA TERRA COMO UM PEREGRINO"

OS ÚLTIMOS DIAS DA CAMPANHA E A VITÓRIA

ALBERTO PASQUALINI DEFENDE A EXTENSÃO DAS LEIS SOCIAIS AO TRABALHADOR DO CAMPO. E DIZ: "GETÚLIO VARGAS HÁ DE ABRIR A PORTEIRA DAS FAZENDAS PARA QUE NELAS PENETRE A LEGISLAÇÃO SOCIAL! ALGUNS REACIONÁRIOS NÃO GOSTARÃO, MAS OS PROGRESSISTAS, QUE ESTÃO EM GRANDE MAIORIA, HÃO DE APLAUDIR, PORQUE ISSO CORRESPONDE A UM IMPERATIVO DE SOLIDARIEDADE HUMANA E JUSTIÇA SOCIAL".

Para os dez dias finais da campanha, de 20 a 30 de setembro, Getúlio volta ao Rio Grande:

– Ao retornar ao Rio Grande, depois desta peregrinação pelo Brasil inteiro – diz ele em Erechim – reencontro a minha terra e os meus coestaduanos precisamente no dia em que se homenageia a República de Piratini [a república da Revolução Farroupilha], cuja proclamação oficial assombrou, por um decênio, o Império.

No mesmo dia, em Passo Fundo, ele faz um balanço da situação do Brasil nesse momento:

– Em 1945, éramos uma Nação soberana, vencedora, livre, próspera e a caminho da extinção dos desajustamentos sociais: soberana, porque havíamos repellido, com altivez e presteza, a injúria feita à nossa bandeira, nas águas territoriais da Bahia; vencedora, pois que as forças armadas, de terra, mar e ar, galhardamente cumpriram sua missão, renovando os títulos de invencibilidade que herdamos de Caxias; livre, isto é, senhora de seus destinos, refratária a qualquer influência estrangeira, próspera, pela solidez do arcabouço econômico, assegurador, no país, de um razoável nível de vida e ao mesmo tempo

capaz de proporcionar sólidos depósitos e vultosas disponibilidades no estrangeiro; finalmente, a caminho da extinção das injustiças sociais, graças a uma legislação trabalhista que harmonizou os recíprocos interesses do operário e do empregador.

– O que hoje vemos é o que aí está: uma nação economicamente empobrecida, financeiramente desorganizada, politicamente dividida e socialmente inquieta. A administração federal, com o manifesto intuito de combater-me, espalhou o pânico [em relação] ao que disse constituir inflação e adotou uma política financeira suicida.

– O ouro, que lastreava a moeda nacional, foi vendido; liquidaram-se milhões de dólares que tínhamos no exterior; com as nossas reservas de libras, adquiriram-se velhas ferrovias, em meio a escandalosas negociatas internacionais; o orçamento nacional aumentou em cerca de vinte bilhões e emitiram, em cinco anos, mais do que fez o meu governo para o custeio da guerra.

– As consequências lógicas desses erros não se fizeram esperar. A produção nacional diminuiu, a agricultura entrou em dificuldades, a pecuária viu-se a braços com permanentes ameaças de crise, a indústria regrediu, o custo da vida elevou-se, a importação se tornou escassa e a exportação quase impossível.

Em Santa Maria, o grande entroncamento ferroviário do Rio Grande, no dia seguinte, Getúlio prossegue na crítica ao governo Dutra:

– A política econômica e financeira do atual governo tem sido a política da valorização do dinheiro e da desvalorização do trabalho. Quem nega crédito à produção, à lavoura, ao comércio, à indústria, para conceder apenas a afilhados políticos, a empresas particulares ou favorecer a determinados negócios – este está fazendo a política da valorização do dinheiro: a valorização do dinheiro nas mãos dos que têm dinheiro e que não aplicam esse dinheiro com finalidades sociais. Não sendo capazes de criar uma indústria e empregar esse capital em qualquer atividade produtiva, eles se reservam, no momento em que o governo nega crédito às forças produtivas, para, na sua função de usurários, emprestarem o dinheiro a 12, 14, 18 e 20 por cento.

– É isto que eu denomino de valorização do dinheiro. Desde que o dinheiro seja concentrado nas mãos de poucos, desde que o governo não forneça

crédito para o desenvolvimento da iniciativa privada, o trabalho vai rareando vai diminuindo e os trabalhadores começam a ser dispensados do serviço. A política da desvalorização do trabalho é a política do desemprego, e quando os trabalhadores são dispensados dos cargos e serviços, porque as empresas sem crédito e sem auxílio não podem continuar suas atividades no mesmo ritmo, esses trabalhadores desempregados, quando conseguem colocação noutras atividades e noutras empresas, só o conseguem à custa da redução de seus salários.

— Portanto, a política que se está seguindo, da valorização do dinheiro, é a da desvalorização do trabalho, é precisamente a política da perseguição do trabalhador e da produção; ao passo que a política que nós devemos fazer é a do barateamento do dinheiro para que todos tenham trabalho.

Esse final de campanha não será apenas de crítica ao governo Dutra. Em São Jerônimo, na zona carbonífera do Rio Grande, Getúlio expõe em conjunto suas ideias para uma política de energia:

— Enquanto os vossos irmãos colhem o trigo, que é pão, ou a uva, que é vinho, ou cuidam do rebanho, que é carne e couro, vós, de São Jerônimo, extraís da terra, do seio endurecido e negro da terra, a própria energia solar armazenada. E dais alimento às máquinas e calor ao ser humano.

No Brasil, poucos compreendem a importância do carvão, ao contrário do que acontece nos “países de climas ásperez, onde o frio açoita os homens” e a produção carbonífera “é tão importante para a vida diária quanto a dos padeiros e plantadores de trigo”. E no Brasil, de clima menos severo?

— Num país de longas distâncias a vencer, que seria das locomotivas, das indústrias, de tudo que eleva o nosso padrão de vida, sem o vosso esforço? Ainda por muitos anos, a existência dos povos permanecerá condicionada à extração e consumo do carvão mineral.

Desde seus anos de governador do Rio Grande do Sul, de 1928 a 1930, Getúlio cuidava do carvão e da energia em geral. Num governo de Estado, porém, era muito pouco o que ele podia fazer. Na Presidência da República a partir de novembro de 1930, como Chefe do Governo Provisório da Revolução, suas possibilidades multiplicaram-se. E, com elas, as responsabilidades.

Em São Jerônimo, vinte anos depois, ele diz:

– A política de combustíveis de meu governo, desde 1931, foi coerente e firme. Naquele ano, instituí a obrigatoriedade do consumo de carvão nacional na proporção de 10% da quantidade importada. Em consequência, a produção, que não alcançava na época 400 mil toneladas, subiu, em 1945, a mais de 2 milhões. Em 15 anos conseguimos quintuplicá-la e a par disso outorgar ao trabalhador mineiro uma série de garantias e vantagens.

Com a queda de Getúlio em 1945, a política mudou:

– Quando atingimos os 2 milhões, que hoje deveriam ser pelo menos 4 milhões, a importação baixara a 700 mil toneladas. Atualmente, a importação voltou ao nível antigo. Todos os defeitos, todas as escórias são atribuídas ao produto nacional. Mas a verdade é bem outra. Os fornecedores de carvão são sempre potências mundiais, que podem vender ou dar carvão e que não desejam perder clientes nem ter crise interna de produção, com dificuldades trabalhistas. Anular os concorrentes é da própria natureza do sistema. Os países produtores das mais altas qualidades de hulha consomem carvão com as mesmas características das nossas jazidas: das mesmas jazidas que produzem o carvão nacional, agora rejeitado em benefício do carvão importado.

Ao resumir, em seguida, o que fizera em seus quinze anos de governo, Getúlio resume também o programa de seu futuro governo:

– Durante a minha administração, orgulho-me de dizer, melhorei a produção do carvão, estabeleci proteção adequada ao trabalho nas minas, incentivei a produção do álcool anidro, para mistura com o combustível líquido, e enterrei o velho tabu da inexistência de petróleo no Brasil. Se voltar ao governo, retomarei essas iniciativas, porque toda a produção nacional depende, em última instância, da nossa autonomia em matéria de combustíveis.

– No dia em que, em lugar de comprar combustíveis, sólidos ou líquidos, nós os exportarmos, teremos assegurado ao país maior rendimento em todas as atividades humanas, teremos dominado o nosso principal problema material, que é o da falta ou precariedade de transportes. Para bem do Brasil, para felicidade dos brasileiros, esse grande dia não há de tardar.

DA PRIMEIRA À SEGUNDA ETAPA DO TRABALHISMO

Em Rio Grande, o grande centro portuário na entrada da Lagoa dos Patos, encontram-se duas caravanas, a de Getúlio e a dos candidatos do PTB no Rio Grande, esta liderada pelo candidato a governador, Ernesto Dornelles, e pelo candidato a senador, Alberto Pasqualini.

Pasqualini, assim como na conferência de Alegrete, defende as ideias e as iniciativas de Getúlio:

– Esta imensa multidão, como podemos observar daqui, é constituída, em sua grande maioria, de homens e mulheres humildes do povo, de trabalhadores. Trabalhadores – eu desejaria perguntar o que era o trabalhador, o que valia o trabalhador antes de 1930? Respondei, vós, que não valia nada – e por quê? Porque não tinha direitos e não tinha garantias. E eu vos pergunto – prossegue Pasqualini – quem foi que outorgou esses direitos e essas garantias aos trabalhadores? Getúlio Vargas!

– Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo para os trabalhadores; a limitação das horas de trabalho; as férias remuneradas e o descanso semanal; a estabilidade no emprego e a indenização por despedida injusta. Instituiu medidas de proteção ao trabalho das mulheres e dos menores. Instituiu as leis de aposentadorias e pensões para os trabalhadores. Instituiu a Justiça do Trabalho e outras medidas de amparo e proteção ao trabalhador.

– Esta foi, trabalhador, a primeira etapa do trabalhismo, realizada pelo Presidente Getúlio Vargas. Agora, eleito Presidente da República, há de realizar a segunda etapa, ampliando as garantias econômicas do trabalhador.

Assim como Getúlio, Pasqualini vem defendendo a extensão das leis sociais ao trabalhador do campo. E diz:

– Getúlio Vargas há de abrir a porteira das fazendas para que nelas penetre a legislação social! Alguns reacionários não gostarão, mas os progressistas, que estão em grande maioria, hão de aplaudir, porque isso corresponde a um imperativo de solidariedade humana e justiça social. Getúlio Vargas e o Partido Trabalhista Brasileiro defendem a causa do trabalhador, do trabalhador da cidade, do trabalhador do campo e do pequenos agricultor. Defende a causa

das forças progressistas e a causa do Brasil! É necessário tornar esta causa vencedora. Ela já é vencedora, mas não basta vencer – é necessário, trabalhador, que esta vitória seja esmagadora, porque então vós, trabalhadores, dareis forças ao Presidente Getúlio Vargas para realizar a obra de reconstrução do Brasil.

Getúlio, falando no mesmo comício, como que dá sequência aos argumentos de Pasqualini:

– As reivindicações do trabalhismo – diz Getúlio – baseiam-se na dignificação do esforço humano como instrumento da expansão econômica e da segurança social. Caracteriza-se, por isso, como um movimento de coordenação social, em que há lugar para quantos labutam honestamente e compreendem que só existe paz no trabalho quando se asseguram a todos os mesmos direitos na conquista de uma existência digna. Todo aquele que trabalha e produz, seja empresário ou simplesmente operário, está contribuindo para elevar o padrão de vida da comunidade a ampliando as possibilidades do bem-estar geral.

– Vejo, neste momento, no meio da multidão que me cerca, industriais e operários, e quero dizer aos primeiros que podem contar comigo para desenvolver e fazer prosperar as suas empresas, e aos segundos que procurarei sem descanso ampliar o que até agora se tem conseguido em matéria de segurança econômica e garantia do trabalho. Devemos perseverar nos propósitos de fazer com que o trabalhador tenha o seu lar próprio, eduque os seus filhos e ganhe salários compensadores. Para isso, não é preciso empobrecer ninguém. Bastará elevar cada vez mais os índices de produção, estimular as atividades e dar ao capital e ao trabalho justa compensação.

O discurso escrito de Getúlio em Rio Grande completava o de Pasqualini. Getúlio, porém, o que não era comum nele, nessa campanha, resolveu acrescentar-lhe um improviso, felizmente gravado e preservado – improviso evidentemente provocado pela emoção e quem sabe pelo pressentimento. Getúlio diz:

– E agora a vós, trabalhadores meus amigos, causa principal de eu ter vindo novamente pleitear, nesta eleição. A vós, operários das fábricas, das oficinas, comerciários, portuários, estivadores, marítimos em geral. Eu sei dos

vossos sofrimentos e compreendo as privações por que estais passando. A vida no Brasil encareceu mais de 300 por cento, no entanto o salário do trabalhador não foi reajustado de acordo com o custo da vida. Quase todos os vencimentos foram aumentados, no entanto o salário mínimo dos trabalhadores ainda é o mesmo do tempo do meu governo, quando a vida era muito mais barata.

– Eu não venho pedir votos, eu venho convocar este povo de trabalhadores laboriosos e sofredores para uma campanha de renovação nacional. Para defender os interesses daqueles que são perseguidos e que o Ministério do Trabalho não atende devidamente. A liberdade sindical desapareceu e os operários sindicalizados elegem as suas diretorias, elegem o seu presidente, e se este não agrada ao governo vem logo a intervenção.

– É para esta campanha de renovação nacional que eu venho convocar-vos; porque, se formos vitoriosos nas eleições de 3 de outubro; então, trabalhadores, se formos vitoriosos – os humildes serão exaltados e os esquecidos serão lembrados!

De Rio Grande a caravana segue para Bagé, onde Getúlio volta a dizer que pretende estender os direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores do campo:

– Meus Amigos e Trabalhadores de Bagé! Aproxima-se o dia do grande pleito e ele coincide precisamente com a data de outro acontecimento memorável – a Revolução de 1930. O Rio Grande ergueu-se então como um só homem para marchar à frente daquele empolgante movimento de renovação nacional, e foi vitorioso, com o Brasil e pelo Brasil. Hoje a nossa luta visa idênticos objetivos...

– É justo que, falando nesta zona de criadores, não esqueçamos o trabalhador rural, o trabalhador do campo. Neste período de afastamento do governo e de isolamento, no meio da hostilidade com que me distinguiu o atual governo, sentindo que os poderosos e os interessados em agradar ao governo de mim se afastavam, para não serem prejudicados nos seus interesses ou nas suas ambições; enquanto os falsos amigos fugiram de mim para não se comprometerem, eu sentia, com grande conforto moral, que o carinho do povo não me abandonava.

– E vivi entre os homens do povo, principalmente os trabalhadores do campo. Conheci as suas necessidades e as suas aspirações e venho dizer-vos que devemos estender aos trabalhadores do campo, aos trabalhadores rurais, os mesmos benefícios de que já gozam os trabalhadores urbanos. E não é muito o que eles desejam: não irá empobrecer ninguém. O que eles desejam e que devem ter são, em primeiro lugar, o salário mínimo, o seguro contra acidentes e contra doenças, as garantias da estabilidade contra a despedida injusta e a lei de aposentadorias e pensões. Não é justo que o homem que esgotou toda a sua mocidade no trabalho do campo, trabalho árduo e penoso, quando chegue à velhice e não possa mais trabalhar, não tenha, ao fim de sua vida, uma casa para morar e uma pensão para alimentar-se. A campanha que empreendemos não é uma simples eventualidade eleitoral, é uma renovação de valores econômicos, sociais e políticos do Brasil.

COMO NA CAMPANHA ABOLICIONISTA

Em Uruguaiana, às margens do rio Uruguai, na fronteira com a Argentina, região também de criação de gado, Getúlio dirige-se mais uma vez aos fazendeiros:

– Nos velhos e finos campos deste município criam-se gados da mais alta linhagem e aqui está o melhor rebanho bovino do Brasil. Uruguaiana é, e deverá continuar sendo, um município fundamentalmente voltado para as atividades pecuárias. Cumpre-nos continuar, pois, a fazenda, como núcleo basilar desta comunidade. Não cabe mais discutir, como fizeram os sociólogos do passado, se a estância é elemento de seleção aristocrática ou de dignificação e valorização do homem. A fase da exploração romântica do latifúndio, já vamos encerrando seu ciclo. Todos estamos compenetrados da ideia de que os deveres da fraternidade social nos impõem melhor utilização da propriedade, fazendo-a instrumento do bem-estar coletivo.

– E agora preciso dirigir mais algumas palavras ao povo de Uruguaiana e especialmente aos trabalhadores, ou antes, a esta brava gauchada fronteiriça. Muito se fala, por aí, na fuga dos trabalhadores do campo para as cidades, o

êxodo dos trabalhadores rurais, que vêm vegetar à margem das cidades uma vida cheia de dificuldades, onde perecem, não encontrando meio fácil de vida. Por que essa falta de fixidez do trabalhador rural no seu próprio meio? Não será pela falta de garantia para o trabalho?

(Uma voz – Falta de amparo!)

– Como disse este aparteante, é a falta de apoio, é pela falta de conforto, de assistência. Nestas condições, para que o trabalhador rural não sinta desejo de abandonar o seu trabalho quotidiano, aquele que ele conhece, e ir arriscar a vida nos subúrbios das cidades, para fixá-lo no campo é preciso dar-lhe os meios para viver com mais conforto com mais felicidade para poder atender a sua família.

– Isso é muito fácil e não irá empobrecer ninguém. Basta estender ao trabalhador do campo as mesmas vantagens de que já gozam os trabalhadores urbanos. E que vantagens são estas? Conceder-lhe o salário mínimo. Conceder-lhe o seguro contra a doença e acidentes. Conceder-lhe a lei de aposentadorias e pensões, porque não é justo que o homem que labuta a vida no trabalho do campo, depois de envelhecer, quando suas forças não lhe permitem mais aquele trabalho áspero, seja abandonado sem que tenha ao menos uma casa para morar e uma pensão para viver.

(Esse apelo aos proprietários de terras lembra, de certo modo, a campanha dos positivistas republicanos do Rio Grande na luta abolicionista, e seu apelo aos proprietários de escravos para que os libertassem sem indenização, reconhecendo que seria vergonhoso lucrarem com a liberdade de outros seres humanos).

– A 3 de outubro de 1930 – diz ainda Getúlio – este povo ergueu-se de armas na mão para reivindicar pelas armas o que lhe haviam arrebatado pela fraude. Agora vão se realizar novas eleições, a 3 de outubro de 1950. O vosso candidato é o mesmo, mas as circunstâncias são diferentes. A Revolução de 1930 assegurou ao Brasil direitos que até então não possuía. Foi assegurado aos eleitores o voto secreto, que o liberta das perseguições e ameaças de violência. Foi assegurado o voto feminino, que é um instrumento divino de equilíbrio, pela vocação cristã da mulher brasileira. A operação do reconheci-

to do voto foi retirada dos políticos profissionais e colocada nas mãos da magistratura togada. Portanto, dentro da lei, o eleitor tem todas as garantias para votar e para o reconhecimento de seu voto.

Em seguida, Alegrete, a cidade de Oswaldo Aranha. Getúlio começa por lembrar o quanto viajou nos dois meses da campanha agora prestes a terminar:

– Acabo de realizar, dentro das nossas fronteiras, um voo que equivale quase, em percurso, à volta do mundo. Se a minha admiração e estima pela aviação nacional eram grandes, maiores se tornaram depois dessa viagem.

O último comício realiza-se em São Borja, a 30 de setembro. Getúlio diz:

– Venho de uma longa jornada pelo Brasil inteiro. E agora, chego à minha terra natal. Nesta multidão que me cerca, revejo fisionomias conhecidas de companheiros que comigo encaneceram. Reconheço, também, entre a juventude que aqui se encontra, filhos de velhos amigos desaparecidos, entre os quais cito como exemplo esse jovem deputado João Goulart, que, pelo seu talento e sua vocação cívica, tanta projeção já adquiriu na vida pública do país.

– Chego, enfim à minha terra. Trago a poeira das longas caminhadas; a ressonância da voz dos oprimidos. Venho fatigado do esforço e das emoções. Mas trago o coração limpo de ódios, de malquerenças ou queixas. Nem ressentimentos tenho. Quem tiver, que com eles se alimente. Vitorioso ou vencido, vou cumprir o meu dever para com o povo brasileiro. E chego à minha terra como um peregrino... Que a paz seja convosco, meus irmãos.

A VITÓRIA DE GETÚLIO

Nas votações daquele tempo, há mais de meio século, o eleitor encerrava num envelope, na cabine secreta, e em seguida colocava na urna várias cédulas: uma com o nome de seu candidato a Presidente, a segunda com o do candidato a Vice e, naquele ano, mais cinco cédulas, cada uma com o nome de seu candidato a governador, a senador, a suplente de senador, a deputado federal e a deputado estadual. Em alguns Estados, como São Paulo, havia mais uma cédula: para vice-governador. Supondo-se que tenham votado cerca de 9

milhões de eleitores, seriam de 45 milhões de cédulas para mais a separar, contar, somar, conferir e totalizar.

A apuração, portanto, demorou, mas desde logo estava claro que a vitória de Getúlio era indiscutível. O que seria confirmado pelos números finais.

Getúlio teve 3.849.040 votos – 48,7% do total. O Brigadeiro Eduardo Gomes, 2.342.384 – 29,6%. Cristiano Machado, 1.697.193 – 21,5%. João Mangabeira, do Partido Socialista, menos de dez mil votos. Houve ainda cerca de um milhão de votos em branco.

Getúlio venceu no Distrito Federal, em 15 Estados e dois territórios. Só perdeu em Minas, no Pará, Maranhão, Piauí e Ceará e nos territórios do Acre e do Amapá.

Suas vitórias mais expressivas foram no Distrito Federal, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, Getúlio teve mais de 900 mil votos, 64% do total, votação superior à do governador eleito do Estado, Lucas Nogueira Garcez, com 670 mil, ou 47%. Esses 900 mil votos eram quase a quarta parte da votação de Getúlio no Brasil inteiro. A votação de Getúlio em São Paulo era quase três vezes a do Brigadeiro Eduardo Gomes e seis vezes a de Cristiano Machado.

No Rio Grande, Getúlio chegou a 346 mil votos – 48% do total; Cristiano Machado foi o segundo, com 207 mil votos – 29%; e o Brigadeiro Eduardo Gomes ficou em terceiro lugar, com 147 mil votos – 21%. A diferença de Getúlio para Cristiano Machado fora de cerca de 140 mil votos; para o Brigadeiro, de 200 mil votos.

No Distrito Federal, com 378 mil votos, contra 169 mil do Brigadeiro e 29 mil de Cristiano Machado, Getúlio teve cerca de 67% da votação.

O maior Estado em que Getúlio perdeu foi Minas. Mas perdeu por apenas 23 mil votos para o Brigadeiro Eduardo Gomes. O candidato do PSD, o mineiro Cristiano Machado ficou em terceiro lugar, muito próximo de Getúlio. Cristiano Machado teve 32,2% dos votos, mas o PSD conquistou 38% da votação para a Câmara dos Deputados, o que confirma matematicamente que muitos eleitores do PSD não votaram em Cristiano Machado, mas em Getúlio. Esse fenômeno do abandono de Cristiano Machado repetir-se-ia em muitos

lugares onde Getúlio venceu, notadamente o Estado do Rio (Cristiano 8%, PSD 34%) e o Distrito Federal (Cristiano 5%, PSD 13%).

Os votos de Getúlio em Minas, São Paulo, Rio Grande e Distrito Federal corresponderam a mais da metade de sua votação total.

O candidato a Vice-Presidente indicado pelo PSP, João Café Filho, teve apenas 2,5 milhões de votos, em comparação com os 3,8 milhões de Getúlio. Café Filho, ao ser escolhido candidato, declarou que Getúlio temia ser menos votado que ele. Essa declaração e sua antiga hostilidade a Getúlio tiveram como resultado os dois fazerem campanhas separadas – e Café Filho perdeu aí mais de um milhão de votos.

Nas eleições para a Câmara dos Deputados, o PTB conseguiu 1.262.000 votos, crescendo de 7,7 para 16,8% do eleitorado e elegendo 51 deputados, representantes de 14 Estados. Em 1945, o PTB elegera 22 deputados. O PTB elegeu também cinco senadores, inclusive Alberto Pasqualini, e ainda o Governador do Rio Grande, Ernesto Dornelles, além de ver eleitos os quatro candidatos de outros partidos que apoiara formalmente na disputa dos governos estaduais.

Outro dado expressivo da eleição no Rio Grande foi o salto na votação do PTB para a Câmara dos Deputados: em 1945, ele tivera 6% dos votos e o PSD 62%. Agora o PTB subira para 41%, enquanto o PSD caía para 31%.

Por maior que pudesse ser a alegria de seus aliados e eleitores, Getúlio sabia que vencer a eleição fora o mais fácil. Em julho, pouco antes de iniciar a campanha, ele concedera à Folha da Noite, de São Paulo, uma entrevista exclusiva em que resumia os pontos básicos de sua plataforma. Antevendo as resistências, tanto a essa plataforma quanto à sua eleição, ele fizera previsões sobre os anos seguintes. Previsões proféticas:

– Conheço o meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que pela segunda vez não chegarei ao fim do meu governo. Terei de lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem, até que ponto meus nervos poderão aguentar? Uma coisa lhe digo: não poderei tolerar humilhações.

– Tenho 67 anos e pouco me resta de vida. Quero consagrar esse tempo ao

serviço do povo e do Brasil. Quero, ao morrer, deixar um nome digno e respeitado. Não me interessa levar para o túmulo uma renegada memória. Procurarei, por isso mesmo, desmanchar alguns erros de minha administração e empenhar-me-ei a fundo em fazer um governo eminentemente nacionalista. O Brasil ainda não conquistou sua independência econômica e nesse sentido farei tudo para consegui-lo. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão, ainda, arrancar-nos alguma coisa, mas com muita dificuldade. Por isso mesmo serei combatido sem tréguas. Eles, os grupos internacionais, não me atacarão de frente, porque não se arriscam a ferir o sentimento de honra e civismo de nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização do homem assalariado, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legislação sobre os lucros extraordinários. Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos inocentes. E em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralização, dizendo atacar sórdido ambiente corrupto que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão, atingindo a minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar. Se não me matarem...

CAPÍTULO 22

JANEIRO, 1951

A SEGUNDA ETAPA DA REVOLUÇÃO DE 30 **GETÚLIO DE VOLTA AO GOVERNO**

TALVEZ SEJA PRECISO PERGUNTAR SE ESSES RETÓRICOS BACHARÉIS DA UDN ACREDITAVAM MESMO NA POSSIBILIDADE DE A JUSTIÇA ELEITORAL ANULAR UMA VITÓRIA TÃO NÍTIDA COMO A DE GETÚLIO, OU SE O RECURSO À MAIORIA ABSOLUTA ERA APENAS UMA ALAVANCA, GOLPISTA, PARA LEVANTAR REAÇÕES MILITARES À POSSE DO PRESIDENTE ELEITO.

O novo governo Vargas, como antecipara Alberto Pasqualini num dos últimos comícios da campanha de 1950, seria a segunda etapa da Revolução de 30. Para que o fosse, entretanto, era preciso Vargas tomar posse. E isso não era tão certo assim.

Em 1930, a eleição fora fraudada antes dos resultados. Em 1950, a fraude antes dos resultados, entre a votação e o fim da apuração dos votos, já não era possível, a não ser nas menores circunscrições de alguns Estados. Como Getúlio acentuara no encerramento da campanha, a Revolução de 30 instituiria o voto secreto e a Justiça Eleitoral, além de estender o direito de voto à mulher.

Tentou-se, então, a fraude depois dos resultados. Advogados da UDN, como o deputado Aliomar Baleeiro, levantaram na Justiça Eleitoral, uma vez conhecidos os resultados da eleição, a tese de que Getúlio não fora realmente eleito, porque não alcançara a maioria absoluta dos votos, ou seja, metade mais um deles, mas apenas 48,7% do total. Essa impugnação correspondia à sentença de Carlos Lacerda, antes mesmo da campanha presidencial:

— O Sr. Getúlio Vargas não deve ser candidato à Presidência. Se for, não deve ser eleito. Se eleito, não deve ser empossado. Se for empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.

Os advogados da UDN poderiam perfeitamente ter suscitado a questão da maioria absoluta antes da eleição, sob a forma de consulta à Justiça Eleitoral ou de alguma campanha de opinião pública. Não o fizeram porque não acreditavam na vitória de Getúlio e não lhes convinha submeter seu próprio candidato, o Brigadeiro Eduardo Gomes, à mesma impugnação.

A Constituição não exigia a maioria absoluta; tanto que não definira mecanismos para suprir, quando fosse o caso, a ausência dessa maioria – por exemplo, um segundo turno pelo voto direto, como atualmente, ou um segundo turno pelo voto indireto, no Congresso.

Na eleição presidencial de 1945, o General Dutra tivera maioria absoluta, e ninguém precisou inventar o problema. Na eleição dos governadores de Estado, em janeiro de 1947, também não se discutiu esse ponto – e muitos dos vitoriosos foram empossados sem maioria absoluta, caso, pelo menos, de Ademar de Barros, em São Paulo, e de Walter Jobim, no Rio Grande do Sul.

Talvez seja preciso perguntar hoje se esses retóricos bacharéis da UDN acreditavam mesmo na possibilidade de a Justiça Eleitoral anular uma vitória tão nitida como a de Getúlio, ou se o recurso à maioria absoluta era apenas uma alavanca, golpista, para levantar reações militares à posse do Presidente eleito.

Nem todos na UDN adotavam essa linha golpista. A maioria, aliás, não concordava. Não concordava mas não conseguia impor-se à minoria agressiva, barulhenta e intransigente, já então submetida ao poder hipnótico da palavra de Carlos Lacerda.

Lacerda escrevera que Getúlio, se eleito, não devia ser empossado. Se empossado, os adversários deveriam recorrer à revolução para impedi-lo de governar. Consideradas as duas hipóteses, não seria melhor e mais garantido, para os adeptos de Lacerda, recorrer ao que fosse necessário para impedir a posse, em vez de esperar a posse para recorrer à revolução?

A manobra não deu certo. Entre os militares, talvez por influência do poderoso General Gois Monteiro, que Getúlio tentara fazer seu Vice, a maioria preferiu ficar – não necessariamente com Getúlio, mas com a Constituição e com a legalidade. E a Justiça Eleitoral, como era de esperar, reconheceu os resultados da eleição e a 18 de janeiro de 1951 diplomou Getúlio.

O DISPOSITIVO MILITAR

Antes de aceitar a candidatura à Presidência – e para que ela não fosse uma aventura suicida para seus seguidores e pretexto de mais um retrocesso e de mais um recrudescimento reacionário – Getúlio procurara saber qual seria a reação militar a sua volta à Presidência da República.

Ele contava com apoios militares como o do General Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior da Revolução de 1930 e desde então um dos chefes militares de maior poder e influência nas Forças Armadas e na própria vida civil do país. Contava, igualmente, é claro, com a oposição, a resistência e até a sabotagem de muitos adversários fardados.

Para não ficar prisioneiro de Gois Monteiro, foi um adversário deste na vida militar, o General Newton Estillac Leal, o escolhido por Getúlio para o cargo de Ministro da Guerra, enquanto Gois era convidado para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas.

Estillac Leal fora revolucionário em 1922, embora sem maior importância, e em 1924, mas não participara da Coluna Prestes porque, doente e considerado desertor, tivera de refugiar-se na Argentina. Na revolução de 30, comissionado no posto de tenente-coronel, participara do estado-maior de Gois Monteiro. Lutou, depois, contra os revoltosos de 1932. Em 1935, convidado por Prestes para participar da insurreição da Aliança Nacional Libertadora, não aceitou, mas também não delatou Prestes. Ao estourar o movimento, em novembro, deslocou sua tropa, o 1º Grupo de Obuses, aquartelado em São Cristóvão, no Rio, e abriu fogo contra o quartel do 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, então em poder dos rebeldes.

Em 1945, Estillac servia no Rio Grande do Sul e foi procurado por oficiais que articulavam a derrubada de Getúlio. Alertou o secretário deste, Luís Vergara, e apoiou a campanha da “Constituinte com Getúlio”.

Em maio de 1950, Estillac Leal fora eleito presidente do Clube Militar, com 3.929 votos, contra 2.707 dados ao general Cordeiro de Farias. Estillac liderava a chapa da corrente nacionalista do Clube Militar, que se opusera ao projeto do Estatuto do Petróleo e outros pontos da política petrolífera e da

política econômica do governo Dutra.

Em seu discurso de posse no Clube, Estillac declarou que a principal missão das Forças Armadas consistia em “defender a soberania e a independência nacionais, garantindo, internamente, a legalidade constitucional em todos os seus aspectos”. Defendeu também “uma solução patriótica para os problemas relacionados com a defesa nacional, como os do petróleo, das areias monazíticas, do manganês, do quartzo, do potencial amazônico etc.”.

Logo após a posse de Estillac na presidência do Clube, a Revista deste publicou um artigo que resumia comentários da imprensa francesa contra a posição dos Estados Unidos na Guerra da Coreia, iniciada em junho. Outro artigo defendia o monopólio estatal do petróleo. Os dois artigos provocaram uma crise militar, que o governo Dutra resolveria transferindo para guarnições longínquas, punitivamente, muitos dos diretores do Clube e de sua revista.

Estillac era uma escolha de luta, por parte de Getúlio, para o Ministério da Guerra, já que no Exército Getúlio não tinha alternativa: ou seria Estillac ou alguém da corrente contrária a Estillac e ao próprio Getúlio.

Na FAB, a Força Aérea, assim como na Marinha, Getúlio conseguira soluções conciliatórias. Na Marinha, a escolha do Almirante Renato Guilhobel foi recebida sem reações. Na FAB, porém, Getúlio tivera de desmobilizar, no curto intervalo entre a diplomação e a posse, pouco mais de dez dias, uma conspiração perigosa.

Getúlio queria nomear para o Ministério da Aeronáutica o Brigadeiro Nero Moura, comandante do Grupo de Caça da Força Aérea nas operações das forças brasileiras na Itália, na Segunda Guerra Mundial. Nero, no serviço ativo, chegara apenas ao posto de coronel, não por desmerecimento, mas por idade. Depois da queda de Getúlio, em 1945, ele deixara o serviço ativo, desquitara-se e presidia uma empresa de aviação comercial. Mas fora o herói da Força Aérea nas operações na Itália. Alguns brigadeiros mais antigos invejavam-no, temiam-no. Outros o admiravam, caso do Brigadeiro Eduardo Gomes, adversário direto de Getúlio na eleição de 1950 e seu adversário indireto na eleição de 1945, quando fora derrotado pelo General Dutra, candidato apoiado por Getúlio.

Nero sugeriu a Getúlio vários dos brigadeiros mais velhos. Getúlio não aceitou nenhuma das indicações. Alguns brigadeiros, em bom número, aliás, decidiram reunir-se, para escolher um deles e indicar um nome a Getúlio. Era uma verdadeira rebelião – que Getúlio não poderia aceitar.

Getúlio, sabendo da vulnerabilidade desses brigadeiros à pregação de Carlos Lacerda e outros civis da UDN contra sua posse, comunicou a Nero que o Ministro teria de ser ele e que ele devia procurar o quanto antes o Brigadeiro Eduardo Gomes, pedir seu apoio e perguntar se ele aceitaria algum posto de comando na Aeronáutica.

O Brigadeiro respondeu que considerava a escolha de Nero a melhor para a Aeronáutica. Contando com a confiança do Presidente, Nero poderia resolver muitos dos problemas do Ministério que outros não conseguiriam encaminhar. Na opinião do Brigadeiro, a escolha do novo ministro era prerrogativa exclusiva do Presidente e os outros brigadeiros não tinham o direito de sugerir ou vetar nomes. Por isso recusara-se a participar do movimento desses brigadeiros e assegurava seu apoio a Nero.

Quanto ao problema de seu futuro pessoal na Aeronáutica, o Brigadeiro pretendia aproveitar vários períodos de férias acumulados e alguns meses de licença-prêmio. Quando voltasse, conversariam.

Getúlio acertara. Sem o endosso do Brigadeiro, que admirava e respeitava Nero Moura, o movimento golpista na Aeronáutica abortara. E com a aceitação do nome de Nero Moura pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, Getúlio garantia pelo menos uma trégua militar no início de um governo que ele sabia desafiador, difícil e perigoso.

O DISPOSITIVO CIVIL

Paralelamente à montagem do dispositivo militar, era preciso, na montagem do dispositivo civil, atrair ou ao menos neutralizar uma parte da UDN, não só com vistas ao futuro próximo, mas também em reconhecimento de algumas das mais importantes realidades da campanha presidencial dos meses anteriores. Uma dessas realidades era que a candidatura Vargas tivera o apoio

de candidatos da UDN em vários Estados. Isso fora possível porque em quase todos eles, Getúlio e seu PTB não tinham candidato a governador, o que abria espaço para composições locais de outro modo impensáveis.

A conquista de uma parte da UDN e a neutralização da outra não poderia ignorar o PSD e seu papel na eleição.

O PSD não apoiara a candidatura de Getúlio, mas grande parte de seu eleitorado e mesmo de seus candidatos dera apoio e votos a ele.

Logo depois da eleição, Getúlio tivera num encontro no Rio Grande com o Governador eleito de Minas, Juscelino Kubitschek, ex-prefeito de Belo Horizonte no primeiro governo Vargas, e sem dúvida o mais importante, politicamente, dos governadores eleitos pelo PSD. Em Minas o candidato vitorioso à Presidência fora o Brigadeiro Eduardo Gomes, que derrotou Getúlio pela diferença de apenas 23 mil votos, deixado em terceiro lugar o mineiro Cristiano Machado, também por pequena diferença. Somados, porém, Getúlio e Cristiano Machado tinham recebido mais de 60% dos votos em Minas, o dobro da votação do Brigadeiro. O PSD mineiro continuava a ser o mais forte do país e o Governador Juscelino surgia necessariamente como o mais provável candidato do partido à Presidência na eleição seguinte, em 1955.

No Congresso, o PSD seria indispensável para Getúlio. E o PSD estava disposto a apoiar o segundo governo Vargas, participando, naturalmente, do ministério.

Getúlio já escolhera o pessedista João Neves da Fontoura, que ocuparia o Ministério das Relações Exteriores e fora o primeiro integrante do gabinete a ser confirmado e anunciado, porque teria de participar, logo depois da posse, de uma conferência interamericana em Washington.

A escolha de João Neves não era uma homenagem ao PSD, até porque o novo Ministro estivera desde o início na dissidência partidária conhecida como PSD-Autonomista, organizada para apoiar Getúlio.

Os outros representantes do PSD no gabinete seriam Horácio Lafer, Ministro da Fazenda, grande empresário financeiro de São Paulo; Ernesto Simões Filho, da Bahia, Ministro da Educação; e Francisco Negrão de Lima, de Minas, Ministro da Justiça. Com esses três Ministros e mais João Neves, o PSD

ocupava quatro pastas num gabinete de apenas sete membros civis. Nessa composição, o Ministro da Fazenda Horácio Lafer era um dos elos do novo governo com a economia de São Paulo; o outro seria o industrial Ricardo Jafet, nomeado presidente do Banco do Brasil.

Os três Ministérios restantes foram divididos entre o PSP de Ademar de Barros, que ficou com o poderoso Ministério da Viação e Obras Públicas (Álvaro de Souza Lima); a UDN, com o Ministério da Agricultura (João Cleofas, de Pernambuco); e o PTB, com o Ministério do Trabalho (Danton Coelho, presidente nacional do Partido).

A escolha de Francisco Negrão de Lima para o Ministério da Justiça, especialmente agradável ao governador Juscelino Kubitschek e ao PSD mineiro, seria completada pela do deputado Gustavo Capanema, também do PSD de Minas e Ministro da Educação de Getúlio por cerca de nove anos no primeiro governo, para o posto de líder da maioria (e do governo) na Câmara dos Deputados. Muitíssimo bem recebidos pelo PSD e pelo governador JK, Negrão e Capanema eram também pessoas da mais estrita confiança pessoal de Getúlio.

No PTB houve algum descontentamento inicial com o fato de o partido só ser contemplado com um Ministério, o do Trabalho – que na verdade era do Trabalho e também da Indústria e do Comércio e da Previdência Social. Getúlio respondeu que o PTB tinha muito mais que isso: tinha o Presidente da República.

Por essa composição de seu ministério, Getúlio pagaria um preço alto no Rio Grande do Sul:

– A vitória e o retorno de Vargas ao Catete – escreverá Miguel Bodea – contêm em si os germes de uma nova situação de conflito e distanciamento em relação a Pasqualini e à base trabalhista gaúcha. O Ministério convocado em 1951, de predominância pessedista, recompõe, a nível nacional, a aliança PSD-PTB, mas afasta novamente Getúlio do PTB gaúcho. Não se materializariam as esperanças dos trabalhistas gaúchos de ver Pasqualini no Ministério do Trabalho. Durante toda a primeira fase do segundo governo Vargas, nos anos 1951 e 1952, o relacionamento entre o Presidente da República e o PTB gaú-

cho é frio e distante, conforme demonstram os pronunciamentos de Pasqualini no Senado.¹¹⁷

Qualquer que fosse o preço, com essa composição Getúlio esperava dispor de maioria no Congresso.

Numa Câmara composta, à época, de 304 deputados, o PSD, a maior bancada, tinha 112 cadeiras. Os dois outros partidos da maioria governista, o PTB e o PSP, contavam, respectivamente, com 51 e 24 cadeiras – o que dava ao governo, teoricamente, o total de 187 votos, 34 a mais que a maioria absoluta (153 cadeiras).

A UDN, segunda maior bancada, tinha 81 deputados, aos quais se somavam 36 de pequenos partidos, como o Republicano (PR) e o Libertador (PL), com ela alinhados na oposição, que, assim, contava um total de 117 votos.

No Senado, o quadro de forças pendia mais para o PSD e a UDN, porque a representação dos demais partidos era proporcionalmente menor. O PTB, por exemplo, tinha apenas cinco senadores, num total de mais de sessenta.

A GUERRA DA COREIA

O dispositivo civil ostensivo do segundo governo Vargas teria de conviver com os problemas herdados do governo Dutra e denunciados por Getúlio na campanha eleitoral, e ainda com uma nova e perigosa situação internacional.

Em junho de 1950 tivera início a Guerra da Coreia, que transformara a Guerra Fria em guerra quente. Até hoje não se sabe exatamente como essa guerra aconteceu.

A Coreia, no Extremo Oriente, era uma península que se projetava sobre as partes do Oceano Pacífico conhecidas como Mar Amarelo e Mar do Japão, a partir do nordeste da China, junto à fronteira desta com a União Soviética e a reduzidíssima distância das ilhas que compõem o arquipélago japonês. Ocupada pelo Japão em 1905 e anexada ao Império Japonês em 1910, a Coreia fora dividida em duas ao fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, embora

¹¹⁷ Idem, p. 228.

se esperasse que, com a derrota do Japão, ela pudesse retomar a independência de que desfrutava antes de 1905. Mas o fim da guerra era ao mesmo tempo o início da Guerra Fria e a Península Coreana, dividida pelo Paralelo 38 (de latitude norte), foi ocupada pela União Soviética acima dessa linha e pelos Estados Unidos abaixo dela. Na parte norte constituiu-se uma República Democrática Popular, governada por um partido comunista fiel à URSS; na parte sul, uma República patrocinada pelos Estados Unidos e governada por uma ditadura nada melhor que o regime do lado norte.

Em junho de 1950, tropas da Coreia do Norte cruzaram o Paralelo 38 e despejaram-se sobre a Coreia do Sul até ocupá-la quase totalmente, com exceção de um pequeno enclave no extremo sul da península. O caso foi levado às Nações Unidas, cujas atividades a União Soviética estava nesse momento boicotando. Ausentes os delegados soviéticos que poderiam vetar a decisão do Conselho de Segurança, este condenou a invasão e determinou que fosse combatida pela força.

Os Estados Unidos entraram na guerra em nome da ONU, recuperaram quase todo o território sul-coreano invadido e chegaram a entrar profundamente na Coreia do Norte, a ponto de chegarem perto da fronteira chinesa.

No momento de posse de Getúlio, a 31 de janeiro de 1951, a guerra da Coreia vivia alguns de seus momentos mais dramáticos.

O Presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, sucessor de Franklin Roosevelt em 1945, fora reeleito em 1948. Embora dispusesse agora de autoridade política própria, não tinha nem a experiência, nem a dimensão intelectual nem a grandeza de espírito de Roosevelt.

Bem antes da Guerra da Coreia, Truman submetera-se a muito da histeria da guerra fria e da temporada de caças às bruxas que foi, nos Estados Unidos, um longo momento de repressão e intolerância políticas. A guerra da Coreia como que confirmou o alarma paranoico dos aproveitadores da Guerra Fria, que fizeram de suas muitas chantagens fortuna eleitoral e financeira. Deles o pior e mais perverso exemplo seria o senador Joseph McCarthy.

Com a guerra, aquilo que depois seria chamado o macartismo (e era inicialmente um fenômeno interno) projetou-se para fora dos Estados Unidos. O

governo Truman passou a exigir de países como o Brasil, aliados voluntários na Segunda Guerra Mundial, que se submetessem às suas conveniências, de novo conveniências predominantemente militares.

Derrubado Getúlio em 1945, o Brasil passara a agir, em sua política econômica, de acordo com as conveniências norte-americanas no plano comercial, industrial, financeiro e cambial. Agora haveria exigências militares. Já examinamos a crise militar ocorrida no Brasil ainda em 1950, pela publicação, na Revista do Clube Militar, presidido pelo General Estillac Leal, escolhido Ministro da Guerra por Getúlio, de um artigo que resumia informações e comentários da imprensa francesa contra a intervenção dos Estados Unidos na Coreia.

Como salientaria o brasilianista Thomas Skidmore, a transformação da Guerra Fria em guerra quente, com a eclosão do conflito da Coreia, contribuiu para a polarização das divergências entre os grupos militares nacionalistas e antiamericanos e aqueles que apoiavam abertamente a posição dos Estados Unidos na conflagração asiática.

– A publicação na Revista do Clube Militar – escreveria Skidmore – de artigo recomendando a preservação da neutralidade do Brasil nesta guerra, com a qual rigorosamente nada tínhamos que ver, suscitou uma violenta reação por parte de oficiais anticomunistas, com cartas a jornais, manifestos e declarações.¹¹⁸

Getúlio, porém, tinha de tentar a retomada da cooperação econômica com os Estados Unidos, como na Segunda Guerra Mundial e no tempo de Roosevelt. Agora, porém, a cooperação econômica não poderia ser acompanhada de cooperação militar na Coreia. A guerra da Coreia nada tinha a ver com o Brasil, ao contrário da Segunda Guerra Mundial.

Nesta, e antes dela, o Brasil encontrava-se em confronto com a Alemanha de Hitler. Antes mesmo do afundamento de inofensivos navios mercantes brasileiros pelos submarinos alemães, Getúlio tivera de enfrentar as ações de um Partido Nazista, que operava no Sul do Brasil, controlando escolas, associações culturais e até clubes de caça e pesca, e de expulsar o embaixador da

¹¹⁸ Thomas Skidmore, *Brasil, de Getúlio Vargas a Castello Branco*, p. 138.

Alemanha nazista, Karl Ritter, que insistia em manter sob a cobertura das imunidades diplomáticas os agentes de sua organização de espionagem e sabotagem. Getúlio, pessoalmente, escapara de atentados contra sua vida, como o ataque integralista de maio de 1938 ao Palácio Guanabara, com a indiscutível participação de nazistas nacionais e alemães. Em 1942, no momento em que o Brasil entrava formalmente na guerra contra a Alemanha – o que só não fizera antes a pedido de Roosevelt e no interesse dos Estados Unidos e dos demais Aliados – Getúlio foi vítima de um suspeitíssimo acidente de trânsito na Praia do Flamengo, perto do Palácio do Catete. Antes uma pedra deslizaria de uma encosta nas montanhas da rodovia Rio-Petrópolis, quando ele descia da serra para o Rio, matando seu ajudante de ordens e ferindo-o seriamente.

Nada disso acontecia agora, contra o Brasil, na segunda metade de 1950 e na primeira metade de 1951, na Guerra da Coreia.

Como, porém, convencer um Presidente menor e medíocre como Harry Truman de que, assim como no tempo de Roosevelt, convinha aos Estados Unidos a renovação dos acordos de cooperação da época da Segunda Guerra Mundial?

A escolha de João Neves de Fontoura, então diretor recém-eleito das empresas Ultra, do Grupo Rockefeller no Brasil, tinha esse objetivo. Também o tinha a escolha de um financista conservador de São Paulo, como Horácio Láfer, para o Ministério da Fazenda, e igualmente a de Ricardo Jafet, industrial teoricamente conservador mas não tanto, e igualmente de São Paulo, para a presidência do Banco do Brasil.

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Um fórum potencialmente útil, dotado pelo menos da capacidade de testar a viabilidade de algumas das hipóteses de cooperação com os americanos, era a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criada em dezembro de 1950, depois da eleição de Getúlio, mas ainda na presidência de Dutra.

Getúlio poderia opor-se a essa intromissão em seu futuro governo, mas preferiu evitar o confronto e aceitou a Comissão – de cujos trabalhos, aliás,

resultaria a constituição do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o BNDE, uma das grandes realizações do segundo governo Vargas.

Moniz Bandeira, que pesquisou a fundo esse período, chegaria a uma conclusão pessimista:

– O andamento dos trabalhos da Comissão Mista desapontou Vargas, que atribuía sua morosidade à suposta conexão de vários delegados norte-americanos com os interesses de Wall Street. E os resultados frustraram-no ainda mais. Sua expectativa era de conseguir 500 milhões de dólares; e o Banco Mundial e o Eximbank (Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos), até dezembro de 1953, aprovaram apenas 130 milhões, que, como se destinavam a empreendimentos de longo prazo, muito pouco valeram para aliviar a crise cambial do Brasil.¹¹⁹

Moniz Bandeira registrou também as expectativas de Getúlio, em matéria econômica, ao iniciar seu segundo governo:

– Antes de assumir a Presidência da República, em janeiro de 1951, Vargas começou a equacionar os problemas que teria a resolver com os Estados Unidos. Havia sete meses que se iniciara o conflito na Coreia e o Governo de Washington procurava aliciar e comprometer com a sua política de intervenção todos os países capitalistas. O Brasil, naturalmente, ficaria solidário com os Estados Unidos, caso a guerra se generalizasse, conforme se receava. Era uma contingência da luta de classes no plano internacional.

– O objetivo de Vargas, sobretudo em seu segundo governo, consistiu em estabelecer e consolidar os meios indispensáveis à autossustentação do desenvolvimento capitalista no Brasil. Por isto ele promoveu a intervenção do Estado na economia, onde e quando as empresas nacionais não possuíam recursos financeiros e tecnológicos e as estrangeiras não se dispunham realmente a investir ou não aceitavam normas e salvaguardas da conveniência nacional, que a experiência recomendava, como no caso do petróleo, cujas concessões a Royal Dutch-Shell, por intermédio da Companhia Brasileira de Petróleo, e a Standard Oil, através da Companhia Geral Pan-Brasileira, obtiveram,

¹¹⁹ Moniz Bandeira, *Brasil-Estados Unidos, a rivalidade emergente*, p. 31.

entre as décadas de 1920 e 1930, e nunca exploraram, mantendo as jazidas cativas, na condição de reservas.

– A estatização de alguns setores de base, por conseguinte – acrescentava Moniz Bandeira – tornou-se a única forma possível de ampliar e robustecer a capacidade produtiva do Brasil, uma vez que a chamada iniciativa privada não pôde e a estrangeira não o quis fazer. E a necessidade de captar recursos para tais projetos compeliu Vargas a tratar de conter a exportação de capitais, sob a forma de remessas de lucros e dividendos, ao constatar que eles não retornariam dos Estados Unidos nem como investimentos diretos nem como empréstimos do Eximbank e do Banco Mundial, o que concorria, juntamente com a queda dos preços do café, para engravescer ainda mais a inaudita crise cambial.¹²⁰

A Guerra da Coreia obrigava todo mundo, nos Estados Unidos, a reexaminar as questões geopolíticas. Nesse ano de 1951, segundo Moniz Bandeira, o senador Wayne Morse, que depois seria uma das grandes vozes do Congresso dos Estados Unidos, protestando, por exemplo, contra o intervencionismo norte-americano na América Latina e contra a guerra do Vietnã, pediu ao Secretário de Estado Dean Acheson que “estudasse as possibilidades de fomentar a exploração dos recursos petrolíferos do México, Brasil, Venezuela e outros países latino-americanos”, além do Canadá. No caso de guerra mundial, disse o senador, “seria mais importante para os Estados Unidos ter acesso a essas fontes de petróleo, mais próximas do que as da Arábia ou do Irã”. Acheson concordou com esse ponto de vista. Mas – registro ainda de Moniz Bandeira – “nenhum diplomata americano abordou [com o Presidente Vargas] o problema do petróleo”.¹²¹

Segundo alguns historiadores, o primeiro ano do governo Vargas foi um ano de expectativas otimistas quanto ao estreitamento das relações com os Estados Unidos. Os Ministros João Neves da Fontoura (Relações Exteriores) e Horácio Láfer (Fazenda) eram francos partidários de uma estreita cooperação com os norte-americanos, da qual esperavam substancial volume de fi-

¹²⁰ Idem, p.73.

¹²¹ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 320.

nanciamentos. Esta havia sido a expectativa – totalmente frustrada – do governo Dutra, que escapara de um grave desequilíbrio nas contas externas pela recuperação dos preços internacionais do café a partir de 1948. Um estudo de Pedro Malan, depois Ministro da Fazenda, diria:

– Ao longo do primeiro ano do governo Vargas, o temor de que a Guerra na Coreia se transformasse em conflito de proporções mundiais, associado à lembrança das dificuldades de obtenção de suprimentos externos durante a primeira metade dos anos 40, levou a um extremo relaxamento dos controles sobre importações. Em dólares correntes, estas chegaram a 1,7 milhão de dólares em 1951, um acréscimo de 81% sobre o valor e de 40% sobre o volume importado no ano anterior. Contudo, uma vez que os preços do algodão aumentaram em 1951, as receitas de exportações chegaram a 1,77 milhão de dólares, um nível que, em dólares correntes, só seria ultrapassado em 1968, dezessete anos mais tarde.¹²²

OS PRIMEIROS DIAS: ELETRICIDADE, PETRÓLEO, ECOLOGIA

Ao lado do ministério ostensivo, Getúlio organizaria, no próprio Palácio do Catete, no Rio, sede da Presidência da República, uma assessoria econômica praticamente invisível. O ministério cuidaria ostensivamente da cooperação com os Estados Unidos, e a cooperação deteria o braço da resistência interna, da UDN e de Carlos Lacerda, que já não teria apoio nem pretexto para recorrer à revolução de modo a impedir Getúlio de governar. A assessoria cuidaria discretamente de projetos que seriam a retomada de Volta Redonda e das outras iniciativas do primeiro governo Vargas nas áreas do petróleo, dos minérios, do carvão, da siderurgia, da eletricidade, dos transportes – e até da defesa ecológica, numa época em que as ONGs, as organizações não governamentais, ainda não tinham sido inventadas e nenhum governo dava importância a isso.

¹²² Pedro Malan, “Relações Econômicas Internacionais do Brasil, 1945-1964”, em *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 11, p. 71.

No dia 10 de fevereiro, quando já tinham passado o rumor, o movimento e as manchetes da posse e dos primeiros dias de governo, o Presidente chamou o economista Rômulo de Almeida e convidou-o para chefiar a Assessoria Econômica que pretendia instituir.

Não foi uma operação burocrática das mais complicadas. Os assessores que fossem funcionários públicos seriam simplesmente requisitados para prestar serviços na Presidência da República. Os outros seriam nomeados para os cargos disponíveis de oficial de gabinete. Seriam poucos assessores, quase todos já funcionários, provavelmente menos de dez. Trabalhariam com poucos auxiliares, em pouco espaço, no Palácio do Catete, um palácio pequeno, especialmente diante dos que viriam depois.

O primeiro pedido de Getúlio a Rômulo de Almeida foi a elaboração da mensagem presidencial ao Congresso, na abertura do ano legislativo, em março. Nessa mensagem, exigida pela Constituição, o Presidente prestaria contas de seus atos no ano anterior. Getúlio, empossado a 31 de janeiro, ainda não tinha contas a prestar, e aproveitou para fazer da mensagem o documento de exposição de seu programa de governo. Seria, como veio a ser conhecida, sua mensagem programática:

– A orientação do Presidente – diria Rômulo de Almeida – foi no sentido de acentuar a nota nacionalista, mas sem espantar as empresas privadas, e a necessidade de soluções objetivas e imediatas para os vários problemas atinentes à obtenção de petróleo e seus derivados.

O segundo pedido foi o de um projeto para o petróleo, na linha nacionalista:

– Num dos primeiros despachos, recebi alguns papéis com propostas e dados, muito pobres de dados, para examinar e opinar, justamente com a instrução de procurar para o petróleo uma solução nacionalista, porém suficiente. Não apenas uma nova lei: um esquema objetivo, capaz de encaminhar definitivamente a solução.

Uma das preocupações de Rômulo de Almeida era combinar com Getúlio uma política que reunisse o desenvolvimento das fontes de energia e ao mesmo tempo as defesas das fontes da vida, o que hoje se chamaria – e era espantoso que já se cogitasse disso em 1951 – de uma política de desenvolvimento

sustentável e de uma política de defesa ecológica:

– Com o Presidente acertei desde logo desenvolver a sequência dos projetos de uma política de energia: imediatamente os de petróleo e carvão mineral; logo depois os de eletricidade e, afinal, um que cobrisse uma política e um programa de preservação, ampliação, tecnologia e melhor uso dos recursos florestais.¹²³

Rômulo de Almeida era conhecido por suas posições de esquerda. Seu segundo na assessoria, Jesus Soares Pereira, era considerado ainda mais esquerdista.

Em 1930, ao elaborar as leis trabalhistas, Getúlio cercara-se de conselheiros de esquerda e, apesar disso, fora acusado de copiar as leis fascistas da Itália de Mussolini. Agora, no segundo governo, seria acusado de fazer o jogo ora do Partido Comunista, ora das multinacionais do petróleo.

Getúlio, no início mesmo da campanha de 1950, pressentira que seu segundo governo não chegaria ao fim. Por isso, tinha pressa:

– Não havíamos ainda concluído essa tarefa – dirá Jesus Soares Pereira sobre a mensagem programática – e já estávamos pressionados para tratar do problema do petróleo. O grupo de trabalho, muito reduzido, tinha como presidente o dr. Rômulo de Almeida. Os outros funcionários eram o dr. João Neiva de Figueiredo, encarregado da parte técnica, e eu, incumbido da parte econômica. A documentação, constante de dezenas de pastas, nos foi encaminhada pelo Presidente da República. Essa documentação constava em parte de sugestões as mais variadas e procedentes das mais diferentes origens. Lembro-me bem das sugestões oferecidas pelo ex-Presidente Artur Bernardes, muito bem elaboradas, salvo quanto à dimensão do problema. Para ele, o petróleo não requeria grandes esforços. A parte financeira, por exemplo, era posta em termos de um décimo ou menos daquilo que nos afigurou necessário ao elaborarmos o projeto da Petrobrás.¹²⁴

Além de pressa, Getúlio tinha cautelas, que procurou transmitir a Rômulo de Almeida:

¹²³ Rômulo de Almeida, prefácio a Jesus Soares Pereira, *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia, a luta pela emancipação*, pp. 16-17.

¹²⁴ *Idem*, p. 90.

– Getúlio mandou, por exemplo, instruções sobre política de petróleo. A formulação da mensagem tinha de ser cautelosa para não levantar onda antes do tempo e, além disso, porque a massa de informações era limitada.¹²⁵

Os integrantes da assessoria debateram longamente a questão do petróleo, sem desconsiderar as contribuições enviadas ao Presidente, mas sem se limitar a elas.

Após demorados debates, segundo Jesus Soares Pereira, a questão fora mais ou menos definida:

– Achávamos que a legislação vigente assegurava a diretriz nacionalista, caso não fossem feitas concessões a empresas organizadas no Brasil para pesquisa. Mesmo no caso disto acontecer, a limitação imposta pela legislação quanto à área, ou seja, concessões máximas de mil hectares, constituía garantia suficiente de que a pesquisa e exploração de petróleo no Brasil estavam a salvo de investidas.¹²⁶

A legislação vigente que assegurava a diretriz nacionalista era ainda o conjunto de decretos de 1938, do Estado Novo. Esses decretos não chegavam a estatizar o petróleo, como aconteceria em 1953, com a decretação do monopólio estatal pela Lei da Petrobrás, mas asseguravam sua nacionalização, de modo que não pudesse haver concessões a grupos estrangeiros que prejudicassem o interesse nacional. Em 1951, a Assessoria Econômica do Presidente verificou que esses decretos permaneciam em vigor, apesar da introdução fraudulenta, na Constituição de 1946, de um dispositivo que permitiria concessões a “sociedades organizadas no Brasil”. Pelos decretos de 1938, as empresas que poderiam participar da exploração do petróleo tinham de ser constituídas por maioria de cidadãos brasileiros. Pelo dispositivo contrabandeado para a Constituição de 46, bastaria que se tratasse de sociedades organizadas no Brasil, o que abria as portas do país e de seus recursos petrolíferos a qualquer multinacional que conseguisse a assinatura de dois ou três testas de ferro brasileiros.

¹²⁵ Idem, p. 49.

¹²⁶ Jesus Soares Pereira, *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia*, p. 90.

A LEGISLAÇÃO DE 1938 JÁ GARANTIA O PETRÓLEO

Apesar desse contrabando constitucional, os integrantes da assessoria consideravam que a legislação de 1938 ainda tinha condições de impedir a alienação das reservas petrolíferas.

– Havia uma opção – escreveria Jesus Soares Pereira – e esta era pedir ao Congresso apenas a criação de uma empresa que habilitasse o governo a trabalhar em matéria de petróleo, fugindo dos entraves burocráticos da repartição pública comum, como sucedia com o CNP, o Conselho Nacional do Petróleo. O governo deixava de lado a discussão em torno da proibição do capital estrangeiro na indústria petrolífera e saía para criar uma empresa em que o capital estrangeiro não estivesse presente ou estivesse de maneira tão diminuta que não causasse moossa.

O documento submetido ao Presidente da República pela Assessoria Econômica mereceu dele o seguinte despacho:

– Prossigam-se os estudos, sem temor quanto ao vulto dos investimentos, desde que os fundamentos do programa sejam objetivos e a possibilidade de mobilizar recursos seja efetiva.

O que o Presidente recomendava ao seu corpo de assessores era – como escreveria Jesus Soares Pereira – que não temessem o tamanho do problema.

– E foi nessa base, com esse incentivo, que prosseguimos. Ficou assentado que caberia ao Estado enfrentar o problema do petróleo, já que não se confiava e nem se depositava a esperança no setor privado. Tínhamos a esperança, algo ingênua, de obter a aprovação do projeto no Congresso em menos de um ano, quando na realidade se levaram dois anos e meio.¹²⁷

Ao mesmo tempo que recebia o documento preliminar da assessoria econômica e recomendava a seus integrantes o prosseguimento dos estudos, sem receio do vulto dos investimentos previsíveis, Getúlio mantinha implicitamente as recomendações feitas a Rômulo de Almeida para a elaboração de sua primeira mensagem ao Congresso: acentuar a nota nacionalista, mas sem espan-

¹²⁷ Idem, pp. 90-91.

tar as empresas privadas; e, no caso específico do petróleo, “cautela para não levantar onda antes do tempo”.

A preocupação de Getúlio era a montagem, em andamento, das primeiras refinarias de petróleo no Brasil – para atenderem, gradualmente, ao consumo, então registrado no país, de 105 mil barris diários. (Nesse momento, a importação de combustíveis líquidos pelo Brasil já custava 250 milhões de dólares por ano, o que absorvia grande parte das reservas cambiais do país).

Já nos estudos dos quais tinham resultado, em 1938, no primeiro governo Vargas, os decretos de criação do Conselho Nacional do Petróleo e de regulamentação da pesquisa e lavra das reservas petrolíferas existentes no Brasil, impusera-se como verdade praticamente indiscutível o resultado da experiência da Argentina e do Uruguai, na montagem de sua indústria do petróleo: essa indústria começa na prática a ser construída a partir da instalação de um parque de refino. Um país que não disponha de petróleo em seu subsolo pode organizar uma expressiva e até poderosa indústria de petróleo se tiver refinarias. Outro país, com reservas imensas de petróleo, não terá uma verdadeira indústria petrolífera se se limitar à extração desse petróleo e não dispuser da capacidade industrial de refiná-lo.

O Presidente encarregara a Assessoria Econômica de estudar como o Brasil deveria pesquisar e extrair petróleo. A questão das primeiras refinarias já estava encaminhada, graças às medidas de seu primeiro governo.

– A montagem de refinarias – escreverá Moniz Bandeira – adquiria, naquela situação, o caráter da maior urgência, enquanto o Conselho Nacional de Petróleo, órgão do Governo Federal, continuava os trabalhos de prospecção e perfuração dos poços. Tanto o Banco Mundial quanto o Eximbank negavam-se então a conceder empréstimos para o desenvolvimento daquela indústria, sob a alegação de que havia, em termos razoáveis, disponibilidade de capitais privados estrangeiros interessados no setor.

– Mas os equipamentos para as refinarias, bem como para pesquisa e exploração do petróleo, já estavam encomendados nos Estados Unidos, não dependiam de financiamento norte-americano e Vargas queria tão somente que o Departamento de Estado interviesse junto à Defense Production Administration

[Administração de Produção para a Defesa] para que concedesse a mais alta prioridade ao seu atendimento. E nenhum dos dois órgãos julgava aquele problema essencial, ante a perspectiva de guerra contra a União Soviética.

Essa Administração de Produção para a Defesa vinha dos dias da Segunda Guerra Mundial e tinha a prerrogativa de decidir que bens os Estados Unidos poderiam exportar e quais deveriam reter, para suas necessidades de defesa.

Para algumas correntes norte-americanas de linha-dura, os Estados Unidos deveriam ameaçar o Brasil – seu aliado na guerra e bem antes dela – forçando-o a mandar tropas à Coreia, ceder minerais estratégicos e assinar um acordo militar com os Estados Unidos. A ameaça deveria incluir até a suspensão de fornecimento de petróleo. Mas, como diz Moniz Bandeira:

– As pressões norte-americanas resultaram, no caso, inócuas e mesmo contraproducentes, ao exacerbarem a resistência nacionalista, sobretudo dentro das Forças Armadas. A ameaça de boicote ao abastecimento do Brasil não se concretizou, evidentemente, e os Estados Unidos terminaram por fornecer-lhe os equipamentos, destinados à instalação de refinarias e à exploração de petróleo, a fim de evitar que o Governo de Vargas os comprasse na Europa, cujos países, recuperando-se das consequências da guerra, voltavam a competir no mercado mundial.¹²⁸

A REUNIÃO DE CONSULTA

Nesse mesmo mês de fevereiro de 1951, em que a assessoria econômica dava início a seus estudos, a diplomacia oficial do Brasil entrava em negociações específicas com os representantes do governo dos Estados Unidos. Nesse mês estavam sendo acelerados os preparativos para a IV Reunião de Consulta da Organização dos Estados Americanos (OEA), convocada, sem maiores explicações, pelo governo dos Estados Unidos, para o período de 26 de março a 7 de abril, em Washington. Pela Carta da OEA, essa Assembleia, chamada Reunião de Consulta, só poderia ser convocada em caso de guerra

¹²⁸ Moniz Bandeira, *Rivalidade...*, p. 34.

presente ou iminente – caso, por exemplo, da III Reunião de Consulta, realizada no Brasil em janeiro de 1942, em seguida ao ataque de dezembro de 1941, pelas forças japonesas, à base dos Estados Unidos em Pearl Harbor, no Havaí.

Logo ficaria claro que os Estados Unidos queriam, com a reunião, enquadrar os países da América Latina em seus esquemas na Guerra Fria.

No Rio, ainda em fevereiro, mas já no clima da Reunião de Consulta, em reunião com a presença do Secretário de Estado Assistente dos Estados Unidos, Edward Miller, do embaixador Herschell Johnson e de Francis Truslow, representante do governo norte-americano nas negociações com o Brasil, discute-se o elenco de pretensões que o Brasil pretende apresentar em seguida ao governo dos Estados Unidos.

A agenda da reunião especifica o que o governo brasileiro espera do governo dos Estados Unidos e foi assim resumida pela historiadora Maria Celina Soares d'Araújo, que a resgatou do arquivo de Getúlio Vargas:

– O Brasil pleiteará junto aos Estados Unidos financiamentos para as seguintes prioridades: planos hidrelétricos para o alto São Francisco, para Minas Gerais e para o Rio Grande do Sul, e de aproveitamento econômico do vale do São Francisco, principalmente de Paulo Afonso; refinarias de petróleo, usinas de azoto sintético e de álcalis, siderurgia, portos, navios e transportes. Pleiteará também a implantação no Brasil de indústrias que utilizem nossas matérias-primas, possibilitando a exportação de manufaturados e não das próprias matérias-primas, e ainda a criação de companhias mistas para o estudo das riquezas naturais, pesquisa e lavra de jazidas.

– Os representantes norte-americanos – prossegue Maria Celina – concordam em que os projetos básicos contidos na nota brasileira necessitam de apoio financeiro dentro de uma política econômica caracterizada pela reciprocidade, ficando estabelecido que o Banco Internacional e o Banco de Importação poderiam abrir uma conta de financiamento ao Brasil no valor de 250 milhões de dólares, para os problemas mais urgentes.¹²⁹

Esses empréstimos, que corporificavam a esperança dos partidários mais

¹²⁹ Maria Celina Soares d'Araújo, *O Segundo Governo Vargas*, pp. 142-143.

confiantes nos Estados Unidos, como João Neves da Fontoura, e que Getúlio considerava apenas o ponto de partida de um programa mais amplo de cooperação, foram, na verdade, segundo Lutero Vargas, filho do Presidente, recusados durante o segundo governo Vargas. Recusados durante o governo Vargas e liberados depois...

– De fato – diz Maria Celina – os empréstimos prometidos para esses projetos pelo Banco Mundial e pelo Eximbank não são concedidos durante o governo Vargas. Entre 1952 e 1953, apenas 15 projetos recebem financiamento, somando 181 milhões de dólares. O restante fica pendente, o que não impede que o governo continue impulsionando a industrialização, apesar da crise de nossas relações com o estrangeiro.¹³⁰

Na Reunião de Consulta, aberta a 26 de março de 1951, em Washington, o governo Truman pretendia mobilizar o apoio da América Latina à intervenção militar dos Estados Unidos na Coreia e à sua política de preparação para a guerra contra a União Soviética e o bloco socialista liderado por ela. Anunciava-se que o Governo de Washington pretendia recrutar 140 mil homens de toda a América Latina.

Com tais prioridades, a Guerra da Coreia e a futura guerra contra a União Soviética e seus aliados, o governo Truman tinha de relegar a segundo ou terceiro plano qualquer projeto em favor do desenvolvimento da América Latina:

– O Brasil, pelo contrário – escreveria Moniz Bandeira – apresentava a agressão interna, isto é, a revolução, como a principal ameaça que pairava sobre os países latino-americanos, indicando o caminho para preveni-la e evitá-la, na urgente elevação do nível de vida dos povos do Continente. O Brasil não desejava que o programa de defesa dos Estados Unidos prejudicasse os planos de desenvolvimento, sem os quais, afirmava, a sua cooperação político-militar se tornaria inadequada.

Essa posição seria explicitada por um dos delegados brasileiros, San Tiago Dantas, futuro deputado pelo PTB e futuro Ministro do Exterior e da Fazenda no governo do Presidente João Goulart:

¹³⁰ Idem, p. 146.

– Desejamos criar um ambiente político-social que fortaleça nossas economias para um programa, a longo prazo, de defesa. De outra maneira, ficaria ameaçada a estrutura interna dos países latino-americanos.

Segundo o registro de Moniz Bandeira, uma salva de palmas interrompeu o discurso de San Tiago Dantas, quando ele se referiu às áreas de pobreza e de miséria que pontilhavam o Continente. A América Latina, para San Tiago Dantas, estava sofrendo ainda mais com as consequências do programa de defesa dos Estados Unidos.

A posição do Brasil teve repercussão na imprensa mundial. Segundo o *Washington Post*, o Brasil e os Estados Unidos tinham-se chocado na Conferência. Um comentário da agência *France-Presse*, difundido em todo o mundo, observava que, “pela primeira vez, o Brasil e os Estados Unidos apresentavam-se em campos opostos”.

Naturalmente, os Estados Unidos não se conformaram com o fracasso de sua tentativa na Reunião de Consulta da OEA. Terminada a Reunião, o Secretário de Estado (Ministro das Relações Exteriores) dos Estados Unidos, Dean Acheson, pôs-se a conversar separadamente com um por um dos Ministros das Relações Exteriores dos países participantes. A cada um, Acheson sugeria que seu país mandasse tropas para a Coreia.

– O do México – diz Moniz Bandeira – repeliu prontamente a ideia. João Neves, mais sinuoso, respondeu que a apresentaria ao Presidente Vargas, quando regressasse ao Brasil. Quatro dias depois da conversa que Acheson manteve com João Neves, Truman escreveu a Vargas, solicitando formalmente, o envio de uma divisão brasileira de infantaria para combater na Coreia. Repetiu, substancialmente, os mesmos pretextos do seu Secretário de Estado: “seria de grande ajuda para o esforço das Nações Unidas na Coreia se o Brasil pudesse enviar uma Divisão de Infantaria, a fim de participar das operações conjuntas naquela área”. As tropas americanas, depois de nove meses de luta, careciam enormemente de repouso, o que só se tornaria possível quando houvesse outras capazes de substituí-las.¹³¹

¹³¹ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 327.

A carta de Truman coincidia com as negociações econômicas que João Neves retomara em Washington. Getúlio, decidido a recusar o pedido, precisava ganhar tempo e evitou responder de imediato.

Além de tropas brasileiras para a Coreia, os Estados Unidos queriam manganês e areia monazítica do Brasil – o manganês era indispensável para a siderurgia e as areias monazíticas, necessárias para suprir carências de urânio na indústria nuclear.

O Presidente Vargas encontrava-se, já nas primeiras semanas de seu segundo governo, diante de dificuldades internacionais quase maiores que aquelas da Segunda Guerra Mundial.

Agora ele precisava menos de financiamentos que da certeza de que as encomendas de equipamentos para as refinarias de petróleo seriam atendidas e não embargadas. Já não se tratava de ajuda ou cooperação, mas, simplesmente, de garantir que equipamentos já comprados, e pelos quais o Brasil estava pagando ou tinha plenas condições de pagar, não fossem retidos nos portos de embarque.

Por mais esdrúxula que parecesse, essa preocupação era premonitória. Em 1954, último ano do segundo governo Vargas, um carregamento de material comprado na Alemanha e já pago, que se destinava ao início de um programa de pesquisa de energia nuclear para fins pacíficos, seria embargado e retido no porto de Hamburgo pelas autoridades militares inglesas de ocupação, a pedido do governo dos Estados Unidos. A compra fora, talvez, discreta – e para ela o governo brasileiro não pedira, nem precisaria pedir, a autorização dos Estados Unidos. Mas não fora clandestina e dela tinham conhecimento todas as autoridades pertinentes do governo da Alemanha Ocidental – governo, por sinal, que indicara as empresas às quais a compra fora encomendada.

O Presidente temia que a qualquer pretexto os equipamentos comprados para as refinarias de petróleo brasileiras fossem retidos nos Estados Unidos. Por isso não poderia negar de plano as tropas para a Coreia e teve de agir com extrema calma e habilidade, tanto nessa questão quanto na do petróleo.

CAPÍTULO 23

FEVEREIRO E 1º. DE MAIO, 1951

O MINISTÉRIO DO TRABALHO ABANDONA A PRÁTICA DE INTERVIR
SISTEMATICAMENTE NOS SINDICATOS

DOIS DISCURSOS AOS TRABALHADORES

“O GOVERNO ESTÁ DESARMADO DE LEIS PARA A DEFESA ECONÔMICA
DO POVO. SÓ TEM LEIS POLICIAIS PARA OPRIMI-LO. POR ISSO, O POVO
PRECISA ESTAR ORGANIZADO PARA DEFENDER-SE”.

Nas primeiras semanas, o segundo governo Vargas não deu, nem externa nem internamente, ênfase à questão social que talvez se pudesse esperar. A assessoria econômica não foi chamada a elaborar qualquer estudo ou projeto; e o Ministério do Trabalho, conduzido por Danton Coelho, presidente nacional do PTB mas sem experiência maior da vida sindical ou dos problemas trabalhistas, nada anunciou de mais significativo.

Certamente por orientação direta de Getúlio – e de acordo, aliás, com seus pronunciamentos da campanha eleitoral – o Ministério abandonou a prática seguida ao longo de quase todo o governo Dutra, de intervir sistematicamente na direção dos sindicatos.

A intervenção não se limitava aos sindicatos cujos diretores fossem acusados de ligações com o comunismo, mas atingia indiscriminadamente aqueles cuja diretoria chegasse ao fim do mandato: o Ministério suspendia as eleições para a escolha de novos diretores e indicava interventores.

Em 1947, o governo Dutra cancelara todas as eleições sindicais e prorrogara por um ano o mandato de todos os dirigentes sindicais que tinham escapado à intervenção. Apesar disso, só em 1947 o governo interveio em 147 sindicatos. Em janeiro de 1951, no fim do governo Dutra, estavam sob intervenção cerca de quatrocentos sindicatos, de um total de 944.

Em fevereiro, Getúlio discursa numa concentração de trabalhadores no Estádio do Maracanã, no Rio, inaugurado meses antes, na Copa do Mundo de Futebol de 1950. E fala mais nos problemas econômicos e nas perspectivas do país do que em seus projetos de avanço da legislação social, por ele próprio decretada em seu primeiro governo.

– Depois de assumir as responsabilidades do governo – diz ele – foi meu primeiro cuidado buscar uma oportunidade de contacto convosco... Pedi, por isso, que viésseis ter comigo, para dizer-vos que a vossa confiança tem sido o melhor estímulo de minha vida pública.

– É no meio do povo que haurimos inspiração e coragem para melhor servi-lo. Mas é a um povo inspirado nas suas lutas que cabe realizar o seu próprio destino. O vosso vós o tomastes definitivamente nas mãos, graças aos instrumentos e às práticas de governo instaurados pela Revolução de 30... Mas seria enganoso nos dedicarmos ao aperfeiçoamento dos processos, se por igual não nos acudissem lucidez e discernimento na fixação dos objetivos. Todos estes conduzem, porém, como condição essencial de sua realização, ao aumento da produção. É a essa tarefa que convoco os brasileiros, como preparação do país para atravessar vitoriosamente as provações de uma situação internacional inquietante.

Como sempre, Getúlio vincula os avanços sociais aos avanços econômicos. Mais tarde, no ciclo dos governos militares iniciado em 1964, tornar-se-á doutrina oficial de governo que seria preciso primeiro fazer crescer o bolo (da produção), para depois distribuí-lo. Para Getúlio é o contrário: é preciso aumentar a produção para melhorar simultaneamente, e não depois, a distribuição; e é preciso promover a distribuição para estimular a produção. Nesse momento, na terceira semana de seu segundo governo, ele se descobre diante de um quadro “desalentador”:

– Com o imenso passivo que me legaram... em todos os setores se reflete a mesma necessidade de ordenamento. Será preciso demarcar os problemas mais urgentes, para atendê-los em primeiro plano. A meu ver são aqueles que mais estreitamente se vinculam à vida do homem. O governo procurará, antes de tudo, frear o alto custo de vida, estabelecendo um justo preço para os gêneros de

primeira necessidade e detendo, com medidas enérgicas, o avanço inflacionista.

Sobre os salários, que na campanha prometera aumentar, Getúlio diz pouco:

– Será preciso rever os tabelamentos de última hora, os reajustamentos improvisados, que visaram tão somente interesses particulares ou de grupos, sem atender às conveniências gerais.

(O salário mínimo fixado em 1943 por Getúlio fora congelado ao longo dos cinco anos do governo Dutra. Ele será reajustado por Getúlio na passagem de 1951 para 1952).

Discurso mais afirmativo foi o de 1º. de maio, Dia do Trabalho. Desse discurso temos as notas preliminares de Getúlio, escritas de próprio punho e enviadas ao Chefe de seu Gabinete Civil, Lourival Fontes, para sua elaboração. Elas expressam, com muito mais exatidão que o texto final do discurso, o que Getúlio pensava e queria fazer:

– Lembrar a emoção desse momento. A primeira comemoração do 1º. de maio entre os trabalhadores e o novo governo... O 1º. de maio volta a ser um dia de festa nacional, de regozijo entre os trabalhadores, e não um dia de apreensões e de receios de coação policial. Voltam as comemorações públicas a céu aberto. Nas horas... de sofrimento e perseguições, eles (os trabalhadores) foram sempre fiéis, leais, desinteressados e valorosos. E foi para servi-los que voltei ao poder. Já o disse uma vez e agora repito: os trabalhadores nunca me decepcionaram. Nunca se aproximaram de mim para pleitear interesses particulares, favores pessoais. Pleitearam sempre para a coletividade a que pertencem, pelo reconhecimento de seus direitos, pela melhoria de suas condições de vida, pelas reivindicações de classe, pelo interesse coletivo desta.

– Falar – prossegue a nota manuscrita de Getúlio – nas eleições de 3 de outubro e no seu significado. Nelas [ficaram evidenciados] o desejo e a capacidade do povo brasileiro de participar do governo. Falar depois na necessidade de organização dos trabalhadores e do povo em geral, para defender-se, para não ser [explorados]... Tratar da sindicalização das classes trabalhadoras, das vantagens dessa sindicalização, dos seus benefícios, do que se prepara nesse sentido. A complementação disso com a organização das cooperativas de consumo.

O salário mínimo e a sindicalização eram temas conhecidos e tinham sido tratados permanentemente por Getúlio na campanha eleitoral de 1950. Getúlio como que pôs sobre a mesa os discursos e demais pronunciamentos da campanha presidencial e dedicou-se a transformá-los um a um em projetos e realizações. Em matéria de cooperativismo, ele falara algumas vezes no propósito de estimular as cooperativas de produtores rurais – movimento muito apoiado por ele desde antes de seu primeiro governo, pelo menos desde sua gestão como governador do Rio Grande do Sul, de 1928 a 1930. Já a ideia das cooperativas de consumo era nova e devia estar associada a suas preocupações com a alta do custo de vida.

Getúlio, em seguida, recomenda que o discurso de 1º de maio inclua “uma resposta velada e irônica” aos críticos de seu discurso anterior, “especialmente na parte referente ao encarecimento da vida”. E conclui:

– Nas classes de trabalhadores, organizadas, participando do governo, com ele cooperando, terei um sistema de defesa, organizado por verdadeiros amigos, independentes e que me digam a verdade, contra os que a falseiam, adulteram os fatos e prejudicam o povo. Falar, depois, no aumento do salário mínimo dos trabalhadores, que não poderá ser de menos de 50%. Os estudos estão sendo feitos no Ministério do Trabalho e logo que estejam concluídos será decretada sua elevação. Finalizar dizendo que o governo está desarmado de leis para a defesa econômica do povo. Só tem leis policiais para oprimi-lo. Por isso, ele [o povo] precisa estar organizado para defender-se.¹³²

Considerando o quanto minguaram depois os reajustes do salário mínimo – e dos salários em geral, sob o comando do neoliberalismo e do Fundo Monetário – é surpreendente que o Presidente antecipe um aumento não inferior a 50%. Não era demagogia nem levandade: os níveis em vigor do salário mínimo eram, a 1º de maio de 1951, os que o próprio Getúlio fixara em 1943. Terminada a guerra em maio de 1945, ele os reajustaria se não fosse deposto logo depois. E o governo Dutra, que veio em seguida, manteve por mais cinco anos o salário mínimo de 1943. Surpresa maior, porém, será sabermos de quanto

¹³² Glauco Carneiro e Lourival Fontes, *A Face Final de Vargas*, pp 99-100.

foi o aumento do mínimo decretado por Getúlio nos primeiros dias de 1952. E que esse aumento e da mesma forma o seguinte, a 1º. de maio de 1954, não destruíram a economia brasileira nem nossa previdência social: ao contrário, empurraram-nas para a frente e contribuíram substancialmente para o crescimento econômico do país.

A ONU PEDE TROPAS PARA A COREIA

O pedido de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia, apresentado inicialmente ao Ministro do Exterior João Neves da Fontoura na Reunião de Consulta da OEA em Washington, em março, seria formalizado a 27 de junho de 1951, em nota do Secretário-Geral da ONU, Trygve Lie, ao Itamarati.

Trygve Lie pertencia ao Partido Trabalhista da Noruega, seu país, quando este foi invadido, em abril de 1940, pelas forças da Alemanha de Hitler. Tornou-se Ministro do Exterior do governo norueguês no exílio, com sede em Londres. Em 1946, foi eleito Secretário-Geral da ONU, depois de indicado pela União Soviética para a presidência da Assembleia Geral da Organização, disputa na qual seria derrotado. O apoio soviético durou até a eclosão da Guerra da Coreia, em junho de 1950 (pouco antes, Trygve Lie apoiara o ingresso na ONU da China Comunista, presidida por Mao Tsé-tung, que tomara o poder em todo o território continental chinês em outubro de 1949).

A Guerra da Coreia foi provocada, segundo os norte-americanos, pela invasão da Coreia do Sul, pró-americana, ou melhor, controlada pelos Estados Unidos, por tropas da Coreia do Norte, pró-comunista e controlada pela União Soviética. Segundo a União Soviética, a guerra fora provocada pela entrada de tropas sul-coreanas na Coreia do Norte. Nesse momento, junho de 1950, a União Soviética boicotava todas as atividades da ONU, em protesto por decisões que contrariavam o governo soviético. A ausência da União Soviética foi providencial para os Estados Unidos, que conseguiram, a salvo do veto soviético, a condenação da Coreia do Norte e a autorização para repelirem militarmente a invasão. Foi, portanto, sob a bandeira das Nações Unidas, e não sob sua própria bandeira, que os Estados Unidos lideraram a grande operação militar

que ficaria conhecida como a Guerra da Coreia.

O pedido da ONU era perigoso para Getúlio. Se concordasse, afrontaria a opinião pública brasileira, que apoiara maciçamente a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, mas não apoiaria sua participação num conflito como a guerra coreana. Se não concordasse, Getúlio estaria afrontando os todo-poderosos Estados Unidos, num momento em que o Brasil não podia ver embargados os embarques de equipamentos para suas refinarias de petróleo – além de ainda depender de enormes importações de derivados de petróleo, inclusive gasolina.

Getúlio convocou uma reunião do ministério, o que fazia raramente, para discutir a Guerra da Coreia. Com exceção de João Neves, o Ministro do Exterior, que já em março, na Reunião da OEA em Washington, gostaria de atender ao pedido original, todos os ministros declararam-se contra o envio de soldados brasileiros à Coreia.

Não só os ministros, com a exceção de João Neves, estavam contra. Essa era também a posição de chefes militares – e entre eles um progressista, quase esquerdista, como o Ministro da Guerra Estillac Leal; mas também conservadores, como Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e Zenóbio da Costa, o mais forte comandante de tropas do Exército.

Getúlio fez então a única coisa que podia fazer: decidiu ganhar tempo e mandar aos Estados Unidos o General Gois Monteiro para discutir o pedido. A protelação correspondia não só ao pensamento do Presidente como à posição dos próprios comandos militares. Como escreveria Moniz Bandeira:

– O Estado-Maior do Exército rejeitara a ideia de colocar à disposição dos Estados Unidos uma pequena unidade tática, por considerá-la operação puramente simbólica, que possivelmente não compensaria “os percalços militares de preparação, do transporte escoltado e do apoio logístico”. A ter que participar da guerra, na Coreia, opinava pelo envio de uma ou duas Divisões de Infantaria, conforme o pedido inicial do Presidente Truman, o que daria maior relevância à posição internacional do Brasil.

Nas instruções que transmitiu ao General Gois Monteiro, para sua missão nos Estados Unidos, Getúlio mandava um recado ao governo Truman:

– O Brasil necessita de auxílio americano para a solução dos problemas básicos de transporte, industrialização e produção de energia; e os Estados Unidos necessitam de apoio militar brasileiro, passivo e ativo...¹³³

Mais de dez anos antes, Gois estivera nos Estados Unidos, no primeiro governo Vargas e às vésperas da Segunda Guerra Mundial, para discutir aquilo de que agora voltaria a tratar – a cooperação militar Brasil-Estados Unidos. Depois de suas primeiras conversas nessa segunda missão a Washington, ele escreveu a Oswaldo Aranha:

– Na atualidade, só importa aos norte-americanos, em geral, a questão da Coreia e outras complicações que eles esperam que surjam de teor semelhante.¹³⁴

Para Gois, os americanos consideravam os problemas da Europa, da África do Norte, do Oriente Médio e da Ásia mais importantes que os da América Latina, “sempre relegada por eles a um plano secundário”. Os americanos faziam grandes reservas e demonstravam certa desconfiança em relação ao Brasil:

– Os círculos econômicos e políticos estavam desinteressados nas negociações. Só nos meios militares, onde tinha velhos amigos, encontrou melhor compreensão e interesse em continuar a aliança com o Brasil.

Em carta a Vargas, Gois Monteiro avança em seus comentários. “Verificara entre os militares americanos a existência de um espírito de amizade muito acentuado para com os brasileiros, mas, por parte dos capitalistas, havia prevenção, desconfiança e, até certo ponto, ressentimento, devido à indiferença do Brasil em face da emergência por que os Estados Unidos passavam, isto é, a Guerra da Coreia”. O Departamento de Estado, segundo Gois, “procurava atrair as simpatias da Argentina, deixando o Brasil à margem. Pouco se importava que este ou aquele país americano tenha esta ou aquela forma de governo”.¹³⁵

¹³³ Moniz Bandeira, *Presença...* p. 334.

¹³⁴ *Idem*, p. 332.

¹³⁵ *Idem*, *ibidem*.

No Brasil, a questão tornava-se passional e os amigos de Getúlio estavam divididos. João Neves, o Ministro do Exterior, era favorável a que o Brasil mandasse tropas para a Coreia – e chegou a minutar uma resposta ao Embaixador Herschell Johnson, comunicando a decisão brasileira de participar militarmente “contra a agressão totalitária na Coreia”. Getúlio suprimiu essa afirmação da minuta e substituiu-a pela afirmação da necessidade de maiores entendimentos sobre o assunto, “em vista da situação militar notoriamente deficiente do Brasil”.

Oswaldo Aranha, o principal artífice da intervenção do Brasil na Segunda Guerra Mundial, não apoiava o envio de tropas para a Coreia. Aranha não estava no governo nesse momento, mas comunicava-se frequentemente com Getúlio e com alguns de seus auxiliares, como Gois Monteiro. Aranha chamava a Guerra da Coreia de pelourinho coreano, “luta infernal e sem finalidade; um erro que os Estados Unidos cometeram e do qual deviam sair sozinhos”.

A Gois Monteiro, Aranha escreveu:

– Não fomos responsáveis por esse engajamento e, como dizia um velho caudilho de um dos seus generais, que se afundava nas linhas inimigas e pedia apoio para sair da entalada: “Él supo entrar, que sepa salir!” (“Ele soube entrar, que saiba sair!”)¹³⁶.

Aranha entendia, porém, que o Brasil devia ajudar os Estados Unidos, com o que se ajudaria a si próprio. A ajuda, entretanto, que Aranha admitia não era a solicitada pelos Estados Unidos e dificilmente seria aceita por estes:

– Acho, mesmo, ser este um imperativo de nossa sobrevivência. O Brasil devia colaborar com os Estados Unidos no Atlântico e propor a remessa de uma divisão para a Alemanha e não para a Coreia.

A Alemanha, dividida desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em uma zona sob controle soviético e outras três, sob controle dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, era o centro da crise mundial. O Brasil fora agredido pela Alemanha nazista e estivera em guerra com ela – o que justificaria ter tropas em território alemão.

¹³⁶ Idem, p. 329.

– A insistência americana para nossa participação na Coreia parece destituída de sentido militar – acrescentou Aranha na mesma carta.¹³⁷

– Era mais, a seu ver – como escreverá Moniz Bandeira – um jogo sobre o futuro. Ele [Aranha] imaginava que a futura guerra teria, provavelmente, duas frentes de batalha e dois teatros de luta: um, na Europa, e o outro, na Ásia. Da Europa, para onde iriam as tropas de elite, sairia a decisão, enquanto a guerra na Ásia, onde se bateriam os exércitos ecléticos dos países de média ou inferior capacidade militar, constituiria simples diversão estratégica. “Se o Brasil enviasse tropas para a Coreia, e já é admitido que elas permaneceriam lá, mesmo depois da terminação do conflito local, estaria antecipadamente demarcado o seu lugar numa futura guerra geral” – assim ele entendia.¹³⁸

A recusa brasileira só seria formalizada meses depois, mas a diplomacia e os serviços secretos americanos (a CIA, criada em 1947, ainda pouco vigiada pelo Congresso e menos ainda pela imprensa, estava com toda a corda) não deixariam de saber da reunião ministerial em que Getúlio colocara em discussão o pedido de tropas para a Coreia.

– O assunto – diria em suas memórias o então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Nero Moura – foi discutido em reunião ministerial, com a presença do Presidente, e não houve ninguém favorável ao envio de tropas para a Coreia, inclusive o Presidente. João Neves apresentou as pretensões dos americanos: “Eles querem isso e aquilo...” – mas não me lembro se chegou a defendê-las.

João Neves, nessa reunião ministerial, recuou de sua posição anterior, manifestada na reunião de consulta da OEA, em março. Não teria sentido ser o único ministro favorável ao envio de tropas brasileiras para a Coreia.

– Após essa introdução – acrescenta Nero Moura – a matéria foi discutida com toda a franqueza. Na questão que envolvia a nossa participação na Guerra da Coreia, recordo-me de que o [Ministro da Guerra] Estillac Leal foi frontalmente contrário à ideia, e o Presidente também declarou que não estava de acordo em mandar gente para fora.

¹³⁷ Idem, p. 330.

¹³⁸ Idem, *ibidem*.

– O Presidente era contra. Eu também, é claro. Tratava-se de uma guerra determinada pela política norte-americana na Ásia, e na qual o Brasil não tinha qualquer interesse. Como poderíamos explicar ao povo o envio de gente nossa para defender interesses americanos? Não fazia sentido. Foi a partir dessa decisão que os americanos começaram a criar dificuldades...¹³⁹

As dificuldades a que se referia o Brigadeiro Nero Moura eram para a venda de aviões americanos à Força Aérea Brasileira. Havia, porém, outras dificuldades e muitas exigências, entre elas o fornecimento pelo Brasil de minerais estratégicos, como o urânio – num verdadeiro processo de chantagem no qual se destacavam duas ameaças implícitas: o bloqueio dos fornecimentos de petróleo e o bloqueio dos equipamentos para as refinarias de petróleo brasileiras.

¹³⁹ Nero Moura, *Um Voo na História*, p. 242.

CAPÍTULO 24

JUNHO E JULHO, 1951

TAMBÉM A EXTENSÃO DAS LEIS TRABALHISTAS AO HOMEM DO CAMPO

GETÚLIO AVANÇA PARA A REFORMA AGRÁRIA

A OPINIÃO INSUSPEITA DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES:

“SE O PROBLEMA LATIFUNDIÁRIO TEM ORIGENS SECULARES, SE AS RELAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO, A PROPRIEDADE E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA VÊM-SE AGRAVANDO MAIS RECENTEMENTE, A IDEIA DA REFORMA AGRÁRIA SÓ MERECEU ACOLHIDA ESPECIAL A PARTIR DE 1951”.

Nesse quadro de sucessivas surpresas que as atitudes do Presidente provocavam, era natural que seus projetos encontrassem dificuldades no Congresso. Dificuldades às quais se acrescentava a timidez do líder do governo na Câmara, Gustavo Capanema, do PSD de Minas. Uma delas Capanema viu resolvida, graças ao deputado Tancredo Neves, do PSD de Minas, nesse mês de maio de 1951, como contaria o próprio Tancredo:

– O primeiro veto do Dr. Getúlio foi objeto de uma mobilização enorme das oposições para derrotá-lo. Montou-se um lobby poderoso. No Senado a atmosfera era tal que o veto seria derrotado. Capanema não quis correr o risco da derrota no primeiro veto e andava com o processo debaixo do braço, oferecendo a quem quisesse relatar.¹⁴⁰

Um dia, Capanema encontrou Tancredo nos corredores da Câmara:

– Eu estava atrás de você! Este é o veto do Presidente!

– Você não estava atrás de mim, Capanema... Já ofereceu isso a todo mundo e ninguém quis aceitar. Mas vou levar para casa, vou estudar e se eu me convencer de que é justo, conte comigo.

¹⁴⁰ Pasquim, 1984.

Em seu primeiro governo, Getúlio criara um cinturão verde em torno da cidade do Rio de Janeiro e loteara a área, transferira os lotes a pequenos e modestos hortigranjeiros, incluindo no contrato de doação uma cláusula pela qual os terrenos não poderiam ser vendidos nem penhorados ou hipotecados. O que se destinava a proteger esses pequenos proprietários e respectivas famílias.

Com o crescimento da região e a valorização dos terrenos, passou a haver interesse por eles. Apareceu, então, na Câmara, um projeto que pretendia, pura e simplesmente, suprimir tal cláusula.

– Esse projeto foi feito nos últimos dias do governo Dutra e o próprio Presidente não se animara a sancioná-lo. Deixara para Getúlio. Getúlio, então, vetou. Realmente, era o mais justo possível. O projeto daria ensejo a uma especulação imobiliária de grande porte.¹⁴¹

Com entusiasmo de parlamentar novo, Tancredo foi defender o veto na sessão noturna conjunta do Congresso a 18 de maio de 1951. O veto contrariava interesses econômicos poderosos, mas locais. Era, porém, o primeiro veto do Presidente e a UDN, liderando a oposição, decidira aproveitar-se dele para infligir ao governo uma derrota parlamentar humilhante. Mais, até: se dois terços do Congresso votassem contra o veto, isso significaria que o Presidente não dispunha sequer de um terço seguro para evitar o próprio impeachment. A derrota desse primeiro veto abria caminho para a derrubada de Getúlio pelo impeachment, por decisão do Congresso.

– Defendi o veto em condições muito adversas, porque encontrei um plenário todo preparado. Mas tive sorte. Os vetos eram sempre debatidos à noite, todo mundo já chegava debaixo do vinho, eufórico. Falando debaixo de uma hostilidade declarada, nos primeiros cinco minutos consegui prender a atenção e transformar uma derrota tida como certa na aprovação do veto. Mudei a opinião de muitos parlamentares e o veto, que todos esperavam que fosse derrotado, teve quórum para ser mantido. O Presidente ficou agradecido, me pediu que eu fosse até o palácio, teve palavras muito carinhosas comigo, de

¹⁴¹ Rocha Lima, Valentina, *Getúlio Vargas, uma história oral*, p. 22.

agradecimento. Só aí tomei consciência da importância que o veto tinha para ele (ri). Se o primeiro veto dele fosse derrotado, seria uma calamidade.¹⁴²

Getúlio passou a convidar Tancredo para encontros no Catete:

— Me chamava para assistir a cinema lá com ele. Eu tinha pavor quando me segurava para almoçar, nunca vi uma mesa tão pobre, tão miserável. Danton Coelho dizia para ele: “Isso é uma pouca vergonha! Segurar seus amigos aqui para passar fome!”. Mas fui com muita emoção, não é? Era político novo. Falar com o Presidente, e logo Getúlio! Mas ele me deixou inteiramente à vontade. Me surpreendeu pela lhanza, pela distinção do trato, entrou em indagações sobre quem eu era e de onde eu vinha, sobre a minha carreira política, o que é que eu tinha feito, essas perguntas.¹⁴³

O AVANÇO

Pode ter sido apenas coincidência, mas os avanços do governo Vargas acentuaram-se depois da manutenção desse veto defendido por Tancredo Neves no Congresso. Antes da decisão, o Presidente limitara-se, em matéria de atitudes públicas, ao discurso de 1º. de maio, embora esse discurso constituísse, em si mesmo, um grande avanço, em face da pasmaceira, do conservadorismo e do espírito repressivo dos anos anteriores, sob o governo Dutra.

Empossado três meses antes, a 31 de janeiro, Getúlio começara a agir já nos dias seguintes, ao instalar, em poucas salas no Catete, sua reduzida, discretíssima e quase secreta Assessoria Econômica.

Enquanto não se verificava a primeira oportunidade de testar sua força efetiva no Congresso, o que só aconteceria na manutenção de seu primeiro veto, Getúlio trabalhou em silêncio, despachando à tarde, formalmente e talvez burocraticamente com seus ministros, mas dedicando as manhãs a reuniões sigilosas com a Assessoria.

O teste fora significativo, porque os vetos presidenciais eram apreciados

¹⁴² Idem, *ibidem*.

¹⁴³ Idem, p. 181.

por voto secreto. Muita covardia se convertia em coragem e muito ressentimento oculto e engasgado explodia sob a proteção de um envelope inviolável.

Derrotada a oposição e mantido o veto, o que cabia ao Presidente era avançar. O que ele fez – sem revelar ainda o conteúdo dos projetos que discutia com a Assessoria Econômica.

A oposição também avançou – e sua campanha foi num tal crescendo de violência verbal que Tancredo Neves diria:

– Getúlio não enfrentou em nenhum momento uma oposição democrática. Enfrentou desde o primeiro momento uma oposição subversiva. Os homens da UDN, sobretudo da UDN militar, nunca se conformaram com a derrota que lhes foi infligida.

O que é confirmado por um contemporâneo de Tancredo – e seu adversário – o deputado José Bonifácio, de Barbacena (MG):

– Nós, da UDN, queríamos era o poder; fazer todo o trabalho para conquistar o poder. Até que, afinal, conseguimos com a Revolução de 64. O nosso objetivo sempre foi o poder. E quando, às vezes, transigíamos, era ainda para caminhar para o poder.¹⁴⁴

A QUESTÃO AGRÁRIA

Em junho de 1951, Getúlio estudava a questão agrária, sabendo que não dispunha de condições políticas nem de maioria parlamentar para alargar os estreitíssimos limites estabelecidos pela Constituição em 1946.

Pela Constituição de 1946, a desapropriação de terras, para a realização de projetos de reforma agrária, dependeria de indenização prévia e em dinheiro. A Constituição de 1937 exigia apenas a indenização prévia, sem acrescentar essa outra exigência, de indenização em dinheiro.

Na campanha de 1950, Getúlio evitara e recusara a expressão “reforma agrária”, que lhe parecia aplicar-se apenas a situações muito diferentes daquelas do Brasil – a países nos quais não houvesse disponibilidade de terras oci-

¹⁴⁴ Idem, p. 178.

osas, públicas ou privadas, para distribuição aos agricultores sem terra. Nesses países, como a Itália e o Japão, a única possibilidade de distribuição de terras seria pela desapropriação de terras produtivas.

No Brasil havia grandes extensões de terras públicas a que o governo poderia recorrer. Não se justificava, portanto, adotar a desapropriação como regra geral ou prioridade de uma política fundiária. O instrumento da desapropriação por interesse social, previsto na Constituição, ficaria reservado ao caso de latifúndios improdutivos, em particular aqueles ociosos para fins de especulação e à espera de valorização, especialmente quando situados perto de zonas urbanas para cujo abastecimento seu cultivo pudesse contribuir. Pela Constituição de 1937, essas desapropriações dependeriam de indenização prévia, mas não necessariamente em dinheiro – a indenização poderia ser feita com títulos da dívida pública. Mesmo para um Presidente que queria evitar desapropriações, como Getúlio, as regras da Constituição de 1946, indenização prévia e em dinheiro, eram mais do que restritivas – eram impeditivas e piores que as da Constituição de 1937. Ainda assim, Getúlio conseguiu avançar.

Evitando a expressão reforma agrária, tanto em busca da exatidão conceitual quanto por motivos táticos (para, como no caso do petróleo, evitar “onda antes da hora”), Getúlio começava a definir uma política agrária cujo objetivo não seria apenas social, mas igualmente econômico, com vistas ao aumento da produção. E tentava sossegar, pelo menos temporariamente, os grupos mais retrógrados e paranoicos.

Essa política teria como instrumento principal a distribuição gratuita de terras públicas – um programa de colonização; e, como instrumento paralelo, a desapropriação, por interesse social, de terras particulares improdutivas, e sua distribuição entre agricultores sem terra.

Getúlio anunciara também, na campanha, reiteradamente, a decisão de estender ao trabalhador rural a legislação social que seu primeiro governo adotara, já a partir de 1930, para os trabalhadores urbanos. Isso significava, entre outras coisas, a extensão do salário mínimo ao campo. Getúlio anunciara igualmente a decisão de reajustar o salário mínimo, congelado ao longo de todo o governo Dutra (1946-1951). Estendida a legislação social ao trabalha-

dor do campo, ele teria direito ao salário mínimo e seus reajustes.

Por mais tímidas e até conservadoras que possam parecer, mais de meio século depois, aos olhos do observador de nossos dias, essas propostas eram tão ousadas e avançadas em 1951 que até uma proposta preliminar, a criação do Serviço Social Rural, uma autarquia de caráter assistencialista, quase filantrópico, foi engavetada no Congresso até setembro de 1955, mais de um ano depois da morte do Presidente.

O Serviço Social Rural destinar-se-ia à prestação de serviços sociais, assistência técnica, meios de aprendizagem e promoção de cooperativas. Não seria uma autarquia previdenciária e sua existência não implicaria o pagamento de novas contribuições pelos proprietários e empregadores. Apesar disso, foi condenado pela Sociedade Rural Brasileira, sob o argumento de que constituiria “mais um desserviço, organizado no país com fundos retirados da agricultura para manter a máquina burocrática”.

Essa alegação estava muito longe da verdade. O Serviço Social Rural seria custeado pelas contribuições que já vinham sendo cobradas de atividades industriais e comerciais urbanas que se realizassem sobre produtos da atividade rural – atividades, como, por exemplo, a industrialização do açúcar e da carne. A rigor seria dinheiro desviado da indústria e do comércio para a agricultura – desvio habilmente justificado por Getúlio como indispensável para conter e, se possível, reduzir o êxodo rural que já então fazia inchar e favelizar as cidades brasileiras.

O espírito conservador, em muitos casos reacionário e intolerante, era muito grande no Brasil de 1951. O Presidente Vargas queixou-se mais de uma vez, nesse período – e numa dessas vezes estava presente o deputado Neiva Moreira – da dificuldade de convencer certos grupos de pessoas ricas. Não a abrirem mão de pequenas frações de sua riqueza em benefício dos mais pobres, mas a se tornarem ainda mais ricas em função do progresso econômico desencadeado pelo avanço social.

– Como é difícil – disse Getúlio – os ricos aceitarem ficar mais ricos!¹⁴⁵

¹⁴⁵ Informação de Neiva Moreira ao autor.

O que Getúlio fazia, com seu conhecimento e experiência da psicologia das classes dominantes e sua sensibilidade para os fenômenos da história e do processo social, era estimular e promover o crescimento da economia, que podia enriquecer algumas pessoas, mas, em geral, tornava mais ricas as que já o eram, e simultaneamente cobrar, por esse acréscimo de riqueza, uma espécie de pedágio – no primeiro governo a introdução dos direitos trabalhistas; agora, no segundo governo, a revitalização desses direitos, esterilizados nos cinco anos do governo Dutra, e sua extensão aos trabalhadores do campo. Paralelamente, a distribuição de terras aos trabalhadores sem terra, ou por meio de projetos de colonização ou por meio daquilo a que damos indiscriminadamente o nome de reforma agrária.

Nascido na classe dominante e proprietária, o Presidente Vargas tinha a sensibilidade, a independência e a coragem necessárias para aceitar e adotar honestamente, como programa de sua ação política, a ideia da reforma social, da redistribuição da renda e da propriedade, sempre associada à ideia da luta pela emancipação econômica e pelo desenvolvimento do país.

Getúlio, no início de seu segundo governo, afrontava os mais poderosos e os mais perigosos interesses econômicos, brasileiros e estrangeiros, para cumprir os compromissos que assumira na campanha de 1950.

Foi assim que ele, no dia 19 de junho, mandou ao Congresso o projeto do Serviço Social Rural; e no dia 25 de julho assinou o decreto 29.803, que criava a Comissão Nacional de Política Agrária. Neste, Getúlio teve condições de avançar mais, porque não dependia da aprovação do Congresso.

Ele ainda tinha cuidados de linguagem e deu à nova comissão o nome de Comissão Nacional de Política Agrária. O que essa comissão podia fazer e fez e o papel que desempenharia, tudo isso foi resumido com honestidade exemplar por José Honório Rodrigues, um dos nossos maiores historiadores – e, além disso, insuspeito de maiores simpatias pela corrente política do Presidente Vargas. As afirmações de José Honório Rodrigues estão em seu livro clássico, *Conciliação e Reforma no Brasil*:

– Se o problema latifundiário tem origens seculares, se as relações entre a população, a propriedade e a produção agrícola vêm-se agravando mais recen-

temente, a ideia da reforma agrária só mereceu acolhida especial a partir de 1951. Criou-se então a Comissão Nacional de Política Agrária, que estabeleceu as diretrizes para uma reforma agrária no Brasil, visando a “ensejar ao trabalhador da terra o acesso à propriedade, de modo a evitar a proletarização das massas rurais e anular os efeitos antieconômicos e antissociais da exploração da terra...”. A reforma agrária, cujas diretrizes o Presidente Getúlio Vargas aprovou, tinha como objetivo a subdivisão dos latifúndios, a aglutinação dos minifúndios e a valorização do homem e da terra, de modo a assegurar a todos trabalho que possibilite existência digna... Se a resistência à reforma foi sempre muito poderosa, desde aí tornou-se formidável e mais de duzentos anteprojetos, entre aquela data e 1953, não tiveram andamento.¹⁴⁶

Se entidades como a Sociedade Rural opunham-se até à criação do Serviço Social Rural, é claro que a Comissão Nacional de Política Agrária, com objetivos tão explícitos, não poderia despertar maior entusiasmo entre os conservadores. Carlos Lacerda, porém, mais inteligente e atrevido, toma o rumo oposto e acusa o governo de “desviar-se dos rumos de uma prometida Reforma Agrária em favor de uma inofensiva Lei Agrária”.

Lacerda diz também que nenhuma política de industrialização poderia ter sentido se não se assentasse num trabalho agrícola verdadeiramente livre e no desenvolvimento da pequena propriedade e dos métodos modernos de produção agrícola. E aí condena o Ministro da Agricultura João Cleofas, que era de seu próprio partido, a UDN, pela criação do Serviço Social Rural, “cuja finalidade seria substituir, na prática, a reforma agrária, que não viria nem poderia vir...”.

O que quer que fizesse, jamais Getúlio deixaria de ser atacado por Lacerda. Nesse caso, Getúlio talvez sorrisse da situação. Enquanto enfrentava as pressões dos Estados Unidos para mandar tropas à Coreia, Lacerda atacava-o não pelo lado direito, mas pelo lado esquerdo. Getúlio já tinha idade e sempre tivera serenidade para considerar filosoficamente alguns paradoxos da vida.

¹⁴⁶ José Honório Rodrigues, *Conciliação e Reforma no Brasil*, p. 237.

JUAN DOMINGO PERÓN

Agosto de 1951 marcaria também uma nomeação pela qual Getúlio pagaria alto preço, mas que também lhe seria muito útil.

Na década de 1930, Getúlio tivera as melhores relações com o General Agustin Justo, Presidente da Argentina (Presidente eleito, não mais um de muitos generais-ditadores). Esse relacionamento pessoal fora importantíssimo para a convivência entre o Brasil e a Argentina em momentos tão conturbados, e igualmente para a política geral das Américas em face da guerra.

Agora o Presidente da Argentina era o também General Juan Domingo Perón, que ascendera ao poder na crista de um movimento militar de inspiração nitidamente nazi-fascista, o Grupo de Oficiais Unidos, GOU, mas que depois fora eleito. Nesse momento, Perón chefiava um governo que se pretendia trabalhista, anti-imperialista e comprometido com a justiça social – daí seu partido ser conhecido como o Partido Justicialista, denominação que carregaria até depois do fim do século.

Getúlio precisava estabelecer boas relações políticas com a Argentina, o segundo maior país e a segunda maior economia da América do Sul. Dependendo de como evoluíssem as relações do Brasil (e da Argentina) com os Estados Unidos, uma aliança Brasil-Argentina poderia ser decisiva para o estabelecimento de novos critérios no tratamento nitidamente colonial a que os interesses norte-americanos submetiam o conjunto dos países latino-americanos.

Por isso Getúlio queria mandar à Argentina um embaixador politicamente importante – não um diplomata de carreira de credenciais burocráticas irrepreensíveis, mas sem expressão política. Daí sua decisão de chamar um dos companheiros da Revolução de 30, Batista Lusardo, que já fora embaixador no Uruguai, nos dias críticos da Segunda Guerra Mundial. Getúlio convocou Lusardo ao Catete:

– Lusardo – disse Getúlio – você é o homem. Você se dá muito bem com o Perón, ele te tem na mais alta consideração – tem de ser você mesmo.

Essa decisão custou caro, mas, se tivesse evitado a nomeação de Lusardo, Getúlio não saberia a tempo dos planos de Perón, aos quais, aliás, Lusardo

não era hostil. E o preço seria muito maior.

Perón, hostilizado pelos Estados Unidos, a pretexto da origem golpista e nazi-fascista de seu governo, mas na verdade porque vinha realizando uma política nacionalista, contrária a muitos interesses norte-americanos, queria aproximar-se de Getúlio e apoiar-se no Brasil. Lusardo foi recebido na Argentina com grandes homenagens. Perón fez questão de estar presente ao banquete de boas-vindas oferecido a ele. E disse, em discurso, que a união entre a Argentina e o Brasil deveria ser o ponto de apoio para a unidade de todos os países do continente americano.

Segundo a agência americana United Press, Perón “fez um caloroso tributo à personalidade de Lusardo”, dizendo que o embaixador “une-se a nós, neste dia e passa a ser um argentino mais, de alma e coração”.

– Nós, argentinos, compartilhamos de sua maneira de pensar que o Brasil e a Argentina encontram-se unidos nesta hora incerta e de que unidos resolveremos nossos problemas. Com nossa união nesta parte do mundo, não sere-mos apenas um exemplo de unidade, mas também o ponto de apoio que servirá para a união dos demais países americanos.

Perón manifestou pessoalmente seu agradecimento a Getúlio por ter escolhido Lusardo como embaixador em Buenos Aires.¹⁴⁷

PÂNICO: A TERCEIRA BOMBA RUSSA

A explosão, em outubro de 1951, da terceira bomba atômica da União Soviética – a primeira tinha sido testada em 1949 – aumentou o pânico nos Estados Unidos e as pressões de seu governo sobre os países latino-americanos. A opinião pública norte-americana fora convencida de que só pela traição de alguns americanos a União Soviética tivera acesso aos segredos da física nuclear e à tecnologia da bomba. A histeria anticomunista estava no auge e o famoso senador Joseph McCarthy comandava uma verdadeira inquisição, em nada melhor que a original.

¹⁴⁷ Glauco Carneiro, Lusardo, o Último Caudilho, p. 378.

Paralelamente à caça às bruxas dentro dos Estados Unidos, o governo americano agia fora de suas fronteiras para enquadrar governos e movimentos políticos estrangeiros e, em caso de recusa ou resistência, desestabilizá-los e derrubá-los. Perón, na Argentina, aceitaria o enquadramento em 1953, como veremos adiante. Getúlio não se submeteu.

No caso do Brasil, o pedido de tropas para a Coreia, inteiramente desnecessárias do ponto de vista militar, pode ter sido apenas uma tola manobra, destinada a angariar prestígio para os Estados Unidos, em caso de resposta afirmativa, e, em caso contrário, a conseguir não tropas, mas, em lugar delas, minerais estratégicos.

Segundo Moniz Bandeira, o empenho dos Estados Unidos pelos minerais estratégicos brasileiros aumentou a partir de outubro de 1951, após a explosão da terceira bomba atômica pela União Soviética:

— A entrega dos minerais estratégicos pelo Brasil interessava muito mais ao Governo de Washington, evidentemente, do que o envio de uma Divisão para a Coreia. Até então não se descobrira nenhuma importante jazida de urânio nos Estados Unidos e os americanos sustentavam, conforme relatou o próprio João Neves, que no Brasil havia grande quantidade daquele material radioativo. O problema para eles, disse o Presidente da Comissão de Energia Nuclear dos Estados Unidos [Gordon Dean], era “encontrar o máximo de urânio com a mesma febre com que, no princípio deste século, os homens pesquisavam o ouro”. E não importava onde. “O urânio é o ouro deste século e será sempre o grande fator da energia atômica, a qual, fora da guerra, constituirá a solução econômica do futuro”.¹⁴⁸

O ouro, na opinião de Gordon Dean, nada mais valia. Ricos eram agora os países que possuíam urânio. E nisso os Estados Unidos eram pobres. (Os Estados Unidos e o que eles chamavam o “mundo livre”, ou seja, os países seus aliados na Guerra Fria, a luta contra a União Soviética e os aliados desta, continuavam a pagar o preço da pusilanimidade dos governos da Inglaterra e da França diante de Hitler em 1938-1939, quando entregaram à Alemanha

¹⁴⁸ Moniz Bandeira, *Presença*, p. 337.

nazista a Tchecoslováquia e suas reservas de urânio – Tchecoslováquia e urânio que, depois da guerra, passaram ao controle soviético...)

– As autoridades de Washington – diz Moniz Bandeira – estavam convencidas da existência de abundantes reservas daquele material radioativo no Brasil, onde, além do mais, havia jazidas de outros minérios estratégicos, tais como tântalo e manganês, para que os quais não se conheciam substitutos adequados, e colúmbio e tório, vitais para a moderna indústria de armamentos. Um acordo secreto de 1945 permitira aos Estados Unidos importarem, pagando 200 dólares por tonelada, o mínimo anual de três mil toneladas de areias monazíticas, cujo valor, depois de processadas, ascendia de mil a mil e quinhentos dólares por tonelada.¹⁴⁹

O primeiro governo Vargas colaborara com o Presidente Roosevelt, desde antes da Segunda Guerra Mundial, nos esforços dos Estados Unidos para produzirem a bomba atômica antes de Hitler. Já em 1939, muito antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, o que só aconteceria em dezembro de 1941, o Brasil autorizara o governo americano a pesquisar minerais estratégicos em seu território. E em 1945, ainda no primeiro governo Vargas, o Brasil autorizara aos Estados Unidos, expressamente, a pesquisa de urânio em território brasileiro.

Esse primeiro acordo estendeu-se até 1948, quando a guerra já tinha terminado e a ameaça nazista fora liquidada. Uma coisa, porém, era o Brasil, de 1939 a 1945, durante o período de guerra, conceder todas as facilidades aos Estados Unidos na luta contra Hitler. Outra coisa seria, anos depois do fim da guerra e de Hitler, fazer concessões como o direito de exclusividade aos Estados Unidos para importarem minerais estratégicos do Brasil.

Assim como no resto do mundo, as coisas mudaram no Brasil. Uma lei votada pelo Congresso em 1950, no governo Dutra, estabelecera o monopólio estatal das exportações de minerais estratégicos e grandes controles, que poderiam chegar até a exigência de autorização do Estado-Maior das Forças Armadas. Os Estados Unidos, é claro, consideraram inaceitável essa lei. A

¹⁴⁹ Idem, p. 338.

Inglaterra sugeriu que qualquer ajuda ao Brasil fosse condicionada “à melhor satisfação das necessidades anglo-americanas”.

Vargas, ao assumir a Presidência da República – acrescenta Moniz Bandeira – já encontrou assim o impasse, agravado ainda mais quando o Conselho de Segurança Nacional, em consonância com o Conselho Nacional de Pesquisas e o Estado-Maior das Forças Armadas, fixou, secretamente, normas de orientação política, com o objetivo de aparelhar o Brasil para o domínio da energia atômica. Sua diretriz pautava-se pelos princípios da liberdade de relação com outros países, além dos Estados Unidos, no setor da energia nuclear, e das compensações específicas a serem exigidas pela venda de minérios radioativos. Isto significava que o Brasil não somente procuraria a colaboração científica e técnica dos países amigos, sem restrições, como passaria a condicionar as exportações de areias monazíticas e outros minérios estratégicos à obtenção, como contrapartida, de know-how e facilidade de aquisição de equipamentos, bem como de reatores nucleares mais modernos, já em uso nos Estados Unidos.¹⁵⁰

O futuro Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, na época oficial de Marinha e deputado estreante, resumiria o impasse:

– As posições dos dois países não se conciliavam, ao refletirem o conflito dos interesses de um, detentor de processo tecnológicos mais avançados e a necessitar de matérias-primas [os Estados Unidos], com os do outro [o Brasil], que as possuía e se empenhava para as trocar pelo conhecimento indispensável à sua utilização.¹⁵¹

Getúlio estava mais preocupado com as refinarias e com o fornecimento de petróleo ao Brasil. Para não ameaçá-los, nem ao projeto da Petrobrás, que logo depois encaminharia ao Congresso, preferiu ceder na exportação de minerais estratégicos. Não tanto quanto os americanos queriam, mas o suficiente para acalmá-los por algum tempo. E deu início, à revelia dos Estados Unidos,

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁵¹ Renato Archer, depoimento ao programa de História Oral do Cepdoc, Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas.

a um programa de pesquisa para o desenvolvimento da energia nuclear com fins pacíficos no Brasil.

DERROTA EM PORTO ALEGRE

Em novembro de 1951, Getúlio e o PTB sofreriam uma penosa derrota eleitoral em seu maior reduto, Porto Alegre. A vitória eleitoral de 1950 fora tão nitida que impusera ao PTB a lógica da busca de novos triunfos nas urnas. O PTB do Rio Grande conquistara o governo do Estado e uma posição privilegiada na Assembleia Legislativa estadual – e decidiu lutar pela autonomia política de Porto Alegre, cujo Prefeito era nomeado pelo Governador do Estado, no caso um Governador do PTB, Ernesto Dornelles.

O PTB tinha um ótimo candidato a Prefeito em Porto Alegre, o deputado estadual Leonel Brizola, o mais votado de sua chapa, tanto na capital como no interior do Estado. Enquanto o futuro Presidente João Goulart e outros jovens líderes trabalhistas tinham-se candidatado à Câmara Federal em 1950, Brizola fora candidato à reeleição como deputado estadual no Rio Grande, com o objetivo de habilitar-se para uma liderança regional. O PTB, afinal de contas, precisava de um bom candidato, em 1954, para a sucessão do Governador Ernesto Dornelles. A lógica, portanto, determinava que o PTB criasse o desafio, até então inexistente, da conquista pelo voto da Prefeitura de Porto Alegre, que já era dele, PTB, embora por nomeação e não por eleição.

Getúlio foi consultado sobre esse projeto, que não dependia de seu apoio. Com a força do PTB, a Assembleia do Rio Grande emendaria a Constituição do Estado, para determinar que o Prefeito da Capital deixasse de ser nomeado pelo Governador e passasse a ser eleito pelo voto direto.

Getúlio sabia melhor que seus companheiros mais jovens do PTB do Rio Grande das pressões estrangeiras que o Brasil sofria e das pressões internas sobre seu governo. Com a sabedoria da idade e mais a experiência de conviver com essas pressões, Getúlio alertou os emissários do PTB gaúcho – João Goulart e Leonel Brizola – para os riscos da operação que propunham.

A convocação dessa eleição precisamente em Porto Alegre uniria todos os

outros partidos contra o candidato que fosse identificado como “o candidato de Getúlio”.

Getúlio poderia ter vetado o projeto, generoso mas imaturo, de seus companheiros do PTB do Rio Grande do Sul. Como eles insistissem, Getúlio endossou-o. Assim, com o apoio de Getúlio e do PTB, a Assembleia gaúcha aprovou em pouco tempo a emenda constitucional que determinava a eleição direta do Prefeito de Porto Alegre. A primeira eleição foi marcada para o dia 1º de novembro de 1951.

Miguel Bodea reconstituiu a história dessa campanha e dessa eleição:

– Leonel Brizola, como deputado estadual mais votado da legenda trabalhista, tanto na capital quanto no interior do Estado, elegeu-se líder da banca do PTB na Assembleia Legislativa e passou a articular rápida e eficazmente sua candidatura à Prefeitura da Capital. No curso de 1951 ele organizaria, pessoalmente, inúmeros diretórios zonais e núcleos de bairro trabalhistas por toda a capital. Sua candidatura contava também com o apoio e a simpatia do novo presidente regional do partido, João Goulart.

– A princípio, todos acreditavam certa a vitória de um candidato trabalhista na capital gaúcha, dado o resultado esmagador que o PTB ali obtivera em outubro de 1950. Mas as forças liberal-conservadoras, diante do impacto das vitórias de Vargas, Ernesto Dornelles e Pasqualini, haviam concluído que somente uma ampla coligação partidária, englobando tanto o PSD quanto a UDN, poderia fazer frente à hegemonia trabalhista no Rio Grande.

– No mesmo dia 4 de outubro em que Brizola era lançado candidato a Prefeito, as cúpulas dos três partidos liberal-conservadores assinavam o acordo de constituição da chamada “Frente Democrática”, englobando o PSD, a UDN e o PL.

Os três partidos, reunidos, eram muito fortes no Rio Grande – e aliaram-se sem saber ainda quem seria seu candidato.

– Restava agora encontrar um candidato que se dispusesse à missão, até então considerada suicida, de enfrentar o trabalhista Brizola...

Não só Brizola era um candidato muito forte como tinha a seu lado, como candidato a Vice-Prefeito, o filho mais moço de Getúlio, Manuel Antônio

Vargas. A "Frente Democrática" acabou escolhendo um vereador que era também engenheiro, chamado Ildo Meneghetti.

– Figura singular na política gaúcha – escreveria Miguel Bodea – Meneghetti era um pacato e bonachão filho de imigrantes italianos. Entrou na política quase por acaso: "devia um favor" ao interventor Cylon Rosa e este obrigou-o a candidatar-se, a contragosto, a vereador nas eleições municipais de 1947.¹⁵²

É claro que na campanha – além de se terem unido todos os outros partidos contra ele, como previra Getúlio – foram usados contra Brizola todos os recursos mobilizados nas eleições anteriores contra o PTB, contra Pasqualini e contra o próprio Getúlio.

Ainda assim, Brizola perdeu por apenas 1.062 votos – teve 40.877 e Meneghetti, 41.939.

O PTB elegeu seu candidato a Vice-Prefeito, Manuel Vargas (a eleição de Vice, na época, era separada), e manteve sua posição de maior partido na Câmara Municipal. Numa Câmara de 21 cadeiras, o PTB elegeu nove vereadores, contra quatro do PSD, três do PL, três da UDN, um do PSP e um do PR. Mais importante que isso, da perspectiva de futuras eleições, o PTB aumentava sua votação em relação a 1947, passando de 24 para 33% dos votos, enquanto o PSD baixava de 23 para 17% e a UDN e o PL mantinham-se estagnados nos níveis anteriores, 12 e 14%, respectivamente.

¹⁵² Miguel Bodea, *Trabalhismo e Populismo*, p. 130.

CAPÍTULO 25

DEZEMBRO, 1951

ELE NÃO ESTAVA DISPOSTO A DEIXAR-SE ENQUADRAR

GETÚLIO MANDA AO CONGRESSO O PROJETO DA PETROBRÁS E RECUSA TROPAS PARA A COREIA

DEPOIS DESSAS DUAS DECISÕES, GETÚLIO DENUNCIA, EM SEU
DISCURSO DE FIM DE ANO, NA NOITE DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951,
OS ABUSOS DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL.

Os atos do Presidente Vargas nos primeiros meses de governo, ao longo de 1951, seriam suficientes para deixar claro que ele não estava disposto a deixar-se enquadrar, como aconteceria com Perón em 1953.

Até hoje os cientistas políticos discutem se houve duas fases no segundo governo Vargas, uma fase conservadora, até 1953, e outra reformista, a partir daí. Pelo que estamos vendo do primeiro ano do segundo governo Vargas, a posição e as atitudes do Presidente não foram nada conservadoras. Essa impressão pode ter resultado da política econômica inicial, ortodoxa mas temperada por atitudes de Getúlio como a decisão de aumentar substancialmente o salário mínimo. E por outra decisão, talvez a mais importante de sua vida: o projeto da Petrobrás, mandado ao Congresso em dezembro de 1951.

O projeto por ele mandado ao Congresso foi aquele recomendado desde o início pelos integrantes de sua Assessoria Econômica, que não estabelecia o monopólio estatal do petróleo.

O futuro Ministro da Justiça Tancredo Neves, então deputado federal pelo PSD de Minas e já muito ligado ao Presidente Vargas, diria:

— O Presidente Getúlio Vargas não enviou para a Câmara o projeto da Petrobrás consignando nele expressamente a tese do monopólio estatal. Reuniu alguns amigos: Antônio Balbino, da Bahia; Walter Cavalcanti, do Ceará;

Brochado da Rocha, do Rio Grande do Sul; eu também fazia parte desse grupo. Vargas nos disse que se ele mandasse ao Congresso o seu projeto da Petrobrás com a cláusula do monopólio estatal, este seria fatalmente combatido e violentamente combatido. Que ele ia mandar com a tese em aberto, mas que pediria a um de nós que apresentasse a emenda instituindo o monopólio estatal, porque assim haveria mais facilidade nas negociações, de vez que os seus adversários poderiam apoiar uma emenda que não fosse apresentada como de sua autoria. Assim se fez. O incumbido de apresentar a emenda foi o deputado Brochado da Rocha, e é interessante observar-se o quanto a malícia do Presidente era realista. Tão logo foi apresentada a emenda, os adversários de Vargas mais intransigentes no plenário tomaram conta da emenda e foram muito além do que nós pretendíamos. Os parlamentares da União Democrática Nacional passaram a apoiar a tese do monopólio estatal do petróleo e também a estatização das refinarias e de todas as subsidiárias que viessem a ser criadas em razão do complexo petrolífero estatal no Brasil.¹⁵³

A moderação do projeto não enganou seus inimigos. Jesus Soares Pereira, autor principal do projeto, na Assessoria Econômica da Presidência, descreveria nestes termos a batalha parlamentar que se seguiu:

– Iniciou-se oficialmente essa batalha, longa, de 22 meses, em 5 de dezembro de 1951, ao assinar Getúlio Vargas, em reunião pública a que compareceu todo o ministério, a mensagem com que submetia ao exame do Congresso o projeto de criação da Petrobrás. Nessa solenidade, fez o Presidente memorável improviso, irradiado para todo o país, em que sintetizou de maneira admiravelmente precisa os motivos da sua proposição, o significado econômico e político da autossuficiência brasileira em petróleo, a que o projeto visava, e aquilo que seria de esperar da iniciativa governamental, para os anos seguintes à aprovação da lei solicitada ao Congresso. Entretanto, o destino só lhe permitiria conduzir essa luta até o seu desfecho próximo; não presenciar

¹⁵³ Vera Alice Cardoso da Silva e Lucília de Almeida Neves Delgado, Tancredo Neves, *A Trajetória de um Liberal*, p. 265.

os efeitos da providência governamental que assim promovia, solenemente.¹⁵⁴

De saída, o projeto sofreu a oposição da esquerda e também da UDN. Como escreveria Moniz Bandeira:

– A corrente nacionalista, apoiada pelo PCB, alegava que alguns dos artigos [do projeto] favoreciam a infiltração da Standard Oil na administração da empresa. E a UDN, que se dispunha a lançar o povo contra o Governo, abraçou a tese dos nacionalistas, uma parte talvez julgando que assim tornaria o projeto inexecutível e desacreditaria o empreendimento. A maioria da UDN, como se sabe, estava até então comprometida com o Estatuto do Petróleo [projeto do governo Dutra, de caráter nitidamente entreguista].¹⁵⁵

Na Assembleia Nacional Constituinte, em 1946, o Partido Comunista votara pela aceitação de capitais estrangeiros na exploração de petróleo no Brasil. Agora, tentava ser mais nacionalista do que Getúlio fora em seu primeiro governo.

O tema era tão apaixonante que muitos deputados da UDN passaram a defender a tese nacionalista e monopolista. Um deputado da UDN, Bilac Pinto, apresentou emendas estabelecendo o monopólio estatal. Até hoje se diz que o monopólio foi uma conquista da UDN e da emenda do deputado Bilac Pinto. Na verdade, como disse Tancredo Neves, isso já estava combinado quando Getúlio mandou ao Congresso a mensagem da Petrobrás sem a cláusula do monopólio. A emenda decisiva acabou por ser a apresentada pelo deputado Eusébio Rocha, do PTB de São Paulo, combinada com a de Bilac Pinto.

No mesmo mês em que mandou ao Congresso o projeto da Petrobrás – um projeto ainda sem a cláusula do monopólio estatal, mas que evidentemente abria caminho para ela – Getúlio respondeu ao pedido de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. Essa decisão foi dada em resposta a um novo pedido do Departamento de Estado, agora a 30 países, entre os quais o Brasil, no mês de dezembro.

¹⁵⁴ Jesus Soares Pereira, *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil*, p. 44.

¹⁵⁵ Moniz Bandeira, *Presença...*, p. 332.

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Gois Monteiro, comunicou ao representante norte-americano, General Bolté, que o governo brasileiro “encontraria dificuldades para obter suficiente apoio popular à decisão e por isso considerava inconveniente a participação efetiva de quaisquer forças brasileiras em qualquer tipo de guerra asiática”.

Depois dessas duas decisões – recusar tropas para a Guerra da Coreia e mandar ao Congresso o projeto da Petrobrás – Getúlio denuncia, em seu discurso de fim de ano, na noite de 31 de dezembro de 1951, os abusos do capital estrangeiro no Brasil.

– Em 1950 – diz Moniz Bandeira – o total dos registros de capital estrangeiro montou a 25 bilhões de cruzeiros. Nesse total, o dinheiro estrangeiro realmente trazido para o Brasil representava pouco mais de 9 bilhões, enquanto se consideravam como capital estrangeiro mais de 15 bilhões em moeda nacional, provenientes de lucros legalmente intransferíveis e indevidamente incorporados ao capital.¹⁵⁶

– Entretanto – adverte Getúlio – o que vimos nesse mesmo ano de 1950 foi o capital estrangeiro registrado num total de 25 bilhões, ostentando, pois, um excedente de 16 bilhões sobre o seu legítimo e real valor. Isso representa um aumento escandaloso e ilegal de cerca de 200% no capital estrangeiro aplicado no Brasil.

Getúlio não dispunha ainda dos números da remessa de lucros sobre esses capitais em 1951. Em 1950, as remessas de lucros tinham chegado a cerca de 87 milhões de dólares. Em 1951, saltaram para 137 milhões. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, citados por Moniz Bandeira, as empresas americanas sediadas no Brasil enviaram para suas matrizes lucros da ordem de Cr\$ 2,6 bi em 51, e de 1,9 em 52. Isso sem falar no superfaturamento...

¹⁵⁶ Idem, p. 333.

CAPÍTULO 26

JANEIRO, 1952

QUASE 200% DE AUMENTO

O SALÁRIO MÍNIMO E A REMESSA DE LUCROS

O DECRETO DE 3 DE JANEIRO LIMITAVA A REMESSA DE LUCROS DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS A 8% SOBRE SEU CAPITAL REGISTRADO, ISTO É, O CAPITAL EFETIVAMENTE TRANSFERIDO DO EXTERIOR PARA O BRASIL. O DECRETO PERMITIA IGUALMENTE O RETORNO DO CAPITAL INVESTIDO, À RAZÃO DE NO MÁXIMO 20% AO ANO.

No dia 1º de janeiro de 1952, Getúlio assinou o decreto que aumentava o salário mínimo.

O primeiro salário mínimo fora fixado em maio de 1940, e seu valor variava de região para região. No Rio, onde vigorava o valor maior, o primeiro salário mínimo fora fixado em 240 mil réis, a moeda da época, ou 240 cruzeiros, a nova denominação da moeda nacional. Getúlio, como Presidente da República, reajustara esse valor para 300 cruzeiros, em janeiro de 1943, e para 410 cruzeiros em novembro desse mesmo ano.

Tantos reajustes nos primeiros anos de vigência do salário mínimo explicam-se menos pela velocidade da inflação, alimentada naquele momento pelas circunstâncias da guerra, que pelo fato de o primeiro salário mínimo ter sido fixado conservadoramente, isto é, abaixo dos números reais.

Considerados os hábitos vigentes no Brasil em matéria de relações econômicas, a simples ideia de um salário mínimo já era, para o pensamento conservador, uma violência. A ideia de um salário mínimo verdadeiro, uma violência ainda maior. De maio de 1940 a novembro de 1943, Getúlio decretou três salários mínimos: o inicial, de maio de 1940; o segundo, de janeiro de 1943; e o terceiro, de novembro desse ano. Esse terceiro salário mínimo não seria altera-

do até janeiro de 1952. Vigoraria, portanto, ao longo de mais de sete anos.

Só nos cinco anos do governo Dutra, de janeiro de 1946 a janeiro de 1951, o custo de vida sofreria um aumento de 60%, segundo os dados oficiais. Mas o salário mínimo permaneceu o mesmo de novembro de 1943.

Se fosse cumprir apenas a promessa de 1º de maio de 1951 e aumentasse em 50% os índices do salário mínimo, este, no Rio, onde vigorava o nível mais alto, subiria de 410 para 615 cruzeiros. Getúlio foi além. Se o elevasse em 100%, considerando os 60% de aumento do custo de vida entre 1946 e 1951 e mais a carestia de novembro de 1943 até janeiro de 1946, o mínimo de 410 chegaria a 820 cruzeiros. O aumento, porém, que Getúlio decretou no primeiro dia de 1952 elevaria o maior salário mínimo de 410 para 1.200 cruzeiros – quase 200% de aumento. (Em termos reais, esse aumento foi depois avaliado como equivalendo a 14%).

O Brasil não só não quebrou, por causa disso, como teria índices expressivos de desenvolvimento nos anos seguintes.

GETÚLIO LIMITA A REMESSA DE LUCROS PARA O EXTERIOR

Dois dias depois, a 3 de janeiro, Getúlio assinou outro decreto explosivo, limitando as remessas de lucros das empresas estrangeiras para o exterior. Em sua mensagem de Ano Novo pelo rádio, na noite de 31 de dezembro, ele denunciara os abusos nas remessas de lucros.

Os Estados Unidos reagiram com o automatismo de sempre, embora as cabeças menos embotadas de sua diplomacia tivessem percebido que o decreto não era tão radical quanto parecia e que Getúlio visava a um alvo que poderia ser objeto de negociações razoáveis e mais equânimes que o regime de privilégios absolutos para os capitais estrangeiros no Brasil.

Ao tomar conhecimento do decreto, o Subsecretário de Estado Edward Miller advertiu, em tom de ameaça, que os Estados Unidos poderiam suspender todos os seus financiamentos ao Brasil – o que, diga-se de passagem, não mudaria grande coisa, tal a insignificância desses financiamentos.

O Conselho Americano de Câmaras de Comércio sugeriu praticamente a

mesma coisa – a suspensão de todos os empréstimos ao Brasil. Havia pressões, também, para que o Eximbank, o Banco de Exportação e Importação, órgão do governo dos Estados Unidos, e o Bird, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, conhecido como Banco Mundial, órgão internacional, teoricamente de propriedade de todos os países membros do Fundo Monetário Internacional, embora controlado na prática pelos Estados Unidos, não aprovassem qualquer financiamento ao Brasil enquanto o Presidente Vargas não revogasse o decreto de 3 de janeiro. Nada demais que o Eximbank agisse assim, sendo um banco do governo dos Estados Unidos. Mas o Banco Mundial, que não pertencia oficialmente aos Estados Unidos, também cortou o Brasil de sua agenda.

De uma conversa com o Ministro do Exterior João Neves da Fontoura, nesse mesmo mês de janeiro de 1952, o Embaixador Herschell Johnson deduziria a hipótese de que o Presidente Vargas não chegaria ao fim de seu mandato. O que quer que João Neves tivesse dito – e suas inconveniências verbais já eram conhecidas antes de 1930 – o fato é que o próprio Getúlio, na campanha de 1950 previra um fim trágico para seu governo e para sua vida.

O decreto de 3 de janeiro limitava a remessa de lucros das empresas estrangeiras a 8% sobre seu capital registrado, isto é, o capital efetivamente transferido do exterior para o Brasil. O decreto permitia igualmente o retorno do capital investido, à razão de no máximo 20% ao ano.

O Embaixador Herschel Johnson, com mais experiência prática que os fogueteiros do Departamento de Estado e das Câmaras Americanas de Comércio, passou a negociar com João Neves e o Ministro da Fazenda Horácio Láfer aquilo que era o verdadeiro pano de fundo do decreto de Getúlio: a votação, pelo Congresso, de uma lei definitiva sobre capitais estrangeiros e fluxos cambiais relativos a eles.

Para essa lei, já tramitava no Congresso um projeto do deputado Adolfo Gentil, que seria afinal aprovado e sancionado no início de 1953 e concederia aos capitais estrangeiros a criação de um mercado cambial livre, paralelo ao oficial, sem qualquer restrição às transferências de lucros, juros e dividendos. Esse projeto e a futura lei dariam grandes liberdades aos capitais estrangeiros

– mas liberdades sob controle, o que não acontecia antes. Sem o decreto aparentemente radical de janeiro de 1952, nem a remessa de lucros passaria a depender de um mínimo de disciplina, nem o governo brasileiro teria como saber, ao menos, a quanto ela poderia chegar.

A OPOSIÇÃO QUER PARTICIPAR DO GOVERNO

Nesse momento, a UDN oficial conversava obliquamente com o governo Vargas. Por vias também oblíquas, a UDN já participava do governo, na pessoa do Ministro da Agricultura João Cleofas. Grupos mais radicais, liderados ou inspirados, em geral, por Carlos Lacerda, queriam a UDN engajada numa linha golpista, agindo para inviabilizar e derrubar o governo.

Outros grupos discutiam até a hipótese de participação formal da UDN no governo.

No dia 15 de fevereiro de 1952, o deputado Gurgel do Amaral, do PTB do Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro), conversou longamente com o deputado Afonso Arinos de Melo Franco, então vice-líder e, a partir de maio, líder da UDN na Câmara. Gurgel do Amaral ouviria de Afonso Arinos que a UDN recebera com satisfação a mudança ocorrida pouco antes na direção nacional do PTB, com a saída de seu presidente, deputado Danton Coelho, que a UDN considerava muito ligado ao ex-governador de São Paulo Ademar de Barros.

Na opinião de Afonso Arinos, ou melhor, na opinião do grupo pelo qual ele falava e que em três meses o elegeria líder da bancada, o afastamento de Danton Coelho tornara a UDN “muito receptiva quanto à pessoa do Sr. Getúlio Vargas”, pois a UDN “considera a perspectiva de eleição do Sr. Ademar de Barros uma calamidade nacional”. (Calamidade, portanto, não era o próprio Getúlio, que já estava no governo, mas Ademar; e Getúlio dispunha agora de grande receptividade na UDN por opor-se à ascensão de Ademar, segundo o udenismo deduzia da saída de Danton Coelho da presidência do PTB).

Apesar dessa receptividade, o Presidente ainda não inspirava à UDN a hipótese de um acordo, porque até aquele momento os entendimentos eram

tentados por pessoas que não pareciam devidamente credenciadas. Ainda assim, segundo o futuro líder Afonso Arinos, a UDN, “mesmo a ala mais contrária ao dr. Getúlio”, admitia a possibilidade de um acordo político.

No dia 19 de fevereiro, o então líder da UDN, Soares Filho, que morreria em maio, e o vice-líder Afonso Arinos encontraram-se com o deputado Joel Presídio, do PTB da Bahia. Nessa conversa, Afonso Arinos declarou que a UDN nada poderia resolver em definitivo, sobre um acordo de apoio ao segundo governo Vargas, “sem garantias militares” – garantias, esclareceu, a uma pergunta de Joel Presídio, que dependiam “de combinarem com os seus líderes militares”. A outra pergunta, Afonso Arinos respondeu citando como líderes militares da UDN o Brigadeiro Eduardo Gomes, o General Nelson de Melo e o General Olímpio Falconieri.

No dia seguinte, depois de consultar o presidente da UDN, deputado Odilon Braga, Afonso Arinos voltou a estar com o deputado Joel Presídio, encontro que Joel Presídio resumiria num memorando ao Presidente Vargas:

– Disse-me que conversara com Odilon Braga, narrando nossas conversas. Fez sentir ao Odilon que, no caso de serem iniciados entendimentos com o Presidente, caberia a ele, Odilon, ir conversar, pessoalmente, com o dr. Getúlio, por ser o presidente da UDN. Odilon fez algumas objeções, mas acabou concordando...

– Referindo-se ao que ocorre dentro da UDN, disse-me que Otávio Mangabeira é partidário da oposição sistemática, que não permita ao governo realizar coisa alguma, nem ter tranquilidade. E acusou Mangabeira de não ter programa, nem defender princípios; mas só pensar em galgar o poder.

– Voltou a revelar temores de, entendendo-se com o Presidente, a UDN ser desmoralizada e enfraquecida. Há na UDN elementos aventureiros, que só pensam em tirar vantagens do poder, que vivem sonhando com cargos, empregos e negócios. Esses elementos teriam as portas abertas para aderir ao governo.

– Reconheceu a gravidade da crise atual, que exige ação e pensamento altos em defesa do país. O grupo que representa a UDN (que ele chama o “Grupo Sadio”) não deseja ministérios. Qualquer entendimento deve ser feito na base de planos de governo, de modo que os mais importantes problemas

não sejam lançados sem prévio entendimento, que facilite sua aprovação no Congresso. Exemplificou com a mensagem e respectivo projeto da Petrobrás.

– Repetiu palavras de reação contra Ademar de Barros e os graves perigos resultantes de sua crescente demagogia e consequente popularidade.

– Disse que a UDN não alimenta ilusões quanto à possibilidade de eleger candidato próprio à Presidência da República; que o caminho certo será a UDN apoiar um bom candidato do PTB ou do PSD; que deve ficar assegurada a não reforma da Constituição, na parte referente às inelegibilidades.¹⁵⁷

A UDN, portanto, queria negociar com Getúlio e integrar seu governo, especialmente por não alimentar ilusões quanto à possibilidade de eleger candidato próprio à Presidência em 1955. Não se falava em golpe continuísta de Getúlio nem se fazia qualquer objeção a seu programa de governo – um programa nacionalista encabeçado pelo projeto da Petrobrás, já em discussão na Câmara dos Deputados.

ACORDO MILITAR BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Até meados de 1953, a UDN viveria a tentação de aliar-se ao segundo governo Vargas e pegar carona na popularidade do Presidente.

Mesmo indecisa (e dividida) quanto a um acordo amplo com o governo, a UDN viria a apoiá-lo decididamente – e decisivamente – na aprovação pelo Congresso de uma de suas medidas mais polêmicas: o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.

Negociado praticamente em segredo, e sem a participação e sequer o conhecimento dos ministros militares – especialmente o General Estillac, Ministro da Guerra – o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos foi assinado no Rio, no dia 15 de março de 1952, pelo Ministro do Exterior do Brasil, João Neves da Fontoura, e pelo Embaixador dos Estados Unidos, Herschell Johnson.

O Acordo dava aos Estados Unidos o monopólio das compras de urânio, areias monazíticas e manganês brasileiros. Os Estados Unidos comprometi-

¹⁵⁷ Impasse na democracia brasileira, p. 16.

am-se a fornecer “equipamentos, materiais e serviços” ao Brasil. O Acordo não dizia, nem poderia dizer, que sua assinatura fora o preço pago pelo Brasil por não ter cedido tropas para a Guerra da Coreia e para prosseguir com projetos como o da Petrobrás.

A assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos provocou a demissão do Ministro da Guerra, General Estillac Leal, não só por não concordar com ele, mas sobretudo por não ter sido previamente informado e consultado. (A delegação brasileira que negociou o Acordo era composta do Ministro do Exterior João Neves, do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Gois Monteiro, e dos Chefes de Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica).

Além disso, o Ministro da Guerra estava muito fragilizado no Exército. Para o *New York Times*, a demissão de Estillac “aconteceu quando ele se encontrava sob o fogo de vários camaradas generais, por sua recusa a expurgar de comunistas o Exército”.

Estillac, um dos generais que mais firmemente havia tomado posição em defesa da posse do Presidente Vargas, estava em conflito com outro general que também se opusera às manobras golpistas contra a posse: Zenóbio da Costa, que no mesmo dia da saída de Estillac deixou o comando da Zona Militar Leste, um dos postos de maior poder político e militar do Exército.

Os relatórios que Getúlio recebia até de parlamentares da UDN, empenhados em apoiá-lo e informá-lo, acentuavam, nesse momento, o clima de conspiração entre civis, especialmente na área política, e militares.

– As observações que se seguem e que ora envio a V. Excia. na qualidade de seu amigo – dizia o deputado José Cândido Ferraz, da UDN do Piauí – refletem o pensamento de um grupo parlamentar que, apoiando o governo, sente, no entanto, a necessidade imperiosa de modificações substanciais de ordem política. Restam ainda observações de alta relevância: nunca foram tão íntimas e interpenetradas as relações entre congressistas e militares. Isso, por vezes, a nós que as acompanhamos de perto, chega a parecer uma assustadora obsessão.

– Se não forem tomadas medidas imediatas, se não se puder fazer sentir

que o Presidente tem um rumo e tem um plano político que inspire confiança, as dificuldades surgirão a galope no curso dos meses próximos, com os políticos e os militares de mãos dadas, sem que ninguém possa prever para que nem para onde; mas, certamente, em direções que farão grande mal ao Brasil, que devemos a todo custo evitar. Acredite, Senhor Presidente, que, ao enviar-lhe estas observações, outro intuito não nos move, senão o de contribuir para o êxito e crescente prosperidade do seu governo. Com as homenagens de (a) José Cândido Ferraz.¹⁵⁸

Em plena crise do Acordo Militar, Getúlio, ao abrir uma conferência internacional de países americanos membros da Organização Internacional do Trabalho, decidiu reafirmar um dos pontos mais delicados e explosivos de sua plataforma na campanha presidencial:

– Longo e às vezes penoso foi o caminho percorrido mas, hoje em dia, podemos apontar com orgulho a extensão dos progressos realizados no sentido da proteção e segurança do proletário urbano. Neste momento, está procurando o meu governo estender essas mesmas garantias aos trabalhadores rurais.

Logo depois de deixar o Ministério da Guerra, o General Estillac Leal foi derrotado em abril, em sua tentativa de reeleger-se presidente do Clube Militar. Sua chapa teve 4.489 votos, contra 7.288 da chapa liderada pelos Generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo. A chapa vencedora, conhecida como Cruzada Democrática, tinha o apoio de alguns dos maiores nomes da vida militar brasileira – Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Juarez Tavora, Gois Monteiro, Mendes de Moraes, Canrobert Pereira da Costa, Fiuza de Castro e Zenóbio da Costa. O General Zenóbio seria nomeado, em 1953, para o Ministério da Guerra, e desde a tentativa de impugnação da posse defendia Getúlio. Os outros eram quase todos hostis ao governo e ao Presidente, embora não estivessem necessariamente, nesse momento, na linha golpista. O que queriam era afastar o Clube Militar do debate político, especialmente da discussão sobre o petróleo e sobre a Guerra da Coreia.

¹⁵⁸ Idem, p. 17.

O novo presidente do Clube, General Etchegoyen, defendia também, segundo Moniz Bandeira, “uma estreita colaboração militar e econômica com os Estados Unidos, em defesa do Hemisfério Ocidental, e medidas enérgicas contra os comunistas do Brasil”.¹⁵⁹

JANGO ASSUME A PRESIDÊNCIA NACIONAL DO PTB

O General Estillac não fora o primeiro dos ministros nomeados a 31 de janeiro de 1951 a deixar o governo Vargas. Antecedera-o o Ministro do Trabalho Danton Coelho. Afastando-se do Ministério ainda em 1951, Danton Coelho ficou na presidência do PTB por alguns meses, mas renunciou a ela em abril de 1952, pressionado por grupos que queriam afastá-lo.

Essa conspiração intrapartidária foi realizada à revelia de Getúlio, que só soube do fato consumado e da eleição de seu primo Dinarte Dornelles, pelo diretório nacional do PTB, para a presidência do partido. Getúlio não gostou nem do afastamento de Danton Coelho nem da escolha de Dinarte Dornelles.

– O dr. Getúlio reagiu – diz José Gomes Talarico, um dos fundadores do PTB – porque era amigo do Danton e porque não gostou da indicação do Dornelles, exatamente para não dizerem que ele tinha posto um parente no cargo.

– Os membros da Executiva Nacional, ao visitarem o Dr. Getúlio, encontraram-no fechado. Respondeu à saudação com gentileza, dizendo que o PTB tinha adquirido maioria e, conseqüentemente, liberdade para decidir sobre seus passos. Ou seja, se já tinha decidido afastar Danton Coelho e substituí-lo por Dinarte Dornelles, o PTB não tinha por que consultá-lo. Nem por que, daí em diante, fazer qualquer pedido...

O episódio provocou reações também dentro do PTB.

– As bases do partido – diz Talarico – pressionaram, exigindo mudanças. Em maio de 1952, houve nova eleição para se reformular a executiva do PTB. João Goulart saiu vitorioso.

¹⁵⁹ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 339.

– A escolha de João Goulart para a presidência do PTB tornou-se inevitável a partir do momento em que se chegou à conclusão de que as forças trabalhistas não podiam mais continuar sujeitas ao tremendo desgaste provocado pelo divisionismo e pelas competições até então reinantes. Deve-se também notar que foi no Rio Grande do Sul, terra de Jango, que o PTB mais se aproximou dos trabalhadores das cidades e dos campos, convocando-os para seus quadros diretivos, como também proporcionando-lhes uma assistência política e material, tal como armazéns populares e sedes sindicais.

João Goulart era deputado federal, presidente do PTB do Rio Grande e Secretário do Interior e Justiça do Estado. Estava com 32 anos e desde os 24, com a morte do pai, dirigia os negócios da família.

– Poucos – diz Talarico – acreditavam que Jango assumiria de fato a direção do partido. Ele, porém, deixou a Secretaria do Interior, mudou-se para o Rio, reassumiu o mandato de deputado e entregou-se decididamente aos encargos da presidência do PTB.¹⁶⁰

Jango não sofrera a influência positivista que marcava a geração de Getúlio. Fora educado em colégios religiosos – um dos irmãos maristas, outro dos jesuítas – e tinha sincera identidade com o pensamento social cristão. Seu discurso de posse na presidência do PTB – escreveu Lucília de Almeida Neves Delgado no livro *PTB: do Getulismo ao Reformismo* – pode ser avaliado como uma definição prévia dos objetivos políticos que, alguns meses depois, adotaria como Ministro do Trabalho.

– João Goulart destacou os seguintes pontos em seu primeiro pronunciamento como presidente do Partido Trabalhista Brasileiro: as bases populares do PTB; o papel intermediário e moderador de seu partido em relação ao Estado, nos momentos de crise social; a descrença popular em relação aos partidos, afirmando que o PTB deveria se pautar por um constante entrosamento com o povo.¹⁶¹

¹⁶⁰ José Gomes Talarico, *Conversando sobre política*, p. 90.

¹⁶¹ Lucília de Almeida Neves Delgado, *PTB: do getulismo ao reformismo*, São Paulo, ed. Marco Zero, 1989, p. 126.

Em função disso, Jango definiu o PTB como um partido cuja linha ideológica se interpunha entre “o conservadorismo do capitalismo clássico e o radicalismo tempestuoso da dialética marxista-leninista”; partido, além disso, cujo principal objetivo era construir “uma democracia ampla, serena, leal... cristã – democracia que quer se assentar na felicidade da classe trabalhadora. Não nas ruínas das demais classes, mas na reparação dos agravos que ela, até agora, tem curtido”.

Essas funções, todavia, resume Lucília, só seriam exercidas com êxito pelas agremiações trabalhistas se houvesse a contrapartida de ganhos efetivos para os trabalhadores, acompanhados de uma participação real nas decisões da política social e trabalhista.

Uma das primeiras iniciativas de João Goulart na presidência do PTB – talvez a conselho de Getúlio – foi convocar o senador Alberto Pasqualini para organizar e dirigir o Departamento de Estudos do partido.

BNDE, PRIMEIRA VITÓRIA NO CONGRESSO

Em junho, Getúlio teve uma primeira vitória legislativa no Congresso, com a aprovação da lei, por ele proposta, de criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. O projeto do BNDE não tinha o caráter polêmico do projeto da Petrobrás, apresentado por Getúlio ao Congresso em dezembro de 1951, e mesmo o do Plano do Carvão Nacional, de meados de 1951.

Rômulo de Almeida, chefe da Assessoria Econômica de Getúlio e coordenador de todos esses projetos, diria:

– Creio que a criação do BNDE foi uma indicação específica da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, porque ela, ou pelo menos o seu lado brasileiro, colocou o seguinte problema: como coordenar os financiamentos externos e os recursos internos nesses projetos básicos [de infraestrutura: transportes, armazéns, hidrelétricas]. Então foi necessária a criação de um órgão especial para isso.

– Daí é que surgiu a ideia da criação do BNDE, aliás uma ideia que se congeminava com as da Assessoria e com as diretrizes da mensagem de 1951.

Houve aí uma confluência de objetivos, tanto assim que a Assessoria fez inclusive um projeto sobre o Fundo Federal de Eletrificação, para evitar que o retardo do projeto da Eletrobrás prejudicasse o andamento do programa de eletrificação, e atribuiu ao BNDE a administração do Fundo até que chegasse a Eletrobrás. Aliás, ocorreu essa demora. A Eletrobrás só foi aprovada durante o governo Goulart.¹⁶² Prevendo isso, por causa dos obstáculos que seriam criados pela Light e pelas Empresas Elétricas Brasileiras¹⁶³, a Assessoria elaborou o projeto isolado do Fundo Federal de Eletrificação. Foi uma das fontes importantes de recursos para o BNDE no seu começo, o que mostra a confluência dos dois setores ou vetores no governo Vargas.¹⁶⁴

Ainda em junho, visitando as obras da Hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, último grande projeto de seu primeiro governo (e, no Brasil, o primeiro grande projeto hidrelétrico de iniciativa e controle brasileiros), Getúlio cobrou do Congresso novas decisões:

– Apresentei ao Congresso, há quase um ano, o Plano do Carvão Nacional; e, no fim de 1951, um projeto relativo à exploração do petróleo, criando uma organização com o vulto e a flexibilidade necessários a tão magno empreendimento. Numerosos projetos de eletrificação têm sido igualmente apoiados, técnica e financeiramente, pelo Governo Federal, que para os mesmos tem concedido créditos e patrocinado a obtenção de financiamento no estrangeiro, com a garantia de fornecimento de equipamentos.

Em setembro de 1952, a Câmara afinal aprovou e encaminhou ao Senado o projeto da Petrobrás. A criação da Petrobrás demoraria mais de um ano ainda – do Senado o projeto voltaria à Câmara para exame das emendas aprovadas no Senado – mas já surgiam candidatos à presidência da empresa; até entre adversários do governo!

¹⁶² Na verdade, a lei de criação da Eletrobrás foi aprovada ainda no governo do Presidente Jânio Quadros e sancionada por este. Com a renúncia de Jânio, a Eletrobrás seria instalada em 1962, por Jango, pelo Primeiro-Ministro Tancredo Neves e pelo Ministro das Minas e Energia Gabriel Passos, este em seus dias finais de vida.

¹⁶³ Nome brasileiro do grupo BondShare.

¹⁶⁴ Rômulo de Almeida, *O Nordeste no segundo governo Vargas*, p. 42.

Nesse momento, em novo relatório a Getúlio, o deputado José Cândido Ferraz, da UDN do Piauí, resumiu uma longa conversa, de três horas, que tivera na véspera com o Brigadeiro Eduardo Gomes. O brigadeiro não devia estar de muito bom humor, porque reclamou de tudo: do governo, dos ministros (inclusive o Ministro da Aeronáutica, Nero Moura, seu amigo) e até do General Dutra. Elogios, apenas a Danton Coelho, que já não estava, a Oswaldo Aranha, que ainda não estava no governo, e ao General Juarez Távora:

– Demonstrou – diz o relatório de José Cândido Ferraz – grande interesse em saber da viabilidade da escolha do General Juarez Távora para a direção da Petrobrás, que indica e defende como “grande solução”.¹⁶⁵

O Brigadeiro Eduardo Gomes, símbolo das virtudes do antigetulismo, continuava a opor-se a um acordo da UDN com o governo, mas não considerava impróprio mandar recados ao Presidente da República, sugerindo o nome de um adversário deste para um posto da importância da presidência da Petrobrás.

Getúlio nada tinha contra aceitar adversários em seu governo. Mas o General Juarez Távora participara ativamente dos debates do Clube Militar sobre a questão do petróleo e neles defendera a tese da “colaboração internacional”, ou seja, a tese oposta à do monopólio estatal, que era a do projeto da Petrobrás. Seria um Presidente da Petrobrás contra a Petrobrás.

Além do mais, ainda não era hora de pensar em nomes para direção de uma empresa que só seria criada dali a mais de um ano: Getúlio, porém, foi delicado com o Brigadeiro e o General e nomeou Juarez Távora para o comando da Escola Superior de Guerra (cargo no qual Juarez, sem a menor lealdade ao Presidente que o nomeara, comandaria em 1954 a conspiração militar contra o governo, mas pelo menos não controlaria a política do petróleo).

No Senado, a pedido de Getúlio, um dos relatores do projeto da Petrobrás (Comissão de Economia) foi Alberto Pasqualini, que integrava a corrente vitoriosa, e estimulada pelo próprio Getúlio, da decretação do monopólio estatal do petróleo.

¹⁶⁵ Impasse na democracia brasileira p. 24.

AS RESISTÊNCIAS À REFORMA AGRÁRIA

Se 1951 fora o ano do estudo e definição dos grandes projetos e iniciativas do segundo governo Vargas, 1952 revelava-se o ano dos primeiros resultados – por exemplo, a criação do BNDE. No caso dos projetos de caráter mais social – que estabeleceriam contrapartidas ao apoio do governo aos projetos econômicos tão favoráveis aos interesses do capital – projetos como a reforma agrária e a extensão das leis trabalhistas ao campo, as dificuldades e resistências eram sempre maiores. Mesmo os projetos econômicos encontravam resistências, porque não convinham aos interesses estrangeiros incrustados no Brasil e a seus associados, executivos e testas-de-ferro locais.

Fazia mais de um ano que Getúlio criara a Comissão Nacional de Política Agrária. Mas ela só entrara em funcionamento efetivo no início de 1952, depois da substituição de alguns de seus membros, especialmente representantes da agricultura de São Paulo, cuja atuação revelou só terem aceitado integrar a comissão para impedir que ela funcionasse. Afinal, em setembro de 1952, Getúlio recebeu e aprovou o texto-base “Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil”, logo condenado pela Sociedade Rural Brasileira e pelas federações da agricultura de vários Estados, entre os quais São Paulo e o Rio Grande.

Getúlio, a essa altura, desistira de evitar a expressão “reforma agrária”, embora permanecesse convicto do acerto de sua ideia original – um grande projeto de distribuição gratuita de terras, públicas, de preferência, e quando necessário particulares, a agricultores sem terra. Para a distribuição de terras públicas, Getúlio propusera ao Congresso – com base também nos estudos da Comissão Nacional de Política Agrária – a criação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o INIC, projeto que só seria aprovado em janeiro de 1954. O projeto do INIC tinha uma urgência que não comoveu as forças conservadoras no Congresso: o Brasil ainda recebia grandes contingentes de imigrantes, especialmente refugiados, deslocados e habitantes de regiões devastadas pela Segunda Guerra Mundial; pelo menos 70% deles, tanto por seus antecedentes profissionais quanto pelo estágio ainda pouco industrial da economia brasileira, deveriam ser encaminhados para a agricultura. A criação do

INIC era urgente, para que o governo tivesse como receber, encaminhar, assentar e assistir os imigrantes. Apesar disso, o projeto ficou encalhado no Congresso por mais de dois anos.

Já definida e submetida ao Congresso a questão dos projetos de colonização, o estudo "Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil" tratou dos obstáculos impostos pela Constituição de 1946 a qualquer projeto de distribuição da propriedade rural. Getúlio sabia não dispor de maioria no Congresso para emendar a Constituição – e qualquer tentativa que fizesse seria denunciada como preparatória de outra reforma constitucional, para perpetuá-lo no poder, pela prorrogação de seu mandato ou pela possibilidade de reeleição.

No caso do petróleo, tinha sido possível propor, por lei ordinária, a criação da Petrobrás e em seguida adotar a tese do monopólio estatal do petróleo. No caso da reforma agrária, as "Diretrizes" apontavam as alternativas: ou reformar a Constituição ou regulamentar por lei ordinária o dispositivo constitucional que permitia, ao lado da desapropriação por necessidade ou utilidade pública, a desapropriação por interesse social.

Pelas normas constitucionais, qualquer desapropriação teria de ser feita mediante "prévia e justa indenização em dinheiro" – exigência tão retrógrada e reacionária que seria abolida pelo Congresso, depois do golpe de 1964, a pedido do primeiro Presidente do ciclo de governos militares, o Marechal Castello Branco. O estudo da Comissão Nacional de Política Agrária, aprovado sem restrições por Getúlio, propunha que a indenização prévia e em dinheiro fosse calculada com base no valor histórico da propriedade.

Valor histórico seria aquele pelo qual a terra não utilizada fora adquirida. O valor histórico só serviria de base para o cálculo da indenização no caso de terras improdutivas. A esse preço, acrescentava-se o pagamento pelas benfeitorias, isto é, despesas realizadas na propriedade ou em função dela, e mais juros bancários, como se a terra fosse dinheiro depositado em banco e reemprestado para fins produtivos. Em outros países, uma indenização nesse modelo seria considerada um privilégio ilegítimo, porque remuneraria a terra improdutiva, estéril, guardada egoisticamente para especulação, como se fosse capital produtivo.

O objetivo dessa fórmula da indenização pelo valor histórico não era prejudicar os donos de terras, mas impedir o escândalo do enriquecimento sem causa dos proprietários de imóveis supervalorizados pela especulação ou por obras pagas pelo governo, como os açudes do Nordeste, que aumentavam o preço de todas as terras próximas, embora custeadas, essas obras, inteiramente pelo dinheiro público. A tese da desapropriação pelo valor histórico seria apoiada pelo jurista Hermes Lima – insuspeito de simpatias pelo governo Vargas e adversário de seu primeiro governo, preso depois da insurreição comunista de 1935. Na opinião de Hermes Lima, o proprietário, que investiu na terra apenas o preço de compra, teria direito apenas à restituição do capital. Como a Constituição não fixara um conceito de justo valor, cabia ao legislador ordinário defini-lo – e o justo valor poderia ser o valor histórico.

EISENHOWER PRESIDENTE: WALL STREET TORNA-SE O ESTADO-MAIOR

De Roosevelt para Truman, em 1945, o Brasil sofrera perdas substanciais em seu relacionamento com os Estados Unidos, embora o governo Truman tentasse manter de pé uma fração, ao menos, da herança de Roosevelt.

Em novembro de 1952, o Partido Democrático, de Roosevelt e Truman, cujo candidato era Adlai Stevenson, homem de ideias mais avançadas que as de Truman, embora não tanto quanto as de Roosevelt, foi derrotado nas eleições presidenciais pelo Partido Republicano, que apresentara como candidato o General Dwight David Eisenhower, comandante supremo, e vitorioso, das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Oswaldo Aranha encontrava-se nos Estados Unidos, em tratamento de saúde, e escreveu a Danton Coelho:

– O governo de Truman foi o dos pequenos negócios de homens pequenos e este, espera-se, será... dos maiores gigantes e magnatas deste país e, portanto, do mundo.

Essa carta foi encaminhada por Danton Coelho a Getúlio, a quem, em seguida, Aranha escreve diretamente:

– Este será um governo republicano e militar. Entre les deux mon coeur balance, sem saber qual o pior. Wall Street será o Estado-Maior... A reação virá para o mundo destas duas forças conjugadas no maior poderio já alcançado por um povo e na hora mais incerta e insegura para a vida de todos os povos. O capitalismo no poder não conhece limitações, sobretudo as de ordem internacional. O esforço para voltar à ordem mundial é o espetáculo a que iremos assistir. A nova ordem, que se iniciava pela libertação dos povos do regime colonial, vai sofrer novos embates... Os Estados Unidos estão entrando ou vão entrar em guerra com todos os povos...¹⁶⁶

Oswaldo Aranha não exercia qualquer função oficial, mas era o maior amigo de Getúlio, que frequentemente lhe pedia ajuda. Nessa viagem, depois de terminada sua via crucis hospitalar, como a chamou, ele foi a Washington para discussões com o novo Embaixador do Brasil, Walter Moreira Salles, sobre o problema dos atrasados comerciais, isto é, o que o Brasil devia aos Estados Unidos pela diferença entre o que o Brasil vendia e o que o Brasil comprava – diferença que, já por anos, era sempre contrária ao Brasil. O governo vinha negociando fazia algum tempo um empréstimo com o Export-Import Bank, e Aranha esperava ajudar a acelerar as conversações.

Aranha sabia que, com a mudança de governo nos Estados Unidos, as dificuldades aumentariam. E aconselhou Getúlio a conseguir algum acordo com os Estados Unidos antes da posse de Eisenhower:

– Além do mais não deve o teu governo, que tanto precisará da cooperação do novo, começar suas relações com a nova administração com este passivo – escreveu a Vargas – isto é, necessitando liquidar velhas contas, justamente quando o interesse do Brasil assenta em contas novas, novos créditos e possibilidades novas para novas compras e empreendimentos.

– Aproveitando seu círculo de amigos em Washington – escreve o biógrafo Stanley Hilton – Aranha também estabeleceu contato com os líderes republicanos, incluindo o Presidente eleito. Para seu encontro com Eisenhower, preparou um memorando sobre as relações entre os dois países. No resumo

¹⁶⁶ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 341.

que enviou ao Catete, através de Danton Coelho, insistia na necessidade de uma reformulação da política americana em relação à América Latina, região que vinha sendo negligenciada, e argumentava que o Brasil era a chave do sucesso para os Estados Unidos na região. Colaborar em maior escala no desenvolvimento econômico do Brasil, declarou, seria beneficiar os próprios Estados Unidos.

Em dezembro, Aranha teve um encontro com Eisenhower, que sabia do papel decisivo de Aranha nas relações Brasil-Estados Unidos, especialmente no período da Segunda Guerra Mundial. Segundo Hilton, Eisenhower mostrou-se receptivo aos argumentos de Aranha, prometendo consultar seu futuro Secretário de Estado, John Foster Dulles, a respeito desse memorando. A impressão de Aranha foi transmitida a Getúlio nestes termos:

– O homem, que cresce todos os dias, recebeu com prazer o memorando e disse não ser outro o seu propósito e pediu-me que, desde já, assegurasse ao Presidente Vargas que era esse o caminho que pretendia seguir: “fazer-me amigo dele como ele tem sido do meu país”.¹⁶⁷

Eisenhower, com essa frase, repetia o Presidente Roosevelt, em suas manifestações de reconhecimento ao apoio do Presidente Vargas aos Estados Unidos ao longo da guerra e mesmo antes dela. Nessa disposição, Eisenhower também recebeu positivamente a sugestão de Aranha sobre a conveniência de Vargas enviar seu genro, Amaral Peixoto, então Governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, e a mulher deste, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha de Getúlio, a Washington, para uma visita oficial. Getúlio também aceitou a ideia e, semanas depois, o casal Amaral Peixoto seguiria para os Estados Unidos, com a missão de tornar, se não mais fáceis, pelo menos menos difíceis, as relações entre o Brasil presidido por Getúlio Vargas e os Estados Unidos sob a presidência do General Eisenhower, com Wall Street no comando do estado-maior.

¹⁶⁷ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, uma biografia, pp. 468 e seguintes.

CAPÍTULO 27

JANEIRO, 1953

EISENHOWER ASSUME O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

O GOVERNO DOS GRANDES NEGÓCIOS

A POLÍTICA DO GOVERNO EISENHOWER É COMBATER ABERTAMENTE
QUAISQUER TENDÊNCIAS ESTATIZANTES E NACIONALISTAS NO TERCEIRO
MUNDO. À CRUZADA ANTICOMUNISTA SOMA-SE UMA CRUZADA
ANTINACIONALISTA.

Oswaldo Aranha escrevera a Getúlio que o governo Truman tinha sido o dos pequenos negócios de homens pequenos – e o governo Eisenhower, eleito em novembro de 1952, seria o governo dos grandes negócios dos homens grandes. O governo brasileiro logo sentiu isso.

O ano de 1952 não fora excepcionalmente brilhante para o Brasil, no plano de suas contas externas. As importações continuaram exatamente em 1,7 bilhão de dólares, mas o volume das exportações sofrera uma redução de 20%, declinando para 1,4 bilhão de dólares. Além de um saldo negativo de quase 300 milhões de dólares ao longo do ano, o déficit em conta-corrente de 1951 (290 milhões de dólares) mais que duplicou, chegando a 615 milhões e agravando o acúmulo de atrasados comerciais.

Assim que o General Eisenhower assumiu a presidência dos Estados Unidos, em janeiro de 1953, as coisas pioraram ainda mais para o Brasil.

– Na prática – escreveu Maria Celina Soares d'Araújo – os Estados Unidos interrompem a política de financiamento de governo a governo, iniciada a partir da Segunda Guerra Mundial. Abandonando a política de “boa vizinhança”, o governo norte-americano muda as regras do jogo e passa a incentivar os investimentos dos grandes capitais privados. Desse modo, cria obstáculos à concessão dos empréstimos negociados através da Comissão Mista. A isso se

somam os efeitos psicológicos do decreto [brasileiro] de limitação da remessa de lucros para o exterior, do início de 1952.¹⁶⁸

A política do governo Eisenhower é combater abertamente quaisquer tendências estatizantes e nacionalistas no Terceiro Mundo. À cruzada anticomunista soma-se uma cruzada antinacionalista.

A nova atitude dos Estados Unidos é sentida imediatamente pelo governo brasileiro, que se empenhara em negociações com os norte-americanos, em busca de financiamentos.

Outro estudioso desse período, Moniz Bandeira, dirá que Vargas pressentiu que a pressão aumentaria, com a mudança da administração nos Estados Unidos:

– Logo no início de 1953, [Vargas] procurou sondar o General Perón para o estabelecimento de uma aliança, unindo os três principais países da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile. Por intermédio do jornalista Geraldo Rocha, diretor de O Mundo, enviou-lhe uma carta, na qual expôs as dificuldades que impediram o início dos entendimentos, após a sua eleição, conforme anteriormente combinaram. Perón respondeu positivamente, afirmando que seu desejo mais fervoroso era o de chegar com o Brasil a um acordo, como o que firmara com o Chile, sobre bases leais, sinceras, justas e honradas. Lamentou que a união dos três países não houvesse começado, em 1951, conquanto compreendesse que a difícil situação política do Brasil impedira Vargas de tentá-la.

– Ele, Perón, e o General Ibañez, Presidente do Chile, continuavam dispostos a firmar o acordo com o Brasil, a qualquer momento, assim que Vargas quisesse. “Tanto o General Ibañez como eu [acentuou Perón] pensamos na necessidade de unirmo-nos, diante de um futuro incerto, e estamos persuadidos de que o ano 2000 nos achará unidos ou dominados.”

Perón, segundo Moniz Bandeira, oferecia ao Brasil um milhão e meio de toneladas de trigo. Vargas, porém, ao que tudo indica, não desenvolveu as negociações para o estabelecimento da aliança.

Além de sondar Perón, Getúlio sondava também o General Eisenhower,

¹⁶⁸ Maria Celina Soares d'Araújo, *O Segundo Governo Vargas*, p. 26.

Presidente dos Estados Unidos, e permaneceu na expectativa da posição que o governo de Eisenhower adotaria.

– Sua filha, Alzira, que viajara para os Estados Unidos – prossegue Moniz Bandeira – encontrou boa receptividade nos círculos de Washington. A importância dada à sua visita lembrava-lhe o ambiente de 1941. Eisenhower concedeu-lhe uma audiência. Alzira, em tom de brincadeira, disse aos americanos várias malcriações, palavra que ela usava para definir suas reações inconformistas, “que traduziam o descontentamento do Brasil”. Mas as relações entre os dois países logo se deterioraram.¹⁶⁹

Getúlio, na época da Segunda Guerra Mundial, estivera entre dois fogos: o dos Aliados e o do Eixo, este comandado pela Alemanha de Hitler. Desde o início, optara pelos Aliados, mas tivera de agir de modo a preservar, ao máximo, os interesses do Brasil. Agora vivia situação parecida.

A hipótese de uma aliança alternativa – a aliança política Brasil-Argentina, com o apoio do Chile, tinha como pressuposto neutralizar ou reduzir a influência dos Estados Unidos na América Latina. Essa hipótese vinha de um precedente, o Pacto ABC (Argentina-Brasil-Chile) de 1915.

– Na segunda década deste século – diz Batista Lusardo, o pivô do novo caso ABC – o Brasil assinou um tratado destinado a unir Argentina, Brasil e Chile em torno de fins econômicos, com o objetivo de buscar para esses países uma opção além daquela de meros exportadores de matérias-primas e de alimentos.

– Esse tratado já havia desaparecido da memória das chancelarias quando, na década de quarenta, foi novamente cogitado, por efeito da ascensão ao poder de um grupo de militares argentinos, o Grupo de Oficiais Unidos (GOU), que, através da Revolução de 1943, parece ter iniciado a execução de uma série de ações visando a assegurar a hegemonia argentina no continente.

– O que bem poucos sabem – observa Lusardo – é que o III Reich influenciou diretamente a constituição do GOU e seu plano geopolítico. Os revolucionários argentinos de 1943, abertamente nazi-fascistas, não eram estranhos a

¹⁶⁹ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 343-344.

um plano germânico de estabelecer no Cone Sul da América a Alemanha Antártica, tomando por base as numerosas colônias teutas localizadas nos três países do ABC – Argentina, Brasil e Chile.

O Pacto ABC original, de 1915, era apenas uma reminiscência ou metáfora, quando surgiram as primeiras notícias de um novo pacto político entre a Argentina de Perón, o Brasil de Getúlio Vargas e o Chile do General Ibañez. Estabelecida em suas memórias pelo próprio Embaixador Batista Lusardo, seu grande protagonista, a cronologia dessas negociações seria a seguinte:

– Em fevereiro de 1953, ao visitar o Chile, Perón propôs oficialmente a formação de um bloco sul-americano, integrado pela Argentina, Brasil e Chile, ressuscitando, a seu ver, o “Pacto do ABC” que existira no início do século... o Presidente argentino dizia-se autorizado por Vargas a entabular negociações com o Chile para levar adiante o acordo, que previa, em primeiro lugar, uma união aduaneira.

Glauco Carneiro, que trabalhou com Lusardo na elaboração das memórias deste, escreve, com base no depoimento do próprio Lusardo:

– Imediatamente, no Rio, João Neves da Fontoura repeliu publicamente a proposição de Perón, dizendo não interessar ao Brasil qualquer pacto naquele sentido.

– Perón cobrou então de Lusardo – que fora seu emissário no entendimento secreto com Vargas – uma definição do Presidente brasileiro. Este negaceou, disse que o pronunciamento de João Neves fora feito sem seu consentimento, e engavetou o assunto.

– Insistentemente, o Presidente argentino quis encontrar-se com Getúlio, mas este continuou a esquivar-se. Lusardo, por sua vez, que desde 1945 vinha sendo o emissário principal dessa proposta de encontro, passa a sofrer o desgaste ocasionado pelas protelações de Vargas, não frequenta mais a intimidade de Perón como antes, enquanto outros emissários ganham terreno, como Jango Goulart e Geraldo Rocha.

– Constantemente atacado no Brasil, pela oposição, que lhe cobra inclusive supostas operações irregulares em seus negócios públicos e particulares, Lusardo vê assim prejudicada sua margem de atuação em Buenos Aires, pois

Juan Perón, no seu desapontamento, restringe-lhe o acesso. Tudo isso faz com que ele venha a sair da Argentina, em outubro de 1953, exoneração antecedida, porém, em três meses, pela de João Neves, do Itamarati...¹⁷⁰

Mais tarde, ainda em 1953 e em 1954, João Neves, depois de afastado por Getúlio do Ministério das Relações Exteriores, faria um escândalo em torno das relações Brasil-Argentina, como se Getúlio estivesse traindo o interesse nacional.

Não havia, porém, nem no Itamarati, unanimidade em relação a isso, mesmo nas correntes conservadoras da carreira diplomática. Caso do futuro embaixador Vasco Leitão da Cunha, que seria o primeiro dos Ministros do Exterior em seguida ao golpe de 1964:

– A Argentina – diria Vasco Leitão da Cunha em depoimento aos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas¹⁷¹ – deve ser para nós um país amigo. Temos que cultivar essa amizade. O Perón perderia a nossa amizade com o tempo se fizesse todas as reformas que pretendia na sociedade argentina. Ele não se fez respeitar.

– Eu era a favor [do acordo com a Argentina]. O Ciro de Freitas Vale... embaixador em Santiago do Chile, era contra. Deve ter ficado muito traumatizado com a luta que teve com a Evita Perón. Ele fez o possível para torpedear o acordo da Argentina com o Chile. Achava que ameaçava o Brasil, enquanto eu achava que um acordo econômico resolvia o problema. É como a frase de um cronista inglês: “if you can’t beat them, join them” [“se você não pode derrotá-los, junte-se a eles”]. Se nós aderíssemos, ou isso provocaria uma melhora nas nossas relações ou então liquidava-se o tratado Chile-Argentina.

– Muito mais do que a aproximação econômica – observam os entrevistadores – o que a oposição temia era a aproximação política com a Argentina. Consta que nesse sentido Batista Lusardo, que era embaixador em Buenos Aires, pessoa da inteira confiança do Getúlio e amigo do Perón, teria servido de mediador.

¹⁷⁰ Glauco Carneiro, Lusardo, o Último Caudilho, vol. 2, p. 401.

¹⁷¹ Programa de História Oral do Cpdoc (Centro de Pesquisa e Documentação Histórica).

– O Lusardo era peronista – responde Vasco Leitão da Cunha – e fazia o que mandava o Geraldo Rocha, aquele jornalista diretor do jornal O Mundo. Mas deram a ele um significado maior do que merecia. Eu sempre entendi que a integração do continente beneficiaria o Brasil. Eu era favorável à aproximação com a Argentina, desde que junto com o Chile.¹⁷²

A CAMPANHA CONTRA A “ÚLTIMA HORA”

O caso Perón era complicado demais para tornar-se manchete e escândalo de um dia para outro. Só seria notícia, na verdade, em 1954. Outro caso, o do jornal Última Hora, tornar-se-ia notícia de primeira página ainda em 1953. Esse caso estava ligado aos primeiros impactos do segundo governo Vargas.

Se, no discurso de 1º de maio de 1951, o Presidente assustara os adversários e os indiferentes que ainda não atinavam com o que ele pretendia fazer, em junho desse ano tornar-se-iam ainda mais claros seus propósitos e, para um conjunto de interesses estrangeiros e internos, a ameaça que eles significavam. Nesse mês, no dia 21, foi lançado o novo jornal de Samuel Wainer, a Última Hora.

Samuel Wainer, como Carlos Lacerda, seu maior rival e inimigo, pertencera ao Partido Comunista. Samuel, nos anos finais do Estado Novo, criara e dirigira uma revista chamada Diretrizes.

Samuel aproximara-se de Getúlio ao entrevistá-lo, quase por acaso, meses antes da campanha presidencial de 1950, para os “Diários Associados” de Assis Chateaubriand (até hoje se discute se foi realmente por acaso ou iniciativa de Samuel, ou se Chateaubriand pediu que ele simulasse esse acaso). Samuel percorria o interior do Rio Grande num pequeno avião, tentando atender a uma encomenda de Chateaubriand: uma série de reportagens sobre a cultura do trigo no Sul. Enfastiado com uma tarefa que atenderia apenas aos interesses comerciais de Chateaubriand, Samuel aproveitou um pouso imprevisto em São Borja para procurar Getúlio. Os primeiros minutos do encontro

¹⁷² Vasco Leitão da Cunha, *Diplomacia em Alto Mar*, pp. 182 a 184.

foram difíceis. Tanto Samuel quanto Chateaubriand, este muito ajudado por Getúlio desde que Governador do Rio Grande antes da Revolução de 30, tinham criado grandes problemas para o ex-Presidente. Samuel, porém, conseguiu convencer Getúlio de que a palavra deste, veiculada pelos jornais "Associados", seria ouvida em todo o país.

Ao tomar conhecimento das declarações de Getúlio, Chateaubriand decidiu que sairiam na primeira página de todos os seus jornais, com um título retumbante:

– Getúlio diz que voltará como líder de massas!

Samuel voltou várias vezes a São Borja e à Fazenda do Itu, fez outras entrevistas com Getúlio e cobriu sua campanha eleitoral. Chateaubriand abriu espaço para Getúlio e explicou a Samuel, na linguagem chula e grosseira que costumava usar:

– Vamos cevar este porco para assustar a burguesia.

Assustada, a burguesia faria o que Chateaubriand quisesse e pagaria o que Chateaubriand pedisse para combater Getúlio.

Com a eleição de Getúlio, Samuel decidiu criar seu próprio jornal – um jornal de qualidade, mas ao mesmo tempo um jornal popular, que conseguisse sobreviver, firmar-se e expandir-se adotando a linha de apoio ao novo governo, à sua política nacionalista e às suas iniciativas sociais, concorrendo e confrontando-se com os grandes jornais, todos conservadores, antigetulistas, antinacionalistas e antirreformistas.

Samuel diria depois que a iniciativa teria sido do próprio Getúlio e que este lhe teria proposto a criação de um jornal assim. Alzira Vargas retificaria: Samuel é que tomara a iniciativa e pedira ajuda. Falando em nome do pai, Alzira disse a Samuel que ele tentasse conseguir o apoio de amigos getulistas, mas não contasse com favores oficiais.

Entre outros amigos, Samuel procurou o novo presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, o diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito e futuro Embaixador nos Estados Unidos Walter Moreira Salles, e o deputado e empresário Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria. Os três associaram-se a Wainer como pessoas privadas.

Nesse momento, coincidentemente, estavam à venda o prédio em fim de construção e o parque gráfico, em fase de instalação, de uma empresa chamada Érica – Editora de Revistas e Jornais, do grupo do Diário Carioca, do Rio, no qual tinha também interesses e créditos o Banco Moreira Salles.

John Wills Foster Dulles, um historiador insuspeito de simpatias por Samuel Wainer, porque todo apaixonado pelo maior inimigo de Wainer, Carlos Lacerda, escreve, na biografia deste:

– A primeira tarefa de Wainer, a de encontrar instalações para imprimir o jornal, foi facilitada pela má atuação financeira do Diário Carioca, que havia apoiado Cristiano Machado para Presidente. Os diretores desse jornal, José Eduardo de Macedo Soares e Horácio de Carvalho Júnior, estavam interessados em vender a Editora de Revistas e Publicações (Érica), que havia construído um edifício de quatro andares na Avenida Presidente Vargas para a publicação do Diário Carioca e que se encontrava seriamente endividada com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

– A venda do prédio e sua prensa rotativa a um grupo ligado a Wainer, por aproximadamente 58 milhões de cruzeiros, tornou-se possível graças aos membros desse novo grupo, principalmente Walter Moreira Sales, superintendente da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil, o deputado Euvaldo Lodi e Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil, todos eles alvos da Tribuna [da Imprensa, o jornal de Carlos Lacerda] no passado. Moreira Sales, cujo Banco Moreira Sales já havia investido bastante na Érica, tomou 10 milhões de cruzeiros das novas ações; Jafet usou o banco da família para levantar uma quantia semelhante; e Euvaldo Lodi emprestou 7 milhões de cruzeiros e providenciou um contrato em que o Sesi (Serviço Social da Indústria) gastaria 9 milhões de cruzeiros em propaganda. Os novos proprietários da Érica concordaram em assumir as dívidas antigas e imprimir o Diário Carioca por dois anos.

– Após a transferência da Érica, foi preciso financiar o lançamento do novo jornal. Parte desse dinheiro veio de um empréstimo inicial de 63 milhões de cruzeiros, do Banco do Brasil, dos quais 17 milhões ajudaram a completar a compra da Érica e cerca de 10 milhões foram retidos pelo Banco como pagamento de um empréstimo feito à Érica quando Dutra era Presidente... O indus-

trial Francisco Matarazzo Júnior, inimigo de Assis Chateaubriand, forneceu 3 milhões de cruzeiros. Na época o público não sabia das transações financeiras, e alguns dos que adquiriram ações, como Moreira Sales, transferiram suas quotas para o nome de terceiros. Wainer tomou um cuidado especial para não permitir que fossem revelados empréstimos feitos por três bancos, totalizando 3 milhões de cruzeiros (a serem liquidados com publicidade no jornal), obtidos por Kubitschek, governador de Minas, depois que Cláudio Medeiros Lima levou Wainer até ele.

– As listas de diretores e acionistas da *Érica* e da nova empresa jornalística – prossegue o biógrafo de Lacerda – revelaram os nomes do embaixador Carlos Martins Pereira de Sousa (presidente da *Érica*), Luís Fernando Bocayuva Cunha (genro de Ernesto Simões Filho, ministro da Educação), Armando Daudt d'Oliveira, Dinarte Rey Dornelles (sobrinho de Vargas), um sobrinho de Matarazzo, e irmãos do senador Napoleão de Alencastro Guimarães e do governador Amaral Peixoto. Bocayuva Cunha, que deixou o Banco do Brasil [do qual era funcionário] para ser vice-presidente do jornal, conseguiu comprar, por uma quantia irrisória, um título abandonado: *Última Hora*.

– O fornecimento de papel para a *Última Hora* ficou assegurado depois que João Alberto [Chefe do Departamento Econômico do Itamarati], numa viagem oficial aos Estados Unidos e ao Canadá em 1951, entrou em acordos, atendendo a um pedido de Wainer. Em consequência, a Atlanta Corporation, do Canadá, ofereceu contratos de cinco anos para fornecimento de papel de jornal ao Brasil, sob a condição de que os pagamentos fossem efetuados ou garantidos pelo Banco do Brasil. A única empresa que participou de tal negociação foi a *Érica*, a favor da qual o Banco do Brasil garantiu um pagamento equivalente a mais de 100 milhões de cruzeiros num prazo de cinco anos.

Dulles conclui sua insuspeita narrativa desse episódio:

– O primeiro número da *Última Hora*, lançado no Rio a 12 de junho de 1951, destacava o fac-símile de uma carta elogiosa escrita por Vargas. O jornal contava com muito mais páginas do que a *Tribuna da Imprensa* e sua circulação subiu para mais de 100 mil exemplares (e mais de 150 mil às segundas-feiras quando não havia jornais matutinos). Wainer, em busca de fundos para

sua edição paulista, antes mesmo que a Última Hora carioca atingisse seu ápice, pôde contar a Matarazzo que o jornal “alcançara o primeiro lugar ou, pelo menos, segundo” no Rio. Carlos apressou-se em relatar aos leitores da Tribuna que o “notório” Wainer havia “servido à embaixada alemã em plena guerra” e encontrava-se à venda para quem fizesse a oferta mais alta. A Tribuna intensificou seus ataques contra Lutero Vargas (“um badameco”¹⁷³), chamou Wainer de “um brasileiro de última hora” e descreveu a Última Hora como um jornal “que o Sr. Getúlio Vargas montou para os comunistas”.¹⁷⁴

¹⁷³ Essa expressão pode dar a impressão de que tenha algum conteúdo ou significado militar; mas, segundo os dicionários, quer dizer apenas “rapazola”, “pessoa insignificante”.

¹⁷⁴ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, a vida de um lutador, pp. 141 a 143.

CAPÍTULO 28

MAIO, 1953

A PALAVRA DE CARLOS LACERDA DOMINA OS CONVENCIONAIS DA UDN

A OPOSIÇÃO DECIDE PELO GOLPE

EM VOLTA REDONDA, GETÚLIO LEMBRA: "HÁ DEZ ANOS PASSADOS, NESTA DATA DE 1º. DE MAIO, FOI SANCIONADA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. AQUI, SEMPRE ME ACOLHESTES COM O MESMO ENTUSIASMO".

Não interessava à UDN, nesse quadro, estrangular o governo em relação a todas as suas medidas – caso, por exemplo, do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. O governo cedera às pressões pelo acordo, e cedera de má vontade. A UDN era a favor do Acordo. O governo Vargas e o General Gois Monteiro, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, vinham resistindo, desde março de 1951, aos pedidos de tropas brasileiras para a guerra da Coreia.

O PTB, especialmente, era contra o Acordo – e via-se acusado, até por João Neves, o Ministro do Exterior, de fazer o jogo comunista. A UDN, porém, gostava intrinsecamente do Acordo, que estava em sua índole. A UDN assumiu a liderança da aprovação do Acordo pelo Congresso.

O apoio da UDN ao Acordo é reforçado por dois pedidos: o do Ministro do Exterior, João Neves da Fontoura (embora Getúlio houvesse decidido não envolver-se na aprovação do Acordo no Congresso) e o do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Em atenção a esse dois pedidos, quem conduziu e liderou a aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos no Congresso foi o líder da oposição na Câmara, deputado Afonso Arinos.

A expectativa de Getúlio talvez fosse a de o Acordo permanecer encalhado no Congresso. Com o ativo apoio da UDN, porém, ele seria aprovado em março de 1953, rejeitadas, graças ao esforço de Afonso Arinos, ou seja, da

oposição, emendas que protelariam pelo menos a vigência de algumas de suas cláusulas.

Getúlio, porém, que já vivera as duras e trágicas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial, convivendo com um Presidente dos Estados Unidos como Franklin D. Roosevelt, não seria paralisado nem pelo sucessor de Roosevelt, Harry S. Truman, nem pelo sucessor deste, o General Dwight D. Eisenhower.

Em sua mensagem anual ao Congresso, a 15 de março de 1953, em pleno debate sobre o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, já uma bandeira da UDN, o maior dos partidos de oposição, Getúlio dirá que o Acordo não vai “representar novos compromissos para o Brasil, que passará a receber fundos votados pelo Congresso norte-americano, assim como assistência técnica, visando ao aperfeiçoamento da defesa nacional”.

Em contrapartida, segundo o Acordo, o Brasil se comprometia “a participar de operações importantes para a defesa do Continente” e a fornecer aos Estados Unidos da América os minerais estratégicos que já vinham sendo discutidos.

– A oposição ao Acordo Militar – diriam os entrevistadores do Embaixador Vasco Leitão da Cunha, no depoimento do qual resultaria seu livro de memórias – batia muito na tecla de que o acordo previa a entrega pelo Brasil de minerais estratégicos, como areias monazíticas e sais de tório, sem as chamadas compensações específicas, ou seja, sem os Estados Unidos contribuírem para a criação de uma indústria que beneficiasse esses minerais no Brasil. Havia também um grupo, favorável à implantação de um programa de energia nuclear brasileiro, que considerava que esses minerais seriam necessários aqui.

Getúlio tirou proveito dessa situação e mandou o almirante Álvaro Alberto à Europa para conversar com a Alemanha e com a França.

Mas os americanos – acrescentavam os entrevistadores – terminaram vetando a ideia de um programa nuclear brasileiro, alegando que o Brasil não tinha competência para mexer com isso.

A essas observações responderia Vasco Leitão da Cunha:

– Acredito que essas objeções feitas pelos Estados Unidos se baseassem no receio de ver o dedo alemão no gatilho. Porque a Alemanha, se fosse se

meter, faria excelentemente e ficaria poderosíssima. De maneira que eles não querem nem ouvir falar! Imaginem que sucesso em Wall Street, a Alemanha com um dedo na alavanca nuclear!¹⁷⁵

A versão de Moniz Bandeira é diferente:

– Vargas tratou de implementar o princípio da liberdade de relações com outros países, no campo da energia atômica, a fim de obter os conhecimentos técnicos e os equipamentos negados pelos Estados Unidos.

– O Almirante Álvaro Alberto, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, assinou um contrato com a Société des Produits Chimiques des Terres Rares, para a compra de uma usina de produção de urânio metálico nuclearmente puro, a ser instalada em Poços de Caldas (Minas Gerais). E encomendou aos físicos Wilhelm Groth, do Instituto de Físico-Química da Universidade de Bonn, Konrad Beyerle, da Sociedade Max Planck para o Progresso da Ciência, e Otto Hahn, todos da Alemanha Ocidental, a fabricação de três ultracentrífugas, segundo um processo que eles aperfeiçoaram, com o objetivo de instalar, no Brasil, uma usina de separação de isótopos; ou seja, de enriquecimento de urânio, como etapa decisiva para o domínio da tecnologia que possibilitava a produção da bomba atômica.

– Esses entendimentos se concretizaram ao longo de 1953, depois que o General Dwight Eisenhower, eleito pelo partido Republicano, assumira a presidência dos Estados Unidos, e já se evidenciava que o Brasil não receberia qualquer colaboração tecnológica para o seu programa nuclear, como compensação pela venda de areias monazíticas, nem os recursos necessários à execução dos projetos de desenvolvimento elaborados pela Comissão Mista. Os serviços de inteligência norte-americanos então previam que, por fracassar na obtenção dos financiamentos, o governo de Vargas poderia enveredar por uma rota cada vez mais independente, em questões econômicas, e que o desejo de fortalecer o poder de barganha vis-à-vis os Estados Unidos tornar-se-ia importante fator na política externa do Brasil, compelindo-o a estreitar relações com a América Latina, bem como a incrementar seu comércio e mesmo

¹⁷⁵ Vasco Leitão da Cunha, *Diplomacia em alto mar*, p. 180.

restabelecer relações diplomáticas com a União Soviética.¹⁷⁶

Getúlio estava preocupado com questões como essa – da autonomia científica e tecnológica do Brasil. A UDN tinha como prioridade ajustar a política do Brasil à dos Estados Unidos. Os Estados Unidos de Eisenhower.

A UDN apoiou o Acordo Brasil-Estados Unidos, ao qual se opunham os grupos nacionalistas e todas as correntes de esquerda. O Brigadeiro Eduardo Gomes argumentava que só assinando esse acordo o Brasil garantiria o material bélico de que necessitava.

No dia 1º de maio de 1953, Getúlio foi a Volta Redonda, a usina siderúrgica que ele criara com financiamento dos Estados Unidos e para cuja inauguração, no governo Dutra, não fora sequer convidado. Em Volta Redonda, discursando, Getúlio relembra não apenas a luta pela siderurgia no Brasil, mas também sua luta pela justiça social:

– Há dez anos passados, nesta data de 1º de maio, foi sancionada a Consolidação das Leis do Trabalho. Aqui [em Volta Redonda], sempre me acolhestes com o mesmo entusiasmo, em visitas anteriores...

Os trabalhadores de Volta Redonda, assim como os de todo o país, não se esqueciam disso. E pelos cinquenta anos seguintes, e mais que isso, as pesquisas de opinião pública sempre incluíam o nome de Getúlio entre os mais lembrados e respeitados da história do Brasil. O que Getúlio diz a seguir talvez explique porque:

– Restabeleci a liberdade sindical, garantindo aos trabalhadores o direito de livre escolha de seus dirigentes, em eleições que já se realizaram sem qualquer interferência do Poder Público. Existem no país, em pleno funcionamento, cerca de duas mil entidades profissionais, a cujo número se incorporaram mais de cem, que nestes últimos 12 meses receberam as suas cartas sindicais.

(O governo Dutra submeteu à intervenção quase metade dos sindicatos. Além disso, Dutra baixou um decreto-lei sobre o direito de greve, que era a negação mais absoluta desse direito e sobreviveu à própria Constituição de 1946).

¹⁷⁶ Moniz Bandeira, *Brasil-EUA, a rivalidade emergente*, pp. 38 e 39.

LACERDA VENCE NA CONVENÇÃO

Foi também em maio de 1953 que uma convenção nacional da UDN deixou-se dominar pela palavra incendiária de Carlos Lacerda e lançou o partido na linha do golpe de Estado. Em sua primeira convenção nacional após a posse de Getúlio, convenção realizada em abril de 1951, a UDN recusara a tese de oposição sistemática.

– Na prática, porém – lembrará Maria Celina Soares d'Araújo – manteve-se sistematicamente oposicionista e intransigente, temendo a possibilidade de novamente incorrer no adesismo que caracterizara sua atuação no governo Dutra... A opção pelo golpe vai sendo gradativamente amadurecida e torna-se irreversível a partir de 1953. Até então, a UDN apresenta alguma disponibilidade para avaliar as propostas de composição ou de participação no governo.

– Na trajetória política da UDN, há um primeiro momento em que a ameaça comunista é cultivada na mesma dimensão do perigo getulista. Depois, diferentemente da oposição militar, a UDN conclui que o comunismo não representa para ela o perigo maior a ser combatido, e sim o getulismo. Essa posição fica marcada por ocasião da convenção nacional de maio de 1953.¹⁷⁷

Segundo Tancredo Neves, deputado do PSD de Minas, que logo depois seria nomeado Ministro da Justiça de Getúlio, o comportamento da UDN mudou muito:

– Depois de eleito o Getúlio, o Lourival Fontes, que era seu o Chefe da Casa Civil, sempre manteve ligações muito estreitas, muito íntimas, com a UDN e reunia frequentemente no seu gabinete toda a UDN de Minas. E houve realmente muitas trocas. Eu diria assim trocas de favores políticos de Getúlio com a UDN de Minas, até o momento em que o grupo lacerdista assumiu o comando de fato da UDN e começou a impor à UDN as suas diretrizes e a linha do seu interesse. Aí houve realmente um afastamento da UDN que frequentava o palácio, chamada de “chapa branca”, que passou a uma posição

¹⁷⁷ Maria Celina Soares d'Araújo, *O segundo governo Vargas*, pp. 110 e 111.

até extremamente radical.¹⁷⁸

CHATEAUBRIAND ABRE A TV PARA LACERDA

A campanha de Lacerda contra a Última Hora esgotar-se-ia em pouco tempo mais se permanecesse limitada à Tribuna da Imprensa e à Rádio Globo, que Roberto Marinho (seu diretor, diretor de O Globo e mais tarde diretor da futura TV-Globo), franqueara a Lacerda, embora não lhe abrisse espaço maior em seu jornal, de muito maior repercussão que a rádio.

No início de junho, porém, Lacerda ganhou outro aliado de peso – Assis Chateaubriand, dos “Diários Associados”. Episódio narrado pelo biógrafo deste, Fernando Morais.

De volta da coroação, a 2 de junho, da Rainha da Inglaterra, Chateaubriand leu a bordo do avião, entre Lisboa e Dacar, uma nota da revista norte-americana Time, de menos de trinta linhas, com o título “Imprensa em Julgamento”:

– A nota resumia um começo de incêndio que em pouco tempo iria se transformar em uma guerra de proporções nacionais contra o maior sucesso da imprensa brasileira nos últimos anos, o jornal Última Hora, de Samuel Wainer. Segundo a notícia do Time, a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, descobrira que a Última Hora tinha sido montada quase que integralmente com dinheiro fornecido pelo Banco do Brasil, que agora ameaçava cobrar a dívida.

– Quando Chateaubriand voltou ao Brasil, Lacerda se debatia desesperadamente para ampliar a repercussão do filão que descobrira. Além de seu próprio e modesto jornal, ele contava apenas com o apoio de Roberto Marinho, que colocara os microfones da Rádio Globo à disposição da campanha contra Wainer... O sucesso indiscutível da Última Hora vinha se transformando de pequena dor de cabeça em ameaça em potencial aos interesses do dono dos “Associados”... Para montar o começo do que sonhava transformar em uma grande rede, ele [Wainer] levantara um total de 64 milhões de cruzeiros (1,6

¹⁷⁸ Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, p. 187.

milhão de dólares de então, aproximadamente 8 milhões de dólares de 1994) – metade tomada como empréstimo ao Banco do Brasil e a outra metade obtida com três capitães de empresa: o banqueiro Walter Moreira Salles e os industriais Ricardo Jafet e Euvaldo Lodi.

Além de confiar ao repórter mais importante e de mais repercussão dos “Associados”, David Nasser, o comando de uma campanha de destruição de Samuel Wainer e da Última Hora, Chateaubriand colocou à disposição de Lacerda suas duas estações de televisão, o Canal 6 do Rio e o Canal 3 de São Paulo – que monopolizavam a audiência nas duas cidades por serem as únicas TVs já em funcionamento no Brasil.

O que Chateaubriand leu no Time tinha como ponto de partida mais uma denúncia da Tribuna da Imprensa, em maio, com base numa entrevista que, segundo o insuspeito e apaixonado biógrafo de Lacerda, Foster Dulles, “nunca aconteceu”.

O entrevistado que não dera entrevista nem fora ouvido era o ex-deputado Herófilo Azambuja, a quem a Tribuna atribuiu a declaração de que fora nomeado interventor do governo na Última Hora, para tentar recuperar o dinheiro do Banco do Brasil “esbanjado” por Samuel Wainer.

No dia seguinte, a Última Hora publicou declarações, estas verdadeiras, de Herófilo Azambuja, que nem estava no Rio (tinha viajado para Porto Alegre), negando ter dado qualquer entrevista à Tribuna. Azambuja acrescentou ter estado, sim, na Última Hora, mas um ano antes e como simples auditor.

O repórter que supostamente entrevistara Azambuja para a Tribuna, um jovem jornalista chamado Natalício Norberto, foi interpelado pelos colegas e insistiu na veracidade da “entrevista”, e escreveu outra reportagem, com novos detalhes, para confirmá-la.

Natalício Norberto mostrava-se assustado e disse aos colegas da Tribuna que estava sendo perseguido. No dia seguinte, porém, ele foi à Última Hora e declarou, em longa entrevista, ter sido forçado por Carlos Lacerda a forjar as “declarações” de Herófilo Azambuja.

– Natalício Norberto – escreve Fernando Moraes – disse à Última Hora que a entrevista com Azambuja publicada na Tribuna tinha sido feita por tele-

fone e que do outro lado da linha poderia estar “um interlocutor desconhecido e não identificado”; que o título que dera fora modificado; e que a redação do jornal tinha enxertado em seu trabalho informações que não se lembrava de ter escrito. “Não quero continuar encarando meus colegas com sentimento de vergonha ou inferioridade” – concluiu Natalício Norberto. A manchete da Última Hora foi pesada: “Desmascarada pelo próprio repórter a Tribuna da Imprensa”.¹⁷⁹

A Tribuna era um jornal tão apaixonado que sua reputação não era grande coisa, mesmo em círculos ligados à UDN, a Lacerda, a seus heróis, como o Brigadeiro Eduardo Gomes, e aos seguidores deste na Aeronáutica. Mesmo na Aeronáutica circulavam histórias das quais a Tribuna não se saía nada bem. O então Ministro da Aeronáutica, brigadeiro Nero Moura, diz em suas memórias:

– Certa vez, o Dario [o futuro Brigadeiro Dario Cavalcanti de Azambuja], meu chefe de gabinete, procurou o Carlos Lacerda para reclamar contra ataques ou informações incorretas que ele havia publicado sobre o avião do Presidente, ou algo que estava muito em voga... Em suma, o Dario foi lá reclamar e disse: “Vocês estão exagerando, essa informação não é verdadeira”. E o Lacerda deu sua versão: “Coronel, a imprensa é como uma padaria: tem que vender o pão enquanto ele está quente. Se formos perder tempo em apurar a verdade, o assunto fica frio. E pão dormido ninguém compra”. A mentalidade... era essa: vender a notícia enquanto ela estivesse quente, mesmo que fosse errada.¹⁸⁰

Outra coisa que Nero Moura conta é o que ouviu do Chefe da Casa Civil de Getúlio, Lourival Fontes:

– Há mais um dado que eu gostaria de deixar registrado. Quando se iniciou a campanha do Lacerda contra o Presidente Vargas, contra a Última Hora, o Lourival Fontes, numa conversa que tivemos, disse: “Veja como são as coisas, Nero. Lacerda pediu 5 milhões emprestados ao Banco do Brasil – era uma quantia considerável – porque está enforcado com o jornal, perdendo muito dinheiro. Falei com o Presidente, sugerindo que concordasse com o emprésti-

¹⁷⁹ Fernando Moraes, *Chatô, o Rei do Brasil*, pp. 549 e 550.

¹⁸⁰ Nero Moura, *Um voo na história*, p. 326.

mo, porque assim manteríamos o homem preso ao governo. Se nos atacasse, o Banco do Brasil executaria a dívida. Com o dinheiro no bolso, Lacerda não poderia atacar o Presidente. O Presidente concordou com a minha proposta, mas os inimigos e desafetos que o Carlos Lacerda tinha no palácio fizeram uma onda tão grande que, afinal, perdi a parada, fui vencido. Agora, por causa de 5 milhões, estamos sendo atacados e acuados dessa maneira”.

Lourival Fontes era interlocutor habitual de figuras da UDN, que o visitavam no próprio Palácio do Catete, e foi por isso acusado de deslealdade a Getúlio.

– É uma grande mentira – contesta Nero Moura – uma grande calúnia! O Lourival Fontes era o maior amigo do Presidente. Eu próprio pude constatar que ele sempre se manteve ao lado do Presidente, lutando com muita lealdade. Se houve homem leal ao Presidente foi o Lourival Fontes. Isso são intrigas contra uma pessoa honestíssima, que, inclusive, morreu pobre, e que jamais deixou de ser dedicada ao Presidente, de corpo e alma.¹⁸¹

Cláudio Lacerda, sobrinho de Carlos e também redator da Tribuna, escreveria, já no fim da década de 1990, um livro sobre o atentado de agosto de 54, no qual reconstitui esse momento de maio de 1953, a entrevista falsa de Herófilo Azambuja e a entrevista do repórter Natalício Norberto à Última Hora:

– A entrevista foi uma bomba na Tribuna. Lacerda diria depois que um de seus companheiros, com o desmentido na mão, entrou em sua sala e disse: “Estamos perdidos...”

Lacerda respondeu:

– Não. Agora começamos.

Lacerda, segundo Cláudio, sentiu-se forçado a provar que, “se não tinha havido ainda, deveria haver logo a intervenção do Banco do Brasil na Última Hora”. A Tribuna, segundo Lacerda, começou a divulgar “uma série de fatos e documentos sobre o financiamento do grupo de imprensa e rádio alimentado pelos novos amigos de Vargas”.

– A campanha contra a Última Hora ganhou as ruas... Além do apoio popular e também por causa dele, os outros jornais que estavam preocupados com

¹⁸¹ Idem, pp. 275 e 276.

a concorrência desleal da Última Hora abriram espaço para Lacerda, que passou a fazer um programa na Rádio Globo e outro na TV Tupi.¹⁸²

A CPI DA “ÚLTIMA HORA”

Na Câmara, o deputado Armando Falcão, eleito pelo PSD cearense mas alinhado com a UDN e Lacerda, disse que o Ministério da Fazenda estava reduzindo os financiamentos para obras públicas no Ceará, enquanto o dinheiro do governo desaguava no grupo Wainer.

Em poucos dias, Falcão conseguiu a assinatura de 110 deputados, um terço da Câmara, para um requerimento no qual pedia uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Grupo Wainer.

A ideia de criação da CPI foi reivindicada também pelo próprio Samuel Wainer. Segundo Lutero Vargas, seu amigo, “ocorreu a Wainer a ideia de propor, a exemplo do que então estava muito em moda nos Estados Unidos, especialmente depois da entrada em cena do famoso Senador McCarthy, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, para se opor à campanha cada vez mais odiosa que continuava em ascensão contra Wainer e de ricochete contra Getúlio Vargas, que era apontado como seu protetor”.

Wainer chegou a escrever a Getúlio: “o rato caiu na sua própria armadilha”; e que, “como já liquidamos Lacerda no campo jornalístico, agora pretendemos dar-lhe um nocaute no campo parlamentar”. Em outra carta, a Alzira Vargas, Wainer sugeriu que o Banco do Brasil fosse instruído a não permitir a quebra de seu sigilo bancário. Além disso, era conveniente que o PSD tivesse em vista, ao indicar seus representantes na comissão, que era preciso “uma comissão decente”.

– O PTB – dizia Wainer – já indicou o seu: Frota Aguiar, nosso amigo...

Wainer foi vítima de duas ilusões: uma, achar que a CPI seria fatal para Lacerda e boa para o governo; outra acreditar que o deputado Frota Aguiar,

¹⁸² Cláudio Lacerda, *Uma crise de agosto: o atentado da rua Tonelero*, pp. 52 e 53.

logo escolhido relator da Comissão, agiria a seu favor.

Getúlio e o governo concordaram com a criação da CPI ou pelo menos não opuseram obstáculos. Pela Constituição, bastava que um terço da Câmara ou do Senado o requeressem para que uma CPI fosse criada: com isso se assegurava o direito das minorias. Mas os governos sempre tiveram meios de dificultar a ação e a própria instalação de CPIs inconvenientes. Nesse caso, e cumprindo outra garantia constitucional (a participação dos partidos nas comissões proporcionalmente ao peso de suas bancadas), os dois partidos mais ligados ao governo ficaram com quatro dos sete lugares, a maioria absoluta e, portanto, teoricamente, com o controle da comissão: o PSD, governista (de novo, teoricamente), indicou três integrantes da CPI e o PTB, o partido do Presidente da República, indicou um. A UDN, principal partido da oposição, ficou com apenas dois lugares e o PSP, que apoiara Getúlio em 1950, na eleição, ocupou o último lugar.

Na verdade foram duas CPIs, integradas pelos mesmos deputados: uma apurou o caso da Última Hora, a outra apuraria o caso dos outros jornais, também acusados de favorecimento por parte do Banco do Brasil. O deputado Carlos Castilho Cabral, do PSP, foi escolhido presidente das duas comissões. Frota Aguiar, indicado pelo PTB, tornou-se relator da CPI do caso Última Hora. Guilherme Machado, da UDN, foi escolhido relator da CPI paralela sobre os outros jornais.

Já na organização das duas CPIs, os adversários do governo – não os de Samuel Wainer – levaram vantagem. Entre os indicados pelo PSD houve várias substituições e afinal esse partido ficou representado pelos deputados Ulysses Guimarães, Leoberto Leal (de Santa Catarina) e Napoleão Fontenelle (do Espírito Santo).

Ulysses Guimarães diria, no depoimento a partir do qual seria construído seu livro de memórias, escrito por Luís Gutenberg, que não se interessou muito pelos trabalhos da comissão, e que esse desinteresse ajudou os adversários do governo.¹⁸³

¹⁸³ Luís Gutenberg, Moisés, codinome Ulysses, p. 28.

Pior, não do ponto de vista da Última Hora, mas do ponto de vista de Getúlio, foi a indicação do PTB. Seu representante, o deputado Frota Aguiar, delegado de polícia, era segundo suplente e estava por acaso em exercício. A escolha de seu nome pelo PTB foi explicada pela disposição do governo de apoiar uma investigação sem peias do caso da Última Hora.

Com a indiferença e o alheamento de deputados do PSD governista, como Ulysses Guimarães, e com a escolha de um suplente em exercício pelo PTB, como Frota Aguiar, para relator, a CPI se transformou em campo de tiro livre: não contra Wainer e a Última Hora, que eram caças pequenas, mas contra Getúlio.

O futuro Ministro da Justiça Tancredo Neves ainda estava na Câmara, exercendo o mandato de deputado, quando da instalação da CPI, cujos trabalhos acompanharia depois, de dentro do governo.

– O ruidoso caso da Última Hora – diria ele – foi o começo da grande crise que afetou de perto a estabilidade do governo Vargas. A Última Hora surgiu com grande sucesso, teve uma repercussão de opinião pública enorme. Todos os órgãos de imprensa da época se somaram contra a Última Hora e a Comissão Parlamentar de Inquérito teve uma tramitação muito tumultuada, além da repercussão que davam aos trabalhos da Comissão de Inquérito, pelo rádio, pela televisão, pela imprensa. Todos querendo a liquidação da Última Hora. Mas houve um fato surpreendente: um dos deputados integrantes do PTB [Frota Aguiar], que fazia maioria na Comissão, resolveu bandear para o lado da UDN. Aí criou-se um problema sério, porque o governo ficou em minoria na Comissão.¹⁸⁴

A CPI ouviria, ao longo de 90 dias, 28 depoimentos, em 44 reuniões públicas. O primeiro a ser ouvido foi, como primeiro signatário do requerimento de constituição da CPI, o deputado Armando Falcão, que tinha a prerrogativa de sugerir as providências iniciais da comissão. Sugeriu a convocação, para prestarem depoimento, de Carlos Lacerda e Samuel Wainer; e investigações em vários órgãos da área econômica do governo, sobre os empréstimos à Última Hora e suas importações de papel. Pediu, ainda a requisição das fichas de

¹⁸⁴ Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, p. 187.

antecedentes políticos (atestado de ideologia) de Samuel Wainer, dos principais jornalistas da Última Hora (Otávio Malta, João Etcheverry, Paulo Silveira, Edson Carneiro) e dos dirigentes da Rádio Clube do Brasil (comprada por Wainer), Moisés Weltman, Henrique Gandelman, Dias Gomes e o maestro Cláudio Santoro. Apesar de todas as cobranças, esses atestados de antecedentes políticos não foram fornecidos à CPI pelo novo Ministro da Justiça, Tancredo Neves.

Depois de Armando Falcão, com seu pedido de atestados de antecedentes, o que hoje considerariamos odioso e também ridículo, prestou depoimento Carlos Lacerda. Segundo seu biógrafo Foster Dulles, "Carlos, falou calma e suavemente, em contraste com seus editoriais. Ao se referir à sua própria situação financeira, mencionou a renda provinda de seu trabalho e a dívida de 200 mil cruzeiros, a maioria da qual aplicada em sua casa de Samambaia..."

– O esguio Wainer, segunda testemunha da CPI – prossegue Dulles – disse que o Banco do Brasil realizava operações financeiras com muitos jornais e rádios. "O grande crime de que estamos sendo acusados é o de ser amigos do Presidente Vargas... Mas ninguém apontou vantagens ou privilégios pessoais que nessa condição tenhamos auferido."¹⁸⁵

Foi nesse momento que Chateaubriand franqueou suas duas televisões, a do Rio e a de São Paulo, para a campanha contra a Última Hora. E foi então que Carlos Lacerda iniciou sua carreira na televisão – carreira que lhe permitiria construir o próprio futuro e contribuir decisivamente para mudar e até para encerrar carreiras e vidas alheias.

– Lacerda – diz Fernando Moraes – nunca tinha usado a TV em sua vida, mas em uma viagem que fizera aos Estados Unidos, dois anos antes, ficara fascinado com a capacidade de comunicação do programa de maior sucesso na TV americana, *Life is worth living* ("Vale a pena viver"), apresentado pelo bispo católico auxiliar de Nova York, Fulton Sheen. Anticomunista ferrenho, o bispo magnetizava os telespectadores... valendo-se apenas de sua oratória, de um quadro negro e de alguns gráficos desenhados em cartolina.

¹⁸⁵ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, p. 158.

– Apesar de nervoso e assustado com as luzes dos refletores e com as câmeras que nunca havia enfrentado antes, Lacerda precisou de poucos dias para se tornar um sucesso de audiência tão grande que Chateaubriand deu ordens para que a direção da TV Tupi aumentasse os cinco minutos diários que lhe tinham sido concedidos. Como o bispo Sheen, Lacerda colocou um quadro negro atrás da mesa em que se sentava e ainda inovou, deixando a seu lado um telefone à disposição dos telespectadores. Num dos primeiros dias da campanha, no Rio (ele se revezava, fazendo apresentações no Rio, que ainda era a capital federal, e em São Paulo), um telespectador ligou perguntando o que é que a população tinha a ver com aquela briga comercial entre jornais...

Lacerda “aproveitou a pergunta providencial” para, como contou em suas memórias, chegar onde queria:

– Eu aí fui – diria Lacerda – para o quadro negro, tracei assim um sol e uma porção de satélites. Lá embaixo eu fiz um satélite pequenininho e escrevi Última Hora, e disse: “Estou aqui, daqui vou passar para aqui”. Apontei para o sol e escrevi: Getúlio Vargas. Quer dizer, graficamente os [telespectadores] tiveram a impressão de que aquilo tinha um alcance muito maior do que pensavam no começo.¹⁸⁶

A TV de São Paulo fora inaugurada em 1950 e a do Rio em 51. Em 53, ainda eram muito poucos os aparelhos receptores e não havia recursos técnicos nem para transmissões simultâneas Rio-São Paulo nem para as gravações em vídeo tape. Mas a televisão era notícia e a questão da Última Hora transbordou para todos os jornais.

De cinco minutos diários, o programa passou a ter meia hora e depois só tinha hora para começar – dez da noite – mas não para terminar e passava sempre da meia-noite.

Logo depois, sentindo-se ameaçado, ou querendo dar a impressão de que corria perigo, Lacerda pediu e obteve na polícia uma licença para porte de arma.

¹⁸⁶ Fernando Moraes, Chatô, o rei do Brasil, p. 552.

PRIMEIRA TENTATIVA DE "IMPEACHMENT"

A instalação da CPI da Última Hora coincidiu com o início de uma primeira tentativa de impeachment do Presidente Vargas, requerido à Câmara dos Deputados por um líder estudantil ligado à UDN, Wilson Leite Passos, e anunciado pelo deputado udenista Heitor Beltrão. Getúlio chegava à segunda metade de seu mandato de cinco anos, evento que dava novas expectativas à oposição radical comandada por Lacerda.

Pela Constituição de 1946, a qualquer momento em que deixasse o exercício do mandato, por morte, renúncia ou impeachment, o Presidente seria sucedido pelo Vice Café Filho. Vagando também o cargo de Vice, far-se-ia eleição sessenta dias depois de aberta a segunda vaga. Se as vagas ocorressem na segunda metade do mandato, a eleição não seria direta, mas pelo Congresso. O movimento pelo impeachment começa pouco antes de o governo completar metade do mandato: ultrapassada a metade do mandato, o Vice ou se compunha com as forças vitoriosas na derrubada do Presidente ou poderia ser também afastado sem o risco de uma eleição direta em seguida: a mesma maioria do Congresso responsável pelo impeachment elegeria novo Presidente e novo Vice-Presidente. (Em meados de 1963, quando se completara metade do mandato exercido inicialmente pelo Presidente Jânio Quadros, Carlos Lacerda advertiu o então Presidente João Goulart para que se cuidasse, porque a partir daquele momento cabia ao Congresso escolher seu substituto).

Segundo o então deputado Augusto do Amaral Peixoto, um dos vice-líderes da maioria, o requerimento de Wilson Leite Passos "alegava uma série de circunstâncias sem fundamentos legais":

— Todos os outros Presidentes já tinham incidido no mesmo erro, vamos dizer assim: aplicar, às vezes, recursos sem ter saldo orçamentário, pedindo posteriormente a cobertura. O Sr. Wilson Passos apresentou um trabalho, naturalmente feito por uma equipe, e que ele assinou. O Congresso Nacional esteve parado, durante dois ou três meses, exclusivamente discutindo o pedido de impeachment, que acabou sendo arquivado.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Depoimento ao Programa de História Oral da FGV.

Estava mais ou menos claro que a oposição contava com a CPI da Última Hora para dispor de acusações mais substanciais contra Getúlio. Esse primeiro pedido pode ter sido uma iniciativa isolada e não chegou a mobilizar seriamente nem a opinião pública nem a oposição parlamentar. Fracassada essa iniciativa, cresceram na oposição as tentações golpistas que a convenção da UDN, em maio, embutira obliquamente em seu programa.

CAPÍTULO 29

JUNHO, 1953

UMA NOVA EQUIPE, PARA NOVOS DESAFIOS

GETÚLIO DECIDE REFORMAR O MINISTÉRIO

E CHAMA JOÃO GOULART PARA O MINISTÉRIO DO TRABALHO, OSWALDO ARANHA PARA O DA FAZENDA E TANCREDO NEVES PARA O DA JUSTIÇA.

Dos ministros nomeados por Getúlio no dia de sua posse, 31 de janeiro de 1951, apenas dois tinham sido substituídos em quase dois anos e meio de governo – Danton Coelho por Segadas Viana no Ministério do Trabalho, e o General Estillac Leal pelo General Ciro do Espírito Santo Cardoso no Ministério da Guerra. Essas substituições acentuavam o perfil conservador do ministério, inevitável na fase mais extremada e histórica da guerra fria, para que o governo brasileiro conseguisse conviver com o governo dos Estados Unidos enquanto conduzia seus projetos econômicos e sociais mais ousados.

Complicadas desde o início, porque o governo Truman situara-se muito à direita das concepções do Presidente Roosevelt, essas relações tornaram-se ainda mais difíceis a partir de janeiro de 1953, com a investidura do General Eisenhower na presidência dos Estados Unidos. Mesmo homens como o Ministro do Exterior João Neves e o Ministro da Fazenda Horácio Láfer já não conseguiam grande coisa em seus esforços junto ao governo norte-americano.

No plano interno, os impasses também se agravavam. O comércio exterior, que em 1950 apresentara superavit de 425 milhões de dólares, revertera, ao fim de 1952, para um déficit de 286 milhões. (Depois de uma verdadeira farra de importados em seus primeiros tempos, o governo Dutra tivera de parar com essa brincadeira que arrasava a economia brasileira e impor severas restrições comerciais e cambiais das quais resultara o superavit de 1950).

O balanço de pagamentos passara de um superavit de 52 milhões para um

deficit de 615 milhões de dólares. Os atrasados comerciais – dívidas por importações já realizadas e ainda não pagas, por falta de divisas – já chegavam a 600 milhões de dólares. A inflação fora de quase 12% em 1952, índice então considerado muito alto, e poderia dobrar em 1953. Paralelamente a tudo isso, a economia brasileira expandia-se:

– Em suma – escreveria o futuro Ministro Mário Henrique Simonsen, num estudo sobre Oswaldo Aranha – o Brasil chegava à metade do segundo governo Vargas com a economia crescendo vigorosamente, mas com a inflação subindo de patamar, sujeitando a administração ao bombardeio oposicionista... Para culminar, o Brasil entrou numa vastíssima crise cambial no final de 1952, a qual se estendeu pelos seis primeiros meses de 1953.

A crise cambial que estrangulava a economia brasileira resultava, segundo Simonsen, do fato de que o Brasil vinha mantendo, já por nove anos, a mesma cotação do dólar, 18,82 cruzeiros, embora os preços internos, nesse período, tivessem subido 187%.

– Isso só foi possível – segundo Simonsen – pela conjugação de dois fatores: os preços em dólar das exportações subiram, em média, 230%, nesses nove anos, contra 90% de aumento dos preços em dólares das importações; e as importações passaram a ser racionadas pelo sistema de licença prévia.

Diante do aumento da inflação e do câmbio estável, era mais negócio importar que exportar – e o governo, pela Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, a Cexim, tinha de apertar cada vez mais o controle das importações, o que estimulava a corrupção. Com a Guerra da Coreia e o risco de que se espalhasse, não era possível restringir as importações além de certo limite.

– Na realidade – diz Simonsen – a Cexim controlou rigidamente as importações no final do governo Dutra, mas abriu as comportas em 1951 e 1952, quando as importações pularam de cerca de 900 milhões de dólares anuais para quase o dobro. Ou seja: a Cexim tornou-se bem mais generosa com a volta de Vargas ao poder. Em 1951, isso foi financiado pela receita recorde de exportações (1,7 bilhão de dólares) e pela perda de 238 milhões de dólares de reservas cambiais. Em 1952 repetiu-se a dose, agora sob a alegação de que era preciso antecipar importações futuras, diante do perigo de que a Guerra da

Coreia degenerasse em novo conflito mundial. Só que as exportações caíram para 1,4 bilhão de dólares e já não havia polpudas reservas para queimar. O resultado foi um déficit, sem precedentes, de 615 milhões de dólares, com o acúmulo de 541 milhões de dólares de atrasados comerciais.¹⁸⁸

Como reconheceu Simonsen, um economista sem qualquer afinidade política ou intelectual com Getúlio Vargas, a economia brasileira crescia “vigorosamente” – e esse crescimento vigoroso dependia da importação de equipamentos para novas indústrias – caso, por exemplo, do equipamento para as refinarias de petróleo.

O problema era conter a crise cambial, melhorar os números do comércio exterior e do balanço de pagamentos e controlar a inflação – sem sacrificar o crescimento da economia e os benefícios sociais com os quais Getúlio estava comprometido.

Apesar do aumento do salário mínimo, em janeiro de 1952, depois de mais de oito anos de congelamento, eram cada vez maiores a inquietação e a insatisfação dos meios operários. O que não devia surpreender, depois que Getúlio substituíra a política ferozmente repressiva do governo Dutra contra os sindicatos pela abertura inicial, conduzida por Danton Coelho – abertura que Segadas Viana, sucessor de Danton Coelho no Ministério do Trabalho, não conseguira reverter senão parcialmente.

Segadas, um burocrata de outra época, preferiria retornar à linha repressiva do governo Dutra, mas isso Getúlio não permitirá. O curioso é que até hoje a história oficial trata Getúlio como o grande e implacável controlador dos sindicatos, quando esse papel foi na verdade exercido pelo Presidente Dutra.

A liberdade mais ampla do período Danton Coelho e mesmo a liberdade mais restrita do período Segadas Viana permitiram que os sindicatos – antes, no governo Dutra, submetidos sistematicamente à destituição de seus dirigentes eleitos e à intervenção do Ministério do Trabalho, e agora cada vez mais livres de tais peias – essas liberdades permitiram que os sindicatos acumulas-

¹⁸⁸ Mário Henrique Simonsen, em Oswaldo Aranha, a estrela da revolução, pp. 424 e seguintes.

sem forças e afinal se lançassem ao episódio que ficaria conhecido como a greve dos 300 mil, em março de 1953, quando 300 mil trabalhadores de diversas categorias paralisaram o trabalho em São Paulo.

Para o Presidente Vargas, essa greve só poderia significar perda de substância e prestígio de seu segundo governo. Os sindicatos já não reivindicavam apenas aumentos de salário, mas o controle do custo de vida, que dependia do controle do conjunto da economia.

Getúlio sabia que o aumento da atividade sindical correspondia também ao aumento do número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados – números que o orgulhavam e que ele mais de uma vez mencionou em seus discursos.

Proporcionalmente a tudo isso, aumentavam o número de greves, a duração delas e o total de trabalhadores diretamente envolvidos e direta ou indiretamente interessados na greve. A greve dos 300 mil abrangeu inicialmente têxteis e metalúrgicos e conquistou, em seguida, a adesão dos marceneiros, vidreiros e gráficos. Territorialmente, a greve espalhou-se da cidade de São Paulo para a Grande São Paulo e para outras cidades, especialmente Santos e Sorocaba. O objetivo da greve era o aumento dos salários, da ordem de 60%. As empresas contrapropuseram um aumento de 20%. No fim da greve, os sindicatos concordaram com a proposta da Justiça do Trabalho, de um reajustamento de 32%.

Para coordenar a ação e as decisões de tantos sindicatos e de tantas comissões de greve, surgiu a Comissão Intersindical de Greve, que deveria ter caráter transitório, mas tornou-se o embrião de um órgão permanente, o Pacto de Unidade Intersindical, integrado por cerca de 40 sindicatos da capital e outras cidades de São Paulo.

Estava aí o embrião de futuras centrais sindicais. No governo Dutra, tentativas semelhantes foram reprimidas violentamente. No segundo governo Vargas, foram aceitas e respeitadas, razão pela qual o movimento do qual resultaria a criação do Partido dos Trabalhadores. O PT, tem lá suas dívidas, nem sempre reconhecidas, com o Presidente Getúlio Vargas.

O MOMENTO DA REFORMA

Foi nessa situação econômica e social que Getúlio promoveu a reforma do seu ministério, da qual cogitava pelo menos desde o fim de 1952.

A reforma ministerial de junho de 1953 veio logo depois da instauração da CPI da Última Hora, instalada na sexta-feira, 5 de junho; do pedido de impeachment do Presidente Vargas, anunciado a 7 de junho pelo Correio da Manhã; e na fase final da tramitação da Lei da Petrobrás, quando a adoção do monopólio estatal do petróleo já era fato consumado e só pontos acessórios do projeto podiam ainda ser alterados, quando a Câmara examinasse algumas emendas do Senado. Na mesma ocasião, o governo Eisenhower decidia, unilateralmente, encerrar os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

– Naquela época, entre junho e julho de 1953 – escreve Moniz Bandeira – Aranha assumiu a pasta da Fazenda; João Goulart, a do Trabalho; e Vicente Rao substituiu João Neves no Itamarati. Vargas promoveu a mudança do ministério para enfrentar as pressões internas e externas, que se avolumavam. E não há dúvida de que a atitude do governo americano a influenciou. Vargas compreendeu que pouco podia esperar dos entendimentos com os Estados Unidos, sob a administração dos republicanos, adeptos mais ortodoxos da iniciativa privada. Infletiu então sua política para soluções nacionais. O Brasil enfrentaria com as próprias mãos os problemas de desenvolvimento. A reforma cambial, que Oswaldo Aranha executou com a Instrução 70, encareceu os bens de produção importados, estimulando a fabricação de similares nacionais, a utilização da capacidade ociosa da indústria brasileira e sua ampliação, para atender à demanda do mercado.¹⁸⁹

Para muitos historiadores, sociólogos e cientistas políticos, a reforma do ministério teria sido uma ruptura com os dois anos e meio anteriores, com a primeira metade do segundo governo Vargas.

Os jornais, embora menos influenciáveis que hoje à sedução – que nem sempre significa sabedoria – dos sociólogos, passaram a referir-se a um “ter-

¹⁸⁹ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 344.

ceiro governo Vargas” – ou seja, um segundo governo dentro do segundo governo.

Desses intelectuais, que aprofundaram o estudo do caso, devemos considerar as conclusões de Maria Celina Soares d’Araújo, para quem a reforma do ministério não pode ser entendida como “um marco divisório entre duas etapas de governo”.

– Embora originária da necessidade política de o governo reformular compromissos – diz Maria Celina – ela não expressa uma mudança qualitativa, uma redefinição governamental por uma nova orientação.

A opinião de Maria Celina é confirmada pelo depoimento de Rômulo de Almeida, chefe da Assessoria Econômica de Getúlio, e, portanto, testemunha privilegiada desses acontecimentos.

– Estou de acordo... Não se deu uma mudança de rumos a partir de meados de 1953, no sentido de uma guinada nacionalista e esquerdizante. A orientação foi sempre a mesma desde 1951. Afinal, Vargas, embora contra a luta de classes, falava em classes, em sindicatos, e mobilizava trabalhadores...¹⁹⁰

– Dessa literatura – diz Maria Celina, referindo-se aos historiadores que sustentam a ideia de um segundo “governo” no segundo governo Vargas (ou de um terceiro governo) – depreende-se que as versões mais correntes costumam dividir o período constitucional de Vargas em dois momentos distintos. O primeiro iria de 1951 até meados de 1953, e seria marcado por uma política de conciliação com os setores conservadores, evidenciada na composição do seu primeiro ministério: o “Ministério de Experiência”.

– A partir de 1953, com o recrudescimento do movimento de massas, alteram-se a aliança de classes e a política de conciliação do governo. Esse segundo momento seria marcado por uma orientação mais trabalhista, voltada para os interesses populares, em detrimento da conciliação com os setores conservadores. Essa “virada” empreendida pelo Governo estaria evidenciada por dois marcos: a reforma ministerial de junho-julho de 1953 e a Instrução 70 da Sumoc,

¹⁹⁰ Rômulo de Almeida, prefácio a Maria Celina Soares d’Araújo, *O Nordeste no segundo governo Vargas*, p. 8.

datada de outubro desse mesmo ano, tida como um golpe contra os grupos comerciais em prol da industrialização – o que teria desgostado boa parte dos setores econômicos dominantes. Interpretada como uma guinada para a esquerda, a nova orientação teria despertado a reação direta da classe média e dos grupos econômicos, em aliança com as Forças Armadas, contra o governo.¹⁹¹

O MINISTRO JOÃO GOULART

A reforma ministerial de junho de 1953 teve início pela exoneração do Ministro da Viação e Obras Públicas, Álvaro de Souza Lima, mas isso pode ter sido só coincidência, porque Souza Lima representava o PSP de Ademar de Barros no ministério e Ademar tinha rompido com Getúlio.

Em seguida pediu demissão o Ministro do Trabalho Segadas Viana, cujo relacionamento com os sindicatos fora difícil desde o começo. Nesse momento, essas dificuldades transformavam-se em conflito aberto com a eclosão de uma greve nacional da marinha mercante. A greve concentrou-se mais nos portos do Rio, de Santos (São Paulo) e de Belém do Pará, mas atingiu também portos e navios ao longo de todo o litoral brasileiro.

O depoimento do próprio Segadas Viana é a melhor reconstituição do que aconteceria em seguida:

– O único problema que eu tive de greve foi no dia em que deixei o Ministério do Trabalho, foi a greve dos marítimos. Eu tive notícia de que estava sendo programada a greve – não havia SNI, mas eu tinha um serviço de informações muito bom. Fiquei atemorizado com as consequências e fui conversar com o Presidente. Ele disse: “Olha, vamos estudar uma fórmula para cortar isso, que pode ser muito grave”. Eu disse: “Olha, Presidente, há uma lei do tempo da guerra que permite a convocação dos marítimos como reserva da Marinha de Guerra”. Ele mandou: “Procura o Guilhobel” [o Ministro da Marinha, Almirante Renato Guilhobel]. O Guilhobel chamou o consultor jurídico e me telefonou: “Você tem razão”.

¹⁹¹ Maria Celina Soares d’Araújo, *O Segundo Governo Vargas*, p. 18.

– Fui ao palácio cedinho, levar o projeto de decreto ao Presidente, entreguei ao Lourival [Lourival Fontes, Chefe do Gabinete Civil], e ele, uns quinze minutos depois, disse: “Olha, o Presidente conversou com o Jango, e o Jango considerou o decreto impolítico; e o Presidente perguntou qual é a solução”. Então eu respondi: “Nomear o Jango Ministro do Trabalho”.

– O Jango já fazia ponto no palácio do Catete. Já tinha sala lá, já recebia dirigentes sindicais, era uma espécie de porta-voz, de intermediário dos sindicalistas junto ao Presidente. Ele já era presidente do PTB.¹⁹²

Um homem como Getúlio não poderia aceitar – não só por suas convicções pessoais, como por sua herança intelectual – essa proposta de Segadas Viana. Os velhos republicanos positivistas do Rio Grande do Sul tinham o maior respeito pelo direito de greve.

(A essa referência à herança intelectual de Getúlio, seus adversários certamente objetarão que a Constituição do Estado Novo proibira a greve como recurso antissocial. A objeção tem resposta. A Constituição do Estado Novo era, para Getúlio, uma constituição provisória: tanto que ele nunca permitiu que se realizasse o plebiscito para confirmá-la. E fora decretada num momento em que o Brasil vivia em estado de guerra, decretado pelo Congresso, e só durou tanto tempo porque logo sobreveio a Segunda Guerra Mundial, quando até homens como o Presidente Roosevelt e o Primeiro-Ministro Winston Churchill tornaram-se tão ditadores quanto Getúlio – se não mais. Antes até de terminada a guerra, Getúlio iniciou ele mesmo a desmontagem do Estado Novo e garantiu ampla liberdade aos sindicatos, inclusive para a realização de greves).

Na campanha presidencial de 1950, Getúlio protestara, muitas vezes e com grande veemência, contra a ação repressiva do governo do General Dutra sobre os sindicatos.

No período 1946-1950, não só a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, uma central sindical organizada em 1946, foi declarada ilegal, como quase metade dos 944 sindicatos existentes sofreram intervenção, a pretexto, quase

¹⁹² Valentina da Rocha Lima, Getúlio Vargas, uma história oral, p. 178.

sempre, de expurgo de agentes comunistas. Só em 1947, os sindicatos postos sob intervenção foram 143. No fim do governo Dutra estavam sob intervenção cerca de 400 sindicatos. Outros dispositivos, além da intervenção, foram acionados contra os sindicatos. Em março de 1946, por exemplo, o governo decidiu suspender por um ano as eleições sindicais, prorrogando por igual prazo o mandato das diretorias em exercício.

José Gomes Talarico, depois deputado pelo PTB, não só testemunhou esses fatos, como participou deles na condição de jornalista e funcionário do Ministério do Trabalho. E assim os reconstituiu:

— A posição do Segadas Viana foi essa, uma posição burocrática, administrativa. Mas a grande dificuldade que ele criou foi na greve dos marítimos. Durante a sua gestão, ele concebeu a medida mais extrema que se pode aplicar a um trabalhador, que foi estabelecer a convocação militar do marítimo. E, em termos militares, o não atendimento à convocação representaria a deserção do serviço e, conseqüentemente, o direito de se aplicar a lei de segurança, com demissão sumária e até prisão.

— Fomos ao Dr. Getúlio, mostrando o que isso significava em termos de negação de direito aos trabalhadores... o Dr. Getúlio se compenetrava de que isso seria motivo de desgaste popular para o governo, e afastou o Segadas Viana... E aí o governo apelou para o dr. João Goulart, que também não era, até então, um entendido em assuntos sindicais. Ele queria ser Ministro da Agricultura, e não Ministro do Trabalho. Ele conhecia problemas de gado, do campo e a tendência era ele substituir o Ministro da Agricultura. A sua convocação para o Ministério do Trabalho já foi um ato de desespero do Dr. Getúlio, no sentido de entregar o Ministério a uma pessoa da sua confiança. Ele tinha constatado que estava se esvaziando e se liquidando frente aos trabalhadores.¹⁹³

O próprio Segadas Viana dissera a Lourival Fontes que a solução do impasse, nesse momento, seria Getúlio nomear Jango para o Ministério do Trabalho. E nem seria uma solução radical — a troca de um ministro que queria

¹⁹³ José Gomes Talarico, *Conversando sobre Política*, pp. 79 e seguintes.

reprimir as greves por outro que as estimularia. Hugo de Faria, principal auxiliar de Jango, como diretor do Departamento Nacional do Trabalho, e seu sucessor no Ministério, dirá:

– O Jango nunca foi instigador de greves. O Jango teria sempre gostado de resolver as coisas antes da greve, por duas razões: primeira porque ele tinha horror à violência; e segunda, porque ele, politicamente, achava que era mais interessante conseguir um aumento antes da greve porque aí o papel dele aumentava.¹⁹⁴

Na verdade, segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, a tarefa delegada a Jango seria “bastante complexa e por vezes contraditória”: aproximar-se dos trabalhadores, pela via da concessão e do incentivo mobilizador e, ao mesmo tempo, procurar desarmá-los, antecipando-se às suas ações, neutralizando-as e apaziguando-as por meio do diálogo preventivo e de concessões possíveis.

– Vargas entendeu que Goulart era o melhor elemento de sua confiança para estar à frente desta linha de ação, pois, além de ser presidente do PTB, era também conhecido por sua capacidade de diálogo e negociação com os comunistas e demais lideranças operárias independentes. A capacidade de diálogo de Goulart poderia influir positivamente para que a confiança política dos trabalhadores em Getúlio pudesse se ampliar.

Embora o pedido de demissão do Ministro Souza Lima tivesse precedido o de Segadas Viana, foi João Goulart o primeiro dos novos ministros a ser nomeado e empossado, o que se explicava, naturalmente, pelo agravamento da crise entre Segadas Viana e as lideranças sindicais e pela eclosão da greve dos marítimos. Só depois da posse de João Goulart, ou seja, já com o fato consumado de sua escolha e investidura, os outros ministros tomaram posse.

No dia de sua posse, 17 de junho de 1953, Jango estava com 35 anos. Era talvez – como observou Hélio Silva – o mais jovem Ministro de Estado de toda a República, só comparável a José Pires do Rio, Ministro da Viação do Presidente Epitácio Pessoa. No discurso de posse, Jango tentou tranquilizar

¹⁹⁴ Lucília de Almeida Neves Delgado, PTB, do getulismo ao reformismo, p.133.

aqueles que o supunham um incendiário irresponsável – tal como denunciado pela imprensa oposicionista:

– Meus objetivos são claros e definidos, resumindo-se na conquista de uma ordem social mais justa sem a mínima quebra com as tradições democráticas. Não trago para o Ministério um programa de inquietação, como pretendem alguns setores políticos, nem tampouco prometo solucionar milagrosamente os inúmeros problemas que afligem os trabalhadores.

– Todos os nossos esforços resultarão inúteis, todavia, se não houver a reunião do proletariado, através das células vivas e palpitantes do seu organismo que são os sindicatos.¹⁹⁵

OSWALDO ARANHA NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Quando escolheu João Goulart para o Ministério do Trabalho, Getúlio já tinha decidido nomear Oswaldo Aranha para o Ministério da Fazenda. Aranha fora Ministro da Justiça e da Fazenda no governo provisório da Revolução de 1930, Embaixador nos Estados Unidos durante o governo constitucional de Getúlio (1934-1937) e Ministro das Relações Exteriores no Estado Novo, de 1938 a 1944. Sondado pelo futuro Ministro da Justiça Tancredo Neves, a pedido de Getúlio, Aranha aceitara a hipótese de voltar ao governo, desde que fosse na área econômica.

Gois Monteiro, grande amigo de Aranha, por quem fora atraído para a Revolução de 30, instou-o a não aceitar o convite. Mas não teve êxito. Aranha, segundo Gois, “estava aferrado à ideia de que deveria atender ao apelo de um amigo do peito”. Em sua posse, a 18 de junho, um dia depois da de João Goulart no Ministério do Trabalho, Aranha declarou que aceitara o cargo porque devia muito ao país (talvez o país devesse mais a ele).

– Essa dívida... é a razão íntima de me haver decidido a renunciar à vida particular, tranquila, próspera e feliz, e à profissional, rendosa e agradável, para assumir a direção do setor mais exposto, trabalhoso e responsável do governo.

¹⁹⁵ Hélio Silva, 1954 – Um tiro no coração, p. 171.

Além disso, sentia-se no dever, “numa situação sombria”, de ajudar Getúlio, a quem o ligavam “deveres pessoais e laços de afeição que as divergências políticas não conseguiram afrouxar”.

Na primeira reunião do novo ministério, Aranha alertou os colegas – Getúlio sabia disso, talvez antes dele – para a hipótese de um grande déficit nas contas da economia brasileira, “talvez o maior da nossa história”.

A prioridade, disse Aranha, é reduzir o déficit:

– Não deve o Governo vacilar em pedir novos impostos, sobretudo os de renda, importações e lucros excessivos. Todos os departamentos governamentais deverão cooperar para melhorar as arrecadações. A compressão das despesas internas e externas de todos os Ministérios e até de todos os indivíduos, civis e militares, deve figurar entre as nossas primeiras obrigações.

Mais que uma situação sombria, um quadro negro, que, entretanto, um programa rígido de controle de gastos com certeza reverteria.

– Ao fim deste ano – concluiu Aranha – a situação deverá estar modificada e o Tesouro, em 1954, já em condições de fornecer ao Governo recursos internos e externos para a execução de um programa de inversões, obras e providências.¹⁹⁶

Aranha pedia cortes rigorosos de gastos públicos, mas também novos impostos, que, nas condições da época, onerariam mais os ricos ou apenas eles.

– Aranha – escreverá Mário Henrique Simonsen – teve o cuidado de subordinar o Banco do Brasil [presidido por Marcos de Souza Dantas] ao Ministério da Fazenda, assegurando a unidade de comando na área econômica federal. Da colaboração entre os dois iria surgir a grande transformação cambial da década de 1950, consubstanciada na famosa Instrução 70 da Sumoc, a Superintendência da Moeda e do Crédito.

– O que então se pedia da política econômica – segundo Simonsen – era um milagre que nenhum Ministro da Fazenda poderia operar. A UDN protestava contra a inflação, ou mais diretamente contra os aumentos do custo de vida. Protestava também contra a corrupção que florescia nos porões da Cexim

¹⁹⁶ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, uma biografia, pp. 471 e seguintes.

sob o regime de licença prévia. João Goulart, no Ministério do Trabalho, regia o coro dos sindicalistas e do PTB reivindicando maiores salários. A CNI [Confederação Nacional da Indústria] e a Fiesp [Federação das Indústrias de São Paulo], com apoio de boa parte do PSD, Partido Social Democrático, e da própria UDN, exigiam a manutenção da política de crédito oficial farto e barato, tal como na administração Jafet [Ricardo Jafet, presidente do Banco do Brasil no primeiro período do segundo governo Vargas].¹⁹⁷

De fato, Jango e o PTB, além do próprio Getúlio, queriam salários mais altos, mas sua predisposição não era agir irresponsavelmente. O próprio Aranha estava longe de ser um monetarista impermeável às questões sociais, como os de anos e governos futuros.

Dois dias depois de assumir o Ministério do Trabalho, Jango escreve a Getúlio sobre a greve da marinha mercante, deflagrada à meia-noite de 16 de junho, véspera de sua posse:

— Esse movimento é de suma gravidade pelos reflexos que ocasionará à economia nacional. Sofrerá fortemente o abastecimento do país, numa fase de carência de gêneros, em especial a região do Nordeste, já martirizada pela seca, e a da Amazônia, sob os efeitos da recente inundação, uma vez que esse abastecimento é, ali, feito quase que unicamente através da importação de gêneros alimentícios via marítima. Por seu turno, terão suas atividades profundamente sacrificadas a indústria, pela falta de combustíveis e de suprimento de matéria-prima, e o operariado, pela diminuição do trabalho, à semelhança do que já está ocorrendo, no momento, em São Luís do Maranhão, onde duas fábricas de tecidos com mais de mil operários vão paralisar os seus serviços por falta de amido, que se encontra a bordo do Itanagé, fundeado no porto daquela cidade.

Recusando ambos a solução proposta pelo ex-Ministro Segadas Viana, a convocação militar do pessoal da marinha mercante, sob pena de declaração de deserção e enquadramento na Lei de Segurança, Getúlio e Jango só tinham a alternativa da negociação.

¹⁹⁷ Mário Henrique Simonsen, em Oswaldo Aranha, a estrela da revolução, pp. 242 e 429.

Vários autores registraram, a propósito disso, a ocorrência de uma forte crise entre Jango e Aranha. É o caso de Lucília de Almeida Neves Delgado, que escreve:

– A atitude de Jango, frente à greve dos marítimos, provocou uma forte crise entre o Ministro do Trabalho e o da Fazenda, Oswaldo Aranha. A atitude de Jango representava a sua opção pela linha de cooptação. Aranha, por sua vez procurava adotar uma política de contenção de despesas. O Estado, que era empregador dos marítimos grevistas e, portanto, sua fonte pagadora, não podia, segundo Aranha, se afastar de sua política de estabilização. Esses desentendimentos foram uma constante durante o período em que Goulart foi ministro.¹⁹⁸

Quase um ano depois, Aranha discutirá, na condição de Ministro da Fazenda, cargo no qual se manterá até a morte de Getúlio, o aumento de 100% do salário mínimo, proposto por Jango ao deixar o Ministério do Trabalho em fevereiro de 1954, e decretado por Getúlio a 1º. de maio desse ano. Aranha, porém, aceitaria a decisão de Getúlio, da mesma forma como, nesses primeiros dias do novo ministério, aceitou a negociação com os marítimos e o atendimento de suas reivindicações.

Nem poderia ser diferente. Quando Aranha assumiu o Ministério da Fazenda, Jango já assumira o Ministério do Trabalho; e a orientação de Getúlio para os sindicatos e para a greve da marinha mercante era negociar. Se não aceitasse a negociação, Aranha não teria aceitado e muito menos assumido o Ministério da Fazenda.

Jango, no Ministério do Trabalho, teve de agir mais rápido que Aranha no Ministério da Fazenda. A primeira e mais urgente missão de Jango era negociar o fim da greve dos marítimos, o que foi feito em uma semana, e dependia não só dos sindicatos e do Ministério do Trabalho, mas do Ministérios da Fazenda e da Viação e Obras Públicas. O da Fazenda já fora assumido por Oswaldo Aranha. Para o da Viação, ao qual estavam subordinados todo o sistema portuário e a maior parte da indústria de navegação, foi preciso esperar pela escolha do novo titular, José Américo de Almeida, então Governador da Paraíba,

¹⁹⁸ Lucília, PTB, do getulismo ao reformismo, pp. 137 e 138.

revolucionário de 1930 e ministro de Getúlio em seu primeiro governo.

No dia 26 de junho, após dez dias de greve, os marítimos voltaram ao trabalho, com suas reivindicações atendidas. No ato de assinatura do acordo, Jango declarou que seria Ministro do Trabalho somente enquanto pudesse falar livremente com os trabalhadores, pois não compreendia um titular daquela pasta afastado das massas operárias. O governo, como um todo, ao contrário do que fora habitual no governo Dutra, não recorreu à polícia para reprimir ou dificultar a greve. Logo depois do fim da greve, o Presidente Vargas recebeu no Catete os dirigentes dos sindicatos da marinha mercante.

Em pouco tempo, depois disso, Jango aboliu na prática o atestado de ideologia para candidatos e eleitos a postos de direção sindical, e deixou de aplicar as sanções e proibições do Decreto-Lei 9070, do governo Dutra, uma verdadeira lei antigreve.

– Jango – diz José Gomes Talarico – tinha um grande respeito às lideranças sindicais. E antes mesmo de assumir o Ministério do Trabalho, num período de duas ou três semanas, ele passou a ter contato com as lideranças sindicais, a pedido do Dr. Getúlio. Então, eram pessoas que iam ao palácio do Catete conversar com ele, ou iam ao Hotel Regente, onde ele estava morando, para conversar.

– Ele acabou, vamos dizer, se afinando, se entrosando com as lideranças sindicais, conhecendo pessoalmente os líderes sindicais antes de assumir o Ministério do Trabalho. De maneira que ele passou a se posicionar, naquela situação, no sentido de atender às reivindicações e os reclamos dos trabalhadores em todos os termos.

– Como eu disse, havia o problema do atestado de ideologia, o 9070 [o decreto-lei antigreve do governo Dutra], e o reconhecimento das eleições sindicais, que era um problema terrível. Por exemplo, a Seção de Segurança ou a Chefatura de Polícia opinavam, e fulano de tal era afastado. Então, a partir daí as eleições eram válidas.¹⁹⁹

Jango adotou igualmente, como lembra Talarico, as primeiras medidas para permitir a criação de sindicatos de trabalhadores rurais – até então reprimidos.

¹⁹⁹ José Gomes Talarico, depoimento ao Programa de História Oral da FGV (Cpdoc).

mida. (Getúlio, nesse momento, estudava e logo encaminharia ao Congresso os estudos da Comissão Nacional de Política Agrária, por ele criada no início do governo para estudar a questão da reforma agrária, sobretudo a regulamentação da desapropriação de terras por interesse social. A sindicalização rural fazia parte desse conjunto de uma política agrária).

As medidas do Ministro João Goulart e do segundo governo Vargas em favor da sindicalização rural, medidas ainda tímidas, causaram escândalo – e naturalmente foram engavetadas depois da morte de Getúlio.

Só com a investidura de João Goulart na Presidência da República, em setembro de 1961, a sindicalização rural voltaria a ser garantida e estimulada. Primeiro no gabinete parlamentarista do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, por proposta do então Ministro do Trabalho, André Franco Montoro (que nem era do PTB, mas do PDC, o Partido Democrata Cristão). Depois, na fase presidencialista do governo João Goulart, pela ação dos Ministros do Trabalho Almino Affonso e Amaury Silva.

Estimulado por Getúlio, ao encaminhar-lhe os estudos sobre o salário mínimo familiar, exigência da Constituição, Jango deu início também à discussão de um novo salário mínimo, que reajustasse aquele fixado no início de janeiro de 1952. Isso exigiria boa dose de talento jurídico.

– Na revisão do salário mínimo – diz José Gomes Talarico – a grande questão era o problema da excepcionalidade. A Consolidação [das Leis do Trabalho] estabelecia períodos prefixados, a menos que motivos excepcionais justificassem a revisão. E ele [Jango] conseguiu, contra a orientação do Ministro da Fazenda, que era o Oswaldo Aranha, estabelecer a revisão do salário mínimo antes de terminar a vigência daqueles índices que estavam em vigor. Isto é que começou a provocar problemas com o empresariado. O Ministério do Trabalho ainda era Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Jango, que mostrava maior tendência em favor do trabalhador, começou a se conflitar com as classes empresariais.²⁰⁰

Para Hugo de Faria, o mais próximo dos auxiliares de Jango, este

²⁰⁰ José Gomes Talarico, *Conversando sobre política*, pp. 85 e 86.

“desmitificou a própria função de ser ministro, recebendo dirigentes sindicais a qualquer hora e, além disso, promoveu audiências públicas, uma vez por semana, às quais centenas de pessoas compareciam”:

– Havia realmente um renascimento, pelo informalismo de Jango, pelo espírito dele, até certo ponto paternalista, de precisar falar com todo mundo. Então todo mundo ia falar com ele... O Jango era um missionário e todo missionário é paternalista. Essa modificação de estilo passou a se refletir em mil coisas. Um presidente de sindicato se sentia lesado... Se o diretor da Divisão não o atendia, se o Diretor-Geral não o atendia, ele ia ao Jango, ele ia ao Ministro, e o Ministro o recebia.²⁰¹

Com esse estilo, ou com esse jeito, Jango neutralizou também – o que deveria sossegar a histeria da oposição anticomunista – as posturas mais extremadas do Partido Comunista, que, àquela altura, pregava a derrubada do governo Vargas pela força das armas (tal qual boa parte da UDN):

– Quando Jango chegou – diz Hugo de Faria – houve uma coincidência... como se diz na gíria, juntou a fome com a vontade de comer; quer dizer, veio um Ministro que tinha abertura para discutir com dirigente sindical, sem se preocupar se aquele dirigente era comunista, socialista, trabalhista ou o que fosse... e nessa fase os comunistas começaram a se expandir... O Partido Comunista vivia tranquilo: não era legalizado, mas fazia alianças. Os políticos de todos os partidos, da UDN, do PTB, do PSD, queriam a aliança com os comunistas para ganhar voto. Foi uma maravilha.²⁰²

É preciso não esquecer que políticos e parlamentares de partidos conservadores e anticomunistas aliaram-se também aos comunistas, com objetivos eleitorais. E acusavam Jango, e também Getúlio, por tabela, de quererem comunizar o Brasil...

Para o então deputado Eusébio Rocha, do PTB de São Paulo, autor principal das emendas que introduziram o monopólio estatal na lei da Petrobrás, a entrada de João Goulart para o Ministério do Trabalho trazia implícita a própria proposta

²⁰¹ Hugo de Faria, depoimento, 1985, ao Programa de História Oral, FGV(Cpdoc).

²⁰² Idem.

do PTB, no sentido de integrar as massas trabalhadoras ao sistema de governo:

– Ou seja, fazer com que realmente os problemas da comunidade trabalhadora fossem examinados e atendidos dentro de um critério de justiça social proposto pelo partido. Daí a tentativa de João Goulart de dar aos sindicatos maior liberdade, maior organicidade, maior participação. Por outro lado, havia também um outro elemento fundamental da postulação trabalhista, que era a ideia de que a produção depende do nível de consumo e, conseqüentemente, bons salários compatibilizam até bons lucros.²⁰³

– Aí – acrescenta José Gomes Talarico – é que começou a redemocratização do Ministério do Trabalho. O chamado ciclo das greves vitoriosas dos trabalhadores começou a partir da greve dos marítimos. Em seguida, veio a greve dos ferroviários, a dos bancários, da Light, dos metalúrgicos. O movimento operário se firmava pelo sucesso das greves. A greve passou a ser considerada legal desde que fosse vitoriosa. Aí disparou o movimento grevista. A sucessão de greves era inominável. Começou então a luta do PTB com o PC nas Assembleias dos trabalhadores. Houve até a participação da UDN, e Adauto Lúcio Cardoso compareceu a muitas Assembleias de greve, apoiando. Como a situação política era democrática, o movimento grevista tinha o respaldo dos deputados e dos representantes dos partidos. Essa história de dizer que era só o movimento sindical não é correta, porque havia respaldo político, não só no Congresso, como nos partidos.²⁰⁴

GETÚLIO RETOMA A QUESTÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Getúlio também tomava iniciativas sinalizadoras de seus passos futuros. No momento da reforma do ministério, falava-se em crise cambial, em direito de greve, em liberdade sindical, em atestado ideológico e em reivindicações específicas, como as do pessoal da marinha mercante. Mas não se falava em aumento do salário mínimo, reajustado em janeiro de 1952, depois de congelado ao longo de todo o governo do Presidente Dutra, de 1946 a 1951.

²⁰³ Valentina da Rocha Lima, *História Oral*, depoimento de Eusébio Rocha, p. 184.

²⁰⁴ *Idem*, p. 185.

Getúlio tomou, então, a iniciativa de abrir nova discussão, dois dias antes do fim da greve da marinha mercante. Fez isso devolvendo ao Ministério do Trabalho, já sob a responsabilidade de João Goulart, um estudo sobre o aumento do salário mínimo, indagando que providências já tinham sido tomadas para a fixação do salário familiar, previsto na Constituição.

Essa iniciativa de Getúlio era uma armadilha para a oposição. A Constituição de 1946 estabelecia, no artigo 157, que a legislação do trabalho e a da previdência social obedeceriam a uma série de preceitos, além de outros que visassem à melhoria da condição dos trabalhadores: entre eles, salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador e sua família.

Preparando-se para novo reajuste do mínimo, o Presidente suscita uma questão embaraçosa para a oposição. Esta o acusa, sempre, de querer violar a Constituição: ele agora propõe que se cumpra um dispositivo constitucional esquecido pelo governo anterior e pela própria oposição – o salário mínimo capaz de atender às necessidades normais do trabalhador e sua família.

A legislação regulamentadora do salário mínimo previa que ele seria fixado em função de quatro necessidades básicas: habitação, alimentação, vestuário e higiene. A legislação também previa que se considerasse, para efeito da lei, uma família hipotética de quatro pessoas. Ainda que se admitisse que onde mora uma pessoa podem morar quatro, e que, portanto, o custo da habitação não se alteraria ou pouco se alteraria com o salário familiar, a alimentação, o vestuário e a higiene de quatro pessoas não podem custar o mesmo que as despesas correspondentes de uma só. No mínimo, a recomendação do Presidente ao Ministério do Trabalho serviria para justificar um reajuste substancialmente maior do salário mínimo quando ele viesse a ser revisto; e para justificar menos demora na própria revisão.

Iniciativas como essa, de Getúlio, reforçavam a posição de Jango, que foi ganhando desenvoltura em seus pronunciamentos. A 29 de junho, três dias depois do fim da greve da marinha mercante, Jango discursou na posse dos novos diretores, eleitos e reconhecidos pelo governo, o que no governo Dutra raramente acontecia, do sindicato dos operários navais:

– Enquanto for Ministro, o Ministério do Trabalho será uma trincheira dos trabalhadores. Preciso dos trabalhadores para levar a efeito uma obra de paz social para reforçar a unidade operária e para, também, vencer os focos de reação. Tudo farei para prestigiar os autênticos líderes. As portas do meu gabinete estão abertas a todos os representantes, de fato, da massa trabalhadora. Mas essas mesmas portas continuarão fechadas para os falsos líderes, os exploradores e inimigos dos assalariados.

– O Brasil precisa de líderes operários. Precisa, outrossim, dessa unidade demonstrada na greve dos marítimos, tão indispensável ao desenvolvimento do sindicalismo. Unidos, os trabalhadores conquistarão as suas reivindicações.²⁰⁵

Para a UDN de Carlos Lacerda, assim como para seus jornais, especialmente *O Estado de S. Paulo*, poderosíssimo, e a *Tribuna da Imprensa*, mais barulhenta que influente, era demais alguém como esse João Goulart ser Ministro do Trabalho, quanto mais um ministro capaz de elogiar os marítimos vitoriosos em greve e, agora, fazer a apologia da unidade sindical. Era a subversão da ordem!

O MINISTRO TANCREDO NEVES

Só depois da posse de João Goulart e de Oswaldo Aranha e da solução da greve dos marítimos, Getúlio nomeou e empossou os outros ministros.

Dos sete ministros civis, permaneceu o da Agricultura, João Cleofas, de Pernambuco, que era da UDN. Três outros dos novos ministros tinham ligações com a UDN: Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda; José Américo de Almeida, da Viação e Obras Públicas; e Vicente Rao, do Exterior. Os três, porém, tinham sido revolucionários de 1930. O PSD teve dois Ministros escolhidos por Getúlio, ambos deputados federais: o mineiro Tancredo Neves, da Justiça; e o baiano Antônio Balbino, da Educação.

Antônio Balbino deixará o ministério em maio de 1954, para disputar, a pedido de Getúlio, o governo da Bahia, da mesma forma que o Ministro da Agricultura João Cleofas, candidato ao governo de Pernambuco. Tancredo

²⁰⁵Hélio Silva, 1954, um tiro no coração, p. 173.

Neves pretendia desincompatibilizar-se na mesma época, com objetivo bem mais modesto: renovar seu mandato de deputado. Getúlio, porém, pediu que ele ficasse no governo, mesmo sacrificando a carreira parlamentar: dela cuidaria ele, Getúlio, pessoalmente, no futuro.

Se as credenciais anteriores de Tancredo Neves podiam ser pouco conhecidas, o pedido de Getúlio revelaria que o Presidente passara a depositar grande confiança nele. Essa confiança não seria traída. Nos acontecimentos trágicos de agosto de 1954, Tancredo Neves seria tão firme e tão leal quanto amigos e colaboradores de Getúlio mais antigos e mais ligados a ele, como João Goulart e Oswaldo Aranha.

Na reforma do ministério, Oswaldo Aranha, ligado à UDN (embora sempre desconsiderado por ela), assumia a responsabilidade pela economia; João Goulart, do PTB e presidente do diretório nacional de seu partido, fora encarregado da área social, especialmente das questões trabalhistas. A Tancredo Neves, do PSD, coube a área política, na qual suas prioridades teriam de ser a explosiva CPI da Última Hora e a nada espalhafatosa, mas igualmente destrutiva iniciativa do Governador de Pernambuco, Etelvino Lins, inicialmente chamada de esquema de união nacional, e, em seguida, de "Esquema Etelvino", que pretendia precipitar as articulações para a sucessão do Presidente Vargas, nas eleições de outubro de 1955 (e ainda estávamos em junho de 1953), com um candidato de centro-direita, antivarguista, preferencialmente militar (leia-se General Juarez Távora), capaz de desfazer boa parte do que Getúlio estava fazendo.

Para o próprio Tancredo Neves, a reforma ministerial de 1953 tentou corrigir parcialmente as deficiências do "Ministério de Experiência" de 1951:

– Quer dizer, o dr. Getúlio trouxe o Jango para o Ministério do Trabalho – o Jango, que na ocasião era a maior liderança trabalhista no país. Ele trouxe o Aranha para o Ministério da Fazenda, que tinha outra expressão de político, de homem desvinculado de interesses econômicos; ao contrário do Láfer, que era homem marcadamente vinculado à sua classe.²⁰⁶

A historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, sobrinha de Tancredo

²⁰⁶ Valentina da Rocha Lima e Plínio Abreu Ramos, *Tancredo fala de Getúlio*, pp. 31 e 32.

Neves, considera que a habilidade do tio foi positivamente testada no tratamento desses dois desafios – o caso da Última Hora e o esquema Etelvino.

– O novo Ministro – diz Lucília – conseguiu diminuir significativamente o conteúdo explosivo desses conflitos, facilitando para Vargas a condução da política nacional na última parte de seu atribulado mandato.

Numa das entrevistas que realizaram com Tancredo Neves, para o livro *Tancredo Neves, a trajetória de um liberal*, Lucília e Vera Alice Cardoso da Silva pediram a ele um balanço de sua passagem pelo Ministério da Justiça, no segundo governo Vargas.

– Bem – respondeu Tancredo Neves – eu recebi o Ministério da Justiça já no começo da crise que iria ter o seu desfecho no suicídio de Vargas. O período de crise começou realmente com os problemas da Última Hora, cuja Comissão Parlamentar de Inquérito ainda não tinha concluído os seus trabalhos. Eu tive que enfrentar o problema na sua fase final, para não só precipitar e acelerar os trabalhos da comissão, como depois fazer face às consequências dos trabalhos da comissão. Mas já era o começo de uma agitação muito séria. Eu mantive o país em perfeita ordem. As instituições funcionando em toda a sua plenitude. O caso da Última Hora já estava totalmente superado, quando começou a ascensão do Carlos Lacerda no Rio de Janeiro. O “lacerdismo” começava a ganhar relevo, ganhar volume e ganhar força.²⁰⁷

“Lacerdismo”, no caso, era uma delicadeza atribuível à habitual elegância de Tancredo Neves. “Lacerdismo” era, a rigor, golpismo. O ex-Ministro do Exterior, Octávio Mangabeira, ao defender a chamada “segunda opção”, a opção golpista, declarou que, diante de tantos descabimentos, “...a sorte deste país está mais uma vez a depender – ninguém tenha ilusões a respeito – de suas Forças Armadas”.

O apelo explícito de Otávio Mangabeira ao golpe não foi feito entre as quatro paredes de uma reunião de seus companheiros de partido, mas em entrevista publicada no dia 28 de junho de 1953 por um dos mais importantes, talvez o maior, economicamente, dos jornais brasileiros, *O Estado de S. Paulo*.

²⁰⁷ Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, *Tancredo Neves, a trajetória de um liberal*, pp. 251 e seguintes.

CAPÍTULO 30

JULHO, 1953

ARANHA VAI FAZENDO O QUE PODE PARA ATENUAR O
PIOR DA SITUAÇÃO ECONÔMICA

UM PAÍS ENÉRGICO E AMEAÇADOR?

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA DOS ESTADOS UNIDOS,
GORDON DEAN, DIZ QUE O BRASIL É O PAÍS SUL-AMERICANO COM O MAIS
AMPLO E ADIANTADO PROGRAMA DE ENERGIA ATÔMICA NA AMÉRICA LATINA:
O PAÍS MAIS ENÉRGICO E TRABALHADOR DO CONTINENTE.

A recomposição do Ministério só se completou tarde da noite de 30 de junho, quando o Presidente Getúlio Vargas assinou o decreto de nomeação do Professor Vicente Rao para o Ministério das Relações Exteriores.

Rao, Ministro da Justiça do governo constitucional de Getúlio, eleito em 1934 pela Assembleia Nacional Constituinte, participara da Revolução de 1930, como dirigente do Partido Democrático de São Paulo, e exercera a chefia de polícia do governo provisório do Estado, num momento difícil e com grande habilidade.

Sua nomeação para o Ministério do Exterior foi recebida com grandes protestos por uma parte da UDN e das esquerdas, embora ele tivesse passado o Estado Novo na oposição e mantivesse desde 1945 ligações com a própria UDN. A alegação de que colaborara com a ditadura era falsa, até porque ele deixara o Ministério antes do golpe de 1937, mas talvez se apoiasse no fato de que o país viveu sob estado de sítio e estado de guerra a partir da insurreição armada da Aliança Nacional Libertadora em novembro de 1935. Rao assinara, na qualidade de Ministro da Justiça e em decorrência de um decreto de expulsão baixado por Getúlio e de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, a ordem de deportação de Olga Benário Prestes. O próprio Rao explicaria como ocorreu sua no-

meação para o lugar de João Neves no Ministério das Relações Exteriores:

– Em 1950, no governo Dutra, Raul Fernandes [Ministro do Exterior] mandou-me para a ONU. Em 1953, minha atuação na ONU levou-me ao Ministério das Relações Exteriores. Getúlio convocou-me ao palácio e pediu-me que assumisse o ministério. Eu lhe disse que dentro do regime constitucional jamais me negaria a servir à nação. Só me negaria dentro de um regime de ditadura.²⁰⁸

Os protestos contra a nomeação de Rao, injustos como fossem, serviram na prática para amortecer as reações ao afastamento de João Neves. O novo ministro era acusado de pecados e antecedentes de direita, equivalentes às virtudes e vantagens de João Neves. Não era um nacionalista enragé, inimigo dos Estados Unidos nem um esquerdista que se pudesse supor manobrável pelos agentes do comunismo internacional. E a UDN – à qual o professor Rao estava ligado desde sua fundação – ficava em dificuldade, tendo de explicar a cada momento que nem participava do governo nem o apoiava.

Dias depois, um longo discurso de Afonso Arinos na Câmara, como líder da oposição, tão longo que esgotou todo o tempo da sessão, responderá a essas alegações, sustentando que a UDN não participa do governo.

– Oswaldo Aranha, Vicente Rao e José Américo – disse Afonso Arinos – não são da UDN ou nela não estão no momento.

Além deles, permanecia no governo o Ministro da Agricultura João Cleofas, que só sairia em maio de 1954 (para disputar, pela UDN local, o governo de Pernambuco, com apoio de Getúlio e do PTB e contra o candidato do PSD local e do Governador Etelvino, o General Cordeiro de Farias, um dos líderes da oposição militar a Getúlio). Outros udenistas, nomeados para funções de direção no Ministério da Viação e Obras Públicas, por indicação de José Américo – diz Afonso Arinos – “afastaram-se do partido”.

O líder do PTB e vice-líder da maioria, deputado Sebastião Vieira Lins, aparteia e responde, com ironia devastadora, que o discurso de Afonso Arinos

²⁰⁸ Vicente Rao, depoimento ao programa de história oral do Centro de Pesquisa e Documentação (Cepdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

transfere para o Presidente Vargas o poder de extinguir a UDN: basta ir nomeando udenistas para o governo que eles saem da UDN e um dia ela acaba.

JOÃO NEVES COMEÇA A CRIAR DIFICULDADES

Getúlio, dispensando João Neves do Ministério do Exterior, sabia que Neves criaria dificuldades – ainda mais com a próxima aprovação e sanção do projeto da Petrobrás, com o projeto da Eletrobrás já em gestação, com o Plano do Carvão Nacional e outras medidas de política econômica (especialmente as que ainda seriam tomadas por Oswaldo Aranha, como a Instrução 70, da Sumoc). Com a eleição e a posse de Eisenhower nos Estados Unidos, seguida pela desativação, por iniciativa unilateral norte-americana, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, já não teria sentido a política de conciliação representada pelo primeiro ministério. Quer para o que ainda fosse possível de conciliação, quer para uma política mais independente, Aranha era melhor que João Neves. A escolha de Rao, assim como a de José Américo e Aranha, foi interpretada (o que era taticamente vantajoso para Getúlio nesse momento) como uma guinada conservadora desse perigoso governo brasileiro.

João Neves não compareceu à solenidade de transmissão do cargo a Vicente Rao, que recebeu o Ministério do Chefe de Gabinete, Embaixador Mário de Pimentel Brandão. Já nos dias seguintes, João Neves articulava-se com os adversários de Getúlio na política do Rio Grande do Sul. Era apenas o começo de um revide que iria longe.

Coincidindo com a investidura do novo Ministro das Relações Exteriores, o governo Eisenhower decide, unilateralmente, extinguir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que trabalhava nos projetos de cooperação econômica entre os dois países. Dos trabalhos dessa comissão, iniciados em 1951, já tinha resultado, com grande êxito, a criação do BNDE, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. A decisão de extinguir a Comissão Mista não era ainda uma represália, mas apenas um ato de fundamentalismo econômico: o governo Eisenhower queria transferir de entidades governamentais para a iniciativa privada o máximo de ações na área econômica.

Era o big business, como previra Oswaldo Aranha logo depois da eleição de Eisenhower, apoderando-se das alavancas do poder público para usá-las com seu imediatismo tacanho. A lógica brasileira era muito mais inteligente: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos viabilizara a criação do BNDE, uma instituição governamental; mas o BNDE financiava a iniciativa privada e podia financiar também projetos de empresas estrangeiras.

Outra coincidência: no início de julho de 1953, o presidente da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, Gordon Dean, que estava deixando o cargo, substituído pelo Almirante Lewis Strauss, declarou – e sua declaração tornou-se notícia difundida para todo o mundo pelas agências internacionais – que o Brasil era o país sul-americano com o mais amplo e adiantado programa de energia atômica na América Latina:

– O Brasil é, em matéria de energia atômica, o que a Índia é na Ásia, o país mais enérgico e trabalhador do continente.

Na área da energia nuclear, qualquer país enérgico e trabalhador seria antes, do ponto de vista dos homens de Eisenhower, um país enérgico e ameaçador.

Nesse momento – o que era ameaçador – o Almirante Álvaro Alberto concluía entendimentos na Alemanha e na França, para a aquisição de tecnologia e equipamentos para o programa nuclear brasileiro, e procurava novos contactos na Itália. Álvaro Alberto, militar e também cientista, achava que o Brasil não devia colocar-se sob a dependência de um só país, “por mais amigo que fosse”.

Com tanta coisa dessa ordem acontecendo, o noticiário ainda dava prioridade ao caso da Última Hora, que, aliás, desviava as atenções da opinião pública dos problemas mais importantes. Na manhã de 1º de julho, uma foto destacava-se na primeira página dos jornais: grande público acompanha diante da escadaria do Teatro Municipal a fala de Carlos Lacerda pela TV-Tupi. As lojas revendedoras de receptores de TV mantinham televisores ligados em suas vitrines durante o dia. Como Lacerda falava à noite, às dez horas, uma delas instalara um aparelho nas escadas externas do Teatro Municipal. No Rio da época, em função principalmente das linhas de bonde, o centro da cidade, a área da Cinelândia, do Largo da Carioca e mesmo da Avenida Rio Branco tinha à noite quase tanto movimento quanto de dia.

No dia seguinte, o deputado Armando Falcão, que não era membro da CPI, mas podia participar de suas sessões e usar da palavra, por ter sido o primeiro signatário do requerimento de sua constituição, pediu a prisão preventiva de Samuel Wainer, que se recusava a dar o nome das três pessoas que lhe tinham emprestado 30 milhões de cruzeiros para comprar a Érica, a empresa gráfica da Última Hora. Notícias como essa aumentavam o interesse pelos programas de TV de Lacerda.

Lacerda, que já fora vereador no Distrito Federal e em 1954 disputaria o mandato de deputado federal pela UDN, beneficiava-se muito, eleitoralmente, de sua presença na televisão. Mas a Tribuna da Imprensa também saía ganhando. Quem diz isso não é nenhum inimigo de Lacerda, mas seu insuspeito e sempre apaixonado biógrafo Foster Dulles:

– A campanha contra a Última Hora foi benéfica para a circulação da Tribuna, que havia caído de 19.050 exemplares em junho de 1951 para 14.900 em junho de 1952 (devido à concorrência da Última Hora), mas que subiu para 24.700 em julho de 1953, levando Carlos a comentar com acionistas que “Wainer tem razão quando diz que o crime ajuda a vender jornal”.²⁰⁹

Enquanto as dificuldades da Tribuna diminuía, as da Última Hora aumentavam, com uma ordem de Getúlio, logo depois da reforma ministerial, para que o Banco do Brasil executasse em oito dias as dívidas de Wainer. Segundo Wainer, foi dele próprio a iniciativa de propor essa ordem a Getúlio, “com a execução simultânea dos outros jornais devedores”.

ARANHA, PERÓN E O DR. MILTON EISENHOWER

A grande mudança econômica de iniciativa de Oswaldo Aranha só poderá ser realizada em outubro, porque depende de muitos estudos e providências preliminares – e de medidas acautelatórias. Enquanto isso, ele vai fazendo o que pode para atenuar os efeitos piores da situação econômica, especialmente da crise cambial.

²⁰⁹ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, *a Vida de um Lutador*, p. 164.

Ainda na primeira semana de julho, o *Journal of Commerce*, de Nova York, anuncia que o Brasil pagará nos próximos dias uma parte de seus atrasados comerciais, utilizando a segunda quota, de 60 milhões de dólares, de um empréstimo de 300 milhões do Eximbank. O jornal lamenta, porém, que o pagamento não signifique perspectiva de aumento das exportações para o Brasil.

Mais tarde, Oswaldo Aranha será acusado de favorecer ou subvencionar o *Journal of Commerce*, para que ele defenda os interesses brasileiros. Por enquanto, essa notícia serve para acalmar um pouco os credores ou parceiros comerciais do Brasil e evitar que em pânico eles consigam do governo Eisenhower medidas perigosas ou fatais para a economia brasileira.

De tudo o que João Neves e Horácio Láfer tinham negociado com o governo Truman – e Neves chegara a acenar para Getúlio com a hipótese de meio bilhão de dólares, a longo prazo, para investimentos de infraestrutura – sobra apenas o financiamento para os atrasados comerciais, ou seja, dinheiro para pagar a exportadores americanos as importações realizadas pelo Brasil. Pagos esses atrasados, o Brasil poderia comprar mais. Sem dinheiro para pagar, o Brasil permaneceria um mercado fechado para os exportadores americanos. Era dinheiro, portanto, para o Brasil importar mais, não para produzir mais.

Desabou, então, sobre a economia brasileira, um ato de Deus – como eram chamadas essas fatalidades da natureza nas antigas leis comerciais: as grandes geadas do inverno de 1953 no sul do Brasil.

Na noite e madrugada de 6 para 7 de julho, as geadas, segundo as primeiras estimativas, dizimam 250 milhões de pés de café nas regiões produtoras, situadas principalmente no Paraná e São Paulo. Foi igual ou pior que a geada de 1918, dizem as manchetes, que pedem moratória para as dívidas dos produtores de café. O resultado imediato é a alta das cotações do café na bolsa de Nova York – um ganho que logo se revelará ilusório.

Na Câmara, o deputado Coutinho Cavalcanti, do PTB de São Paulo – autor, futuramente, de um projeto de reforma agrária que servirá de diretriz para a reforma agrária de Fidel Castro em Cuba – estima em 50% os prejuízos da lavoura, cuja safra era aguardada como a salvação para a crise cambial. Esperava-se que o Paraná produzisse 7 a 8 milhões de sacas e São Paulo mais de 10

milhões: agora só produzirão metade disso. Além disso, neva no Sul, o que é documentado pela foto de uma praça de Caxias do Sul, com as árvores, a igreja e os prédios cobertos de branco. Em Curitiba, o frio chegou a 7 graus abaixo de zero. Em Nova York, pelo segundo dia consecutivo, as cotações do café sobem o máximo autorizado por sessão da Bolsa, duzentos pontos.

PERÓN QUER UM ENCONTRO COM GETÚLIO

Nos dias desse ato de Deus, está em Buenos Aires, conferenciando com o General Juan Domingo Perón, Presidente da Argentina, o também General Carlos Ibañez del Campo, Presidente do Chile.

Perón tornara-se Presidente da Argentina em 1945, na sequência de vários golpes militares e dos avanços de um movimento inegavelmente fascista, o GOU, Grupo de Oficiais Unidos, cujo poder e influência haviam contribuído decisivamente para manter a Argentina "neutra" e fora da Segunda Guerra Mundial até bem perto da derrota final de Hitler.

Essa neutralidade era na verdade cumplicidade com a Alemanha nazista, enquanto o Brasil rompera com ela no início de 1942, entrara na guerra em agosto desse ano e tivera seu primeiro conflito sério com Hitler ainda em 1938, quando os governos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos não queriam briga com a Alemanha.

Ibañez, como Getúlio, chefiara no Chile um governo autoritário e ditatorial mas depois fora eleito Presidente em 1952, como candidato de oposição, da mesma forma que Getúlio em 1950 no Brasil.

Nesse encontro em Buenos Aires, Perón e Ibañez assinam um acordo que, em Paris, *Le Monde* define como um simples instrumento de comércio. A visita de Ibañez é retribuição à que recebeu de Perón em fevereiro e faz parte do conjunto de entendimentos para os quais o embaixador Batista Lusardo desejava atrair o Brasil, culminando com o Pacto do ABC, Argentina-Brasil-Chile.

Para a propaganda anticomunista, esse acordo era um monstro de más intenções políticas, embora a essa altura Perón já se tivesse rendido às pres-

sões e às propostas dos Estados Unidos, transmitidas a ele pelo dr. Milton Eisenhower, professor universitário, irmão do Presidente Eisenhower e seu emissário aos países da América Latina.

Não podia ser coincidência o fato de estar no Brasil, nesses dias, o ex-Presidente da Câmara dos Deputados da Argentina, Héctor J. Campora, que seria Presidente da República em seu país na década de 1970 e depois renunciaria para permitir a eleição de Perón e de sua mulher Maria Estela (Isabelita) como Vice-Presidente.

Campora viera ao Brasil com a missão, segundo os jornais, de promover a aproximação, o acercamiento, entre a Argentina e o Brasil. Perón queria receber a visita de Getúlio em Buenos Aires – de preferência num encontro a três, que incluísse o General Ibañez. A essa preferência sobrepunha-se outra: o que Perón mais queria era ser convidado a visitar o Brasil, se possível para assistir ao lado de Getúlio às festas do 7 de setembro. (Em janeiro de 1951, Perón esperara em vão por um convite para a posse de Getúlio).

O Brasil, pouco antes, firmara um acordo para a compra de trigo argentino, para não ficar sujeito ao monopólio dos fornecedores americanos, acordo criticado pelos jornais de Chateaubriand:

– O recente acordo econômico assinado pelos dois governos – diz O Jornal – foi recebido aqui com grandes reservas e o senador Ivo de Aquino vem demonstrando, numa série de discursos, seus enormes inconvenientes. O acordo foi negociado no segredo dos gabinetes... Sujeitamo-nos a pagar pelo trigo um preço muito mais elevado que o do mercado internacional, precisamente quando a produção norte-americana foi das mais abundantes e poderíamos atender às nossas necessidades despendendo talvez 50% menos... O ditador argentino só tem um interesse, que é arrancar-nos couro e cabelo...

Noticia-se também, em Buenos Aires, e isso não podia igualmente ser coincidência, uma próxima visita de Getúlio ao Chile. Em Buenos Aires os jornalistas perguntam a Ibañez se a anunciada visita do Presidente Vargas ao Chile se relaciona com o bloco ABC.

– Eu não sei de nada disso – responde Ibañez. Os jornalistas insistem em que se anuncia uma viagem de Vargas ao Chile em setembro.

– Muito bem – diz Ibañez – então faremos uma grande recepção.

No Brasil, os jornais de Chateaubriand protestam contra o desejado, mas inexistente convite a Perón para visitar Getúlio no Rio:

– Não queremos a visita de Perón. Anuncia-se que o principal objetivo da presença... de Héctor Campora entre nós é conseguir que o governo brasileiro se disponha a receber a visita de Perón em setembro, nas comemorações da Semana da Pátria.

Não só Getúlio não convida Perón, como, nos próximos dias, Lusardo pedirá demissão da Embaixada em Buenos Aires, convocado por Getúlio para ocupar um posto governamental no Brasil.

Nesse momento, a reforma do ministério, já concluída, é reaberta, quando o Senado aprova, em turno final, o projeto que cria o Ministério da Saúde, desmembrado do da Educação e Saúde. O que facilitou a aprovação do projeto foi o fato de ser de iniciativa, não do governo, mas de um deputado da UDN, Rui Santos, da Bahia. Getúlio nomeará para o novo Ministério o médico Miguel Couto Filho, do PSD do Estado do Rio, de modo que o PSD não fique em inferioridade em relação à UDN no Ministério.

Na Câmara, o grande assunto não é ainda a campanha anti-Perón, mas a CPI da Última Hora, prorrogada, em meados de julho, por sessenta dias.

O pedido de prisão de Samuel Wainer, apresentado à CPI pelo deputado Armando Falcão, é atendido pela Justiça, que condena Wainer a vinte dias de prisão pela recusa, sob a alegação de respeito ao sigilo profissional, a revelar o nome de seus financiadores. Wainer começa a cumprir a pena no dia 20 de julho, num quartel da Polícia Militar. No mesmo dia, em entrevista a um repórter da Última Hora, chama Assis Chateaubriand de “velho gangster da imprensa marrom”.

O deputado Armando Falcão, talvez entusiasmado com o êxito dessa iniciativa – a prisão de Wainer – reitera o requerimento que apresentara na primeira reunião da CPI, como primeiro signatário da proposta de sua constituição. Ele quer o atestado de antecedentes políticos, a ficha ideológica, os registros policiais sobre o “passado comunista” dos principais jornalistas da Última Hora.

Nos dias anteriores, um colunista dos "Diários Associados", Nertan Macedo, denunciara dois desses jornalistas, Octávio Malta e João Etcheverry como agentes soviéticos.

Na instalação da CPI, Falcão pedira as fichas de antecedentes políticos e ideológicos de três dirigentes da Rádio Clube, controlada por Wainer e associada à Última Hora: Marques Rebelo, grande escritor; o maestro Cláudio Santoro, grande compositor; e Dias Gomes, grande dramaturgo. (Convém notar que esse era o momento mais hediondo da Guerra Fria: o casal Ethel e Julius Rosenberg fora executado na cadeira elétrica nos Estados Unidos, com base em acusações de espionagem até hoje não provadas; na União Soviética logo seria fuzilado Lavrenti Béria, o sinistro vice-premier que chefiava o Ministério do Interior e os serviços policiais).

O novo Ministro da Justiça, Tancredo Neves, não responderá aos pedidos de informação nem poderia respondê-los. Falcão queria fichas que registravam acusações anônimas, muitas vezes falsas ou fantasiosas, e isso no momento em que o governo tentava acabar com os famosos atestados de antecedentes para o exercício de mandatos sindicais. Nertan Macedo, radicalíssimo em sua coluna, cobraria varias vezes a resposta do Ministro da Justiça a esses pedidos, mas não seria atendido.

No dia 22 de julho chega ao Brasil o dr. Milton Eisenhower, professor universitário e irmão do novo Presidente dos Estados Unidos, General Dwight David Eisenhower.

O avião de Milton Eisenhower, um Clipper da Pan American, desviou-se da rota normal de Buenos Aires para o Rio, de modo que o dr. Eisenhower pudesse sobrevoar e observar as regiões atingidas pela geada. O Rio era a etapa final de uma longa viagem pela América Latina, na qual ele já acertara um *modus vivendi* com Perón e esperava encontrar no Brasil uma atitude igualmente submissa. Mas descobre outra coisa, depois da decisão unilateral do governo de seu irmão, de extinguir a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos:

– Os brasileiros estavam furiosos e não faziam nenhum esforço para esconder sua cólera.

É nesse clima que Getúlio recebe o dr. Milton Eisenhower no Palácio do

Catete, em encontro com a presença de Oswaldo Aranha.

Não há muito o que conversar. Ao contrário de Perón, Getúlio não vai concordar com a entrega do petróleo brasileiro aos grandes consórcios internacionais. Getúlio, aliás, está prestes a assinar a Lei da Petrobrás, que é a lei do monopólio estatal do petróleo, em fase final de tramitação no Congresso. E por ordem sua a Superintendência da Moeda e do Crédito vai estabelecer um novo regime cambial, favorável aos investidores, aos industriais da economia brasileira, e contrário aos especuladores e aos importadores que fazem a felicidade dos produtores e vendedores dos países ricos.

Dois dias depois da audiência ao dr. Eisenhower, Getúlio manda ao Congresso o projeto elaborado pela Comissão Nacional de Política Agrária, que regulamenta a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

O projeto parte da exigência constitucional, de justa e prévia indenização em dinheiro em qualquer desapropriação, mesmo que para fins de reforma agrária e atingindo terras improdutivas. Nos limites dessa norma, o projeto faz um grande avanço ao estipular que, no caso de terra improdutiva, indenização justa será a que cobrir o custo da terra, benfeitorias e impostos. No caso de terra produtiva, será considerada a rentabilidade, de acordo com os índices de produtividade estabelecidos para a respectiva área. O proprietário de área improdutiva terá oportunidade e prazo para torná-la produtiva e evitar a desapropriação.

Não era muito fácil a oposição combater esse projeto e contestá-lo como demagógico ou subversivo. Porque o conceito de desapropriação por interesse social, inexistente nas constituições anteriores, fora introduzido na de 1946 por proposta de um representante da UDN, o senador Ferreira de Souza, exatamente com o propósito de viabilizar a reforma agrária.

No momento em que Getúlio submete esse projeto ao Congresso, o Ministro do Trabalho João Goulart cumpre outro compromisso de Getúlio:

– Outra atitude de Goulart que estimulou intensamente a ação oposicionista – diz Lucília de Almeida Neves Delgado – foi a medida adotada por seu Ministério, de iniciar a organização de sindicatos rurais. Essa ação, que tinha, na verdade, o objetivo de antecipar-se às reivindicações dos trabalhadores rurais, assumindo preventivamente as rédeas do jogo, transformou-se em novo

argumento nas mãos da oposição: “Jango quer implantar uma república sindicalista no país”. O deputado Hebert Levy, da UDN, assumiu integralmente essa denúncia e fez várias declarações, acusando Goulart de compactuar com os comunistas.²¹⁰

O jornal O Estado de São Paulo, na mesma linha, escreveu em editorial:

– Acha-se à frente dessa campanha o atual Ministro do Trabalho, senhor João Goulart. Mas o que há de mais perigoso nisso é a deliberação assentada pelos que detêm a posição de mando do setor trabalhista no país em apelar franca e deliberadamente para a colaboração das forças comunistas... É uma aliança que... já ultrapassou o período preliminar dos entendimentos... medimos claramente a gravidade da denúncia que aqui fazemos à nação; não hesitamos, entretanto, em assumir essa atitude por conhecermos perfeitamente bem de que são capazes os homens que se propõem às ordens do Sr. Presidente da República.

Getúlio estava envolvido com essas questões de fundo, mas tinha de administrar as crises de seu cotidiano. Assim, a pedido do Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo, ele assina decreto que manda fechar a Rádio Clube do Brasil, por ter Wainer transferido a maioria das ações para o escritor Marques Rebelo sem permissão do Ministério.

O fechamento da rádio deixou ainda mais histéricos os grupos radicais que dominavam a UDN. Eles agora queriam que o governo expulsasse Samuel Wainer do país e passaram a cobrar o fechamento da própria Última Hora:

– Corria ontem – escreveu O Jornal, de Chateaubriand – que o Ministro da Justiça, antes do seu embarque para Minas, procurou encontrar uma solução para o caso da Última Hora, sendo mesmo viável que determine o seu fechamento. Corroborando esses rumores, cita-se o fato de ter o Sr. Tancredo Neves conferenciado longamente com o Sr. Aliomar Baleeiro, que, da tribuna da Câmara, exigira uma definição do governo... Essa tendência do Executivo encontraria apoio também no encontro entre o Sr. Getúlio Vargas e o líder da maioria, a quem manifestou o desejo de tomar medidas, mas após o pronunciamento da CPI.

²¹⁰ Lucília de Almeida Neves Delgado, PTB, do getulismo ao reformismo, p. 149.

Baleeiro, de fato, procurara o Ministro Tancredo Neves para apresentarlhe formalmente um pedido de cancelamento do registro de cidadania brasileira de Samuel Wainer – pedido que o Ministro limitou-se a encaminhar à Procuradoria da Justiça. Mas era fácil misturar as coisas...

No fim de julho, os Estados Unidos tiveram de fazer uma concessão ao Brasil. O Eximbank, Banco de Exportação e Importação norte-americano, aceitou o plano brasileiro para os atrasados comerciais e o pagamento do empréstimo de 300 milhões de dólares.

– A proposta brasileira – segundo o comunicado do Itamarati – declarava que, além desses 300 milhões, o Brasil utilizaria quantia adicional com recursos próprios e créditos de bancos comerciais, de modo a liquidar esses atrasados até o fim do ano. O início do pagamento, pelo Brasil, dos 300 milhões de dólares do empréstimo será prorrogado por um ano e terá início em setembro de 1955, prolongando-se até setembro de 56.

Não era bem uma concessão ao Brasil, mas aos exportadores americanos que tinham feito vendas ao Brasil e queriam cobrá-las; e a esses mesmos e a outros exportadores que queriam e precisavam fazer novas vendas ao Brasil – e dependiam do, digamos assim, desestrangulamento da economia brasileira. Assis Chateaubriand, que para Samuel Wainer era apenas um velho gangster da imprensa marrom, estava empenhado em agradar Oswaldo Aranha, talvez em busca de dinheiro. E escreveu:

– Os atrasados comerciais do Brasil com os Estados Unidos montam a 450 milhões de dólares. Ao que se sabe, a liquidação dos congelados ficou deste modo: 300 milhões a cargo do Eximbank, 150 milhões a cargo do Banco ou do governo do Brasil. Teria o Ministério da Fazenda se comprometido (antes do início da gestão Aranha) a liquidar até julho deste ano os 150 milhões a seu cargo. Mas não o fez. Por isso, o Eximbank suspendeu o pagamento da promissória de 60 milhões correspondente à segunda tranche do empréstimo. Praticamente anulou a operação... Desse modo, ao entrar para o Ministério da Fazenda, encontrava-se o Sr. Oswaldo Aranha na seguinte situação: a) do empréstimo de 300, só pagos 60 e cancelados 240 milhões; b) dos 150 milhões que deveriam correr por nossa conta, nem um dólar amortizado. Com os

seus modos estouvados de caudilho sul-americano não definitivamente retirado, o Sr. Oswaldo Aranha fez saber a Washington que se recusava a negociar o que quer que fosse dos congelados americanos na base da recusa unilateral do Eximbank em acolher nossa segunda promissória. Dado o murro na mesa, ficou quieto... Com espanto, porém, de todo mundo, os americanos, tão unilateralmente como haviam carregado de eletricidade o caso... pagaram os 60 milhões e abriram negociação. O caudilho Aranha, pelo visto, não entornou o caldo...

Nesses dias, Oswaldo Aranha cuidava dos grandes números da economia brasileira, como esses, grandes e urgentes, dos atrasados comerciais. Getúlio concentrava sua atenção também em outros números econômicos de mais imediata consequência política. Foi seu novo Ministro da Justiça, Tancredo Neves, que observou isso:

– O Presidente Getúlio Vargas iniciava o seu dia tendo pela manhã uma pequena pauta onde estava a alta do custo de vida nos artigos essenciais à vida do povo: do arroz, do feijão, do macarrão, da banha. Ele ficava atento ao preço do café. Ele sabia que, naquela ocasião, o café era o produto básico da nossa exportação e que qualquer colapso no preço do café significaria realmente o empobrecimento da nação brasileira. Atento à cotação do dólar, quando havia uma variação qualquer, uma alta do preço do dólar ele se impacientava, irritava-se e queria saber por que estava havendo aquele processo de desvalorização do cruzeiro. Ele sabia que, defendendo a nossa moeda, ele estava na verdade defendendo um equilíbrio por demais importante.²¹¹

O ESTIGMA DE AGOSTO

O mês de agosto de 1953 começou sob signos e presságios parecidos aos de agosto de 1954 – embora sem a mesma intensidade, a mesma violência e a mesma carga de tragédia. Esse início, porém, foi antecipado por uma nota amena, um artigo de Assis Chateaubriand – poderoso controlador de jornais,

²¹¹ Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso da Silva, Tancredo Neves, a trajetória de um liberal, p. 269.

rádios e televisões, que dera espaço, nas únicas TVs em funcionamento no Brasil, para a campanha contra a Última Hora.

Não se podia negar – dizia Chateaubriand – que Getúlio em nada dificultara a CPI da Última Hora, nem tentara evitar a prorrogação de seu prazo. Chateaubriand, talvez com algum outro interesse em vista, mas em todo caso fazendo justiça a curto prazo, escreve a 2 de agosto:

– Honra seja ao primeiro magistrado. Ele fez do inquérito parlamentar uma realidade... A supremacia moral do Presidente da República paira neste momento sobre os vértices das montanhas de escândalo.

A isso se segue uma onda quase terrorista:

A 3 de agosto, Carlos Lacerda vai à Câmara, na qual circulava a notícia – difundida não se sabe por quem – de que se estaria formando um complô para matá-lo, complô ninguém disse de que origem ou inspiração. Getúlio Vargas não era a única pessoa, era uma de muitas pessoas que Lacerda atacava sempre com a mesma impiedade – e com os critérios que estamos vendo.

Na Câmara, Lacerda reúne-se demoradamente com os deputados Afonso Arinos, líder da oposição, Bilac Pinto, Magalhães Pinto e Rui Santos, da UDN, e Armando Falcão, do PSD, aos quais, segundo o noticiário, “teria exposto provas de que pretendem atentar contra sua vida”. Nessa reunião, “a portas cerradas”, teriam sido discutidos igualmente os últimos acontecimentos relacionados com o caso Wainer. Ou seja, tão importante quanto a vida de Lacerda, era manter o fogo da campanha contra Wainer, que era, a rigor, a campanha para derrubar o Presidente Vargas, a qualquer preço e por qualquer processo.

“Igual ameaça de morte – segundo o noticiário – foi feita aos deputados Armando Falcão e Frota Aguiar, tendo este, segundo constava, se avistado com o Chefe de Polícia [Frota Aguiar era delegado de polícia]. O fato é que a casa do relator da CPI [Frota Aguiar], por medida de precaução, vem sendo guardada”.

Nos próximos dias, o líder Afonso Arinos procurará o Ministro da Justiça Tancredo Neves, a quem pedirá garantias de vida a Carlos Lacerda, garantias que serão amplamente concedidas.

Nesse momento, não há como atribuir ao governo, a Getúlio, a seu filho

Lutero ou a seu irmão Benjamim Vargas, a inspiração de qualquer atentado contra Lacerda. Com exceção de Lacerda, Bilac Pinto, Baleeiro e em parte Afonso Arinos, a oposição, a começar por Chateaubriand, que é quem dá voz e presença a Lacerda na TV, aplaude atos de Getúlio como sua isenção e correção diante da CPI e como a cassação do canal e da concessão da Rádio Clube, de Wainer.

Diante dessa escalada, o Ministro João Goulart faz de público um desmentido: não articula “qualquer movimento político através das massas trabalhadoras e com apoio de altas patentes das classes armadas”. Tais notícias, diz ele, não passam de um plano ignóbil, visando menos a seu aniquilamento pessoal que à implantação de um clima de inquietação social. Tudo não passa de invencionice. Circularam também insistentes notícias de movimentação de tropas na área da 1ª. Região Militar, a título preventivo. Apenas na 4ª. Região, em Juiz de Fora, houve deslocamento de tropas para Três Corações, onde estão programadas manobras de rotina. É difícil imaginar um golpe de Estado cujo centro de operações seja Três Corações.

A visita de Lacerda à Câmara e a declaração do Ministro João Goulart ocorrem no dia 3 de julho. No mesmo dia termina a visita ao Brasil do Professor Milton Eisenhower, irmão do Presidente dos Estados Unidos. O resultado da missão do Professor Milton é a afirmação dele de que “o capital particular é a melhor arma para o desenvolvimento da América do Sul”. Para chegar a isso o Professor visitara dez países.

No dia seguinte, o New York Times – não um jornal qualquer, mas o New York Times – previu a próxima ocorrência no Brasil de um golpe de índole peronista:

– Qualquer que possa ser a situação do Brasil – diz o editorial do New York Times – o informe sobre um plano para um possível golpe, publicado por jornais de responsabilidade e conservadores do Rio, não pode ser ignorado. Segundo o que nos foi transmitido por Sam Popp Brewer, o Presidente Vargas não seria hostil à ideia de tipo peronista. Diz-se mais que com tal fim um golpe requereria que um general ocupasse o Ministério do Exército e outro oficial assumisse a direção das organizações operárias, à moda de Perón. In-

quieta saber das acusações feitas por setores da imprensa de que o Sr. João Goulart pretende organizar os trabalhadores brasileiros em formação parecida com a CGT peronista.

Outro jornal qualquer – mas não o New York Times – poderia desconhecer que no Brasil o Ministério do Exército (então chamado de Ministério da Guerra), já era ocupado por um oficial general, nesse momento o General Zenóbio da Costa, ex-comandante da Infantaria brasileira na Segunda Guerra Mundial e um dos mais importantes membros do alto-comando militar no Brasil.

O New York Times simulava não saber disso e, no mesmo editorial, acusava Perón, Presidente da Argentina, de colaborar com as forças comunistas de toda a América Latina. Nesse momento, porém, o professor Milton Eisenhower já tinha acertado um *modus vivendi* com Perón – e Perón só poderia ser acusado de colaborar com os interesses dos Estados Unidos e dos cartéis petrolíferos norte-americanos.

Mas a sequência fazia sentido: ameaças à vida de Lacerda e Frota Aguiar, denúncias de ação política subversiva de Jango e dos sindicatos, encerramento da missão do Dr. Milton Eisenhower sem o mesmo êxito dos seus entendimentos com Perón na Argentina. Getúlio, portanto, decidira não ouvir a voz da razão e pretendia precipitar o Brasil naquilo que fora o peronismo antes de Perón converter-se à convivência afiançada pelo Dr. Milton e pelo Presidente Dwight Eisenhower – convivência da qual será símbolo a abertura da indústria petrolífera argentina aos capitais privados, isto é, aos capitais privados norte-americanos, que, aliás, já se preparavam para deslocar os capitais ingleses da indústria petrolífera do Irã do Rei dos Reis, o Xainxá Reza Pahlevi, assenhoreando-se de parte de seu monopólio.

O editorial do New York Times baseara-se em informações não de um correspondente autorizado e credenciado, mas de um Sam Popp Brewer, que poderia ser um simples e insignificante picareta, tomador de dinheiro de empresários e políticos, um agente da CIA de quinta categoria (porque os de primeira não poderiam expor-se dessa maneira). Como se tratava do New York Times, o editorial foi respondido desde logo pelo líder da maioria na Câmara, deputado Gustavo Capanema, cuja declaração tornou-se manchete dos jor-

nais: “A Constituição não esteve e não está em perigo” – dizia uma dessas manchetes, acrescentando a esse título o texto seguinte:

– Não há, nas condições presentes do país, nenhuma possibilidade de um golpe armado. A propósito do telegrama da United Press que divulgou comentários do New York Times sobre a possibilidade de um golpe no Brasil, de cores peronistas, o deputado Gustavo Capanema, líder da maioria e porta-voz político do Presidente da República, concedeu-nos as seguintes declarações: “Somos nós próprios os culpados pelos erros da imprensa estrangeira, que tanto nos diminuem, tanto mal fazem ao nosso conceito no exterior. Porque é aqui mesmo que se forjam esses boatos de golpe e revolução”.

Capanema tinha razão. O New York Times tinha sido leviano – ou se pusera a serviço de interesses a que um jornal sério não poderia curvar-se. Mas o fornecedor da informação geradora do editorial – e aí pouco importa quem o estivesse pagando ou de quem ele quisesse tomar algum – fora “informado” por pessoa ou pessoas com vínculos na vasta conspiração montada para derrubar o segundo governo Vargas.

Ao mesmo tempo, o Chefe do Gabinete Militar da Presidência, General Caiado de Castro, desmentia os rumores de golpe e dizia, em nota oficial:

– Nosso Presidente está no firme propósito de cumprir e fazer cumprir a Constituição. Estou certo de que S. Exa. conta, para isso, com a esmagadora maioria das Forças Armadas. Não vejo ambiente para golpe de qualquer natureza. Ademais, o Presidente da República conta com elementos para esmagar qualquer tentativa nesse sentido.

Na mesma nota, o General Caiado, que era cumulativamente o secretário do Conselho Nacional de Segurança, desmentiu que o Conselho tivesse tomado qualquer deliberação no caso da Última Hora.

O desmentido do General Caiado tinha alvo duplo. O Presidente Vargas estava no firme propósito de cumprir a Constituição. Ou seja, dele não partiria a iniciativa de qualquer golpe. Mas também estava decidido a fazer cumprir a Constituição. Ou seja, o Presidente reagiria a qualquer golpe contra ele, que seria, necessariamente, um golpe contra a Constituição.

Tanto para cumprir quanto para fazer cumprir a Constituição – dizia o

General Caiado – “S. Exa. [o Presidente Vargas] conta com a esmagadora maioria das Forças Armadas”.

– Não vejo ambiente para golpe de qualquer natureza – acrescentava o General, para concluir:

– Ademais, o Presidente conta com elementos para esmagar qualquer tentativa nesse sentido.

A declaração do General Caiado não tem o tom, o vocabulário e a linguagem dos documentos militares. Pode ter sido redigida pelo Ministro da Justiça Tancredo Neves, que no dia seguinte convidaria os jornalistas para uma entrevista coletiva, na qual disse, de início:

– A entrevista em parte está superada pelas declarações do General Caiado de Castro. Quando estive em Belo Horizonte, há dias, disse que o Sr. Getúlio Vargas está mais forte que nunca e que toda a sua força decorre do propósito de cumprir e fazer cumprir a Constituição... Tive a satisfação de ver as minhas palavras corroboradas pelo General Caiado de Castro. Daí ser totalmente injustificada a agitação da opinião pública que se processa em certos setores e que não tem outra gravidade senão a do prejuízo que disso advém para a nação.

A primeira pergunta, depois dessa declaração inicial, reflete a paranoia daqueles momentos:

– Tem conhecimento – pergunta um jornalista – dos rumores de fundação de um órgão semelhante à CGT?

A CGT, no caso, era a Confederação Geral do Trabalho argentina, uma central sindical semelhante, ao menos na nomenclatura, a muitas outras em funcionamento em outros países. Na França existia, com a mesma sigla, uma CGT que reunia sindicatos controlados pelo Partido Comunista. Nos Estados Unidos existiam duas grandes centrais sindicais, a American Federation of Labour, AFL, e o Congress of Industrial Organizations, CIO, que depois se fundiriam na AFL-CIO.

No Brasil, porém, a mais remota lembrança de uma central sindical era proibida desde o governo Dutra. Como a pergunta dizia respeito a uma central sindical com os poderes da CGT argentina, praticamente um órgão do gover-

no, a resposta do Ministro da Justiça ficou fácil:

– A pergunta está prejudicada pela declaração inicial, isto é, que o Presidente da República faz questão de cumprir a Constituição.

Os jornalistas, mais que isso, queriam conhecer a opinião do Ministro da Justiça sobre o comentário do New York Times:

– É uma consequência do clima de agitação que se está criando no país e que está prejudicando o Brasil no exterior.

– O governo – pergunta outro repórter – está interessado na movimentação de massas sindicais que se observa ou, mais diretamente, na fundação do Partido Sindicalista Brasileiro?

– O governo não cogita de fundar qualquer partido e muito menos o Presidente da República. Peço aos jornalistas que não encaminhem a entrevista desse modo.

Na entrevista, Tancredo informou que a petição do deputado Aliomar Baleeiro (a quem recebera dias antes, em audiência que suscitara as mais delirantes especulações, mas que apenas lhe entregara um requerimento no qual solicitava o cancelamento do registro de nascimento de Samuel Wainer) foi encaminhada ao Procurador Geral do Distrito Federal, “que já deve estar examinando o expediente, para adotar as providências cabíveis”.

GARANTIAS DE VIDA PARA CARLOS LACERDA

O Ministro da Justiça revelou ainda que o deputado Afonso Arinos, líder da UDN, fizera uma visita a seu gabinete, a fim de solicitar garantias de vida para o jornalista Carlos Lacerda. O Ministro respondera que o governo daria ao jornalista todas as garantias que, a seu juízo, julgasse necessárias à proteção dos seus direitos.

Tancredo exigiu, porém, que o próprio Lacerda escolhesse, entre os agentes da polícia civil do Distrito Federal, aqueles que preferia para sua proteção. Assim, não poderia alegar depois que o governo escolhera, de propósito, policiais encarregados de atraí-lo.

– Sobre o caso da Última Hora – escreveram os “Diários Associados” –

furtou-se a dar uma opinião, dizendo que havia uma comissão parlamentar tratando do assunto e que o governo aguardaria as conclusões do inquérito para tomar as providências cabíveis. Por fim respondeu não haver qualquer estudo sobre a incorporação das oficinas da Última Hora ao patrimônio da União.

A entrevista de Tancredo Neves desmentia várias das falsidades em curso naquele momento.

A UDN queria que o governo fechasse a Última Hora e por isso atribuíra a ideia a Tancredo. O caso da Rádio Clube era diferente: tratava-se de uma concessão de serviço público e o Ministro José Américo, que propôs seu fechamento (porque a Comissão Técnica de Rádio, controladora das concessões de radiodifusão, vinculava-se ao Ministério da Viação) era homem da UDN. O que o governo podia fazer no caso da Última Hora, que era um jornal, não uma concessão de serviço público, era executar a dívida – o que o governo fez. Se o governo fechasse a Última Hora, o que impediria que fechasse também outros jornais devedores, do Banco do Brasil ou da Previdência, como eram todos os jornais da oposição?

Logo depois de Tancredo, o Ministro do Trabalho João Goulart também fala à imprensa, em entrevista coletiva, para assegurar:

– Jamais pensei em transformar os sindicatos em instrumentos políticos. O que se depreende de tudo isso é que já atingiram proporções ridículas os boatos segundo os quais minha presença no governo ameaça o regime... Afinal, perguntaria, de que me acusam? De ficar até altas horas atendendo aos que batem às portas do Ministério? Ora, se é crime o cumprimento do dever, se é crime trabalhar, aceito com orgulho a pecha de criminoso.

– Devo dizer que o Ministério do Trabalho não pretende utilizar-se de sua influência para fazer o movimento operário neste ou naquele rumo... Acusam-me de peronista, porque prestigio as organizações de trabalhadores, que são os sindicatos. Ora, os sindicatos são exatamente os órgãos de representação e defesa dos interesses profissionais e econômicos das diversas categorias, tanto de empregados como de empregadores. É dever do Ministério do Trabalho, portanto, estimular e prestigiar a organização sindical.

Em outra entrevista, Jango diz:

– Aqueles que me acusam são exatamente os especialistas em quarteladas e mazorcas... aqueles que falam em golpe demonstram muito pouca fé no regime democrático... são adeptos da pluralidade sindical e de outras iniciativas que visam manter o proletariado dividido e enfraquecido, eternamente sob o jugo da opressão econômica... os ditadores da classe operária não compreendem como o titular do Trabalho possa falar com espontaneidade e estabelecer laços de afeto com criaturas de condição humilde.

No dia 7 de agosto, Getúlio reúne o Ministério, o que raramente fazia, preferindo despachar com os ministros, um a um, com grande frequência. A convocação, por isso, desperta suspeitas paranoicas, que são desfeitas pelos próprios jornais.

– A reunião, ao contrário do que se esperava – diz a coluna de Murilo Marroquim – transcorreu em clima... até mesmo de bom humor, não se aludindo, uma vez sequer, aos rumores correntes sobre ameaças às instituições. O mais eufórico dos presentes, além do Sr. Getúlio Vargas, talvez tenha sido o Sr. Oswaldo Aranha... Apesar do sigilo, podemos informar, com absoluta segurança, que não mereceu qualquer exame a situação política do país. Limitou-se, pois, ao relatório do Sr. Oswaldo Aranha a reunião de ontem.

Segundo Murilo Marroquim, a nota oficial sobre a reunião já estava pronta quando os ministros chegaram ao Catete. Ela foi mostrada a eles, informalmente, antes da reunião, mas não foi discutida nem modificada na reunião. A nota tratava dos temas não discutidos na reunião – os boatos de golpe, as repercussões no exterior desses boatos, a CPI da Última Hora.

Sobre o caso da Última Hora, a nota dizia:

– Quanto às comissões parlamentares de inquérito que vêm sendo instituídas para o exame de atividades e fatos de caráter diverso, o Senhor Presidente da República assinalou que lhe coube a oportunidade de sancionar a lei que definiu suas atribuições... Quanto ao recente inquérito sobre as atividades de uma empresa jornalística... o Governo aguardará apenas o término da investigação parlamentar, a fim de tomar em devida consideração as conclusões das comissões legislativas que venham a ser aprovadas, bem como as suas suges-

tões e recomendações, para fazer cumprir as medidas que forem de sua competência.

O de que menos o comunicado do Catete tratou foi da exposição de Aranha. Dias a fio, em seguida, o noticiário registrará, com o endosso da própria oposição, que a nota “tranquilizou o país”. E a verdade é que nos dias seguintes a onda desse início de agosto vai decrescer: não se falará mais de golpe; João Goulart será mais atacado que temido; Getúlio passará um longo fim de semana na fazenda de um amigo no interior do Estado do Rio, será fotografado a cavalo; e isso de tal modo impressionará a oposição, que a inteligência privilegiada e maliciosa de Doutel de Andrade perguntará, sem perguntar, em sua coluna nos jornais de Chateaubriand, se a UDN estaria decepcionada depois de ter contado com uma descida de Getúlio, escada abaixo, em direção ao próprio túmulo.

Getúlio, meses antes, quebrara o braço, numa queda acidental em palácio. Nas semanas seguintes, evitara aparecer em público, ou só aparecia em ocasiões extremamente formais, em que era impossível perceber-se o seu verdadeiro estado. Agora, depois de reformar o ministério e espalhar a confusão na UDN, ele realiza uma reunião do ministério que é uma competentíssima operação de propaganda e dias depois surge no dorso de um cavalo, com saúde demais para a idade...

A oposição nem deixa que silenciem os ecos dessa ofensiva do governo – e volta a atacar.

Armando Falcão diz na Câmara, na sessão de 7 de agosto, que dois desconhecidos entraram, madrugada alta (nesse mesmo dia), no prédio onde até recentemente morava com sua família, querendo obrigar o garagista a levá-los até seu apartamento. Informados de que Falcão se mudara, quiseram saber o novo endereço, que o garagista disse desconhecer:

– O governo já tem conhecimento de que eu e o jornalista Carlos Lacerda estamos sob ameaça constante. As autoridades sabem, inclusive, onde se prepara o complô. Se o Executivo quiser cumprir sua obrigação, sabe muito bem o que deve fazer. Mas a verdade é que até agora não quis fazer nada.

No Ceará – diz Falcão – sua família é conhecida pela valentia e, se tiver de

defender-se, estará armado e não atirará apenas para ferir...

– Ante a gravidade da ocorrência – acrescenta O Jornal – o Sr. Nereu Ramos (Presidente da Câmara) conversou a seguir com o Sr. Armando Falcão, fazendo-lhe ver a necessidade de entrarem em entendimentos com o Ministro da Justiça, pedindo todas as garantias para a vida do parlamentar cearense.

(Lacerda já mandara pedir garantias ou já permitira que Afonso Arinos as pedisse por ele. Falcão responsabiliza antecipadamente o governo, mas é preciso que o Presidente da Câmara o convença a acompanhá-lo a uma audiência com o Ministro da Justiça).

– Terminada a sessão da Câmara – lemos no mesmo O Jornal – dirigem-se ambos ao gabinete do Ministro Tancredo Neves, que, entretanto, estava participando da reunião ministerial. O Sr. Nereu Ramos entendeu-se, então, com o Chefe de Gabinete da pasta, pondo-o ciente dos fatos e pedindo fossem eles transmitidos ao Ministro tão logo este chegasse.

Armando Falcão e Carlos Lacerda tinham outros inimigos, mas todas as ameaças que sofriam eram debitadas ao Presidente Vargas e sua família. Os amigos dos dois lançam mais lenha na fogueira, tentando vincular os conflitos internos da política brasileira aos grandes episódios da Guerra Fria. É o caso, por exemplo, de Nertan Macedo, que escreve em sua coluna:

– Vem o jornalista Carlos Lacerda de revelar novas ligações de Samuel Wainer com agentes internacionais, consoante dossier em poder da polícia paulista. Sabe-se, assim, que o bessarabiano participou ativamente da União Eslava, sob as ordens do falso padre Tkatchenko, expulso do Brasil em 1948, por espionagem a soldo da Rússia. Na cadeia de espiões ocupa lugar proeminente a Sra. Moysés Kagan, née Bertha Wainer, irmã dileta de Samuel, sobre quem exerce influência semelhante à de Ethel sobre Julius Rosenberg. Há cerca de um mês trouxemos a público fatos em penca sobre a ação revolucionária de Samuel. Denunciamos a atividade subversiva dos big-shots de redação da Última Hora, todos conhecidos militantes do Partido Comunista. Impressionado com os fatos por nós anotados, o deputado Armando Falcão houve por bem apresentar um pedido de informações ao Ministro da Justiça. Esse requerimento, porém, até esta data não foi respondido.

Pouco antes, Ethel e Julius Rosenberg tinham sido executados na cadeira elétrica, no desfecho de um dos processos mais hediondos da história judicial dos Estados Unidos. Até o Papa Pio XII pedir a comutação da pena dos Rosenberg, tais as falhas e dúvidas do processo. Hoje, bem mais de meio século depois, o caso Rosenberg é uma das manchas mais sujas na história dos Estados Unidos no século XX. Comparar, nesse momento, a irmã de Samuel Wainer a Ethel Rosenberg era um ato de espantosa grosseria moral. Inventar ligações dessa senhora, e do próprio Wainer, com a espionagem internacional não passava de um gesto de extrema boçalidade e brutalidade, praticado sob a cobertura do exercício da profissão de jornalista.

A CPI da Última Hora continuava sendo a grande tribuna da oposição. Nesse mês de agosto, um dos depoimentos principais é o de Ricardo Jafet, ex-presidente do Banco do Brasil e, como pessoa privada, um dos mais importantes financiadores da Última Hora.

Sobre os financiamentos concedidos à Última Hora, Jafet diz que a Carteira Hipotecária do Banco do Brasil considerou sólidas as garantias oferecidas. Sobre a fiança à importação de papel, respondeu que outros jornais não a tiveram porque o Presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias, Elmano Cardim, queria que a fiança fosse dada ao sindicato, não aos jornais. (Cardim dirá o contrário: que, como presidente do sindicato, ressaltou não poder este assumir a fiança). Jafet disse também não ter informado o Presidente Vargas das operações com a Última Hora: porque não eram vultosas e porque eram comerciais, não políticas.

Se o depoimento de Ricardo Jafet não fornece a munição esperada, surgem novas ideias na oposição. No dia seguinte, o deputado Bilac Pinto, da UDN de Minas, anuncia que vai convocar o Presidente Getúlio Vargas a prestar depoimento na CPI, "tendo em vista informações contraditórias sobre a verdadeira posição do chefe do governo".

É mais uma iniciativa movida pelo radicalismo, embora parta de um homem inteligente e culto, professor de Direito e autor de livros jurídicos importantes. A própria oposição discorda de Bilac Pinto:

— Não encontrou ressonância, nos círculos políticos de maior responsabi-

lidade – diz O Jornal – o desejo manifestado por elementos da oposição, no sentido da convocação do Presidente Vargas à CPI.

O deputado Armando Falcão declara:

– Compreendo os nobres objetivos do deputado Bilac Pinto. Sou contrário, entretanto, à convocação do Presidente da República, que, aliás, não está legalmente obrigado a depor. A suprema autoridade do Chefe de Estado deve ser preservada. Se a CPI, ao termo de suas investigações, porventura concluir pela existência, no caso, de responsabilidade do Presidente, aí, sim, caberá promover a sua punição.

Isso tudo acontece quando o Congresso realiza as últimas votações sobre o projeto da Petrobrás. No dia 31 de agosto, a Comissão Especial da Câmara, encarregada de opinar sobre as emendas do Senado ao projeto, aprova o parecer do relator, deputado Lúcio Bittencourt, do PTB de Minas. Com isso, prevalece o caráter nacionalista que a Câmara imprimira ao projeto e que o Senado alterara.

CAPÍTULO 31

SETEMBRO, OUTUBRO, 1953

PERÓN ENTREGA O PETRÓLEO ARGENTINO AOS INTERESSES
NORTE-AMERICANOS

A ARGENTINA CEDE, O BRASIL RESISTE

NO BRASIL, O CONGRESSO CONCLUI A VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE CRIA
A PETROBRÁS, JÁ COM A CLÁUSULA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO.

O Dr. Milton Eisenhower, irmão do Presidente Eisenhower, fora recebido cordialmente no Brasil – embora encontrasse os brasileiros “furiosos” pela extinção da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos por decisão unilateral do governo norte-americano.

A passagem do Dr. Milton Eisenhower pelo Brasil não teria as mesmas consequências que sua passagem pela Argentina. Nem produziria, em seguida, notícias como esta, fornecida pelas agências internacionais e publicada pelos jornais brasileiros de 2 de setembro:

– Notícias de Buenos Aires, recebidas pelo Journal of Commerce, de Nova York, informam que uma delegação da Dresser Industries, de Dallas [no Texas], está estudando a possibilidade de perfuração de poços de petróleo na Argentina e, aparentemente, é constituída pelos primeiros homens de negócios atraídos pelo novo plano de Perón para facilitar a entrada de capitais estrangeiros. John B. O'Connor, vice-presidente da Dresser, é o chefe da delegação que chegou a Buenos Aires.

Essa notícia e as seguintes significam que o General Perón, Presidente da Argentina, cedeu ao Dr. Milton Eisenhower e abriu a indústria petrolífera argentina aos interesses multinacionais.

No Brasil, o que se discutia era outra coisa. A questão do petróleo permanecia no Congresso, que chegaria ao fim da votação do projeto da Petrobrás

reafirmando seu caráter nacionalista e optando pela fórmula do monopólio estatal, sem qualquer concessão, semelhante às feitas pela Argentina, aos consórcios estrangeiros.

Isso não impedia que o governo tomasse iniciativas novas, não só na área econômica, mas também na área social.

Foi assim que não o contestadíssimo Ministro do Trabalho João Goulart, mas o Ministro da Justiça Tancredo Neves resolveu, em setembro de 1953, impulsionar a discussão sobre o direito de greve.

É possível que o Ministro da Justiça o tenha feito para poupar de ataques o Ministro do Trabalho João Goulart – sendo também possível que isso acontecesse por ordem do Presidente Getúlio Vargas.

Qualquer, porém, que tenha sido a origem da iniciativa, o fato é que o Ministro da Justiça decidiu, em setembro de 1953, criar uma comissão de juristas para estudar a regulamentação do dispositivo constitucional que assegurava o direito de greve. Nesse momento, a garantia constitucional do direito de greve estava praticamente anulada pelo Decreto-Lei 9070, do governo Dutra, que era uma verdadeira lei antigreve.

A simples decisão de submeter a questão do direito de greve ao estudo de um grupo de juristas já era um grande avanço. Mas o avanço é ainda maior, porque a comissão será integrada por pessoas como o professor Evaristo de Moraes Filho, o grande teórico do Direito do Trabalho no Brasil já na década de 1950 e ainda mais nas subsequentes; o consultor jurídico do Ministério do Trabalho, Oscar Saraiva; o deputado Lúcio Bittencourt, do PTB, e o senador Dário Cardoso, do PSD, integrantes das Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado; o Ministro Geraldo Bezerra de Menezes, do Tribunal Superior do Trabalho; e o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Distrito Federal, juiz Délio Maranhão. Com essa composição, o grupo de juristas designado pelo Ministro da Justiça só poderá propor soluções avançadas, que eliminem de direito aquilo que o governo já vem eliminando de fato – a vigência do decreto antigreve do governo Dutra.

Enquanto na Argentina Perón entregava-se aos piores interesses estrangeiros, no Brasil o governo Vargas reforçava as defesas da economia nacional.

A 1º. de setembro, Oswaldo Aranha presta depoimento no Senado. Ele ainda não pode fazer revelações sobre os estudos conduzidos pelo novo presidente do Banco do Brasil, Marcos de Souza Dantas, para a mudança cambial que será decretada em outubro. Mas pode falar, em termos gerais, sobre as dificuldades e desafios da economia brasileira.

– O Sr. Oswaldo Aranha – diz Murilo Marroquim – falou mais de uma hora sobre matéria estranha à convocação, aproveitando a oportunidade para expor seus pontos de vista pessoais sobre uma nova política econômico-financeira. O que foi considerado, em círculos mais maliciosos, como um preâmbulo de plataforma eleitoral.

É melhor que se suponha estar o Ministro da Fazenda dominado por ambições eleitorais. Assim não se pressente – e não há como sabotar – o que ele pretende fazer em matéria econômica.

Assis Chateaubriand, que comanda a campanha de TV contra Getúlio, continua tratando Aranha com simpatia total:

– Entre polemista e homem de Estado – escreve Chateaubriand – situou-se ontem o Sr. Oswaldo Aranha numa linha equidistante entre o homem de Estado e o homem de polêmica... Poucas vezes o Senado republicano teria ouvido um orador mais isento, tão superior às paixões do seu meio.

E, no entanto, o que Aranha disse não deveria ser do agrado de um defensor até aqui incondicional dos capitais estrangeiros. A uma pergunta do senador Domingos Velasco, do Partido Socialista, sobre o afluxo de capitais estrangeiros ao Brasil, o Ministro da Fazenda responde:

– Devo declarar que o capital estrangeiro, salvo pouquíssimas exceções, se tem instalado e crescido no Brasil de tal maneira que quase impede o desenvolvimento do capital nacional. É esse um dos problemas mais sérios que temos de enfrentar. É capital que pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para dele sair. Portanto, não parece desejável para qualquer país e menos ainda o é pelo Brasil. Reconheço que precisamos de capital. Entretanto, o numerário importado que impede a criação de capital nacional é mais prejudicial que não termos dinheiro estrangeiro. Se estudarmos, no Brasil, as aplicações aparentemente vultosas, veremos que elas

se reduzem a pequenas inversões e que a prosperidade de tais empreendimentos não é senão fruto da reinversão de lucros verdadeiramente fantásticos.

Além de aplaudir a exposição na qual Aranha disse coisas como essa, Chateaubriand escreve no artigo do dia seguinte, com o título "Preferência Odiosa":

– Tocou o Sr. Oswaldo Aranha, em seu monumental discurso no Senado, numa das chagas vivas do capital estrangeiro aplicado na Nação. Ninguém mais do que os "Diários Associados" são apologistas do capital de fora, em suas múltiplas modalidades de investimentos para desenvolver as riquezas do país. Somos uma terra onde há tudo por criar e estimular. O Brasil não tem mais de dois ou três por cento do seu território posto em trabalho pelo homem... O Brasil ainda é o grande desconhecido para os próprios brasileiros...

– Se temos fome de alguma coisa, é de capitais interessados em tomar cada um dos tesouros potenciais de nossa terra e transformá-lo em fonte de energia e trabalho... Ao lado, porém, desse capital... existe um outro que, aplicado em armas microscópicas, aqui propicia resultados fabulosos e suga, suga, de modo infernal, a riqueza viva da nação. Com quanto pensa o público que [o laboratório farmacêutico] Squibb se instalou no Brasil? Com 200 mil dólares. Na base desses 200 mil dólares, ele tem levado anualmente daqui, através de remessas iníquas, de 800 mil a 1 milhão de dólares, sem ter contribuído, no Brasil, para a décima parte do seu progresso, como têm contribuído as empresas elétricas ou a Brazilian Traction.

– Idêntica a situação da Ford e da General Motors. Disse-me há tempos o Sr. Oswaldo Aranha haver estudado as origens do capital dessas duas fábricas de montagem de peças de automóvel. Uma e outra começaram com 25 e 35 mil dólares, me informou o Ministro da Fazenda. Todo o enorme capital de que aqui dispõem hoje se exprime por lucros obtidos dentro da economia brasileira. Não há o *apport* (tais as conclusões do Sr. Aranha) de um dólar trazido de fora. O ano findo, uma e outra tinham respectivamente 300 e 350 milhões de cruzeiros por exportar, em dólares, de benefícios produzidos por um capital todo ele feito aqui dentro, com a nossa moeda.

– Será possível que uma economia pobre de dólares possa suportar tama-

nhas sangrias...? Por que fazer o nosso pobre café, o nosso minguaço cacau, o nosso gravoso algodão darem dólares para remunerar um falso capital estrangeiro, que não traduz, de modo algum, a moeda americana trazida de fora e aqui aplicada? Não é outra a posição dos bancos americanos e de outros países. Trazem um capital insignificante para dentro de nossas fronteiras. Obtêm lucros com os depósitos aqui conseguidos; e depois pretendem transformar esses lucros em libras, dólares, por conta dos investimentos que aqui não fizeram... Sou a negação mais típica do nacionalismo, do jacobinismo, do bairrismo. Tenho entusiasmo por todas as formas de investimentos de capitais no território brasileiro. Há, porém, um limite para remunerar esse capitais... Não é possível deixar o mercado aberto ao saque desses tomadores de cambiais... Não nos podemos dar, ainda, ao luxo de transferir dólares por conta de lucros de cruzeiro.

Não, Chateaubriand não se converteu. Ele é dono de um laboratório, o Schering, ao qual a Squibb faz concorrência. Dentro de algum tempo, Chateaubriand será um dos oradores na inauguração da nova fábrica da Squibb, em São Paulo, e fará o elogio desse mesmo capital que agora fustiga. No intervalo, que acertos poderá ter havido, não só com a Squibb, mas também com a Ford e a General Motors? São, no mínimo, três grandes anunciantes em potencial... Mesmo assim, o artigo de Chateaubriand mostra o quanto têm razão Aranha e o próprio Getúlio em relação ao papel de alguns investimentos estrangeiros, especialmente norte-americanos, na economia brasileira.

UMA SEMANA EM SÃO BORJA

Em meados de setembro de 1953, Getúlio foi passar alguns dias em Itu, sua fazenda em São Borja, "para uma estação de repouso que se prolongará até o próximo dia 23", como registrou o noticiário.

Dias antes, sem qualquer propósito imediatamente identificável, o Ministro do Exterior Vicente Rao fez longa e enfática declaração, para assegurar que o Brasil não ingressaria em qualquer bloco de nações latino-americanas. A única explicação plausível para o pronunciamento é a proximidade da via-

gem do Presidente e os rumores logo espalhados de que o descanso em São Borja seria apenas pretexto para um encontro com Perón na fronteira Brasil-Argentina, a pequena distância da Fazenda do Itu.

Em agosto, Getúlio não se sensibilizara pelas gestões de Héctor Campora, que seria Presidente da Argentina vinte anos depois, mas, nesse momento, acabava de deixar a presidência da Câmara dos Deputados de seu país e viera ao Rio como portador do desejo de Perón de visitar o Brasil em setembro, para assistir aos festejos da Semana da Pátria e do Dia da Independência.

Agora mesmo, em setembro, Getúlio convocara o Embaixador do Brasil na Argentina, Batista Lusardo, para “um importante cargo na capital da República”, que ainda não se sabia qual seria. Com isso, Lusardo teria de deixar a embaixada do Brasil em Buenos Aires. O novo embaixador já estava até escolhido e na dependência de aprovação do Senado: era Orlando Leite Ribeiro, que não podia ser denunciado como amigo de Perón e por isso era acusado de continuar amigo de Luís Carlos Prestes...

Em Porto Alegre, informam também os jornais, “ocorreu pequeno acidente com o avião presidencial, que foi obrigado a pousar em grande velocidade, depois de consumida toda a pista, obrigando o piloto a usar o cavalo de pau. O aparelho, roda direita travada, motor esquerdo acelerado, fez uma parada brusca, que provocou certa ansiedade nas pessoas que, em terra, aguardavam os passageiros. Mas o Sr. Getúlio Vargas desceu calmamente, como se nada tivesse acontecido”.

Getúlio diz aos repórteres que, após alguns dias de descanso, visitará as cidades de Uruguiana, Bagé e Rio Grande a fim de participar de várias inaugurações. “Referindo-se à situação nacional, frisou o Sr. Getúlio Vargas que continua trabalhando sem esmorecimento no sentido de apressar a emancipação econômica do país”.

Dias depois, é Lusardo que chega a Uruguiana para encontrar-se com Getúlio, e confirma que deixará a embaixada em Buenos Aires já no dia 30. Lusardo responde que não têm fundamento os rumores de um próximo encontro Vargas-Perón. Nem a demissão de Lusardo impedirá que continuem fermentando as especulações sobre supostos entendimentos entre Getúlio e Perón.

Nem isso nem a rendição incondicional de Perón aos interesses americanos, no encontro com o Dr. Milton Eisenhower.

Getúlio está em São Borja quando a Câmara prorroga por mais 30 dias o prazo da CPI da Última Hora. O líder da maioria Gustavo Capanema concorda com a prorrogação, mas apela à CPI para que conclua seu trabalho o mais depressa possível:

– O governo está interessado em dar por concluído esse ruidoso caso e não pode fazê-lo enquanto o trabalho da CPI não estiver terminado.

(Dar por concluído, no caso, não é pôr uma pedra em cima, mas tomar as providências que couberem aos órgãos do governo, de acordo com as conclusões do inquérito parlamentar).

A Câmara, além disso, está nos debates e votações finais do projeto da Petrobrás, examinando as modificações nele introduzidas pelo Senado. Uma dessas modificações foi a emenda de autoria do Senador Ismar de Gois, que permite virtuais contratos de risco entre a Petrobrás e outras empresas – porta aberta para tornar letra morta o monopólio estatal do petróleo.

Na noite de 15 de setembro, a Câmara ouve o deputado Arthur Bernardes, que, como Presidente da República na década de 1920, iniciara a luta contra a entrega do petróleo e do minério de ferro brasileiros a interesses estrangeiros. Bernardes estava doente e não devia sequer sair de casa, mas apareceu de surpresa para defender o projeto contra essas mudanças:

– Já tive ensejo de dizer desta tribuna que uma das tarefas mais árduas para o político no Brasil é defender as riquezas naturais do país... Não é segredo para ninguém o fato de um dos trustes ter mandado emissário ao Brasil empenhar-se no sentido de a Constituição permitir pudessem estrangeiros explorar o subsolo brasileiro... A importância [do petróleo] é tal que ainda agora vimos o que ocorreu. Um embaixador estrangeiro, recentemente chegado, antes de entregar suas credenciais, faz declarações a favor da livre participação nas iniciativas industriais; a seguir um Chefe de Estado poderoso manda conselhos às nações latinas no sentido de aceitarem o capital estrangeiro. Serão coincidências?

– Mas coincidências que ainda coincidem com uma outra: a vinda, tam-

bém recentemente, ao Rio de Janeiro, de um Chefe de Estado vizinho que, em visita de cortesia, aqui esteve para dizer-nos que seu país vivia muito próspero, muito feliz, com a iniciativa particular. E ainda mais, esse Chefe de Estado veio propor-nos outra grave coisa: a criação de portos francos na Amazônia... Há um elemento de fabricação da opinião pública em nosso país, perigosíssimo. É exatamente um desses trustes. Eles governam telégrafos, rádios e têm à sua disposição colunas em todos os grandes jornais... para forjar uma opinião pública, trabalho oculto que aqui se desenvolve com desconhecimento de brasileiros e principalmente do governo.

Bernardes, que apoiara Getúlio em 1930 e depois rompera com ele, acusa Getúlio de desconhecer a influência dos grandes grupos estrangeiros na fabricação da opinião pública no Brasil. É uma injustiça, mas o importante nessa noite é que a palavra do velho Presidente foi decisiva para a derrubada da emenda Ismar de Gois, rejeitada por 131 votos a 45.

A redação final do projeto da Petrobrás foi aprovada a 21 de setembro, coincidindo com o discurso de Getúlio numa concentração de trabalhadores diante da Prefeitura da cidade de Rio Grande, o maior centro portuário do Rio Grande do Sul.

O Presidente reafirma o propósito de satisfazer as aspirações dos trabalhadores e insiste em que se organizem em seus sindicatos, a fim de mais facilmente fazerem chegar suas aspirações ao poder público. Getúlio assegura sua disposição “de garantir a liberdade sindical para que os trabalhadores possam escolher livremente seus dirigentes”. No mesmo discurso, afirma que “a independência de uma nação é um ato político e um imperativo da consciência nacional, mas não é completa enquanto a independência política não se seguir a independência econômica”.

Anuncia ainda “o breve início da fabricação de três mil vagões de estrada de ferro e de cinquenta locomotivas por ano, acrescentando que em cinco anos estará concluído esse trabalho de reconstrução de nosso sistema ferroviário, que levou meio século de formação; e que até o fim de seu governo, no prazo de dois anos, estarão duplicadas as instalações de produção de energia elétrica no país”.

De volta ao Rio, Getúlio toma conhecimento da mais recente declaração do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, George Humphrey. Segundo Humphey, seu país se limitará a fornecer ajuda ao exterior somente às indústrias que não fazem concorrência à produção industrial norte-americana.

No mesmo dia, 24 de setembro, Getúlio recebe, aprovado pelo Congresso, o projeto da Petrobrás. Dois dias depois, Volta Redonda alcança a marca de produção de 2 milhões de toneladas de ferro gusa.

– Enquanto corria o ferro, completando o segundo milhão de toneladas produzidas – diz a reportagem dos jornais de Chateaubriand – prosseguia ao lado a construção do segundo alto-forno, maior que o primeiro e que se acha em construção. Volta Redonda está concluindo a sua primeira expansão, de modo a poder produzir 710 mil toneladas de aço por ano.

AS REVOLUÇÕES DE OUTUBRO

O mês de outubro de 1953 devia marcar apenas o terceiro aniversário da eleição de Getúlio pelo voto direto, a 3 de outubro de 1950. Eleição que, a seus olhos, legitimava cada uma das fases de seu primeiro governo – a fase do governo provisório da Revolução de 1930, instaurado pela força das armas em novembro desse ano; a fase do governo constitucional, eleito indiretamente pela Assembleia Nacional Constituinte em julho de 1934; e a fase mais contestada, o Estado Novo, do golpe de novembro de 1937 à deposição do Presidente em outubro de 1945.

As circunstâncias, porém, não a premeditação, fizeram de outubro de 1953 o mês de duas verdadeiras revoluções, revoluções sem armas e sem sangue, e de fundas e duradouras consequências sobre a economia e a história do Brasil.

A primeira foi a assinatura da Lei 2004, que criava a Petrobrás. A segunda, a Instrução 70.

A lei da Petrobrás só foi assinada a 3 de outubro, no aniversário da eleição de Getúlio em 1950 e também do início da Revolução em 1930, porque a tramitação da lei, no Congresso, terminara no fim de setembro. Pela Constituição, o Presidente dispunha de dez dias improrrogáveis para sancionar ou

vetar projetos de lei definitivamente aprovados pelo Congresso. O projeto da Petrobrás fora definitivamente aprovado no fim de setembro e, em seguida, enviado à Presidência da República, para sanção ou veto. O prazo do Presidente, para sancionar ou vetar, esgotava-se logo depois do 3 de outubro. Ele preferiu, legitimamente, assiná-lo nesse dia.

Uma semana depois, o governo deflagrou a segunda revolução daquele mês de outubro – revolução conhecida como Instrução 70 da Sumoc, a Superintendência da Moeda e do Crédito, órgão do Banco do Brasil e embrião do futuro Banco Central.

Amigos e inimigos de Getúlio – além dele próprio – diriam depois que sua sentença de morte seria assinada por ele mesmo em dezembro de 1953, oito meses antes da madrugada de sangue de 24 de agosto de 1954. Em dezembro de 1953, Getúlio anunciou, no famoso discurso de Curitiba, seu projeto de criação da Eletrobrás.

Ele, porém, sabia que a Lei da Petrobrás e a Instrução 70 incomodavam muito mais os interesses estrangeiros no Brasil. Se o projeto da Eletrobrás incomodou tanto, foi porque reafirmava que ele não voltaria atrás na questão do petróleo e na do câmbio. Nem na questão da energia elétrica.

Antes desses dois eventos históricos e dramáticos, protagonizados por Getúlio e Oswaldo Aranha, os dois viveriam, no mesmo dia, 1º de outubro, cada qual um momento de gratificação e recompensa.

Aranha foi à Câmara expor seu plano econômico, que ainda não podia ser revelado. Definiu-se e defendeu-se como pôde. No fim, disse O Jornal:

– Quando o Sr. Oswaldo Aranha deu por encerrada a sua exposição, verificou-se na Câmara um fato ainda não registrado. Os deputados aplaudiram de pé o Ministro, alguns gritando “bravos”, como se estivessem numa plateia de teatro.

– O Ministro ficou cinco horas à disposição dos deputados. Nas três primeiras, leu seu relatório. Após breve intervalo, submeteu-se ao interrogatório, em que se revezaram os Srs. Raimundo Padilha, Bilac Pinto, Carmelo d’Agostino e Herbert Levy, tendo desistido outros nove parlamentares.

Getúlio, no mesmo dia, vivia sucesso parecido ao inaugurar o Instituto de Puericultura da Cidade Universitária do Rio, na Ilha do Fundão, junto à Ilha

do Governador:

– Foi há oito anos passados que meu governo tomou as providências iniciais para levantar aqui o mais importante centro educacional do país... Não obstante as dificuldades financeiras do país, que levaram meu governo a uma severa política de compressão de despesas, foram levadas adiante estas obras de tão alta destinação. Dos 470 milhões de cruzeiros empregados na construção da Cidade Universitária desde 1945, cerca de 400 milhões o foram durante o meu governo, no período de 1951 a 1953. A proposta orçamentária para 1954 consigna uma dotação de 350 milhões de cruzeiros para aquela mesma finalidade.

Ao sancionar, a 3 de outubro de 1953, a Lei 2004, de criação da Petrobrás, Getúlio chamou sobre sua cabeça os raios da tempestade. Sobretudo porque essa lei estabelecia no Brasil o monopólio estatal do petróleo.

– Os capitalistas americanos – escreverá Moniz Bandeira – receberam a notícia com ceticismo. Não acreditavam na viabilidade da Petrobrás nem na sustentação do monopólio estatal pelo Brasil. E logo sobreveio a reação. O Secretário de Estado, John Foster Dulles, comunicou ao Embaixador Walter Moreira Sales que o Eximbank só concederia 100 milhões de dólares ao Brasil, e ainda assim para o pagamento de atrasados comerciais, do empréstimo de 250, que a administração de Truman prometera e que Vargas quisera elevar para 300.

– Moreira Sales, apesar de sua tendência pelo Partido Republicano, assustou-se. Mostrou-lhe o perigo que correriam as relações políticas e econômicas entre os dois países, caso o Governo dos Estados Unidos insistisse em alterar os entendimentos anteriores. Dulles permaneceu irredutível. Disse que os 100 milhões de dólares resolveriam. Moreira Sales respondeu então que considerava a sua atitude desapontadora e que não estava ali para discutir o aspecto econômico e sim o aspecto político da questão.²¹²

Coincidência ou não, a Universidade de Columbia, em Nova York, outorgava nesse momento seu Prêmio Maria Moors Cabot de jornalismo, o de maior repercussão nos Estados Unidos, a Carlos Lacerda, “por sua contribuição jornalística ao progresso da amizade internacional nas Américas”.

²¹² Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 345.

Mergulhada no nevoeiro venenoso da Guerra Fria, a Universidade de Columbia não via que a única amizade internacional das Américas à qual Carlos Lacerda vinha dando alguma contribuição era o relacionamento submisso das forças conservadoras, às quais ele se integrara, com os interesses superiores da economia norte-americana. Lacerda, a rigor, era um alto-funcionário da administração dos interesses coloniais dos Estados Unidos na América Latina.

Getúlio Vargas era o oposto disso. Discursando no Palácio do Catete, em seguida à assinatura da Lei da Petrobrás, Getúlio faz um balanço das iniciativas econômicas de seu governo – e declara:

– Ultrapassada a primeira metade do meu mandato presidencial, conforta-me verificar que, apesar de tantos obstáculos, o meu governo apresenta um acervo considerável de serviços e realizações. Forçado, inicialmente, a adotar rígida política de compressão de despesas, para lograr o saneamento do meio financeiro, nem por isso foram prejudicadas as obras de interesse público. E, contrastando com os déficits dos exercícios anteriores, a execução dos orçamentos federais de 1951 e 1952 registrou saldos apreciáveis, não obstante os onerosos compromissos do Tesouro, inclusive o pagamento de vultosas dívidas flutuantes que vinham dos anos precedentes.

– O Congresso acaba de consubstanciar em lei o plano governamental para a exploração do nosso petróleo. A Petrobrás assegurará não só o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional, como contribuirá decisivamente para limitar a evasão de nossas divisas. Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobrás resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos em cuja viabilidade sempre confiei.

– Quando se construía Volta Redonda, muitos descreram de suas possibilidades, mas hoje a grande siderurgia se ergue como um testemunho irrefragável da capacidade criadora nacional.

– Quando foram lançadas as bases da usina de Paulo Afonso, houve igualmente quem vaticinasse o insucesso da obra grandiosa, que em breve será o esteio de toda a economia nordestina.

– As obras de Paulo Afonso prosseguem vigorosamente, graças ao cuida-

do constante do governo em apressar a sua conclusão.

O projeto de Paulo Afonso, aprovado por Getúlio em 1945, no fim de seu primeiro governo, fora apresentado pelo então Ministro da Agricultura, Apolônio Salles, e era a primeira grande usina hidrelétrica projetada e construída no Brasil pelo próprio Brasil. Todas as anteriores tinham sido de iniciativa das concessionárias estrangeiras, embora, possivelmente, com recursos brasileiros.

– Já se acha praticamente ultimada a duplicação da Refinaria de Mataripe e intensificam-se os trabalhos da Refinaria de Cubatão, com a qual se conjugará uma nova fábrica de fertilizantes nitrogenados.

– Também foi sancionado recentemente o programa nacional de exploração e aproveitamento industrial do carvão, que contribuirá decisivamente para apressar o ritmo em que se processa o nosso desenvolvimento industrial.

– Estão quase concluídos os estudos pertinentes ao Plano Nacional de Eletrificação, que nos dará, para o futuro, a segurança e a tranquilidade do abundante suprimento de energia elétrica, à altura das solicitações de nosso surto industrial.

– Dentro de alguns meses começará a funcionar a segunda usina de Volta Redonda. Cada vez mais se afirma a importância econômica desse gigantesco empreendimento do meu governo passado. Ainda para o desenvolvimento da nossa siderurgia, o governo iniciou a concretização do processo de instalação da Companhia Mannesmann em Minas Gerais.

(Dias antes de sua morte, Getúlio inaugurará em Minas a siderúrgica do grupo alemão Mannesman. Segundo Rômulo de Almeida, chefe da assessoria econômica da Presidência, Getúlio não era contrário, em princípio, aos capitais estrangeiros. O que Getúlio não queria era que capitais americanos monopolizassem o mercado brasileiro de investimentos. Por isso empenhou-se tanto em trazer a Mannesmann, alemã, convicto de que a concorrência entre capitais de origem diversa evitaria o domínio da economia brasileira pelos interesses norte-americanos.²¹³)

²¹³ Informação de Rômulo de Almeida ao autor, entrevista em 1987, no Rio, para a TV-Bandeirantes.

Getúlio tem também boas notícias de outros setores da economia brasileira:

– Foi consideravelmente ampliada a produção da Companhia Vale do Rio Doce, que em 1952 exportou mais do dobro do minério de ferro que havia exportado em 1950.

– Devidamente reestruturada, a Fábrica Nacional de Motores iniciou a fase de operação propriamente industrial, com a produção progressiva de caminhões, dando também começo a um programa semelhante para tratores. Foi estimulada a fabricação no Brasil de locomotivas, vagões e outros implementos da aparelhagem ferroviária. Teve também o apoio governamental a indústria de peças de veículos automotores. A construção naval mereceu o encorajamento do governo.

(A Fábrica Nacional de Motores, FNM, fora criada por Getúlio, em seu primeiro governo, como fábrica de motores de avião para os Aliados – e para própria defesa do Brasil – no início da Segunda Guerra Mundial. Getúlio pretendia, depois da guerra, transformá-la em embrião de uma indústria automobilística brasileira, na qual, sem prejuízo da fabricação de carros de passeio, tivesse prioridade a produção de caminhões e tratores. Depois da queda de Getúlio, em 1945, a FNM foi praticamente desmantelada, porque sua existência e seu desenvolvimento não convinham aos grupos estrangeiros que queriam dominar o mercado brasileiro. De volta ao governo, em 1951, Getúlio ressuscitou e reestruturou a FNM. Nesse momento, em outubro de 1953, ela daria início à produção de caminhões e tratores, enquanto o governo estimulava, paralelamente, a fabricação de locomotivas e vagões, a indústria de autopeças e a construção de navios).

Atento como estava ao desenvolvimento industrial, o governo cuidava, na mesma medida, da agricultura:

– O financiamento à lavoura e à pecuária aumentou quase 90% entre 1950 e 1952. Estão presentemente no Congresso os projetos elaborados pelo governo para dar ao seguro agrícola bases novas e definitivas e para facilitar o crédito aos agricultores, através da cédula rural pignoratícia e hipotecária. Esperam também a aprovação do Legislativo outros planos governamentais, que se consubstanciam nos projetos para a criação do INIC, da Carteira de Colonização do Banco do Brasil e do Serviço Social Rural. Reveste-se de igual impor-

tância a criação da Comissão Nacional de Política Agrária, destinada a elaborar o projeto de reforma agrária que em breve remeterei ao Congresso.

A Comissão Nacional de Política Agrária só fora criada porque não dependera do Congresso, mas de um decreto de Getúlio. Este mandara ao Congresso, pouco antes, o projeto de lei, elaborado pela Comissão, para regulamentar as desapropriações por interesse social, lei indispensável a qualquer projeto de reforma agrária. Getúlio esperava, desde o início do governo, que o Congresso aprovasse a criação do Serviço Social Rural, em nada perigoso mas combatido, ou melhor, subtraído e engavetado pelos grupos mais medrosos do Congresso; e igualmente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, absolutamente inofensivo, mas ainda assim temido pelo conservadorismo mais reacionário.

Ainda sobre a agricultura, Getúlio diz que os resultados já obtidos no fomento à produção de trigo atestam a eficiência de sua política de amparo.

— A atual safra desse cereal é estimada em cerca de 400 mil toneladas, isto é, duas vezes a safra obtida no ano agrícola de 51-52.

Em setembro, menos de um mês antes, ele dissera, ao abrir a exposição agropecuária de Bagé:

— Os meus esforços em prol do desenvolvimento da cultura do trigo no Brasil remontam ao tempo em que, na chefia do governo rio-grandense, fundei aqui, na cidade de Bagé, a estação tritícola de Rio Negro, a qual lançou as bases técnicas para a expansão do plantio do cereal, criando tipos de sementes resistentes a moléstias que dificultavam sua produção em larga escala... Só em 1951 foram aqui distribuídos 2,2 milhões de quilos de sementes, cifra particularmente significativa ao levar-se em conta que a média anual de distribuição não chegou a 250 mil quilos no período 1946-1950, em toda a área do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. No ano passado ainda mais se ampliou esse programa, sendo entregues aos lavradores gaúchos mais de 3,7 milhões de quilos de sementes. No ano corrente, essa distribuição já chega a 5,1 milhões de quilos... Fator preponderante no êxito da cultura tritícola tem sido a mecanização dessa lavoura, obra que o Ministério da Agricultura iniciou em 1951...

CAPÍTULO 32

OUTUBRO, 1953

UMA FÓRMULA INTELIGENTE, CRIATIVA E OUSADA

A INSTRUÇÃO 70

PELO NOVO SISTEMA, O BRASIL SÓ IMPORTARIA NO LIMITE
DAQUILO QUE PUDESSE PAGAR DE IMEDIATO, OU SEJA, DE SUAS
DISPONIBILIDADES DE DÓLARES, DE MODO A ZERAR E ELIMINAR
A CONTA SUICIDA DOS ATRASADOS COMERCIAIS.

A 9 de outubro, afinal, veio a grande mudança econômica, sob a forma de uma resolução da Sumoc, a Superintendência da Moeda e do Crédito, órgão do Banco do Brasil e embrião do futuro Banco Central. Era a Instrução 70, que mudava as regras do câmbio, para possibilitar o controle das importações e o aumento das exportações.

A economia brasileira crescia velozmente e vigorosamente, os salários aumentavam e pouco se ouvia de queixas de desemprego. Mas a inflação já preocupava e havia déficits ameaçadores no comércio exterior e no balanço de pagamentos.

O Brasil importava mais do que exportava, e, ao déficit daí resultante, sob a forma de atrasados comerciais, somava-se o dos dólares correspondentes ao pagamento de fretes, seguros e juros e às remessas de lucros e dividendos dos capitais estrangeiros.

O principal componente do programa elaborado por Aranha para enfrentar a crise cambial e o problema do déficit público – o chamado Plano Aranha – foi a Instrução 70.

– Essa medida – segundo Aranha – deu ao Banco do Brasil o monopólio cambial e estabeleceu um regime de leilões de câmbio para diversas categorias de importações, cobrando-se ágios diferentes segundo a essencialidade da

categoria particular. O sistema não só permitiu o controle das importações, mas estimulou as exportações e criou nova fonte de receita para o governo.

Aranha explicaria que não estava inventando nada:

– Honro-me em declarar que fomos, eu e meus auxiliares, buscar no Império, ao tempo do grande Silva Ferraz, no seu famoso inquérito sobre a crise cambial de então, os ensinamentos que deram origem às ideias e práticas concretizadas na Instrução 70.²¹⁴

Quando ele usava a expressão “eu e meus auxiliares” referia-se especialmente a Marcos de Souza Dantas, antes diretor da Carteira de Câmbio e, desde agosto, por indicação do próprio Aranha, Presidente do Banco do Brasil. Na primeira fase de seu segundo governo, Getúlio permitira rumos divergentes para o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil. O Ministro da Fazenda Horácio Láfer praticava a política da austeridade, enquanto o Presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, dedicava-se à política da expansão. Não era senão o esforço para temperar uma coisa com a outra, em busca do entendimento que não houve com os Estados Unidos.

Quando, porém, em junho de 53, Getúlio chamou Aranha para o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil foi subordinado, sem discussão, ao novo Ministro, que escolheu, para sua presidência, o então diretor da Carteira de Câmbio, Marcos de Souza Dantas. Foi Souza Dantas o principal formulador das soluções adotadas na Instrução 70.

Marcos de Souza Dantas era o técnico de experiência e conhecimento para pensar uma tal fórmula, e Aranha o líder político para avaliá-la e aceitá-la ou não. Aranha não desconheceria a opinião de Rômulo de Almeida, o chefe da assessoria econômica da Presidência, revelada anos depois da morte de Getúlio: a hipótese de que o impacto da Instrução 70 tivesse contribuído para o agravamento da crise política que levou Vargas ao suicídio.

O que era, porém, a Instrução 70?

Pelo sistema anterior, os importadores dependiam de licenças de importação emitidas pela Cexim, a Carteira de Exportação e Importação do Banco do

²¹⁴ Stanley Hilton, Oswaldo Aranha, uma biografia, p. 473.

Brasil – o que dava margem ao descontrole, ao favoritismo e à corrupção. As denúncias de corrupção chegaram a tal ponto que, mesmo depois da Instrução 70, a Cexim foi extinta e substituída pela Cacex, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil.

O resultado da política anterior era o Brasil importar muito mais do que podia pagar. O Brasil importava até o que já produzia ou podia produzir, e deixava de produzir muita coisa que podia deixar de importar. Esse modelo decorria da verdadeira farra de importados promovida pelo governo Dutra, no interesse dos fornecedores de nossas importações, especialmente os norte-americanos.

Pelo novo sistema, da Instrução 70, o Brasil só importaria no limite daquilo que pudesse pagar de imediato, ou seja, de suas disponibilidades de dólares, de modo a zerar e eliminar a conta suicida dos atrasados comerciais.

Para que isso fosse possível, o Banco do Brasil ficaria com os dólares de todas as exportações feitas pelo Brasil – pagando aos exportadores em cruzeiros. Desses dólares, o governo reservaria uma parte para o pagamento de seus compromissos internacionais e para a importação de produtos essenciais, como petróleo, trigo e papel de imprensa.

Os dólares que sobrassem seriam leiloados para outras importações, não ao acaso dos caprichos do mercado, mas de acordo com a prioridade (o termo era “essencialidade”) das importações, divididas em cinco categorias. Para importar perfumes franceses ou champanhe, o preço mínimo do dólar nesses leilões seria bem mais alto que o do dólar para a importação, por exemplo, de remédios.

Dentro de cada uma das cinco categorias, das mais às menos essenciais, o mercado exerceria suas preferências e vocações. Mas o Brasil não gastaria mais do que dispunha – e só compraria com dinheiro na mão para pagar.

– Era – disse Pedro Malan, futuro Ministro da Fazenda, em estudo publicado em 1986 – um sistema de restrições quantitativas que permitia um papel às forças de mercado através dos leilões de divisas. Em segundo lugar porque eliminava a possibilidade de uma acumulação rápida de atrasados comerciais como em 1951-52: agora, o que estava sendo vendido não eram licenças de

importação desvinculadas da real disponibilidade de divisas.²¹⁵

Hoje e mesmo na época, os mecanismos da Instrução 70 poderiam ser acusados de protecionismo. Mas como poderia o Brasil deixar de adotar medidas protecionistas num mundo em que os grandes e os ricos eram os que mais se protegiam?

A Instrução 70 foi também uma grande fonte de recursos para o governo, possibilitando-lhe financiar seus projetos econômicos e seus programas sociais, graças à diferença entre o valor pelo qual o governo recebia e aquele pelo qual vendia os dólares.

Isso, porém, era secundário. O importante – a curto prazo – era que a Instrução 70 começava a pôr em ordem as contas externas do Brasil. E, a prazo mais longo, ela estimulava e viabilizava a produção industrial brasileira (a substituição de importações) contra o comodismo antinacional e o vício das farras de importados.

– A nova política cambial – segundo a economista Maria da Conceição Tavares – não só permitiu comprimir o quantum de importações ao nível da capacidade para importar existente nesse ano, como tornou relativamente mais atraente a produção interna de uma série de produtos industriais básicos e matérias-primas, cujo preço de importação em moeda nacional passou a subir consideravelmente por ficar sujeito ao pagamento de crescentes ágios cambiais. Esses ágios, arrecadados dos importadores, permitiriam não só o pagamento de subsídios aos exportadores, como se tornaram uma importante fonte de receita para o governo. Era precisamente em sua influência sobre o setor financeiro que o novo sistema cambial se integrava na política econômica do governo.²¹⁶

O Plano Aranha é até hoje reconhecido como uma fórmula inteligente, criativa e ousada – tanto que, morto Getúlio em agosto de 1954, o novo governo manteve-o praticamente inalterado, embora seu Ministro da Fazenda fosse

²¹⁵ Pedro Souto Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil", em *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, 4^o. Volume, p. 74.

²¹⁶ Citado em Lutero Vargas, *Getúlio Vargas, a revolução incabada*, pp. 259 e 260.

o professor Eugênio Gudin, pontífice máximo do pensamento econômico conservador no Brasil.

Aranha, porém, realizou mais que uma atrevida operação econômica: completou-a com um trabalho competentíssimo de opinião pública – indispensável, aliás, para o êxito do plano.

Uma simples notícia de jornal, evidentemente alimentada pelas informações e pelo carisma de Aranha, ou em conversa com o repórter, ou, mais provavelmente, com o próprio dono do jornal, no caso Assis Chateaubriand, na época tão poderoso quanto Roberto Marinho em décadas posteriores, descreve com enorme poder de sedução o invento do governo brasileiro:

– Esquemáticamente, podemos descrever da seguinte maneira o mecanismo da nova fórmula: de receita cambial, admitamos, de 900 milhões de dólares por ano, o governo reservará para os seus fins (resgate da dívida comercial, importações oficiais, pagamento dos compromissos diplomáticos etc). o equivalente a 270 milhões. Do restante, 630 milhões, uma percentagem fixa (admitamos, 60%) será reservada aos importadores de matérias-primas; outra percentagem (suponhamos 15%) fica para as compras menos essenciais; uma outra percentagem para aquisições de segunda categoria, de terceira categoria etc. Haverá, ao todo, 6 categorias. Dentro de cada classe, o total das divisas disponíveis será posta em leilão... quem pagar mais receberá as cambiais. Quem tem cambiais recebe automaticamente a licença de importação... Para a transferência de capitais, remessa de fundos etc. não existe classe especial. As transações se farão no mercado livre... que será alimentado pelos dólares que entrarem no país. Quando não houver cambiais disponíveis não haverá transferência para o exterior. O intuito é separar completamente os mercados de produtos do setor de capitais. Como a taxa nesse mercado será muito alta, o capital estrangeiro achará atrativa a vinda para o Brasil; calcula-se que podemos contar com substanciais afluxos de fundos.

– Em princípio, todas as exportações serão feitas na base de 18,72 cruzeiros por dólar [a cotação oficial da época]. O governo federal, porém, subvencionará os exportadores, em grau variável, segundo a categoria a que pertencer [o produto]. Os vendedores de café, por exemplo, receberão, além da taxa

oficial, um prêmio de 5 cruzeiros por dólar, passando, portanto, sua receita a 23,72 cruzeiros por dólar.

– Se fizermos um cálculo aproximado, o plano se apresentará assim: o Banco do Brasil compra todas as cambiais de exportação (900 milhões de dólares) por 18 bilhões de cruzeiros. Desse total, 270 milhões de dólares seriam reservados para os compromissos do governo federal. Os restantes 630 milhões seriam rateados entre os importadores, rendendo, na média, 45 cruzeiros por dólar (o dólar oficial ainda está a 18,72). A receita será de 28 bilhões de cruzeiros. [Como o governo comprou todos esses dólares por 18 bilhões de cruzeiros]; O governo realizará um lucro de 10 bilhões de cruzeiros. Desta soma, 7 bilhões seriam distribuídos entre os exportadores, sob a forma de subvenções. Com a sobra de 3 bi, o governo pretende alimentar um fundo de investimentos agrícolas. (Evidentemente esses cálculos são todos hipotéticos). Provavelmente a taxa mais baixa para as importações permanecerá entre 20 e 24 cruzeiros por dólar. A taxa mais alta, para artigos de luxo subirá a alturas astronômicas. Fala-se em 60 e até mesmo 80 cruzeiros por dólar. O trigo e o petróleo ficarão fora do novo esquema, uma vez que a sua importação é feita quase exclusivamente através dos organismos oficiais.

Oswaldo Aranha, em entrevista, explica com grande simplicidade o que fez:

– A solução que dei à política cambial nada tem de corajosa. Ela é apenas lógica e natural. É como o caso de um chefe de família cuja conta no armazém [foi] além de suas possibilidades de pagamento e que se valia de empréstimos para cobrir déficits. Vendo-se em perigo, convoca todos os membros da família para trabalhar mais, a fim de cobrir as despesas.

O futuro Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, que exerceria o cargo já na década de 1970, embora desde muito antes fosse considerado o gênio de sua geração, era insuspeito para julgar Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha. Nascido e vivendo muito depois, Simonsen tinha ideias “clássicas”, sem o espírito inovador e a inquietação reformista – às vezes revolucionária – de Aranha e Vargas. Por isso mesmo, o depoimento de Simonsen é insuspeito. E é quase a expressão de um estado de deslumbramento:

– O sistema de taxas múltiplas tentava extrair as vantagens de uma desva-

lorização cambial sem arcar com a contrapartida das desvantagens. As vantagens de uma desvalorização, que todos consideravam inevitável, dispensam maiores explicações: aumentava-se a oferta de exportações, diminuía-se a demanda de importações, incentivavam-se os ingressos de capitais estrangeiros, encareciam-se as remessas de lucros.

– O que preocupava o governo brasileiro era o contrapeso. Uma desvalorização cambial teria como primeiro impacto um aumento do custo de vida, pela elevação dos preços em cruzeiros das importações essenciais. O aumento de preço em cruzeiros dos produtos de exportação também teria efeito altista.

– O sistema de taxas múltiplas criado pela Instrução 70 contornava grande parte dessas desvantagens. O preço em cruzeiros das importações crescia, as essenciais encarecendo muito menos do que as supérfluas. Isso reduzia o impacto do ajuste cambial sobre o custo de vida, preocupação central do governo em 1953. O perigo de um aumento desordenado do plantio de café que gerasse um excesso de oferta como o da década de 30, era exorcizado pelas criação de um dólar de exportação menor para o café do que para os demais produtos. A dívida externa oficial continuaria sendo por uma taxa cambial especialmente favorecida. E o sistema de leilões garantia o equilíbrio entre a oferta e a procura de divisas no mercado de cambiais de importação. Para completar, o sistema de taxas múltiplas evitava o mercado negro, com a válvula de escape do mercado livre para transações financeiras.

– O sistema estimulava a substituição de importações de bens supérfluos, mas não dos essenciais, o que constituiria um absurdo. Para corrigir essa distorção, o governo foi obrigado a admitir que a essencialidade ou não de uma importação dependia da existência de similar nacional. Mas isso, além de conduzir aos exageros do protecionismo, forçava a frequente reclassificação das importações.

– Apesar desses percalços, a Instrução 70 representava notável avanço em relação à política cambial que vinha sendo praticada no Brasil. Os resultados foram imediatos. A balança comercial passou do déficit de 21 milhões de dólares no primeiro semestre de 1953 para o superávit de 241 milhões de dólares no segundo, e o país pagou quase todos os atrasados comerciais, fechando o

balanço de pagamento do ano com superávit de 16 milhões de dólares. Uma desvalorização convencional, para conseguir os mesmos resultados, teria causado impacto muito mais violento nos índices de custo de vida.

– Oswaldo Aranha – concluía Mário Henrique Simonsen – foi sucedido por Eugênio Gudin, o mais respeitado economista brasileiro da ala conservadora da época [em virtude do suicídio de Vargas e da investidura do Vice Café Filho na Presidência]. Gudin manteve o sistema da Instrução 70 praticamente intacto... As desvantagens das taxas múltiplas eram mais do que conhecidas pelo famoso economista, mas predominava a preocupação de evitar o forte impacto imediato de uma unificação cambial sobre o custo de vida.²¹⁷

O BRASIL CONTRA O COLONIALISMO

Se não fosse um homem de sua têmpera, Getúlio poderia ter sossegado depois da Lei da Petrobrás e da Instrução 70. Estava com mais de 70 anos, completados em abril de 1952. Mas ainda teria pela frente um ano e três meses de governo, e não imaginaria ou admitiria vivê-los a não ser assim – com aquela combinação de coragem e prudência, de audácia e reflexão, de sonho e serenidade, que marcara toda a sua existência.

Em vez de ficar sossegado, ele aproveita uma data retórica, o Dia de Colombo, 12 de outubro, para protestar contra o colonialismo ainda presente na América Latina, paralelamente ao neocolonialismo econômico do qual o Brasil também era vítima. Getúlio vai a uma recepção na Embaixada da Espanha, com a presença do Almirante Cristóbal Colón de Carbajal, Duque de Veragua e descendente de Colombo. Discursando na recepção, Getúlio defende a libertação das colônias remanescentes nas Américas, “uma aspiração continental que não mais deve ser retardada”.

– Não medraram na América Latina – diz ele – as lutas religiosas nem as guerras dinásticas. Não vingaram aqui as animosidades raciais. Porque as nossas

²¹⁷ Mário Henrique Simonsen, “Oswaldo Aranha e o Ministério da Fazenda”, em Oswaldo Aranha, a estrela da revolução, pp. 418 e seguintes.

economias se completam, pudemos desenvolver as nossas riquezas, sem as lutas da cobiça e do expansionismo imperialista, resultantes das competições de comércio e de mercado...

– Para tornar-se, ainda mais, um baluarte na luta contra o imperialismo ideológico, a América não pode ficar insensível aos anseios de emancipação política e libertação social que dominam o mundo moderno, quando, sob a bandeira desses ideais, até mesmo velhos povos despertam da letargia milenar.

A referência a imperialismo ideológico tinha como alvo evidente a União Soviética de Stálin, com seu império na Europa do Leste, que parecia, então, espalhar-se pela Ásia, na China e na Indochina (o conflito entre a China e a URSS só seria percebido anos depois). A referência a “velhos povos que despertam da letargia milenar” lembra os acontecimentos no Egito, com a revolução nasserista iniciada pouco antes, para emancipar o país do longo domínio europeu. O Egito era apenas o exemplo mais presente, nesse momento, no noticiário, de um movimento que dava origem ao grupo dos países não alinhados – que não queriam ficar submetidos nem à hegemonia soviética nem à americana. Era o caso da Índia, da Indonésia, da Iugoslávia – e em certa medida já o do Brasil.

Nas Américas, nesse momento, ainda existiam colônias da França, como a Guiana Francesa e a Martinica; da Holanda, como o Suriname; e especialmente inglesas, como a Guiana, Honduras Britânicas (Belize), Jamaica, Trinidad-Tobago e as Bermudas. O caso da Guiana Britânica era o mais clamoroso: a Inglaterra tinha permitido a realização de eleições para a formação na Guiana de um governo semiautônomo. Quem venceu, porém, foi o líder esquerdista Cheddi Jagan – e a Inglaterra interveio para anular as eleições.

Nas reuniões da OEA, desde a posse de Getúlio, o Brasil abandonara a atitude de alinhamento automático aos Estados Unidos. Nesse mesmo ano de 1953, o Brasil votaria, na 5ª Comissão da ONU, pela tese da autonomia de Porto Rico, que era virtualmente uma colônia dos Estados Unidos e onde surgira um movimento nacionalista duramente reprimido pelo governo norte-americano.

No discurso do Dia de Colombo, Getúlio dirige aos países colonizadores um apelo que ficaria sem resposta:

– Esperemos que não tarde o dia em que os territórios americanos que ainda estão sob a condição inferior do estatuto colonial possam encontrar, através de meios pacíficos e com a compreensão e a ajuda de velhas metrópoles, o caminho que os conduzirá à categoria de novos membros soberanos, ordeiros e laboriosos, da comunidade das nações.²¹⁸

Essa preocupação de Getúlio vinha de sua juventude e era coerente com seu discurso de 1906, de saudação ao Presidente Afonso Pena, no qual protestara contra a situação de países, como o Brasil, condenados a recomprar, manufaturados, os bens primários de sua produção. É o que revela seu filho Lutero Vargas:

– Getúlio Vargas, ainda jovem, deputado estadual, integrante da bancada do Partido Republicano Castilhistas, já tomava posição contrária à política expansionista, tendo em vista o território nacional e a localização das fronteiras.

Em 1909, discursando em sessão da Assembleia de Representantes do Rio Grande do Sul em homenagem ao Barão do Rio Branco, que acabava de resolver pacificamente a questão de limites entre o Brasil e o Uruguai, Getúlio dissera:

– O forte que usurpa o direito de um fraco é um tirano, o que o respeita é um justo, mas o que restitui uma usurpação em que não lhe cabe responsabilidade é, antes de tudo, um magnânimo. O tratado sobre o condomínio das águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão significa a meu ver mais um fator a concorrer para o desenvolvimento do Direito Internacional, a grande árvore que há de distender os seus ramos sobre a América do Sul e a cuja sombra se hão de abrigar os homens do futuro, colhendo os frutos benéficos da solidariedade.²¹⁹

O discurso do Presidente Vargas na Embaixada da Espanha fazia eco ao do então deputado Getúlio Vargas na Assembleia do Rio Grande, tantos anos antes. Se não teve resposta dos países colonizadores, teve inesperada repercussão no Brasil.

– Dois aspectos – escreveu Murilo Marroquim em sua coluna, publicada no O Jornal, de Assis Chateaubriand, e demais jornais “Associados” de quase

²¹⁸ Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a revolução inacabada, p. 257.

²¹⁹ Idem, p. 259.

todos os Estados, e por isso uma das mais lidas da imprensa brasileira – devem ser observados à margem das realmente rumorosas afirmações de Vargas: um, que é o sinal de que o Presidente se firma para os próximos debates políticos nacionais, tomando posição tão firme; outro, que é uma demonstração de que o Presidente atrai novamente para o país a liderança continental.

– Vargas – acrescentava Marroquim – deu uma súbita guinada de noventa graus na política exterior brasileira. A nossa posição em face das colônias no continente foi oficialmente firmada, pela última vez, em 1948 [governo Dutra], na Conferência de Bogotá... Com a República Dominicana, fomos a única nação a não apoiar a extinção dos quistos coloniais na América. Os Estados Unidos ficaram ao nosso lado e nossa posição, a despeito da dialética do embaixador Neves da Fontoura, não foi das mais felizes...

Agora o Presidente não era mais Dutra, mas Getúlio – e Marroquim refere-se ao discurso deste no Dia de Colombo:

– Talvez uma simples coincidência tenha feito culminar o discurso com a situação da Guiana Inglesa... Aliás, o Presidente apenas insistiu numa tese que sempre defendeu nos seus discursos, inclusive os mais recentes, de sua campanha presidencial... Ainda recentemente, o Presidente firmou a mesma posição quando defendeu os territórios coloniais franceses na ONU, a despeito da pressão diplomática que recebeu... Em círculos responsáveis, interpreta-se a posição do Presidente como sinal de que ele está alerta nos debates pré-sucesão; e que ao contrário do que muitos imaginam, não se limitará a ser simples espectador das eleições, mas participará delas direta e indiretamente, através de um novo movimento de politização nacional, com os seus programas básicos de ação política.

JANGO NO NORTE E NO NORDESTE

Logo depois do discurso de Getúlio no Dia de Colombo, João Goulart embarcou para uma viagem ao Norte e ao Nordeste. Pretendia promover encontros com trabalhadores e lideranças sindicais; e aproveitaria para discutir com os dirigentes locais do PTB os problemas do partido, do qual era presi-

dente nacional. É claro que nos encontros com os sindicatos o assunto mais importante seria o salário mínimo, cujo reajuste já vinha sendo estudado em todo o país pelas delegacias regionais do Ministério do Trabalho e pelas comissões encarregadas de apurar o aumento do custo de vida. O momento da viagem pode ter sido escolhido em função da ameaça de uma nova greve dos marítimos, menos de quatro meses depois daquela que fora solucionada por Jango em seus primeiros dias no Ministério.

O governo pagara alto preço, político e financeiro, ao atender às reivindicações dos marítimos em junho; a ameaça de nova greve, por isso, surgia como um desafio político que só prejudicaria e retardaria a correção do salário mínimo. O próprio Jango adotou linguagem diferente da habitual. Ao desembarcar em Belém, no Pará, respondeu a uma pergunta dos repórteres dizendo, sobre a greve, que o Ministério do Trabalho estava preparado para “enfrentá-la”. Ressalvou, porém, acreditar que a parada seria vencida. (De fato, a greve, deflagrada no Rio na ausência de Jango, começou fracassada, mas a Assembleia que a decretara foi dissolvida pela polícia – fato excepcional no governo Vargas).

Já em Manaus, no Amazonas, primeira escala da viagem, Jango fora interrogado sobre a hipótese de instauração de uma República Sindicalista no Brasil e respondera que tal hipótese só existia na imaginação de alguns.

Parte da oposição e sua imprensa recorriam constantemente à suposta ameaça de um golpe a ser deflagrado por Getúlio. Antes o golpe seria apenas para que ele se perpetuasse no poder. Com o fenômeno peronista do outro lado da fronteira da Argentina e a insistência de Perón em visitar o Brasil ou pelo menos encontrar-se com Getúlio em qualquer lugar, o golpe mudara de figura e serviria para a transformação do Brasil numa república sindicalista. Nem a capitulação de Perón às exigências dos Estados Unidos e a entrega do petróleo da Argentina aos interesses norte-americanos, nem a demissão de Batista Lusardo da embaixada brasileira em Buenos Aires e nem mesmo, agora, o confronto do governo com os marítimos eram suficientes para fazer cessar essa onda. E a pergunta perseguia Jango na viagem.

Numa das escalas seguintes, no Maranhão, um dirigente sindical local fez

uma referência à república sindicalista, ideia que estava em moda por causa de Perón (embora Perón já se tivesse entregue aos Estados Unidos). A informação sobre essa referência transformou-se no Rio, na Tribuna da Imprensa, na notícia de que Jango tinha proposto ou defendido a república sindicalista. Embora com a ressalva de que ele tinha advertido seus colegas no Rio, de que Jango sequer comentara a referência à república sindicalista, o registro histórico existente atribui a notícia original ao jornalista Newton Carlos, que na época trabalhava na Tribuna.

– Ele mandava as matérias pelo telefone – diz José Gomes Talarico em seu depoimento – e ainda frisou que isso não partira do Jango, mas de algum doido, que teria feito esta pregação lá. E a Tribuna da Imprensa então puxa a seguinte manchete: “Jango prega república sindicalista no Brasil”. A partir daí, desenvolve-se toda essa história de que o Jango queria a decretação da república sindicalista. Isto também influiu muito no meio militar. Era mentira, ou invenção. Na realidade, ele nunca propôs isto. Aí nasceu essa especulação, que se arrastou até o final do governo do Jango, quando na Presidência da República. Nasceu nessa viagem dele ao Norte, numa especulação da Tribuna da Imprensa.

Newton Carlos, na verdade, nem acompanhou Jango nessa ou em qualquer outra viagem e nada teve a ver com o caso.²²⁰ O mais irônico de tudo é que Jango chegara atrasado ao Maranhão, retido em Belém precisamente para evitar uma greve de 25 mil trabalhadores fluviais.

Do ponto de vista do diálogo com trabalhadores e dirigentes sindicais, a viagem era um sucesso – e por isso incomodava. No Pará, num churrasco, o presidente do Sindicato dos Estivadores levantou a ideia da organização de uma Frente Nacional dos Trabalhadores, para levar Jango à Presidência. Jango defendeu o aumento do salário mínimo e declarou estar ao lado dos trabalhadores:

– Não serão os gritos da reação que me farão recuar um centímetro.

Isso tudo repercutia no Rio e Jango era atacado por quase todos os jornais:

– O Ministro do Trabalho perdeu a autoridade sobre os sindicatos... – di-

²²⁰ Informação de Newton Carlos ao autor.

zia um editorial. – Já, hoje, a maioria dos sindicatos está sendo manobrada por agentes comunistas... O Sr. João Goulart pensou que tem fiéis servidores quando na verdade são agentes do Sr. Luís Carlos Prestes.

Getúlio, preocupado, aproveitou o pretexto de uma solenidade para a qual estava convidado e pediu ao Ministro da Justiça Tancredo Neves que fosse representá-lo em Fortaleza. Na verdade, Tancredo Neves, como ele próprio contaria, foi ao Ceará para aproveitar a solenidade e conversar com Jango:

– O recado que eu levei do Presidente para o Jango foi que amenizasse a campanha e regressasse ao Rio, pois o Presidente precisava falar com ele com urgência. Quer dizer, já era a movimentação das forças patronais do Brasil, a pretexto de combater o salário mínimo, procurando afetar o governo.²²¹

Enquanto Jango e Getúlio eram acusados de promover no Brasil a instauração de uma república sindicalista nos moldes do peronismo, Perón discursava na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, nas comemorações do “Dia da Lealdade”, aniversário da revolução peronista de 1945 e a maior festa popular e sindical da Argentina. Perón discursava para dizer, com todas as letras, que suas “pequenas divergências” com os Estados Unidos estavam totalmente solucionadas. E para elogiar o Presidente Eisenhower, por ter mandado o irmão Milton a Buenos Aires para resolver essas questões. As divergências, que não eram nada pequenas, estavam resolvidas porque Perón cedera a todas as exigências dos Estados Unidos e concordara em entregar o petróleo argentino às empresas norte-americanas.

No Brasil, além de toda a onda sobre a república sindicalista, o governo sofria tentativas de cerco militar, ou melhor, sofria as consequências do êxito de incursões de oposicionistas civis pelos quartéis, instigados a criar um quadro de crise que desestabilizasse o governo. Esse trabalho de intriga e envenenamento era completado pelo noticiário frequentemente irresponsável de muitos jornais. Tanto que nessa altura foi necessária uma nota oficial do gabinete do Ministro da Guerra, General Ciro do Espírito Santo Cardoso, para mais um desmentido:

²²¹ Valentina Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, Tancredo fala de Getúlio, p. 34.

— A notícia veiculada por matutino de domingo, a propósito de um memorial de oficiais gerais do Exército, dirigido ao Sr. Presidente da República por intermédio do Ministro da Guerra, “denunciando manobras perigosas entre as classes operárias, por agentes do atual Ministro do Trabalho”, é completamente falsa. O Exército mantém-se coeso e disciplinado, entregue aos seus misteres, embora vigilante e pronto para assegurar a ordem e manter as instituições dentro dos preceitos constitucionais, o que talvez não interesse a pessoas dispostas a lançar a confusão na opinião pública, para melhor alcançar seus objetivos.

Não havia manifesto de generais, mas já estava em gestação o futuro Memorial dos Coronéis, que em fevereiro de 1954 provocaria a demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho e do General Ciro do Espírito Santo Cardoso do Ministério da Guerra.

Nessa semana, até Oswaldo Aranha foi atingido. O líder da UDN na Câmara, deputado Afonso Arinos, dava longa entrevista coletiva sobre o chamado esquema Etelvino Lins — uma proposta do então governador de Pernambuco, que era do PSD, para que o PSD e os demais partidos apoiassem um candidato de “união nacional” à sucessão presidencial, candidato que já estava escolhido e seria o General Juarez Távora, ligado à UDN. Getúlio, como em 1950, admitia apoiar em 1955 um candidato da UDN, embora preferisse a aliança PSD-PTB com a candidatura do então governador de Minas Juscelino Kubitschek. Com o êxito da Instrução 70, já se mencionava a candidatura de Oswaldo Aranha à Presidência. Os repórteres — é claro — perguntaram sobre Aranha. Afonso Arinos, que admirava Aranha e até o preferiria ao General Juarez, tinha de exprimir não seu ponto de vista pessoal, mas o ponto de vista então dominante na UDN, contra Aranha, não por Aranha ser ministro, mas por ser amigo de Getúlio. E descartou a candidatura:

— O Sr. Oswaldo Aranha é um nome da maior projeção nacional e internacional, mas é absolutamente falso que tenha tomado qualquer providência no sentido de articular sua candidatura.

Já em 1950, Getúlio oferecera apoio a Aranha se ele fosse lançado candidato pela UDN. Mas a UDN não quis. Livre dos compromissos que supunha

ter com a UDN, e em relação aos quais não era beneficiário de qualquer reciprocidade, ou ao menos de qualquer gesto de consideração, Aranha, depois da morte de Getúlio, estabeleceria tais ligações com o PTB que foi o seu o maior aval às candidaturas de João Goulart a Vice-Presidente, tanto em 1955 como em 1960.

O FIM DA CPI

A CPI da Última Hora afinal encerrou os trabalhos a 3 de novembro de 1953, com um relatório que, para os adversários do governo, condenava Getúlio, e, para seus partidários, reconhecia a correção do Presidente em todo o episódio. O biógrafo de Carlos Lacerda, Foster Dulles, assim resumiu as conclusões da CPI:

– O relatório final da CPI... dizia que os empréstimos a Wainer somente podiam ser explicados como resultados de influência em altas cúpulas e citava testemunhas que os atribuíam ao interesse de Vargas.²²²

Cláudio Lacerda Paiva, sobrinho de Lacerda e também jornalista, avaliaria o inquérito com muito mais sobriedade que Foster Dulles:

– A Comissão Parlamentar de Inquérito comprovou quase todas as denúncias contra a Última Hora, só não conseguindo apontar o nome do quarto financiador de Wainer, embora Carlos Lacerda, em seu depoimento à CPI tenha afirmado que ele seria o então presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet. O fato só viria a público, na década de 1980, quando Samuel, no livro *Minha razão de viver*, na página 129, confirma que o financiador oculto era realmente o Sr. Ricardo Jafet. Os resultados práticos da CPI foram até além do esperado: a concessão da Rádio Clube foi cassada e Wainer foi pressionado por Getúlio a pagar a dívida com o Banco do Brasil.²²³

O então Ministro da Justiça, Tancredo Neves, perguntado anos depois sobre se tinha sido comprovada alguma das acusações contra Samuel Wainer, de

²²² John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, *a Vida de um Lutador*, p. 160.

²²³ Cláudio Lacerda, *Uma crise em agosto: o atentado da rua Tonelero*, p. 97.

que recebera empréstimos indevidos do Banco do Brasil, respondeu:

– Recebeu empréstimos como receberam todos os outros jornais. Na Comissão de Inquérito ficou comprovado que os empréstimos dados aos outros órgãos da imprensa eram bem maiores do que os que foram dados ao Samuel Wainer. Essa ajuda à imprensa no Brasil, de governos à imprensa, é condição até para que haja democracia no Brasil.²²⁴

Escrevendo mais recentemente, com novos dados e números, em sua biografia de Assis Chateaubriand, Chatô, o Rei do Brasil, Fernando Morais confirma as palavras de Tancredo Neves e assim resume não apenas o relatório da CPI, mas todo o caso Última Hora:

– Para Lacerda, Wainer e os empréstimos... eram apenas o pretexto... para atingir seu verdadeiro alvo, Getúlio Vargas... A Chateaubriand pouco importava o dinheiro que o governo tivesse emprestado.

– O que Samuel Wainer aparentemente não sabia, quando começou a fuzilaria contra a Última Hora, é que o pecado de que era acusado (tomar dinheiro do Banco do Brasil...) era algo tão comum na maior parte da imprensa brasileira quanto imprimir e vender jornais. Enquanto a Última Hora era colocada no pelourinho por ter tomado 26 milhões de cruzeiros emprestados ao Banco do Brasil, a Carteira de Crédito Geral do mesmo banco registrava um débito de 50,4 milhões por parte de Roberto Marinho (proprietário do jornal O Globo e de uma estação de rádio), ao passo que os “Diários Associados” deviam ao Banco do Brasil a soma colossal de 113, 6 milhões, quase 3 milhões de dólares em dinheiro da época, ou 14 milhões em 1994. Nem mesmo a imaculada Tribuna da Imprensa poderia exibir castidade naquele caso: mais modesto, até o jornal de Lacerda tinha pendurado no Banco um papagaio de valor equivalente a 100 mil dólares da época.

Segundo Fernando Morais, o que Chateaubriand, não podia “era permitir o crescimento incontrolável de um concorrente perigoso, cujos primeiros passos eram idênticos aos que ele dera nos anos 20 e 30...” Fernando Morais

²²⁴ Lucília de Almeida Neves Delgado e Vera Alice Cardoso Silva, Tancredo Neves, a trajetória de um liberal, pp. 240 e 241.

menção o que Wainer disse no depoimento gravado para a autobiografia, como sinal de que “parecia farejar quais os objetivos de um e outro naquela guerra de que ele era a primeira vítima”:

– Chateaubriand é que foi meu grande adversário, não Carlos Lacerda. Foi Chateaubriand que trouxe a TV brasileira para o primeiro plano da influência política, ao abri-la para o Lacerda na campanha contra mim e a Última Hora. Lacerda foi um auxiliar accidental, que ficava na cena de frente.²²⁵

Essas são algumas das interpretações. Que diz, porém, o relatório da CPI? Num resumo inicial, ele afirma ter a CPI chegado a duas conclusões:

– A Comissão Parlamentar de Inquérito, ao cabo das investigações que realizou por força da Resolução n.º 313, de 3 de junho do corrente ano, chegou às seguintes conclusões:

– Primeira – O Banco do Brasil, no decurso de dois anos, forneceu às quatro empresas investigadas, pertencentes ao grupo Samuel Wainer (Última Hora, Érica, Rádio Clube, Cpej²²⁶), os seguintes recursos, incluídos os débitos anteriores (Cr\$ 53 milhões) da Rádio Clube: a) empréstimos em dinheiro, Cr\$ 192 milhões; b) fiança de 5,2 milhões de dólares para a importação de papel... Ou seja, o total de 279.685.424,00 (duzentos e setenta e nove milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro cruzeiros).

– Segunda – Os créditos concedidos pelo Banco do Brasil a 53 outras empresas de publicidade falada e escrita – conforme informações que prestou à Comissão criada pela Resolução 314-53 – apresentavam, em 30.6.53, o total de Cr\$ 477.313.234,60 (quatrocentos e setenta e sete milhões, trezentos e treze mil, duzentos e trinta e quatro cruzeiros e sessenta centavos).

– Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em 3 de novembro de 1953. Castilho Cabral (presidente), Frota Aguiar (relator), Alencar Araripe, Guilherme Machado, Ulysses Guimarães, Leoberto Leal, Napoleão Fontenele.

Não há nesse resumo, que é a conclusão final da CPI, assinada por todos

²²⁵ Fernando Morais, Chatô, o Rei do Brasil, pp. 551 e 552.

²²⁶ A Érica publicava a Última Hora do Rio, A Cpej, Companhia Paulista Editora de Jornais, publicava a Última Hora de São Paulo.

os seus integrantes, qualquer referência ao Presidente Getúlio Vargas. O relatório detalhado, que vem a seguir, é que fala de Getúlio, dizendo:

- Situação do Presidente da República, no caso presente
- A simpatia com que o Presidente Getúlio Vargas recebeu o lançamento do jornal do senhor Wainer, a Última Hora, está expressa na carta que dirigiu a este, que, fotocopiando-a, publicou-a no primeiro número do novo órgão da imprensa carioca. São tópicos iniciais dessa missiva os seguintes:

Prezado amigo Samuel Wainer.

Venho agradecer-lhe a carta que me enviou e na qual me comunica o próximo lançamento do seu jornal Última Hora. Fazendo votos pelo completo êxito desse empreendimento, que há de constituir, por certo, um novo marco de progresso na imprensa brasileira, apraz-me dizer-lhe que muito espero de um jornalista do seu valor, sereno, inteligente, objetivo, sempre capaz de bem escolher os assuntos, expô-los com clareza, simplicidade e elegância, sentindo o que diz e sabendo dizer o que sente.

– A referida carta, que se alonga na crítica à imprensa e no papel que ela representa na política, teve grande repercussão, tanto que, em virtude da aprovação do requerimento n.º 161, de 12 de junho de 1951 (data do aparecimento de Última Hora), foi transcrita no Diário do Congresso Nacional...

– Essa apresentação pública [palavras textuais do relatório da CPI] constitui o único ato pessoal, direto, do Presidente Getúlio Vargas em favor do senhor Samuel Wainer e de seu jornal, além das audiências que lhe concedia, apuradas neste inquérito...

– Inquiridos pela Comissão, tanto o deputado Lutero Vargas e o deputado Euvaldo Lodi, quanto os senhores Francisco Matarazzo Júnior, Walter Moreira Sales, Ricardo Jaffet e Samuel Wainer, negaram firme e expressamente qualquer ordem, pedido ou insinuação direta do Presidente Getúlio Vargas em favor do fundador da Última Hora. Informada a Comissão, através de pergunta feita pelo deputado Aliomar Baleeiro ao senhor Matarazzo, quando do depoimento deste, de que o senhor Júlio de Mesquita Filho afirmara, perante

aquele deputado e o senhor Adauto Lúcio Cardoso, haver ouvido do próprio senhor Matarazzo a informação de que financiara a empresa do senhor Wainer a pedido do Presidente Vargas, foram convocados a depor neste inquérito tanto o senhor Mesquita Filho quanto o senhor Adauto Cardoso. Desses depoentes, porém, não resultou a confirmação de que o senhor Matarazzo tinha afirmado haver recebido qualquer pedido do Presidente Vargas em favor do senhor Wainer, mas sim de que se tratava de uma impressão ou convicção do senhor Júlio de Mesquita Filho, deduzida do fato de haver o senhor Matarazzo só financiado a Folha da Manhã, de São Paulo, a pedido do saudoso interventor Fernando Costa, de vez que sempre foi avesso a negócios com empresas jornalísticas.

Ou seja: a única referência a um suposto pedido de Getúlio em favor da Última Hora – não um pedido ao Banco do Brasil (que seria uma ordem), mas ao industrial Francisco Matarazzo – essa única referência foi desmentida tanto pelo deputado Adauto Cardoso, da UDN, que a teria ouvido, quanto pelo jornalista Júlio de Mesquita Filho, também ligado à UDN e diretor do jornal O Estado de S. Paulo, que a teria feito. Tudo, portanto, dise-me-disse, mal entendido, não foi bem assim...

Ao discutir o apoio financeiro que Wainer e a Última Hora receberam de empresários como Matarazzo, Lodi, Moreira Salles e “certamente o outro paulista cujo nome o senhor Wainer calou” (Ricardo Jafet), a CPI diz-se impressionada com o fato de tantos homens de grandes negócios, sempre tão ciosos das garantias e dos lucros na aplicação de seus dinheiros, “terem, com magnanimidade sem par e um desinteresse absoluto por garantias e lucros, fornecido vultosíssimos recursos pecuniários ao jornalista pobre que apresentava como credencial única a sua inegável capacidade profissional e a prestigiosa apresentação pública do Presidente Vargas na carta já aludida”.

A CPI não devia fazer conjecturas, embora as tivesse feito em outros casos, mas é claro que os financiadores de Wainer não estavam jogando dinheiro fora: estavam era investindo na sua própria proteção contra Chateaubriand, que era inimigo pessoal e jurado de Matarazzo e não tinha a menor cerimônia quando se tratasse de arrancar dinheiro de qualquer amigo (ou inimigo) rico.

Quanto a Getúlio, poderia ter imposto a censura às TVs de Chateaubriand e à Rádio Globo, para impedir a campanha de Carlos Lacerda, o que seria feito a partir de 1956 pelo democrático Presidente Juscelino Kubitschek, para impedir a derrubada de seu governo e com o propósito de preservar a vigência da Constituição. Mas não poderia evitar a campanha dos jornais de Chateaubriand e dos outros jornais oposicionistas contra as medidas tomadas por seu governo em defesa do interesse nacional. Getúlio talvez tivesse uma alternativa. O governo federal era dono de um jornal que já fora importante, A Noite, incorporado anos antes ao patrimônio nacional para evitar sua falência, e da poderosa Rádio Nacional, que atingia todo o Brasil e era na época o que a TV-Globo seria a partir da década de 1970. Com as verbas de publicidade do governo, Getúlio poderia ter transformado A Noite naquilo que seria a Última Hora, um jornal de grande repercussão popular, mobilizado em defesa da política econômica e da política social do governo. No caso da Rádio Nacional, nem havia necessidade dessas verbas, tão lucrativa era ela.

Bastava uma ordem e Getúlio teria uma poderosa máquina de comunicação para contrapor-se à de seus adversários. Mas ele estava, como observaria Tancredo Neves, obcecado pelo "complexo de ditador" e empenhado em mostrar-se, até o fim, o mais rigoroso respeitador da legalidade constitucional. Mobilizar A Noite e a Rádio Nacional seria, para ele, uma intervenção indevida na liberdade de imprensa (liberdade que muitos jornais, rádios e as televisões então existentes vendiam a preço de dólar para os interesses estrangeiros prejudicados por Getúlio). Quando da crise de agosto de 1954, Getúlio, dominado por esse mesmo sentimento, não quis nem pedir ao Congresso a decretação do estado de sítio para deter e liquidar o golpe em marcha.

PLANOS DE UMA POLÍTICA NUCLEAR

Mesmo sabendo-se cercado e cada vez mais indefeso, Getúlio, ainda em novembro, aprovaria os planos de uma política nacional de energia nuclear, que lhe foram apresentados pelo Almirante Álvaro Alberto, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas.

Álvaro Alberto sugeria o urânio como matéria-prima fundamental para os reatores atômicos. Diante “das dificuldades existentes para o estabelecimento de uma colaboração nesse campo com os Estados Unidos”, que não aceitavam as medidas nacionalistas adotadas pelo Brasil, sugeria também que o governo procurasse diversificar seus contatos no exterior.

Por ordem de Getúlio, Álvaro Alberto viajou à Europa, fazendo contactos na Alemanha Ocidental, na Itália e na França, dos quais resultaram a compra, na Alemanha, de três ultracentrífugas destinadas à produção de urânio enriquecido, e a formação de uma comissão de cientistas e industriais alemães, incumbida de estudar a possível fabricação no Brasil de equipamentos para a pesquisa e a indústria nuclear.

Como a Alemanha ainda estava sob ocupação militar, o embarque das ultracentrífugas para o Brasil seria embargado em 1954 pelas autoridades militares americanas e impedido pela força por efetivos militares ingleses que controlavam o porto de Hamburgo, onde essa carga (de equipamentos todos para uso pacífico) seria embarcada e acabou apreendida.

CAPÍTULO 33

DEZEMBRO, 1953

UM CHOQUE NAS BOLSAS DO PRIMEIRO MUNDO

O DISCURSO DA ELETROBRÁS

HORAS DEPOIS, EM JANTAR COM OS GOVERNADORES DOS ESTADOS DA BACIA PARANÁ-URUGUAI, GETÚLIO DIZ AO GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA, DO PARANÁ: “COM ESSE DISCURSO, TALVEZ EU TENHA ASSINADO MINHA SENTENÇA DE MORTE”.

O grande acontecimento do segundo governo Vargas em dezembro de 1953 foi o discurso que ele fez em Curitiba, nas comemorações do centenário da criação da Província, depois Estado do Paraná, desmembrado da Província de São Paulo. Nesse discurso, ele anunciou a criação da Eletrobrás. Mas a mais significativa manchete de jornal do início de dezembro foi outra:

— Teve proposta para matar Lacerda!

No clima que se criara nos meses anteriores, parecia, de início, uma denúncia devastadora. Em agosto, Lacerda causara suspense ao aparecer inesperadamente na Câmara, reunir-se com Afonso Arinos, líder da UDN, e os deputados Bilac Pinto, Rui Santos e Magalhães Pinto, também da UDN, e Armando Falcão, do PSD oposicionista (e, a rigor, udenista). Lacerda teria exposto provas de que pretendiam atentar contra sua vida e discutiu também “os últimos acontecimentos ligados ao caso Wainer”. Assim transmitidas as informações aos repórteres, ficava implícito um vínculo entre o caso Wainer e as supostas ameaças à vida de Lacerda. Essa reunião levou o líder Afonso Arinos a procurar o Ministro da Justiça Tancredo Neves, a quem pediu e de quem recebeu garantias de vida para Lacerda.

Tancredo Neves exercia nesse momento a primeira das muitas missões difíceis e desafiadoras a que seria convocado, mas teve o cuidado providenci-

al de dizer de imediato que o governo asseguraria as garantias desejadas por Lacerda, nos termos em que ele as definisse e com os funcionários policiais que escolhesse. Sabendo-se do estilo de Lacerda, o Ministro da Justiça não podia correr o risco de uma futura denúncia de que o governo confiara a segurança de Lacerda a policiais dispostos a aproveitar-se disso para atentar contra a vida dele. Talvez por isso, em pouco tempo Lacerda dispensou a segurança fornecida pelo Ministério da Justiça (ele já estava sendo acompanhado por oficiais das Forças Armadas, especialmente da Aeronáutica). Tancredo Neves exigiu que essa desistência fosse solicitada por escrito, antes de suspender a proteção policial a Lacerda.

Essa manchete – “Teve proposta para matar Lacerda!” – não conseguiu repercussão por mais de um dia. O suposto pistoleiro que recebera a proposta era um pequeno marginal interessado apenas em aparecer, o que conseguiu, por um quarto de hora, com a parceria de um delegado ou comissário também faminto de publicidade. Para a campanha antigetulista, até esse lance insignificante de sensacionalismo contava pontos, porque confundia as coisas e escondia o fato de que Lacerda tinha muitos inimigos, nem todos na vida política.

UM CHOQUE NAS BOLSAS DO PRIMEIRO MUNDO

O discurso da Eletrobrás foi uma surpresa e provocou, nas principais bolsas do Primeiro Mundo, a queda das ações das grandes multinacionais geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Getúlio já tinha feito todos os discursos oficialmente programados nas solenidades do centenário do Paraná quando, no dia 21 de dezembro, resolveu falar de improviso numa reunião da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, que agrupava os Estados percorridos por esses dois rios – São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

– Não era meu propósito – disse ele – usar da palavra neste momento. Tenho, ainda, o espírito imantado pelo encantamento do Paraná. Entretanto, todo o meu espírito, que estava voltado para esse aspecto, foi despertado agora, pela reunião dos governadores, cujos territórios estão dentro da bacia dos

rios Paraná-Uruguai, isto é, dos territórios que estão dentro de sua região geoeconômica.

Getúlio ouvira o pronunciamento dos governadores e – pelas características do debate, voltado prioritariamente para a questão da energia elétrica – decidiu que era hora de falar:

– Não posso deixar de trazer o meu apoio e o meu louvor à ação desses governadores que tão bem compreenderam os problemas de seus Estados; que os expõem com tanto brilhantismo e que merecem, o que é um dever do poder público federal, ampará-los em todos esses problemas, porque eles entre si estão ligados e dizem respeito à harmonia e ao progresso do país.

– Há porém aspecto do problema que desejo salientar aqui, que os Srs. Governadores compreendem perfeitamente; e muitos, sob várias formas, estão executando em seus Estados, mas que muita gente ainda não compreendeu. Uns porque têm interesses contrários aos interesses nacionais; outros porque não se aperceberam da gravidade do problema; outros ainda por espírito de atraso e carrancismo que ainda predomina.

– Para esse fato quero chamar a atenção de todos vós. É a necessidade urgente, a necessidade cada vez maior de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Brasil. O desenvolvimento industrial do país está em atraso, porque lhe falta energia elétrica necessária; porque esse desenvolvimento não é acompanhado pela produção de energia barata para essa expansão industrial.

– Esta situação precisa ser resolvida dentro de um plano geral, de programa federal que aproveite a todo o país. Assim como foi criada a Petrobrás, que está sendo montada a fim de fornecer recursos necessários para a extração do petróleo brasileiro, estamos elaborando, agora, [o projeto de uma] companhia de eletricidade que deverá ser denominada Eletrobrás. Já foi apresentado ao Congresso projeto para votação dos recursos necessários a esse empreendimento. Está sendo elaborado o Plano Geral de Eletrificação, que será brevemente apresentado. O Fundo Nacional de Eletrificação constitui capitais necessários a fim de fornecer à União, aos Estados e aos Municípios os meios destinados à produção de energia elétrica. Essa produção tanto pode ser hidrelétrica como termoelétrica, mas é produção de eletricidade para o nosso de-

envolvimento industrial.

– Devo dizer aos senhores que, até certo ponto, nesse propósito, estou sendo sabotado por interesses contrários de empresas privadas, que já ganharam muito mais no Brasil; que têm em cruzeiros duzentas vezes o capital que empregaram em dólares para levá-lo para o estrangeiro a título de dividendos. Em vez de os dólares produzirem cruzeiros, os cruzeiros é que estão produzindo dólares e emigrando.

– Ou criamos fundos necessários para estabelecermos sobre bases a indústria da produção da energia elétrica nacional ou teremos que encampar as empresas que não estão dando o resultado desejado. Esta a tese que eu queria deixar lançada no momento em que vos dirijo a palavra, congratulando-me com todos vós por esta reunião em que tenho a declarar que, na ocasião em que comemoramos a emancipação política do Paraná na Federação Brasileira, precisamos levar avante a campanha da emancipação política do Brasil.

Horas depois desse discurso, em jantar com os governadores dos Estados da bacia Paraná-Uruguai, Getúlio disse ao Governador Munhoz da Rocha, do Paraná:

– Com esse discurso, talvez eu tenha assinado minha sentença de morte.²²⁷

Apesar disso, Getúlio, em sua mensagem de Ano Novo, pelo rádio, na noite de 31 de dezembro, reafirmou a decisão de pedir ao Congresso a criação da Eletrobrás e vinculou-a a dois outros grandes projetos:

– Devo anunciar-vos que em 1954 começarão a ser executados três grandes planos de relevância extraordinária, destinados a transformar a estrutura econômica e a fisionomia do país... O primeiro é o da Petrobrás, por meio do qual demonstraremos de maneira concreta aos pessimistas e descrentes que estamos aptos a resolver o problema do petróleo em bases nacionalistas, isto é, com o trabalho, a técnica e o capital exclusivamente brasileiros.

– O segundo é o Plano de Eletrificação, também de importância vital para o nosso desenvolvimento, que reclama, cada vez mais, de maneira premente, energia abundante e produzida a baixo custo, para a expansão e a intensifica-

²²⁷ Informação de Munhoz da Rocha ao autor, anos depois.

ção das indústrias, elevando-nos da condição semicolonial...

– Empenha-se ainda o governo em outra obra de singular magnitude, que virá redimir economicamente toda uma prodigiosa região com dimensões de continente. Refiro-me ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia...

– No pórtico deste Ano Novo, sinto a alma plena de confiança e otimismo. Tudo indica que no correr de 1954 já se farão sentir consideravelmente, em todos os setores de nossa estrutura social, as providências de base destinadas a expandir a produção nacional... A nova política cambial, estimulando a um nível sem precedentes o volume de nossas exportações, já trouxe apreciável desafogo... Os resultados já obtidos são encorajadores: de um regime de déficit, que atingiu 25 milhões de dólares ao fim do primeiro semestre de 1953, a nossa balança comercial assumiu uma posição inteiramente favorável ao Brasil, estando previsto um saldo de 250 milhões de dólares...

Getúlio concluiu a mensagem de Ano Novo anunciando já estar quase concluído, em todos os Estados do país, o levantamento da evolução do custo de vida, previsto e exigido em lei para o reajustamento do salário mínimo:

– Devemos confiar em que os empregadores, beneficiados por fartos lucros, compreenderão a necessidade de proporcionar aos empregados uma remuneração mais compensadora...

O salário mínimo será uma das mais duras batalhas de Getúlio em 1954 e pesará decisivamente na escalada da desestabilização e derrubada de seu governo. Nesse momento ele não tem condições de saber, mas um órgão da CIA, o Intelligence Advisory Committee, acaba de transmitir ao Departamento de Estado informações segundo as quais Vargas está mal de saúde, com a possibilidade de se tornar física ou mentalmente incapaz de superar os problemas do governo, caso em que o Vice-Presidente Café Filho o substituiria.

Já era a armação de uma nova tentativa de impeachment, primeiro passo para o golpe.

CAPÍTULO 34

1954

DEPOIS DA AVALIAÇÃO DA CIA

URGENTE: LIQUIDAR GETÚLIO!

TANCREDO NEVES: “A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS ERA PERFEITAMENTE ESTÁVEL. MAS JÁ NO INÍCIO DE 1954, QUANDO ESTAVAM PARA SER CONCLUÍDAS AS REFINARIAS DE SÃO PAULO, NOVAS ONDAS DE PRESSÕES PASSARAM A INCIDIR SOBRE O PRESIDENTE E ESSAS ONDAS DE PRESSÃO ERAM NO SENTIDO DE RETARDAR OU SUSTAR A CONCLUSÃO DAS REFINARIAS”.

Nem a CIA deve ter acreditado na história, por ela produzida, da decrepitude e da próxima incapacitação de Getúlio para o exercício da Presidência, o que provocaria sua substituição pelo Vice-Presidente Café Filho.

Ainda na campanha de 1950, Café Filho era acusado de comunista e figurava no index da Liga Eleitoral Católica, que indicava aos eleitores católicos, em nome da Igreja, em quem poderiam e em quem não deveriam votar. Café era proibido.

Eleito graças ao fato de ser companheiro de chapa de Getúlio, indicado para o cargo de Vice-Presidente pelo PSP, o Partido Social Progressista de Ademar de Barros, que apoiara Getúlio e se coligara ao PTB na campanha presidencial, Café Filho compusera-se, depois da eleição, com os grandes interesses estabelecidos, nacionais e estrangeiros, e vinha defendendo a tese de que a sucessão de Getúlio seria decidida entre o “estatismo” e a “livre iniciativa”, o que já limpava sua ficha e fizera dele uma alternativa confiável – e apetitosa – à “intransigência” nacionalista de Getúlio.

A história da decrepitude e da incapacitação de Getúlio, aliás, poderia ter sido inventada pela própria CIA como um primeiro passo para a próxima tentativa de afastamento do Presidente. Era, porém, uma fabricação para simples

propósitos propagandísticos.

Na vida real, os grandes grupos econômicos estrangeiros e seus parceiros no governo de países como os Estados Unidos sabiam, para seu desprazer e desgosto, que Getúlio continuava com a cabeça no lugar, com enorme autoridade em seu governo, sabendo o que queria e sobrevivendo a todas as adversidades e armadilhas, apesar de ter feito tudo o que já tinha feito.

Tanto que no início de 1954 começou nova onda de pressões, a respeito da qual temos o depoimento de seu Ministro da Justiça, Tancredo Neves:

— A situação econômica do país era perfeitamente estável. Quando iniciamos o ano de 1954, não havia maiores choques na economia brasileira. Mas já no início de 1954, quando estavam para ser concluídas as refinarias de São Paulo, obras iniciadas pelo governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, e concluídas pelo Presidente Getúlio Vargas, novas ondas de pressões passaram a incidir sobre o Presidente e estas ondas de pressão eram no sentido de retardar ou sustar a conclusão das refinarias. As grandes empresas fornecedoras de petróleo se obrigariam a nos fornecer [o petróleo] por preços vis, desde que nós abrissemos mão do que consideravam, na ocasião, uma pretensão vã e abstrata.

— Vargas resistiu, resistiu o mais que pode, e, na medida em que resistiu, as sanções começaram a se fazer sentir. Nós tínhamos uma posição tranquila no mercado do café de todo o mundo, e tínhamos no café, naquela ocasião, a nossa mais importante fonte de receita em dólar, porque o café era a riqueza responsável não apenas para fazer face aos nossos compromissos com o exterior, mas era aquela que nos proporcionava economias para financiar obras de grandes efeitos, de grandes realizações no Brasil. Começamos a sofrer a pressão dos trustes internacionais. Começou a cair o preço do café.

Já vimos que Getúlio, ao mandar ao Congresso o projeto da Petrobrás, em dezembro de 1951, deixara em aberto a questão do monopólio, para evitar o risco de o Brasil não receber os equipamentos já comprados para as refinarias de petróleo.

Se alguém podia estar de miolo mole eram os que esperavam induzir o Brasil, logo depois da lei de criação da Petrobrás, a abrir mão de suas refinarias quase prontas.

Paralelamente, recrudescia a campanha de denúncias de corrupção, como lembra Tancredo Neves:

– Lacerda se entregou a uma pregação subversiva. Ele falava em clubes, ele falava em colégios, ele falava em associações e a pregação era sempre a mesma: a necessidade de derrubar Vargas, por causa da corrupção que ele inventava. Até que veio um belo dia e ele me pediu garantias pessoais para continuar o exercício do que ele chamava de suas atividades democráticas. Eu dei a ele a garantia, pedi a ele que escolhesse os policiais da confiança dele. Ele escolheu os policiais da confiança dele. Mas alguns dias depois recebo notícias de que ele estava sendo acompanhado por oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, nas suas andanças pelo centro do Rio e pelos seus bairros. Eu pedi a colaboração dos ministros militares e eles nada puderam fazer. Alegavam, e alegavam com razão, que os oficiais estavam agindo fora de suas atividades funcionais, no exercício de um direito de cidadania que não se lhes podia negar.

– Num belo dia ele me devolveu os homens da segurança à disposição dele. Eu pedi que devolvesse por escrito. Ele foi e me devolveu por escrito, como eu solicitei. Aí o número de oficiais do Exército e da Aeronáutica que passaram a acompanhar Lacerda foi se tornando mais numeroso. Nós estávamos pressentindo que aquilo, mais cedo ou mais tarde, acabaria num conflito mais sério.²²⁸

Nos Estados Unidos, a campanha e as peripécias de Lacerda talvez não tivessem maior repercussão. Mas devia ser assustador, para empresários e executivos acostumados a um Brasil mercado cativo e passivo, tomar conhecimento de que São Paulo apresentava, no início de 1954, a maior explosão de crescimento no Continente. Já em janeiro, a revista *Business Week* previa para o Brasil, em 1954, “um ano nervoso, incerto, de instabilidade econômica e política, embora São Paulo [vivesse] o maior boom do Continente”. E acrescentava que o governo Vargas manteria sobre as importações os controles radicais que, em 1953, baixaram de 55% as compras do Brasil nos Estados Uni-

²²⁸ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979.

dos e prejudicaram o comércio americano.

– No Rio – dizia ainda a *Business Week* – o governo fala de uma alta de 100% no salário mínimo, e os homens de negócios rangeram os dentes de impotência. Também circulavam rumores de que Vargas preparava a nacionalização das empresas de eletricidade, Light e BondShare.

GETÚLIO NÃO QUERIA DESAPROPRIAR EMPRESAS

Desapropriar essas empresas – pois é isso que a revista pretende dizer – não é o que Getúlio quer, nem o que vai fazer, como ele próprio dirá a 31 de janeiro, no discurso pelo terceiro aniversário de seu governo. Mas o discurso da Eletrobrás, de dezembro de 1953, era apresentado nos Estados Unidos como a antecipação de medidas confiscatórias que roubariam a poupança investida em ações das concessionárias de serviços de eletricidade por indefesos e desinformados cidadãos americanos.

Essa leitura das declarações e dos atos de Getúlio seria ainda mais exagerada e radicalizada quando Getúlio, a 5 de janeiro, assinou novo decreto de controle das remessas de lucros. O decreto pretendia apenas impedir a transformação fraudulenta de lucros sobre capitais gerados no Brasil em lucros de investimentos estrangeiros, o que ele também explicará detidamente no discurso de 31 de janeiro.

Além disso, Getúlio sancionou, no mesmo dia do decreto da remessa de lucros, a lei, finalmente votada pelo Congresso, que criava o inofensivo (mas temido) Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o INIC. Ao fazê-lo, cobrou do Congresso o projeto da Carteira de Colonização do Banco do Brasil – outro dos primeiros passos de seu programa de reforma agrária. Já estava no Congresso, igualmente, o projeto do governo para a regulamentação das desapropriações por interesse social – este, sim, o passo mais avançado na época para o início de uma reforma agrária (passo, porém, que ficaria engavetado no Congresso).

No discurso de 31 de janeiro, Getúlio começa por pedir o que nem a oposição nem os interesses por ele contrariados podem conceder:

– Desejaria que as palavras que vou pronunciar fossem recebidas, por todos, num clima de serenidade e confiança... Hoje ninguém mais pode deter a marcha do Brasil. Os organismos técnicos criados nos dão os meios dessa informação. É impossível a qualquer governo deixar de agir desde que tenha conhecimento da verdade. E essa verdade eu já posso dizê-la.

– Vou dizer... como se sangravam as energias de trabalho do povo brasileiro. Uma nação como a nossa, que não tem bancos no exterior, que não tem companhias de seguros operando fora do seu território, que não tem quase navegação internacional, não dispõe de outros meios para comprar no exterior que não sejam os que provêm da venda dos seus produtos.

– Quando o volume de exportação se reduz, baixam as possibilidades de importação. Mas o fenômeno brasileiro nos agredia em 1951 com uma violenta elevação, quase 50%, nos valores de importação.

Aí, se já não estivesse endividado, o Brasil começaria a endividar-se perigosamente.

– Mandeí efetuar o levantamento dos preços das mercadorias importadas nos países de origem. Não consegui um estudo sólido. Mas recorri a outro processo: mandei cotejar declarações feitas pelos exportadores ao Departamento do Comércio dos Estados Unidos, com as declarações feitas aos nossos consulados. Num quadro de dezoito meses consecutivos foi registrado um aumento de valores, nas faturas, de 150 milhões de dólares.

O Brasil, portanto, não estava importando quantidade 50% maior de mercadorias. Estava, sim, gastando 50% mais que no ano anterior, por importações cujo aumento estava longe desse nível. Getúlio descobriu também que o aumento dos preços para o Brasil era em média de 20% em relação aos preços praticados nos Estados Unidos.

O Brasil, portanto, estava importando talvez uns 30% mais, em volume de mercadorias, mas gastando 50% mais do que gastara em 1950.

– Tentei várias soluções de ordem técnica – diz Getúlio. – As dificuldades legais, as decisões judiciais fecharam vários caminhos. A colaboração preciosa de Oswaldo Aranha veio solucionar o problema com a reforma do sistema cambial. Foi um passo decisivo... Nós vínhamos subvencionando a impor-

tação com as nossas exportações. Reduzíamos, portanto, o valor do nosso trabalho em benefício da especulação.

PERDAS INTERNACIONAIS

A isso se daria mais tarde o nome de “perdas internacionais”, que o pensamento e a imprensa neoliberais fariam tudo para ridicularizar.

Mas não era só nas importações que o Brasil sofria essas perdas. Sofriam, também, na queda frequente dos preços internacionais de muitas mercadorias que exportava. E mais ainda na remessa de lucros, dividendos e juros pelas empresas estrangeiras.

Um decreto-lei do governo Dutra, em 1946, criara um sistema de garantias de câmbio para as remessas de até 8% dos lucros sobre o capital estrangeiro e de retorno desse capital na base de 20% ao ano. Mas uma instrução da fiscalização bancária permitiu adicionar ao capital estrangeiro, como moeda estrangeira, os excedentes dos lucros, juros ou dividendos sobre 8% do capital. Começou assim a multiplicação dos lucros em cruzeiros, facilmente transformados, em seguida, em capital estrangeiro, contra o texto expresso da lei.

– A lei – explica Getúlio – permitia o registro do capital, a remessa de lucros na base de 8% ao ano, e, ainda, o retorno, na base de 20% ao ano. Entendia-se, claramente, que a garantia dada ao capital estrangeiro era de um lucro de 8% em moeda estrangeira e mais do seu retorno na base de 20% ao ano.

– De acordo com essa estranha interpretação, passou-se a registrar como capital em moeda estrangeira os lucros obtidos em cruzeiros além dos lucros de 8% ao ano, transferidos ou transferíveis em moeda estrangeira.

Era isso que Getúlio denunciava já em dezembro de 1951 e que o levaria a assinar o decreto sobre remessa de lucros de janeiro de 1952. Acusaram-no de agredir o capital estrangeiro e combater sua participação no desenvolvimento do país, criando desconfiança e descrédito.

Getúlio não respondeu. Mandou levantar os números sobre a presença de capitais estrangeiros no Brasil. A lei assegurava ao capital estrangeiro registrado (ou seja, o capital que efetivamente entrara no Brasil e fora declarado às

autoridades monetárias) o direito à prioridade de câmbio para a remessa dos seus lucros.

– Isso – prossegue Getúlio – representa uma garantia excepcional para os investimentos em nosso país. Não existe, portanto, o menor risco para o capital aplicado em investimentos que receber o certificado de prioridade cambial. Criamos um documento de garantia e estamos cumprindo, rigorosamente, os nossos compromissos.

O levantamento pedido por Getúlio revelaria que em 1948 estavam registrados capitais estrangeiros no valor de 6,2 milhões de cruzeiros. Em 1949, esse valor subia a 9,6 milhões. Em 1950, “já tínhamos um valor de 15,7 milhões pedindo registro”.

A entrada de capitais estrangeiros não aumentara em torno de 50%, de 1948 para 1949. Nem cerca de 60% de 1949 para 1950. Mas os capitais registrados aumentaram nessa proporção, de 6,2 para 9,6 milhões (de 1948 para 1949) e de 9,6 para 15,7 milhões (de 49 para 50). Disso resultavam lucros muitíssimo superiores aos 8% permitidos em lei, lucros destinados a aumentar fraudulentamente as remessas para o exterior de dólares bancados pelo governo brasileiro ao câmbio oficial.

– Examinadas as contas de capital de 237 milhões de dólares de várias empresas – prossegue Getúlio – ficou verificado que efetivamente só tinham direito ao registro de 104 milhões.

O aumento fictício desses capitais, registrados falsamente como estrangeiros, fora superior a 100%: com tal química, eles mais que dobraram.

Com os empréstimos, teoricamente levantados no exterior, acontecia a mesma coisa. Os registros totalizavam 241 milhões de dólares, mas a documentação encontrada só confirmava o total de 57 milhões. Sobre a diferença entre o registrado e o comprovado, diferença de 184 milhões de dólares, os supostos devedores remetiam juros em dólares garantidos pelo governo brasileiro.

O decreto de Getúlio, de janeiro de 1952; em seguida a Lei 1807, de janeiro de 1953, votada pelo Congresso; e afinal o novo decreto de Getúlio, de janeiro de 1954, não aprisionavam no Brasil os lucros excedentes do limite legal de 8%. Apenas limitavam a garantia de câmbio fornecido pelo governo, pela cotação

oficial, a 8% sobre o capital efetivamente entrado no Brasil. Para o que passasse disso, as empresas estrangeiras poderiam remeter lucros comprando dólares no mercado livre, cujas cotações eram muito superiores ao câmbio oficial.

– Não tenho a menor dúvida – admite Getúlio – de que feri muitos interesses em cheio. Mas um governo que assegura prioridade cambial aos lucros do capital estrangeiro, não o combate pelo fato de limitar essa prioridade a um nível que é superior ao dobro dos juros médios das operações internacionais.

Se, em vez de aplicar no Brasil, esses investidores estrangeiros emprestassem o dinheiro em seu próprio país, a remuneração que teriam seria menos da metade do que o Brasil lhes dava, e não teria a garantia de dólares pelo câmbio oficial. Getúlio então diz:

– O que está provado pelo estranho caso é que o Brasil é uma nação onde o capital rende seguramente mais de 10% ao ano e o governo não nacionaliza nem o capital nem os lucros até 10%, mas não pode considerar como matéria para prioridade cambial lucros superiores a esse limite, nem tampouco o do capital que se não vincula à economia nacional.

O PETRÓLEO E A ELETRICIDADE

No mesmo discurso de 31 de janeiro, Getúlio lembra o que chama os dois marcos decisivos na história do Brasil – “o da utilização do nosso ferro e o da formação das nossas fontes de energia”.

A revolução do ferro e do aço, ele, Getúlio, a fizera em seu primeiro governo, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) e da Companhia Vale do Rio Doce. E não fora sequer convidado, no governo Dutra, para a inauguração da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, que deixara quase pronta em 1945.

– Iniciei a marcha, superando todos os obstáculos – diz Getúlio – para a criação da nossa siderurgia. Agora vamos para as fontes de energia.

Em seu primeiro governo, Getúlio dera a partida para a indústria do petróleo. Com o projeto da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso e a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, dera a partida, igualmente, para a criação

de uma indústria nacional de energia elétrica que fosse capaz de suprir as deficiências e os desserviços cada vez maiores das concessionárias estrangeiras.

A participação de capitais estrangeiros na economia brasileira não era recente e o Brasil oferecia a esses capitais uma das mais favoráveis legislações cambiais do mundo. Um estudo do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, publicado pouco depois da morte de Getúlio, mostrava o Brasil em terceiro lugar, em seguida ao Canadá e à Inglaterra, entre os maiores receptores de capital norte-americano na indústria. Só a partir de 1957, três anos depois da morte de Getúlio, é que essa situação alterou-se, simultaneamente à criação do Mercado Comum Europeu. De fato, os investimentos norte-americanos na Europa triplicaram entre 1957 e 1964.

Nos três primeiros anos de seu segundo governo, Getúlio já criara a Petrobrás e agora avançava com o projeto da Eletrobrás. Nesse discurso de prestação de contas no terceiro aniversário do governo, ele faz novas revelações sobre a questão do petróleo e da eletricidade no Brasil:

— Uma curiosa coincidência criou um regime fiscal privilegiado para desenvolver o consumo de gasolina. Ao mesmo tempo entravam em derrocada nossos transportes ferroviários, sem recursos básicos para a renovação. Outra curiosa coincidência: diminuía o ritmo das instalações para a produção de energia hidrelétrica, e se desenvolvia a produção de energia termoeletrica na base do petróleo. Outra coincidência, finalmente, nos sangrava na possibilidade de produção de recursos para as compras no exterior, pelas evasões de câmbio. Vi, claramente que não tinha tempo a perder. Lancei a campanha da Petrobrás. Se tivesse demorado mais um pouco, sem estancar as sangrias e sem o apoio da Lei, o povo teria perdido a sua batalha e seria obrigado a uma rendição incondicional!

— Nestes últimos dez anos, o desenvolvimento do Brasil tem exigido um aumento de produção de energia elétrica na base de 14% ao ano. As empresas concessionárias, não dispendo mais de capital, têm recorrido a empréstimos. Não podendo dar mais garantias, têm recorrido às garantias do governo. E aos que apontam o governo como culpado da crise de energia elétrica... respondo com [os] 312 milhões de dólares de certificados de garantia de empréstimos

para energia elétrica.

– Mas eu não posso concordar com a inflação de capital nem com empréstimos fictícios. O trabalho de revisão dos empréstimos e de capital dessas empresas é sempre demorado... Entretanto, informações positivas que foram colhidas num levantamento feito em quatro empresas em São Paulo apontam uma majoração de 38 milhões de dólares no capital. Esse fato ainda não é tudo. Pedem as empresas de serviços públicos câmbio para pagar as instalações a serem feitas. E pedem uma base média de 30 milhões de dólares por ano.

O governo já emitira certificados de garantia de câmbio no total de 312 milhões de dólares – certificados que asseguravam dólares pela cotação oficial, não pelas cotações do mercado, muito superiores. Mas as concessionárias estrangeiras queriam mais.

– Nessas condições – responde Getúlio – não há investimento. Se [o governo] fornecer, através do câmbio, os dólares para a compra das instalações, onde está o capital estrangeiro?

E, respondendo às ambiguidades e insinuações de órgãos da imprensa americana, como a *Business Week*, Getúlio afirma claramente:

– Eu não pretendo nacionalizar nem os bens, nem o capital estrangeiro. Não pretendo encampar nem desapropriar empresas. O que tenho o dever de evitar é a desnacionalização do Brasil.

– Eis por que se impõe a criação da Eletrobrás. Desde que somos nós mesmos que temos de solucionar o problema, vamos resolvê-lo. Uma instalação de energia hidrelétrica exige, em média, 30% de compras no exterior e 70% de obras que podem ser feitas com pessoal e material nacionais. Já verificamos que as empresas concessionárias não podem arcar com a responsabilidade do investimento. Já verificamos, ainda, que a parte de capital nacional pode ser suprida por nós mesmos. Já verificamos que a parte de capital estrangeiro destinada à compra de maquinismo e instalações só é fornecida mediante garantia do governo. Nessas condições, seria incúria governamental permitir que o consumo de energia estivesse produzindo renda em divisas sem investimento efetivo de capital. É claro que este programa vem ferir, frontalmente, os interessados nesse negócio. Mas para tudo há um limite.

O ESTRANGULAMENTO

O discurso de 31 de janeiro e as decisões de Getúlio – a criação da Petrobrás e da Eletrobrás, a Instrução 70 e o controle da remessa de lucros – não ficariam sem resposta. Como diz o historiador Nelson Werneck Sodré:

– Desencadeou-se, no exterior, a ofensiva econômica e alçaram-se as pressões políticas: exigiram, em primeiro lugar, a desvalorização do café. A retração nas compras atingiu dimensões inéditas: nos primeiros sete meses de 1954, exportávamos para os Estados Unidos 2,9 milhões de sacas, contra 4,1 milhões para o mesmo período do ano anterior, numa queda da ordem de 30%. Em agosto, a queda foi ainda pior: 145 mil sacas vendidas, apenas, em comparação com as 860 mil de agosto de 1953. A queda em valor era gravíssima, embora a cotação do café tivesse ascendido, de 1953 para 1954, de 55,95 centavos de dólares para 83,14, totalizando, nos sete meses referidos, cerca de 70 milhões de dólares. Em relação ao mês de agosto, o declínio é expresso na diferença entre os 66 milhões de dólares pagos em 1953 e os 14 milhões apenas pagos em 1954. Era o estrangulamento, para reduzir-nos de tal forma que tudo fosse possível ser arrancado de nós... Era urgente liquidar Vargas, reduzido já em seu poder, podado de suas bases políticas.²²⁹

As pressões externas exerciam-se simultaneamente às pressões internas. A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro decidiu consultar o governo, para saber qual o dispositivo que estava em vigor sobre a greve, já que o Supremo Tribunal Federal, em sucessivos acórdãos, tinha declarado em vigor o Decreto-Lei 9.070, de 1946 – o decreto antigreve do governo Dutra, baixado antes da Constituição de 1946 e evidentemente revogado por ela. (Apesar de tão escandalosamente inconstitucional, o Decreto 9070 permaneceria formalmente em vigor, ora observado, ora ignorado, até depois do golpe de 1964, que mudou toda a legislação trabalhista). Não obstante essas decisões do Supremo, dizia o noticiário inspirado pela Federação das Indústrias, “o Ministé-

²²⁹ Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*, citado por Lutero Vargas, Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada, p. 281.

rio do Trabalho entende o contrário e assiste passivamente à onda de greves”.

Na Câmara, o deputado Carvalho Sobrinho, de São Paulo, sugeria a convocação do Ministro João Goulart para prestar esclarecimentos sobre articulações para implantação da república sindicalista. A denúncia e o pedido do deputado Carvalho Sobrinho baseavam-se em artigo do jornalista (monarquista) João de Scantimburgo, publicado na véspera, que dizia:

– Tive em mãos, para opinar, a minuta de um relatório que vai ser apresentado ao Conselho de Segurança Nacional, sobre a manobra subversiva que está sendo articulada em São Paulo, tendo os sindicatos como matéria-prima, contra as instituições políticas consubstanciadas na Constituição. Segundo todos os indícios, está o Sr. João Goulart no firme propósito de promover o advento da república obreira no Brasil.

De quem é o “relatório” o artigo não diz. Mas aponta o dedo, duro, para a suposta ação subversiva de um subordinado de Jango:

– Um agente do Ministério do Trabalho, Luís Carlos da Silveira, que já foi delegado do IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) em São Paulo, está atuando nos meios sindicais e rurais. Nos primeiros o seu tema é o salário mínimo; nos segundos é a sindicalização, com base numa lei antiga, que não pôde até hoje ser ampliada, por imaturidade do rurícola e inoportunidade da medida. Está sendo parcialmente bem-sucedido e a agitação cria corpo.

O autor do “relatório” parece não saber que o aumento do salário mínimo fora anunciado antecipadamente pelo próprio Presidente da República, em seu discurso de Ano Novo. E que a sindicalização rural, prometida pelo então candidato Getúlio Vargas, na campanha presidencial de 1950, fazia parte, ostensivamente, de seu programa de governo. O autor do relatório e o autor do artigo pareciam não saber que o Presidente da República era também o Presidente do Conselho Nacional de Segurança, ao qual se dirigia a denúncia.

Independente disso, porém, o autor do “relatório” ao Conselho de Segurança estava convicto de que a conspiração do Ministro João Goulart não daria certo:

– Se o Sr. João Goulart tivesse fibra e genuína vocação revolucionária, talvez levasse a cabo o seu plano. Este, no entanto, parece que não dará o

resultado esperado. Está descoberto nos seus mínimos detalhes, como vem denunciado no relatório a ser submetido ao Conselho de Segurança, a título de advertência sobre o perigo que paira sobre esta fragílissima democracia brasileira na região paulista. Um dos itens sobre os quais mais se explana o relatório é o que prevê a formação de um Congresso, na futura legislatura, com grande número de líderes sindicais submissos à política do Ministério e dispostos a servi-lo. Seria o primeiro tempo da revolução do Sr. Goulart...

Sem ceder a essas pressões, Getúlio, que passa o verão trabalhando em Petrópolis, recebe lá uma delegação de trabalhadores, que lhe apresenta um memorial de reivindicações. Jango fala em nome do Presidente, para agradecer, e informa que a Comissão de Salário Mínimo de Minas, a última que restava, concluíra seus estudos sobre o novo mínimo.

Em pouco tempo estará pronta a exposição de motivos em que o Ministério do Trabalho vai propor ao Presidente a nova tabela do salário mínimo.

O MEMORIAL DOS CORONÉIS

Jango e Getúlio não perdem por esperar – o que até nem é preciso. No mesmo dia 12 de fevereiro, da manifestação dos trabalhadores em Petrópolis, o Ministro da Guerra, General Ciro do Espírito Santo Cardoso, recebe em seu gabinete o Brigadeiro Eduardo Gomes, os Generais Zenóbio da Costa, Olímpio Falconieri e Alcides Etchegoyen e os coronéis Eugênio Rubens Vieira da Cunha, Afonso Rodrigues, Jeovah Mota e Luís Gomes Pinheiro. Recebe também a confirmação de que existia de fato um documento de crítica ao governo, assinado por grande número de coronéis do Exército.

A notícia fora publicada na véspera pelo jornal O Globo e para muitos não passava de especulação. O Globo, porém, estava bem informado – ou fora usado para atrair, com seu noticiário, maior apoio, militar e civil, ao movimento. Os jornais de Chateaubriand, vencidos pelo Globo, anteciparam em seguida como o Ministro da Guerra seria informado:

– Teve grande repercussão nos meios militares e civis da capital da República a notícia ontem divulgada por um vespertino [O Globo], segundo a qual

cerca de 90 coronéis da ativa haviam enviado ao Ministro da Guerra um longo memorial em que, depois de expor a situação de eficiência e prestígio do Exército, solicitavam ao titular da pasta providências para uma melhoria das condições sociais da classe, sufocada pelo encarecimento contínuo e irrefreável do custo de vida.

– A propósito dessa notícia, a reportagem procurou ouvir o General Ciro Cardoso, que, sem desmenti-la, informa aos jornalistas que no momento nada tinha a declarar sobre o assunto. Contudo, apuramos que o ministro tomará conhecimento oficial da exposição dos coronéis, ainda hoje, juntamente com outros altos chefes militares, determinando as providências que o caso requer, isto é, encaminhando a pretensão ao Presidente da República ou punindo os responsáveis, se forem considerados infringidos os dispositivos disciplinares do Exército.

Sem perceber o quanto eram prisioneiros de seus preconceitos e de sua desinformação, os signatários do memorial dos coronéis – e até seu redator, o então tenente-coronel Golbery do Couto e Silva – deixaram-se usar pelo pior poder econômico nativo e estrangeiro.

O manifesto, afinal assinado por 82 oficiais, alegava que ao Exército faltavam verbas e equipamentos, que os efetivos eram mal pagos, não contavam com eficaz assistência social e entre eles germinavam o descontentamento e as inquietudes. E acrescentava que a elevação do salário mínimo ao nível que atingiam os vencimentos máximos de um graduado provocaria uma crise de recrutamento no Exército.

Era contra o reajuste do salário mínimo o pronunciamento assinado por oficiais que estavam muito longe dos privilégios de uma plutocracia que se sentia roubada pela perspectiva do aumento próximo do salário mínimo.

Ficaram contra o movimento dos coronéis muitos generais, sob a liderança do General Odílio Denys, Comandante da Vila Militar do Rio, fiel ao Presidente Vargas até o fim. Parte desses generais opôs-se aos coronéis não porque apoiasse o Presidente mas porque a disciplina fora atropelada, com os coronéis passando por cima dos generais.

– Quando saiu o Manifesto dos Coronéis, que foi realmente a primeira expressão de uma indisciplina militar – diria Tancredo Neves, então Ministro

da Justiça – o espírito que animou o manifesto foi um espírito até reacionário, porque eles protestavam contra o salário mínimo.²³⁰

Assim pensava o Ministro da Justiça. Tão atingido quanto o Presidente e o Ministro do Trabalho João Goulart, o Ministro da Guerra preferiu, entretanto, esvaziar o movimento, dissipar sua carga explosiva.

O General Ciro do Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, era um homem extremamente inteligente, culto, sereno e habilidoso. Sabia, com certeza, estar em marcha um processo implacável de desestabilização do governo Vargas. Assim, preferiu dizer, não por tibieza ou medo, mas para evitar uma radicalização ainda pior:

– Absolutamente não houve indisciplina ou desrespeito. O memorial, ao contrário, representa um desejo de colaboração, eivado de patriotismo.

Em seguida, o General Cardoso reuniu o Alto Comando do Exército.

– Tendo em vista o caráter secreto da reunião – disseram os jornais – foi impossível apurar o que assentaram os chefes militares. Duas versões, todavia, se destacaram: a) observar os signatários do memorial; b) os coronéis não sofreriam qualquer punição.

Talvez os cabeças do movimento quisessem precisamente punições em cadeia, que provocariam reações também em cadeia – novas adesões, manifestações de solidariedade e atos de indisciplina, um completo quadro golpista.

O General Cardoso preferiu engolir o desaforo dos 82 coronéis signatários do manifesto e sacrificar sua própria cabeça, pedindo demissão.

O PC, COM A UDN, CONTRA GETÚLIO

Já era suficiente esse ataque partido da direita, mas Getúlio, no mesmo dia do sacrifício de seu Ministro da Guerra, foi atacado pela esquerda, pelo Partido Comunista e por Luís Carlos Prestes. Em entrevista à *Imprensa Popular*, jornal do PC, naturalmente reproduzida com grande agrado e destaque pelos jornais anticomunistas, Prestes declarou:

²³⁰ Tancredo Neves, entrevista ao autor, 1979

– Não é necessário ser profeta para predizer a derrota do Sr. Vargas nas próximas eleições. O povo já aprendeu muito nestes três anos e já viu o que valem as promessas de Vargas... Todos estão sentindo as desastrosas consequências da política do Sr. Vargas, de completa submissão aos monopólios americanos e ao Departamento de Estado.

Prestes continuava a ter todas as razões contra Getúlio, até para odiá-lo – desde que sua mulher, Olga Benário, presa com ele depois do fracasso da rebelião comunista de 1935, fora levada para Hamburgo e aí entregue à polícia alemã, que já era a Gestapo, de Hitler.

Em 1945, porém, Prestes, beneficiado pela anistia concedida pelo mesmo governo Vargas, deixara a prisão manifestando apoio à ideia de uma “Constituinte com Getúlio”, isto é, a permanência de Getúlio na Presidência. Em 1947, Prestes chegaria a participar de um comício ao lado de Getúlio, em São Paulo.

Agora, em 1954, quando Getúlio era atacado por ter tomado iniciativas das quais o Partido Comunista não poderia discordar, como o aumento do salário mínimo, a criação da Petrobrás, a proposta da Eletrobrás e o novo decreto sobre a remessa de lucros, Prestes acusava-o de “completa submissão aos monopólios americanos e ao Departamento de Estado”.

Essa acusação não fez maior mal a Getúlio, que já estava com a cabeça a prêmio, condenado precisamente pelos monopólios americanos e pelo Departamento de Estado. Mas fez mal à memória do próprio Prestes, pela inverdade e pela clamorosa injustiça da acusação a Getúlio.

Como que fazendo coro à declaração de Luís Carlos Prestes, o deputado Herbert Levy, da UDN de São Paulo (e do núcleo mais reacionário, não só de seu partido como dos círculos empresariais de seu Estado), acusou Getúlio, no mesmo dia da declaração de Prestes, não de submissão aos monopólios americanos e ao Departamento de Estado, mas de estar a serviço do comunismo internacional, acumpliciado com o sindicalismo peronista.

(É impressionante como, quase um ano depois da capitulação de Perón ao Professor Milton Eisenhower, ainda se associava o peronismo ao Partido Comunista!)

– Vou fazer a mais grave das minhas denúncias ao país – declarou o depu-

tado Herbert Levy, anunciando a leitura que faria, na Câmara, de um manifesto de seu partido e de um memorial das classes produtoras.

– Denunciarei o golpe que o Sr. Getúlio Vargas prepara em São Paulo para reformar a Constituição. Em São Paulo, estamos realmente em estado pré-revolucionário...

Em São Paulo, a expressão “estado pré-revolucionário” referia-se, quase sempre, a 1932 e à revolta frustrada desse ano contra a Revolução de 1930.

No dia seguinte, Herbert Levy leu, em discurso na Câmara, o manifesto em que a UDN de São Paulo declarava que o momento era pré-revolucionário e culpava o Catete por essa situação.

Herbert Levy afirma que “o governo está agora buscando o apoio dos comunistas para a sua política sindical de estilo peronista”.

– A ideia de criação de sindicatos rurais – diz ele – é prova da interferência vermelha. Tendo fracassado nas suas primeiras iniciativas, os comunistas encontram agora apoio do Ministério do Trabalho para seus planos.

Tanto radicalismo não impedia que o deputado Herbert Levy fosse, na convivência pessoal, um homem de extrema liberalidade e tolerância. Nos anos seguintes, o deputado Neiva Moreira, então secretário-geral da Frente Parlamentar Nacionalista e editor de seu jornal *O Semanário*, chegaria a pedir e conseguir, em momentos de extrema dificuldade, empréstimos de Herbert Levy, que era banqueiro, para o pagamento de papel para o jornal. Neiva, com grande habilidade, lembrou a Levy a afirmação deste, que vinha de Voltaire e dos enciclopedistas:

– Não concordo com uma só palavra do que dizes, mas defenderei até a morte teu direito de dizê-lo.

Apesar de sua intransigência ideológica, Herbert Levy teve gestos dessa ordem, que não podem ser omitidos num registro como este.

A QUEDA DE JANGO

O manifesto dos coronéis provocara a demissão do Ministro da Guerra, General Ciro do Espírito Santo Cardoso – e alcançara seu objetivo maior.

Junto com o Ministro da Guerra deixaria o governo o Ministro do Trabalho João Goulart, alvo principal, senão único, dos signatários do manifesto dos coronéis.

– Goulart caiu – escreverá Moniz Bandeira. – Mas, segundo ele próprio salientou, não se deixaria intimidar com o descontentamento que sua conduta provocara “naqueles que vivem acumulando lucros à custa do suor alheio”.²³¹

Ao pedir demissão do cargo de Ministro do Trabalho, João Goulart encaminhou a Vargas os estudos para a adoção de várias medidas: revisão dos níveis de salário mínimo, congelamento dos preços, extensão das leis sociais aos trabalhadores do campo e fiscalização pelos próprios operários do cumprimento da legislação trabalhista.

Na carta de demissão a Getúlio, Jango escreveria:

– Acredito tenha colaborado para dar um sentido mais social e mais cristão à nossa democracia... Tenho absoluta convicção de que agi com dignidade, preferindo ficar ao lado dos trabalhadores a pactuar com os inúmeros advogados de interesses espúrios que muitas vezes bateram às portas do meu gabinete, pretendendo especular com o sofrimento e a desgraça do povo. Não pretendo recuar do caminho que até agora venho seguindo. Continuo ao lado dos trabalhadores. Apenas mudo de trincheira.

No Ministério da Guerra, Getúlio substituiu o General Ciro pelo General Zenóbio da Costa, comandante da Zona Militar Leste, a mais importante de todas. No Ministério do Trabalho, ele não deu sucessor a Jango – apenas designou o chefe de gabinete deste, Hugo de Faria, para responder pelo expediente da pasta. Era um sinal, transmitido aos sindicatos, mas também ao empresariado e às forças do poder econômico, de que o Ministro do Trabalho pediria demissão e deixaria o cargo, mas sua política, que era a do Presidente, não mudaria. Em carta a Jango, aceitando o pedido de demissão, Getúlio escreveu:

– A sua passagem pelo Ministério do Trabalho ficará assinalada como uma fase de estreita aproximação com as massas trabalhadoras e de prestígio para as entidades sindicais. A sua preocupação constante em promover o bem-

²³¹ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, p. 350.

estar social se traduzia em todo um acervo de medidas e em um esforço continuando em prol da satisfação de suas necessidades e justas reivindicações.

Na condição de Ministro do Trabalho, Jango pedira licença da presidência nacional do PTB. A direção do partido reagiu à demissão de Jango solidarizando-se a ele e reiterando apoio a Getúlio.

Hugo de Faria, respondendo pelo expediente do Ministério, adotou uma postura extremamente discreta, não para estabelecer qualquer contraste com a conduta de Jango, mas apenas porque não exercia uma liderança das mesmas características. Jango, deixando de ser ministro, reassumia o mandato de deputado e a presidência nacional do PTB – e no exercício dessas responsabilidades continuaria a liderar a luta pelo programa e pelos compromissos do Presidente Vargas.

Quanto aos signatários do Memorial dos Coronéis, o tempo se encarregaria de confirmar que seu propósito não era, ao contrário do que dissera diplomaticamente o General Ciro do Espírito Santo Cardoso, o de “colaborar com o governo”. O que de fato queriam era desestabilizar e derrubar o governo. Como o desfecho da crise foi afinal a vitória de Getúlio – pois o suicídio garantiu, a curto prazo, as eleições de 1954 e 1955, e a longo prazo impediu a liquidação de algumas das maiores realizações de Getúlio, como a Petrobrás – os mesmos signatários do manifesto de fevereiro de 1954 tiveram de rearticular-se de novo a partir de 1961, para derrubar, em 64, o governo do agora Presidente João Goulart.

Muitos dos signatários do Memorial dos Coronéis tornaram-se figuras importantes dos governos e do aparelho militar a partir do golpe de 1964. Caso, por exemplo, dos então coronéis Adalberto Pereira dos Santos, futuro Vice-Presidente da República; Jurandir Bizarria Mamede, Alfredo Souto Malan, Sizeno Sarmiento, Antônio Carlos Muricy, Ednardo d'Ávila Melo e Amaury Krueel, comandantes dos vários corpos de Exército hoje chamados Zonas Militares; Ademar de Queiroz e Sílvio Frota, Ministros do Exército; e do próprio tenente-coronel Golbery do Couto e Silva, criador e primeiro chefe do SNI, Serviço Nacional de Informações e depois Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

CAPÍTULO 35

MARÇO, 1954

O BRASIL PARECE DAR UM SALTO À FRENTE

UMA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

“O GOVERNO TEM CONSCIÊNCIA DE QUE ESTÁ REALIZANDO UM GRANDE ESFORÇO PARA ESTRUTURAR AS TENDÊNCIAS MAIS LEGÍTIMAS DO BRASIL, QUE SÃO AQUELAS QUE PROPICIAM O AUTODOMÍNIO DA NACIONALIDADE”.

A partir de 1961, nossa história registrará – ora a favor, ora contra – o surgimento, no breve governo do Presidente Jânio Quadros, da chamada política externa independente. Esse registro não situa corretamente a questão, porque a política externa dos dois governos do Presidente Vargas, anteriores a Jânio, foi sempre independente.

Na Conferência Interamericana realizada em Caracas, na Venezuela, em março de 1954, o Ministro do Exterior do Brasil, Vicente Rao, abriu – segundo Constantino Ianni, no livro *Descolonização em Marcha* – “um novo capítulo na história da atuação do Brasil nas conferências interamericanas... para inaugurar uma nova linha que pode ser definida como de reivindicação econômica e de revisão da Doutrina de Monroe”.

– O professor Vicente Rao refletiu, porém, mais do que tendências ou inclinações pessoais, uma orientação do atual Governo brasileiro, especialmente de alguns de seus membros, como o próprio Presidente da República e o Ministro Oswaldo Aranha, em face dos Estados Unidos.

Rao definiu a posição do Brasil em quatro pontos, assim resumidos por Ianni:

- 1 – Ataque às deficiências do sistema interamericano no campo econômico.
- 2 – Crítica ao governo norte-americano por ter mandado proceder a investigações sobre a alta dos preços do café, em vez de esclarecer-se sobre o pro-

blema mediante consultas com o governo do Brasil.

3 – Subordinação da segurança política do Hemisfério à segurança econômica dos seus países.

4 – Finalmente, revisão da Doutrina Monroe, atualizando-a ou ampliando-a, não admitindo a permanência de territórios americanos sob o controle de nações extracontinentais.

Sobre esse último ponto, que fora o tema, em outubro de 1953, do discurso do próprio Getúlio na Embaixada da Espanha, nas comemorações do Dia de Colombo, o Ministro Rao declarou:

– Não é mais possível admitir-se em terras de nosso Continente a existência de partes sujeitas ao poder político de nações extracontinentais.

Era uma afirmação ousada, pois pedia que a Inglaterra, a França e a Holanda abandonassem suas colônias remanescentes no continente americano.

– Não sabemos também – acrescenta Constantino Ianni – se o Ministro Rao pretendeu referir-se às Guianas [Inglesa, Francesa e Holandesa], ou teve a intenção de aludir também a territórios contestados, como as ilhas Malvinas (Falkland), disputadas pela Argentina à Inglaterra, e Honduras Britânica, na América Central. Outras partes do Continente sujeitas ao poder político de nações extracontinentais são as Índias Ocidentais Inglesas (Trinidad, Barbados, Jamaica, Bahamas), as Francesas (Martinica e Guadalupe) e as Holandesas (Aruba e Curaçau).

Nesse momento, a Inglaterra enfrentava uma crise séria na Guiana Britânica, onde deveriam realizar-se eleições em breve e fora destituído o governo autônomo que lutava pela independência da colônia. E o ex-ministro do Interior desse governo autônomo da Guiana Inglesa, Jair Nerine, que se encontrava em Caracas, pedia permissão para falar na reunião e apresentar a reivindicação da independência da colônia.

A delegação brasileira não podia esperar que sua tese fosse aceita pela maioria dos países presentes. Queria, porém, marcar enfaticamente sua posição. No mesmo dia do discurso de Rao, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Foster Dulles (pai), respondeu ao pronunciamento do Brasil, ao dizer:

– Nos Estados Unidos, o capital particular e a iniciativa particular consti-

tuem a fonte de nosso próprio bem-estar econômico. Alguns países acreditam ser conveniente opor obstáculos artificiais ao que deveria ser um afluxo natural e normal de capital dos países mais desenvolvidos para os países menos desenvolvidos.

Traduzidas em palavras mais diretas, diz Constantino Ianni, essas declarações do Secretário de Estado dos Estados Unidos significam:

– Vocês criam obstáculos artificiais à entrada de capitais particulares em seus países, e depois vêm dizer que no terreno das realizações econômicas o que se fez é muito pouco e quase nada em proporção do muito que se pode e se deve fazer?

– Com os dois discursos – acrescenta Ianni – definiram-se mais uma vez as diferenças entre os conceitos latino-americano e estadunidense de cooperação econômica. Enquanto os governos latino-americanos, como o do Brasil, dão grande ênfase à responsabilidade do Estado pelas tarefas básicas do desenvolvimento econômico, os Estados Unidos acham que deveriam ser dadas mais oportunidades ao capital particular dos países mais desenvolvidos desde que se lhes ofereçam condições vantajosas.²³²

A Conferência Interamericana de Caracas discutiu também a questão da Guatemala, que desapropriara terras da United Fruit – poderosa multinacional, com sede nos Estados Unidos, para a qual trabalhava, já por muito tempo, o escritório de advocacia liderado por John Foster Dulles, Secretário de Estado e mais influente auxiliar do Presidente Eisenhower.

A Conferência aprovou resoluções anticomunistas, que seriam invocadas na tentativa de justificar a intervenção dos Estados Unidos para derrubar o Presidente da Guatemala, Jacobo Arbenz. Vicente Rao voltara à tese de que o combate ao comunismo, para ter eficácia, devia começar pelas causas econômicas e sociais que permitiam a sua infiltração. Na votação, porém, não se opôs às resoluções anticomunistas. Nem adiantaria opor-se, porque seu voto contrário não impediria a intervenção.

²³² Constantino Ianni, *Descolonização em marcha*, pp. 149 a 151.

A ÚLTIMA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO CONGRESSO

Na mensagem de 15 de março, na abertura do ano legislativo, que seria sua última prestação de contas ao Congresso, Getúlio expôs num contexto mais amplo as teses defendidas pela delegação brasileira na conferência de Caracas. Não lhe bastava que o Brasil falasse essa nova linguagem:

– Na presente conjuntura internacional, parece constituir um imperativo para os países insuficientemente desenvolvidos o de estreitarem ainda mais as suas relações, no sentido de mutuamente se ajudarem na resolução de idênticos problemas, através da observância de um nacionalismo cooperativo. Decorre daí a linha que tem sido observada pelos nossos delegados no exterior, com relação às questões dos povos menos favorecidos pela fortuna.

Por muitas décadas a seguir, a simples ideia desse nacionalismo cooperativo seria uma ameaça intolerável para os governos dos Estados Unidos. A Guerra da Coreia já terminara, com um armistício negociado por ordem de Eisenhower, mas a Guerra Fria estava ainda pior do que antes.

Os compromissos de um governo republicano nos Estados Unidos exigiam que os países “insuficientemente desenvolvidos”, como os chamava Getúlio, fossem apenas mercados abertos para os interesses dos grandes grupos econômicos. Nada, portanto, de atitudes independentes e menos ainda desse nacionalismo cooperativo.

Na mesma mensagem ao Congresso, Getúlio confirma expectativas ainda mais ameaçadoras para os interesses estrangeiros:

– O Brasil – diz ele – está caminhando a passos largos para atingir sua plena emancipação econômica e poder, enfim, propiciar, a quantos nele vivem e labutam, condições satisfatórias de vida. Índices dos mais expressivos, calculados inclusive por órgãos internacionais, bem atestam a rapidez e a grandeza desse crescimento.

– O aumento da renda nacional per capita, por exemplo, vem-se processando recentemente a taxa bastante elevada de 8,2% ao ano, em ritmo comparável ao dos países mais progressistas do mundo. O nível da atividade econômica mantém-se alto, sustentado por uma expansão do consumo da ordem de

7,5% e dos investimentos de 12,4%, em média, ao ano.

– O governo tem consciência de que está realizando um grande esforço para estruturar as tendências mais legítimas do Brasil, que são aquelas que propiciam o autodomínio da nacionalidade.

Autodomínio da nacionalidade? Lá se foi, para os grandes interesses que o governo republicano representa nos Estados Unidos e no mundo, o petróleo do Brasil. Lá se vai, daqui a pouco, a eletricidade... Onde pretende esse governo brasileiro que as coisas vão parar?

Getúlio, porém, ainda quer mais, e cobra do Congresso:

– Aguarda o governo a decisão do Congresso com respeito a numerosos e importantes projetos... [entre os quais] os referentes ao Serviço Social Rural, à reforma administrativa, às desapropriações por interesse social... ao Fundo Federal de Eletrificação, à distribuição e aplicação das quotas do imposto único sobre energia elétrica, à reorganização administrativa das estradas de ferro, ao monopólio dos materiais estratégicos... à taxação dos lucros extraordinários, à criação da Carteira de Colonização do Banco do Brasil...

Igualmente ameaçadoras, para os interesses estrangeiros e para alguns interesses brasileiros (brasileiros, mas antinacionais), são outras expectativas de Getúlio. Ele confia, por exemplo, ter-se livrado do estrangulamento cambial que paralisava a economia brasileira e praticamente anulava sua autonomia de decisão.

– A questão por excelência de 1953, no âmbito econômico-financeiro – diz Getúlio na mensagem – foi a do câmbio. Exigia tratamento pronto e enérgico, não podendo esperar pelo efeito de medidas de longo prazo, exemplificadas na criação de indústrias substitutivas de importações – que, de resto, não podiam medrar com a necessária presteza no clima criado pela escassez de divisas.

Cortado ou pelo menos afrouxado o laço do estrangulamento cambial, o Brasil parece dar um salto à frente. Essa já não é a expectativa de Getúlio, mas sua certeza:

– Uma economia como a nossa, até há pouco preponderantemente agropecuária, saltou bruscamente para a industrialização acelerada. A indus-

trialização converteu-se na sua maneira específica de crescer e não se podia esperar que encontrasse em si mesma todos os elementos necessários a tal expansão. Faltavam-lhe – e faltam ainda – indústrias inteiras, toda uma infraestrutura. Os elementos para criá-la têm de ser importados, e disputados os recursos em divisas às necessidades correntes do consumo e da indústria.

A criação e a simples expansão de indústrias no Brasil rouba mercados aos exportadores norte-americanos. Fora assim com a siderurgia de grande porte, inventada no Brasil por esse mesmo Getúlio Vargas. Agora, com base nela, o governo brasileiro, de novo chefiado por ele, ameaça outros mercados até agora praticamente cativos dos fornecedores norte-americanos.

– Através de importações vultosas, promovidas pelo governo ou por ele autorizadas – confirma Getúlio – ampliou-se substancialmente o parque de mecanização da lavoura. Certo, porém, de que o emprego progressivo de máquinas no trabalho agrícola não pode ser assegurado com base em suprimentos externos, determinei fosse retomado o programa de produção de tratores confiado à Fábrica Nacional de Motores...

Então eles vão fabricar tratores? – perguntará o exportador norte-americano, até aqui tranquilo, seguro de seu mercado, de seus lucros e dos dividendos de seus acionistas. Se agora resolvem fabricar tratores – cogitarão os executivos da área comercial da General Motors e da Ford, em Detroit – amanhã ou depois vão querer fabricar automóveis e caminhões?

Não há como negar: é isso mesmo que Getúlio Vargas quer. Ele foi eleito Presidente para defender os interesses do Brasil, da mesma forma como os Presidentes dos Estados Unidos são eleitos para defender os interesses dos Estados Unidos. Se a defesa dos interesses do Brasil prejudica interesses dos Estados Unidos, não cabe ao Presidente do Brasil defender interesses estrangeiros contra os brasileiros. Cabe-lhe lutar até o fim pelos compromissos que assumiu com seu próprio país. Mesmo que isso lhe custe o mandato e a própria vida.

IMPEACHMENT OU GOLPE

A UDN não percebe, como reconhecerá quinze anos depois seu então líder Afonso Arinos, que a campanha para derrubar Getúlio atende ao interesse dos grupos estrangeiros prejudicados pela rápida retomada do desenvolvimento do Brasil.

Um dos mais ruidosos e também talentosos tribunos da UDN, o deputado, advogado e professor Aliomar Baleeiro, como que responde à mensagem de Getúlio pedindo seu impeachment. Mas não é o impeachment o que Baleeiro quer.

– Para seus mentores – escreve Maria Celina Soares d'Araújo – o pedido de impeachment representava um artifício legal através do qual Vargas poderia ser pressionado; caso não fosse aprovado, restariam as saídas excepcionais. Nas palavras de Aliomar Baleeiro, em discurso na Câmara a 22 de março de 1954, derrotado o pedido restariam três saídas para realizar o afastamento do Presidente: a) golpe de Estado; b) renúncia; c) reforma da Constituição visando ao parlamentarismo. A segunda e a terceira eram consideradas improváveis, pois o “egoísmo” de Vargas não lhe permitiria renunciar, assim como não seria legalmente possível votar de novo uma emenda parlamentarista que havia sido derrotada em 1952. Restava a saída golpista para a deposição sumária do Presidente.²³³

O recrudescimento das iniciativas golpistas coincidiu não só com a sensível melhora na situação econômica, mas também com o avanço das medidas de correção do que poderia ter sucedido de errado no governo.

Em março de 1954, as conclusões da CPI da Última Hora seguiram para o juiz da 8ª. Vara Criminal do Distrito Federal, acompanhando as acusações de um promotor contra Samuel Wainer, Lutero Vargas, o deputado Euvaldo Lodi, Luís Fernando Bocayuva Cunha, Ricardo Jafet e um gerente de crédito do Banco do Brasil.

Jafet era acusado de utilização indevida de dinheiro público, Lutero Vargas de mentir e Wainer de dumping (abuso do poder econômico), fraudes e falso

²³³ Maria Celina Soares d'Araújo, *O segundo governo Vargas*, p. 126.

testemunho. Lutero e Lodi, deputados, tinham imunidades parlamentares e só poderiam ser processados com licença da Câmara Federal.

Na época, os promotores e o Ministério Público não eram o verdadeiro poder, independente do governo, que são hoje, pela Constituição de 1988. Em 1954, o Ministério Público era controlado pelos governos estaduais, que nomeavam o Procurador-Geral de cada Estado, e pelo governo federal, que nomeava o Procurador-Geral da República. Na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, não só a administração local, a Prefeitura da cidade, como os órgãos do Ministério Público dependiam do governo federal. Não tinha precedentes o fato de um promotor de Justiça ter a liberdade de denunciar criminalmente o filho do Presidente da República (Lutero Vargas), um ex-presidente do Banco do Brasil (Ricardo Jafet), um deputado (Euvaldo Lodi) que liderava a mais poderosa entidade empresarial do país, a Confederação Nacional da Indústria, e o jornalista (Samuel Wainer) que dirigia o mais importante jornal governista e um dos mais importantes jornais do país naquele momento.

O CASO PERÓN

É nesse momento, quando Aliomar Baleeiro retoma a proposta de impeachment, já derrotada uma vez, que Carlos Lacerda denuncia o suposto “caso Perón”, assim resumido pelo então Ministro da Justiça Tancredo Neves, em entrevista a Moniz Bandeira:

– A Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, orquestrava o coro, possivelmente financiada pela CIA, acusando-o [a Jango] de pretender, com Vargas, implantar no Brasil uma república sindicalista, ao estilo de Perón.

Perón estava entendido com o governo dos Estados Unidos desde a visita à Argentina do professor Milton Eisenhower em junho de 1953, e a essa altura cuidava das concessões aos consórcios petrolíferos liderados por grupos norte-americanos. Isso, porém, ainda era pouco sabido no Brasil, e Lacerda ainda podia falar, sem maior receio de cair no ridículo, em conspirações de Getúlio e Jango com Perón contra os Estados Unidos, quando o que havia eram conspirações de Perón com os Estados Unidos e as multinacionais do petróleo contra a Argentina.

– Em março – diz Moniz Bandeira – Lacerda revelou pela Tribuna de Imprensa uma conferência pronunciada reservadamente pelo general Perón na Escola Superior de Guerra da Argentina, sobre as negociações que mantivera com Vargas para o estabelecimento de uma aliança entre as principais nações da América do Sul [ABC -Argentina, Brasil, Chile], a fim de resistir à hegemonia dos Estados Unidos.

– A revelação da Tribuna da Imprensa encontrou apoio do ex-Ministro João Neves da Fontoura, que, numa entrevista a O Globo, confirmou as negociações entre Vargas e Perón, à revelia do Itamaraty, para unir a Argentina, o Brasil e o Chile num pacto de resistência aos Estados Unidos. O sonho de Rio Branco transformava-se em crime, numa acusação contra Vargas. João Neves informou ainda que João Goulart participava das articulações e que frequentou, assiduamente, o gabinete de Perón. Seu objetivo, segundo a oposição, será o de implantar no Brasil a república sindicalista. O tom que a campanha assumia, afinava com a orquestração de Foster Dulles no Continente.²³⁴

O sempre apaixonado biógrafo de Lacerda, John W. Foster Dulles (filho do então Secretário de Estado e homem forte do governo Eisenhower), dá esta versão de como a Tribuna da Imprensa teria tido acesso ao texto da conferência de Perón:

– Da Argentina, Carlos recebeu informações que lhe deram a maior oportunidade de atacar Vargas no campo das relações exteriores. Em fevereiro de 1954, exilados argentinos no Uruguai publicaram uma cópia do discurso secreto de Perón, feito em novembro de 1953 na Escola de Guerra da Argentina, e enviaram uma cópia para a Tribuna. Como revelado na Tribuna e por Carlos na Rádio Globo, Perón disse à Escola de Guerra que Vargas, antes de sua eleição em 1950, havia prometido entrar para o bloco ABC (Argentina-Brasil-Chile) em oposição à hegemonia continental dos Estados Unidos.

Segundo o discurso, ou melhor, segundo a versão dada ao discurso por Lacerda, Vargas “autorizara Perón a ir ao Chile para assinar o necessário tratado com o presidente Carlos Ibañez, e Perón assim o fizera”.

²³⁴ Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, pp. 350 e 351.

– Quando Vargas subiu ao governo – teria dito Perón, na trôpega versão aceita por Lacerda (na língua portuguesa ninguém “sobe” ao governo) – prometeu que iríamos nos reunir em Buenos Aires ou no Rio a fim de implementar esse tratado.

Perón teria acrescentado – versão de Lacerda – que Vargas, ao explicar por que não conseguira cumprir a promessa, disse não poder agir com rapidez porque tinha “uma situação um pouco complicada nas Câmaras” (de novo uma tradução que não faz justiça à indiscutível competência de Lacerda no domínio da palavra: “nas Câmaras” é uma expressão dos países de cultura hispânica e talvez dos de língua francesa; no Brasil diz-se “no Congresso” ou “na Câmara e no Senado” – jamais “nas Câmaras”, como nesse contrabando que logo veremos como foi irresponsável e vergonhoso).

– João Neves – acrescenta o biógrafo Dulles – escreveu sobre cartas sigilosas trocadas entre Vargas e Perón, e o acordo feito entre eles para demitir João Neves.

Lacerda não pensou duas vezes, não levou em conta o espírito excitável e os ressentimentos de João Neves, por ter sido afastado do Ministério do Exterior, e escreveu:

– Várias vezes, neste jornal, fizemos críticas à atuação de João Neves. Hoje devemos fazer justiça à honradez da sua posição.²³⁵

A Embaixada da Argentina no Rio desmentiu a existência desse discurso, mas João Neves, que fora um dos coordenadores da campanha de Getúlio e ocupara o Ministério das Relações Exteriores até junho de 1953, afirmou que o discurso era autêntico.

Em novembro de 1953, quando Perón fez a conferência na Escola Superior de Guerra argentina, João Neves não era mais Ministro das Relações Exteriores. Como passara imediatamente a fazer oposição a Getúlio, é possível que tenha recebido informações diretas dos oposicionistas argentinos. Ou que as recebesse de fontes norte-americanas.

(Não esqueçamos que, em entrevista a Moniz Bandeira, Tancredo Neves,

²³⁵ John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, *a Vida de um Lutador*, p. 167.

então Ministro da Justiça e principal conselheiro político de Getúlio, referira-se à campanha da Tribuna da Imprensa como “possivelmente financiada pela CIA”. Tancredo Neves era muito cuidadoso em tudo que dizia – ao contrário de João Neves).

Batista Lusardo, que fora embaixador do Brasil até pouco depois da saída de João Neves, e era apontado como um dos principais articuladores do suposto acordo com Perón, assim resume, em suas memórias, a chamada entrevista de João Neves, escrita pelo próprio João Neves:

– O ex-Chanceler João Neves da Fontoura publicou na imprensa o que chamou de “Meu Depoimento”, um texto maciço de 32 laudas de acusações a Perón e Vargas, apontados por ele como “conspiradores contra os destinos do Brasil”. Baseando-se no discurso de Perón, pronunciado na Escola Nacional de Guerra, João Neves alegou que Perón e Vargas haviam acordado, antes das eleições de 1950, em formar uma união econômica entre Argentina, Brasil e Chile, e que, uma vez no governo, Getúlio recuara do compromisso.

– Não levando em conta o desmentido da Embaixada Argentina, João Neves considerou autêntico o informe publicado na imprensa sobre o discurso do Perón. Disse que não podia proporcionar prova documental do acordo entre Vargas e Perón, porém solicitou que Getúlio publicasse toda a correspondência entre os dois presidentes. Afirmou, também, que o Embaixador do Brasil na Argentina, João Batista Lusardo, atuara como portador de mensagens secretas entre Perón e Vargas, utilizando, ainda, secretários da missão, para fazer chegar, sem o conhecimento do Itamarati, cartas do Presidente argentino ao brasileiro.

– Duas referências ao acordo entre esses mandatários haviam chegado ao conhecimento do Itamarati, segundo João Neves. A primeira, através do Embaixador do Chile na Argentina, Conrado Rios Gallardo, que confidenciara ao diplomata brasileiro Ciro de Freitas Vale existir promessa de Vargas em unir-se ao pacto entre Argentina e Chile (a revelação fora feita depois que o Chanceler brasileiro se opusera publicamente à formação de blocos regionais). A segunda referência ao acordo entre Perón e Vargas foi feita pelo Presidente argentino a João Alberto Lins de Barros, embaixador especial brasilei-

ro, em março de 1953. João Neves da Fontoura disse que João Alberto lhe havia informado estar Perón “muito irritado” pela posição do chanceler contra os blocos regionais, fazendo notar que o mesmo Vargas havia expressado aprovação à união econômica.

– No depoimento, João Neves observou ainda que, desde o primeiro dia da administração de Vargas, a partir de 1951, Perón se constituía num problema inquietante para a política exterior brasileira. “O presidente argentino – prosseguia – sempre se julgara estranhamente qualificado para dar opinião sobre os assuntos mais íntimos do Brasil”. Por outro lado, o pacto do ABC proposto por Perón não tinha nada de parecido com o ABC proposto em 1915, e que “o novo tratado proposto seria um triste anacronismo”.²³⁶

Certamente sem saber o quanto havia de ressentimento e leviandade nesse “depoimento” de João Neves, o deputado Bilac Pinto, também da UDN, pediu na Câmara uma CPI para investigar as relações entre Vargas e Perón. Herbert Levy, também deputado pela UDN, sugeriu que Vargas havia aceito ilegalmente de Perón dinheiro para sua campanha.

O GOVERNO RESPONDE A JOÃO NEVES

Publicado o depoimento de João Neves no dia 3 de abril, já no dia 5 saía a resposta do Chefe do Gabinete Civil, Lourival Fontes

– Depois de ler o depoimento do meu ilustre amigo João Neves da Fontoura, vejo-me forçado a sair do anonimato a que estou preso pelas minhas funções, para depor também – e depor como testemunha. As declarações atribuídas ao Presidente Perón foram consideradas apócrifas. Mas há quem as julgue verossímeis e ainda outros autênticas. Se apócrifas, houve o desmentido. Se verdadeiras, houve retratação.

– O documento contém uma série de alusões e recriminações contra o Sr. Getúlio Vargas. Quando seria de se esperar que o ex-chanceler, saísse a campo para rebater as acusações do pretenso discurso e defender Vargas, pre-

²³⁶ Glauco Carneiro, Lusardo, o último caudilho, vol. 2, p. 402.

feriu o Sr. João Neves aproveitar o ensejo para levantar dúvidas e suspeitas contra o nosso presidente. Caso se admita a veracidade do documento, que diz nele o Presidente Perón? Que depositava esperanças em Vargas, mas que este, chegando ao governo e alegando não existir receptividade na opinião pública, nas forças políticas e no Congresso, evitara qualquer entendimento.

— Este é o maior louvor que se poderia fazer ao Sr. Getúlio Vargas, isto é, a um presidente constitucional. Mesmo se alguma coisa tivesse prometido, o que não fez, curvara-se diante da opinião nacional. Não estamos mais na época da diplomacia secreta. Nem o Sr. Getúlio Vargas tinha poderes ditatoriais para celebrar tratados à revelia dos órgãos constitucionais. Para uma união aduaneira, seria ouvido o Ministério da Fazenda. Para um acordo militar, seria indispensável a audiência dos estados-maiores. Para uma aliança política, a última palavra seria do Itamarati. E ainda, depois de tudo isso debatido e examinado, qualquer tratado porventura firmado estaria ainda submetido a posterior aprovação do Congresso Nacional e à subsequente promulgação e publicação. A dialética do meu caro amigo João Neves da Fontoura perdeu-se em fantasias, seguiu por veredas enganosas, envenenou as fontes da verdade, impregnando o seu depoimento de subterfúgios e insinuações. Não há nele um fato real, uma afirmação positiva, uma prova concreta, um subsídio documental envolvendo a responsabilidade do Presidente Getúlio Vargas. Há, sim, um tom folhetinesco de novela policial, onde entram personagens pelas portas do fundo, agentes embuçados e outros sinistros comparsas desse gênero de ficção.

— Por força do ofício — prossegue Lourival Fontes — conheço toda a correspondência trocada entre o Presidente Perón e o Presidente Vargas. São cartas de cortesia recíproca. A ligeireza de um espírito sensacionalista, menos afeito ao trato de questões dessa ordem, poderia reclamar do governo a sua publicação. Mas a responsabilidade de um ex-Ministro do Exterior nunca poderia sequer conceber tal caso. Em nenhuma dessas cartas — e afirmo sobre a fé da minha idoneidade — foi afluído qualquer problema que envolvesse integração econômica, união aduaneira, bloco regional, aliança política, ou qualquer outro assunto atinente às relações com a República Argentina, porque se tais assuntos fossem abordados nas cartas, o Presidente imediatamente as teria

comunicado ao Ministério das Relações Exteriores, como sempre fez e continua a fazê-lo. Numa delas o Presidente Perón comunica a sua posse. Numa outra agradece os cumprimentos de aniversário. Em outra agradece as congratulações de praxe pelo triunfo eleitoral. Em outra acusa a visita de dois deputados brasileiros. Em outra ainda transmite a sua satisfação pela visita de alguns jornalistas brasileiros. Só uma vez o Sr. Getúlio Vargas se dirigiu ao Presidente Perón, em carta de pesar pela morte de sua esposa. Também só uma vez teve lugar uma gestão amistosa do Sr. Getúlio Vargas junto ao Presidente Perón. Foi para conservar aqui o Embaixador Cooke. E isto fez a pedido e por insistência do Ministro João Neves. As respostas do Presidente, protocolares, sempre lacônicas como é seu estilo, passaram pelas minhas mãos para serem encaminhadas e é escusado dizer que em nenhuma delas figuram as supostas maquinações políticas a que alude o ex-chanceler. Por uma questão de pudor e em obediência a elementares normas diplomáticas, o governo brasileiro não pode ter a iniciativa de publicar essa correspondência. Mas, se divulgada, seriam varridos todos esses duendes e fantasmas que o Ministro João Neves espalhou no seu depoimento. São cartas simples e corteses entre dois chefes de nações amigas, cartas sem planos nem tramas e nelas os farejadores de sensacionalismo nada encontrariam para alimentar os propósitos de confusão.

– O Sr. João Neves disse que em fevereiro de 1953 recebeu solicitação do Embaixador Lusardo para mandar ao Rio o secretário Antônio Carlos de Abreu [sobrinho do Presidente Vargas], tendo aquiescido. O ex-chanceler ficou intrigado com essa viagem de rotina. Andou indagando quem pagara a passagem e inferiu que o funcionário trouxera uma supercarta do General Perón. Posso tranquilizar o meu querido amigo. A carta não era do General Perón e sim do Embaixador Lusardo ao Presidente. Nela três assuntos eram tratados: o convênio comercial Brasil-Argentina, a possibilidade de um encontro dos Presidentes Vargas e Perón e a visita deste ao Chile.²³⁷

²³⁷ Documento transcrito em Glauco Carneiro, Lusardo, o último caudilho, pp. 405 e seguintes.

A MENTIRA DESMASCARADA

Naquele momento Lourival Fontes talvez não soubesse de um detalhe, confirmado anos depois pelo portador da carta de Lusardo a Getúlio, o futuro embaixador Antônio Carlos de Abreu e Silva. Em carta a seu primo Lutero Vargas, em 1974, Abreu e Silva diria:

– Nunca fui portador de carta do Perón para o tio Getúlio, mas sim do Lusardo para o Presidente brasileiro, a qual tratava tão somente de assuntos de natureza econômica, tendo eu da mesma missiva entregue cópias ao João Neves e ao João Alberto, que era, na época, chefe do Departamento Econômico do Itamarati (fins de janeiro de 1953).

– A versão de que eu teria entregue carta do Perón ao tio Getúlio foi ventilada pelo João Neves, depois de ter deixado o Ministério das Relações Exteriores, creio que em fins de janeiro ou princípio de fevereiro de 1954, em entrevista ao *O Globo* ou em livro, não me recordo ao certo. Lembro-me, isto sim, de ter o Lourival Fontes esclarecido os fatos em entrevista concedida ao *O Globo* e publicada na primeira página, creio que também em fevereiro de 1954, o que é fácil apurares. Posso afirmar que os esclarecimentos prestados pelo Lourival são absolutamente corretos, de vez que da redação da mencionada carta fui colaborador do então Embaixador Lusardo e Ministros Glauco Ferreira de Souza e Diniz Júnior, este último para assuntos econômicos e comerciais da Embaixada em Buenos Aires.²³⁸

João Neves, portanto, enganou-se (no mínimo), ao afirmar que a carta – da qual recebera cópia – era de Perón e não do Embaixador Lusardo. Era assim que se fazia oposição a Getúlio.

Voltemos à resposta de Lourival Fontes:

– O Presidente Perón sempre manifestou o desejo de um encontro pessoal com o Presidente Vargas. Era o que o Embaixador Lusardo transmitia ao nosso Presidente. O Presidente Vargas, em princípio, aquiesceu ao convite. Em carta ao Embaixador Lusardo, devidamente autorizado, eu comunicava que o nosso

²³⁸ Lutero Vargas, *Getúlio Vargas, a revolução inacabada*, pp. 275 e 276.

Presidente ignorava os assuntos a serem tratados nessa entrevista, e, por isso, pedia enviasse um temário das conversações. Até hoje o nosso Presidente não recebeu essa agenda. Pergunto agora ao Sr. João Neves: se tivesse havido preliminares entendimentos secretos, ou contatos anteriores, por que o nosso Presidente teria cuidado, como cuidou, de como deveriam girar as conversações?

Entrando mais fundo no conteúdo das denúncias de Carlos Lacerda e já agora de João Neves da Fontoura, Lourival Fontes diz:

– Em discurso atribuído ao General Perón, é dito que o Presidente Vargas não só autorizou o governante argentino a ir ao Chile, como ainda lhe pediu que ali representasse o Brasil. Só porque enveredamos pelo reino da fábula é que podemos tomar a sério essa história inverossímil. Somente um cérebro infantil poderia admitir que um chefe de Estado descesse de sua posição soberana para pedir licença a outro governante a fim de que pudesse visitar um terceiro país, como um menino de escola primária que pede licença à professora para ir “lá fora”. Só também uma inteligência retardada poderia admitir que um chefe de Estado autorizasse um titular estrangeiro a representar o seu país perante outro governo.

– Mas nada disso houve e nem poderia ter havido. Apenas o Embaixador Lusardo transmitiu ao Presidente Vargas uma comunicação do Presidente Perón, que, acedendo aos desejos reiterados do Presidente Ibañez, iria ao Chile e desejava que o Presidente Vargas fosse informado disso, porque já havia manifestado anteriormente que o primeiro país que desejava visitar era o Brasil. O Embaixador Lusardo esclarecia ainda que o Presidente Perón iria à nação vizinha com objetivo de examinar a adoção de medidas de caráter bilateral, destinadas a melhorar as relações econômicas entre os dois países. Na resposta devidamente autorizada que transmiti ao Embaixador Lusardo, dizia que o nosso Presidente agradecia a comunicação e só tinha motivos para congratular-se com essa visita a um país amigo. Eis tudo o que houve.

– O Ministro João Neves insiste em que havia a ideia da ressurreição do Tratado ABC com uma nova arquitetura e uma nova fachada. Nunca partiu da Argentina qualquer proposta ao Brasil nesse sentido, e nunca se considerou no Brasil essa possibilidade. No seu depoimento o Sr. João Neves faz um

louvor, como perfeito diplomata, do Sr. Ciro de Freitas Vale. Mas é notório – e o Embaixador Ciro de Freitas Vale o proclama – o seu ferrenho antiperonismo. Pergunto eu: se o Chile é o terceiro ângulo no triângulo ABC, por que o Presidente Vargas nomeou, manteve e ainda conserva no Chile esse campeão do antiperonismo?

– Pelo que se lê nas declarações do Sr. João Neves, o Embaixador Lusardo é o pivô de todas essas exuberâncias de imaginação. O ex-chanceler também dá a entender a existência de uma conexão entre a sua saída do ministério e a pressão peronista.

– O Sr. João Neves deixou o ministério – e ninguém mais do que eu lastima o seu afastamento – em virtude de uma reforma que o Presidente Vargas preconizou desde sua ascensão ao poder, tanto que definiu como de experiência o seu primeiro gabinete. Os ataques que o ex-chanceler recebeu da imprensa comunista não foram maiores nem mais constantes do que os feitos diariamente pela mesma imprensa ao Presidente Vargas.

– Quanto ao Embaixador Lusardo, foi nosso representante na Argentina exatamente nas duas vezes em que o Sr. João Neves foi ministro do Exterior, no governo Dutra e no governo atual. Se o afastamento do Sr. João Neves do governo tivesse o sentido de remover uma pedra nas relações secretas entre o Brasil e a Argentina e se o Embaixador Lusardo era o artífice desses entendimentos, como se explica que um dos primeiros atos do novo titular do Exterior fosse precisamente retirar o Embaixador Lusardo?

A resposta de Lourival Fontes termina com um desafio a João Neves, que naturalmente se faz de desentendido:

– O Ministro João Neves apresenta o Presidente Perón na atitude de credor, forçando a cobrança de dívidas logo após a ascensão ao poder do Presidente Getúlio Vargas. O Ministro João Neves era o presidente do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas e ninguém melhor do que ele poderá testemunhar que nunca obtivemos recursos e nunca recebemos influências de qualquer grupo ou país estrangeiro.

– Não me encontro com o Presidente Vargas desde a publicação do depoimento. Não vou avistá-lo senão depois de publicada esta entrevista. É a pri-

meira vez que trato de um assunto de governo sem sua audiência prévia. Mas o faço por um dever de justiça e, reptando o Sr. João Neves, para servir de testemunha. Era nesse papel que desejaria ver colocado o meu caro amigo João Neves da Fontoura, saindo a campo para defender o governo a quem serviu tão dedicadamente e dizendo de público que na sua política externa o Brasil nada tem do que se envergonhar e tudo do que se orgulhar.²³⁹

Diante da resposta de Lourival Fontes, João Neves fez silêncio. Por um momento apenas, porque em seguida, sem outras considerações, considerou o assunto superado. É o que lemos na coluna de Doutel de Andrade, em *O Jornal* e todos os jornais dos "Associados", em 15 de maio, dez dias depois:

– Foi adiado o comparecimento do Sr. Vicente Rao à Câmara, a fim de prestar informações sobre o propalado pacto Vargas-Perón, visando à ressurreição do eixo ABC. Na verdade, não se justifica mais o comparecimento do Ministro das Relações Exteriores, pois o assunto foi há muito superado. O próprio Sr. João Neves, que o provocou, já se pronunciou pelos jornais, dizendo que, de sua parte, considerava o caso morto. Nada ficou provado, pelo fato de que nada existe àquele respeito.

João Neves apresentara sua denúncia e, desmentido, fez-se de desentendido, considerando o caso encerrado, como se nada tivesse a ver com ele.

²³⁹ Glauco Carneiro, Lusardo, o último caudilho, pp. 407 a 409.

CAPÍTULO 36

ABRIL, 1954

ELETROBRÁS; E SALÁRIO MÍNIMO E OUTROS DIREITOS AO TRABALHADOR RURAL

OS PROJETOS DE ABRIL

ELE PARECIA TER PRESSA QUANDO MANDOU AO CONGRESSO,
QUASE AO MESMO TEMPO, EM ABRIL, DOIS PROJETOS QUE PREJUDICAVAM
DOIS GRANDES INTERESSES, INTERNOS E EXTERNOS.

Só em meados de maio o caso Perón estaria encerrado, com a dispensa do depoimento do Chanceler Rao na Câmara e com o pronunciamento de João Neves, considerando morta a questão.

Ainda assim, Getúlio poderia ser acusado de imprudência em suas próximas iniciativas. Ele, porém, combinava como poucos as qualidades da prudência e da coragem. Daí talvez devamos supor que percebia estar-se estreitando cada vez mais o tempo que restava para fazer o que lhe cabia.

Decorridos três anos e dois meses de seu mandato, ele, quem sabe, talvez já não contasse com o restante, um ano e nove meses de exercício da Presidência. Era o que lhe sobrava, constitucionalmente, o prazo remanescente dos cinco anos de sua investidura, caso tivesse tempo de chegar ao termo constitucional do governo. Mas chegaria Presidente até lá?

Ele parecia ter pressa quando mandou ao Congresso, quase ao mesmo tempo, em abril, dois projetos que prejudicavam dois grandes interesses, internos e externos.

O primeiro projeto assegurava estabilidade, salário mínimo e outros direitos ao trabalhador rural. O segundo era o da Eletrobrás.

Já nos primeiros dias do governo provisório da Revolução de 1930, Getúlio criara o Ministério do Trabalho e adotara as primeiras leis de proteção ao trabalho. Ele pretendia que elas beneficiassem igualmente os trabalhadores

urbanos e os rurais.

Foram tão grandes, porém, as reações, que ele teve de optar – como diria depois seu futuro Ministro da Justiça Tancredo Neves – por uma aliança com a burguesia rural para reformar as relações sociais nas cidades. A regulamentação do trabalho rural ficaria para depois, mas Getúlio teria retaguarda para garantir a observância das leis de proteção ao trabalho urbano, num país cuja industrialização se acelerava.

Ainda em seu primeiro governo, porém, Getúlio adotara uma primeira medida – de significado verdadeiramente revolucionário – para a reforma das relações sociais no campo. Foi o Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941, elaborado a pedido de Getúlio pelo então presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Barbosa Lima Sobrinho, que em 1997 chegaria aos cem anos de idade como um dos maiores nomes do pensamento nacionalista no Brasil.

Getúlio recomendara expressamente que o Estatuto conferisse aos trabalhadores da agroindústria canavieira não só os direitos trabalhistas, entre os quais a sindicalização, mas também garantias à posse da terra por eles cultivada – o que seria uma experiência pioneira de reforma agrária.

Em 1944, Getúlio tentara mais um passo à frente, assinando um decreto-lei que admitia o reconhecimento de sindicatos rurais. As reações, de novo, foram grandes e coincidiam com a guerra, que afetava profundamente a economia brasileira e tinha necessariamente prioridade sobre outras demandas.

Na campanha presidencial de 1950, Getúlio prometera a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e, embora evitando essa expressão demonizada, uma verdadeira reforma agrária, que assegurasse, sem prejuízo dos que já eram titulares do direito de propriedade, o direito à propriedade aos milhões que não o tinham.

No governo, a partir de 1951, Getúlio criara a Comissão Nacional de Política Agrária, propusera a regulamentação da desapropriação por interesse social, para viabilizar pelo menos um início de reforma agrária, e estimulava a criação de sindicatos rurais.

Em fevereiro de 1954, na época do Memorial dos Coronéis e pouco antes de sua demissão do Ministério do Trabalho, Jango fora acusado por dois de-

putados de São Paulo, Herbert Levy, da UDN, e Carvalho Sobrinho, do PSP, de estimular a formação de sindicatos rurais para levar o comunismo ao campo. E a Confederação Rural Brasileira, reduto dos grandes proprietários, mandara um relatório nos mesmos termos ao Conselho Nacional de Segurança.

Nesse projeto, agora, de abril de 1954, Getúlio propunha garantias de estabilidade ao trabalhador rural, limitação da jornada de trabalho, proteção à mulher e ao menor e filiação do trabalhador ao IAPI, Instituto de Aposentaria e Pensões dos Industriários.

Além do projeto da extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, Getúlio, em abril de 1954, mandou ao Congresso o projeto da Eletrobrás, que anunciara em dezembro, em Curitiba.

O projeto da Eletrobrás era, na verdade, um conjunto de quatro projetos. O primeiro criava o imposto único sobre energia elétrica e foi rapidamente discutido na Câmara e no Senado. A esse projeto não havia oposição: isolado dos outros, ele criava recursos abundantes para o governo federal e para os Estados – e da mesma forma poderia servir a grandes contratos com a famosa e faminta iniciativa privada, nacional e estrangeira. Aprovado no início de agosto, por questão de dias Getúlio deixou de sancioná-lo. Foi sancionado a 31 de agosto pelo novo Presidente, Café Filho, uma semana depois da morte de Getúlio.

O segundo projeto estabeleceria o rateio das receitas desse imposto único. O terceiro instituiria o Plano Nacional de Eletrificação – e acabou abandonado. O quarto e último é que propunha a criação da Eletrobrás – e só seria votado em 1961. Sancionado pelo Presidente Jânio Quadros, esse projeto permitiria a instalação da Eletrobrás pelo Presidente João Goulart, nos últimos dias do governo parlamentarista do Primeiro-Ministro Tancredo Neves, e promoveria a disseminação de uma lenda, segundo a qual nenhum Presidente envolvido com ele terminou o mandato: Getúlio, o iniciador, suicidou-se em agosto de 1954; Jânio Quadros, que o sancionou, renunciaria em agosto de 1961, ao fim de sete meses de governo; João Goulart, que instalou a Eletrobrás, foi derrubado pelo golpe de abril de 1964. Isso para não falar em Tancredo Neves, que seria eleito Presidente da República em janeiro de 1985 e morreria em abril desse mesmo ano, sem ter tomado posse da Presidência.

CAPÍTULO 37

MAIO, 1954

PARLAMENTARES DA OPOSIÇÃO PROPÕEM ATÉ A INDEXAÇÃO DOS SALÁRIOS **GETÚLIO AUMENTA EM 100% O SALÁRIO MÍNIMO**

“UM DOS ASPECTOS MAIS MARCANTES DO MEU ATUAL GOVERNO [É] SEU CUIDADO EM BENEFICIAR O TRABALHADOR RURAL E CONCEDER-LHE AS GARANTIAS QUE A LEGISLAÇÃO SOCIAL JÁ ASSEGURA AO OPERÁRIO URBANO”. ENTRE ESSES DIREITOS FIGURAVA, NATURALMENTE, O SALÁRIO MÍNIMO.

O 1º. de maio de 1954 foi comemorado antecipadamente na Câmara, na sessão de 30 de abril, sexta-feira, especialmente pela oposição, que encaminhou à Mesa uma série de projetos.

Um desses projetos, do deputado Aliomar Baleeiro, da UDN da Bahia, justificado da tribuna pelo autor, estabelecia que a remuneração de qualquer empregado ou trabalhador, inclusive agrícola, desde que não excedesse os 5 mil cruzeiros mensais, seria acrescida de percentagens calculadas sobre o salário mínimo em vigor na região onde o trabalhador exercesse a atividade profissional.

Esse projeto, a rigor, estabelecia a indexação de salários até 5 mil cruzeiros – quatro vezes o maior mínimo então em vigor (de 1.200 cruzeiros). Aliomar Baleeiro era uma das grandes vozes da UDN na Câmara, a mesma UDN que faria de sua oposição ao aumento do salário mínimo uma das bandeiras do golpe contra Getúlio. Baleeiro, como professor, defendia teses progressistas, como a redistribuição de renda por meio do imposto de herança. Mas era, na Câmara, tão intolerante como todos os outros integrantes da chamada banda de música, o grupo mais estridente de oposicionistas. Carlos Lacerda, a propósito do salário mínimo, chegou a escrever que, na opinião de Getúlio, os trabalhadores só pensavam em dinheiro. Baleeiro, na Constituinte de 1946,

votara a favor do reconhecimento do direito de greve.

No mesmo dia, o deputado Bilac Pinto apresentou projeto revogando o Decreto-Lei 9.070, do Presidente Dutra, que, a pretexto de regulamentar, praticamente proibia a greve. (Enquanto isso, Getúlio era combatido porque não aplicava esse Decreto-Lei 9.070 e não reprimia as greves).

O deputado Maurício Joppert, também da UDN, apresentou projeto ajustando aos novos níveis de salário mínimo que fossem decretados pelo governo os vencimentos dos funcionários da União. Era, de novo, a indexação, que tanto seria combatida, depois, pela própria UDN e seus sucessores.

Na noite de 1º de maio, Dia do Trabalho, Getúlio anunciou pelo rádio, no programa "Voz do Brasil", transmitido para todo o país, a assinatura do decreto que aumentava o salário mínimo. O aumento fora antecipado pelo próprio Presidente, em sua mensagem de Ano Novo, a 31 de dezembro de 1953. O índice do aumento, 100%, fora o proposto por João Goulart ao deixar o Ministério do Trabalho em fevereiro.

No mesmo dia, o Diário Oficial publicava o novo regulamento dos Institutos de Previdência. Esse regulamento resultava dos debates e recomendações do Congresso da Previdência, planejado desde a gestão de Jango no Ministério do Trabalho e realizado pouco depois por Hugo de Faria, com a participação de dirigentes sindicais de todo o país, que representavam milhões de trabalhadores, segurados obrigatórios dos institutos de previdência social.

O Regulamento atendia às reivindicações do movimento sindical e permitia a participação de trabalhadores na administração dos institutos ligados à sua categoria profissional.

Na prática, sobretudo depois da nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, Getúlio já vinha nomeando representantes dos sindicatos para cargos de direção na Previdência Social.

Anos depois, por força de lei, os institutos passaram a ser dirigidos por executivos colegiados, compostos de um representante dos trabalhadores, um representante dos empregadores e um representante do governo, sob a presidência deste último. A lei assim o estabeleceu porque a Previdência Social era custeada em partes iguais pela contribuição dos trabalhadores, pela contribui-

ção dos empregadores e pela contribuição do governo federal.

A contribuição do governo era mais teórica do que outra coisa. O governo podia deixar de recolher sua contribuição sem qualquer consequência. A contribuição dos empregadores podia ser atrasada e sonogada por muitos deles, igualmente sem consequências. Já a contribuição dos trabalhadores era descontada automaticamente dos salários, embora nem sempre fosse recolhida pelos descontentes, os empregadores.

Depois do golpe de 1964, esse modelo de administração colegiada foi extinto, sob o pretexto de que facilitava a corrupção e a demagogia (dos sindicatos).

À noite, na solenidade em que assinaria o decreto do novo salário mínimo, Getúlio falou ao vivo pela “Hora do Brasil” (hoje, “A Voz do Brasil”) e deu ênfase ao que chamou, referindo-se a seu recente projeto, “um dos aspectos mais marcantes do meu atual Governo, seu cuidado em beneficiar o trabalhador rural e conceder-lhe as garantias que a legislação social já assegura ao operário urbano”. Entre esses direitos figurava, naturalmente, o salário mínimo.

No mesmo discurso, Getúlio presta homenagem a Jango, sacrificado em fevereiro, por atos e ideias que eram dele próprio mas também de Getúlio, e pede o apoio da classe operária ao seu governo, afirmando que se, naquela hora, os operários estavam com o governo, no futuro “seriam o governo”.

– Hoje – disse Getúlio – estais com o governo. Amanhã sereis o governo.

É claro que antes de assinar o aumento de 100% no salário mínimo, Getúlio ouviu outras opiniões, além da de João Goulart. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, foi contra esse índice, que, na opinião de seus principais auxiliares, especialmente Marcos de Souza Dantas, presidente do Banco do Brasil, poderia inviabilizar o plano de estabilização econômica iniciado pela Instrução 70, em outubro de 1953.

A objeção de Aranha dizia respeito apenas ao aumento dos gastos do governo com a majoração dos salários dos marítimos e dos funcionários das autarquias e empresas mistas (as estatais).

Em sua mensagem aos trabalhadores, em defesa da proposta de aumento de 100%, Jango declarou, a 1º. de maio, horas antes da assinatura do decreto de Getúlio:

– Forçoso é reconhecer que vós... atravessais momentos de grandes dificuldades... Enquanto isso... enquanto os lucros vão-se multiplicando em proporções que chegam a índices superiores a 500% sobre o capital aplicado; enquanto apenas 22 empresas estrangeiras absorvem cerca de uma quarta parte dos lucros totais de todas as sociedades anônimas, milhares e milhares de famílias sofrem privações de toda sorte. Daí a necessidade de melhor distribuição de riquezas... E daí também por que não me canso de conclamar os trabalhadores à união, juntamente com os industriais, comerciantes e agricultores progressistas, que aspiram, com o desenvolvimento de suas empresas, o desenvolvimento do Brasil.

Se nos perguntarmos hoje por que Getúlio preferiu a proposta de seu jovem ex-Ministro João Goulart às objeções do velho, leal e experiente amigo Oswaldo Aranha, teremos de excluir a resposta intolerante de uma oposição cada vez mais reacionária, segundo a qual Getúlio cedera à tentação da demagogia. Isso, é sabido, ele nunca fez.

O que mais uma vez terá determinado a decisão de Getúlio, aparentemente imprudente, pode ter sido a percepção e já a certeza de que seu tempo se reduzia, inexoravelmente. Era preciso, portanto, agir rápido.

Se o tempo encolhia, era porque o processo de desestabilização avançava, também inexoravelmente, embora essa palavra, “desestabilização”, só viesse a ter curso corrente vinte anos depois, quando interesses muito parecidos, alguns talvez os mesmos, recorreram a ela para descrever o que queriam que se fizesse no Chile contra o Presidente Salvador Allende. E era a mesma coisa.

NOVO PEDIDO DE “IMPEACHMENT”

O decreto do salário mínimo ainda não tinha saído no Diário Oficial quando, no dia 3 de maio, teve início a nova tentativa de impeachment do Presidente.

Doutel de Andrade, então um dos mais lidos colunistas do país, depois deputado e líder do PTB, deu a notícia em sua coluna:

– A crônica política recebeu ontem à noite, em caríssimo papel de seda

rosa, declarações datilografadas do Sr. Heitor Beltrão, anunciando com ares misteriosos um pedido de impeachment do Sr. Getúlio Vargas, a ser apresentado ainda hoje... O deputado da UDN anuncia que o autor da iniciativa não é um político da velha guarda, mas um elemento novo, cujo nome, no entanto, não declina. Convém recordar que o Sr. Heitor Beltrão já tentou na Câmara o impeachment contra o Presidente e sua pretensão foi repelida, no entanto, pelos elementos responsáveis que ali existem, inclusive da própria UDN. Causa espécie, portanto, que o representante carioca... apareça agora em atitude folhetinesca, a fazer joguinhos eleitorais dessa natureza...

O autor do pedido de impeachment era o mesmo líder estudantil Wilson Leite Passos, ligado à UDN e organizador de comitês pró-Brigadeiro Eduardo Gomes, na campanha presidencial de 1950, que apresentara em 1952 pedido idêntico rejeitado pela Câmara.

A denúncia apresentada ao Congresso baseava-se em dois pontos. O primeiro referia-se a um suposto acordo entre Getúlio e Perón para a formação de um bloco Argentina-Brasil-Chile. O segundo retomava o pedido anterior de impeachment e acusava Getúlio de violação da lei orçamentária por ter autorizado despesas extraordinárias da Comissão Central de Preços.

Essa segunda acusação já tinha sido recusada pela Câmara, ao rejeitar o pedido anterior de impeachment. A primeira acusação referia-se a fato inexistente, sobre o qual até o sempre loquaz João Neves da Fontoura resolvera calar.

A oposição, porém, apresenta seu novo pedido de impeachment no momento em que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara opinava contra a concessão de licença para a Justiça processar, no caso da Última Hora, os deputados Lutero Vargas e Euvaldo Lodi.

Coincidência ou não, caem as exportações brasileiras de café para os Estados Unidos.

A previsão é de uma queda de 5% no consumo, embora se esperasse que poderia chegar a 12%. Em março de 1954, os Estados Unidos importam apenas 84 milhões de libras-peso de café brasileiro, contra 118 mil libras-peso em março de 1953.

UMA TORRENTE DE BOAS NOTÍCIAS

Com tantos golpes e adversidades, há uma torrente de boas notícias econômicas para o Brasil:

– Tanto a General Motors como a Ford [as duas maiores empresas da indústria automobilística nos Estados Unidos] – segundo um colunista que se assina apenas “um observador” – estão planejando fabricar caminhões no Brasil, dentro do menor prazo possível. A Ford acaba de completar o seu equipamento industrial para fabricar cabines de caminhão... Recentemente o General Macedo Soares (Presidente da Acesita – Aços Especiais de Itabira) foi visitado por técnicos da Ford, a fim de um entendimento para fornecimento de aço para essa indústria. Macedo Soares acaba de visitar demoradamente a fábrica da Ford inaugurada em abril de 1953... A Ford, já em 1958, terá um caminhão 100% fabricado no Brasil.

Outro comentarista, de São Paulo, que também não assina suas opiniões, escreve:

– Será realidade em cinco anos o caminhão de fabricação brasileira. Há dez anos era assunto do dia discutir a conveniência ou não de instalar uma indústria pesada em país tropical como o Brasil... Hoje não mais se discute academicamente a localização ideal para Volta Redonda, mas sim a sua capacidade de triplicar a produção em relação a 1953 e de ver surgir outras siderúrgicas... Mas ferro e aço é só o começo. É com eles que se constroem os navios, lustres, máquinas, trilhos, locomotivas e caminhões que simbolizam o progresso. Nunca em sua história econômica o país esteve tão cheio de novos planos e iniciativas... Não existe setor mais simbólico... do que o dos veículos a motor. Governo, empresas particulares e produtores do exterior estão empenhados numa verdadeira corrida para fabricar o caminhão e o carro brasileiros. A vinda da Volkswagen anuncia-se, desmente-se, para se reafirmar em seguida; a General Motors resolve o assunto por sua conta e a Ford declara não ficar atrás. Berliot, Mercedes e Fiat estudam os detalhes de sua instalação definitiva no país...

O próprio governo publica um anúncio que sem dúvida tem a ver com uma

viagem até esse momento inexplicada do Presidente do Banco do Brasil, Marcos de Souza Dantas, aos Estados Unidos. Viagem atribuída à sua suposta demissão, em protesto contra o novo salário mínimo. Diz o anúncio, publicado na primeira página dos maiores jornais:

– Em 16 meses: liquidamos atrasados comerciais no valor de 7,5 bilhões de cruzeiros. A independência econômica do País é o grande objetivo de nosso governo. A tal extremo havia chegado a falta de austeridade em gastos de importação após o término da última guerra que, já em fins de 1952, o Brasil devia quase 12 bilhões de cruzeiros. Verdadeiras fortunas consumidas em artigos de luxo, mercadorias supérfluas e de ostentação constituíram-se em obstáculo para a importação de máquinas agrícolas, tratores, produtos químicos, ferramentas e demais elementos indispensáveis à nossa própria vida. Enfrentando uma situação viciosa, que se estendera a quase todos as camadas de poder aquisitivo, o governo de Getúlio Vargas, com coragem energia e patriotismo, fez arrefecer ao máximo esses gastos – reduzindo a mesma dívida, já em fins de 1953, para 3,8 bilhões de cruzeiros.

– Em milhões de cruzeiros: 1952, exportações, 26 milhões de dólares; importações, 31 milhões; déficit, 11 milhões de dólares. 1953, exportações, 32 milhões de dólares; importações, 25 milhões; saldo, 6,8 milhões de dólares.

O que esse anúncio pretende mostrar é que com a Instrução 70, de outubro de 1953, o governo brasileiro inverteu a situação cambial: de um déficit de 11,1 milhões em 1952, passara a um superávit de 6,8 milhões em 1953.

Outro anúncio é da Companhia Vale do Rio Doce, criada por Getúlio na época da Segunda Guerra Mundial, para explorar as jazidas de minério de ferro antes concedidas à Itabira Iron e ao grupo Farquhar, e depois recuperadas pelo governo brasileiro com o apoio do Presidente Franklin Roosevelt. E diz:

– Nos últimos quatro anos quintuplicava a exportação de minério do Vale do Rio Doce. A independência econômica do país é o grande objetivo do nosso governo. Colaborar nesse esforço é dever de todo brasileiro.

– 1950 – 103,6 milhões de cruzeiros

– 1954 – 514,3 milhões de cruzeiros

– Fonte inestimável de riqueza, a Vale do Rio Doce teve em apenas 48 meses o valor de suas exportações aumentado cinco vezes. Esse magnífico resultado, a par de muitos outros alcançados nos diversos setores da atividade federal, bem acusa o enérgico empenho do Governo Getúlio Vargas de lutar firme e incansavelmente pela independência econômica de nossa Terra. A ordem é esta: tudo pela independência econômica do Brasil!

Quase simultaneamente a tais anúncios, esta notícia:

– Mais duas siderúrgicas. Nova York 6 (United Press) – O Brasil teria, em prazo relativamente breve, duas novas siderúrgicas, com a capacidade combinada de 1,3 milhão de toneladas/ano, que seriam, na maior parte, exportadas para países da América Latina, segundo informa a publicação American Metal Market. O Escritório Comercial do Brasil em Nova York informa que o General Iberê de Matos, destacado perito brasileiro, discutiu os planos para uma usina de 900 mil toneladas em Vitória. Outra usina, com a capacidade de 450 mil toneladas, seria instalada em Santa Catarina. A produção siderúrgica brasileira este ano deve ser de 1,4 milhão de toneladas, principalmente de Volta Redonda. Caso se materializem os planos em preparação, o Brasil poderia produzir um total de 2,5 milhões de toneladas em 1956 e alcançar 6 milhões de toneladas em 1960. As duas novas usinas seriam de uma empresa mista.

ARANHA E SOUZA DANTAS FICAM NO GOVERNO

Ao lado dessas boas notícias, os jornais insistiam em que Oswaldo Aranha, discordando do aumento de 100% do salário mínimo, estava demissionário, acompanhado pelo presidente do Banco do Brasil, Marcos de Souza Dantas.

Aranha, de fato, fizera objeções ao aumento de 100% do salário mínimo, objeções bem exploradas pela imprensa oposicionista. Souza Dantas, além disso, viajara – inesperadamente, dizia-se – para os Estados Unidos.

Na longa história de sua convivência com Getúlio, muitas vezes Aranha pedira demissão dos cargos que exercia. Na maioria das vezes, Getúlio, que tinha nele seu mais antigo e, entre os antigos, o mais confiável amigo, conseguira demovê-lo da demissão. Pode ter sido isso o que aconteceu nesse mo-

mento. Os jornais só falavam na demissão de Aranha, que seria o fim do governo, porque Getúlio não teria alternativa senão uma radicalização destrutiva e suicida. Aranha, porém, ficou – e, com ele, o presidente do Banco do Brasil.

– Após o seu regresso ontem, de Petrópolis, onde fora despachar com o Presidente da República – registra o noticiário – o Sr. Oswaldo Aranha voltou, às 18 horas, a seu gabinete... Pelas informações ali obtidas, de pessoas que entravam e saíam, não têm fundamento as notícias sobre a saída do Sr. Oswaldo Aranha, em consequência do novo salário mínimo. Isso, aliás, nos foi depois comunicado pelo próprio ministro, dada a nossa insistência. Do mesmo modo, o Sr. Marcos de Souza Dantas não encaminhou nenhum pedido de demissão, assim como sua viagem aos Estados Unidos já estava programada há muito.

Se Souza Dantas não se demitira da presidência do Banco do Brasil, especulava-se sobre o que fora fazer nos Estados Unidos:

– Faltam explicações oficiais sobre o assunto – escreve O Jornal. – Acreditam, porém, os círculos econômicos... que a prolongação do prazo de resgate do empréstimo de 300 milhões de dólares do Eximbank será o principal assunto. Em Nova York circula uma versão mais audaciosa... Fala-se abertamente na possibilidade não somente da concordância para o resgate em três ou quatro anos, mas da concessão de novas facilidades de crédito, das quais... também os bancos particulares de Nova York participariam.

– Por que essa súbita generosidade? A resposta é clara. Em troca desses financiamentos, o Brasil, além de abandonar a taxa múltipla e, eventualmente, o controle cambial, deixará de filtrar as importações segundo um critério mais ou menos severo, que coloca os “não essenciais” em posição desvantajosa.

– Em consequência dessa política “discriminatória”... os Estados Unidos foram perdendo gradativamente sua influência no mercado brasileiro. Entre os que se beneficiaram desse recuo estão, em primeiro lugar, a indústria brasileira, que diversificou de maneira surpreendente as suas atividades nos últimos quatro anos; e, em segundo lugar, os fornecedores europeus...

– Os Estados Unidos exportaram no ano passado para o Brasil mercadorias no valor de 7 bilhões de cruzeiros, contra 15,5 bilhões em 1952. Muitos artigos de consumo, como geladeiras e máquinas domésticas, já são produzi-

dos pela indústria local; quanto ao trigo (norte-americano), não encontra mercado no Brasil devido aos entendimentos diretos entre o Brasil e a Argentina, sobre a compra de 1 milhão de toneladas do cereal...

– Se o governo brasileiro aceitar, e a indústria brasileira não opuser seu veto a essa súbita liberalização, teremos consideravelmente retardada e dificultada a expansão manufatureira nos próximos anos, o que forçará o adiamento dos planos de instalação de fábricas de automóveis no país.

Essa análise é publicada em *O Jornal*, o principal dos “Diários Associados” de Assis Chateaubriand – e contrasta com o ponto de vista pessoal de Chateaubriand. Isso, hoje, seria inconcebível, mas estávamos ainda longe dos dias do pensamento único. O fato é que essa análise correspondia muito mais ao pensamento e à ação de Getúlio Vargas que ao pensamento e aos interesses de Chateaubriand.

Muitas realidades de 1954 eram completamente diferentes daquilo que hoje constitui a ortodoxia econômica. O governo, por exemplo, recorria frequentemente ao tabelamento de preços – que se tornara inevitável durante a guerra, inclusive nos Estados Unidos, e que ninguém estranhava.

“Tabela também para automóveis e geladeiras” – preveem os jornais:

– Dentro de breves dias, segundo informações colhidas no Palácio Rio Negro [a pequena, austera e nada palaciana residência de verão dos Presidentes da República em Petrópolis], a Cofap (Comissão Federal de Abastecimento e Preços) intervirá no comércio importador de geladeiras, automóveis etc., de vez que os comerciantes do ramo vêm aumentando consideravelmente o preço das mercadorias importadas. De acordo com os estudos realizados, certos comerciantes têm auferido lucros de mais de 300% nas vendas de mercadorias.

O BRASIL PAGA À VISTA

Em sua primeira declaração em Nova York, Souza Dantas diz que não viajou aos Estados Unidos para pedir prorrogação de prazo para o empréstimo de 300 milhões de dólares do Eximbank. Ele tem a mesma atitude de Oswaldo Aranha, que coincide com a de Getúlio.

– Não vim pedir coisa alguma... Não temos mais escassez de dólares no Brasil. Todas as nossas importações são pagas à vista. Não compramos mais do que vendemos.

As notícias podem parecer boas, mas não deixam de ser más. Não se perdoará a Getúlio o êxito de seu governo, até porque ele o aproveita para comprimir no tempo que supõe restar-lhe de governo – e, como veremos, de vida – tudo aquilo que ainda lhe cabe fazer, todos os compromissos assumidos explicitamente na campanha de 1950 e os outros que resultam do conjunto de sua vida anterior.

A oposição fixa perplexa com os avanços êxitos do governo.

– Com a crise que expurgou o Sr. João Goulart – escreve Murilo Marroquim em sua coluna – acreditou-se que Vargas seria obrigado a uma guinada de 90 graus... Admitiu-se que o Presidente fora dominado pelas forças centro liberais... Pois bem, mal cessavam os ecos daquela crise e... Vargas surpreende o país com os níveis de salário mínimo de seu ex-Ministro. E pronuncia, com o discurso de 1º de maio... uma nova profissão de fé trabalhista, acenando aos trabalhadores com a conquista do poder. É claro que essa conquista teria de ser obtida nas eleições de outubro próximo, como preparativo para o pleito presidencial de 1955.

Em outubro, seriam eleitos a nova Câmara dos Deputados, dois terços do Senado e governadores de alguns dos Estados mais importantes, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia.

No dia seguinte, Marroquim registra um novo impulso dos grupos conservadores:

– Aberta a luta: livre iniciativa versus intervencionismo. Confirmada a tese do Vice-Presidente da República. As classes conservadoras paulistas contra Vargas. A reação dos círculos centristas do país demonstra... que Vargas retomou sua posição de liderança política, colocando-se francamente com os trabalhadores para as eleições em perspectiva. Até o momento, nada autoriza a imaginar que o processo normal da vida pública seja afetado... Aqui, a tese exposta há alguns meses pelo Vice-Presidente readquire sua oportunidade. O Sr. Café Filho observou que a sucessão presidencial se caracterizaria pela

resistência do grupo empresarial da livre empresa contra o intervencionismo estatal em ascensão... As classes conservadoras procurariam interferir abertamente no pleito, a fim de vencer as forças intervencionistas, que se robusteceram com o populismo disseminado em todo o país .

A reação ostensiva dos grupos conservadores começa por um manifesto da Associação Comercial de São Paulo, Federação do Comércio de São Paulo, Bolsa de Mercadorias, Federação das Empresas de Transporte Rodoviário, Federação das Indústrias, Centro das Indústrias, Sociedade Rural Brasileira e Bolsa de Cereais de São Paulo. Diz o manifesto:

– As medidas de caráter econômico e social decretadas pelo Sr. Presidente da República a 1º. de maio, bem como o discurso que então pronunciou, intranquilizaram as classes produtoras de São Paulo e, por certo, do Brasil... Profundamente apreensivas, as classes produtoras observam a presente atuação do governo, contrária aos ideais de ordem, segurança e expansão econômica, respeito à tradição e princípios éticos que constituem aspirações do povo brasileiro.

– Os conceitos expendidos pelo Sr. Presidente da República envolvem um desrespeito a ponderáveis forças nacionais como se procurasse gerar condições propícias a uma transformação do regime.

– Se o governo optou pela solução que lhe indicou o interesse eleitoral – conclui o manifesto do empresariado paulista – cabe-lhe assumir sua responsabilidade, ao invés de pretender culpar as classes produtoras pelo agravamento da situação econômica do país, como tantas vezes fez no passado.

CAPÍTULO 38

MAIO, 1954

“VEJO CONFIRMADAS COM PORMENORES INFORMAÇÕES QUE
TENHO RECEBIDO DE OUTRAS FONTES”

SINAIS DE CONSPIRAÇÃO MILITAR

COINCIDÊNCIA OU NÃO, TEVE INÍCIO NESSE MOMENTO UMA NOVA CAMPANHA NOS ESTADOS UNIDOS CONTRA O CAFÉ BRASILEIRO. O GOVERNO BRASILEIRO JÁ FOI CIENTIFICADO OFICIALMENTE DE NOVA CAMPANHA QUE SE INICIA NOS ESTADOS UNIDOS CONTRA O CONSUMO DE CAFÉ, TENDO COMO JUSTIFICATIVA OS PREÇOS ALCANÇADOS POR ESSE PRODUTO NOS ÚLTIMOS TEMPOS. A CAMPANHA É LIDERADA PELO GOVERNADOR DE NOVA YORK, THOMAS DEWEY.

Essa foi a reação ostensiva, mas havia também sinais de conspiração – dos quais Getúlio foi avisado por seu secretário particular no primeiro governo, Luís Vergara, como este contará em suas memórias:

– Nos primeiros dias de maio [no Rio, em trânsito de Montevideu para a Itália], fui procurado por um oficial aviador, meu amigo, que me pôs ao corrente de um complô no Galeão e que me autorizou a transmitir tudo ao Presidente, prontificando-se a ir à sua presença. (Já se conheciam movimentos preparatórios de conspiração, que não cessavam desde o memorial dos coronéis). Considerei tão graves as revelações que imediatamente me dirigi ao Catete.

Vergara levou um relatório escrito, que acabou lendo para o Presidente, e em suas memórias descreveu a reação de Getúlio:

– O seu olhar parecia estender-se sobre a mesa, em busca de um ponto de apoio. De repente inclinou-se sobre o espaldar da cadeira: “Fizeste bem em trazer isso ao meu conhecimento. Vejo confirmadas com pormenores informações que tenho recebido de outras fontes”.²⁴⁰

²⁴⁰ Luís Vergara, Fui secretário de Getúlio Vargas, pp. 246 e 247.

No clima político que a oposição criava, tudo de ruim que acontecia era lançado à responsabilidade do governo. Na madrugada de 11 de maio, um repórter de polícia do jornal *A Noite*, Nestor Moreira, foi brutalmente espancado numa delegacia de polícia em Copacabana. Não era um caso político, até porque o jornal *A Noite* pertencia ao próprio governo:

– Era um simples caso de polícia – diria o deputado Augusto do Amaral Peixoto, vice-líder do Governo na Câmara. – Esse homem apresentou-se à polícia, dizem que em estado de embriaguez, levado por um motorista de táxi. Ele tinha feito uma grande despesa numa boate e se recusara a pagar. Essa foi a origem. Na polícia, ele foi maltratado a ponto de vir a morrer. Então, tinha-se que abrir um inquérito forte e botar na cadeia os assassinos...

– Isso, várias vezes, eu falei na Câmara: “O caso Nestor Moreira é um caso de polícia. Vamos ver quem são os autores, fazer um inquérito e botá-los na cadeia. Não se pode é transformar isso num problema nacional”. A prova de que isso só servia de bandeira a uma oposição é que, logo que surgiu o caso do atentado ao Sr. Carlos Lacerda, o caso Nestor Moreira foi completamente esquecido. Ninguém mais falou no caso Nestor Moreira.²⁴¹

Coincidência ou não, teve início nesse momento uma nova campanha nos Estados Unidos contra o café brasileiro. O governo brasileiro – informam as agências de notícias – já foi cientificado oficialmente de nova campanha que se inicia nos Estados Unidos contra o consumo de café, tendo como justificativa os preços alcançados por esse produto nos últimos tempos. A campanha é liderada pelo Governador de Nova York, Thomas Dewey. (Dewey era republicano e fora candidato à Presidência dos Estados Unidos, derrotado pelo Presidente Truman em 1948).

Ao mesmo tempo que havia boas notícias quanto ao desenvolvimento da economia brasileira, algumas circunstâncias (e vontades) conspiravam contra o plano de estabilização. Uma delas foi o colapso do mercado de café. Geadas no sul do Brasil provocaram altas no preço do café brasileiro e, em seguida,

²⁴¹ Augusto do Amaral Peixoto, depoimento ao programa de história oral do Cpdoc, Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, da Fundação Getúlio Vargas.

reações no mercado americano, que passou a abastecer-se em outros países produtores, onde havia superprodução. O resultado foi a queda nas exportações brasileiras de café, de janeiro a agosto de 1954, de 26% em comparação com período igual em 1953.

Nos Estados Unidos, políticos e empresários queixavam-se também da redução nas compras brasileiras nos Estados Unidos.

Nesse ambiente, o Presidente da Light, Major Kenneth Howard McCrimmon, embarcou para os Estados Unidos e o Canadá (a holding controladora da Light tinha sede em Toronto). Segundo os jornais, “vai de novo o diretor da Light entender-se com os seus companheiros do Canadá sobre a situação das suas empresas no Brasil e a ampliação dos seus serviços...”. Isso depois de tempestade levantada pelo projeto da Eletrobrás...

A verdade é que o pacote de projetos da Eletrobrás podia contrariar, a longo prazo e politicamente, os interesses do Grupo Light e do Grupo Bond Share no Brasil. A curto prazo, porém, interessava a esses grupos que o governo fizesse investimentos na geração de energia elétrica, que continuaria a ser distribuída por eles, com lucros assegurados pelos contratos de concessão em vigor. Depois da morte do Presidente Vargas, o Congresso aprovou, do pacote da Eletrobrás, o projeto do imposto único sobre energia elétrica e o do Fundo Federal de Eletrificação, enquanto o projeto de criação da Eletrobrás ficaria engavetado até 1961. Com isso, o dinheiro do Fundo e do imposto único foi utilizado para financiar as empresas então existentes, algumas estatais, como a Cemig, mineira, e outras privadas, especialmente as estrangeiras.

O presidente do Banco do Brasil, Marcos de Souza Dantas, continuava nos Estados Unidos e anunciou aos jornalistas ter explicado às autoridades do Eximbank, o banco de comércio exterior do governo norte-americano, a necessidade de maior redução das importações brasileiras dos Estados Unidos, pois o Brasil precisava cumprir o plano de amortização e liquidação do empréstimo de 300 milhões de dólares obtido em 1953.

– Souza Dantas – informavam as agências – declarou não ter pedido ao Eximbank modificação alguma nas condições de pagamento do empréstimo, pois o Brasil tem dólares disponíveis para as amortizações, que devem come-

çar a 1º. de setembro... Afirmou que compete ao Eximbank resolver se prefere o cumprimento das amortizações, de acordo com o estipulado, ou se prefere permitir que os exportadores norte-americanos tenham acesso a parte dos dólares disponíveis do Brasil para compra de mercadorias nos Estados Unidos.

O Brasil, acrescentou Souza Dantas, conseguiu regularizar finalmente os seus atrasados comerciais no exterior.

– Além de aplicar nesse fim os 300 milhões emprestados pelo Eximbank, podemos contar com o equivalente a mais 350 milhões de dólares em outras divisas, obtidas dos próprios recursos nos dez meses de julho de 53 a abril de 54. Não só resgatamos as dívidas com os exportadores estadunidenses como melhoramos as relações comerciais com outros países... graças ao aumento das exportações, em grande parte.

– As nossas perspectivas são, portanto, das mais animadoras... É promissora a posição do café. O seu preço médio de 70 dólares por saca, em julho de 53, eleva-se a mais de 100 dólares no momento, não por qualquer manobra de valorização, mas em consequência da geada.

No Brasil sabíamos que a alta dos preços internacionais do café devia-se à geada, que reduzira a produção e os estoques disponíveis. Nos Estados Unidos, porém, recrudescia a campanha contra o consumo de café brasileiro, campanha que tinha uma face de boa fé e ingenuidade, mas que era estimulada pelas forças já então empenhadas em liquidar o governo Vargas.

Souza Dantas, com a atitude afirmativa de insistir em que o Brasil só importaria o que já tivesse dinheiro para pagar, levou as autoridades norte-americanas a prorrogarem o prazo do último empréstimo, de 300 milhões de dólares, feito ao Brasil. Pelo novo plano de amortização, o Brasil passaria a pagar prestações mensais de 4,2 milhões de dólares, em vez da prestação de 13 milhões de dólares que vinha pagando. A prestação de 13 milhões impusera uma redução das divisas que de outra forma estariam disponíveis para compras nos Estados Unidos.

No Rio, Oswaldo Aranha endossa as declarações do presidente do Banco do Brasil e diz que o novo acordo firmado com o Eximbank resulta do reconhecimento, pelo governo de Washington, de que o Brasil está, do ponto de

vista econômico e financeiro, no caminho certo.

Nesse momento começa a receber assinaturas na Comissão de Finanças da Câmara o projeto que aprova a proposta de orçamento para 1955, encaminhada ao Congresso pelo governo. A proposta estima a receita em 51,58 bilhões de cruzeiros e a despesa em 51,57 bilhões, com um superávit de 9,8 milhões. É o maior aumento da receita orçamentária em toda a história das finanças nacionais.

O BRIGADEIRO PRECISA DO IMPEACHMENT PARA O GOLPE

No fim de maio, a Comissão Especial da Câmara criada para opinar sobre o pedido de impeachment do Presidente Vargas discute o parecer do relator, deputado Vieira Lins, pelo arquivamento do processo.

O parecer contesta a denúncia principal, de envolvimento do Presidente no caso do chamado Pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile), e diz que a acusação é “inteiramente gratuita e descabida, se não injuriosa ao Chefe do Governo”. As outras acusações, de irregularidades menores na execução do orçamento, são também descartadas.

– São estas as razões – diz afinal o relator – que me levam à conclusão de que a presente denúncia, de autoria de Wilson Leite Passos, não deve ser objeto de deliberação... mas arquivada imediatamente, independente de qualquer diligência ou expediente protelatório.

O parecer é aprovado por 12 votos a 4, e um dos votos pelo impeachment é o do deputado Roberto Morena, do Partido Comunista. (O partido estava na ilegalidade desde o governo Dutra, mas indicava e apoiava candidatos seus, inscritos por algum partido legal, inclusive o PTB, o partido do Presidente).

Mesmo aprovado por 12 votos a 4, o parecer da Comissão Especial devia ser submetido ao plenário da Câmara, onde o debate sobre o impeachment teve início a 2 de junho.

Boa parte da UDN achava que o pedido não tinha sentido, mas um dos maiores líderes do partido manteve-se intransigente – o Brigadeiro Eduardo Gomes. É o que diz o mais uma vez insuspeito biógrafo de Carlos Lacerda,

John W. Foster Dulles:

– Afonso Arinos voltou ao Brasil no dia 19 de maio e encontrou Eduardo Gomes inflexível na exigência de que o líder da UDN no Congresso [apoiasse a proposta de impeachment do Presidente]. Afonso Arinos disse ao Brigadeiro que o impeachment não era o caminho certo a seguir e que o projeto provavelmente seria recusado, beneficiando o Presidente. O Brigadeiro insistiu.²⁴²

Afonso Arinos conta como foi:

– Foi o Brigadeiro que me pediu, pessoalmente, que encaminhasse o requerimento. Eu disse a ele: “Brigadeiro, é completamente impossível. Esse recurso nunca deu resultado, mesmo quando era recomendável. Todas as tentativas feitas durante a República fracassaram. Não há justificativa alguma para o que o senhor está querendo que eu faça, é uma aventura. O senhor está me mandando chefiar uma aventura destinada ao fracasso”. Ele falava sempre por meias palavras – não por sutileza, mas por reserva militar – e me disse: “Mas, dr. Afonso, isso é preciso”. Insistiu, insistiu, e da última vez chegou a ir à minha casa em Petrópolis. Ficou pedindo, pedindo; e afinal me disse: “Isso é necessário para que se forme, no meio militar, a consciência de que não há solução legal”. Aí, descobri o jogo.²⁴³

O ex-Presidente Dutra manifestou-se contra o impeachment e endossou uma declaração, redigida pelo deputado Armando Falcão, que definia a posição dos dutristas:

– Para o bem da democracia... o Sr. Getúlio Vargas deve ser tolerado e sustentado no governo até o derradeiro instante do seu mandato constitucional.

O pedido de impeachment foi votado no plenário da Câmara na sessão de 16 de junho e rejeitado por 136 a 35 votos. Dos votos favoráveis ao impeachment, 21 foram dados pela UDN, um pelo PRT (de novo o deputado Roberto Morena, do Partido Comunista), dois pelo PR, um pelo PSP, dois pelo PL, cinco pelo PSD do Rio Grande do Sul, um pelo PTB (Frota Aguiar, relator da CPI da Última Hora) e dois por deputados que no momento estavam

²⁴² John W. Foster Dulles, Carlos Lacerda, *a Vida de um Lutador*, p. 168.

²⁴³ Afonso Arinos, *O intelectual e o político*, p. 150.

sem partido. Dos deputados da UDN, seis votaram contra o impeachment e 40 abstiveram-se de votar.

O Brigadeiro Eduardo Gomes fora explícito na conversa com Afonso Arinos. A votação e a rejeição do pedido de impeachment eram necessárias “para que se forme no meio militar a consciência de que não há solução legal”. A conspiração já estava articulada e ainda em junho ou já em julho o General Juarez Távora, Comandante da Escola Superior de Guerra (cargo de confiança do Presidente da República), foi procurado, em seu gabinete, “com pequeno intervalo”, por Afonso Arinos e pelo diretor de O Estado de S. Paulo, Júlio de Mesquita Filho.

– Ambos – escreve Juarez Távora em suas memórias – timbraram em pintar-me, com cores sombrias, a situação político-administrativa do Brasil, indagando-me, em seguida, se seria suportável, por mais tempo, a situação de descalabro geral a que o Presidente Vargas estava arrastando o país.

Eram convites abertos ao golpe de Estado – e assim o entendeu o próprio General Juarez, que registra ter respondido da mesma forma a ambas as consultas. Juarez respondeu que reconhecia o “agravamento progressivo da situação político-administrativa do país sob o governo do Presidente Vargas”, mas julgava que a melhor saída seria garantir-lhe o mandato, para que com o tempo o povo se desiludisse definitivamente do “carisma getuliano”. Depois disso, prosseguia Juarez, seria preciso “propiciar a constituição democrática de um novo governo, capaz de, livre das interferências emocionais desse carisma, reconduzir pacificamente o Brasil aos rumos de sua normalização político-administrativa”.

O ponto de vista de Juarez, nesse momento era ainda o da famosa fórmula Etelvino Lins – um acordo partidário para uma candidatura de “união nacional”, a do próprio Juarez. Por isso, convidado claramente a entrar na conspiração para um golpe de Estado, ele sustentou, “como oficial-general e comandante da ESG”:

– O melhor serviço que, em tal conjuntura, podiam prestar as Forças Armadas ao país era garantir de qualquer forma, ao Presidente Vargas, o exercício completo de seu mandato presidencial.

Juarez concluía:

– Houve, se bem me recordo, objeções a esse meu ponto de vista. Mantive-me, porém, a ele fiel, enquanto foi possível, mesmo durante o vendaval desencadeado, pouco depois, à margem do crime da rua Tonelero.²⁴⁴

Se o crime da rua Tonelero aconteceu “pouco depois”, como registra Juarez, então esses dois convites para o golpe ocorreram em junho ou julho, ou seja, logo depois do naufrágio da tentativa de impeachment de Getúlio, defendida na Câmara por Afonso Arinos, por insistência do Brigadeiro Eduardo Gomes. Como dissera Aliomar Baleeiro, era o impeachment ou o golpe. Se o crime de Tonelero não tivesse acontecido, outro fato teria de ser montado para derrubar o governo.

Na Câmara, que acabava de rejeitar o pedido de impeachment, tem início uma nova crise. A CPI paralela à da Última Hora fica sem Presidente. O deputado Castilho Cabral, que também presidira a CPI da Última Hora, renuncia ao cargo, embora o relatório final do relator, deputado Guilherme Machado, estivesse pronto para ser votado. Algum tempo antes, Frota Aguiar, que era o relator da CPI da Última Hora, rasgara os avulsos do inquérito na tribuna da Câmara, mas isso não provocou nenhuma crise. A maioria da CPI, da outra CPI, diz a Última Hora, não quer investigar os jornais de Chateaubriand...

Outra expectativa dramática, nesses dias, era o decreto do salário mínimo, contra o qual tinha sido impetrado mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pelo Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. A 5 de julho, o Supremo decidiu, por 6 votos a 2, que o decreto de Getúlio era constitucional e legal. O decreto de aumento do salário mínimo, assinado a 1º de maio e publicado no dia 4 desse mês, entraria em vigor sessenta dias depois, isto é, no momento em que o Supremo o confirmava.

No dia seguinte, Getúlio recebe uma representação dos sindicatos de trabalhadores e diz aos visitantes:

– Afinal, vencemos.

Essa vitória seria a última de Getúlio Vargas vivo. Logo em seguida, a 5 de

²⁴⁴ Juarez Távora, *Uma vida e muitas lutas*, 2º. Vol. p. 239.

agosto, começaria sua batalha final, com o atentado da rua Tonelero. Essa batalha teria como desfecho a primeira vitória de Getúlio morto. Ao suicidar-se, na manhã de 24 de agosto de 1954, ele salvou todas as suas realizações, que os inimigos pretendiam liquidar após sua derrubada. Por isso, seu suicídio foi a morte com um sorriso.

No próximo volume desta série:

GETÚLIO VARGAS,

A MORTE COM UM SORRISO

COMO E POR QUE ELE CHEGOU AO SUICÍDIO

E DA TRAGÉDIA FEZ SEU MAIOR TRIUNFO.

UM DIÁRIO DA CRISE DE AGOSTO DE 1954

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	5
NOVEMBRO, 1930	
UM MINISTÉRIO SEM O COMANDANTE MILITAR DA REVOLUÇÃO	
OS PRIMEIROS DIAS DO GOVERNO PROVISÓRIO	
8 DE NOVEMBRO, SÁBADO, DIÁRIO DE GETÚLIO VARGAS: "O GOVERNO É RECONHECIDO JÁ POR VINTE NAÇÕES ESTRANGEIRAS". OS PRIMEIROS PAÍSES A RECONHECEREM O NOVO GOVERNO BRASILEIRO TINHAM SIDO, PELA ORDEM, O PERU, PORTUGAL, ESTADOS UNIDOS, INGLATERRA, BÉLGICA, ARGENTINA, VATICANO, PARAGUAI, CUBA E MÉXICO.	
CAPÍTULO 2	13
NOVEMBRO, 1930	
AS PRIMEIRAS DECISÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO	
VARGAS RETOMA AS PROPOSTAS DE JOSÉ BONIFÁCIO	
GETÚLIO VARGAS CRIA OS MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO E DECRETA AS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS, PARA RESGATAR A DÍVIDA SOCIAL DO BRASIL ESCRAVAGISTA DO IMPÉRIO E DO BRASIL INDIFERENTE DA REPÚBLICA VELHA.	
CAPÍTULO 3	35
DEZEMBRO, 1930	
CUMPRINDO OS COMPROMISSOS DA PLATAFORMA DA ALIANÇA LIBERAL	
AS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS	
JÁ EM DEZEMBRO DE 1930, A PRIMEIRA LEI TRABALHISTA, A LEI DOS DOIS TERÇOS, GARANTE EMPREGO PARA O TRABALHADOR BRASILEIRO.	
CAPÍTULO 4	55
FEVEREIRO, 1931	
GETÚLIO ASSINA O DECRETO QUE PERMITE A COMPRA DE ESTOQUES DE CAFÉ PELO GOVERNO FEDERAL	
A POLÍTICA NACIONALISTA	
SE A PRIMEIRA LEI TRABALHISTA DO GOVERNO PROVISÓRIO DA REVOLUÇÃO DE 30 FOI A CHAMADA LEI DOS DOIS TERÇOS, OU LEI DE NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO, ERA NATURAL QUE AS PRIMEIRAS MEDIDAS ECONÔMICAS DESSE GOVERNO FOSSEM TOMADAS EM DEFESA DA PRODUÇÃO NACIONAL.	
CAPÍTULO 5	73
NOVEMBRO 9, 1930	
EM SEIS DIAS APENAS, A ANISTIA	
O AVANÇO DEMOCRÁTICO DA REVOLUÇÃO DE 1930	
VITORIOSA A REVOLUÇÃO, GETÚLIO, EM SEU DISCURSO DE POSSE COMO CHEFE DO GOVERNO PROVISÓRIO, NOS PRIMEIROS DIAS DE NOVEMBRO DE 1930, ANUNCIAVA UM PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL DE 17 ITENS. O PRIMEIRO ERA A ANISTIA.	

CAPÍTULO 6 91

JULHO, 1934

O BRASIL REDEMOCRATIZADO

O PERÍODO CONSTITUCIONAL

PROMULGADA A NOVA CONSTITUIÇÃO, A ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE CUMPRIU A OBRIGAÇÃO, QUE ELA PRÓPRIA SE IMPUSERA, DE ELEGER O NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. GETÚLIO VENCEU COM 175 VOTOS.

CAPÍTULO 7 107

NOVEMBRO, 1937

O GOLPE ACONTECERIA COM GETÚLIO, SEM GETÚLIO OU CONTRA ELE

O GOLPE DO ESTADO NOVO: NOVEMBRO DE 1937

O FATO DE O GOLPE TER SIDO LIDERADO POR GETÚLIO VARGAS E NÃO DESFECHADO CONTRA ELE TRANQUILIZARA OS ESTADOS UNIDOS, QUE TEMIAM UM GOLPE CONTRA GETÚLIO E A INSTALAÇÃO, NO BRASIL, DE UM GOVERNO MILITAR ALIADO AOS GRUPOS MILITARES PRÓ-FASCISTAS DA ARGENTINA E DO URUGUAI, NUMA VERDADEIRA FRENTE ANTIAMERICANA QUE DOMINARIA GRANDE PARTE DA AMÉRICA DO SUL E ABRIRIA SUAS PORTAS PARA HITLER.

CAPÍTULO 8 115

ABRIL, 1938

UMA VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA NO SUBSOLO

PETRÓLEO

COM BASE NA CONSTITUIÇÃO DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937, O GOVERNO ADOTA UMA DECISÃO MAIS IMPORTANTE ATÉ QUE A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA PETROBRÁS, EM DEZEMBRO DE 1951, NO PRIMEIRO ANO DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: A NACIONALIZAÇÃO DAS RESERVAS BRASILEIRAS DE PETRÓLEO.

CAPÍTULO 9 133

1939

ROOSEVELT RECEBE GOIS MONTEIRO NA CASA BRANCA

GETÚLIO APOIA OS ESTADOS UNIDOS ANTES MESMO DA GUERRA

QUASE TRÊS MESES ANTES DO INÍCIO DA GUERRA NA EUROPA, O BRASIL COMEÇOU A NEGOCIAR A CESSÃO AOS ESTADOS UNIDOS DE BASES NO NORDESTE E EM FERNANDO DE NORONHA. O ACORDO COM O GOVERNO BRASILEIRO SERIA TEORICAMENTE UM ACORDO DESTINADO A DEFENDER O BRASIL. MAS ELE NA VERDADE SE DESTINARIA A DEFENDER OS ESTADOS UNIDOS.

CAPÍTULO 10.....	157
ABRIL, 1941	
ROOSEVELT ACERTOU AO ACREDITAR NA LEALDADE DE GETÚLIO	
O BRASIL CEDE BASES AOS ESTADOS UNIDOS	
NÃO SE TRATAVA DE INTUIÇÃO, E SIM DE INFORMAÇÃO. ROOSEVELT CONHECERA GETÚLIO PESSOALMENTE EM 1936, QUANDO HITLER PARECIA UMA AMEAÇA DISTANTE, OU, AOS OLHOS DE ALGUNS, UMA ABENÇOADA BARREIRA CONTRA A EXPANSÃO DO COMUNISMO SOVIÉTICO.	
CAPÍTULO 11.....	171
JULHO, 1941	
O CORREDOR OU, COMO CHAMADO DEPOIS, O TRAMPOLIM DA VITÓRIA	
O BRASIL ENTRA NA GUERRA	
ANTES DOS ESTADOS UNIDOS	
O ATAQUE JAPONÊS A PEARL HARBOR, BASE AERONAVAL DOS ESTADOS UNIDOS NO ARQUIPÉLAGO DO HAVAI, POSSESSÃO NORTE-AMERICANA, SÓ ACONTECEU EM DEZEMBRO DE 1941: DIAS DEPOIS DO ATAQUE JAPONÊS, MILITARES AMERICANOS DESEMBARCAVAM NO NORDESTE BRASILEIRO, DISFARÇADOS COMO TÉCNICOS CIVIS DA PAN AMERICAN.	
CAPÍTULO 12.....	189
JANEIRO, 1945	
O MINISTÉRIO JÁ DISCUTE A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	
GETÚLIO COMEÇA A DESMONTAR O ESTADO NOVO	
AO LONGO DA GUERRA, AS DUAS MAIORES DEMOCRACIAS DO MUNDO, OS ESTADOS UNIDOS E A INGLATERRA, CONVERTERAM-SE TAMBÉM EM DITADURAS – IGUAIS À DO BRASIL. UMA COM ELEIÇÕES, OS ESTADOS UNIDOS. OUTRA SEM ELEIÇÕES, A INGLATERRA...	
CAPÍTULO 13.....	205
MARÇO, ABRIL, 1945	
ATÉ O PARTIDO COMUNISTA FOI PERMITIDO	
OS NOVOS PARTIDOS	
JÁ ESTAVAM EM FUNCIONAMENTO OS DOIS PARTIDOS MAIORES, O PSD GOVERNISTA E A UDN OPOSICIONISTA, E LANÇADOS OS RESPECTIVOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA, O BRIGADEIRO EDUARDO GOMES PELA UDN E O GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PELO PSD, QUANDO GETÚLIO, EM 18 DE ABRIL, DECRETOU A ANISTIA.	
CAPÍTULO 14.....	215
MARÇO, 1945	
CONVERSAS COM JOÃO NEVES	
GETÚLIO PROPÕE ANTECIPAR SUA SAÍDA	
A UDN RECUSA A PROPOSTA DE SAÍDA ANTECIPADA DO PRESIDENTE, PORQUE TÊMIA SUA SUBSTITUIÇÃO PELO MINISTRO DA GUERRA, GENERAL GOIS MONTEIRO. ATÉ SETEMBRO, ELA PREFERE QUE GETÚLIO PERMANEÇA NA CHEFIA DO GOVERNO.	

Capítulo 15.....	223
OUTUBRO A DEZEMBRO, 1945	
PRIMEIRA DECISÃO DO NOVO GOVERNO: ABRIR O PETRÓLEO A CAPITALS ESTRANGEIROS	
OUTUBRO: A QUEDA DE GETÚLIO	
DEPOSTO, ELE SE RECOLHE A SÃO BORJA E, SEM SAIR DE LÁ, GANHA AS ELEIÇÕES EM DEZEMBRO, ELEGENDO O GENERAL DUTRA PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E ELEITO, ELE PRÓPRIO, PARA SENADOR POR DOIS ESTADOS E DEPUTADO POR SETE.	
Capítulo 16.....	233
1946	
A CONSTITUINTE MANTÉM A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NOVO	
O GOVERNO DUTRA E A CONSTITUINTE	
A DECISÃO DA CONSTITUINTE PERMITIRIA QUE O GOVERNO DUTRA RECORRESSE A MEDIDAS REPRESSIVAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO DE 1937, ESPECIALMENTE MEDIDAS CONTRA OS SINDICATOS, MEDIDAS QUE GETÚLIO NÃO USARA.	
Capítulo 17.....	245
1946-1950	
DUTRA AFASTA O PTB DE SEU GOVERNO	
GETÚLIO ENTRE O EXÍLIO E A LUTA	
EM 1945, AO SER DEPOSTO, GETÚLIO DEIXARA 708 MILHÕES DE DÓLARES DE RESERVAS CAMBIAIS EM MOEDA FORTE. COM A “FARRA DOS IMPORTADOS” DO INÍCIO DO GOVERNO DUTRA, AS RESERVAS, NO INÍCIO DE 1947, ESTAVAM REDUZIDAS A 92 MILHÕES DE DÓLARES – POUCO MAIS DE DEZ POR CENTO DO TOTAL DE 1945.	
Capítulo 18.....	259
ABRIL, 1945	
CANDIDATO ELE NÃO QUERIA SER	
RUMO À ELEIÇÃO DE 1950	
CARLOS LACERDA JÁ ESCREVA: “O SR. GETÚLIO VARGAS NÃO DEVE SER CANDIDATO. SE FOR, NÃO DEVE SER ELEITO. SE ELEITO, NÃO DEVE SER EMPOSSADO. SE FOR EMPOSSADO, DEVEMOS RECORRER À REVOLUÇÃO PARA IMPEDI-LO DE GOVERNAR”.	
Capítulo 19.....	269
AGOSTO, 1950	
EM SÃO PAULO, ELE DESAFIA UMA ARISTOCRACIA INCONFORMADA	
OS PRIMEIROS COMÍCIOS	
EM SEUS DISCURSOS, GETÚLIO DIZ ABERTAMENTE O QUE PENSA E DEFENDE O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO, CONGELADO PELO GOVERNO DUTRA, E EXTENSÃO DAS LEIS SOCIAIS AO TRABALHADOR DO CAMPO.	

CAPÍTULO 20	287
-------------------	-----

SALVADOR, 30 DE AGOSTO

QUEM ENTREGA SEU PETRÓLEO ALIENA A PRÓPRIA SOBERANIA

BAHIA: PETRÓLEO E INDEPENDÊNCIA

“QUANDO A MAIS TERRÍVEL GUERRA DA HISTÓRIA AMEAÇOU SUBJUGAR O MUNDO INTEIRO ÀS FORÇAS DO NAZI-FASCISMO, FIZ TUDO QUANTO EM MIM CABIA PARA QUE O BRASIL COOPERASSE COM AS NAÇÕES ALIADAS EM DEFESA DA LIBERDADE NO MUNDO”.

CAPÍTULO 21	301
-------------------	-----

SETEMBRO, 1950

GETÚLIO: “CHEGO À MINHA TERRA COMO UM PEREGRINO”

OS ÚLTIMOS DIAS DA CAMPANHA E A VITÓRIA

ALBERTO PASQUALINI DEFENDE A EXTENSÃO DAS LEIS SOCIAIS AO TRABALHADOR DO CAMPO. E DIZ: “GETÚLIO VARGAS HÁ DE ABRIR A PORTEIRA DAS FAZENDAS PARA QUE NELAS PENETRE A LEGISLAÇÃO SOCIAL! ALGUNS REACIONÁRIOS NÃO GOSTARÃO, MAS OS PROGRESSISTAS, QUE ESTÃO EM GRANDE MAIORIA, HÃO DE APLAUDIR, PORQUE ISSO CORRESPONDE A UM IMPERATIVO DE SOLIDARIEDADE HUMANA E JUSTIÇA SOCIAL”.

CAPÍTULO 22	315
-------------------	-----

JANEIRO, 1951

A SEGUNDA ETAPA DA REVOLUÇÃO DE 30

GETÚLIO DE VOLTA AO GOVERNO

TALVEZ SEJA PRECISO PERGUNTAR SE ESSES RETÓRICOS BACHARÉIS DA UDN ACREDITAVAM MESMO NA POSSIBILIDADE DE A JUSTIÇA ELEITORAL ANULAR UMA VITÓRIA TÃO NÍTIDA COMO A DE GETÚLIO, OU SE O RECURSO À MAIORIA ABSOLUTA ERA APENAS UMA ALAVANCA, GOLPISTA, PARA LEVANTAR REAÇÕES MILITARES À POSSE DO PRESIDENTE ELEITO.

CAPÍTULO 23	339
-------------------	-----

FEVEREIRO E 1º. DE MAIO, 1951

O MINISTÉRIO DO TRABALHO ABANDONA A PRÁTICA DE INTERVIR SISTEMATICAMENTE NOS SINDICATOS

DOIS DISCURSOS AOS TRABALHADORES

“O GOVERNO ESTÁ DESARMADO DE LEIS PARA A DEFESA ECONÔMICA DO POVO. SÓ TEM LEIS POLICIAIS PARA OPRIMI-LO. POR ISSO, O POVO PRECISA ESTAR ORGANIZADO PARA DEFENDER-SE”.

CAPÍTULO 24	349
-------------------	-----

JUNHO E JULHO, 1951

TAMBÉM A EXTENSÃO DAS LEIS TRABALHISTAS AO HOMEM DO CAMPO

GETÚLIO AVANÇA PARA A REFORMA AGRÁRIA

A OPINIÃO INSUSPEITA DE JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES: “SE O PROBLEMA LATIFUNDIÁRIO TEM ORIGENS SEculares, SE AS RELAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO, A PROPRIEDADE E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA VÊM-SE AGRAVANDO MAIS RECENTEMENTE, A IDEIA DA REFORMA AGRÁRIA SÓ MERECEU ACOLHIDA ESPECIAL A PARTIR DE 1951”.

Capítulo 25 365

DEZEMBRO, 1951

ELE NÃO ESTAVA DISPOSTO A DEIXAR-SE ENQUADRAR

GETÚLIO MANDA AO CONGRESSO O PROJETO DA PETROBRÁS E RECUSA TROPAS PARA A COREIA

DEPOIS DESSAS DUAS DECISÕES, GETÚLIO DENUNCIA, EM SEU DISCURSO DE FIM DE ANO, NA NOITE DE 31 DE DEZEMBRO DE 1951, OS ABUSOS DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL.

Capítulo 26 369

JANEIRO, 1952

QUASE 200% DE AUMENTO

O SALÁRIO MÍNIMO E A REMESSA DE LUCROS

O DECRETO DE 3 DE JANEIRO LIMITAVA A REMESSA DE LUCROS DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS A 8% SOBRE SEU CAPITAL REGISTRADO, ISTO É, O CAPITAL EFETIVAMENTE TRANSFERIDO DO EXTERIOR PARA O BRASIL. O DECRETO PERMITIA IGUALMENTE O RETORNO DO CAPITAL INVESTIDO, À RAZÃO DE NO MÁXIMO 20% AO ANO.

Capítulo 27 387

JANEIRO, 1953

EISENHOWER ASSUME O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS

O GOVERNO DOS GRANDES NEGÓCIOS

A POLÍTICA DO GOVERNO EISENHOWER É COMBATER ABERTAMENTE QUAISQUER TENDÊNCIAS ESTATIZANTES E NACIONALISTAS NO TERCEIRO MUNDO. À CRUZADA ANTICOMUNISTA SOMA-SE UMA CRUZADA ANTINACIONALISTA.

Capítulo 28 397

MAIO, 1953

A PALAVRA DE CARLOS LACERDA DOMINA OS CONVENCIONAIS DA UDN

A OPOSIÇÃO DECIDE PELO GOLPE

EM VOLTA REDONDA, GETÚLIO LEMBRA: "HÁ DEZ ANOS PASSADOS, NESTA DATA DE 1º DE MAIO, FOI SANCIONADA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. AQUI, SEMPRE ME ACOLHESTEIS COM O MESMO ENTUSIASMO".

Capítulo 29 413

JUNHO, 1953

UMA NOVA EQUIPE, PARA NOVOS DESAFIOS

GETÚLIO DECIDE REFORMAR O MINISTÉRIO

E CHAMA JOÃO GOULART PARA O MINISTÉRIO DO TRABALHO, OSWALDO ARANHA PARA O DA FAZENDA E TANCREDO NEVES PARA O DA JUSTIÇA.

CAPÍTULO 30	435
JULHO, 1953	
ARANHA VAI FAZENDO O QUE PODE PARA ATENUAR O PIOR DA SITUAÇÃO ECONÔMICA	
UM PAÍS ENÉRGICO E AMEAÇADOR?	
O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ENERGIA ATÔMICA DOS ESTADOS UNIDOS, GORDON DEAN, DIZ QUE O BRASIL É O PAÍS SUL-AMERICANO COM O MAIS AMPLO E ADIANTADO PROGRAMA DE ENERGIA ATÔMICA NA AMÉRICA LATINA: O PAÍS MAIS ENÉRGICO E TRABALHADOR DO CONTINENTE.	
CAPÍTULO 31	461
SETEMBRO, OUTUBRO, 1953	
PERÓN ENTREGA O PETRÓLEO ARGENTINO AOS INTERESSES NORTE-AMERICANOS	
A ARGENTINA CEDE, O BRASIL RESISTE	
NO BRASIL, O CONGRESSO CONCLUI A VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE CRIA A PETROBRÁS, JÁ COM A CLÁUSULA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO.	
CAPÍTULO 32	477
OUTUBRO, 1953	
UMA FÓRMULA INTELIGENTE, CRIATIVA E OUSADA	
A INSTRUÇÃO 70	
PELO NOVO SISTEMA, O BRASIL SÓ IMPORTARIA NO LIMITE DAQUILO QUE PUDESSE PAGAR DE IMEDIATO, OU SEJA, DE SUAS DISPONIBILIDADES DE DÓLARES, DE MODO A ZERAR E ELIMINAR A CONTA SUICIDA DOS ATRASADOS COMERCIAIS.	
CAPÍTULO 33	499
DEZEMBRO, 1953	
UM CHOQUE NAS BOLSAS DO PRIMEIRO MUNDO	
O DISCURSO DA ELETROBRÁS	
HORAS DEPOIS, EM JANTAR COM OS GOVERNADORES DOS ESTADOS DA BACIA PARANÁ-URUGUAI, GETÚLIO DIZ AO GOVERNADOR MUNHOZ DA ROCHA, DO PARANÁ: "COM ESSE DISCURSO, TALVEZ EU TENHA ASSINADO MINHA SENTENÇA DE MORTE".	
CAPÍTULO 34	505
1954	
DEPOIS DA AVALIAÇÃO DA CIA	
URGENTE: LIQUIDAR GETÚLIO!	
TANCREDO NEVES: "A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS ERA PERFEITAMENTE ESTÁVEL. MAS JÁ NO INÍCIO DE 1954, QUANDO ESTAVAM PARA SER CONCLUÍDAS AS REFINARIAS DE SÃO PAULO, NOVAS ONDAS DE PRESSÕES PASSARAM A INCIDIR SOBRE O PRESIDENTE E ESSAS ONDAS DE PRESSÃO ERAM NO SENTIDO DE RETARDAR OU SUSTAR A CONCLUSÃO DAS REFINARIAS".	

CAPÍTULO 35 525

MARÇO, 1954

O BRASIL PARECE DAR UM SALTO À FRENTE

UMA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

“O GOVERNO TEM CONSCIÊNCIA DE QUE ESTÁ REALIZANDO UM GRANDE ESFORÇO PARA ESTRUTURAR AS TENDÊNCIAS MAIS LEGÍTIMAS DO BRASIL, QUE SÃO AQUELAS QUE PROPICIAM O AUTODOMÍNIO DA NACIONALIDADE”.

CAPÍTULO 36 543

ABRIL, 1954

ELETROBRÁS; E SALÁRIO MÍNIMO E OUTROS DIREITOS AO TRABALHADOR RURAL

OS PROJETOS DE ABRIL

ELE PARECIA TER PRESSA QUANDO MANDOU AO CONGRESSO, QUASE AO MESMO TEMPO, EM ABRIL, DOIS PROJETOS QUE PREJUDICAVAM DOIS GRANDES INTERESSES, INTERNOS E EXTERNOS.

CAPÍTULO 37 547

MAIO, 1954

PARLAMENTARES DA OPOSIÇÃO PROPÕEM ATÉ A INDEXAÇÃO DOS SALÁRIOS

GETÚLIO AUMENTA EM 100% O SALÁRIO MÍNIMO

“UM DOS ASPECTOS MAIS MARCANTES DO MEU ATUAL GOVERNO [É] SEU CUIDADO EM BENEFICIAR O TRABALHADOR RURAL E CONCEDER-LHE AS GARANTIAS QUE A LEGISLAÇÃO SOCIAL JÁ ASSEGURA AO OPERÁRIO URBANO”. ENTRE ESSES DIREITOS FIGURAVA, NATURALMENTE, O SALÁRIO MÍNIMO.

CAPÍTULO 38 559

MAIO, 1954

“VEJO CONFIRMADAS COM PORMENORES INFORMAÇÕES QUE TENHO RECEBIDO DE OUTRAS FONTES”

SINAIS DE CONSPIRAÇÃO MILITAR

COINCIDÊNCIA OU NÃO, TEVE INÍCIO NESSE MOMENTO UMA NOVA CAMPANHA NOS ESTADOS UNIDOS CONTRA O CAFÉ BRASILEIRO. O GOVERNO BRASILEIRO JÁ FOI CIENTIFICADO OFICIALMENTE DE NOVA CAMPANHA QUE SE INICIA NOS ESTADOS UNIDOS CONTRA O CONSUMO DE CAFÉ, TENDO COMO JUSTIFICATIVA OS PREÇOS ALCANÇADOS POR ESSE PRODUTO NOS ÚLTIMOS TEMPOS. A CAMPANHA É LIDERADA PELO GOVERNADOR DE NOVA YORK, THOMAS DEWEY.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso Arinos de Melo Franco – Um Estadista da República, Rio, 1977, ed. Aguilar.
- O Intelectual e o Político, Brasília, 1983, ed. Senado Federal/Cepdoc/Fundação Getúlio Vargas/editora Dom Quixote.
- Almeida, Rômulo de – O Nordeste no Segundo Governo Vargas, Fortaleza, 1985, ed. Banco do Nordeste do Brasil.
- Almino, João – Os Democratas Autoritários, São Paulo, 1980, ed. Brasiliense.
- Araújo, Maria Celina Soares d'Araújo – O Segundo Governo Vargas, Rio, 1982, ed. Zahar.
- Araújo, Rosa Maria Barbosa de – O Batismo do Trabalho, a experiência de Lindolfo Collor, Rio, 1981, ed. Civilização Brasileira.
- Bandeira, Moniz – v. Moniz Bandeira.
- Barbosa Lima Sobrinho – A Verdade sobre a Revolução de Outubro, 1930, São Paulo, 1975, ed. Alfa-Ômega.
- Bastos, Humberto – A Conquista Siderúrgica do Brasil, São Paulo, 1959, ed. Livraria Martins Editora.
- Bodea, Miguel – Trabalhismo e Populismo, o caso do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984, cópia mimeografada.
- Borges, Vavy Pacheco – v. Vavy Pacheco Borges.

- Camargo, Aspásia, e Walder de Gois, *Meio Século de Combate, Diálogo com Cordeiro de Farias*, Rio, 1982, ed. Nova Fronteira.
- Camargo, Aspásia, João Hermes Pereira de Araújo e Mário Henrique Simonsen, *Oswaldo Aranha, a Estrela da Revolução*, São Paulo, 1994, ed. Mandarin.
- Carneiro, Glauco – *A Face Final de Vargas*, Rio, 1966, ed. O Cruzeiro.
- Lusardo, o Último Caudilho, Rio, 1978, ed. Nova Fronteira.
- Carneiro, Paulo – *As Ideias Políticas de Júlio de Castilhos*, Brasília, 1982, ed. Senado Federal.
- Carvalho, Edson de – *O Drama da Descoberta do Petróleo Brasileiro*, São Paulo, 1958, ed. Brasiliense.
- Coutinho, Lourival – *O General Góis depõe*, Rio, 1956, ed. Coelho Branco.
- Coutinho, Lourival, e Joel Silveira – *O Petróleo Brasileiro, Traição e Vitória*, Rio, 1957, ed. Coelho Branco.
- Cruz, Adelina Alves Novais e Cruz, org. – *Impasse na Democracia Brasileira*, Rio, 1983, ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Cunha, Vasco Leitão da... – v. Leitão da Cunha, Vasco.
- d'Araújo, Maria Celina Soares..., v. Araújo, Maria Celina Soares d'Araújo
- Delgado, Lucília de Almeida Neves – *PTB, do getulismo ao reformismo*, São Paulo, 1989, ed. Marco Zero.

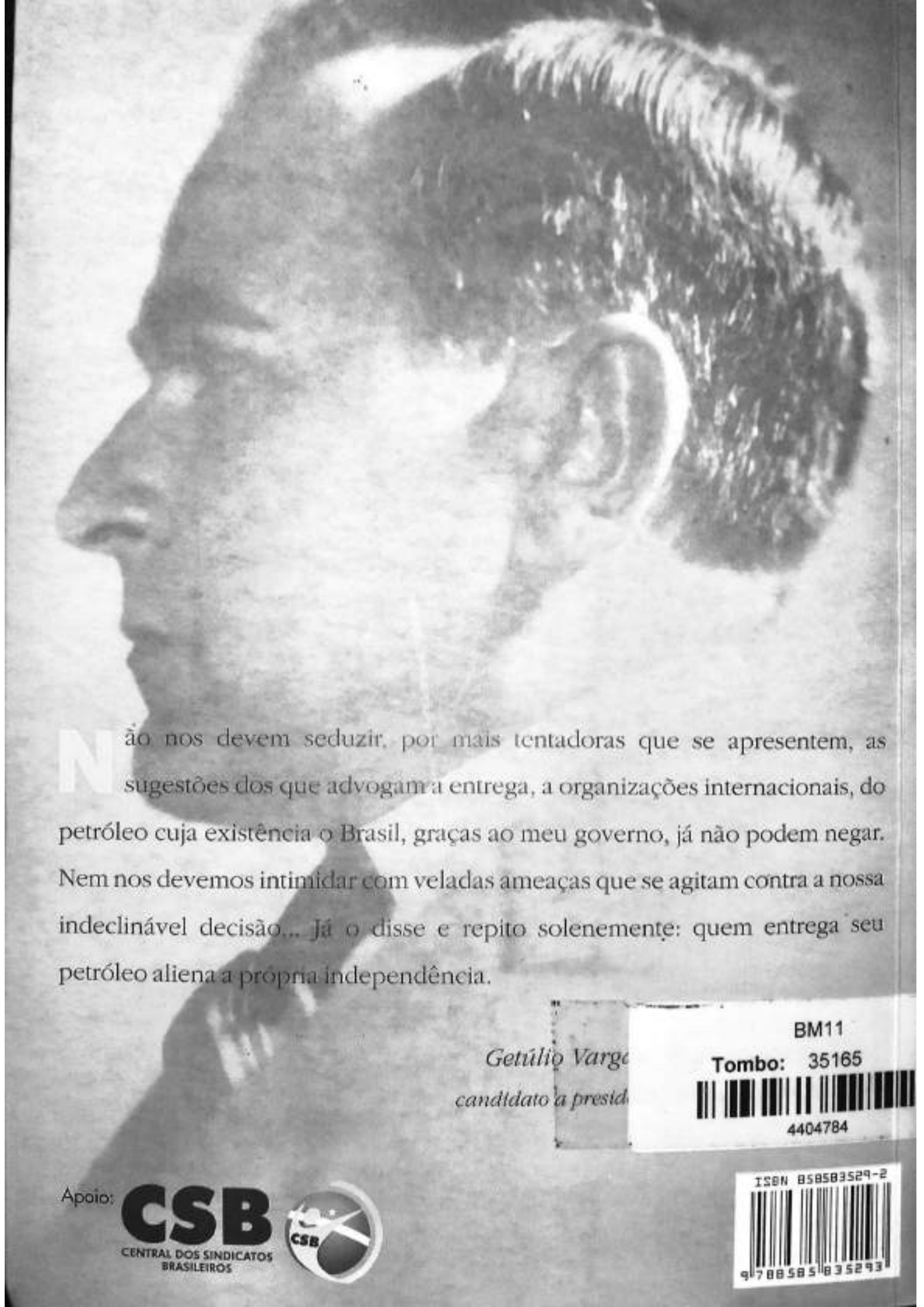
-
- Delgado, Lucília de Almeida Neves... e Vera Alice Cardoso da Silva – Tancredo Neves, a Trajetória de um Liberal, Petrópolis, 1985, ed. Vozes.
 - Dulles, John Wills Foster – Getúlio Vargas, Rio, 1967, ed. Rennes.
 - Carlos Lacerda, a Vida de um Lutador, Rio, 1992, ed. Nova Fronteira.
 - Dutra, Eurico Gaspar – O Dever da Verdade, Rio, 1983, ed. Nova Fronteira.
 - Elson, Robert T. – The World of Time, the intimate history of a publishing enterprise, 1941-1960, Nova York, 1973, ed. Atheneum.
 - Fausto, Bóris – direção, História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo, 1986, ed. Difel.
 - Foster Dulles, John Wills – v. Dulles, John Wills Foster.
 - Franco, Sérgio da Costa – Júlio de Castilhos e sua Época, Porto Alegre, 1960, ed. Globo.
 - Frischauer, Paul – Getúlio Vargas, Rio, 1944, ed. Americ-Ed.
 - Getúlio Vargas – v. Vargas, Getúlio.
 - Girotti, Carlos A. – O Estado Nuclear no Brasil, São Paulo, 1979, ed. T.A. Queiroz.
 - Gutenberg, Luís – Moisés, codinome Ulysses, São Paulo, 1994, Companhia das Letras.
 - Hilton, Stanley – O Brasil e as Grandes Potências, Rio, 1977, ed. Civilização Brasileira.

- A Guerra Secreta de Hitler no Brasil, Rio, 1983, ed. Nova Fronteira.
- Oswaldo Aranha, uma biografia, Rio, 1994, ed. Objetiva.
- Hobsbawm, Eric – A Era dos Impérios, Rio, 1988, ed. Paz e Terra.
- Ianni, Constantino – Descolonização em Marcha, Rio, 1972, ed. Civilização Brasileira.
- Lacerda, Cláudio – Uma Crise de Agosto: o Atentado da rua Tonelero, Rio, 1994, ed. Nova Fronteira.
- Lacerda, Maurício de – A Evolução Legislativa do Direito Social Brasileiro, Rio, 1980, ed. Nova Fronteira.
- Leitão da Cunha, Vasco – Diplomacia em Alto-Mar, Rio, 1994, ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Lima, Barbosa Lima Sobrinho – v. Barbosa Lima Sobrinho
- Lima, Valentina da Rocha – Getúlio Vargas, uma história oral, Rio, 1986, ed. Record.
- Lima, Valentina da Rocha, e Plínio de Abreu Ramos – Tancredo fala de Getúlio, Porto Alegre, 1986, ed. L&PM.
- Melo Franco, Afonso Arinos – v. Afonso Arinos de Melo Franco.
- Miranda, Orlando – Nosso Século, vol. 6, São Paulo, 1985, ed. Abril.
- Moniz Bandeira, Luís Alberto – Presença dos Estados Unidos no Brasil, Rio, 1973, ed. Civilização Brasileira.

-
- Brasil-Estados Unidos, a Rivalidade Emergente, Rio, 1989, ed. Civilização Brasileira.
 - Moraes, Fernando – Chatô, o Rei do Brasil, São Paulo, 1994, Companhia das Letras.
 - Moura, Nero – Um Voo na História, Rio, 1996, ed. Fundação Getúlio Vargas.
 - Octávio Tarquínio de Souza – História dos Fundadores do Império do Brasil, vol. 1, José Bonifácio, Rio, 1957, ed. José Olympio.
 - Pasqualini, Alberto – Obra Social e Política (organizador, Senador Pedro Simon), Brasília, 1994, ed. Senado Federal.
 - Pereira, Jesus Soares – A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil, Rio, 1964, ed. Tempo Brasileiro.
 - Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia, a Luta pela Emancipação, Rio, 1975, ed. Paz e Terra.
 - Pimenta, Joaquim – Retalhos do Passado, Rio, 1949, ed. Coelho Branco Filho.
 - Rodrigues, José Honório – Conciliação e Reforma no Brasil, Rio, 1982, ed. Nova Fronteira.
 - Sampson, Anthony – The Seven Sisters, Londres, 1976, ed. Bantam Books.
 - Silva, Hélio – 1937, Todos os Golpes se Parecem, vol. IX de “O Ciclo de Vargas”, Rio, 1970, ed. Civilização Brasileira.
 - 1938, Terrorismo em Campo Verde, vol. X de “O Ciclo de Vargas”, Rio, 1971, ed. Civilização Brasileira.

- 1939, *Véspera de Guerra*, vol. XI de “O Ciclo de Vargas”, Rio, 1972, ed. Civilização Brasileira.
- 1942, *a Guerra no Continente*, vol. XII de “O Ciclo de Vargas”, Rio, 1972, ed. Civilização Brasileira.
- 1944, *o Brasil na Guerra*, vol. XIII de “O Ciclo de Vargas”, Rio, 1972, ed. Civilização Brasileira.
- 1945, *Por que depuseram Vargas*, vol. XV de “O Ciclo de Vargas”, Rio, 1976, ed. Civilização Brasileira.
- 1954, *Um Tiro no Coração*, vol. XVI de “O Ciclo de Vargas”, Rio, 1978, ed. Civilização Brasileira.
- Simonsen, Mário Henrique – em Oswaldo Aranha, *a Estrela da Revolução*, São Paulo, 1996, ed. Mandarim.
- Skidmore, Thomas – *Brasil, de Getúlio a Castello Branco, 1930-1964*, Rio, 1969, ed. Saga.
- Souza, Octávio Tarquínio de – v. Octávio Tarquínio de Souza.
- Sussekind, Arnaldo Lopes – *Arnaldo Sussekind, um Construtor do Direito do Trabalho*, Rio, 1994, ed. Renovar.
- Talarico, José Gomes – *Conversando sobre Política*, Rio, 1998, ed. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro/Fundação Getúlio Vargas.
- Tarquínio, Octávio Tarquínio de Souza – v. Octávio Tarquínio de Souza.
- Távora, Juarez – *Uma Vida e Muitas Lutas*, Rio, 1976, ed. Biblioteca do Exército.

-
- O III Reich e o Brasil – documentos capturados na Segunda Guerra Mundial, Rio, 1968, ed. Laudes.
 - Vargas, Getúlio – Diário, Rio, 1995, ed. Fundação Getúlio Vargas/Siciliano.
 - Vargas, Lutero – Getúlio Vargas, a Revolução Inacabada, Rio, 1988, edição do autor.
 - Vasco Leitão da Cunha – v. Leitão da Cunha, Vasco...
 - Vavy Pacheco Borges – Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista, São Paulo, 1979, ed. Brasiliense.
 - Vergara, Luís – Eu fui secretário de Getúlio Vargas, Porto Alegre, 1960, ed. Globo.
 - Victor, Mário – A Batalha do Petróleo Brasileiro, Rio, 1970, ed. Civilização Brasileira.
 - Vidal, Gore – Hollywood, Rio, 1990, ed. Rocco.



Não nos devem seduzir, por mais tentadoras que se apresentem, as sugestões dos que advogam a entrega, a organizações internacionais, do petróleo cuja existência o Brasil, graças ao meu governo, já não podem negar. Nem nos devemos intimidar com veladas ameaças que se agitam contra a nossa indeclinável decisão... Já o disse e repito solenemente: quem entrega seu petróleo aliena a própria independência.

Getúlio Vargas
candidato a presidente

BM11

Tombo: 35165



4404784

Apoio:

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS



ISBN 858583529-2



9 788585 835293